

Anais

do VI Seminário Interno

do PPGHS

UERJ / FFP
São Gonçalo

Anais
do VI Seminário
Interno do PPGHS

12 a 14 de novembro de 2018

UERJ / FFP

ANAIS DO VI
SEMINÁRIO INTERNO
DO PPGHS

Universidade, Democracia e
Retrocessos Políticos e Sociais

12 a 14 de novembro de 2018

UERJ / FFP

São Gonçalo

ISSN: 2447-5947

V. 6 – 2018

Índice dos trabalhos

ÍNDICE DOS TRABALHOS	4
APRESENTAÇÃO.....	10
FARLEN DE JESUS NOGUEIRA > TANCREDO DA SILVA PINTO, A UMBANDA OMOLOCÔ E A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO RELIGIOSO UMBANDISTA (1950-1965).....	12
GRAZELLE DE CARVALHO FONSECA > CHICO XAVIER E O PROGRAMA PINGA-FOGO (1971): MÍDIA, CARISMA DO MÉDIUM E O DISCURSO ESPÍRITA NA TELEVISÃO BRASILEIRA.....	26
CLAUDIA PATRÍCIA DE OLIVEIRA COSTA > CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA: É POSSÍVEL PENSAR A CULTURA HISTÓRICA NOS MUNICÍPIOS MAIS JOVENS DA BAIXADA FLUMINENSE A PARTIR DOS SABERES DOCENTES?	40
FABRÍCIA VIEIRA DE ARAÚJO > O PROTAGONISMO JUVENIL EM FOCO: UM OLHAR SOBRE AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ	52
RAFAEL MONTEIRO DE OLIVEIRA CINTRA > O FILME E O PROFESSOR: O LUGAR DO CINEMA NA TESSITURA DOS SABERES DOCENTES E NA AULA DE HISTÓRIA	66
RENATO COELHO BARBOSA DE LUNA FREIRE > TEMPO E ENSINO DE HISTÓRIA: PRODUZINDO SENTIDOS	80
ADRIANA DE SOUZA CARVALHO > MISSIONAÇÃO NA CHINA CONTINENTAL, ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVII: UM DEBATE DA TERRITORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS....	94
EDUARDO BORGES DE CARVALHO NOGUEIRA > “ELE O FEZ PELO CONTRÁRIO”: O CASO DO RÉU DO SANTO OFÍCIO DE GOA ANTONIO RAMIRES	107
ODIMAR GOMES JUNIOR > PELA FÉ, PELO IMPÉRIO.....	121
ROZELY MENEZES VIGAS OLIVEIRA > O ARCEBISPO PRIMAZ DE GOA, D. FR. INÁCIO DE SANTA TERESA E A JACOBÉIA NO ORIENTE PORTUGUÊS DO SÉCULO XVIII.....	134
DIEGO DA SILVA RAMOS > QUINTA-COLUNA NO BANCO DO BRASIL... 	147

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

GUSTAVO ORSOLON DE SOUZA > EDITORA ALFA-OMEGA: MEMÓRIA E HISTÓRIA EDITORIAL	156
PETER SANA > TORTURA E MEDO NA BAIXADA FLUMINENSE: DOM ADRIANO HYPÓLITO E A LUTA CONTRA A REPRESSÃO.....	166
STEFANIA MACENA WOLFF > OS MÚLTIPLOS TEMPOS DE UMA VIDA: NARRATIVAS BIOGRÁFICAS E ESTRUTURAS TEMPORAIS NO BRASIL OITOCENTISTA	180
CAROLINE MOREIRA VIEIRA DANTAS > REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DE UM CANTOR NEGRO NA RADIOFONIA (1920-1950)	192
LETÍCIA FREIXO PEREIRA > O MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO RIO DE JANEIRO COMO NÚCLEO DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA	204
NÁDIA MARCELLA SIQUEIRA SILVA > MARTINS PENNA E O PAPEL DO TEATRO DE COSTUMES NO SÉCULO XIX NO BRASIL	217
REJANE ROSA DO AMARAL MONTEIRO > A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO FOLHETO DE CORDEL E NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DA VARIÁVEL COR OU RAÇA ENTRE 1940 E 2010	230
HELENA RAMALHO CRISPINIANO > CARLOS DE LAET E O JORNAL <i>O BRAZIL</i> : REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIAS.....	244
LORHAN LASCOLLA DE SOUZA > O PROFESSOR ERNESTO DA CUNHA DE ARAÚJO VIANA E A ARQUITETURA COMO ESCRITA DA HISTÓRIA NA ÉPOCA DA BELLE ÉPOQUE CARIOCA	256
RODRIGO MAIA MONTEIRO > CRIMINALIDADE E PRISÃO NO BOLETIM POLICIAL: DISCURSOS EM TORNO DA IDEIA DE DELINQUÊNCIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	269
VITOR GUILHERME GONÇALVES BISPO DE ALMEIDA > “UM COMÍCIO EM BANGU”: AS LUTAS POR CIDADANIA NO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO DA VELHA REPÚBLICA (1917-1918).....	280
JÉSSICA RAMALHO CRISPINIANO > A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO A RESPEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX E O USO DA LITERATURA COMO FONTE	293
MARCELO MACÊDO DE ALMEIDA > A IDENTIDADE LATINO-AMERICANA NO ESTUDO DE HISTÓRIA.....	304

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

- MILLENA LEMOS PRECIOSO** ➤ O TRONO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER A PARTIR DA CADEIRA IMPERIAL, SEU CONTEÚDO SIMBÓLICO E SUA REPRESENTAÇÃO NO TERRITÓRIO E NO IMAGINÁRIO SOCIAL 315
- VANESSA KELLNER FRANCIS SANTOS** ➤ A CONSTRUÇÃO DO SAARA E SUAS MEMÓRIAS 325
- CAMILA DE SOUSA FREIRE** ➤ O INSTITUTO DO CEARÁ E A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL CEARENSE 336
- ELIANA SANTOS DA SILVA LAURENTINO** ➤ ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO: UM DIÁLOGO PELA HISTÓRIA DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS (1973-2001) 347
- MARLON BARCELOS FERREIRA** ➤ O PAPEL DA ARQUEOLOGIA NA ESQUECIDA HISTÓRIA INDÍGENA DE ARARUAMA..... 360
- TIAGO BRAGA DA SILVA** ➤ AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA PARA A PESQUISA SOBRE A ATUAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO DA LUTA PELO DIREITO À MEMÓRIA..... 372
- MARÍLIA MIRANDA ALVES CARVALHO** ➤ CARTAS NA MESA: EXPRESSÃO E VOZ DOS HOMOSSEXUAIS POR MEIO DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA 385
- MONIQUE SANTANA DE OLIVEIRA SOUSA** ➤ IMPRENSA COMO ARMA POLÍTICA: O *RAIO DE JÚPITER* E A LIBERDADE DE IMPRENSA NOS ESCRITOS DE ABREU E LIMA..... 399
- VÍVIAN MARCELLO FERREIRA CAETANO** ➤ VOZES FEMININAS: REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA IMPRENSA E NA ESFERA PÚBLICA NA DÉCADA DE 1930. 409
- CARLA CRISTINA DA SILVA LAVINAS** ➤ CURRÍCULO ESCOLAR: ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS – REFLEXÕES PRELIMINARES..... 423
- DIOGO DA COSTA SALLES** ➤ ENSINANDO CIDADANIA NUMA ESCOLA DESPOLITIZADA: AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA 435
- LEANDRO ROSETTI DE ALMEIDA** ➤ MEMÓRIAS FAMILIARES EM/SOBRE TEMPOS SOMBRIOS: A DITADURA MILITAR À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA HISTÓRIA 448

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

RENATA DA CONCEIÇÃO AQUINO DA SILVA > POR QUE ENSINAR HISTÓRIA É UM ATO POLÍTICO?	460
AGDA LIMA BRITO > O TRABALHO DAS FAMÍLIAS NOS SERINGAIS DO AMAZONAS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	473
CAROLINE DOS SANTOS SOUZA > A FAVELA E O MEIO AMBIENTE SOB A ÓTICA DO MUTIRÃO DE REFLORESTAMENTO (1986–2009)	485
TAMIRES SANTOS PEREIRA > OS POVOS JÊ DOS SERTÕES DO LESTE, A POLÍTICA DAS GUERRAS JUSTAS E A CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO VALE DO RIO MUCURI NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	500
DAIANA MACIEL AREAS > CRISE POLÍTICA DE 1955 E OS LIMITES PARA A LEGALIDADE E A DEMOCRACIA	516
EMANOEL SILVA DE AZEVEDO > O SALTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E OS CAMINHOS DIVERSOS EM PARALELO DA INDÚSTRIA BÉLICA NACIONAL (1960-1992)	525
JÚLIO CÉZAR OLIVEIRA DE SOUZA > TRANSIÇÃO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO RIO DE JANEIRO	539
ROSANE DE OLIVEIRA E SILVA > FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O CASO DO GRUPO KROTON EDUCACIONAL (2003-2013)	550
ADNA GOMES OLIVEIRA > A ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE 1945-1950 PELA VERTENTE DO PARADIGMA DIPLOMÁTICO	562
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS > O OLHAR DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI, SOBRE O MOVIMENTO NEGRO NO RIO DE JANEIRO (1968-1988)	576
RAFAEL NAVARRO COSTA > AS ELEIÇÕES DE 1954 NO RIO DE JANEIRO: CAMPANHA ELEITORAL E PANORAMA POLÍTICO FLUMINENSE	590
SANDRO GOMES DOS SANTOS > JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA E AS REVOLTAS ESQUECIDAS PELA HISTORIOGRAFIA (1956-1959)	602

Organizadores:

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Rafael Vaz da Motta Brandão

Rozely Menezes Vigas Oliveira

ANAIS DO VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Coordenação do PPGHS:

Helenice Rocha (Coordenadora)

Gelsom Rozentino (Coordenador Adjunto)

Comissão Organizadora do VI Seminário Interno:

Docentes:

Ana Carolina Huguenin

Ana Paula Barcelos

Christiane Laidler

Rafael Brandão

Discentes:

Grazyelle Fonseca (Mestrado)

Tiago Braga (Doutorado)

Rafael Monteiro (Mestrado)

Rozely Vagas (Doutorado)

Tamires Pereira (Doutorado)

* O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

Apresentação

Apresentamos os Anais do VI Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realizado entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018, na Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo. O evento contou com a exposição de 49 trabalhos, divididos em um total de 13 mesas, o que reflete a diversidade temática das pesquisas desenvolvidas, tanto no mestrado, quanto no doutorado.

Com o tema *Universidade, Democracia e Retrocessos Políticos e Sociais*, o VI Seminário Interno do PPGHS contou ainda com duas conferências, dos professores Samantha Quadrat (UFF) e Alexandre Fortes (UFRRJ), e uma sessão de lançamento de livros de ex-alunos e docentes do Programa.

O conjunto das pesquisas aqui publicadas reflete, portanto, o amadurecimento e a consolidação do Programa fundado em 2006, a partir do mestrado, e que em 2015 passou também a incluir o curso de doutorado.

Os organizadores

Mesa 1

Religião e Religiosidades

Tancredo da Silva Pinto, a umbanda omolocô e a construção de um campo religioso umbandista (1950-1965)

Farlen de Jesus Nogueira¹

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES

Introdução

A umbanda, no que concerne a sua consolidação no estado do Rio de Janeiro vai se constituir de forma complexa, em um longo processo, que inclui movimentos de disputas, negociações e recriações que se estabelecem em diferentes formas de interpretação sobre a religião.

Portanto, é importante analisar as diferentes narrativas mobilizadas por lideranças umbandistas que se configuraram em torno da umbanda ao longo dos anos 1950 e 1965. Contudo, no presente trabalho, deteremos nossa atenção sobre a formação e consolidação de duas federações de umbanda, respectivamente a União Espiritista de Umbanda do Brasil, fundada, em 1939 e a Confederação Espírita de Umbandista do Brasil, fundada em 1949 por Tancredo da Silva Pinto e outros líderes umbandistas. Essas duas federações defendiam dois tipos diferentes de umbanda, ou seja, respectivamente a chamada “umbanda branca”² e a “umbanda omolocô”³. Assim, analisamos as diferentes interpretações sobre a religião, assim como os processos de negociação e disputa

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ-FFP, com pesquisa orientada pela professora Joana Bahia.

² Patrícia Birman argumenta que “a ‘umbanda branca’ que assim surgiu, fortalecida pela intensa atividade desenvolvida por esta federação, se opunha, pois, aos cultos que marcavam uma origem africana, vendo nestes sinais de equívoco e um grau evolutivo inferior” (BIRMAN, 1985, p. 87).

³ De acordo com Nei Lopes, “o omolocô fora um antigo culto provavelmente banto, de origem e práticas obscuras, cuja expansão se verificou no Rio de Janeiro, em especial, na primeira metade do século XX. Desenvolvido principalmente por intermédio da liderança e Tancredo da Silva Pinto, sua difusão foi fruto de uma reação ‘reafricanizante’ à chamada ‘umbanda branca’, expandida a partir do Primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda, realizado no Rio de Janeiro em 1941. Reivindicando uma remota origem angolana, no âmbito da cultura dita ‘lunda-quioco’, o omolocô, já pouco conhecido à época deste texto, parece ter sido apenas uma linha ritual da umbanda, que procurou reviver em parte a antiga cabula” (LOPES, 2004, p. 320).

empreendido pelas lideranças das federações, citadas anteriormente, sobre a primazia do “campo religioso” umbandista no estado do Rio de Janeiro, que até, pelo menos, 1960 abrigou e ocupou o papel de Distrito Federal⁴.

Neste trabalho destacamos a figura de Tancredo da Silva Pinto e suas concepções em torno de uma umbanda mais “africanizada”, denominada de “umbanda omolocô”. Tancredo foi uma importante liderança umbandista com um forte vínculo entre a religião e a música.

Conforme abordamos anteriormente, parte do debate entre as lideranças e os representantes das duas federações se deu em jornais que circulavam no estado do Rio de Janeiro e também no estado da Guanabara, respectivamente o jornal *O Dia* e o jornal de *Umbanda*. Contudo, antes de analisarmos tais questões mais a fundo, gostaríamos de realizar uma pequena discussão sobre a história da umbanda.

A formação de um campo religioso umbandista no Rio de Janeiro entre 1950 e 1965

A formação do campo umbandista no Rio de Janeiro foi analisada por importantes autores. Dentre esses autores, gostaríamos de destacar Diana Brown (1985) que analisou a fundação e a expansão da umbanda no Rio de Janeiro. Para a autora, a narrativa de Zélio de Moraes⁵ sobre a religião e seu relato de doença e posterior cura, teriam desenvolvido a concepção de um “mito de origem” da religião (BROWN, 1985, p.10). Em sua concepção, Zélio de Moraes é apontado como possível fundador ou anunciador da umbanda a partir da manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas.

Portanto, para uma parcela do movimento umbandista, a fundação da umbanda estaria relacionada diretamente com a manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas por intermédio de Zélio de Moraes, em 1908, na cidade de Niterói, e com a posterior fundação da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, no mesmo ano, por sugestão do Caboclo das Sete Encruzilhadas, em São Gonçalo. A forma de umbanda de Zélio de

⁴ Cabe destacar que neste período o Rio de Janeiro passaria por importantes transformações, pois, em 1960 com a mudança da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser capital e tornou-se estado da Guanabara, mudança está que durou até 1975. (MOTTA, 2001, p.1-16).

⁵ Zélio Fernandinho de Moraes nasceu em 1891, no município de São Gonçalo e faleceu em 1975 no Rio de Janeiro. Zélio foi um importante médium umbandista. Considerado por muitos como o anunciador da umbanda.

Moraes era mais afeita ao kardecismo e a uma leitura católica e, portanto, denominada de “umbanda branca”.

Apesar da força simbólica que o “mito de origem” da religião ganhou com o passar dos anos junto aos seguimentos umbandistas, nem todos os autores concordam com a relação estabelecida entre Zélio de Moraes e as origens da umbanda. Entre tais autores, podemos destacar Giumbelli (2002) e Rodhe (2009).

Não obstante, a centralidade atribuída à figura de Zélio de Moraes na história da umbanda, Giumbelli (2002) entende que o processo de construção de uma imagem de Zélio de Moraes enquanto fundador da umbanda teria se dado a partir de um processo de “construção tardia” (GIUMBELLI, 2002, p.196). Tal procedimento ocorreria apenas a partir de 1975, em um “período de dispersão doutrinário e de divisão institucional” (GIUMBELLI, 2002, p.195). Essa construção, portanto, apontaria para um projeto federativo específico.

Por sua vez, para Rodhe (2009), o que ocorreu, apesar de uma grande virada que se deu a partir da “umbanda branca”, foi que uma das partes que constituem a história da umbanda, ou seja, os praticantes “umbanda branca” acabaram emprestando à sua história de fundação, assim como suas crenças e práticas do amplo e complexo desenvolvimento da umbanda, que não se esgota em apenas uma forma de religião ou de umbanda (RODHE, 2009, p.93). Com isso, outras narrativas acabaram não tendo espaço, sendo legadas ao esquecimento, conforme ocorreu com Tancredo da Silva Pinto e a “umbanda omolocô”.

Entretanto, desde seu processo de formação, a relação dos umbandistas com o Estado brasileiro deu-se de maneira complexa, visto que os adeptos da umbanda precisaram negociar garantias para a manutenção de suas práticas religiosas. Ainda no primeiro governo Vargas, em 1934, foi criada a 1º Delegacia Auxiliar, na qual fora cunhada em 1937, a seção de Tóxicos e Mistificações que também era especializada na repressão ao “baixo espiritismo”⁶ e no combate as chamadas mistificações (SÁ JUNIOR, 2004, p.48).

⁶ “A ausência dos intelectuais e a presença dos espíritas kardecistas estão também relacionadas com a importância que uma categoria adquire nesse contexto: a de “baixo espiritismo”. Ela é basicamente o resultado de um processo de negociação derivado da necessidade de traçar distinções que orientaram a condenação e a repressão de práticas religiosas. É preciso lembrar que “o espiritismo, a magia e seus

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Em 1939, Zélio de Moraes e outros líderes umbandistas criaram a Federação Espírita de Umbanda (FEU), considerada a primeira federação de umbanda do Brasil. Essa instituição, além de prestar apoio jurídico aos seus filiados, que eram adeptos umbandistas, passou a efetuar o registro das casas e terreiros de umbanda na delegacia de Polícia Política, pois o registro se tornou obrigatório a partir de 1941, por ordem do chefe de polícia do Estado Novo varguista, Filinto Müller (BROWN, 1985, p.16). Essa exigência de registro na delegacia passaria para o cartório, em 1945 (BROWN, 1985, p.18). Sendo extinto somente no final de 1980, em alguns estados do Brasil⁷.

A Federação Espírita Umbandista organizou também o Primeiro Congresso do Espiritismo de Umbanda, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1941. Esse congresso tinha o objetivo de doutrinar e codificar a religião⁸. Sendo assim, “os trabalhos apresentados nesse Primeiro Congresso recuam as origens da umbanda a um passado totalmente distinto do ‘barbarismo’ negro africano” (ISAIA, 1999, p.107). Essa mesma federação organizadora do congresso criou, em 1947 o *Jornal de Umbanda*, que se tornou o principal meio de comunicação entre a federação e as casas e centros de umbanda filiadas a ela. Naquele mesmo ano, a Federação Espírita Umbandista alteraria seu nome para União Espiritista de Umbanda. E em 1954, esta mesma federação mudaria seu nome para União Espírita de Umbanda do Brasil (UEUB)⁹.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, a umbanda cresceu e se expandiu para regiões como São Paulo e Rio Grande do Sul (BROWN, 1985, p.18). Esse desenvolvimento foi concomitante ao início do chamado “período democrático brasileiro” (1946/1964) que se iniciou com a Assembleia Constituinte e a criação de uma Constituição que sustentou a democracia - liberal que fora implantada (FERREIRA, 2014, p.148).

sortilégios” estão inscritos entre os “crimes contra a saúde pública” no Código Penal promulgado logo no primeiro ano do regime republicano. Diante dessa ameaça, os espíritas procuraram argumentar que sua mediunidade nada tinha de magia e era toda inspirada pela caridade. As práticas que destoavam dessa definição seriam por eles chamadas de “falso espiritismo” ou “baixo espiritismo” (GIUMBELLI, 2010, p.110).

⁷ A obrigação de um centro de culto registrar-se na polícia cessou em diferentes datas nos estados brasileiros: em 1976, na Bahia, mas em São Luiz do Maranhão apenas em 1988 (CAPONE, 2009, p.134)

⁸ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE UMBANDA. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Espiritismo*, 1941, p.3.

⁹ *Jornal de Umbanda*, fevereiro de 1954. Consultado em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Consulta realizada em 07/09/2018.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Assim, cabe salientar que a década de 1950 foi um período de importantes transformações junto ao “campo religioso” umbandista, pois a partir desse período, novas federações de umbanda surgiram no Rio de Janeiro. Algumas defendiam a chamada “umbanda branca”, que não aceitava o uso de atabaques, sacrifícios animais ou qualquer mistura com o candomblé ou a África (CAPONE, 2009, p. 134). Portanto, nos anos 1950, surgiu a Confederação Espírita Umbandista (CEU), que mais tarde se tornaria a Congregação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB), fundada por Tancredo da Silva Pinto, em 1949, junto de outras figuras importantes para as religiões afro-brasileiras¹⁰, no Rio de Janeiro. Ele realizaria um amplo processo de crítica aos representantes da UEUB e a seu modelo de umbanda “desafricanizada”, que fora propagado a partir do Primeiro Congresso de Umbanda, de 1941.

Tancredo, por sua vez, defendia uma origem africana para a umbanda, pois na visão dessa liderança umbandista, a religião teria nascido na África, mais especificamente em Angola, denominada de “umbanda omolocô” (PINTO; FREITAS, 1963, p.9). Conforme, veremos adiante, Tancredo publicou diversas obras, entre livros, músicas e colunas de jornais, onde defendia suas concepções religiosas.

Tancredo havia se tornado porta-voz dos praticantes de uma umbanda mais “africanizada”, defendendo, por sua vez, a realização de sacrifícios animais, a utilização atabaques e tambores em seus rituais, além da busca ou da aproximação de elementos do candomblé Angola, que alcançou grande popularidade. Tancredo, então, criou um primeiro movimento de volta às origens no meio dos cultos do Rio de Janeiro (CAPONE, 2009, p. 134).

Portanto, em paralelo a formação de um campo religioso umbandista no Estado do Rio de Janeiro, buscamos analisar parte da trajetória de Tancredo da Silva Pinto e sua defesa de uma umbanda “africanizada”, ou seja, a “umbanda omolocô. Entretanto, gostaríamos de destacar que em momento algum, buscamos desqualificar a figura de Zélio de Moraes e sua importância para a história da umbanda, porém, achamos válido

¹⁰ Desta forma, “em uma matéria do jornal Diário da Noite, de 22 de junho de 1950, aborda a fundação da CEU. Na fonte do jornal, os fundadores desta seriam: Tancredo da Silva Pinto, Mamede Jose d’Avila, Byron Torres de Freitas, José Alcides, Paulino da Mata, Olga da Mata, entre outros” (BAHIA; NOGUEIRA, 2018, p.71)

analisarmos outras narrativas, como a de Tancredo da Silva Pinto, buscando demonstrar o quanto a umbanda possui uma história rica e plural.

Tancredo da Silva Pinto e a umbanda omolocô

Tancredo da Silva Pinto, ou simplesmente Tatá Tancredo, foi um importante líder religioso umbandista e sambista, nascido na cidade fluminense de Cantagalo, em 1904, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, em 1979 (LOPES, 2004, p.532). Ele foi responsável por fundar, conforme destacamos, a CEU em 1949, tendo escrito diversas obras sobre sua concepção de umbanda. Tancredo é considerado um “elo” entre o mundo do samba e o da religião, compondo sambas como *Jogo proibido*, de 1936 e *General da banda*, em 1949 (LOPES, 2005, p.6).

Tancredo era compositor, profissão esta que estava assinalada em sua carteira de trabalho. Em suas composições estavam presentes e eram divulgadas diversos elementos dos cultos afro-brasileiros, como simbologias, práticas rituais e também entidades espirituais. Logo, por meio de suas produções no campo artístico, Tancredo fazia uma ampla circulação de simbologias afro religiosas, que extravasam os locais sagrados, sendo divulgadas fora dos terreiros. Um exemplo desta divulgação pode ser constatado a partir da canção “General da Banda”, de 1949, que tinha como letra:

Chegou general da banda
Ê! Ê!
Chegou general da banda
Ê! Á!
Mourão! Mourão!
Vara madura que não cai
Mourão! Mourão!
Oi, catuca por baixo
Que ele vai¹¹

A canção fazia uma referência direta à figura de Ogum, orixá iorubano do ferro e da tecnologia, conhecido como “general da banda” em casas e terreiros de umbanda.

¹¹ Música gravada pelo cantor Blecaute em 1949, em disco Odeon. Compositores: Sátiro de Melo, Tancredo Silva e José Alcides.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Também é interessante destacarmos que ao serem gravadas em disco e também divulgadas pelas ondas de rádio, músicas como “General da banda”, dentre outras, tornaram conhecidas elementos das simbologias afro-brasileiras, sendo estas canções consumidas por diferentes camadas sociais (BAHIA; VIEIRA, 2017, p.182).

Desta forma, “por serem dinâmicos, os cultos afro-brasileiros, assim como suas práticas e representações, tornam permeável o trânsito entre o campo religioso e a sociedade, sendo passíveis de influências mutuas” (BAHIA; VIEIRA, 2017, p.182). Essa dinamização, dentre outros fatores, acabou tornando possível a gravação de músicas com inspiração afro-religiosa.

Porém, quando mobilizamos a relação entre cultos afro-brasileiros, sociedade e Estado, não podemos esquecer que as religiões afro-brasileiras foram, por muitos anos, reprimidas e, por vezes, perseguidas pelo Estado, conforme podemos observar a partir da obrigatoriedade do registro dos terreiros e centros de umbanda. Entretanto, devemos levar em consideração outros caminhos possíveis para além da lógica de repressão. Não obstante, termos um período, como o do início do século XX, onde as práticas afro religiosas eram desvalorizadas por parte do poder público e da sociedade, sendo por vezes criminalizadas, como no Código Penal de 1890, a realidade sociocultural era diferente, sendo mais complexa do que apenas para ser entendida a partir do olhar da repressão (BAHIA, VIEIRA, 2017, p.179).

Existem outros caminhos que vão além da ideia de repressão e resistência, pois o próprio ato de se gravar e consumir músicas com temas ligados às religiões afro-brasileiras, conforme pudemos observar com as composições de Tancredo, nos levam a pensar relações baseadas, em partes, nas interações, negociações e nos diálogos que envolvem circulações e trocas culturais (VIEIRA, 2010, p.128). Ou seja, em momento nenhum negamos a repressão, mas acreditamos que mesmo com essa lógica, atores sociais puderam negociar e garantir circulação e manutenção de suas práticas culturais e religiosas ligadas, por vezes, as religiões afro-brasileiras.

Cabe destacar que, além de ser um importante compositor de músicas com temas ligados a elementos da cosmologia afro-brasileira, Tancredo foi um importante pai de santo ou tatá da umbanda omolocô, ao ponto de conseguir fundar uma federação de umbanda, em 1949, conforme destacamos acima. Além de ocupar um papel de liderança

sobre parte do movimento umbandista, sendo responsável por organizar diversas festividades¹² em prol da umbanda.

Um dos maiores eventos organizados por Tancredo se deu em 1965, no estádio do Maracanã, ou seja, um ano após o golpe civil- militar de 1964. A cerimônia “*Você sabe o que é Macumba?*”¹³, que tinha como objetivo de comemorar os 400 anos da cidade do Rio de Janeiro e celebrar a abolição da escravidão. A festa também contou com a presença de delegações umbandistas de várias regiões do Brasil. A comemoração deu-se na administração de Carlos Lacerda (1960-1965).

Desta forma, por conta de suas redes e influências, além de suas produções, Tatá Tancredo começou a escrever uma coluna semanal no jornal *O Dia*, a partir de 1953. Nesta coluna, o líder umbandista fazia circular suas concepções religiosas e articulava uma posição de defesa em torno de uma umbanda mais “africanizada”, ou seja, a “umbanda omolocô”. Tancredo possuía uma boa relação com importantes políticos, entre os quais, gostaríamos de destacar, Chagas Freitas¹⁴

Contudo, não podemos deixar de destacar a importância do período em questão para atores sociais como Tancredo, dentre outros, ganharem espaço em jornais como o jornal *O Dia*, pois o contexto político da época permitiu que uma pluralidade de ideias pululasse em importantes meios de comunicação, uma vez que também nos anos de 1940 e 1950, surgiram os primeiros programas de rádio dedicados à umbanda, entre os quais podemos destacar, *Melodias de terreiros*, de Átila Nunes (CAPONE, 2009, p.134).

Portanto, a partir da Constituição de 1946, ocorreu uma ampliação dos direitos democráticos e políticos no país. No período 1946/1964, teria se dado, pela primeira vez, o surgimento de partidos políticos nacionais, com programas e plataformas políticas específicas (FERREIRA, 2014, p.145). As eleições se tornaram sistemáticas e periódicas,

¹² Dentre essas festividades, podemos destacar a criação das festas de Iemanjá; da festa de Yaloxá (uma qualidade de Iemanjá), em Pampulha, Minas Gerais; da festa de Cruzandê (ou festa de caboclos), em Minas Gerais; da festa do preto-velho, em Inhoaíba, localizado na zona Oeste do Rio de Janeiro, homenageando a grande ialorixá Mãe Senhora, na cidade do Rio de Janeiro; da festa de Xangô, em Pernambuco; além do ritual religioso de fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, realizado no centro da Ponte Rio-Niterói (BAHIA; NOGUEIRA, 2018, p.62).

¹³ Diário de Notícias, 08 de maio de 1965, consultado em: <http://memoria.bn.br/>.

¹⁴ Importante político carioca, governador dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro ao longo das décadas de 1970 e 1980, além de ter controle sobre do jornal *O Dia*.

tanto para o Legislativo, quanto para o Executivo nas três esferas (federal, estadual e municipal). Logo, neste período, o Brasil também assistiu a uma explosão de títulos de jornais, que se deram a partir de 1946, apresentando uma pluralidade de vertentes de opinião (FERREIRA, 2014, p.149).

Porém, quando nos referimos ao “campo religioso” umbandista, cabe destacar que, os anos de 1950 e 1965 foi um período onde importantes debates ocorreram entre representantes da Confederação Espírita Umbandista (CEU) e da União Espiritista de Umbanda do Brasil (UEUB) na disputa pela primazia sobre o “campo religioso” umbandista.

As querelas em torno do campo religioso umbandista

Atores sociais, como Tancredo passaram a ganhar espaços em importantes meios de comunicação, tais como os jornais. Conforme destacamos, o líder umbandista passou a escrever uma coluna semanal no jornal *O Dia*, a partir de 1953. Entretanto, a coluna escrita por Tancredo não servia apenas como um meio de divulgação de simbologias e elementos rituais afro-brasileiros, pois, além disso, nesta coluna, Tancredo articulava uma posição de crítica em relação aos dirigentes da UEUB, identificados como praticantes da chamada “umbanda branca”, e que disputavam a primazia sobre o “campo religioso” umbandista no Rio de Janeiro com a federação criada por Tancredo da Silva Pinto, pelo menos até 1956, quando ocorreu a união de algumas federações de umbanda, dentre as quais podemos destacar a UEUB e a CEU, em uma instituição denominada “Colegiado Espírita do Cruzeiro do Sul¹⁵”.

Todavia, conforme destacamos, em uma matéria do jornal *O Dia*, de 19 de setembro de 1954, redigida por Tancredo junto de Byron Torres de Freitas que era filho de santo de Tancredo, intitulada “Linhas e Falanges”, onde argumentam que:

Sendo a Confederação Espírita Umbandista uma entidade fundada para reviver a tradição umbandista, é oportuno que se esclareça ao público sobre a origem

¹⁵ O Colegiado era uma coalizão que agrupava as cinco federações mais ativas do Rio e estava voltada para o trabalho de unidade da umbanda. Tendo na UEUB sua principal promotora, a coalizão incluía também a CEU de Tancredo, e o próprio Tancredo foi nomeado como um dos presidentes da entidade (BROWN, 1985, p.25).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

da umbanda, que é uma religião antiga, professada pelos nossos antepassados africanos. Também há grande controvérsia a respeito da verdadeira origem da Umbanda. Elementos que se julgam entendidos em assuntos religiosos desconhecem por completo a nossa religião (O DIA, 1954, p.7).

Tais elementos citados por Tancredo e Byron, são os que segundo eles, na mesma manchete, praticavam a chamada “umbanda branca” e a “umbanda mista”. Desta forma, cabe destacar que a “umbanda branca” era a forma de umbanda “desafricanizada”, segundo a bibliografia, defendida pela UEUB, conforme destacamos acima. Ainda, na mesma fonte, Tancredo e Byron argumentam que:

Hoje, entretanto, uma vasta onda de mistificação invadiu a Umbanda. Criaram, os intrusos, uma Umbanda Branca, uma Umbanda Mista, modificaram o ritual sagrado (O DIA, 1954, p.7).

Portanto, para entendermos o que, possivelmente, está sendo mobilizado por Tancredo como “umbanda mista”, é importante destacarmos que Capone (2009) através da categoria de “continuum religioso”, observa que apesar da existência de definições que ordenam o campo religioso afro-brasileiro, a realidade de tais cultos não é em si uma forma “pura”, mas sim uma forma “misturada” (CAPONE, 2009, p.121).

O que ocorre nestes cultos é uma constante fluidez, renegociação, intensa circulação de simbologias e práticas rituais, além da combinação de diferentes modalidades de cultos afro-brasileiros, que levam a uma grande circulação e reinterpretação de deuses, entidades e espíritos nos terreiros classificados como “traçados” ou “misturados” (CAPONE, 2009, p.121). Contudo, ninguém se identificará como fazendo parte de um terreiro ou casa “misturado” ou “traçado”, visto que a identificação sempre se fará tendo como referência a busca de uma tradição (CAPONE, 2009, p.122). De forma com que, o “misturado” ou “traçado” é mobilizado como uma categoria para se referir ao outro, seja ele concorrente ou vizinho, que por conta desta categoria, passa a ser desvalorizado (CAPONE, 2009, p.122).

Porém, na disputa pela legitimidade e pelo monopólio do “campo religioso” umbandista, Tancredo e suas concepções foram alvos de críticas por parte de intelectuais que defendiam uma umbanda mais afeita ao kardecismo e ao catolicismo, ou seja, o modelo defendido pela UEUB, denominado de “umbanda branca”. As críticas dirigidas

a Tancredo aparecem, principalmente, no jornal de *Umbanda*, criado pela União Espírita Umbandista do Brasil, em 1947.

Portanto, uma das críticas direcionadas a Tancredo foi escrita por Lourenço Velho na coluna “O que os outros dizem de nós”, em junho de 1954. Segundo o jornalista:

O Dia continua a publicar suas reportagens sobre a pseudo-Umbanda do Sr. Tancredo da Silva Pinto, que meteu na cabeça que é o único entendido de umbanda. Está fazendo o mesmo que a Eclética que chama a todos de africanistas, só que o Sr. Tancredo chama a todos de kardecistas e que só ele detém o segredo da verdade umbanda. Isso não nos interessa, pode fazer todas as afirmativas, mas faça o favor de parar com suas insinuações malévolas contra a União. O nosso diretor não lhe dará as cartas de uma polêmica. O conceito de sua Confederação não poder ser comparado com a União, mas há lugar para todos viverem em paz e fraternidade. (JORNAL DE UMBANDA, 1954, p.1)

As fontes ilustram de maneira instigante, como se configurava o “campo religioso” da umbanda no Rio de Janeiro e como se dava a busca por parte das federações de umbanda e de seus representantes pelo monopólio da religião (BOURDIEU, 2001, p.57). Assim, apesar de as federações não conseguirem se legitimar como instituições hierarquicamente superiores aos umbandistas, elas conseguiram gozar de certa influência junto aos adeptos da religião (BROWN, 1985, p.23). Portanto, cabe destacar que neste período:

A umbanda, portanto, começou a se organizar torno de dois polos opostos: um, formado pela umbanda “branca”, influenciada pelo kardecismo, e outro, pela umbanda omolocô, que buscava uma maior aproximação com os cultos afro-brasileiros, tendo os terreiros de umbanda se distribuindo ao longo desse “continuum”, que ia de uma forma branca a uma forma africana. (CAPONE, 2009, p. 134).

Breve conclusão

É possível compreender que ao longo dos anos de 1950 e 1965, a umbanda no que concerne a sua consolidação, organização e expansão a nível federativo, passou por importantes transformações em seu processo de formação no estado do Rio de Janeiro.

Importantes atores sociais e instituições estavam defendendo diferentes concepções de religião, conforme pudemos observar, a partir das disputas e negociações

travadas entre os líderes e representantes da Confederação Espírita Umbandista, e da União Espírita de Umbanda do Brasil. Contudo, ao longo de sua formação, o “campo religioso” umbandista também passou por processos de negociação e união, conforme pode-se observar com a formação do Colegiado Espírita do Cruzeiro do Sul, de 1956. Portanto, a umbanda, apesar das tentativas de união e codificação, se consolidou como uma religião plural.

Também gostaríamos de salientar a importância de analisarmos outros atores sociais que ocuparam um papel de destaque não só na formação da umbanda, mas também no processo de consolidação e divulgação de importantes simbologias e práticas rituais afro-brasileiras, conforme pudemos observar, a partir da figura de Tancredo da Silva Pinto e de sua divulgação e circulação de elementos afro-brasileiros.

Referências bibliográficas:

Jornais: Hemeroteca da Biblioteca Nacional 1950-1965

Jornal de *Umbanda*.

Jornal *O Dia*.

Diário de Notícias.

Livros e artigos:

BAHIA, Joana; NOGUEIRA, Farlen. Tem Angola na umbanda? Os usos da África pela Umbanda Omolocô. In Revista Transversos. *Dossiê: Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas - 10 anos da Lei 11.645/08*. Rio de Janeiro, nº. 13, 2018, p.53-78.

BAHIA, Joana; VIEIRA, Caroline. Performances artísticas e circularidade das simbologias afro religiosas. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, v.09, n.27, p.171-188, jan /abr 2017.

BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. In: *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 8-121, 1985.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. In: *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.

- BORDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo Editora Perspectiva, 2001.
- CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (orgs.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 147-181.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE UMBANDA. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Espiritismo*, Rio de Janeiro: 1941.
- GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. *Memória afro-brasileira 1: caminhos da alma*. São Paulo: Selo Negro, 2002. p. 178-202.
- _____. Presença na Recusa: A África dos Pioneiros Umbandista. In: Revista Esboços, vol. 17, Nº 23, p. 107-117, UFSC, 2010.
- ISAIA, Artur Cesar. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. Anos 90, v. 7, n. 11, p. 97-120. 1999.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. 3º edição. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- _____. A presença africana na música popular brasileira. In: *Espaço Acadêmico*, nº50, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.
- MOTTA, Marly Silva da. *O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.
- PINTO, Tancredo da Silva e FREITAS, Byron Torres. *Guia e ritual para organização de Terreiros de Umbanda*. Rio de Janeiro: Editora Eco, 1963.
- RODHE, Bruno. Umbanda, uma Religião que não Nasceu: Breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista. In: *Revista de Estudos da Religião*, 2009, p.77-96.
- SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. *A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da*

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Umbanda (1840-1960). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

VIEIRA, Caroline Moreira. *Ninguém escapa do feitiço: música popular carioca, afro-religiosidades e o mundo da fonografia*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

Chico Xavier e o Programa Pinga-Fogo (1971): mídia, carisma do médium e o discurso espírita na televisão brasileira

Grazyelle de Carvalho Fonseca

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

Introdução

Neste artigo, pretendemos iniciar uma breve reflexão sobre o discurso de Francisco Cândido Xavier (conhecido popularmente como Chico Xavier), no programa Pinga-Fogo da extinta TV Tupi. Nosso objetivo é perceber o discurso de Chico Xavier a respeito do regime militar e a construção de legitimidade do poder coercitivo sob a permissão transcendente. Tal enfoque surgirá durante o curso da nossa pesquisa de mestrado acerca da produção de humor espírita no contemporâneo, pois sentimos necessidade de recuar no tempo a fim de perceber as continuidades e rupturas com o desenvolvimento do espiritismo brasileiro¹, assim como, nos surgiram questões a partir da fundamentação da bibliografia acadêmica sobre espiritismo. Com isso, escolhemos este programa da TV Tupi, pois as edições tiveram grande repercussão positiva para a imagem do médium. Além do mais, a figura de Chico Xavier é uma personalidade carismática para o movimento espírita e expressou uma forma específica de espiritismo², cujas falas no programa abordaram trabalho, caridade, sexualidade e até o regime militar.

¹ Utilizamos a palavra “espiritismo” em vez de “espiritismo kardecista”, pois compartilhamos da perspectiva de que as religiões que lidam com espíritos têm suas particularidades. “Espiritismo” fora um termo criado na metade do século XIX por Allan Kardec para definir a doutrina que ele havia codificado, enquanto um tipo de comunicação entre o mundo material e o espiritual. De fato, a relação com o mundo dos espíritos e o mundo material é também uma premissa das outras religiões que lidam com os espíritos, porém, acreditamos que inserir todas dentro do leque “espiritismo” seguido da sua respectiva denominação pode tornar latente todo o contexto de disputas, preconceitos e lutas que religiões que também lidam com a matriz africana atravessam no território brasileiro.

² O espiritismo difundido por Chico Xavier seria uma espécie de cristianismo redivivo ou renovado com base na doutrina espírita.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

O programa Pinga-Fogo com a participação do médium ocorrera em 28 de julho de 1971 e, devido à sua repercussão, Chico retornara em 21 de dezembro daquele mesmo ano. Ambas as edições do programa tiveram uma duração longa³, com perguntas de diferentes temáticas. Pinga-Fogo era transmitido ao vivo para a cidade de São Paulo, sendo as outras cidades do país contempladas nos dias subsequentes através do recurso de *videotape*. Inicialmente, era um programa semanal que entrevistava políticos, apresentado pelo jornalista Almir Guimarães e com um quadro fixo de entrevistadores. Entretanto, a edição especial com Chico teve os jornalistas da emissora Helle Alves (estudiosa de espiritismo), Reali Júnior (repórter político) e Saulo Gomes (jornalista que já havia entrevistado o médium em outras ocasiões), Herculano Pires (jornalista aposentado pelos Diários Associados, espírita e influente em ambos os campos), o jornalista católico João Scantimburgo e o pentecostal Manoel de Mello. Na segunda edição, o corpo de entrevistadores foi modificado: Freitas Nobre (escritor, espírita, professor da USP e membro do MDB), Hernani Guimarães Andrade (parapsicólogo), Durval Monteiro (secretário do Diário da Noite), Saulo Gomes e o radialista Vicente Leporace.

Desta maneira, o programa Pinga-Fogo, além de representar uma importante aparição de Chico Xavier na televisão, também seria a primeira transmissão de uma sessão de psicografia na TV (STOLL, 2002), tendo alcançado grande sucesso de audiência. Assim como Stoll (2003), podemos verificar que Chico Xavier responde a maioria das perguntas a partir da colocação “como diz Emmanuel”, tornando a ocasião não somente a nível individual, mas também assessorada pelo plano dos espíritos. Vale ressaltar que, até mesmo em São Paulo, esta apresentação fora reprisada mais duas vezes e construiu-se uma memória jornalística acerca das edições contadas pelos próprios jornalistas em filmes documentários posteriores. Outro ponto, é que ela também foi motivo de exploração financeira por parte os jornais dos *Diários e Emissoras Associados*⁴, conforme salienta Stoll:

A imprensa também divulgou o evento: o Diário da Noite publicou um resumo no dia seguinte. A procura nas bancas foi tal que o Diário de São Paulo decidiu publicar o programa na íntegra, num suplemento de domingo. Depois de

³ O primeiro durou quase três horas e o segundo quase quatro.

⁴ Conglomerado de comunicação de Assis Chateaubriand e associados, cuja TV Tupi era vinculada.

circular por muitos anos em exemplares mimeografados, finalmente, em 1987, o programa foi transcrito em livro. (STOLL, 2003, p. 17).

Com base nas afirmações de Chico Xavier, em resposta aos entrevistadores do programa Pinga-Fogo, de que maneira ele representa o espiritismo naquele contexto de regime militar? Considerando os 44 anos de trabalhos mediúnicos para o espiritismo até aquele momento e a repercussão de tal aparição televisiva, problematizaremos a questão do carisma e da identidade de Chico Xavier conforme o “espiritismo à brasileira” (STOLL, 2002; 2003). Tal questionamento surgiu-nos durante nossa observação acerca do fato de que as literaturas acadêmicas referentes ao espiritismo e Chico Xavier (STOLL, 2003; Lewgoy, 2004) comentam a participação do médium no programa, mas não problematizam o discurso dele referente ao regime militar em consonância com a imprensa. Desta forma, embora, devemos reconhecer que tais bibliografias se referem a este programa como um fato midiático de visibilidade para o médium (STOLL, 2003; LEWGOY, 2004), bem como, enfatizam a coligação de alguns espíritas ao regime militar (LEWGOY, 2004), essa lacuna nos levou a iniciar esta reflexão preliminar.

O discurso espírita sob o contexto do regime militar brasileiro

A entrevista de Chico Xavier ocorrera em 1971, ano em que o Brasil estava sob o regime militar comandado por Emílio Médici (1969-1974). Questionado sobre a distribuição de renda e sobre a condição política do país, o médium defendera o trabalho como resolução das mazelas e o comando das forças armadas como solução para o Brasil atravessar aquele momento. Assim, para ele, o enfrentamento direto da população contra tal tipo de governo seria uma situação que deveria ser evitada.

Conforme a edição de Natal, em 21 de dezembro de 1971, assistimos ao questionamento do jornalista Saulo Gomes a Chico Xavier sobre o posicionamento dos “benfeitores espirituais” a respeito das conjunturas política e social do Brasil naquele momento. O apresentador Almir Guimarães, por sua vez, salientara que havia, pelo menos, sete perguntas dos telespectadores com o mesmo tema. Levando isso em consideração, a citação que faremos a seguir com a declaração do médium é longa, porém,

acreditamos que seja importante conhecermos a perspectiva dele perante aquele momento, visto que se refere a um modo específico de defender o espiritismo atrelado à dinâmica sociopolítica. Ele respondeu:

Vamos responder com muito respeito, segundo o que temos ouvido dos nossos benfeitores espirituais. [...] Sem qualquer posição eufemística, declaremos que a atual posição do Brasil é das mais dignas e das mais encorajadoras para nós porque a nossa democracia está guardada por forças que nos defendem contra a intromissão de quaisquer ideologias vinculadas à desagregação. Precisamos honrar a posição atual daqueles que atualmente nos governam, que vigiam sobre os nossos destinos. A oração e a vigilância, preconizadas pelo nosso senhor Jesus Cristo, se estampam com muita clareza em nosso governo atual. E nós todos, vamos dizer, com os nossos benfeitores espirituais, devemos orar muito, pedir muito a Deus e unirmos nossos pensamentos para que a união seja preservada dentro das nossas forças armadas, para que nós tenhamos o direito de orar[...] Portanto, com todo respeito, e sem nenhuma ideia de bajulação, falo pessoalmente, de minhas pequeninas confabulações com os espíritos amigos, e profundamente amigos do Brasil Cristão, em nosso Senhor Jesus Cristo, digo que nós devemos pedir para que tenhamos a custódia das forças armadas até que possamos encontrar um caminho em que elas continuem nos auxiliando como sempre, para que nós não venhamos a descambar para qualquer desfiladeiro de desordem. [...] muitos de nós acreditam que as forças armadas devem apenas funcionar nas ocasiões de beligerância, nas ocasiões de guerra, diante do mundo civil. Mas, a verdade é que espiritualmente nós estamos em grande conflito, nós estamos em grande conflito com ideias trazidas ao nosso meio pelas comunicações de massa, pelas imposições de nosso tempo em que o problema de massas tem de ser considerado. Nós precisamos resguardar o nosso coração para que essas ideias não se infiltrem em nossa vida pública, em nossa vida coletiva, para que não viemos a perder o dom da liberdade em Jesus Cristo. [...] Vamos agradecer a posição atual do Brasil porque o Brasil desfruta de ordem, está sob o império da lei. (XAVIER, 21 de dezembro de 1971).

Logo, sua argumentação não destoava da narrativa hegemônica daquele período conturbado pelo qual o país atravessava. Inclusive, a oposição ao marxismo aparece antes mesmo desta entrevista: já estava presente em “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” (publicado pela primeira vez em 1938), sob o contexto do Estado Novo. Trata-se de um livro polêmico, pois a autoria da psicografia fora atribuída ao espírito de Humberto de Campos, mas a família recorreu à justiça para reivindicar o uso indevido deste nome, bem como, alegar plágio de alguns trechos do livro Brasil Anedótico (1927), do próprio Humberto. Todavia, o trecho deste livro, que citaremos a seguir, é consoante às respostas de Chico no programa:

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Nesta época de confusão e amargura, quando, com as mais justas razões, se tem, por toda parte, a triste organização do homem econômico da filosofia marxista, que vem destruir todo o patrimônio das tradições dos que lutaram e sofreram o pretérito da humanidade, as medidas de repressão e de segurança devem ser tomadas a bem das coletividades e das instituições, a fim de que uma onda inconsciente de destruição e morticínio não elimine o altar da esperança da pátria. Que o capitalismo, visando a própria tranquilidade coletiva, seja chamado pelas administrações ao debate, a incentivar com os seus largos recursos a campanha do livro, do saneamento e do trabalho, em favor da concórdia universal. (XAVIER, 1969, p. 186)

Desta forma, a argumentação deste livro de Xavier é contrária ao marxismo, representando uma perspectiva do espiritismo brasileiro. Tais argumentações vão de encontro à defesa do capitalismo e oferecem uma autorização transcendente como justificativa legítima para o exercício do poder coercitivo na instância do poder político. Segundo Lewgoy (2004), o espiritismo da Federação Espírita Brasileira, representado pela figura de Chico Xavier, estava não somente imbricado com valores do catolicismo, mas também estava afinado com os projetos de setores militares, a partir de um “ideal utópico moderno de realização de uma mística patriótica” (LEWGOY, 2004, p. 119).

Ademais, segundo o autor, devemos considerar que o espiritismo estava sob o contexto de concorrência religiosa entre umbanda e catolicismo. Parte dos membros do espiritismo aderira ao regime militar, distanciando-se da oposição ao regime feita pela Igreja Católica, que pregava ideias de justiça e igualdade, principalmente, com o movimento carismático que estava em ascensão. Diante desse contexto de pluralização de sistemas religiosos e de crenças, o cenário evangélico também era uma frente concorrencial ao próprio espiritismo, mesmo não sendo uma novidade necessariamente daquele período, visto que, tal como aponta Arribas (2010), já havia artigos de espíritas no século XIX em resposta aos protestantes de diferentes congregações. Inclusive, como pode ser assistido ao longo do programa Pinga-Fogo de julho de 1971, a equipe jornalística fez questão de convidar um pastor pentecostal – Manoel de Mello, da Igreja Brasil Para Cristo – para opor-se a Chico Xavier.

Na ocasião daquela fala de Xavier sobre o regime citada acima, havia um espírita parlamentar membro do MDB Paulista⁵, o jornalista e professor Freitas Nobre, porém,

⁵ O MDB fazia oposição ao Arena, que era o partido oficial do regime militar após a constituição do bipartidarismo. Segundo Napolitano (2014), o MDB possuía alguns membros combativos e de oposição

ele não teceu nenhuma questão ou comentário relativo à política, somente acerca do espiritismo. Com isso, consideramos importante percebermos a relação entre imprensa, política e espiritismo demarcada na bancada do programa e, ao consideramos o corpo de entrevistadores como parte da constituinte da mensagem acerca desse período, é relevante também destacarmos o entrevistador espírita e jornalista Herculano Pires que, embora também não tenha feito nenhuma questão ou afirmação a este respeito em julho de 1971, ele possuía posicionamento claro quanto ao marxismo. Ele opunha o espiritismo ao marxismo, negando a possibilidade de uma possível combinação. Assim, durante a atuação de Herculano Pires na imprensa concomitante à divulgação do espiritismo, ele compreendia a doutrina sob perspectiva mais ampla que o marxismo, visto que ela abordaria com profundidade as causas referentes à injustiça e às adversidades sociais sob explicações de ordem da evolução espiritual e reencarnação, recusando a possibilidade de o espiritismo ser influenciado pelo materialismo dialético de Marx (RIZZINI, 2000). Por fim, vale ressaltarmos, que ambos os jornalistas tinham contato com o médium, sendo que este último mantinha amizade de longa data, e debatiam questões políticas e sociais no campo espírita⁶.

Portanto, de certa maneira, ao mesmo tempo em que a imprensa permitia que o espiritismo fosse propagado por um público amplo, ele também não representava perigo à manutenção do status quo no regime de exceção, a não ser competição entre outras crenças. Deve-se ter em conta que, de modo geral, a imprensa estava em constante negociação com o processo político, apresentando narrativas tanto de oposição, quanto de cooptação e silenciamento das violências da ditadura (BARBOSA, 2014).

Além disso, conforme Napolitano (2017), mesmo entre jornalistas que defendiam ideais liberais, uma parcela julgava necessário defender golpes de Estado que evitassem a participação da esquerda e inviabilizasse a ação de possíveis inimigos internos da ordem social. Desta forma, para esta parcela, as liberdades de expressão, de imprensa, de eleição e a democracia eram defendidos, principalmente, se pudessem excluir a presença de

em relação à Arena, porém, os membros do regime compreendiam-no como parte da manutenção desta forma de governo, sendo apenas parte constituinte da reforma institucional e de aliança com os setores liberais. A sociedade civil, por sua vez, também não o considerava forte o suficiente para fins de oposição.
⁶ Herculano Pires liderou um Clube de Jornalistas Espíritas de São Paulo (1948 – 1970). Inclusive, Freitas Nobre esteve junto de Herculano Pires e outros jornalistas no II Congresso Brasileiro de Jornalistas Espíritas (ver: RIZZINI, 2000).

partidos da esquerda. Inclusive, o ano de 1971 integra os “anos de chumbo” (1969-1973), que “impuseram aos liberais a visão clara e nítida de uma ditadura consolidada, ainda que eventualmente justificável pelas ameaças à ordem dos “radicais”, agora vindos da esquerda armada” (NAPOLITANO, 2017, p.354).

Com isso, nem os jornalistas colocavam em risco a sua profissão, nem Chico Xavier arriscava a sua liberdade de propagar o “espiritismo evangélico”. Visto que na fala do médium há posicionamento não somente com relação aos espíritos, mas a concepção humana também é assumida, acreditamos se tratar de uma temática em construção de consenso no âmbito espírita daquele período. Ademais, tal posição clamava pela resignação frente um poder autoritário – cuja própria imprensa e telecomunicações, de forma abrangente, atuou de maneira efetiva – a fim de obter a democracia mais à frente. Segundo Barbosa (2014), além das violências físicas e simbólicas, esse momento que o Brasil atravessou era caracterizado também pelo arrocho salarial, intervenções nos sindicatos e outros problemas sociais, como de saneamento e educação. Sendo assim,

[...] nem a análise do período ditatorial, nem a interpretação da relação da imprensa com os atores que assumiram a cena política são tarefas fáceis. Não houve só resistência nem só cooptação. A rigor, houve as duas coisas. A imprensa lutou e recuou. Alguns jornalistas se curvaram às ordens do silêncio, enquanto outros empreenderam lutas solitárias. Não há um único movimento, nem uma única tomada de posição. Entretanto [...], houve também convivência com a ditadura por parte da imprensa. (BARBOSA, 2014, p. 19).

Nesse caso que estamos nos propondo a refletir, observamos não só o silenciamento das violências por parte do médium e da imprensa, mas também a defesa por parte de uma possível ordem espiritual que autoriza a luta contra a dissolução dos “progressos” construídos pelas classes dominantes. Na edição anterior, de 28 de julho de 1971, o jornalista Reali Júnior questionou Chico Xavier sobre a posição do espiritismo frente às necessidades materiais, visto que, segundo o jornalista, a Igreja Católica vinha atuando pela defesa de maior distribuição de renda no mundo e, em especial no Brasil, a demanda era cada vez mais crescente. Desta maneira, a questão buscava compreender se o espiritismo pregava o conformismo na vida material ou ajudaria os necessitados.

Então, para Chico Xavier, o espiritismo não pregava o conformismo, ele pedia paciência para atravessar as mazelas a fim de esperar os processos da evolução. Ele parte,

então, para um posicionamento de resiliência perante aquele momento político do Brasil, exaltando suas competências perante a permissão de Deus e a capacidade humana de trabalho:

[...] se estamos subordinados aos critérios de nosso senhor Jesus Cristo, que estabelece aquele princípio “Dê a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César”, isto é, aquilo que pertence ao nível superior de nossa mente, às realizações com Deus que constituem o progresso e o aprimoramento de nossa alma, e aquilo que nós devemos aos poderes constituídos no mundo [...] Vamos dizer, o espiritismo evangélico não se sente absolutamente inclinado à qualquer participação no partidarismo de ordem política para solucionar os problemas da vida material. Conquanto reconheça que todos devemos trabalhar. O espiritismo nos ensina que se existe fome, não é por culpa da Terra. [...] nós todos precisamos do dinheiro. Seja ele apresentado de que forma for, em qualquer regime porque dinheiro é um documento daqueles que nos governam e que nos credenciam para o serviço aquisitivo onde estejamos. Conquanto precisemos todos do dinheiro, bom se pensássemos, por exemplo, em trabalharmos todos em organizar [...] as questões do trabalho com o aproveitamento das nossas energias integrais. [...] Resolveríamos o problema sem entrarmos em atrito com a autoridade legal. (XAVIER, 28 de julho de 1971)

Nota-se que Chico Xavier enfatiza um tipo de espiritismo: o espiritismo evangélico. Isto é, um espiritismo sintetizado com tradições católicas, que demanda pela intervenção de Jesus Cristo, Deus e Maria, mas também clama pela intersecção de espíritos desencarnados e “evoluídos”. É um espiritismo que permanece ao lado dos ideais burgueses, tal como originado na França, mas busca apresentar-se isento de posição política sob a justificativa de pregar a missão espiritual de evolução através do trabalho.

Com isso, podemos perceber um dos moldes como o espiritismo de se formou no Brasil, isto é, um “espiritismo à Brasileira” como proposto por Stoll (2003). De acordo com essa perspectiva, o espiritismo adquiriu peculiaridades conforme se difundiu aqui no Brasil, sendo produto de um ato criativo ou processo de apropriação do espiritismo francês. Ou seja, considerar o “espiritismo à brasileira” é reconhecer a capacidade criativa e de apropriação do sujeito. Não se trata, então, da oposição entre espiritismo católico ou científico, mas de conceber que a doutrina pode ser reinterpretada de diversas maneiras, de acordo com as peculiaridades histórico-culturais do contexto espaço-temporal que é inserida. “Nesse sentido, o *Espiritismo à brasileira* seria uma versão original e não um produto menor, alterado ou desviante” (STOLL, 2002, p. 367). Assim, é sobre a

construção da representação do homem caridoso e carismático do espiritismo que trataremos a seguir, tendo como base o caso desta aparição televisiva.

Mídia e Carisma do médium

Conforme vimos na introdução desse trabalho, devido à repercussão de Chico Xavier no programa Pinga-Fogo de 28 de julho de 1971, o médium fora convidado novamente em 21 de dezembro para o programa de encerramento daquele ano, em comemoração ao Natal. Nos extras do DVD da edição de Pinga-Fogo com Chico Xavier, produzido pela Versatil Home Video, sob o Selo Video Spirite (2011), disponível no YouTube, o jornalista Durval Monteiro, presente no segundo programa, relata ter havido uma decisão da empresa (TV Tupi) e a coordenação do programa (realizada por Almir Guimarães) para modificar a bancada original de entrevistadores, a fim de convidar jornalistas com vínculos ou simpatia à doutrina. De acordo com o jornalista, como ele não era adepto à doutrina, ele fora mantido na bancada a fim de representar o leigo e contestador (tanto o repórter quanto o telespectador). Com isso, observamos um intercâmbio entre as práticas religiosas e os meios de comunicação, a partir da construção de elos comunicativos das instituições de mídia com relação a fieis e o divino, sociedade e líder espiritual, como também, entre fieis e fieis (isto é, com a coletividade). Logo, os veículos de comunicação foram utilizados na produção, transmissão, circulação, recepção e apropriação dos bens simbólicos de salvação por indivíduos com os variados fins.

No programa de 21 de dezembro, o médium fez questão de pontuar: “Rogamos aos benfeitores espirituais para que a palavra que eu possa dizer não venha a ofender os nossos governantes, a nossas leis, pois nós sabemos que sem lei nós rolaríamos no caos”. Desta maneira, precisamos levar em conta alguns pontos inerentes à construção da biografia de Chico Xavier frente ao espiritismo: sua trajetória é carregada de abnegação em relação às necessidades individuais – gerando, inclusive, especulações acerca da sua sexualidade – a biografia acadêmica considera-o como um dos responsáveis pela consolidação da influência católica no espiritismo brasileiro, visto que sua performance está atrelada a “práticas populares como institucionais do catolicismo” (STOLL, 2002, p. 370) Com isso, vale notarmos a própria construção da figura dele como um homem casto,

puro e pacificador, sendo, portanto, portador de mensagem de esperança e luz trazida pelos “benfeitores espirituais” à esfera natalina.

Todavia, como bem salienta Stoll (2002), os relatos de sofrimento em distintas fases do médium conferem a ele um ideal de missão, renúncias e santidade. Inclusive, a narrativa do caráter mediúnico é percebida ora como loucura ora como manifestação diabólica e pecadora e, por fim, assumida enquanto manifestação religiosa do espiritismo atravessa a interpretação católica acerca do fenômeno mediúnico. Sendo sua vida reclusa nos moldes monásticos (abstinência sexual, recusa ao casamento e doação de bens materiais), cuja motivação seria exercer com maestria a vida espiritual e concretizar a sua santidade espírita. Isto é, a trajetória de Chico Xavier está “impregnada pelo ethos institucional católico” (STOLL, 2002, p. 383).

Trata-se da ideologia do carisma, isto é, da construção de formas simbólicas atribuídas aos agentes religiosos, que tanto fieis quanto os próprios agentes acreditam e levam a crer na capacidade de construir práticas e visões de mundo relativas ao transcendente, ao poder simbólico (BOURDIEU, 2015). Por sua vez, o poder simbólico – instância que a mídia, a religião e outras instituições culturais se encontram – relaciona-se com outros poderes (político, econômico e coercitivo, por exemplo). Enquanto partes distintas que compõem a esfera do sistema cultural, as mídias e as práticas religiosas constroem e se apropriam de acontecimentos e pensamentos, o que torna possível de entendê-las como atividades com características que podem ser intercambiadas, interagidas e não extremamente opostas. (THOMPSON, 2014)

Com isso, em negociação com a instância televisiva, as representações (formas simbólicas) atribuídas ao médium Chico Xavier (agente religioso) constroem um modelo ideal do que é ser espírita e um espírito “evoluído”: bondade, sacrifícios, altruísmo e santidade. Além disso, a ideologia do carisma também é constituída pela ideologia de missão ou revelação, visto que “impõe uma representação da gênese do discurso profético que faz descer do céu o que ele devolve ao céu aqui da terra”, a partir da “dialética da experiência íntima e da imagem social” (BOURDIEU, 2015, p. 55).

Assim, a representação de Chico Xavier na televisão é um processo de negociação de construção de crença acerca das suas qualidades que o tornam um médium respeitado. No caso relativo à sua posição sobre ao regime militar, ele busca manter uma perspectiva

de respeito e resiliência com base nos preceitos do espiritismo evangélico. Visto que o processo de representação do “eu” ou da identidade do sujeito no desempenho de uma determinada atividade requer um acordo entre o indivíduo e o público – ou o grupo a que está inserido – de confiança nas características que aparenta, de levar a sério a impressão que ele sustenta na ocasião (GOFFMAN, 1985). A partir dessa negociação, a visibilidade midiática do médium no programa televisivo, consolida-o como uma personagem santificada.

Considerações finais

Dentre uma variedade de temas abordados no programa – tais como: sexualidade, reencarnação, a morte do médium José Arigó, resposta a católicos e evangélicos, dentre outros –, infelizmente, o escopo deste trabalho não possibilitou contemplá-los e realizar uma reflexão aprofundada sobre a gama de proposições de Chico Xavier enquanto representante da Federação Espírita Brasileira, em uma rede televisiva de grande repercussão naquele momento. Todavia, buscamos destacar um ponto que nos intrigou durante o percurso dos estudos acerca do discurso espírita: o posicionamento do médium perante o regime militar e sua pregação por resignação quanto ao cerceamento da democracia e liberdade ideológica, a fim de legitimar as pluralidades religiosas, sobretudo, o próprio espiritismo.

Com isso, os veículos de comunicação também exerceram função importante: através da produção, transmissão, circulação das mensagens que chegariam aos receptores (os telespectadores da TV Tupi e, nos dias subsequentes, os leitores dos jornais dos Diários Associados), tais veículos buscaram intervir no curso dos acontecimentos e visões de mundo. Embora jornalistas tenham realizado questões ao vivo no programa, vimos que parte do espiritismo havia aderido à defesa do regime militar e se opuseram aos ideais marxistas. Portanto, de antemão, acreditamos que era esperado que as respostas das questões realizadas a Chico Xavier não ofereceriam ameaça subversiva ao estado de coisas naquele contexto. O que de fato observamos nas edições do programa foi uma defesa a este projeto político, legitimada pelo aval dos “benfeitores espirituais”. Não se trata de realizarmos aqui um juízo de valor acerca dessa posição do espiritismo, porém,

tal defesa não só ajudava o espiritismo a se legitimar naquele espaço como também construída a identidade do espírita pacificador e resiliente.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. Imprensa e golpe de 1964: entre o silêncio e a rememorações de fatias do passado. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 11, nº1, janeiro a junho de 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CHICO XAVIER, A GRANDE SURPRESA – 3 JORNALISTAS DO PINGA FOGO. Versátil Home Video, produtora do DVD Pinga-Fogo com Chico Xavier. Selo Vídeo Spirite. São Paulo: Versátil Home Vídeo, 2011. Disponível em: <https://youtu.be/9ekYFFr4DRY> Último acesso em setembro de 2018.

CHICO XAVIER “Pinga-Fogo – Programa 1”. Rede Tupi de Televisão. São Paulo: 28 de julho de 1971. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RIFiB-P6Y40&t=5023s> Último acesso em setembro de 2018.

CHICO XAVIER “Pinga-Fogo – Programa 2”. Rede Tupi de Televisão. São Paulo: 21 de dezembro de 1971. Disponível em: <https://youtu.be/CTmgrp0635Vg>. Último acesso em setembro de 2018.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

LEWGOY, Bernardo. *O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RIZZINI, Jorge. *J. Herculano Pires: o apóstolo de Kardec*. São Paulo: Paideia, 2000.

STOLL, Sandra Jacqueline. Religião, ciência ou auto-ajuda? In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2002, v. 45, nº2.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

STOLL, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: Editora USP; Curitiba: Editora Orion, 2003.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2014.

XAVIER, Francisco Cândido. *Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1969.

Mesa 2

Ensino de História e Historiografia I

Currículo e ensino de história: é possível pensar a cultura histórica nos municípios mais jovens da Baixada Fluminense a partir dos saberes docentes?

Claudia Patrícia de Oliveira Costa

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

Ressaltamos, nesse trabalho, as imbricações existentes entre as produções historiográficas sobre as recentes emancipações na Baixada Fluminense¹ e as orientações curriculares e pedagógicas que norteiam o ensino de história desses locais. Ao analisarmos as primeiras, constatamos a existência de duas tipologias de narrativas historiográficas: obras referenciadas na historiografia acadêmica e outras, que identificamos como inscritas no âmbito da historiografia de massas.² No campo da historiografia acadêmica, pontuamos os estudos sobre a memória e sua potencialidade enquanto elemento forjador de identidades, que se revigoram no âmbito da história local. Esse campo adquiriu particular relevância com os debates em torno das perspectivas micro-analíticas, que emergiram a partir da década de 1960. Nesse sentido, Jacques Revel destaca que a opção por uma abordagem do local pressupõe ajustar a escala de observação, partindo de aspectos específicos para entender as interpolações entre o local e o global. Para tanto, a abordagem a partir da escala de observação “procura também entender a maneira como movimentos ou transformações coletivas são possíveis, mas não

¹ Nesse conjunto, abarcamos os municípios de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, emancipados de Nova Iguaçu nas duas últimas décadas do século XX.

² Beatriz Sarlo explora as diferenças entre esses dois tipos de narrativas historiográficas, ao afirmar que: “Um princípio organizador simples exerce sua soberania sobre acontecimentos que a história acadêmica considera influenciados por princípios múltiplos. Essa redução do campo das hipóteses sustenta o interesse público e produz uma nitidez argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica. Não só a história de massas recorre ao relato, como não pode prescindir dele (à diferença do abandono frequente e deliberado do relato na história acadêmica); portanto, impõe unidade sobre as descontinuidades, oferecendo uma ‘linha do tempo’ consolidada entre seus nós e desenlaces.” (SARLO, 2007, p. 14)

a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhes imputa, e sim da parte que cada ator toma neles...” (REVEL, 2010, p. 440)

Dessa forma, pensar a história local em articulação com a fluidez do campo do tempo presente se configurou em um caminho para problematizarmos as operações que vêm sendo efetuadas em torno da construção de uma cultura histórica em quatro jovens municípios da Baixada Fluminense, desmembrados de Nova Iguaçu nas últimas décadas do século passado. Ao considerarmos que a cultura histórica diz respeito às materializações das formas como uma sociedade interpreta o seu passado³, destacamos que as formas de escrita da história, de massas ou acadêmica, são importantes indicadores para pensarmos a cultura histórica desses municípios. Da mesma forma, os relatos de vida, quando partilhados por muitos, também integram o repertório de aspectos sensíveis para a compreensão da conformação da cultura histórica local. Entretanto, para além desses indicadores, interessa-nos abordar e analisar os processos que dão conta da construção da cultura histórica via relações de ensino e aprendizagem da história.

Na tentativa de articular essas três formas possíveis para a manifestação da cultura histórica, quais sejam a produção historiográfica, os relatos de vida e as relações de ensino e aprendizagem, decidimos nesse artigo, dar especial atenção às duas últimas. A partir dessa escolha, destacamos primeiramente, as narrativas curriculares. Nesse aspecto, entendemos que as discussões que dizem respeito à elaboração dos currículos escolares integram o repertório de narrativas que visam orientar e produzir parâmetros para a atuação docente em sala de aula.⁴ Contudo, longe de se constituírem em discursos neutros e engessados na armadilha do conteudismo acrítico, defendemos que os currículos se constituem em discursos que evidenciam as tensões políticas que perpassam a sociedade responsável pela sua elaboração. Essa premissa nos distancia de uma perspectiva tradicional, segundo a qual a análise do currículo se pauta na avaliação de questões

³ “A cultura histórica é o modo concreto e peculiar por meio do qual uma sociedade se relaciona com seu passado.” (SANCHEZ COSTA, 2009, p. 277)

⁴ O conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar. Em termos modernos, poderíamos dizer que, com essa invenção unificadora, pode-se, em primeiro lugar, evitar a arbitrariedade na escolha de *o que será ensinado* em cada situação, em segundo lugar, se orienta, modela e limita a autonomia dos professores. (SACRISTÁN, 2013, p. 17)

meramente técnicas acerca da elaboração desses documentos.⁵ Esse é um posicionamento que implica na rejeição de abordagens que busquem explicar o currículo como algo dado, ao qual se aplique uma teoria. O currículo passa a emergir, então, como uma das múltiplas narrativas possíveis, fruto de tensões e negociações de dada sociedade.

Essa é uma percepção introduzida por perspectivas críticas e pós-críticas acerca do currículo que, de acordo com quadro tipológico esboçado por Tomaz Tadeu da Silva introduz conceitos como ideologia, relações de poder, conscientização e resistências, como também identidade e alteridade, subjetividades, cultura, multiculturalismo, gênero, raça e etnia. Para Tomaz Tadeu, as teorias críticas e pós-críticas foram fundamentais para ampliar a compreensão do currículo enquanto construção social reveladora dos processos de construção de identidades. Assim, ao invés de referendar aspectos do *status quo* social que perpassa a sociedade que os produziu, as perspectivas críticas e pós-críticas de análise dos currículos escolares permitem que se interponham indagações sobre “quais interesses fazem com que esse conhecimento e não outro esteja no currículo? Por que privilegiar um determinado tipo de subjetividade e não outra?” (SILVA, 2016, p. 16)

Ao nos inserirmos na perspectiva de uma teoria pós-crítica, destacamos a relevância dos Estudos Culturais para a análise e construção dos currículos. Retomamos considerações feitas por Tomaz Tadeu, que afirma que:

Os Estudos Culturais permitem-nos conceber o currículo como um campo de luta em torno da significação e da identidade. A partir dos Estudos Culturais, podemos ver o conhecimento e o currículo como campos culturais, como campos sujeitos à disputa e à interpretação, no quais os diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia. Nessa perspectiva, o currículo é um artefato cultural em pelo menos dois sentidos: 1) a ‘instituição’ do currículo é uma invenção social como qualquer outra; 2) o ‘conteúdo’ do currículo é uma construção social. (SILVA, 2016, p. 16)

Dessa forma, percebemos que os Estudos Culturais permitem uma abordagem acerca das prescrições curriculares que são elaboradas no contexto da produção de novas identidades culturais e sociais, como aquele que permeou a história brasileira ao longo

⁵ “É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: ‘teorias’ neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder.” (SILVA, 2016, p.16).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

das últimas décadas do século XX, caracterizado pelos debates em torno da emergência da democracia e da reelaboração do conceito de cidadania.

A partir desses referenciais, nos debruçamos sobre essa questão, buscamos articular os discursos oficiais produzidos em esfera nacional, como a Lei de Diretrizes Básicas para a Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), àqueles discursos produzidos ao nível local, como os currículos escolares da disciplina de história, das redes estadual e municipais das cidades de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. Esses discursos vêm sendo construídos desde as últimas décadas do século XX, momento em que as citadas cidades conquistavam também sua autonomia política. Esse foi um período marcado pela elaboração de novas leis que projetavam os ideais que deveriam nortear as políticas educacionais nacionais no alvorecer do novo milênio. O país, que acabara de ganhar nova Constituição Federal após os longos anos de regime de exceção, buscava referências para a construção de novos ideais de democracia e cidadania. A promulgação dessa nova Carta se inscreve no contexto do primeiro governo civil pós-1964, ainda eleito de forma indireta. Sobre essa Constituição, o historiador David Maciel afirma que:

através da nova Constituição, (...) a arena da disputa política foi modelada com base nos diversos mecanismos mantidos ou reformados herdados da institucionalidade autoritária anteriormente vigente. Citaríamos entre os mais importantes a legislação eleitoral, a estrutura partidária, a estrutura sindical, o estatuto legal dos militares, com sua respectiva autonomia política e a supremacia do poder Executivo sobre o Legislativo. (MACIEL, 2009, p. 83)

Contudo, apesar de manter de aspectos autoritários que visavam principalmente à remodelação de práticas de controle social, o jurista e cientista social Rubens Naves afirma que a elaboração dessa Constituição significou um importante passo no sentido de construir o ideal democrático brasileiro. Naves argumenta que, com o fim do Regime Militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, verifica-se o “despertar da sociedade brasileira para as grandes questões nacionais” (NAVES, 2003, p. 569) e a conseqüente retomada dos direitos civis, em um movimento que pressupõe a ressignificação do conceito de cidadania. Para Naves, tal movimento colocou em evidência a discussão sobre os direitos políticos, na medida em

que a nova Constituição estabeleceu eleições livres e ampliou o direito de voto aos jovens a partir de dezesseis anos, povos indígenas e analfabetos.

No que diz respeito às nossas indagações, percebemos que a ênfase nos direitos civis destacada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, potencializou as discussões que defendiam ideais de livre expressão e associação, concorrendo para a reelaboração do conceito de cidadania brasileira nesse momento. No nosso caso em específico, como já inferimos, a promulgação dessa Carta Constitucional forneceu subsídios legais e atuou no imaginário coletivo, de modo a impulsionar os protestos pró-emancipacionistas nas cidades enfocadas por essa pesquisa.

Outrossim, esse também é o momento em que se abre espaço para discussões em torno da reformulação dos currículos escolares em âmbito nacional, com a emergência de novos sujeitos e temáticas que passaram a ocupar os debates historiográficos. O lento processo de democratização, experimentado por países como Brasil, Argentina e Chile, permitiu a emergência de vozes e histórias de vida por muito tempo silenciadas. O processo em questão pontua, ainda, uma tendência à publicização e divulgação da produção historiográfica para além dos muros das universidades e demais centros de produção acadêmica. Tal contexto também tem sido fundamental para a compreensão dos esforços pela reelaboração das orientações curriculares de história para a Educação Básica, ocorridas a partir da década de 1980, como podemos concluir, a partir das considerações tecidas por Olavo Soares. O pesquisador afirma que:

No caso brasileiro, o contexto social dos anos 1980 influenciou sobremaneira as relações entre Universidade e escola. Os movimentos sociais em torno da luta pelo fim da ditadura militar e pelo retorno da democracia influenciaram as pesquisas (...) em educação, para os estudos sobre o currículo, notadamente dos currículos para o ensino de história. O período é marcado por um conjunto de propostas de reformulação curricular que, embora diferentes entre si, visavam ressignificar estruturalmente as noções de conhecimento escolar, de uso e de produção desses conhecimentos. (SOARES, 2012, p. 617)

Assim, essas produções começaram a expressar, ao longo das últimas três décadas, os debates acadêmicos que punham em evidência alguma crítica às abordagens eurocêntricas, abrindo espaço para abordagens ligadas à História Social e Cultural. Nessa chave, surgem também trabalhos que introduzem novas abordagens para a História Regional e Local, que busquem alternativas interpretativas para as questões que

marcaram o regionalismo encetado pela LDB anterior, datada de 1961.⁶ A partir da ancoragem conceitual oferecida por Tomaz Tadeu da Silva, pensamos o currículo como uma questão de saber, poder e identidade e percebemos que a descentralização política introduzida pela Constituição de 1988 e materializada no *boom* de emancipações das décadas de 1980 e 1990, perpassam a criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação, datada de 1996. Aspectos dessa descentralização se fazem sentir no que diz respeito às diretrizes para o Ensino Fundamental, por exemplo. Para essa etapa da Educação Básica, a LDB referenda o que dispõe a Constituição Federal⁷ ao determinar que o Ensino Fundamental, assim como a Educação Infantil devem, em longo prazo, se tornar competências dos municípios, evidenciando a relevância da unidade municipal como responsável por prover a educação juntamente com a União e os estados.⁸

Essa medida já vigora na capital do estado do Rio de Janeiro. No entanto, nas regiões periféricas, como é o caso dos municípios abordados na Baixada Fluminense, o processo vem sendo imposto lentamente e está longe de ser concluído. As redes municipais de educação, especialmente daquelas municipalidades que se constituíram mais recentemente, adentraram o presente século não tendo alcançado plenas condições de suprir essa carência e não conseguem ofertar a quantidade de escolas adequada para suprir as demandas por turmas do Ensino Fundamental na região. Esse é o primeiro entrave que destacamos, quando nos propusemos a analisar, pelo viés do ensino de história, o processo de construção da cultura histórica nas municipalidades que emergem na década de 1990, dotadas de maior autonomia graças ao que preconiza a Constituição de 1988.

⁶ Nesse retrospecto lembramos que, na década de 1960, as questões regionalistas ganharam destaque no bojo das “propostas desenvolvimentistas e das políticas que incorporavam noções de centro e periferia.” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: HISTÓRIA, 1997, p. 24-5)

⁷ “Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009) (...)”

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

⁸ “Os municípios incumbir-se-ão de: (...) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (...)” (LDB NACIONAL, 1996)

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Assim, em consonância com a LDB que referendava a autonomia dos municípios constitucionalmente garantida, habilitando-os a gerir a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ressaltamos a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, entre os anos de 1997⁹ e 1998¹⁰. Esse documento se propõe, conforme o próprio título evidencia, a estabelecer prescrições didático-pedagógicas acerca dos conteúdos disciplinares para a Educação Básica. No que diz respeito à História para o Ensino Fundamental, os PCNs preconizam, como objetivo geral, que os alunos possam, gradativamente e ao longo dos ciclos, ampliar a compreensão de sua realidade, especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas. No que concerne ao ensino da história local, sua prescrição se configura como eixo temático a ser trabalhado no Primeiro Ciclo, que compreende as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Desse modo, a partir do que preconizam os documentos constituídos ao nível federal para balizar os currículos escolares, analisamos, também, a elaboração de orientações curriculares pelo estado do Rio de Janeiro e, mais especificamente, pelos municípios enfocados pela pesquisa. A partir desse recorte, destacamos que o estado do Rio de Janeiro, durante a gestão Sérgio Cabral Filho,¹¹ empreendeu grande esforço para implementar, na Secretaria do Estado de Educação (SEEDUC), medidas que objetivavam a padronização das práticas escolares, em atenção às proposições contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. O conjunto dessas medidas estava previsto na Gestão Integrada da Escola (GIDE) que, como definida pela Secretaria de Educação, buscava:

integrar aspectos estratégicos, políticos e gerenciais [...] tem como objetivo ajudar os gestores na busca por melhores resultados no processo ensino-aprendizagem na escola. [...] cada unidade escolar terá uma radiografia da sua situação e poderá dar prioridade às causas dos problemas, ajudando o estado a elevar seus resultados no índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).¹²

⁹ Ano de publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais dos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental.

¹⁰ Ano de publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais dos 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental.

¹¹ Sérgio Cabral Filho, eleito governador do estado do Rio de Janeiro pelo PMDB, começou seu primeiro mandato em 2007. Reeleito, governou o estado até 2014.

¹² Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=451562>. Acessado em: 11/10/2017.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Dentre as medidas e estratégias implementadas na rede, nesse contexto, destacamos a criação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, ainda no ano de 2010. Em sua parte introdutória, o documento ressalta que “não tem a pretensão de apontar uma estrada já pronta e pavimentada” a educadores e alunos (DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, 2010, p. 9). De fato, essas diretrizes visam a um primeiro norteamento para o ensino nas primeiras séries do Ensino Fundamental que, no Rio de Janeiro, mesmo após mais de dez anos decorridos das prescrições contidas na LDB, continuava sendo uma demanda também suprida pela rede estadual de educação. Nos municípios abordados, a despeito das municipalizações, ainda é considerável o número de escolas estaduais que oferecem esse segmento.

No que diz respeito à parte dedicada às orientações acerca do ensino de história, o que nos interessa em particular, as diretrizes propõem que o saber histórico deva se desenvolver levando em conta um eixo de três conceitos: sujeito histórico, fato histórico e tempo histórico. Ao investir nessa tríade conceitual, os autores do documento preconizam que:

A compreensão do *Tempo Histórico* ultrapassa os limites do cronológico e também o transforma à sua maneira, para ser compreendido como processo. Começando por trabalhar a história de vida de cada criança, depois a história do bairro, ou do estado, a criança perceberá que, num mesmo período cronológico, podem existir diferentes situações de vida, diferentes sociedades; enfim, diferentes tempos históricos. (DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, 2010, p. 90)¹³

Essa premissa abre espaço para que pensemos a relevância dos estudos sobre a história local, as memórias e experiências de vida como chaves importantes para a epistemologia da história escolar nas séries iniciais. Por meio do que é proposto pelas diretrizes, espera-se que o educando seja capaz de fazer escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações, partindo de experiências intrínsecas às suas vivências cotidianas e relacionando-as, gradualmente, com contextos mais amplos.¹⁴ Ao fazermos essas

¹³ Grifo dos autores.

¹⁴“Trabalhos semelhantes a este são realizados como forma de reconstruir a história da própria escola, do bairro, da cidade, segundo a versão dos moradores. Esta proposta traz a reflexão sobre o fato de fazermos parte da história da família, da escola e da comunidade em que vivemos e, assim, percebemos nossa inserção no país e no mundo. Resgatar esse passado que não está escrito nos livros de História é fundamental, o que

ilações, retomamos o conceito de escala de observação, de Revel. O autor afirma que “é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados.” (REVEL, 2010, p. 443). Assim sendo, referendamos a validade da orientação proposta para as séries iniciais do Ensino Fundamental, posto que acreditamos que um dos grandes desafios do ensino de história diz respeito ao trabalho com a consciência histórica.

O conceito de consciência histórica diz respeito;

às formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar. (RÜSEN, 2011, p. 32-3)

Na prática, avaliar a maneira ou os impactos que tais manifestações exercem sobre a formação dos alunos e professores se constitui um desafio difícil de dimensionar. Certamente, a consciência histórica não é potência desenvolvida somente na relação escolar professor/aluno, estabelecida nos limites dos muros da escola ou das paredes da sala de aula. Apesar de nos debruçarmos sobre os debates que perpassam sua construção em âmbito escolar, não podemos deixar de levar em conta que a consciência acerca da cidade onde vivem alunos e professores dos primeiros anos da Educação Básica dos municípios escolhidos, inclui experiências e narrativas que extrapolam esses limites. Segundo Sanchez Costa, “pode-se dizer que uma pessoa tem consciência histórica quando adquire percepção sobre a estrutura temporal de sua existência, quando é consciente que seu passado condiciona seu presente e o presente marcará seu futuro.” (SANCHEZ COSTA, 2009, p. 275). Nesse sentido, consideramos a memória como um fenômeno capaz de disparar a elaboração dessa consciência, produzindo sentido ou orientação para que esses sujeitos do processo ensino/aprendizagem se percebam enquanto sujeitos históricos.

Diante da imbricação estabelecida entre as prescrições curriculares e as vivências de estudantes e professores, recorreremos a Maurice Tardif. Esse autor nos chama a atenção

pode ser feito por meio de testemunhos orais, uma excelente fonte de informação e conhecimento.” (DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, 2010, p. 91-2).

para o fato de que os saberes curriculares são saberes “mais ou menos de segunda mão”, uma vez que são de natureza exógena à prática docente. Segundo essa perspectiva, os professores se convertem em mediadores de padrões concebidos a partir de tradições culturais das quais, não necessariamente, partilham ou referendam. (TARDIF, 2014). No que concerne o ensino da história local, dado o fato de que os municípios enfocados não possuem orientações curriculares, se torna um terreno fértil para nossas indagações, pois verificamos que, a despeito dos esforços relacionados à construção de uma cultura histórica que privilegia a descentralização política, a autonomia local, a emergência de um novo conceito de cidadania e a valorização de identidades periféricas, esses esforços não atingiram plenamente essas cidades. Portanto, às considerações de Tardif, acrescentamos os argumentos tecidos por Luciana Cavalcanti, ao pontuar que “o currículo vivenciado na sala de aula é uma outra configuração daqueles elementos discutidos e selecionados pelos órgãos gestores das políticas educacionais.” CAVALCANTI, 2007, p. 50). Tal afirmativa abre espaço para que possamos apostar na investigação das possíveis estratégias estabelecidas entre os docentes, no sentido de superar esse hiato entre parâmetros nacionais muito amplos e prescrições municipais precárias e o que é praticado em sala de aula. Essa perspectiva nos permite focar a atuação do professor nessa questão não apenas como mediador de conteúdos, mas, como autor de suas aulas e, em última análise, como peça importante para compreendermos a cultura histórica local.

Ao identificarmos os saberes experienciais, tal como definido por Tardif, como aqueles que são concebidos a partir da experiência advinda da prática diária, das habilidades do saber-fazer e do saber-ser (TARDIF, 2014, p. 38-9), interessa-nos destacar sua relevância para essa pesquisa. Assim, encaminhamos nossa análise no sentido de verificar a mobilização dos saberes experienciais por esses docentes, bem como as tensões estabelecidas entre esse saber e aqueles curriculares e disciplinares.

Documentação:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CURRÍCULO MÍNIMO. Secretaria de Estado de Educação. Rio de Janeiro: 2012.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Brasília: 2013.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – Anos Iniciais. Secretaria de Estado de Educação. Rio de Janeiro: 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/editora> . Acessado em: 19/01/2017.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: História – 1 e 2º ciclos. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: História – 3º e 4º ciclos. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Referências bibliográficas:

CAVALCANTI, Luciana Araujo. *A História Local no currículo da Educação Básica.* Dissertação de Mestrado em Educação PPGE/UFPE, Recife, 2007.

MACIEL, David. O transformismo na substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática (1985-1990). In: *Projeto História*, São Paulo, nº 38, jun./2009.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da Cidadania.* São Paulo: Contexto, 2003.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In: *Revista Brasileira de Educação.* Vol. 15, n. 45, set./dez. 2010.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, M. A., BARCA, I. e MARTINS, E de R. (orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de história.* Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. São Paulo: Penso Editora, 2013.

SANCHEZ COSTA, Fernando. La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. In: *Revista de História Contemporânea*, nº 8, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SOARES, Olavo Pereira. Os currículos para o ensino de história: entre a formação, o prescrito e o praticado. In: *Antíteses*. Vol. 5, nº. 10, jul./dez. 2012.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

O protagonismo juvenil em foco: um olhar sobre as ocupações estudantis nas escolas estaduais de Campos dos Goytacazes – RJ

Fabírcia Vieira de Araújo

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

O presente trabalho constitui parte de uma pesquisa em desenvolvimento no curso de doutorado, e tem como objetivo, em um primeiro momento, abordar algumas questões referentes ao protagonismo juvenil, fortemente vinculado à noção de participação, mas que muitas vezes é empregado por sujeitos e instituições de forma a não considerar a sua significativa dimensão política.

Na segunda parte deste artigo e considerando os limites do mesmo, buscamos compreender minimamente o movimento de ocupação de escolas públicas organizado por estudantes da cidade de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense. Compreende-se que o referido movimento representa uma nova forma de participação liderada pela juventude. Para tanto, analisamos um total de 17 matérias concretizadas no ano de 2016 e divulgadas pelo G1, que é um portal de notícias do Grupo Globo. A escolha desse meio de comunicação se justifica pelo fato de ser amplamente conhecido, divulgado e por ter sido o jornal online em que foram encontradas com mais facilidade as reportagens que tangem os acontecimentos públicos de Campos.

O protagonismo juvenil e participação: algumas considerações

De acordo com Boghossian e Minayo (2009), o conceito de protagonismo juvenil apresenta-se de forma abrangente na literatura acadêmica. No Brasil, na década de 1990, a referida noção começou a ser abordada nos documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (FERRETTI e COLABORADORES, 2004),

e passou a ser apropriada também em diferentes áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Sociologia, a Pedagogia e a Antropologia, que se debruçaram sobre a juventude a partir de distintas perspectivas (GIL, 2012).

Boghossian e Minayo (2009, p.416) a partir dos trabalhos de Costa (1999; 2000), revelam que o protagonismo juvenil “pressupõe a criação de espaços e mecanismos de escuta e participação dos jovens em situações reais na escola, na comunidade e na vida social, tendo em vista tanto a transformação social como sua formação integral.”

Ferretti e colaboradores (2004) chamam a atenção para o tratamento genérico certas vezes empregado para se referir ao protagonismo juvenil. Segundo eles, abordagens genéricas acerca do tema podem levar a simplificações das ações dos sujeitos, ou a leituras diferentes do que é almejado. Carrano (2012) também faz menção ao frequente uso dessa noção – protagonismo juvenil – para indicar formas de pedagogização da participação da juventude no caminho do controle social e do ajustamento. Muitas vezes é possível observar que a participação dos jovens nem sempre influi nos processos de decisão, mas é apropriada para:

[...] o estabelecimento de consensos e promoção de ajustes já intencionados pelos poderes dirigentes dos grupos ou instituições. Estes necessitam conquistar adesão de seus membros e para isso promovem essa participação de ajustamento como canal para a promoção de mudanças verticalmente concebidas (CARRANO, 2012, p.87).

Destarte, o protagonismo juvenil direcionado meramente ao ajustamento de condutas juvenis pode ocultar contradições, tornar natural as precariedades e inibir conflitos que se relacionam com as lutas por direitos. Paulo Carrano, tendo como base Diani (1996), aponta ainda que a participação pode apresentar tanto um sentido forte como um sentido fraco. Em sua concepção forte, a participação leva ao engajamento capaz de impactar decisões que interferem na vida dos sujeitos, grupos e instituições. De modo contrário, a aceção fraca de participação está vinculada a formas diminutas de envolvimento que estão longe de intervir nos processos decisórios que afetam o cotidiano dos indivíduos.

Nesse sentido, entendemos que o protagonismo juvenil está estreitamente vinculado ao conceito de participação. De acordo com Boghossian e Minayo (2009,

p.417), o debate a nível nacional e internacional por elas analisado, que gira em torno da participação da juventude, parte das seguintes percepções: a de que os jovens não participam e a de que eles participam em uma nova perspectiva. Ao se pensar acerca da primeira percepção referida, é possível perceber discursos que assinalam que os jovens apresentam certa apatia no tocante a assuntos políticos e cívicos, que rejeitam os espaços formais de atuação política.

Para Butler e Princeswal (2012), essa aparente apatia e ausência de participação dos jovens geralmente estão relacionadas a uma limitada compreensão do termo “político”:

Enfatiza-se a visão negativa do jovem a respeito da política e sua baixa inserção em mecanismos institucionais, como organizações políticas tradicionais ou o próprio processo eleitoral. Entretanto, como aponta Novaes (2006), raramente as respostas dos jovens são comparadas as de outras faixas etárias, pois a baixa participação e a descrença na política e nos representantes políticos afetam todas as faixas da população (BUTLER; PRINCESWAL, 2012, p.112).

Abramo (1997) assevera que grande parte das abordagens referentes aos jovens possui dificuldades em considerá-los enquanto sujeitos atuantes, capazes de alvitrar ações significativas, de colaborar para a resolução dos problemas e não apenas sofrê-los. A pesquisadora exemplifica que os debates, os seminários e publicações que relacionam jovens e cidadania enfocam os “problemas” e os desvios da juventude, trazem à tona a questão das drogas, da prostituição, da violência, ou seja, questões que constituem os jovens enquanto problema para a sociedade, e raramente abordam as questões levantadas por eles próprios.

Para a autora, a juventude enquanto um tema percebido pela perspectiva do “problema social” é algo histórico, os jovens recebem atenção quando configuram uma ameaça para a continuidade social, quando existem falhas em seu processo de integração social.

É no contexto das décadas de 1960 e 1970 que a questão da juventude aufere mais evidência no Brasil, quando os jovens foram à luta contra a repressão e autoritarismo instaurados pelo regime ditatorial. A imagem da juventude atuante naquele período foi

assimilada posteriormente¹ de maneira positiva, uma geração criativa, politizada, engajada na transformação social, representando assim um padrão ideal de juventude. Segundo Butler; Princeswal (2012), os jovens de hoje, de forma geral, são comparados aos jovens do referido contexto, todavia, aqueles jovens engajados não representavam a maioria, não eram numericamente a maioria daquele tempo.

De modo contrário, a juventude da década de 1980 desponta como patológica: jovens consumistas, conservadores, apáticos, individualistas, descompromissados com o seu papel de mudança – características estas atribuídas à juventude após a imagem reelaborada sobre a década de 1960. Avançando para os anos de 1990, constata-se que a visibilidade social da juventude é modificada no tocante ao período precedente: “já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas” (ABRAMO, 1997, p.31). Entretanto, grande parte de tais ações “continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo)” (ABRAMO, 1997, p.32). Enfim, são jovens em “situação de risco” para eles próprios e para a ordem social.

Entendemos que aquelas talvez sejam características ou rótulos marcantes da juventude nos diferentes períodos. Não generalizamos. Compreendemos igualmente que o conceito de juventude comporta uma multiplicidade de identidades, fatores diversos, tais como gênero, renda, lugar de moradia, entre outros aspectos, como lembram Boghossian e Minayo (2009). No Brasil, como apontam ainda Gil e Seffner (2016, p.178), os jovens já foram caracterizados, de forma homogênea, “como *rebeldes, geração paz e amor, ousados e participativos, geração perdida, gangues, cara-pintada* e, neste momento, parece que a diversidade ganha mais visibilidade, dificultando que um grupo assuma a representação de todos.”

Analisando por outro lado, é possível verificar que alguns jovens organizam atualmente novas formas de engajamento em torno de motes políticos e sociais.

¹ Conforme Abramo (1997), múltiplos setores de oposição à ditadura ainda percebiam os movimentos juvenis como atuações pequeno-burguesas inconsequentes e até mesmo ameaçadoras das possibilidades de mudanças que se almejava. Foi apenas em momento posterior, quando aqueles movimentos já se encontravam em refluxo, que a imagem desses jovens foi reelaborada a partir de uma perspectiva positiva.

Boghossian e Minayo (2009) a partir de determinados estudos, identificaram que, diferentemente de como ocorria no passado, os jovens apresentam aversão aos moldes tradicionais de ação política, tais como partidos políticos, greves e campanhas eleitorais, sendo prestativos às questões sociais comunicadas pela televisão, discutidas no âmbito familiar e escolar.

Indo ao encontro dessas assertivas, Carrano (2012) assevera que a emergência de distintos coletivos de identidade marca a participação juvenil nos dias atuais. Tais coletivos se distanciam das configurações clássicas de participação, orientando-se para o corpóreo, o simbólico, o cultural, as exigências da vida prática. Assim, “as “clássicas” formas de participação feitas em agremiações estudantis e partidos políticos ainda possuem significado na arena pública, entretanto, elas co-habitam com novas formas e conteúdos de associativismo juvenil” (CARRANO, 2012, p.94).

Gil e Seffner (2016, p.185) também corroboram tais perspectivas. Segundo eles:

Observa-se que a participação juvenil na contemporaneidade difere do envolvimento dos movimentos de décadas anteriores e, via de regra, como sugere Serna (1997), aponta para: 1) a novidade das causas de mobilização; 2) a priorização da ação imediata; 3) a localização do indivíduo na organização ou movimento; e 4) a ênfase na horizontalidade dos processos de coordenação.

Nessa perspectiva, como trabalhado por Dayrell (2007), faz-se necessário atentarmos para a existência de uma nova condição juvenil em nosso país, que se manifesta em múltiplas dimensões, e que difere os jovens que se inserem no atual contexto das gerações de décadas anteriores. Os jovens nos dias atuais possuem suas características próprias, bem como apresentam práticas sociais e um universo simbólico particulares. Diversas são as expressões culturais, as formas de sociabilidade, as maneiras próprias de viver o tempo – sendo o presente o tempo predominante – existem ainda formas distintas de viver esse tempo de acordo com o espaço, seja no interior das instituições ou nos âmbitos de lazer, e, além de tudo isso, a incerteza assume um posto dominante no cotidiano da atual geração na passagem para a vida adulta.

A juventude luta por causas que acredita, é motivada por aquilo que interfere em seu cotidiano, no âmbito da vida prática. Boghossian e Minayo (2009) apontam que múltiplas causas têm reunido os jovens nas batalhas pelos direitos humanos, lutas são

organizadas contra discriminações de gênero e orientação sexual, contra preconceitos sofridos por deficientes, residentes de favelas, minorias étnicas, entre outros. Nesse sentido, “a participação juvenil hoje é plural, dispersa e fragmentada, tem uma capacidade de ação relacionada a um assunto concreto, não é institucionalizada, mas formada por redes vinculantes e flexíveis, estreitamente relacionados à cultura e à convivência” (GIL, 2012, p.100). Além do mais, tais lutas se inserem no curto prazo, são efêmeras.

As ocupações das escolas públicas pelos estudantes em várias partes do Brasil, a fim de reivindicarem e lutarem por seus direitos, momento em que se manifestaram contra a PEC 55 e a reforma do Ensino Médio, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação no ano de 2016, também podem representar mais um exemplo, efêmero, das novas formas de participação dos jovens, de participação política. Essa noção é aqui compreendida conforme mencionado por Borba et al. (2016): “a participação política é vista como uma atividade em que os cidadãos colocam suas vozes no espaço público para atingir suas múltiplas direções (VERBA; SCHLOZMAN e BRADY, 1995).” Dessa forma, a participação política dos alunos através das ocupações das escolas se encaixa nas chamadas formas de engajamento contestatório ou formas não convencionais de participação.

Nesse sentido, ondas de protestos e ocupações foram efetivadas em vários cantos do país, como nos estados do Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas, movimento este que ficou conhecido como Primavera Secundarista, assim denominado pelos próprios estudantes. Os protestos começaram no ano de 2015, em São Paulo, quando os discentes resistiram, inicialmente, à tentativa de reorganização das instituições escolares projetada pelo governador Geraldo Alckmin e o secretário da educação Herman Voorwald. A partir da referida experiência, foi criada uma rede de grupos em várias partes do Brasil, com as suas reivindicações, conforme as particularidades de cada localidade.

Nas páginas que seguem, abordaremos brevemente algumas questões acerca do movimento de ocupações de escolas em Campos dos Goytacazes, apresentado pelas matérias jornalísticas divulgadas pelo G1.

As ocupações estudantis nas escolas de Campos: uma análise das notícias divulgadas pelo G1

Para a segunda parte desse artigo, foram analisadas 17 matérias publicadas pelo G1 – norte fluminense – encontradas no próprio site do jornal online, através da opção de pesquisa “BUSCAR” disponibilizada na página do portal de notícias. Analisamos especificamente as reportagens que se referiam às ocupações das escolas estaduais da cidade de Campos, no ano de 2016.

Conforme Luca (2008, p.139), “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.” Assim, apontaremos nos limites do presente texto, um pouco da abordagem concedida pelo G1 em relação ao movimento de atuação política protagonizado por alguns jovens campistas.

Em linhas gerais, constatamos que o jornal procurou abordar as ocupações em cada escola, na sequência em que elas ocorreram, uma vez que as mesmas não se deram todas de uma só vez e ao mesmo tempo. Também apresentou as reivindicações dos estudantes, e, em certos momentos, concedeu voz a alguns deles, bem como divulgou o discurso da oposição, nesse caso, a fala da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), noticiou ainda os processos de desocupação das instituições e algumas conquistas obtidas.

A primeira instituição ocupada em Campos foi a Escola Técnica João Barcelos Martins, administrada pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), no dia 11 de abril de 2016, e a última, o Colégio Nilo Peçanha, no dia 20 de maio de 2016. Através dessa pesquisa inicial, parece que nove escolas no total foram ocupadas pelos estudantes na referida cidade. Observamos que variou o número de discentes que atuaram em cada instituição, por exemplo, cerca de 10 alunos ficaram alojados no Nilo Peçanha, já na Escola Coronel João Batista de Paula Barroso foram aproximadamente 50 estudantes, conforme as informações trazidas pelo G1.

De forma geral, no tocante às reivindicações dos alunos, as seguintes causas foram apresentadas pelo G1: “[...] melhorias nas unidades, melhores condições de ensino e pagamento dos salários dos profissionais da educação, que estão em greve” (G1, 13/04/2016). Eles exigiam a urgente reforma das instituições escolares, cujas estruturas estavam precárias. No caso da escola General Dutra, o espaço não possuía quadra esportiva, os ventiladores

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

estavam quebrados, a última pintura do prédio havia sido concretizada através da arrecadação de recursos angariados pela direção e professores. Dando voz ao lado oposto, o jornal também divulgou a versão emitida pela Seeduc, e, como era de se esperar, tal discurso entra em choque com a fala dos estudantes.

No Colégio Nilo Peçanha, por exemplo, os estudantes também exigiam “[...] a reforma dos banheiros, climatização nos dois prédios escolares e contratação de profissionais da limpeza e de segurança” (G1, 21/05/2016). Em cada instituição ocupada os estudantes apresentaram suas pautas, que, em linhas gerais, abarcaram aspectos comuns, tais como a melhoria nas instalações e nas condições de ensino. Como mencionado anteriormente, os jovens lutam por aquilo que interfere em seu cotidiano.

Ainda sobre as reivindicações dos estudantes e também dos professores grevistas, a Seeduc comunicou que havia iniciado as medidas para atender as exigências: “como redução do número de avaliações diagnósticas da rede, criação de projeto de Lei para escolha do diretor de escola e o fim do Programa de Bonificação por Resultados” (G1, 26/04/2016). Sobre tais reivindicações, destacaremos aqui a questão da escolha do diretor por parte da comunidade escolar. Entende-se que esta é uma luta travada desde a década de 1980. Conforme Paro (2008), de lá para cá, a eleição de diretores acabou por se expandir para os múltiplos sistemas de ensino, atingindo todas as regiões do Brasil. No entanto, mais de trinta anos se passaram e essa causa ainda é objeto de luta.

A partir dessas exigências, os alunos estavam exigindo o básico, como declarou uma aluna: “[...] estamos lutando pelos nossos direitos para termos o mínimo que a gente tem direito na escola” (G1, 21/05/2016).

Ao abordar a ocupação do Colégio Nilo Peçanha, o G1 apontou que o movimento dos discentes ocorreu de forma pacífica, mas houve resistência por parte da direção da instituição. Essa informação chamou a nossa atenção. Não temos um conhecimento mais consolidado acerca dessa resistência, mas, como lembra Dayrell (2007), parece que a escola – nesse caso, a direção da instituição – ainda não estabeleceu um diálogo com esses jovens alunos, não apoia as suas causas, não reconhece o seu protagonismo, o que não contribui para a sua formação política, visto que a escola deveria ser um espaço onde se ensina e onde se pratica a participação política, como nos remete Gil, Seffner (2016).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Por meio das matérias noticiadas pelo G1, percebemos que o movimento de ocupações das escolas liderado pelos estudantes contou com certa organização. Os jovens chegaram a criar a União dos Estudantes de Campos (UEC), instituída “durante as manifestações dos alunos em apoio à greve dos professores. O comando foi criado pelos estudantes para promover as ocupações e debater as pautas de cada escola” (G1, 19/04/2016). Em algumas reportagens, verificamos que os estudantes de determinadas escolas também planejaram como as ocupações iriam ocorrer no período noturno. Somente os estudantes do sexo masculino e maiores de idade permaneceriam no espaço escolar durante a noite. No Colégio Nilo Peçanha, por exemplo, também foi organizada uma agenda de aulas, ou aulões, como denominado pelos estudantes, para que os mesmos não ficassem sem estudar.

Além disso, o jornal divulgou ainda o chamado “viradão da ocupação”, organizado por alunos e artistas em apoio às ocupações das unidades escolares. A escola Liceu de Humanidades teria sua frente tomada por manifestações artísticas em um período de 24 horas. O evento contou com a parceria do coletivo Casinha, de Campos. Consta-se, assim, a participação e incentivo por determinada parcela da sociedade civil no movimento de luta dos estudantes.

No dia 30 de maio de 2016, o G1 apresentou a desocupação da primeira escola ocupada pelos estudantes em Campos, uma unidade da Faetec. A ocupação permaneceu no período de 49 dias. Parte dos alunos participou de uma reunião com o presidente da Faetec no Rio de Janeiro, e, em assembleia, optaram por desocupar a instituição, visto que do total de 13 itens que compunham as exigências, a Faetec se comprometeu a atender 7. O jornal apontou ainda que: “Entre as mudanças que serão atendidas de imediato pelo órgão, de acordo com os estudantes, está as pinturas das salas e banheiros, trocar as louças dos banheiros, e fazer a manutenção do gás, que segundo eles está com um vazamento há cerca de dez anos” (G1, 30/05/2016). Mudanças simples, mas que tiveram que ser objeto de resistência.

Meses depois, no dia 02 de junho, o G1 apresentou a decisão tomada pela juíza Maria Daniella Binato de Castro, que determinou a desocupação das escolas estaduais de Campos no prazo de 2 horas, a partir do momento em que receberem a notificação. Em caso de descumprimento da decisão, os estudantes poderiam ser retirados pela força policial. Os conselheiros tutelares da cidade e os comissários da Justiça da Infância e Juventude deveriam participar das desocupações, com o intuito de assegurar a integridade física dos alunos. O

jornal aponta ainda que, segundo a juíza, “o direito fundamental do acesso à educação deve prevalecer em relação ao direito à greve.” Nas palavras da própria magistrada:

[...] em estrita observância ao Princípio da Ponderação, deve ser garantido o direito de greve, porém em local diverso daquele destinado à realização do direito básico da educação. Resume-se: os adolescentes têm o direito de fazer greve, mas não no interior das escolas, uma vez que frustra o direito de educação dos demais alunos, direito esse que, conforme acima explanado, prepondera, no presente caso, em relação àquele (G1, 02/06/2016).

Entretanto, a partir das informações obtidas nos noticiários, entendemos que os estudantes não estavam realizando greve quando ocuparam as instituições escolares. Não havia uma recusa de frequentar as aulas por parte dos alunos, pelo contrário, em algumas escolas eles mesmos organizaram os chamados “aulões”. Aparentemente, compreende-se que os estudantes estavam justamente reivindicando o direito a uma educação pública de qualidade, o direito de estarem em uma escola com o mínimo necessário para o seu funcionamento. O argumento utilizado pela juíza, pelo que parece, não se aplica àquela atuação dos estudantes. A greve havia sido aderida pelos professores e não pelos discentes. A razão indicada pela justiça de Campos foi a de que a ocupação das instituições atrapalhava o direito ao acesso à educação. No entanto, entendemos que o acesso à educação já estava comprometido quando recursos básicos eram negados aos alunos.

Um dia após a referida decisão judicial, o G1 divulgou a desocupação de sete escolas em Campos dos Goytacazes. Conforme vídeo apresentado nessa matéria, exibido em uma edição do RJ TV, as escolas foram ocupadas por cerca de 2 meses. Mesmo não estando de acordo com a desocupação, os alunos deixaram as unidades durante a noite, de modo voluntário.

Um vídeo exposto na reportagem apresentou a fala da diretora de uma escola ocupada, o Liceu, afirmando que os alunos invadiram e arrombaram a secretaria, e que os principais sujeitos a perderem no âmbito desse movimento são os estudantes e a comunidade escolar de forma geral. Nesse caso e mais uma vez, o movimento de participação liderado por alguns estudantes não foi percebido pela direção escolar como algo positivo e válido. Parece que os jovens ainda não são percebidos por certos grupos enquanto indivíduos capazes de participar dos processos de negociação de direitos, algo já constatado pela pesquisadora Helena Abramo há mais de vinte anos.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Ao analisarmos as matérias jornalísticas, encontramos uma reportagem divulgada no dia 27 de junho de 2016, em que o G1 apresentou uma nova ocupação organizada por cerca de 40 estudantes, representantes de nove escolas. Porém, naquele momento, a ocupação ocorreu na Coordenadoria Regional da Educação em Campos. Os discentes denunciaram o fato de que suas reivindicações – organizadas no movimento de ocupação das instituições – ainda não tinham sido atendidas. O jornal divulgou a notificação da Secretaria acerca da manifestação aludida:

A Secretaria de Estado de Educação esclarece que a Diretoria Regional Norte Fluminense, em Campos dos Goytacazes, não foi ocupada. Alunos e professores estiveram no local e participaram de uma reunião, em que foram debatidas algumas pautas das categorias. A Seeduc destaca que, assim como tem feito, continuará a manter o diálogo com estudantes, professores e entidades representativas de ambos (G1, 27/06/2016).

A ocorrência de um novo movimento de protesto nos leva a perceber a lentidão no processo de acordo entre as duas partes. Além do mais, fica a impressão de que a Secretaria tentava abafar ou diminuir a importância da manifestação, quando mencionou a não existência de uma ocupação, mas a concretização de uma reunião. Aqueles sujeitos talvez não tenham permanecido por dias nas dependências da diretoria, todavia, no vídeo apresentado na reportagem, também divulgado no RJ TV, é possível perceber que a presença de estudantes e docentes no local não se limitou a uma mera reunião. Os alunos levaram cartazes, afixaram os materiais nas grades do prédio e permaneceram no pátio da diretoria, com gritos de protesto. Inclusive, policiais militares compareceram ao local para tentar uma negociação, conforme a reportagem, mas sem sucesso.

Em uma notícia divulgada no dia 17 de junho de 2016, o jornal apontou que as eleições diretas para o cargo de diretor das escolas haviam sido sancionadas por Francisco Dornelles, então governador em exercício. Ainda segundo o portal de notícias:

Nas escolas que foram ocupadas, a medida começa a valer já no segundo semestre de 2016. Para as escolas não ocupadas, as eleições devem ser feitas apenas em 2017. Os novos diretores serão escolhidos por estudantes, funcionários e professores. Antes da sanção da lei, a escolha era indireta, os nomes eram indicados pelo Poder Executivo Estadual (G1, 17/06/2016).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Esta foi sem dúvida uma significativa conquista adquirida pelo movimento secundarista e pelos professores. Entendemos que a atuação dos estudantes talvez tenha contribuído de certa forma para impactar os processos decisórios que interferem em suas vidas, como nesse caso da conquista relacionada à eleição da direção escolar. Faz muita diferença que a escolha do diretor seja concretizada pela comunidade escolar – que conhece a sua realidade – do que por mera indicação do estado. As possíveis vitórias que tangem o melhoramento das estruturas físicas das instituições – não estamos certos se esta conquista foi de fato efetivada – podem até não ter contribuído para a intervenção dos discentes nos processos de decisão. Porém, acreditamos que a experiência adquirida através do engajamento em causas que acreditam, pode ter propiciado aos estudantes uma rica aprendizagem.

Fontes:

G1, de 11/04/2016: Alunos de Campos, RJ, ocupam Escola João Barcelos Martins.

G1, de 12/04/2016: Alunos ocupam segunda escola estadual em Campos, no RJ.

G1, de 13/04/2016: Maior escola estadual de Campos, RJ, é ocupada por estudantes.

G1, de 15/04/2016: Estudantes e artistas promovem “viradão cultural” em Campos, no RJ.

G1, de 15/04/2016: Escola Almirante Paula Barroso é a 4ª de Campos a ser ocupada por alunos.

G1, de 18/04/2016: Estudantes ocupam duas escolas de Campos, RJ, nesta segunda-feira.

G1, de 19/04/2016: Estudantes ocupam sétima escola estadual em Campos, no RJ.

G1, de 26/04/2016: Escolas devem ter espaço liberado para aulas em Campos, diz Seeduc.

G1, de 21/05/2016: Colégio Nilo Peçanha é a nona ocupação escolar em Campos, no RJ.

G1, de 24/05/2016: Coordenadoria de Educação em Campos tem luz cortada e PM na porta.

G1, de 27/05/2016: Ocupação da regional completa 5 dias com professores sem luz e sem água.

G1, de 30/05/2016: Estudantes desocupam unidade da Faetec nesta 2ª em Campos, no RJ.

G1, de 02/06/2016: Professores desocupam sede da regional e comemoram avanços.

G1, de 02/06/2016: Juíza determina desocupação de escolas públicas em 2h em Campos.

G1, de 03/06/2016: Alunos desocupam escolas após decisão judicial em Campos, no RJ.

G1, de 07/06/2016: Isepam, em Campos, RJ, é desocupada por alunos nesta terça.

G1, de 27/06/2016: Coordenadoria Regional da Educação em Campos é ocupada por alunos.

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista brasileira de educação*, n° 5, p.25-36, 1997.

BOGHOSSIAN; Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde Soc.*, v.18. n.13, p.411-423, 2009.

BORBA, Julian.et al. Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil. *Revista Debates*, v.10, n.3, p.189-222, 2016.

BUTLER, Udi Mandel; PRINCESWAL, Marcelo. Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. *O social em questão*, ano XV, n.27, p.101-126, 2012.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O social em questão*. Ano XV, n°27, p.83-100, 2012.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.* V.28, n°100, p.1105-1128, 2007.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 411-23, maio-ago., 2004.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Participação juvenil e escola: os jovens estão fora de cena? *Última Década*, n.37, p.87-109, 2012.

GIL, Carmen Z. de Vargas; SEFFNER, Fernando. Dois monólogos não fazem um diálogo: jovens e ensino médio. *Educação & Realidade*, v.41, n.1, p.175-192, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

PARO, Vitor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (orgs.). *Políticas educacionais e organização do trabalho na escola*. São Paulo: Xamã, 2008.

O filme e o professor: o lugar do cinema na tessitura dos saberes docentes e na aula de História

Rafael Monteiro de Oliveira Cintra

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES

O filme fala. O filme te diz coisas. Eu te diria que um filme dura muito mais tempo do que uma vida.
(Hector Babenco)

De Thomas Carlyle a François Hartog, de Johann Droysen a Paul Ricoeur, há muito se discute as fronteiras entre a subjetividade dos historiadores e a prática da profissão. Diferentes perspectivas e apostas metodológicas, que oscila entre o abandono total da subjetividade e o apego absoluto a ela, a natureza destes debates coloca a consciência humana no cerne de uma discussão, epistemológica, sobre o exercício do historiador.

Para Sabina Loriga, este questionamento desponta, por um lado, da impossibilidade de separar-nos do tempo presente e das questões que ele nos lança. Por outro, relacionado ao *pathos*, pelo modo como lidamos com o passado em sua alteridade: podemos nos aproximar ou devemos nos distanciar dele? Qual a distância ideal entre nós? Estas perguntas nos questionam a respeito da iminência de uma relação afetiva com o passado, que não reside em outro lugar se não nas nossas subjetividades.

Na trilha de Ricoeur, Loriga entende que é preciso analisar o “eu” do historiador como um lugar de trabalho. Antes de renunciarmos nossas subjetividades no desejo de uma objetividade, podemos entendê-la como um ponto de partida para as nossas perguntas, análises, criações. Colocá-la neste lugar é reconhecer suas potências, seus limites, interroga-la ao mesmo tempo em que criamos a partir dela e com ela. (LORIGA, 2012).

Ora, se estamos diante de uma análise que indaga a incapacidade de os historiadores existirem sem as suas paixões, não podemos transportá-la a estes historiadores que não estão nas universidades, mas nas escolas?

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas discussões, resultadas de análises teóricas e empíricas, que relacionará esta subjetividade com os saberes que os professores de História acionam em suas aulas. Para isso, usaremos as relações entre estes saberes e as suas experiências com os filmes, fora e dentro da sala de aula.

O professor e o mundo: os filmes na tessitura dos seus saberes

O nosso ponto de partida é este: os professores (de História) são sujeitos que estão no mundo. Se considerarmos a aula de História como texto, como quer Ilmar Rohloff de Mattos¹, podemos apreender que também nas aulas do ensino básico existe uma operação indissociável da subjetividade que carregamos. Quer dizer, a partir da análise que trouxemos anteriormente, podemos compreender que estes professores, historiadores que somos, também transportam para suas aulas o próprio “eu”.

Além deste debate, que insere a questão da subjetividade na historiografia e, conseqüentemente, aos professores de História que produzem seus textos-aulas, percebemos, ainda, uma tradição nos estudos sobre formação de professores e suas trajetórias de formação que nos coloca diante da interface eu/professor. De acordo com António Nóvoa,

A maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino: “Será que a educação do educador não se deve fazer mais pelo conhecimento de si próprio do que pelo conhecimento da disciplina que ensina?” (Laborit, 1992, p.55). Eis-nos de novo face à *pessoa* e ao *profissional*, ao *ser* e ao *ensinar*. Aqui estamos. Nós e a profissão. E as opções que cada um de nós tem de fazer como professor, as quais cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. É impossível separar o *eu* pessoal do *eu* profissional. (NÓVOA, 95, p.17)

¹ Para Mattos, a aula de História é um texto como os produzidos academicamente. Isto porque os professores concatenam leituras e traduzem para o seu público, transformando-as em um texto próprio, criado a partir das suas próprias interpretações e na intencionalidade de relacionar-se com o outro: seus alunos. (MATTOS, 2006)

Neste sentido, Nóvoa propõe que a ação dos professores, o ato de ensinar, é composta por elementos que vão além de um conhecimento sobre a disciplina que lecionam: passam também pelo sujeito cujas características são forjadas nos e para além dos limites da instituição de ensino. Portanto, nós, professores de História, ao entrarmos na sala de aula, não somos apenas professores de História, pois as características da ação de ensinar História são provenientes dos conhecimentos que adquirimos durante nossa licenciatura, mas também no nosso contato com o mundo e suas diferentes instâncias de sociabilidade. Por que somos professores de História? Por que escolhemos este curso? Longe de iniciar um debate sobre a possível natureza das nossas escolhas, entendemos que esta pergunta pode ser um interessante trajeto para pensarmos a força axiológica da nossa inclinação a esta profissão.

Sendo assim, se não podemos distanciar a figura do “eu” da figura do professor, podemos propor que o professor (de História) que convoca o filme para as suas aulas, diante de inúmeras possibilidades de ferramentas didáticas, possui uma relação pessoal com o filme escolhido ou com a prática de ver filmes.

De acordo com Rosália Duarte, o gosto pelo cinema, enquanto sistema de preferência dos sujeitos, vincula-se a sua origem social e a sua relação com os filmes. Quer dizer, dois fatores contribuem para o fortalecimento do desejo, da paixão, que as pessoas possuem pelo Cinema: a primeira está relacionada ao lugar que a pessoa ocupa dentro de uma realidade sociocultural – por exemplo: se quando crianças foram apresentadas aos filmes, seja por um engajamento dos próprios pais ou mesmo da escola – e o impacto que este lugar gera na continuidade desta prática. A pesquisadora aposta que quanto mais filmes assistimos, mais queremos assistir. E, justamente por isso, indica que as crianças precisam ser apresentadas aos filmes na escola, uma vez que esta etapa da socialização humana é fundamental para uma postura crítica diante de uma “sociedade audiovisual” (DUARTE, 2006). Assim, o “gosto” pela prática de ver filmes é construído tão logo os filmes são inseridos na vida das pessoas.

Helenice Rocha diz que estes gostos, no caso específico de professores de História do ensino básico, podem ser percebidos no exercício da sua profissão:

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

No caso específico de professores do ensino básico, uma aproximação com suas escolhas permite perceber o quanto as preferências pessoais do consumidor cultural, por um lado, e a formação acadêmica, por outro, as orientam, nesse vasto repertório de produtos que podem evocar a presença do passado na aula de História. (ROCHA, 2015, p. 44)

A pesquisadora sugere que, tanto quanto os saberes adquiridos na formação para o magistério, as experiências de vida dos sujeitos, que possuem suas predileções em face de um vasto repertório artístico-cultural, interferem nas suas práticas docentes. Isto implica dizer que um professor de História que durante a infância, adolescência ou vida adulta se relaciona com um objeto de modo constante, é capaz de desenvolver um “sistema de preferências” que não se destacam de suas aulas.

Portanto, entendemos que o uso do filme pelos professores de História está diretamente ligado a relação que possui com ele. Quer dizer, transformando-os em propostas didáticas, tais professores transportam o seu “eu” para a sala de aula através dos filmes. Por conseguinte, ao convocar os filmes para as suas aulas, podemos imaginar que estes professores esperam que os alunos se engajem, possivelmente tanto quanto eles, na apreciação da obra.

Para Maurice Tardif e Claude Lessard, os professores possuem expectativas sobre os seus alunos e entendem que os seus alunos possuem expectativas sobre eles: por ser uma relação humana, as ações são pautadas por aquilo que esperamos do outro. (TARDIF, LESSARD, 2014). O outro, por sua vez, nos ensina a ser e muitas vezes nos aponta os melhores caminhos para seguir. Deste modo, pelo caráter humano desta relação, os professores apresentam seus sistemas de preferências: neste caso, o gosto pelo filme, esperando que os alunos também se interessem por ele.

“Vocês já viram aquele filme, já leram aquele livro?” são perguntas que fazemos aos nossos amigos, mas que os professores muitas vezes fazem aos seus alunos – porque essa também é uma relação interpessoal. Quando indicamos um filme a alguém, queremos compartilhar este interesse. Criar um vínculo.

Segundo Rocha, é possível estabelecermos um paralelo entre o desejo desse vínculo e a proposta de “comunidade de leitores” sugerida por Roger Chartier. Nela, os membros se identificam porque possuem as mesmas capacidades interpretativas sobre os objetos, compartilhando os códigos a partir dos quais emitem comentários sobre eles. Assim, na

relação dos professores de História com estes produtos culturais, indica que podemos perceber “um horizonte cultural comum e práticas semelhantes no que se refere à apreciação desses produtos, em favor do ensino e da aprendizagem em História” (ROCHA, 2015, p.45).

Esta proposição pode ser comparada ao que Duarte nomeia de “comunidade interpretativa”. Nela, os sujeitos constroem a significação de narrativas filmicas a partir do contato com outros sujeitos que estiveram diante delas:

A significação de filmes também não se dá de modo exclusivamente individual. Esse é um processo eminentemente coletivo, no qual o discurso do outro é tão constitutivo de nossas ideias e opiniões quanto o nosso próprio discurso. Espectadores de cinema, cinéfilos ou não, sabem, pela experiência, que o(s) sentido(s) do filme nunca é (são) dado(s) nele próprio e nunca é(são) apreendido(s) individualmente – daí a “absoluta necessidade” que afirmam ter de falar dos filmes que veem com outros espectadores. (DUARTE, 2006, p.61)

Nesse sentido, podemos sugerir que os professores de História que recorrem aos filmes consideram que, a partir deles, seja possível desenvolver um gatilho para o processo de ensino-aprendizagem da disciplina. Ainda, percebida esta possibilidade, desejam que os alunos compartilhem o gosto por este objeto, com o qual, quem sabe, seja possível aprender História. Na relação interacionista própria da sala de aula, os professores evocam o passado através dos filmes, compartilhando-o com seus alunos de um modo que atravessa e ultrapassa os limites das suas vozes ou dos livros didáticos.

Para Tardif, a presença do “eu” no professor pode ser compreendida pelo que entende como “origem social dos saberes”. Nesta teoria, que atribui importância às nossas experiências diante das coisas do mundo, os saberes docentes são compreendidos como muitos, adquiridos pelos professores em diferentes instâncias e momentos de sua trajetória pessoal e profissional. Longe de negar a importância das instâncias formais de formação, atribui relevância a outros espaços que contribuem para a construção dos saberes dos professores: a família, os amigos, as instituições que frequentam ou frequentou – como seu próprio processo de escolarização no ensino básico – e até mesmo a(s) escola(s) nas quais trabalha. (TARDIF, 2014, p. 63)

Deste modo, através da teoria de Tardif, podemos considerar que os professores que utilizam filmes em sala de aula não o fazem de maneira deliberada – somente porque

gostam de assistir a filmes. Pelo contrário, o fazem porque esta prática constitui os seus próprios saberes, suas formas de analisar e compreender o mundo, e, no exercício de sua profissão, recorrem a ela quando considera pertinente. Comparando o professor ao artesão, Tardif diz que

Se os saberes dos professores possuem uma certa coerência, não se trata de uma coerência teórica nem conceitual, mas pragmática e biográfica: assim como as diferentes ferramentas de um artesão, eles fazem parte da mesma caixa de ferramentas, pois o artesão que os adotou ou adaptou pode precisar dele em seu trabalho. A associação existente entre todas as ferramentas não é teórica ou conceitual, mas pragmática: elas são todas lá porque podem servir para alguma coisa ou ser solicitadas no processo de trabalho. Ocorre o mesmo com os saberes que fundamentam o trabalho dos professores de profissão. (TARDIF, 2014, p.65)

Pautada na ideia de sincretismo, Tardif desenvolve uma teoria que reconhece a unidade dos saberes docentes de um de um ponto de vista pragmático e não teórico. Ou seja, os professores possuem inúmeras perspectivas sobre o seu trabalho. Suas ações são circunstanciais, dialógicas: para cada uma delas são retirados os saberes necessários, carregados em suas malas.

A didatização da História e o filme como experiência com o passado

Como texto, a aula de História é criada a partir da relação que os professores estabelecem com os seus saberes e, sobretudo, com os seus alunos. Falar da aula de História como uma produção intelectual é entendê-la como uma produção fundada com uma intenção dialógica: espera-se que os alunos sejam capazes de tornarem-se leitores desse texto. Sendo assim, podemos entender que os professores exercem um esforço em tornar ensinável o que pretendem ensinar e, não somente, que o que ensina esteja em diálogo com o nível cognoscível do seu público.

Ana Maria Monteiro, na esteira de um debate sobre os saberes e os percursos utilizados no processo de didatização dos conteúdos programáticos das disciplinas, sugere a concepção de saber escolar como um saber que possui uma dimensão cognitiva própria:

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Assim, a perspectiva de constituição de um saber escolar tem por base a compreensão de que a educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre o que há disponível da cultura num dado momento histórico, mas tem por função tornar os saberes selecionados efetivamente transmissíveis e assimiláveis. Para isso, exige-se um trabalho de reorganização, reestruturação ou de transposição didática, que dá origem a configurações cognitivas tipicamente escolares, capazes de compor uma cultura escolar *sui generis*, com marcas que transcendem os limites da escola. (MONTEIRO, p. 83, 2010)

Portanto, entendemos que, para além dos saberes docentes, outra dimensão destes saberes se destaca: o que é ensinado nas escolas possui uma dimensão epistêmica particular, dada pelo lugar e pelos sujeitos que nele circulam.

De acordo com Rocha, a História ensinada nas escolas está inserida entre outras duas dimensões da divulgação histórica: a que é produzida e divulgada nos meios acadêmicos e a que se estende ao grande público através da mídia. Isto é, a história escolar respeita as particularidades do conhecimento produzido na academia, mas também dialoga com estes produtos que evocam o passado e o exhibe nas televisões, internet, rádio... Estas esferas possuem princípios em comum: “uma delas está nas preocupações relativas à eficácia da comunicação que compartilham. Há a preocupação da adequação da linguagem ao público visado, simultaneamente a uma busca (maior ou menor) de manutenção do rigor do conhecimento que lhe serve como base.”. (ROCHA, 2015, p.41)

Sendo assim, de volta ao escopo da nossa análise, é possível considerar que os professores de História convocam os filmes para auxiliá-los no processo de tradução dos seus conhecimentos, os seus saberes, para a linguagem pertinente à sala de aula.

Portanto, a História escolar possui dimensões específicas, formatada pelos saberes dos professores e pelo cotidiano da sala de aula. Dialogando com o que refletimos até aqui, Monteiro indica que no processo de garantia daquilo que deseja ensinar, os professores acionam tanto os seus saberes acadêmicos quanto as suas práticas sociais de referência.

No primeiro caso, o professor trabalha nesta “didatização”, adaptando o seu conhecimento (e a linguagem com a qual foi construído) para a linguagem do seu público. No segundo, podemos identificar que os professores acionam os seus valores, suas predileções, seus códigos axiológicos. Este processo, portanto, representa duas faces que, juntas, compõem o que Monteiro entende como “mediação didática”: neste conceito, a base referencial do desenvolvimento didático do professor ultrapassa os limites dos

saberes acadêmicos, atingindo, tal como nos saberes docentes de Tardif, aqueles adquiridos em outras esferas de socialização.

Portanto, acreditamos que os conceitos de saberes docentes, mediação didática e saber escolar contribuem para a análise da relação entre professores de História e os filmes. Isto porque estas categorias nos permitem compreendê-la em dois momentos: fora da sala de aula, através do vínculo entre sujeito e obra, e o que chega até os alunos a partir das mediações didáticas que os professores realizam.

Ora, se estamos falando da existência de um diálogo entre os saberes dos professores e o seu público, o que motiva, então, os professores de História a acionarem seus saberes com os filmes? Por que os filmes são inseridos no processo de mediação didática daquilo que desejam ensinar? O que, no ensino de História, estimula o professor-artesão a retirar os filmes de sua mala?

O sentido e a presença: a professora Mariana e sua relação com os filmes²

Hans Ulrich Gumbrecht acredita que o passado tem despertado um especial fascínio nos homens. O interesse por ele se revela na decoração das nossas casas, nas roupas que usamos, no destino das nossas viagens, músicas que ouvimos e filmes que assistimos. Para Gumbrecht, tal encanto associa-se ao cronótopo do “presente amplo”, no qual os horizontes de expectativas sobre o futuro fecham-se aos homens. Neste cenário, agarramo-nos ao passado para não o perder.

Através do conceito de *stimmung*, que, na melhor das traduções, pode ser entendida como “clima”, Gumbrecht destaca uma dimensão da percepção histórica que reintroduz o corpo humano nos ambientes passados. Nesse sentido, *stimmung* seria o impacto de uma dimensão histórica nos corpos, produzido para afetar aqueles que entram em contato com ela. Estamos falando, portanto, de uma experiência estética. (GUMBRECHT, 2011).

² O nome da professora está codificado, em respeito ao acordado no termo de consentimento livre e esclarecido aprovado pelo comitê de ética da UERJ. A entrevista faz parte da coleta do material empírico para a pesquisa “‘Hoje a aula vai ser um filme’: os lugares do cinema na tessitura dos saberes docentes e na aula de História.”

Aliada a essa categoria está a “produção de presença”, que se refere ao modo como certos objetos instauram uma experiência com o passado em um nível quase físico. Diferente do “sentido”, no qual os indivíduos constituem interpretações sobre o mundo e as coisas que estão nele, na “presença” somos envolvidos por este mundo e dispensamos uma racionalidade sobre ele. Sendo assim, na produção de presença do passado, o objetivo é que as pessoas sejam imersas nesse “clima histórico”, sem que necessariamente produzam racionalizações sobre ele.

Em Gumbrecht, podemos apreender as coisas do mundo pelo sentido ou pela presença. Estas duas perspectivas, entretanto, não representam duas faces de uma mesma moeda: são capazes de conviver uma com a outra, mas não são chaves interdependentes. Pelo contrário, em muitos casos os modelos racionais de interpretação têm delegado uma condição subalterna à presença. Este padrão, cunhado a partir da filosofia cartesiana, não reconhece as experiências sensíveis como possíveis fontes de relação do homem com a vida. (GUMBRECHT, 20016, p.106)

Para Adriana Fresquet, nas experimentações sensíveis – e principalmente na relação do corpo com o cinema – o conhecimento torna-se visceral:

Dessa contaminação da experiência sensível, das sensações, das emoções e das intuições que o conhecimento se torna visceral, que é possível subjetivá-lo em experiências de alteridade. Trata-se de um conhecimento que, como as imagens do cinema, fica tensionado entre a crença e a dúvida, pelo que nos oculta e revela do seu processo. (FRESQUET, 2013, p.24)

Logo, a experiência da presença é proposta por Gumbrecht como uma experimentação estética, na qual os indivíduos convivem com o objeto de forma intensa, a partir das emoções e afetos que eles despertam. Portanto, a produção de presença do passado como experiência estética, que em certa medida se desvia do modelo cognitivo de aprendizado, seria também uma forma de aprender com ele.

Sensível, como diz Fresquet, o cinema atinge os alunos não somente pela razão, mas pelos afetos que pode despertar. É Bartolomeu Campos de Queiroz quem diz que “os olhos têm raízes pelo corpo inteiro”. (QUEIROZ, 1999, p.5) O cinema não se baseia na possibilidade de vermos? É com esta e as chaves teóricas supracitadas que gostaríamos de pensar a trajetória de vida da professora Mariana e suas aulas.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Pouco antes de nos encontramos, Mariana pediu que mudássemos o local da nossa conversa para um centro cultural próximo ao combinado. Sem saber do que se tratava as perguntas que lhe faríamos, revelou que sugeriu a mudança porque às quartas feiras frequenta o cinema daquele espaço.

Quando perguntamos a professora Mariana sobre como se divertia na infância, nos contou que jogava jogos de tabuleiros com os seus irmãos. Mais tarde, os jogos de tabuleiro tornaram-se uma das principais ferramentas didáticas da professora. Na adolescência, os jogos deram lugar à outra atividade:

Eu era um pouco diferente dos adolescentes do Mato Grosso do Sul, que gostavam muito de roda de tereré, ir pra baile, eu não tinha muito essa vivência, não. Quando eu era adolescente, o que me dava mais prazer era ver filme. E principalmente no cinema, porque faz uma tremenda diferença pra mim, entendeu? Assistir a um filme dentro de casa e assistir a um filme na tela. Tem outra proporção. Eu fico muito mais emocionada, aquilo ganha outra dimensão na minha vida, entendeu? Cinema me impactou muito na minha adolescência, e isso fez diferença na hora de eu escolher o curso de História. Filmes ligados a conteúdos que os alunos normalmente não gostavam de ver, eu gostava. Por exemplo, “Ben Hur” eu gostava de assistir. Eu não podia ver filme de guerra [rindo], adorava ver filme de guerra. Minha adolescência foi isso. (Mariana)

O que é curioso na resposta da professora é a carga emotiva que deposita na experiência de ver filmes na caixa escura. Sua relação com o cinema ganha uma dimensão afetiva, de presença, e perpassa por outras instâncias da sua vida: o gosto pelos filmes com temática histórica influenciou a escolha da sua profissão. No desenrolar da resposta, a professora ultrapassa a adolescência, relatando uma experiência como professora de História em sua cidade natal, Mato Grosso do Sul (MS):

Logo depois que eu me formei, algumas professoras lá no MS já tinham a prática de levar os alunos ao cinema. Eu tinha uma colega que conseguia ônibus fácil com a prefeitura e eu ia com ela o tempo todo. Entendeu? Eu acho que isso é fundamental. Não era só pra mim. O cinema não era exclusivamente pra mim. Quando eu vejo um filme, eu gosto e não posso levar meus alunos, eu compro o dvd e levo pra escola [rindo]. (Mariana)

A entrevista com a professora Mariana possui esta característica: sua narrativa não se limita ao tempo perguntado. Por exemplo, em uma pergunta dirigida ao momento da sua adolescência, Mariana envolve outros dois momentos da sua vida: recém-formada,

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

como professora de História no MS, e o atual estágio profissional, como professora da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Portanto, mesmo sem o direcionamento para que associasse estes momentos, a professora o fez. Desse modo, podemos apreender que a professora não enxerga estes momentos como acontecimentos isolados, mas como uma cadeia de eventos que se conectam.

Os filmes continuam presentes em suas aulas:

Eu tento utilizar o máximo possível de recursos. Então, se a imagem é pra eles algo que chama atenção, vai me dar a oportunidade de trabalhar e elaborar aquilo com eles, por que não? Então, às vezes um filme tem uma música impactante, ou as vezes um filme tem uma fala impactante... Às vezes eu paro pra comentar uma fala... (Mariana)

Aqui, na fala da professora, podemos dialogar com duas abordagens discutidas. A primeira diz respeito à noção de saber escolar e mediação didática: a professora supõe que a imagem dos filmes seja algo que chama a atenção dos alunos. Ou seja, supõe que, a partir delas, conseguirá elaborar aquilo que deseja ensinar. Existe uma expectativa sobre a (melhor) forma de aprendizado dos alunos. É suposto que, inseridos em uma sociedade audiovisual, os alunos dialogam “melhor” com as linguagens com as quais estão acostumados. Nesse sentido, o estado cognitivo dos alunos é levado em conta por Mariana, que o convoca para o jogo da didatização.

O segundo elemento que destacamos é a insistência no termo “impacto”. “Muitas vezes um filme tem uma música impactante, ou às vezes um filme tem uma fala impactante”. O que é este impacto e que importância a professora atribui a ele? Tentando entender mais sobre essa questão, pedimos a Mariana um exemplo de um filme com o qual trabalha em sala de aula:

“Olga” é o filme que mais impacta meus alunos. Simplesmente o nono ano. Porque é um filme que mostra as relações afetivas de duas pessoas. E isso a História geralmente despreza. [...] Então eles têm que entender isso: como os governos agem. O que Getúlio Vargas fez com essas pessoas? O que fez com Olga, o que fez com Luís Carlos Prestes? O que era o nazismo? Por que as pessoas foram tão desrespeitadas por serem judias? É um filme que te dá pano pra manga: você pode trabalhar várias vertentes ali. É um filme que sensibiliza os alunos. Os alunos saem às vezes chorando dessa aula. E não é só porque ela morreu. É a forma como ela morreu. A forma como a vida daquelas pessoas foi transformada, entendeu? E em alguns momentos eles começam a entender como um governo pode mudar a vida de uma pessoa. (Mariana)

Instigados por esta fala, que diz que o filme Olga sensibiliza os alunos (sensibilização que está presente no processo dos alunos de entenderem que “um governo pode mudar a vida de uma pessoa”), pedimos a Mariana que falasse um pouco mais sobre isso:

Eu acho assim: a aula que nos toca é a aula que faz diferença na nossa vida e nunca vamos esquecer. Entendeu? Então assim, eu tento trazer essa sensibilidade o máximo possível, e mostrar quanto a História acaba impactando nossa vida. Né? Como a vida de outra pessoa que nunca ouvimos falar, faz diferença na nossa forma de pensar. Então eu trago pra eles. Eu trouxe o filme, as cartas da Olga para o Luís Carlos Prestes pra mostrar que “olha... eles eram de carne e osso...”.

A relação que Mariana estabelece entre a aula que “toca”, o filme e sua permanência nos faz lembrar Jorge Larossa: “é experiência aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e, ao nos passar, nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto a sua própria transformação”. (LAROSSA, 2014, p.28) “A aula que toca” é aula da experiência, que não passa pelos alunos, mas que os atravessa. Parece que a professora Mariana carrega consigo esta preocupação: proporcionar ao público experiências sensíveis, na tentativa de transformá-las em conhecimento.

Por fim, não poderíamos deixar de pensar na relação que a professora possui com os filmes e, especificamente, com Olga:

Você pode me perguntar quantas vezes eu já passei Olga e eu vou te dizer que passei umas dez vezes e chorei as dez vezes. Chorei com os alunos. As vezes não choro na mesma cena, depende do momento que eu tô vivendo. Fico pensando que tem pessoas que estão vivendo situação parecida nos dias de hoje. [...] O que está acontecendo ao meu redor, com o mundo, me impacta na hora de ver o filme. Uma cena que eu choro sempre é quando a filha é retirada dos braços dela. Eu sou uma professora muito mãe. Eu não fui mãe, mas eu tenho sentimento de mãe dentro de mim.

Finalizando...

Não sabemos as reações dos alunos com o filme, se ficam sensibilizados, choram ou ignoram suas imagens, mas sabemos que a professora Mariana possui suas próprias

experiências com Olga. Sua escolha pelo filme não é imparcial. Está ali a pessoa, a professora, o “sentimento de mãe” mesmo sem ter sido mãe.

No início, discutimos sobre as fronteiras, os borrões existentes entre o “eu” e o historiador. Como texto, a aula de História da professora Mariana está impregnada de si, de sua subjetividade. Subjetividade que não quer ser autoridade, mas a partilha de uma paixão, algo de belo, uma forma entre tantas outras de ver o mundo.

Referências bibliográficas

FRESQUET, A. *Cinema e Educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e fora da escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Gumbrecht, H. U. Depois de “depois de aprender com a história”: o que fazer com o passado agora? In: *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Org. Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo, Valdei Lopes de Araujo. – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011.

_____. *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2016.

LAROSSA, J. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LORIGA, S. O Eu do Historiador. *Historia da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259.

MONTEIRO, A. M. *Professores de História: entre saberes e práticas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Maua Editora, 2010.

NOVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NOVOA, A, org. *Vida de Professores*. Portugal: Porto Editora LTDA, cap. 1, p. 11-30.

QUEIRÓS, B.C de. *Os Cinco Sentidos*. Belo Horizonte: Miguilim, 1999.

ROCHA, H. A. B. A presença do passado na aula de História. In: ROCHA, H e MAGALHÃES, M (orgs). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. 2015,

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Editora Vozes, 9. Ed., 2014.

Tempo e ensino de história: produzindo sentidos

Renato Coelho Barbosa de Luna Freire

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Desde os contornos universitários da história, no século XIX, o tempo foi posto como categoria constitutiva desse saber (GUIMARÃES, 2000), sofrendo influências em sua própria historicidade (BLOCH, 2001; FEBVRE, 1985; BRAUDEL, 2013; KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2015). Dialogando com a teoria da história, tomamos como objetivo compreender as mobilizações do tempo histórico no ensino de história por professores do segundo segmento do ensino fundamental.

O conceito de *consciência histórica*, apropriado como a capacidade humana de dar sentido ao tempo com o propósito de orientação na vida prática (RÜSEN, 2011), foi selecionado como instrumento para acompanhar as eleições presidenciais do presente ano, escolhida como referência para compreender as relações tecidas entre os conteúdos escolares e as manipulações do tempo nas práticas de ensino. A pergunta que colocamos foi sinalizar como, em tempos de “presentismos”, o professor articula questões do tempo presente, reflexões históricas e conteúdos escolares?

Diante da complexa empreitada, recorreremos à historiografia, entendida como campo de investigação que tem como uma de suas tarefas, “interrogar acerca dessas inúmeras formas de produção do passado e dos regimes correlatos de escrita que se instauram para significar esse conjunto pretérito de experiências” (GUIMARÃES, 2007, p. 31), como possibilidade compreender as práticas escolares voltadas para o ensino de história.

A história escolar é um dos regimes de produção do passado que dialoga com outros regimes, a saber: uma história de circulação massiva influenciada em grande parte pelo apelo midiático e a história de corte acadêmico, que busca através do rigor da pesquisa universitária, uma maneira cientificamente controlada de compreender o passado (GUIMARÃES, 2007, p. 36). Nas relações entre os regimes de produção de passados e as temporalidades, diferentes possibilidades narrativas são elaboradas, como

representações de grupos humanos preocupados em emplacar sentidos à passagem do tempo (GUIMARÃES, 2007, p. 36).

Já não é novidade que parcela da sociedade entende a disciplina história como sinônimo de passado, apropriado como lugar das experiências humanas ocorridas num tempo distinto do presente. Herdamos uma poderosa cultura histórica desenvolvida a partir da fundação disciplinar da história, no século XIX, em que o passado da humanidade foi feito objeto de ciência e assim possibilitado de oferecer explicações e alcançar a verdade através de certos princípios científicos (GUIMARÃES, 2000). Este projeto escriturário foi legitimado ao ser apropriado pelos Estados em construção como mecanismo para a formação de uma identidade nacional. No esforço de criação de identidade singular, narrativas particulares foram subtraídas e substituídas pela valorização de um passado comum da coletividade.

O acontecimento histórico recebeu tratamento considerando-se como fato singular e irrepitível, narrativa do estado Nacional e de seus personagens políticos. Pela repetição encontrada na documentação estatal escrita eram extraídos os episódios considerados importantes, que forneciam veracidade ao que se narra, pela pena da objetividade e imparcialidade do pesquisador, através da aplicação apropriada de um “método” histórico (WHITE, 2011, p. 441). Através da narrativa, abriu-se possibilidade para o que se perpetuou pela frase rankiana: ser capaz de *reconstituir o passado tal qual ocorreu*. O passado, portanto, tornava-se possível de ser apreendido cientificamente e o historiador, o profissional capacitado em fornecer explicações.

O ato de narrar fornecia a organização cronológica e, na nas lacunas existentes pela ausência de documentação, criava-se sentidos através da escrita objetiva. Conforme descrito por François Hartog, um novo regime de historicidade inaugurava uma forma narrativa em que, encadeando os acontecimentos numa linearidade, o passado era controlado cientificamente e assim domesticado, fornecendo sentidos ao presente entendido como lugar de realizações que se voltava para um futuro aberto de expectativas (HARTOG, 2015).

Contrariando as premissas dos metódicos, o grupo dos *Annales*, sob a liderança francesa de Lucien Febvre e Marc Bloch, compreenderam a história em relação não mais apenas ao passado, mas na relação temporal com o presente: “ciência dos homens no

tempo”. Assim Marc Bloch definia a história, renovando o seu fazer (BLOCH, 2001). Através da “dialética dos tempos”, entendia que o passado era acionado a partir de questões colocadas no tempo presente. Ainda que carregassem a crença na cientificidade da disciplina, abriram largas distâncias dos metódicos para renovação historiográfica (BURKE, 1991).

Contra os fatos positivos impostos como comprovação do real para confecção de leis universais, propunham uma história voltada para problemas, a “história – problema” (FEBVRE, 1989; FURET, s/d.), derivada de formulação elaborada da experiência presente em relação ao tempo pretérito. Contra a linearidade cronológica, pensaram na antítese temporal entre a natureza temporal expressa num continuum e a perpétua mudança (BLOCH, 2011, p. 55), ou seja, o tempo pensado a partir de continuidades e rupturas. O evento deixou de ser compreendido como um dado a espera da chegada do historiador para descobri-lo em suas repetições na documentação estatal escrita, para ser parte das intenções do historiador a partir de um problema de pesquisa e passíveis de verificação (FEBVRE, 1989), na busca do que era significativo. O passado se distanciava ao ser abordado como o lugar do acontecido, mas entendido como fruto de uma reconstrução/reconstituição intelectual elaborada à luz das indagações do presente, pois “é sempre e através dele que se interpreta o passado” (FEBVRE, 1989, p. 25).

A contribuição que se tornou referência da manipulação do tempo na prática historiográfica dos *Annales* veio do discípulo de Lucien Febvre: Fernand Braudel. Em sua tese “*O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à época de Felipe II*”, defendida em 1947 e publicada em 1949 (BURKE, 1991, p. 46), inovou ao trazer as durações temporais, em diferentes ritmos sincrônicos, influenciando os trabalhos posteriores.

Braudel avançou ao colocar como problema o tempo em três formas distintas: “meu grande problema, o único problema a resolver, é demonstrar que o tempo avança em diferentes velocidades” (BRAUDEL apud BURKE, 1991, p. 52). Para o autor, o tempo se distingue em tempo geográfico, tempo social e tempo individual (BRAUDEL, 2013, p. 15), conforme justificado no prefácio: a primeira parte, da “história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca”; a segunda parte, “uma história lentamente ritmada” valorizando os grupos sociais; e por fim, a “história à dimensão não do homem, mas do indivíduo” (BRAUDEL, 2013, pp. 13-14). Assim, o tempo social

abordado pelo historiador segue em diferentes ritmos, cada qual contendo sua própria dinâmica, sendo que a longa duração se destacava como o tempo social por excelência, temporalidade fundamental do fazer historiográfico.

Ao passo que a “dialética dos tempos” reforçava a descrença na linearidade temporal, a escola francesa não colocou a narrativa como um problema de primeira ordem ao historiador. Ao contrário, a “história-narrativa” tornou-se termo de constrangimentos intelectuais, pejorativo de uma história caduca ligada à política do passado, um projeto de escrita a ser combatido pela sua pretensa cientificidade, acusado de “dramatizar” os acontecimentos em formato de novela (FEBVRE, 1989; FURET, s/d). Preocupados com os problemas, o trabalho do historiador não se limitava a narrar acontecimentos em forma “romanesca”, mas analisar estruturas inscritas na longa duração (BURKE, 2011, p. 336).

A crise de paradigmas entre os anos 1960 e 1970 promoveu uma renovação nos estudos historiográficos, levando a descrença da história em trazer certezas sobre os processos sociais que surgiam das fendas abertas pelas novas demandas políticas, econômicas, culturais. O período foi marcado pelos possíveis “retornos” de objetos metodológicos antes desprezados, principalmente pela escola francesa dos *Annales*: o político, o acontecimento e a narrativa, pois se remetiam a maneira metódica de se escrever a história.

O *linguist turn* foi um movimento intelectual revisionista da narrativa que, longe de ser unísono, buscava compreendê-la como parte integrante da epistemologia da história. O termo remete a capacidade de questionar a objetividade científica da história, reconhecendo o papel da linguagem na formação das subjetividades contemporâneas, através de novas formas de conceber o sujeito. As formações discursivas influenciaram na centralização do sujeito falante, situado no interior de práticas discursivas, valorizando sua ação e experiência (AVELAR & GONÇALVES, 2015).

A experiência micro-histórica foi exemplar neste contexto de renovação, ao redimensionar o sujeito a partir de redefinições de escalas de observação, em que as ações e experiências foram propostas em uma nova narrativa, tempo e espaço de intervenção na realidade

cujo traço distintivo foi apresentar a experiência como a base de um novo conhecimento que se localiza não mais nos discursos textualmente mediados, mas nas realidades da vida cotidiana e nas condições corporais e materiais da existência. Deste ponto de vista, a cultura aparece menos como uma estrutura de signos, do que como um campo em que atuam agentes com distintas estratégias, racionalidades e competências, num exercício constante de construção e reconstrução do mundo. Tal reformulação da noção de cultura, pensada agora de modo processual e performático, proporciona ao historiador outro conjunto de referências para a reflexão sobre as relações entre experiência e linguagem (AVELAR; GONÇALVES, 2015, p. 73).

A crença foi depositada na possibilidade de trazer inteligibilidade aos objetos estudados sem perder o rigor científico exigido pela disciplina. Ao redefinir as escalas de pesquisa para a dimensão humana do vivido, os acontecimentos foram ressignificados. Os episódios ditos comuns, corriqueiros eram selecionados para trazerem à tona suas relações com a estrutura que forneceu o campo de possibilidade. Segundo Peter Burke, a microanálise seria um procedimento que busca fórmulas para relacionar os acontecimentos a sua estrutura (BURKE, 2011).

A crítica do *Annales* era decorrente da forma que narrativa tradicional não se ancorava nas estruturas. A micro-história trouxe a questão das micronarrativas, como possibilidade de inversão: a partir da descrição densa do acontecimento, revelaria a complexidade das estruturas sociais. A busca por personagens comuns foi a maneira de mostrar como situações cotidianas, corriqueiras se enraizavam na estrutura.

A tarefa dos historiadores seria “revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas e apresentar pontos de vistas múltiplos” (BURKE, 2011, p. 356). A narrativa é vista como recurso que contribui “para a construção e para a experiência de uma inteligibilidade dos objetos que o historiador estuda, novamente inseparável da elaboração crítica de uma interpretação” (REVEL, 2010, p. 233).

As novas referências da pesquisa histórica recaíram também no tempo do acontecimento, como escala temporal que trouxe de volta a dimensão humana, redefinindo a acontecimentalidade como uma situação entre as possíveis, aberta as outras potencialidades e não encerrada em sua fixidez. O que se valoriza são as práticas, entendidas como interseção entre o discurso e a iniciativa individual, que trazem a indeterminação do futuro, o horizonte de expectativas que delas determinarão os sujeitos em seu campo limitado de ação, introduzindo as incertezas no devir.

A leitura histórica do acontecimento não é mais redutível ao acontecimento estudado, mas observado em seu rastro, situado numa cadeia eventiva. Todo discurso sobre um acontecimento transmite, conota uma série de acontecimentos anteriores, o que dá à trama discursiva que os reata numa inserção na intriga toda a sua importância (DOSSE, 2012, p. 168).

De um lado através dos estudos de memória, apontados por Pierre Nora, nos *lugares de memória* que, pela velocidade das transformações das sociedades contemporâneas, iniciou-se uma “onda do patrimônio”, uma necessidade de preservação diante da acelerada perda das referências do passado. Por outro lado, os eventos traumáticos que envolviam perseguições políticas, genocídios recolocando a centralidade testemunhal como garantia do *dever de memória* de grupos sociais.

Por outro viés, a velocidade com que os meios de comunicação invadem o presente, tornando um desafio pelo excesso de informações que penetram no cotidiano, inflando o presente, dificultando acompanhar na mesma velocidade as explicações. A noção de presentismo tem sido cada vez mais utilizada para explicar o “presente perpétuo” da qual a contemporaneidade se encontra.

O tempo presente tornou-se referência na semântica dos tempos apresentada por Reinhart Koselleck como proposta de compreender as tensões existentes entre as categorias temporais. As relações entre experiência e expectativa serviram para compreender as maneiras que em diferentes épocas os homens lidam com a temporalidade histórica (KOSELLECK, 2006). Seu objetivo foi compreender o tempo como uma construção cultural, onde passado e futuro criam uma tensão para a compreensão do presente.

Por experiência, o autor entende ser “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006: 309). Ou seja, o conhecimento passado que, interiorizado, serve como orientação para compreensão do tempo presente e de base para a elaboração de expectativas. Isto não significa presumir condição de causalidade e efeito para as ações humanas e tampouco basear a história como *magistra vitae*; o autor propõe perceber modificações na maneira dos homens de encarar o tempo e de se motivarem nos propósitos de se guiarem para o

futuro, modificando escolhas e orientações na busca de novos horizontes, revelando assim a historicidade humana.

A partir deste referencial, o historiador francês François Hartog desenvolveu a noção de regime de historicidade, como uma condição histórica de experiência do tempo (HARTOG, 2015). Segundo Hartog, os regimes de historicidade são instaurados numa “crise” do tempo, no momento em que passado, presente e futuro evidenciam suas articulações (HARTOG, 2015:37). O presentismo, observado no contexto atual, seria resultado de uma aceleração em que o tempo passado já não serve de referência, conforme proposto por Pierre Nora, nos *lugares de memória* como estratégias de presentificação de passados por reconhecer que estes já não assumem determinados sentidos pela “aceleração” do tempo que levam a perda de significado no corpo social. De outro modo, o futuro já não se vislumbra como promessa, mas como ameaça, através de crises e catástrofes premeditadas. O presentismo seria o regime de historicidade do qual o passado não fornece experiências diante da velocidade do transitório e o futuro é incerto, indesejado.

A noção de presentismo enquanto regime de historicidade atual possibilita a articulação com as reflexões desenvolvidas com a análise do tempo presente. Relaciona-se não apenas como as memórias sociais que se presentificam, mas também as relações existentes com as pressões exercidas com os meios de comunicação, que modificaram as maneiras pelas quais as sociedades lidam com o seu passado e, ao mesmo tempo em que demandam explicações por parte dos historiadores.

A história do tempo presente reflete sobre as possibilidades explicativas a partir do lugar do historiador, promovendo a análise dos acontecimentos ligados à estrutura, buscando diferenciar-se da efemeridade dos meios de comunicação (RIOUX, 1999). O tempo presente não significa prender-se a análise do “muito próximo” temporalmente, ainda que o historiador tenha a possibilidade de conviver com os acontecimentos e suas testemunhas. O historiador toma o seu objeto e o testemunha.

O tempo presente demanda rigor metodológico nas propostas de análise para não cair em determinismos ideológicos que impregnam os discursos midiáticos, que desafiam a observação pelo volume documental disponível. Além disso, não existe a possibilidade de conhecer os desdobramentos dos fenômenos históricos, o historiador evitará análises

teleológicas, o que pode ser visto como um ganho, mas ao mesmo tempo, requer maior rigor explicativo, com o cuidado que seu julgamento virá, como lembrou Sirinelli, em segunda instância (SIRINELLI, 1999).

Ao reconhecer os desafios de recontextualização do acontecimento dentro da complexidade contemporânea imposta pelo presentismo, o professor de história esforça-se em criar sentidos ao que se ensina. O conteúdo histórico selecionado, fruto de uma complexa trama de disputas e significações são reconfigurados a todo o momento pelos fluxos de científicidades que mantém a história acadêmica e a história escolar em negociações tensas e dinâmicas (GABRIEL & MORAES, 2014), motivo pelo qual não são imóveis, ou seja, estão expostos ao tempo de sua veiculação. Os conteúdos escolares são assim, historicizados, sujeitos às redefinições no tempo.

Dentro desta dimensão de aprendizagem, mobilizamos o conceito de consciência histórica como objeto da didática da história. O conceito se refere a capacidade dos sujeitos em darem sentidos ao tempo, elaborando orientações para a vida, através de escolhas que consideram a cultura histórica e as representações dela derivadas, resultando em efeitos práticos de uma aprendizagem histórica (RÜSEN, 2011). Contudo, a consciência histórica é subjetiva aos indivíduos, motivo pelo qual não há possibilidade de mensuração.

Como possibilidade empírica, recorreu-se as explicações elaboradas pelos estudantes e professores como forma de conhecer as manipulações dos saberes históricos. Tais explicações são sintetizadas através de narrativas. Assim, as *competências narrativas* foi o caminho percorrido para compreender as representações elaboradas pelos professores e estudantes que produzem sentidos para compreender as experiências passadas que se articulam em diferentes temporalidades (RÜSEN, 2011). Toda narrativa trás implícita uma experiência temporal e é por meio dela que o tempo se torna significativo (GABRIEL, 2015: 92).

A pesquisa de campo privilegiou a aula como lugar de investigação através da observação participante das aulas de história na crença de valorizar as práticas desenvolvidas no núcleo aprendizagem escolar, buscando compreender os fenômenos educacionais específicos que ocorrem nas escolas, no espaço das salas de aula (CARDOSO & PENIN, 2009). Portanto, podemos perceber as relações entre teoria da

história, práticas cotidianas de ensino e didática da história e assim realizarmos exercício crítico da prática de ensino de história (MONTEIRO, 2007).

As observações desenvolvidas nas turmas de 8º e 9º anos de uma Escola Municipal localizada na cidade de Niterói/RJ vêm possibilitando rico material de análise. Ainda que as observações não se encontram concluídas, podemos arriscar algumas considerações em relação as referências temporais.

A primeira consideração diz respeito as relações promovidas entre os conteúdos escolares e aos acontecimentos circulados nas mídias dos quais o professor deposita a crença de que os estudantes tiveram algum contato, ainda que superficial. As redes sociais pressionam através de informações em diferentes textos (escritos e imagéticos) que procuram criar algum sentido na enunciação, produzindo diferentes representações e percepções ao acontecimento. Caberia ao professor a função de criar sentidos ao acontecimento, relacionando ao conteúdo programático abordado. O professor vem ressignificando assim a noção temporal de *anacronismo*.

Um segundo motivo recai na crença que os estudantes possuem pouca referência da cultura histórica, principalmente na capacidade de relacionar os tempos, tendendo o professor, nas práticas observadas a simplificar a operação escolar ao tempo cronológico, entendendo que este oferece maior inteligibilidade dentro da dificuldade dos estudantes em relacionarem as categorias temporais, que carecem de experiências ainda não construídas nos sujeitos da aprendizagem. Por outro lado, os professores buscam, na efemeridade da aula, concluir uma trama narrativa fornecedora de sentidos: começo, meio e fim.

A proposta que vem se configurando nesta pesquisa de abordagem das temporalidades históricas no ensino é a recontextualização do acontecimento na perspectiva do tempo presente, ao recolocar o evento em relação às estruturas que fornecem seus sentidos, questionando as presentificações do passado, ao tempo em que o conteúdo escolar é historicizado. O caminho é variado: seja pela memória partilhada que se presentifica e, portanto, produto de disputas políticas ou pelos eventos imediatos conduzidos pelas mídias que atravessam as aulas de história que encontram pontos de intercessão nos conteúdos escolares. O desafio é posto na seleção e análises de materiais, localização o acontecimento em relação a outros acontecimentos, contextualização

temporal e construção de narrativas que forneçam explicações e criem sentidos. As possibilidades teórico-metodológicas encontram apoio na relação com a Teoria da História como caminho para a escrita da história escolar, ao tempo em que a história escolar fornece campo de experiências dos regimes de tempo.

O conceito de *anacronismo*, entendido como manejo “do tempo e dos tempos de maneira errônea”, em que não garante qualquer “lição ou experiência” histórica (LORAUX, 1992, p. 57) pode ser apreendido pela história escolar como possibilidade temporal que os professores lançam mão, ainda que esvaziado de possibilidade de sua ocorrência, na criação de sentidos para os conteúdos curriculares, ainda que negado na história acadêmica (MONTEIRO, 2007) é ainda uma aposta de pensar em sua reelaboração na historiografia escolar ao recolocar os conteúdos escolares em nova dimensão.

Encarando as temporalidades a partir das tensões promovidas entre experiências e expectativas em que o tempo do acontecimento das ações humanas ganham centralidade, abre-se a possibilidade de refletir sobre instrumentos metodológicos da disciplina que instrumentalize a abordagem do tempo presente, já que o acontecimento é redimensionado como o período de tempo decorrido das práticas sociais em escala de observação privilegiada que possibilita sua análise crítica e produzir explicações diferentes das mídias, mas sem perder de vista as representações dali derivadas. Os métodos de investigação histórica possibilitam os professores, no seu fazer pedagógico e de seu lugar social, orientar os estudantes para a leitura social de mundo atual, inserindo criticidade.

Finalizo com os pés firmes no momento presente, em que assistimos a educação ser pressionada por retrocessos políticos. Grupos conservadores da sociedade tentam o esvaziamento político do ensino de história, inclusive, através da elaboração de políticas públicas direcionadas às práticas pedagógicas. Torna-se urgente refletirmos e encontramos respostas no interior da reflexão histórica, em que as questões colocadas possam ser respondidas “segundo nossas próprias regras, que não são as da mídia, nem dos tribunais e comissões de investigação”, porque a reflexão histórica pertence a todo cidadão. E assim não podemos permitir a separação dos discursos históricos das práticas políticas e das questões identitárias (LAGROU, 2007, p. 45).

Referências bibliográficas

- AVELAR, Alexandre de Sá & GONÇALVES, Marcia de Almeida. Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI: elementos para um debate. In: MEDEIROS, Bruno Franco [et al.]. *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 57-78.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41-78.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. A revolução francesa da historiografia*, São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- _____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 335-356.
- CARDOSO, Oldimar & PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A sala de aula como campo de pesquisa: aproximações e a utilização de equipamentos digitais. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.35, n.1, p. 113-128, jan./abr. 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3.^a edição, Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: _____. *Oficina da história*. Lisboa: Gradiva, s/d., p. 81-98.
- GABRIEL, Carmem Teresa; MORAES, Luciene Maciel Stumbo. Conhecimento escolar e conteúdo: possibilidades de articulação nas tramas da didatização. In: _____. *Currículo e conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas*. Petrópolis, RJ: De Petrus: Faperj, 2014, p. 23-42.

GABRIEL, Carmem Teresa. Cultura histórica nas tramas da didatização da cultura escolar (ou para uma outra definição de didática na história). In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rebeca (orgs.). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 77-95.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Usos da História: Refletindo sobre identidade e sentido. *Revista Pelotas/RS*, v., 6, pp. 21-36, 2000.

_____. O presente do passado. As artes da Clio em tempos de memória. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 25-41.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de "Depois de aprender com a história", o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.) *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PORTO JÚNIOR, Gilson (org.). *História do tempo presente*. Baurú, SP: Edusc, 2007, p. 31-45.

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 57-70.

MARTINS, Ismênia de Lima. História e Ensino de História: memória e identidades sociais. In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. S. (Org.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 107-127.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

REVEL, Jacques. Recursos narrativos e conhecimento histórico. In.: _____. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 205 – 233.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: *CHAUVEAU*, Agnès & *TÉTARD*, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 39-50.

RÜSEN, Jörn. Didática – funções do saber histórico. In.: _____. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 85-133.

_____. Aprendizado Histórico. In.: SCHMIDT, Maria Auxiliadora (et al.) *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 41-49.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SIRINELLI, François. Ideologia, tempo e história. In: In: *CHAUVEAU*, Agnès & *TÉTARD*, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 73-92.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In.: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri (orgs.). *Nova História em perspectiva* volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 439-483.

Mesa 3
Império Português no Oriente

Missionação na China Continental, entre os séculos XVI e XVII: um debate da territorialidade como estratégia de atuação dos jesuítas

Adriana de Souza Carvalho

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

A produção textual que aqui apresento tem por objetivo apontar as trilhas da pesquisa, sobretudo no empenho de cada vez mais estreitar a relação entre meu objeto de estudo, jesuitismo na China, com a linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação—*território, identidades e representações*. Para tanto, o trabalho foi estruturado em dois pontos centrais de discussão: no item *Espaços de missionação no Oriente: delimitação fronteiriça* “das partes de lá há articulação dos conceitos de territorialidade, pensando os espaços de atuação dos missionários no Oriente, com intuito de contextualização do tempo histórico a que me proponho refletir, séculos XVI e XVII. Neste contexto, o item “*Nanquim: capital auxiliar de Pequim*” representa o primeiro esforço textual em pensar para além das regiões periféricas de atuação dos padres na China, o que até então, havia sido o mote do meu projeto inicial apresentado ao PPGHS, em 2017.

O texto foi construído sob o alicerce teórico que tive acesso, sobretudo, a partir das disciplinas cursadas até aqui e, da revisão bibliográfica que avança a cada reunião de pesquisa sob a orientação da professora Célia Tavares. Com destaque para a historiadora Isabel Pina, considerada integrante de uma nova geração de sinólogos, que apresenta relevantes trabalhos em língua portuguesa, no século XXI, fruto de sua pesquisa no Centro Científico e Cultural de Macau, em que se desenvolvem investigações multidisciplinares acerca da China, a partir das relações entre Portugal/Europa, bem como entre China/Ásia Oriental, no passado e no presente. Trabalhos, nos quais, tenho dado maior foco de análise e de leitura, na China Continental; permitindo-me rever o recorte temporal de meus estudos que será, então, ampliado para a segunda metade do século XVII.

Em relação às fontes, analisarei ao longo do doutorado, a - *Documenta Indica* - que é uma compilação epistolar, entre o período 1500-1597, feita por Joseph Wicki (1904-1993), jesuíta e historiador que dedicou sua trajetória aos estudos das missões desta Ordem na Índia, atuou como professor da Universidade Gregoriana de Roma e esteve ligado ao Centro de Estudos Históricos Ultramarinos- Portugal. Ele foi responsável por grande parte do que há publicado sobre a missão no Oriente.

Vale ressaltar a relevância documental desta fonte, organizada em dezoito volumes, como resultado da pesquisa feita no acervo - *Monumenta Historica Societatis Iesu* (MHSI) - uma coleção de volumes acadêmicos sobre as missões (157 até hoje) considerada fulcral sobre a origem e os primeiros anos da Companhia de Jesus, incluindo os escritos de Inácio de Loyola. Assim, a *Documenta Indica* espelha os esforços de publicação deste acervo, com a primeira edição em Roma, de 1948 e o seu último volume, em 1988. Para este texto, privilegio as cartas selecionadas dos volumes quinze e dezesseis, redigidas entre 1588-1594, período em que as fontes apontam informações e relatos dos tempos em que há fixação de residência dos jesuítas nos espaços setentrionais da China, como em *Nanchang* (1595) e os maiores esforços para chegar a *Pequim*.

Contudo, por entender que tal fonte pode reproduzir visão unívoca dos padres que privilegiavam a troca epistolar como instrumento de catequese e, por consequência tendo ciência de que tais cartas eram a medula espinhal da própria Ordem, serão usados também aqui outros relatos selecionados da compilação de textos - *Enformação das Cousas da China - textos do século XVI* - das gentes que estiveram em solo chinês, não religiosos, tampouco ligados à funções dentro do aparelhamento estatal das partes da Índia; tratam-se de mercadores, viajantes e ex-cativos em território chinês, que nos permitem um contraponto daquelas informações das cartas dos padres, descrevendo as províncias e os chineses, por um outro olhar, portanto, outra escala de múltiplas vivências.

Espaços de missão no Oriente: delimitação fronteiriça “das partes de lá”

A Companhia de Jesus foi fundada no período em que a Europa esteve no centro das chamadas reformas religiosas que demandaram a necessidade da Igreja Católica repensar as suas práticas e estratégias de atuação, não só na fronteira do que seria uma

discussão unicamente religiosa.¹ Isso implicava, também, avaliar as escolhas territoriais dos espaços de atuação que seriam estratégicos ao projeto de missão.

Em geral, a historiografia privilegia uma análise essencialmente cultural, aos estudos dos projetos de missão, pensando as estratégias de atuação dos padres em função das diretrizes de conversão. Entretanto, há uma questão anterior a essa problemática que nos possibilita pensar tais estratégias no campo do- espaço - de catequese. Quais eram os critérios de escolha definidos pela Companhia de Jesus para fixação das missões nos espaços europeus, como também nos *quatro cantos do mundo?* (GRUZINSKI, 2005). Os jesuítas ficaram a frente de um projeto ambicioso de “controle das almas” nos novos espaços anexados às Monarquias Católicas, como também àqueles que eram considerados estratégicos às práticas comerciais das recentes Monarquias absolutistas.

A ideia de *mundialização* (GRUZINSKI, 2015) alarga estes espaços, cria *multiterritorialidades* (HAESBAERT, 2004) que são múltiplos territórios sob um ideal de catequese, na intenção de fundar uma identidade cristã. Assim, tais territórios de atuação da Ordem jesuítica foram moldados sob os quadros das relações de poder, a partir da presença católica dos padres em contato com os nativos, como também em meio às tensões internas na própria Ordem. Nesta reflexão teórica sobre território, a despeito da ideia de oriente para pensarmos os espaços que se avizinham ao Índico, não se pode deixar à margem a contribuição de Edward Said que apresentou o oriente como uma *invenção do ocidente* desde a antiguidade em que “o termo já remetia a ideia de episódios romanescos, seres exóticos e experiências extraordinárias”.

Em decorrência dessa noção, o *orientalismo* (SAID, 2007) abre um debate sobre o desdobramento do conceito de território como campo simbólico, indo para além de uma conceituação que o restrinja como um espaço definido e concreto; segundo Haesbaert (2004) trata-se de considerá-lo como uma reapropriação dos espaços. Assim, a historiografia legitimou o *oriente* como um campo de estudo, mas, interessa aqui observar quais as relações de poder que se construíram a partir dessa categorização.

¹ Sobre a Europa das reformas religiosas, Cf.: BOSSY, John. *A Cristandade no Ocidente:1400-1700*. Lisboa: Edições 70, 1990.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Para a Geografia, trabalhar os termos – território/espço/ territorialidade - traz aparente familiaridade, tal qual as discussões sobre –tempo e memória - no campo da História. Decorre daí a necessidade de pensarmos a partir de outras fronteiras de discussão. Há uma historicidade do território² que permite ampliar o universo de significação e redimensionar o sentido do senso comum de concebê-lo como algo material e concreto. Em outra perspectiva, o território pode ser também a construção simbólica de um espaço.

Pensar a China como um destes espaços de atuação dos padres inacianos, nos coloca num campo de análise de regiões periféricas ao ideal de cristianização do Império Ming Chinês. Através da análise das fontes, nos parece aparente a intenção dos jesuítas em ter mobilidade regional necessária em direção a uma China Continental. Isso explica as mudanças de residências, não à toa, em direção às cidades setentrionais chinesas, que pudessem aproximar as vivências destes padres aos altos funcionários mandarins da elite imperial, em Pequim. A preocupação em descrever as regiões da China não era só uma necessidade da Ordem, mas igualmente presente em outros relatos, como em carta de Cristovão Vieira, de 1520, que estivera cativo na China, descrevendo de Cantão, a complexidade geográfica tal qual a variação administrativa de cada região. Aqui evidenciando que havia duas áreas metropolitanas, a saber: *jing* e *sheng*. Esta representada por treze províncias e aquela, representada por *Beijing shi* e *Nanjing shi*, mais conhecidas por suas capitais, Pequim e Nanquim, respectivamente, tidas como as “cabeças” do Império chinês³:

A terra da China he devidida em governanças, as que estão pegadas ao mar(...) [e] as que estão no meio, destas Nãoquim & Pequim são as cabeças de toda a terra (...) O melhor desta terra esta por rios que todos decem ao mar, não navega ninguem no mar do norte, he defesso pollo Rei por se não devasar a terra. (...) tudo corre de carreto de Nanquim em barcas grandes. (D'INTINO, 1989, p.21)

² Para a discussão dos diferentes usos conceituais de – território- ler Ferreira, D.S. (2014) *Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica*.

³ *Trelado de H-ua carta que da China veo a qual carta escreveo Christovão Vieira Vasco Calvo que las estão captivos os quaes forão da companhia das embaixadas que levou Fernão Perez anno de 1520*. In_ D'INTINO, Rafaella. *Emformação das cousas da China- textos do século XVI- Rio de Janeiro: Edições comemorativas dos centenários das Grandes Navegações*. 1989. P.21. Manuscrito dos Fragmentos do Archivo da Torre do Tombo

Em carta datada quarenta anos após a do cativo Cristóvão Vieira, podemos observar a mesma condição de apontamento da complexidade geográfica, por outro cativo de nome Amaro Pereira, quando apresenta o controle regional e as relações de poder entorno dos mandarins⁴:

Nenhã pessoa pode ir de hua guoernação para outra sem levar registro em que diga de que terra he e para onde vai e que vai fazer e de quantos anos he e se tem barba ou não (...) e se não leva logo he preso e dado tratos e degradado quanto menos. (...) Nas terras de Cantão ha passante de mil mandarins que pôde matar cõ açoutes e sentenciar a morte e isto afora os mandarins que andão de fora nas armadas e outros muitos que ha polla terra.(...) Nenu destes mandarins fora de sua jurisdição tem mando nẽ anda com honra. (Idem, p.86-93)

Portanto, analisar os territórios de atuação, desde a entrada, via Macau, por ser um dos estabelecimentos oficiais dos portugueses no Índico, como também mapeando as demais trajetórias de fixação das missões, permite-nos um olhar mais criterioso à compreensão das estratégias de atuação definidas por Alessandro Valignano, Visitador da Província da Índia (1574-1595) do Japão e China (até 1606) como também Provincial de Goa (1583-1587), sendo responsável pela decisão das estratégias e escolhas das práticas de catequese que seriam implementadas nas missões do Oriente. (TAVARES, 2005)

Nanquim: capital auxiliar de Pequim

Buscando observar as outras trajetórias dos padres missionários, em direção ao espaço setentrional da China podem-se identificar outros contornos de estratégias de catequese com os chineses locais, pois quanto mais saíam do eixo periférico do Sul, mais vivências estabeleciam com os – *chinas de dentro* – termo que é recorrente nas fontes para designar os chineses dos espaços continentais do Império do Meio. Classificados, já em 1617, em diversos relatos, como “mui necessarios a esta missão” o que é cunhado por Niccolò Longobardo, sucessor de Matteo Ricci em 1610 como Superior Geral da missão

⁴ *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira que esta preso em Cantão ha 14 anos e vai no certo [1562]* In_D'INTINO, Rafaella. Emformação das cousas da China- textos do século XVI- Rio de Janeiro: Edições comemorativas dos centenários das Grandes Navegações. 1989. P.86-93. Fragmento do Archivum Historicum Societatis Iesu de Roma [Japona Sinica 4]

jesuíta da China, ao intitulá-los de “mãos e pees de todos sem os quaes não nos podemos valer nem menear” (PINA, 2008).

O relativo consenso em relação às habilidades e virtudes destes chineses, comparados àqueles do Sul da China, devia-se ao maior grau de letramento que os colocava em posição privilegiada no convívio com os jesuítas, assim, eles passam a ocupar função estratégica junto a Ordem inaciana como ajudantes dos padres em missas, intérpretes no auxílio a língua local,⁵ participam das discussões religiosas como também intercedem junto às autoridades locais, por exemplo, em casos de prisões de cristãos. Segundo Isabel Pina, alguns destes homens foram “testas de ferro” de alguns padres que estavam envolvidos em situação particularmente delicada na compra e venda de seda e ouro no mercado de Macau, prática não autorizada pela Ordem, para suprir os problemas financeiros pelos motivos já abordados aqui.⁶

Nesta escala de análise das regiões ao norte da China, no período seiscentista, a cidade de Nanquim era reconhecida como a capital auxiliar do Império (Pequim), não só pensando a partir das referências de riqueza econômica, como também pelos referenciais culturais da China. O fôlego econômico em parte se explica em função de sua via fluvial que permitia a circulação dos produtos, como a seda, por exemplo, por seu grau de relevância no mercado europeu e asiático. Contudo, isso não foi um privilégio da Dinastia Ming, já que tal ascensão remonta desde a Dinastia Song, sobretudo ao final do século XIII. Soma-se a isso, a explicação demográfica desta região que era a zona mais

⁵ O Mandarim era considerado língua oficial chinesa, falado em todo o norte e nas províncias do Centro, Oeste e Sudeste. Já o Cantonês era considerado um dialeto praticado majoritariamente na região de Cantão. Mas, havia ainda variação de outros dialetos, em regiões mais distantes dos grandes centros do Império Ming.

⁶ Estas questões de contornos ilícitos não aparecem nas cartas, pelo cunho de instrumento também de prestação de contas aos superiores da situação de cada missão, mas tal evidência pode ser interpretada nos relatos daqueles que não eram padres, como na fonte da Emformação das cousas da China e mesmo na intenção mais formal de alguns padres em registrar as dificuldades financeiras, relatadas em forma de indagação, como na carta de padre Martins, registrada em Goa, 1588, em que este missionário diz “pregunta-sse: se hee algum inconveniente nas esmolos e legados que se deixão à igreja, poderaa passar quitações a parte (...)para otras cosas del servicio de nuestro Señor” ,o que nos permite estabelecer este paralelo da tentativa de buscar outros recursos ou práticas proibidas, para suprir a demanda da missão chinesa. Em carta-resposta a esta, há uma tentativa de manter as rédias do controle sobre tais ações, como seguiu: “puede, consultando primeiro el negocio com el superior” In_ Documenta Indica, vol. XV, p. 128-130

densamente povoada do Império, com seus 10.402 milhões de habitantes registrados, o que nem sempre espelhava a realidade populacional.⁷

A vitalidade expandia-se também aos quadros culturais, já que nela residia grande parte dos intelectuais do Império Ming. Não é sem razão que ali se impunha uma próspera rede de indústria de publicação que irá, por associação, explicar mais um dos motivos de interesse por fixação de residência dos jesuítas, lembrando que a partir do século XVII aumentam significativamente os impressos de obras relevantes e selecionadas pela Ordem dos jesuítas, traduzidas ao mandarim⁸. Assim, de certo que juntamente com o mercado livreiro local, essa praça tornou-se alvo de interesse dos missionários que fizeram residência por lá, a partir de 1599. Na análise de algumas cartas do italiano Matteo Ricci há aparente encantamento com a proximidade aos letrados de Nanquim, referindo-se à cidade como “*la maggiorre e più bella città di tutto il mondo*”.

A primeira passagem por Nanquim remonta a 1595, mas com o objetivo apenas de uma tentativa frustrada de ir a Pequim. Inúmeros eram os pedidos do jesuíta italiano, junto aos influentes mandarins locais, para prover visita ao Imperador; pedidos que não foram aceitos e que explicam a curta duração da permanência dos padres ao final do século XVI nesta região. Por uma questão estratégica da missão, percebemos através do fluxo de cartas deste período, oscilantes idas e vindas de alguns jesuítas que deixavam Nanquim e voltavam para a residência em *Nanchang*, com a intenção de não exacerbarem, entre os influentes mandarins, a ideia de desobediência ou descumprimento das ordens das autoridades locais que proibiram-nos de seguir em direção a Pequim. Essa situação deixava estas autoridades também em condição de vulnerabilidade, já que a punição por

⁷ De acordo com a análise de alguns sinólogos, pensar o levantamento demográfico nestes tempos é sempre fluído, porque havia uma tributação de impostos do império chinês que era taxado a partir da base de cálculo dos registros populacionais. Assim, os números oficiais são, em geral, superiores, indicando um desvio demográfico maior do que a estimativa populacional. C.F.: Spence, J. Em busca da China moderna: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁸ O período de maior publicação das obras Riccianas coincide com os tempos de maior proximidade com os impressores e livreiros locais, como se vê, a seguir: Em 1602 publica revisão do *Mapa Mundi*; 1603 publica *Verdadeiro Significado do Senhor do Céu*. Já em 1607 e 1608 publica *seis livros dos Elementos de Geometria de Euclides e Dez discursos de um homem paradoxal*, respectivamente. C.f: Spencer, J. O Palácio da memória de Matteo Ricci. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

“encobrir ou acolher estrangeiros” era severa, podendo incorrer em acusação de traição ao Império.⁹

Rapidamente, por estes quadros, os jesuítas entenderam que deveriam residir em Nanquim, sem a insistência de chegar a Pequim. Tal estratégia nos ajuda a analisar as práticas de atuação que foram contornadas por mais ações em proveito de difundir os demais saberes dos tempos em que os padres estiveram voltados aos estudos, na Europa, do que propriamente um maior investimento às ações que fossem diretamente ligadas às questões de catequese¹⁰. Assim, a partir dessa circulação em territórios próximos a Pequim, os padres começam a adotar novos hábitos, primeiro, em termos de aparência, por meio da adoção do estilo dos letrados, desvinculando suas respectivas imagens às representações sacerdotais. Pouco a pouco, os jesuítas irão ocupar o status social de - letrados do ocidente - abandonando o estigma de *bonzos*¹¹ ou “religiosos do ocidente”. O que ainda será priorizado, ao longo da pesquisa, a partir da análise das representações simbólicas e das múltiplas identidades decorrentes deste estreitamento de convívio com as gentes de maior prestígio no Império chinês.

Conclusões

A questão da mobilidade territorial dos jesuítas vista aqui, acentua a possibilidade de pensarmos que o deslocamento geográfico vivido por eles, mais por decisão política das províncias e menos por decisão estratégica de atuação, é o mote para pensarmos as múltiplas identidades e práticas culturais entre chineses e jesuítas. A cada nova fixação importava definir um conjunto de representações simbólicas que pudessem reorganizar e acomodar a missão às especificidades daquele local, minimizando o estranhamento

⁹ Nestes tempos foi promulgado em Nanquim éditos que proibiam o acolhimento de pessoas cujos trajes ou fisionomia aparentassem a de estrangeiros. Por este clima hostil, alguns padres esconderam-se em embarcações até que tivessem condições de retornar à uma residência fixa.

¹⁰ Isso se sustenta, segundo Isabel Pina, op. cit., quando se observa a presença de Ricci em Nanquim, de 1599 a 1600, em que ela reputa a atividade religiosa quase nula. Fazendo menção a dois casos apenas de batismo de chineses locais: Qin, um militar local de setenta anos (batizado Paulo) e Qin Jiyuan, seu filho (batizado Martinho). Em carta ânua da China de 1609, p.90

¹¹ Bonzos eram considerados aqueles que praticavam rituais de pagode, como também adivinhadores. Os missionários eram considerados “bruxos feiticeiros do ocidente”. Em dicionários contemporâneos já é um verbete para designar “dissimulado, hipócrita”.

dos chineses de cada localidade distinta quanto às primeiras impressões em relação aos jesuítas, como já visto aqui em relação à vestimenta, aspectos físicos, hábitos de conduta e, no campo religioso, a redefinição do que deveria ser priorizado em termos de sistema de crença.

Assim, não conseguindo resultados relevantes em termos de conversão, olhando o recorte até a primeira metade dos setecentos, pensar para além da ideia de homogeneidade cultural parece ser eficaz aos estudos da missionação no Oriente, especificamente aqui, a China, colocando em perspectiva as relações de força que se construíram a partir de campos de representações sociais distintos. Tal projeto pode ser pensado afora as fronteiras de uma estratégia de assimilação ou de adaptação. Para Stuart Hall (2000), nos estudos sobre identidade, pensar a “sutura” das práticas culturais é mais interessante. Aqui, as experiências entre os inicianos e os chineses produziram pontos de contato entre um projeto de cristianização ocidental e um complexo sistema de crenças encontrado entre os chineses, sobretudo em tempos de convívio nas regiões da China Continental.

Em cada nova região do Império chinês, vimos deflagrar a preocupação dos missionários por sublinhar mais as semelhanças entre eles, padres europeus, e os chineses. Entendendo que a partir das fontes que foram analisadas, havia uma nítida assimetria do projeto de catequese, na missionação no Oriente, entre os preceitos que regulavam e orientavam tais missionários inicianos, comparados aos relatos das vivências nas terras do Império chinês. Tal assimetria rompe com a premissa de um projeto de catequese pensado de cima para baixo, em termos de representações simbólicas. Aqui, apenas um esforço de construir uma problematização, a partir da correlação entre redimensionamento territorial e múltiplas identidades destes religiosos da Companhia de Jesus.

Por fim, distintas realidades foram vividas por estes padres, nos mais de vinte e cinco anos em solo chinês, sob a orientação de *Li Matteo* (como Matteo Ricci era conhecido entre os letrados chineses, em tempos de convívio em Nanquim); vivências que nos impelem a pensar, a partir das fontes, o quão confuciano tornou-se um padre ou o quanto cristão tornou-se um chinês. Aqui, pareceu-me um segundo plano frente às múltiplas identidades produzidas.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

WICKI, José. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948-1988. Volumes 15 e 16.

D'INTINO, Rafaella. *Enformação das cousas da China- textos do século XVI*- Rio de Janeiro: Edições comemorativas dos centenários das Grandes Navegações. 1989.

Referências bibliográficas

BOSSY, John. *A Cristandade no Ocidente: 1400-1700*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996

BOXER, C. R. *O império marítimo português 1415 -1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Igreja militante e a expansão Ibérica 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O grande navio de Amacau*. Macau: Fundação Oriente. Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, A.S. *Representações Sociais e construção da memória no oriente português: aspectos da presença jesuítica na China*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, 2002. dissertação

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados. V5 n11, São Paulo.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. *Reterritorialização e identidade territorial*. Uberlândia: Revista Sociedade e Natureza v.22, 2010.

- COLLA, Elisabetta. *Estudar o impacto do Cristianismo na China: comparações por analogias versus saber ver*. Lisboa: Revista Lusófana de Ciências das Religiões, n.13 e 14,2008.
- DURKHEIM, E. MAUSS, M.. *De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentations collectives*. < Texte extrait de l'Année Sociologique, 1903>. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo:Abril Cultural, 1976.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Sobre tipologias de territórios*. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FERREIRA, Denilson Silva. *Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica*. Revista de geografia agrária. V.9. Universidade Federal do Pará, 2014.
- FERRO, J.P. *A epistolografia no quotidiano dos missionários jesuítas nos séculos XVI e XVII* in: Lusitania Sacra, 2, série 5, 1993.
- GERNET, Jacques. *Chine et Christianisme: Action et réaction*. Paris: Gallimard, 1982.
- _____. *Chine et Christianisme: La première confrontation*. Paris: Gallimard, 1991.
- GIMENEZ, Gilberto. *La Cultura como identidad y la identidad como cultura*. México: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM, 1997
- GIRARD, Pascale. *Les Religieux occidentaux em Chine. À L'epoque Moderne*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. 2000.
- GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- _____. *O Roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GRANET, Marcel. *O pensamento chinês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520: As origens da Globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Passeurs y elites “católicas” en las Cuatro Partes del Mundo. Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640)*. In: *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Scarlett O’Phelan & Carmen Salazar-Soler (editoras). Lima: IFEA, 2005.

_____. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. Niteroi: UFF, Instituto de Geociências, *Revista GEOgrafia*, 1999.

_____. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB-Porto Alegre, 2004.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In. SILVA, Tomaz Tadeu de (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

LACOUTURE, Jean. *Os jesuítas: os conquistadores*. Porto Alegre. LPM Editora, 1994.

PÉCORRA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001

MANSO, Maria de Deus Bentes. *Macau e as Filipinas no século XVI-XIX “a rota marítima da seda”*. Portugal: Universidade de Évora, 2014.

PINA, Isabel. *Os jesuítas em Nanquim -1599-1633*, Macau: Centro Científico e Cultural de Macau, 2008

_____. *Jesuítas Chineses e mestiços da missão da China (1589-1689)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.

PINTO, C.L. *Faturas em Taéis de Prata e Pagamentos em Reais na formação do Sistema monetário do Macau antigo*. *Revista administração* 101, vol XXVI, Macau: Universidade de Macau, 2011.

RUSEN, Jörn. *¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rösen, eds.: *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*, 1994

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÁNCHEZ-COSTA, Fernando: *La fragua de la identidad. Memoria, conciencia histórica y cultura histórica*. En Sánchez-Costa, F. y Palos, Joan-Lluís: 'A vueltas con el pasado: historia, memoria y vida'. Edicions Universitat de Barcelona, Barcelona, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma abordagem territorial*. In: SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEABRA, Leonor. *Macau e os jesuítas na China (séculos XVI e XVII)*. Disponível em: [file:///C:/Users/Adriana/Downloads/Macau%20e%20os%20jesu%C3%ADtas%20na%20China%20\(s%C3%A9culos%20XVI%20e%20XVII\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Adriana/Downloads/Macau%20e%20os%20jesu%C3%ADtas%20na%20China%20(s%C3%A9culos%20XVI%20e%20XVII)%20(1).pdf)

SPENCE, Jonathan. *O palácio da memória de Matteo Ricci: A história de uma viagem da Europa da Contrarreforma à China da Dinastia Ming*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TAVARES, Celia. *Alessandro Valignano: o Progresso da Companhia de Jesus nas Índias Orientais*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WILLAIME. P. J. *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

“Ele o fez pelo contrário”: O caso do réu do Santo Ofício de Goa Antonio Ramires

Eduardo Borges de Carvalho Nogueira

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

As redes e as fronteiras no fenômeno do *arrenegamento*

Dom Antonio Ramires, ao se apresentar à Inquisição goesa, alegava ser castelhano; destaca-se aqui o termo *dom*, presente na documentação para referir-se ao réu, indicando a possibilidade de porte de algum título. Além disto, afirmava que era “parente de um vice-rei”¹, o que pode servir como indício de relação com escalões médios a altos das forças político-militares do Estado da Índia. O réu percorreu diferentes regiões do globo: partindo de Madrid, passou à Cidade do México no século XVII, onde tomara hábito no convento de Nossa Senhora das Mercês. De lá, partira para Puebla, Manila e depois para o sul da Ásia, onde circulou por terras portuguesas e por terras sob domínio muçulmano.

Dando maior enfoque ao sul da Ásia, este estava marcado pelos seguintes aspectos determinantes no modo como Ramires lá inseriu-se: a rede e a fronteira. Quanto ao primeiro, o aspecto reticular sul asiático detinha dinâmicas complexas. Segundo Subrahmanyam “o mundo entre o Cabo da Boa Esperança e o Japão (...) não era um mundo estático” (SUBRAHMANYAM, 1993, 13). Apontando para diferentes movimentos migratórios entre várias partes desta área, ele sinaliza a necessidade de observarmos a circulação e influências variadas de múltiplos grupos ao longo do período Moderno.

A potestade à qual Ramires esteve submetido em parte de sua vida, o Estado da Índia, aliás, não estava excluído deste caráter reticular. Refletindo sobre sua configuração,

¹ *Sentença de Antonio Ramires*, IN: PT/TT/TSO-IL/028/4938, p.90.

Thomaz afirma que a organização dos domínios luso-asiáticos, quando comparada a outras noções de império, apresenta-se como “desconcertante”, tanto por sua descontinuidade espacial quanto pela imprecisão de seus limites. Portanto, mais do que instituir mudanças profundas no cenário sul asiático, os portugueses mesclaram-se às redes deste. Pearson, por exemplo, afirma que a palavra-chave para compreender o impacto da presença lusa nas águas do Índico é “continuidade”, evidenciando, portanto, a pequenez das mudanças decorrentes da presença lusitana na região (PEARSON, 2010, 103).

Nesta complexa estrutura reticular encontrava-se com considerável peso a presença muçulmana, que desde longa data se faz sentir no subcontinente indiano. Avançando para o sul indiano a partir do século XI, organizou-se em poderosos sultanatos, dentre os quais Bijapur, importante rival do Estado da Índia. Outra força islâmica ainda maior e que abalou a estabilidade da presença lusa no Índico ocidental foi o Grão-Mogol. Avançando no sentido norte-sul da península hindustani, tal potestade impõe sua presença a todas as demais que na região se localizavam ou como um imenso inimigo ou como um vizinho indesejável justamente por conta de seu grande poderio bélico e econômico (FLORES, 2015, 36).

Tamanha força da presença islâmica em diversas partes do Índico ocidental fez com que o Estado da Índia, em grande medida estruturado a partir de sua imersão nas redes ali preexistentes, bem como em outras partes do sul da Ásia, tivesse que organizar-se diante desta realidade. E a isto somava-se o espírito da Reconquista ibérica, transferindo para as costas índicas o intento luso de eliminar o Islã, levando Portugal a tomar de diferentes sultanatos portos estratégicos de modo a estabelecer monopólios comerciais, como o fez com relação a, Diu, Damão, Goa e Baçaim, principais nódulos do Índico ocidental sob controle luso entre os séculos XVI e XVII.

Contudo, a talassocracia reticular portuguesa não estava dissociada da muçulmana. Logo, ainda que os interesses oficiais do Estado da Índia visassem a eliminação de seu principal rival, ainda assim relações em outros níveis se deram entre aqueles que lhe estavam submetidos e as realidades circundantes às cidades fortificadas que respondiam a Goa. Neste ponto, as fronteiras estabelecidas entre a presença portuguesa e a muçulmana nas regiões sob foco, entendendo-as como pontos de contato,

acabaram por viabilizar interações muitas vezes fora do alcance do controle oficial português.

Assim, é possível afirmar que a territorialidade portuguesa localizada no Índico ocidental possuía caráter reticular e fronteiriço: reticular, por erguer um *território-rede* (HAESBAERT, 2007, 37) assentado na captura e manutenção de nodos estratégicos a partir da sedimentação e ampliação de seu poderio bélico e comercial. O qual, aliás, conjugava-se ao objetivo de eliminação do inimigo islâmico e obtenção do monopólio de diferentes fluxos comerciais. Fronteiriço por instituir-se territorialmente de modo exíguo, não escapando das interações com as realidades circundantes à presença lusa.

Este último aspecto, por sua vez, apresenta-se como um ponto de tensão interno ao Estado da Índia. Ainda que espalhado pelo Índico através de uma cadeia de fortalezas dispostas de modo a obter o monopólio de fluxos comerciais, a área efetivamente ocupada por seus territórios era consideravelmente reduzida. Ademais, pelo fato destas possessões estarem mergulhadas em redes preexistentes, o fluxo de pessoas de diferentes origens se fazia constante no interior destes domínios, aspecto vital para a manutenção da inserção destes espaços nas relações econômicas que Portugal desejava manter. Soma-se a isto o fato de diversas destas localidades serem vizinhas a potestades mais poderosas do que a portuguesa, caso do Grão-Mogol.

Logo, por mais que o Estado da Índia visasse limitar a circulação de seus subordinados, a interação destes com populações não cristãs e o enraizamento dos súditos no espaço intramuros (DORÉ, 2010), ainda assim, mesmo neste, a influência das realidades extramuros se dava. As fronteiras luso-asiáticas, espaços de contatos entre realidades distintas, portanto, erguiam-se apesar do Estado da Índia. Este, seguindo os interesses de suas elites mandantes, estabelecia limites de modo a fixar sua soberania nas terras asiáticas, função, aliás, recorrente nos dispositivos de exercício de poder dos Estados modernos em construção. Jungidos a estes limites, contudo, ocorriam fluxos e interações para além do controle português.

Justamente nestes espaços fronteiriços estava em parte de sua vivência Ramires. Sabe-se que ele, quando sob autoridade do Estado da Índia, viveu em Goa, de onde partiu para a “terra firme”. Tal termo, no contexto goês, refere-se constantemente às terras continentais concanins e decanins. Estas, por sua vez, entre os séculos XVI e XVII

estavam sob domínio do já citado sultanato de Bijapur, destino possível de Ramires e de muitos outros que buscassem escapar do controle luso.

Este sultanato, bem como os demais localizados no Decão, integravam as estruturas sociais do Índico ocidental entre os séculos XVI e XVII, bem como o Estado da Índia. Ramires circulou por tal estrutura, alterando-se em meio a ela. Assim, inicialmente alocado em Goa ao chegar ao Estado da Índia, é possível que o réu, neste ponto situado justamente em área fronteiriça, tenha obtido conhecimento das redes que levariam a outros destinos a partir de contatos com aqueles que circulavam pelos espaços intramuros lusos: sua sentença, por exemplo, aponta para contato com “um cristão que havia pouco tinha arrenegado e apostatado”², o qual pode ter servido ao réu como meio para conhecer as realidades vizinhas a Goa.

Ramires, indicado como portador do título de *dom*, seja pertencendo à baixa fidalguia ou a escalões mais altos, provavelmente enquadrava-se nas funções guerreiras esperadas de fidalgos. Menciona-se também ao longo da fonte o fato dele ter possuído sob sua autoridade serviçais, mencionadas como “pessoas de seu obrigação”³. Portanto, entendendo-o como provável homem de armas, é possível identificar como uma das causas que levaram Ramires a aproximar-se da apostasia e do *arrenegamento* o desejo de integrar tropas cujos senhores, no caso os sultões do Decão, proporcionassem pagamentos ou outros benefícios mais altos do que os oferecidos pelo Estado da Índia.

Outra possível causa de seu envolvimento com autoridades rivais aos portugueses na Ásia pode estar ligada à necessidade de fuga. Cruz, analisando a figura do *arrenegado*, aponta como causa para o fenômeno a fuga das autoridades (CRUZ, 1998, 181). Verificando na fonte os longos percursos realizados pelo réu (Madrid – México – Manila – Goa) e sabendo que o período em que viveu, marcado pela União Ibérica, os dispositivos de controle ibéricos encontravam-se razoavelmente em uníssono, a possibilidade de fuga parece plausível. Além disso, é mencionado em sua sentença o envolvimento com uma jovem ainda no México, o que parece ter ocorrido em condições ilícitas, levando-o a partir de lá.

² *Sentença de Antonio Ramires*, IN: PT/TT/TSO-IL/028/4938, p.85

³ *Idem*, p.88.

Logo, é possível que na “terra firme”, possivelmente Bijapur, viesse a oferecer, por intermédio de outro renegado que parece tê-lo convencido a ir para lá, seus serviços como guerreiro. Serviços que poderiam ser executados tanto na atuação em tropas de mercenários renegados europeus, quanto até mesmo como informante ou espião a serviço do sultanato, função, aliás, apontada por Cruz como uma daquelas nas quais muitos *arrenegados* se envolveram (CRUZ, 1998, 184). A isto soma-se a possibilidade de que Ramires estaria em fuga das autoridades lusas e castelhanas, sendo a ele interessante “desaparecer” em meio à imensidão asiática.

“Desaparecimento”, contudo, que poderia ser passageiro. Seja pelo avançar das forças portuguesas, como se percebe nas crônicas de Barros, que menciona em diversas passagens o encontro com *arrenegados* em diversas partes da Índia. Seja também por certo aspecto pendular destes, como se depreende da trajetória do réu sob foco. Da sua parte não ocorreu completo abandono da zona de fronteira entre o Estado da Índia e as potestades islâmicas às quais se submeteu. Circulou, portanto, pelas áreas sob controle luso, bem como por aquelas fora da jurisdição deste. Nestas oscilações entre estas realidades díspares entre si, moldou-se de acordo com a conjuntura específica. Ou, fazendo uso do conceito de Agamben, *profanou* a si mesmo.

Arrenegado profano

O filósofo italiano Giorgio Agamben, em sua obra *Profanações* expõe raciocínio a respeito da oposição entre concepções de sagrado e profano. Quanto ao primeiro, apresenta-o a partir de sua característica central: a subtração do objeto ao uso comum, transferido a uma esfera separada, a sagrada. O segundo elemento é por ele definido como aquilo que, outrora sagrado, foi restituído ao uso dos homens a partir de um contágio que maculara o objeto antes sacro. Este, tendo perdido sua aura e restituído ao universo dos homens, teve neutralizados os aspectos distintos que o tornavam pertencentes à esfera sagrada. Torna-se possível, portanto, a partir da profanação, destinar um novo uso à coisa, agora *pura*, conforme Agamben, ou seja, “nem santo, nem sagrado, nem religioso, libertado de todos os nomes desse gênero” (AGAMBEN, 2007, 65).

À noção de religião, confere, ontologicamente, o sentido de ser aquilo que executa a separação do que é sagrado. Analisando etimologicamente a palavra em questão a partir de sua raiz latina, o filósofo aponta não para a noção de *religare*, ou seja, de conexão entre o divino e o mundano. Aponta como significado de “religião” o sentido de *relegere*, que significa “escrúpulo”, “atenção”, portanto, de um cuidado mais meticuloso com aquilo que pertence à esfera religiosa (AGAMBEN, 2007, 66). O dispositivo que dentro da religião executaria a separação seria o sacrifício, que ritualmente exhibe aquilo que passa a não mais pertencer à esfera humana.

Feita esta breve apresentação das ideias agambenianas a respeito do sagrado e do profano, situados em meio ao que entende como religião, retomo a afirmativa feita ao final do tópico anterior, no qual declaro que o réu aqui analisado profanou a si mesmo. Primeiramente, para algo ser profanado, é necessário que antes tenha sido sagrado. O elemento de si mesmo que percebo como objeto destas relações é sua identidade. Logo, de que modo esta pode estar em meio às relações entre o sagrado e o profano?

Entendendo que estas podem ser presentes em quaisquer coisas, desde que situadas ou fora do alcance comum ou restituídas a este, e entendendo que as identidades são alvo de preocupações políticas do Estado imperial português, ao menos, durante o período aqui abordado, princípios do século XVII, torna-se possível verificar tal objeto sob a ótica de Agamben a respeito dos processos de sacralização e profanação.

No que toca às políticas identitárias lusas, reconhece-se que a partir do reinado de D. João III em diante ocorre um processo de verticalização das relações entre súditos e Coroa a partir da aplicação de políticas assentadas no espírito da Reforma, especificamente no princípio decorrente desta e determinante para a reorganização da política imperial lusa: o *cujus regio eius religio*. A partir deste, aplica-se a ideia de que determinada entidade política partilharia da fé de seu príncipe, executando-se uma “rotação confessional” do Estado português joanino (XAVIER, 2008, 43).

Neste projeto a Igreja recebeu importantes papéis de vigilância e controle dos súditos de Portugal, seja no Reino ou no ultramar. Pois, para além de entrelaçar-se ao poder régio, estreitavam-se também os elos entre o poder e o saber. Visando o conhecimento a respeito das gentes sob sua autoridade, o Estado luso buscava ordená-las a partir da complexificação de dispositivos político-administrativos que

homogeneizassem os aspectos culturais, sociais e políticos da *respublica* (XAVIER, 2008, 55).

Este conjunto de medidas se fez sentir de modo intenso no Estado da Índia. Abrangendo populações de diferentes origens étnicas, sociais e culturais, as porções asiáticas do império português apresentavam-se como desafiadoras ao projeto de homogeneização lusa, ganhando destaque quanto a este aspecto a região aqui sob foco, o Índico ocidental. Utilizada como centro de suas ações oficiais na Ásia, tal região, a partir das decisões tomadas pela Coroa e por seus agentes lá situados, sofreu intensamente o processo da reforma imperial joanina.

Goa, localizada em posição estratégica em meio aos fluxos do Índico ocidental, “cabeça” do Estado da Índia, passa a atuar como receptora e emissora das ordens advindas da Corte, sobretudo em meio a este processo homogeneização dos súditos da Coroa. E de modo a viabilizar a expansão deste para as demais áreas sob a tutela lusitana na Ásia, a cidade sofre a instalação de instituições fortemente associadas à vigilância e controle, replicando muitas daquelas de âmbito político-administrativas presentes em Lisboa (XAVIER, 2008, p.71).

Contudo, tanto em Goa quanto nas demais sob domínio luso, populações com complexas distinções se faziam presentes. Logo, a tensão entre a aplicação dos projetos régios de homogeneização tornou-se parte das relações entre as populações submetidas ao poder português no Índico ocidental luso-indiano, região fulcral para aplicação daqueles. Tais processos, identificados também como um enraizamento territorial luso mais profundo na região em questão, pode ser entendido pelo que Haesbaert define como *territorialização mais fechada* que seriam “quase ‘uniterritoriais’ no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo” (HAESBAERT, 2007, 31).

Definição aplicável às realidades aqui sob foco, é possível também conjugá-la ao olhar já apresentado de Xavier a respeito da reforma imperial iniciada pelo reinado joanino. Tais perspectivas aliam-se às noções de Agamben a respeito dos conceitos de subjetivação e dessubjetivação. Fortemente influenciado pelos pensamentos de Foucault quanto a estes processos, Agamben, ao colocá-los em oposição, entende a subjetivação como a capacidade do sujeito em poder ser (*possibilidade*) ou poder não ser

(*contingência*). Quanto à dessubjetivação, analisa-a a partir da *impossibilidade* (não poder ser) e da *necessidade* (não poder não ser) (CASTRO, 2012, 98).

Aplicando tais conceitos ao contexto luso-indiano no período aqui abordado, percebe-se que, a partir dos projetos de confessionalização e homogeneização, as *possibilidades* e *contingências* ao alcance do sujeito identificado como súdito da Coroa lusa passam a sofrer crescente processo de restrição. Afinal, dentro daqueles projetos, estavam vetadas, em grande medida, as possibilidades dos sujeitos em elaborar ou preservarem suas identidades para além daquilo que lhes era determinado pelo Estado. Logo, aqueles que não correspondiam aos ditames político-religioso-identitários deste, deveriam sucumbir à própria dessubjetivação. Portanto, a identidade do sujeito passa a ser subtraída do alcance de sua própria elaboração, tornando-se pautada crescentemente por ditames instituídos em relações gradualmente verticalizadas entre ele, entendido como súdito, e as esferas de poder sob intenso fortalecimento nas realidades portuguesas entre os séculos XVI e XVII. Projeta-se, a partir destas esferas, que o uso de si seja, então, não acessível, logo, *sagrado*.

No entanto, frente a esta sacralização das identidades, houve aqueles que resistiram. Foram expressivas, por exemplo, as migrações de hindus, sobretudo de Goa, que, ao terem seus templos destruídos, partiram para a “terra firme”, onde os regimes islâmicos permitiam a manutenção de seus cultos. Para além desta alternativa, houve aqueles que fizeram uso das possibilidades abertas pelas condições reticulares e fronteiriças do Estado da Índia para manipularem a si mesmos em meio às tensas conjunturas da segunda metade do século XVI e primeiras décadas do século seguinte. Tal estratégia pode ser percebida nas ações perpetradas pelo réu Antonio Ramires. Este, ao partir para os domínios islâmicos potencialmente inimigos da Coroa, sob a possível forma de *arrenegado*, conforme visto antes, não se restringiu, nesta escolha, a excluir-se das relações com o Estado da Índia.

Nesta condição, agiu contrariamente aos ditames católicos portugueses. Acusado de apostasia por associar-se ao mundo islâmico em partes de sua vida, Ramires adotou posturas que não necessariamente garantiriam sua segurança em terras católicas ou “mouras”. Deliberadamente blasfemo, sua virulência era tamanha que mesmo entre muçulmanos era repreendido pelas vociferações que bradava contra, especificamente,

“Nossa Senhora”. Atacando a figura da santa, Ramires apresenta questionamentos a elementos presentes nos cânones a respeito desta figura católica sagrada. Logo, poderia, por exemplo, ao questionar a virgindade daquela estar ecoando aspectos de fora da alçada do culto oficial católico no que diz respeito ao culto mariano. E seu incômodo com relação a Maria era tamanho que obrigava seus próprios subordinados domésticos a renegarem-na quando na presença dele, o que muitas vezes exigia de modo violento. Sua sentença, por exemplo, aponta para a tentativa por ele executada de tentar enforcar com suas próprias mãos uma de suas servas que se recusara a renegar à Virgem e à Trindade.

Além desta atitude, Ramires aparentemente teria, em algum momento de sua vida, se convertido ao Islã. Segundo a fonte, ele teria sido preso no momento em que teria decidido tornar-se mouro, momento em que, em atitude de *arrenegamento*, mais uma vez passava à “terra firme”. Pairam dúvidas, contudo, quanto a uma efetiva conversão e adoção de costumes “mouros” devido a indícios de atitudes também contrárias, da sua parte, em submeter-se a esta outra fé. Isto fica evidente quando o réu, segundo o notário, teria afirmado o seguinte:

No cárcere (...) tinha determinado (...) que se dele saísse alguma hora, ainda que fosse para as galés, de buscar ardil para fugir delas e ir para os mouros e na terra deles fazer nova seita e ser pior ainda que um canalha e para isso fabricar uma torrinha em que estivesse vivendo à vontade sem haver quem impedisse e sem nunca mais tornar à [vida] de cristão e à vida de mouros⁴

Tal trecho é, simultaneamente, enigmático e revelador. Enigmático por apresentar elementos consideravelmente díspares com relação a muitos outros processos onde surgem casos de heterodoxias religiosas. Afinal, o réu apresenta uma via mais heterodoxa do que simplesmente assumir crenças não cristãs: ele apresenta à Mesa o desejo de criar seita própria e distante seja do cristianismo, seja do Islã. Acrescenta-se a isto certo caráter isolacionista, ao demonstrar o intento de erguer uma torre (*torrinha*) onde viveria longe do modo católico ou muçulmano. Aspectos reveladores, por sinal, já que o réu deseja para si mesmo apartar-se destas realidades de modo a viver “mais à vontade”, sem restrições de ambos os credos. Com os quais, aliás, parece ter se chocado em diferentes momentos,

⁴ Idem, p.86.

como se depreende da repreensão sofrida em ambiente islâmico por atacar elementos cristãos, ou pelo fato óbvio de estar sob cárcere da Inquisição.

Sentença longa, apresenta com destaque a postura irreverente do réu diante do tribunal, sobretudo quanto aos seus “delitos morais” ligados à sodomia. Afirmando que “nascera com a estrela de ser mais afeiçoado a moços”⁵, declarando o amor que possuía por um obscuro jovem, que “o dito pecado da sodomia não andava em gente baixa”, ou “ainda que morresse muito pouco ia nisso por se ter já bem logrado em toda a vida”, aparentemente Ramires não ocultava o fato de ter se relacionado afetiva e corporalmente com outros homens. Tinha, aliás, consciência do risco que assumia ao agir dessa maneira, como fica evidente ao afirmar que pouco caso fazia das reprimendas que sofrera da parte de pessoas próximas com relação a tal comportamento.

Sua posição social, como visto antes, a partir do porte do título de *dom*, ligada a estratos medianos a altos dos escalões político-militares do Estado da Índia, era por ele utilizada como garante de sua segurança. Assim, segundo a sentença, Ramires afirmava à Mesa que, pelo fato de ter contatos com pessoas que ocupavam importantes cargos públicos, a qualquer momento seria por alguma delas liberado de sua condição de preso. Postura confiante, aliás, que parece ter lhe auxiliado para realizar diversos atos transgressores, como a sodomia e as blasfêmias de que era acusado.

Antonio Ramires, portanto, negligenciava deliberadamente as restrições morais e confessionais a ele impostas pelo Estado. Praticante do “nefando pecado” sem pudores, tomava para si o direcionamento de suas práticas sexuais, elemento fortemente tolhido e vigiado pelos dispositivos eclesiásticos e régios. Ao publicamente afirmar sua predileção carnal por homens, exercia também postura negligente diante das ameaças que pairavam sobre a sociedade moderna luso-indiana dos séculos XVI e XVII no que diz respeito a tal “pecado”.

Publicamente também atacava elementos importantes das crenças católicas. No seu caso, o alvo era a Virgem, com relação à qual, ao longo da sentença, não somente confirma blasfêmias a ela dirigidas, apontadas por testemunhas que foram convocadas pelo tribunal. Ele também realiza outras diante dos inquisidores e nos momentos em que

⁵ Idem, p.90.

estava encarcerado. Soma-se ainda a esta atitude o fato de desejar, conforme visto antes, isolar-se das realidades religiosas dos mundos pelos quais circulara, de modo a abandonar as restrições de ambas.

Complexo em suas atitudes, Ramires, ao assumir os riscos de uma vida transgressora, tinha consciência dos perigos que o cercavam. Junto a isso, acreditava que sua posição de fidalgo o resguardaria, o que parece ter ocorrido até certo ponto de sua vida. Quando encarcerado, continuou a manter tal esperança, assim como manteve várias práticas que acabaram por enquadrar-lhe, segundo o Santo Ofício, como culpado de “heresia, apostasia e sodomia”, sofrendo a pena máxima, executada em auto-de-fé em Goa em meados do ano de 1612.

É notória, ainda assim, a capacidade que demonstrava de posicionar-se diante de aspectos que, segundo as decisões emanadas das instâncias político-religiosas do Estado imperial lusitano a partir de meados do século XVI, não lhe deveriam estar, segundo aquele, ao alcance, como a moral e a fé. “Sodomita incorrigível”, definia a si mesmo como tal, negligenciando publicamente as restrições e graves penas advindas das Justiças portuguesas com relação àqueles que exerciam tal prática. Blasfemo, negava dogmas católicos, negligenciando restrições quanto à elaboração de uma própria interpretação das crenças cristãs. *Profano*, portanto, por tomar para si a capacidade de refletir, sentir, e agir diante destes elementos que estavam em processo de *sacralização* nas sociedades tocadas pelo Estado português.

Conclusões

O réu cuja sentença aqui serviu como fonte *profanou* certo objeto caro às políticas do império português: sua identidade. Antonio Ramires, publicamente demonstrando atitudes transgressoras com relação ao cerceamento, imposto pelo Estado português e pela Igreja romana, quanto a questões morais, comportamentais e religiosas, negou para si a adoção de tais restrições como parte de sua identidade. Ao longo de sua atribulada vida, agiu autonomamente com relação aos seus afetos e concepções religiosas. Sodomita e blasfemo, tomou para si tais aspectos como positivos. Logo, não somente transgrediu os

limites comportamentais católicos portugueses. Para além disso, *profanou* a concepção de si que lhe era imposta como súdito católico. “Ele o fez pelo contrário”.

O réu assumiu tal atitude *profana* em meio a conjunturas adversas e favorecedoras a isto. Adversas por se encontrar sob o olhar e intenções das políticas identitárias lusas restritivas quanto às possibilidades de *ser*. Favorecedoras por se situar em parte de sua vida em região cujas relações sociais, econômicas, culturais e políticas estruturavam-se reticularmente, possibilitando contatos entre diferentes realidades que intercambiavam diversos elementos daquelas relações. Contatos que no caso do Estado da Índia executavam-se também graças às suas condições fronteiriças diante de múltiplas realidades que o circundavam.

Logo, a partir de suas redes e fronteiras, o Estado da Índia acabou por favorecer condições de *contágio* entre os mundos dos quais suas elites mandantes desejavam apartar-se e proteger-se. Ainda que a força dessa atitude de apartamento tenha se dado violentamente, ainda mais quando associada às imposições a respeito do que os submetidos ao jugo lusitano deveriam ser, houve aqueles que se esquivaram dela.

Como exemplos disto temos o caso de Antonio Ramires, cujas atitudes de negação ao que lhe era imposto em matéria identitária, manipulação de si e de aspectos das realidades que lhe circundava em meio a conjunturas persecutórias e elaboração *profana* de sua identidade revelam resistências aos projetos políticos de definição restritiva do *ser*. Ao “fazer pelo contrário” ao que lhe era ditado como modelo comportamental, identitário e político, conseguiu, enfim, por maior ou menor espaço de tempo, sobreviver para além do destino que lhe era imposto.

Fontes

Sentença do processo de António Ramirez: PT/TT/TSO-IL/028/4938, p. 85-99;
BARROS, João de. *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Segunda Década - Quarta Década. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BAIÃO, A. *A Inquisição de Goa*. Lisboa: Academia das Ciências, Vol. 1, 1945.
- BOXER, C.R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, C. R. *A Igreja e a Expansão ibérica 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência*. Belo Horizonte, 2012.
- CRUZ, Maria A. L. *Degredados e arrenegados portugueses no espaço índico, nos primórdios do século XVI*. Revista Textos de História, vol 6 - nºs 1 e2, 1998.
- DISNEY, A.R. *A expansão portuguesa, 1400-1800. Contatos, negociações e interações*. IN: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada. (dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- DORÉ, Andréa. *Sitiados. Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- EMBREE & WILHELM. *India. Historia del subcontinente desde las culturas del Indo hasta el comienzo del dominio inglés*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1987.
- FLORES, Jorge. *Nas marges do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*. 1ª edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. “Território e Multiterritorialidade: um debate”. In: *GEOgraphia*. Ano IX, nº 17, Niterói, 2007.
- MACHADO, Lia Osório. *Limites, fronteiras, redes*. IN: DAMIANI, A., DUTRA, V.S. (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB - Porto Alegre, 1998.
- PEARSON, Michael N. “Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses”. BETHENCOURT, Francisco, CURTO, Diogo Ramada (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. 1ª edição, Lisboa: Edições 70, 2010.
- SÁNCHEZ-COSTA, Fernando. “La fragua de la identidad: memoria, conciencia histórica y cultura histórica”. In: PALOS & SÁNCHEZ-COSTA. *A vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. 1ª edição, Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

SOUZA, Teotónio R. de. *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*. 1ª edição, Lisboa: Estampa, 1994.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700*. 1ª edição, Carnaxide: Difel, 1993.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O efeito Kagemusha*. Revista História: questões e debates. UFPR: Curitiba, 2006.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. 2ª edição, Miraflores: Difel, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto. *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*. 1ª edição, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Pela fé, pelo Império

Odimar Gomes Junior

Programa de Pós-Graduação em História Social – UERJ/FFP

O Conceito de Memória e suas Relações com a Escrita da História

Choram-te, Tomé, o Gange e o Indo;
Chorou-te toda a terra que pisaste;
Mais te choram as almas que vestindo
Se iam da santa Fé que lhe ensinaste
Mas os Anjos do Céu, cantando e rindo,
Te recebem na glória que ganhaste.
Pedimos-te que a Deus ajuda peças
Com que os teus Lusitanos favoreças.
(*Os Lusíadas*, X, 118)

As armas e os barões assinalados, que partiram da ocidental praia lusitana e percorreram mares nunca dantes navegados, chegaram em 1498 à costa ocidental da Índia. Quatro anos mais tarde, deu-se o primeiro contato com os cristãos de São Tomé, cuja memória partilhada entre estes fiéis ligavam-nos ao apóstolo que precisara ver e tocar as chagas do Cristo ressurreto para crer. Por sua vez, os cristãos portugueses traziam em suas mentes a doutrina de outro apóstolo, o mesmo que, após negar o Senhor, foi constituído pastor de sua Igreja. Quantas histórias, quantas memórias, quantos conflitos!

Se os feitos históricos são aqueles que atravessam a esfera pública ou deveriam tê-lo feito segundo o critério de um historiador, assim como Ginzburg trouxe à luz Menocchio (PALOS; SÁNCHEZ-COSTA, 2013), como trazer para a esfera pública as memórias partilhadas por um povo, um grupo etc.? Os feitos dos portugueses revelam mais do que supunha o Velho do Restelo. Não só a glória de mandar, a vã cobiça da fama ou o fraudulento gosto da honra moveram esse povo. Deixando de lado a já conhecida causa mercantil, havia também o desejo de, encontrando o Reino do Preste João, retomar Jerusalém (THOMAZ, 2009), que desde o século IV tornara-se local de peregrinação para se comemorar/lembrar a vida, pregação e morte de Jesus de Nazaré (TEJIRIAN; SIMON, 2012, p. 9). Seria isso produto da *memória coletiva* (o termo será melhor retomado à frente) desse povo? Se sim, não compete ao historiador simplesmente narrar o ocorrido,

mas antes pensar criticamente sobre ele. É preciso atentar para o fato de que as memórias produzem ações, narrativas, documentos, e os documentos são portadores de um discurso sobre os quais o historiador tem de se debruçar, quer seja uma simples informação, quer se trate de uma ideia (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 539). Dá-se deste modo a relação entre a escrita da história e as memórias.

Cabe aqui lembrar-se da afirmação de Catroga de que “não são lineares as relações entre a memória e a historiografia” (2001, p. 39) e ainda:

a memória histórica é um produto artificial, com uma linguagem prosaica e ensinável, destinado ao desempenho de papéis sociais úteis; ao contrário, a *memória colectiva* tem uma origem anónima e espontânea, uma transmissão predominantemente oral e repetitiva, e um cariz normativo. (2001, p. 39)

Justamente por ser retenção “quente”, afetiva, que se limita ao verossímil e não desloca de sua narrativa as paixões e emoções que evoca (CATROGA, 2001), é necessário, para uma melhor exatidão da pesquisa, seguir a exortação de Ginzburg (2002, p.43, apud BENJAMIM) de que “é preciso aprender a ler os documentos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas”, pois “os seus nexos são ditados por afinidades electivas, e estas determinam que cada presente construa a sua própria história, não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente” (CATROGA, 2001, p. 22).

Se a historiografia, assim como o partilhamento das memórias, também nasce como uma forma de combate ao esquecimento, contudo ela não deve ser confundida com aquelas, pois a historiografia é um trabalho intelectual, analítico e crítico. Por sua vez, a memória carrega julgamentos morais baseados “na idoneidade do evocador e no seu estatuto de testemunha de acontecimentos próprios e alheios” (CATROGA, 2001, p. 47) e, quando ligada a conceitos religiosos, vai legitimar o julgamento, a submissão e até mesmo a violência contra o grupo oponente, como ocorreu com os cristãos de São Tomé, na Índia.

A memória é uma reconstrução do passado que serve a interesses do presente. Assim a historiografia não valida o seu testemunho como verdade, mas coloca-a em seu devido lugar de demonstrar que esse testemunho é tão somente uma versão dos fatos. Para

se captar uma “realidade mais profunda” são necessárias pistas, indícios, signos pictóricos (GINZBURG, 1989, p. 150). Assim a relação entre memória e historiografia é paradoxal não somente devido à necessidade de aproximação e distanciamento, mas também pelo fato de que ambas não podem ser atos frios, de que ambas, cada uma a seu modo e método,

tem de dar vida ao que já não existe. [...] E é aqui que, nos seus campos próprios, a memória e a historiografia se encontram com a consciência da *dívida* (Paul Ricoeur), isto é, com o imperativo de também dar a palavra aos que, quando vivos, já estavam condenados ao silêncio. (CATROGA, 2001, p. 49)

Tendo respondido à primeira pergunta, resta agora voltar a atenção para a segunda a respeito do desejo partilhado (memória coletiva?) pelos lusitanos de encontrar cristãos no Oriente e, juntando forças, avançar contra todo tipo de gentildade, heresias e doutrinas semeadas pelos inimigos (ou pelo Inimigo?) da saudável fé cristã.

Segundo Sacks, “a memória surge não só da experiência, mas também da interação de muitas mentes” (SACKS, 2017, p.92). Contudo, foi Maurice Halbwachs quem forjou e impôs a noção de memória coletiva (CANDAU, 2013, p. 84) pelo fato de “nunca nos lembrarmos sozinhos”, devendo o indivíduo voltar-se para o passado, seu ou de seu grupo, uma vez que a memória individual é socialmente orientada. É errado, no entanto, concluir-se que essa memória coletiva é uma entidade totalmente exterior aos indivíduos, aos quais ela domina, ou uma reprodução perfeitamente autônoma do passado (CANDAU, 2013, p. 85). Não se deve supor, também, que o fato de um grupo assumir as mesmas referências memoriais (monumentos, museus, túmulos, mitos, narrativas etc.) faz com que eles tenham a mesma representação do passado, uma vez “que dois observadores não partilham nunca exatamente a mesma experiência” (CANDAU, 2013, p. 88, apud Leach, 1980, p. 35-36).

Segundo Candau, essa noção de memória coletiva é prática uma vez que não há como designar algumas formas de consciência do passado partilhadas por um grupo. “De facto, nenhum antropólogo pode contestar a vontade dos grupos humanos de elaborar uma memória comum, uma memória partilhada cuja ideia é muito antiga”, contudo o que se denomina memória coletiva é frequentemente um empilhamento de estratos memoriais diversos (CANDAU, 2013, p.91). Assim, “a memória coletiva não é nunca uma memória

unívoca” (CANDAU, 2013, p.92) e a única coisa que pode realmente ser partilhada é o esquecimento.

Se a noção de memória coletiva é um tanto “vaga”, Candau propõe o que ele denominará de “quadros sociais da memória”, uma vez que a reconstrução de uma lembrança passa pela reconstrução das circunstâncias, dos quadros sociais ou coletivos e “todas as sociedades, incluindo as mais simples, fabricam esses quadros sociais” (2013, p. 93). A multiplicidade desses quadros sociais resume-se na noção de “sociotransmissores” que teriam entre os indivíduos a mesma função que os neurotransmissores têm entre os neurônios, ou seja, de favorecer as conexões. Assim, nas palavras de Roger Bastide, a memória coletiva “é um sistema de inter-relações de memórias individuais” (CANDAU, 2013, p. 95).

Deste ponto de vista, a noção de memória partilhada parece mais operatória do que a de memória coletiva, no sentido que ela sugere a existência de processos concretos de convergência, de encontro e de agregação de recordações, tornadas possíveis pela presença dos sociotransmissores. (CANDAU, 2013, p. 97)

O historiador, por sua vez, não pode apenas escutar e perscrutar as memórias *anamnélicas*: o esquecimento também deve ser estudado. “Escrever uma ‘história social da memória’ só terá sentido se, ao mesmo tempo, se redigir uma siamesa ‘história social do esquecimento’” (CATROGA, 2001, p. 55). Ainda: “Essa necessidade [de memória] é indissociável da busca pelo esquecimento, que ocorre concomitantemente ao lembrar” (CANDAU, 2014, p. 126). Expande-se assim a ideia de Ginzburg, pois não somente os documentos devem ser lidos às avessas, mas é necessário também aprender a “ler” o inverso da memória, o esquecimento; ocupar-se com os porquês associados à amnésia: por que foi esquecido? A quem interessava o esquecimento? Que utilidade teve? Que identidade se formou com as escolhas do que lembrar e do que esquecer?

O que lembrar, o que esquecer

Sôbolos rios que vão
Por Babylonia, me achei,
Onde sentado chorei
As lembranças de Sião,
E quanto nella passei.
(Camões)

O que é melhor: rir-se do esquecimento ou chorar as lembranças? A historiografia gera a fabricação de memórias naquilo que valoriza e nos seus esquecimentos, e também contribui para apagamento de memórias anteriores, bem como para a socialização e interiorização de novas memórias (CATROGA, 2001, p. 57), assim não somente as lembranças, mas também os esquecimentos são importantes para a historiografia, pois, como dito anteriormente, a única coisa que os membros de um grupo compartilham efetivamente é aquilo que se esqueceram de seu passado comum. Esse esquecimento pode ser um fator de libertação não só do peso que lembranças traumáticas carregam, mas também de conflitos entre grupos. “O esquecimento pode ser necessário aos laços sociais e à afirmação da identidade de um grupo” (CANDAU, 2014, p. 129), tanto quanto as lembranças.

Não obstante suas dificuldades teóricas, percebe-se que o esquecimento nem sempre é uma falta, ainda que Candau diga que “não satisfazer ao dever de memória é expor-se ao risco do desaparecimento” (CANDAU, 2014, p. 125), mas em alguns casos torna-se uma necessidade. Não é falta por serem, os esquecimentos, “vazios cheios de alguma coisa”. Não há falta para uma cultura, mas formas de substituição ou de resistência (CANDAU, 2013, p. 117). Não é falta porque os grupos sociais sempre procurarão meios de soterrar os buracos deixados pela memória na construção de suas identidades.

Joël Candau, a despeito da importância da memória, afirma que o esquecimento é tão necessário quanto o compartilhamento daquela e que “as sociedades têm tanta necessidade de uma *ars oblivionis* como de uma *ars memoriae*” (CANDAU, 2013, p.112). O esquecimento pode funcionar como um bálsamo nas feridas da alma daquele que quer e precisa se esquecer de fatos que não gostaria de se lembrar. Assim fora com Helena, que não poderia conviver com o terror de dez anos de guerra e de tantas mortes

que causara juntamente com Páris ao aceitar fugir com ele. Assim fora também com José, cujo primogênito ele nomeou de Manassés¹ ao afirmar: “Deus me fez esquecer de todo o meu trabalho, e de toda a casa de meu pai” (Gênesis 41:51), embora não o tenha esquecido de fato, mas referindo-se ao intento de não mais lembrar com dor o sofrimento imposto pelos seus irmãos. Observa-se, então, que o esquecimento pode tanto ser uma censura como um trunfo que permite a construção ou a restauração de uma imagem satisfatória, principalmente para aqueles que não querem ter atadas às suas costas o peso de lembranças traumáticas que sempre os fazem escorregar colina abaixo, por mais que se esforcem em seus sisíficos labores. “A esquecida memória não é sempre um campo de ruínas, ela pode ser uma construção” (CANDAU, 2013, p. 118).

Se nem tudo pode ser lembrado, nem tudo pode ser esquecido. Cabe saber o que e a quem interessa registrar parte do que é lembrado, porque também, nem tudo é narrado, transmitido, documentado. Modela-se o passado da mesma forma que se faz com o futuro, ainda que o presente não o possa ser (CANDAU, 2014, p. 164). Mas o presente traz um problema que precisa ser solucionado e a forma que alguns grupos encontram de resolver se dá pela manipulação da memória com o intuito de forjar uma nova identidade coletiva (CANDAU, 2014, p. 165), esperando que, após o calor dos conflitos, o grupo a que se tenta subjugar se amolde à forma estabelecida pelo que tenta dominar. A modificação da memória institucional (...) permite construir passados alternativos – em geral, um “passado mais útil e mais conveniente”. (CANDAU, 2014, p. 166)

Há aqueles que querem fazer esquecer seu passado e há aqueles que querem apagar as memórias de outros para construir novas. “No fluxo das migrações, guerras e conquistas, apaga-se uma memória anterior com inscrições superpostas, e a nova memória declara-se inextinguível” (ASSMANN, 2011, p. 323). Não foi à toa que se queimavam tantas publicações tidas por heréticas na tentativa de se apagar/extinguir com o que se considerava errado. Não sendo muitas vezes possível acabar com as ideias pela simples incineração de livros, registros, documentos, algumas vezes optava-se também por fazer arder aqueles que carregavam o “mal” em suas mentes. Ocorria assim a purificação, como a do ouro que é refinado pelo fogo, do herege enquanto que ao mesmo

¹ Em Hebraico מנשח (da raiz נשח = esquecer) pode ser entendido como levando a esquecer ou o que causa esquecimento. (DAVIDSON, 1993)

tempo procurava-se dar fim a qualquer tentativa de recuperar a doutrina divergente e conflituosa.

A história do cristianismo é carregada dessas máculas. Não seria diferente na história dos reinos que, em nome do Cristo, expandiam os seus territórios e fé. Se as “visões de passado” são construções (SARLO, 2007, p. 12), então é possível derribar o que se edificara e construir novas memórias, pelo bem da Fé e do Império.

Pela fé, pelo Império

Na verdade, a luz dos ímpios se apagará,
e a chama do seu fogo não resplandecerá.
A sua memória perecerá da terra, e pelas
praças não terá nome. (Jó 18:5,17)

Desde o século IV, depois que Helena, mãe de Constantino, fundou a capela sepulcral em Jerusalém, houve um interesse da cristandade por essa região como um local sagrado. Interesse este experimentado primeiramente pelos cristãos orientais. Mais tarde, a partir dos séculos XI e XII, a igreja ocidental despertou o seu interesse pela Cidade Santa, tornando-se este o destino das cruzadas que “são uma guerra religiosa por esse local de memória” (ASSMANN, 2011, p. 326).

O fim das cruzadas não representou o fim do desejo da expansão do cristianismo e da retomada de seus locais sagrados uma vez que “o grande projeto de D. Manuel (r. 1495 – 1521) era, na sua essência, um projeto de cruzada, visando o ataque ao Império Mameluco pelo mar Roxo e a recuperação de Jerusalém” (THOMAZ, 2009, p. 13). Contudo é difícil precisar o início dos projetos portugueses para a retomada da Terra Santa uma vez que Diego Gelmírez, arcebispo de Santiago de Compostela (1100-1139), já havia proposto um plano desde a reconquista peninsular para “conquistar gradualmente, a partir da Andaluzia, os domínios muçulmanos até atingir Jerusalém” (THOMAZ, 2009, p. 15). Para o sucesso da empreitada, nada melhor do que encontrar o reino do Preste João e fazer uma aliança com a Etiópia Cristã e tomar o Egito.

Não é impossível que d. Afonso V, de alma e coração empenhado na cruzada, quisesse, com essas diligências, antes de tudo o mais, localizar precisamente o reino do preste João, a fim de efetivar a aliança com que de há século e meio

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

sonhava a cristandade, mas que a Portugal mais do que a ninguém podia aproveitar. [...]

Não é tampouco impossível que d. Afonso V pensasse igualmente em aliar-se aos cristãos do Malabar, a que faziam referência mais ou menos larga Marco Polo, João de Montecorvino, Odorico de Pordenone, João de Marignoli e Nicolo de' Conti. É verdade que nenhum lhes atribui poder militar nem político com que se pudesse contar; mas décadas volvidas, enquanto as informações trazidas por Pedro Álvares Cabral lhe não vieram desfazer as ilusões, ainda d. Manuel pensava em se lhes aliar contra o Egito, pelo que não é de todo impossível que no mesmo erro tenha lavrado seu tio. (THOMAZ, 2009, p. 18,19)

Havia, por parte de um pequeno grupo de joaquimitas² e gibelinos³ ligados a D. Manuel, uma aura mística apocalíptica que viam no “Venturoso” a possibilidade de ser ele um rei-salvador que traria a libertação aos cristãos, expectativa esta aumentada quando D. Manuel veio a se tornar rei de forma inesperada devido à morte prematura de cinco parentes que o antecediavam na fila ao trono. Para confirmar ainda mais que Deus estava com os seus⁴ e que suscitara D. Manuel como imperador universal, Vasco da Gama retornou a Portugal, após uma viagem relativamente fácil, e relatou que no Malabar havia igrejas, sacerdotes católicos e cristãos que seriam capazes de contribuir para a cruzada, para “o esmagamento do islame, a destruição de Meca, a recuperação de Jerusalém” (THOMAZ, 2009, p. 37), ainda que estivesse enganado em sua interpretação do que presenciara: na verdade, os cristãos eram uma minoria.

Felizmente para D. Manuel e para os que em seu torno partilhavam das suas ideias, Vasco da Gama regressou do Malabar redondamente enganado acerca dum ponto capital: orara nos templos hindus cuidando serem igrejas, venerara a efigie da Kâlî, supondo ser a Virgem Maria, tomara os brâmanes por sacerdotes católicos e a água lustral das suas abluções por água benta. (THOMAZ, 2009, p. 31)

Quatro anos depois de chegarem à costa do Malabar, depararam-se com o fato de serem os cristãos minoria e ainda: esta minoria não era de cristãos católicos e sim de um grupo que pertencia a uma tradição tão antiga quanto o da igreja ocidental e eram nestorianos. Sendo assim, era necessário, antes de tudo, subjugar em nome da “Sancta Igreja Romana” e da “See Apostolica” (LOUREYRO, 1606) aqueles que, sob o olhar dos

² Grupo seguidor do abade Joaquim de Fiore de viés místico milenarista.

³ Partidários do Sacro Império Romano-Germânico em oposição aos que apoiavam o papado.

⁴ Manuel é uma variação de Emanoel que literalmente significa Deus conosco.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Portugueses e do Papa, eram considerados hereges, gentílicos e com práticas e costumes hindus (MANSO, 2015, p. 1456), o que não convinha a um bom cristão romano.

Eram considerados hereges por terem adotado em sua cristologia o nestorianismo, entendimento que assumia haver em Jesus Cristo duas naturezas, uma humana e outra divina. Essa doutrina foi rejeitada nos concílios de Éfeso (431) e de Calcedônia (451), acabando por provocar a primeira grande divisão da Igreja, o cisma nestoriano⁵. Quanto à acusação de serem gentílicos e com práticas e costumes hindus, Massi (2016, p. 119,120) diz que não somente houve um encontro entre as tradições orientais hindus e as do cristianismo oriental, além disso “ocorreu um fenômeno praticamente incompreensível para os padrões ocidentais”, pois não somente estabeleceram uma estrutura eclesiástica própria, bem como os cristãos tomesinos foram autorizados a frequentar os lugares sagrados para o hinduísmo.

Era necessário, conforme a visão da Igreja Romana, remover toda a heresia de toda a cristandade, afastar hábitos gentílicos, conformar os tomesinos aos neófitos provenientes do trabalho missionário e submeter todos ao Papa. Para isso, tinha que haver um projeto.

O ‘projeto jesuíta’ foi fortalecido pelas determinações do Concílio de Trento que obrigavam a imposição do rito romano aos cristãos, pelo estabelecimento da Inquisição, em 1560, em Goa, liderada por Aleixo Dias Falcão, e pela instituição do arcebispado de Goa. (MANSO, 2015, p. 1451)

Como as divergências continuaram, em 1599 o arcebispo Aleixo de Menezes convocou o Sínodo de Diamper, “cujo alvo era exclusivamente os Cristãos de São Tomé” (MASSI, 2016, p. 140).

Após os encontros iniciais, os eclesiásticos católicos a serviço do Império português tomaram ciência do caráter herético das formulações cristológicas dos Cristãos de São Tomé, de suposta orientação nestoriana. Inicia-se com isso um longo período de tensões e conflitos entre ambos durante o séc. XVI. Um desses conflitos foi uma ameaça de cisma na Igreja do Oriente, em 1522, devido a aproximações com a Igreja Católica Romana. O envio de um bispo caldaico, Mar Eliah, para se submeter à Inquisição em Lisboa, em 1562, e uma

⁵ O próprio termo “cisma nestoriano” utilizado em larga escala na história do cristianismo por si só já demonstra a opção contra este grupo, pois dá a entender que eles eram os cismáticos, hereges e que, insistindo no erro, se afastaram da Igreja.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

série de nomeações de lideranças religiosas adversárias, de ambos os lados aumentou o desgaste. (MASSI, 2016, p. 140)

Os prelados reunidos desde o primeiro concílio provincial em Goa viam-se como restauradores do verdadeiro cristianismo pregado por São Tomé Apóstolo, cuja mensagem fora degenerada, dando lugar a heresias. Era mister reformar (corrigir) o que se havia deformado, inclusive nos sinais externos, como nas vestimentas, por exemplo, uma vez que “católicos não deveriam portar sinais exteriores e trajes típicos de mouros, gentios ou de judeus” (FARIA, 2013, p. 236). Era necessário conservar todos os fiéis na “verdadeira piedade e emenda dos maos costumes dos christãos: para finalmente tirar os abuzos que em as pessoas ecclesiasticas se acharem”. (DHMPPO, 337-338)⁶

Com o uso dos termos restaurar, reformar, corrigir percebe-se a tentativa de substituição de uma tradição milenar através do apagamento de sua memória e a substituição desta pela do agente externo que tem o objetivo de subjugar, de submeter. A tentativa de latinização vinha substituir toda uma tradição própria do grupo:

Aquilo que denominamos como tradição própria a um grupo é a combinação entre transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra fazendo, por exemplo, da tradição religiosa um “sistema organizado de pensamentos e gestos”. (CANDAUI, 2014, p. 121)

Para que se concretizasse o intuito português, era necessário acabar com esse sistema organizado, com a heresia, latinizar a igreja tomesina, submetê-la ao papado. Para isso não se tentou eliminar o mito de fundação que os ligavam ao apóstolo S. Tomé, mas procurou-se convencê-los de que a mensagem primeira, pregada pelo apóstolo, fora deturpada pelo Inimigo do Evangelho e seus asseclas. A propaganda tinha o caráter de reforçar a identidade fundacional, de levá-los a perceber que a mensagem dos apóstolos era uma só e que, assim, não poderia a proclamação de S. Tomé ser diferente do kerigma de S. Pedro. Era necessário lutar pela religião dos santos apóstolos, uma vez que “lutar

⁶ Decretos e Determinações do Sagrado Concilio Provincial de Goa, Primeira Acção: Decreto da Protestação da Fé. In: REGO, A. Silva. Documentação para História das Missões do Padroado Português no Oriente. Lisboa: Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1991-1996, 12v. Cita-se DHMPPO. Disponível em

pela religião não é, pois, lutar por algo de ideal e exterior à sociedade, mas pelo elemento central da sua própria individualidade cultural” (THOMAZ, 1994, p. 11).

Considerações Finais

Tentou-se avaliar nesse trabalho como a memória pode ser manipulada na tentativa de ressignificação identitária utilizando-se o recorte religioso quando do encontro das culturas portuguesas e indianas no século XVI na investida de latinização do rito siro-malabar. Para tanto, foi adotada a perspectiva de Joël Candau que prefere trabalhar com a ideia de memória partilhada devido à noção vaga de memória coletiva forjada por Halbwachs, bem como a contribuição daquele para o esquecimento e sua utilização.

Não foram, contudo, analisados aqui os interesses mercantis e sua relação com o intento religioso ou de que forma a corte portuguesa conseguiu manobrar as aspirações religiosas de D. Manuel para tirar um proveito mais comercial, fato este bem trabalhado por Luís Felipe F. R. Thomaz, como também não foram citadas as utilizações de meios inquisitoriais na tentativa de latinização e submissão dos cristãos indianos, ou a utilização de outros meios coercitivos, mais ou menos violentos. Contudo vale a reflexão de que a(s) memória(s) deve(m) ser analisada(s) criticamente pelo historiador, com cuidado e métodos aprovados por seus pares, pois nem sempre a posição adotada pelo outro é a errada, a herética; talvez só esteja sendo narrada da forma como quis o grupo com maior poder econômico e bélico. O herege nem sempre é o que diverge da sã doutrina; às vezes é o que está na ponta da espada ou do canhão.

Fontes

LOUREYRO, D. G. *Synodo Diocesano da Igreja e Bispado de Angamale dos Antigos Christãos de Sam Thome das Serras do Malavar das Partes da India Oriental*. Coimbra: [s.n.], 1606.

REGO, A. S. *Documentos para História das Missões do Padroado Português no Oriente (DHMPPO)*. Lisboa: Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, v. 12v., 1991-1996.

Referências bibliográficas

ASSMANN, A. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CANDAU, J. *Antropologia da Memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

_____. *Memória e Identidade*. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CATROGA, F. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

DAVIDSON, B. *The Analytical Hebrew and Chaldee Lexicon*. Michigan: Zondervan, 1993.

FARIA, P. S. D. Os concílios provinciais de Goa: reflexões sobre o impacto da “Reforma Tridentina” no centro do império asiático português (1567-1606). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 218-238, jul/dez 2013. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi27/TOPOI_27_A01.pdf>.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Relações de Força: História, Retórica e Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, M. *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel, 1997.

MANSO, M. D. D. B. A Sociedade Indiana e as Estratégias Missionárias: 1542-1622. *Portuguese Studies Review*, New Hampshire, v. 9, p. 321-333, 2001.

_____. *D'Aquém, D'Além e D'Ulamar - Combate contra a heresia: o sínodo de Diamper*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015.

- MASSI, G. M. *Cristianismo na Índia: os Cristãos de São Tomé, sua constituição, suas tradições e suas práticas religiosas*, Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais., 2016. 242 f.
- NAVARRO, E. D. A. A origem indiana de um mito do Brasil colonial. *Revista de Estudos Orientais*, São Paulo, n. 6, 2008. ISSN 1415-9171. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/reo/article/view/90747>>.
- PALOS, J.-L.; SÁNCHEZ-COSTA, F. *A vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2013. 448 p. Disponível em: <<http://www.publicacions.ub.edu/ficha.aspx?cod=07794>>.
- SACKS, O. *O Rio da Consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SARLO, B. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- TEJIRIAN, E. H.; SIMON, R. S. *Conflict, conquest, and conversion: two thousand years of Christian missions in the Middle East*. New York: Columbia University Press, 2012.
- THOMAZ, L. F. F. R. *De Ceuta a Timor*. Algés: DIFEL, 1994.
- _____. D. Manuel, a Índia e o Brasil. *Revista de História*, São Paulo, p. 13-57, 2º Semestre 2009.

O Arcebispo Primaz de Goa, D. Fr. Inácio de Santa Teresa e a jacobea no Oriente português do século XVIII

Rozely Menezes Vigas Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Bolsista FAPERJ

D. Fr. Inácio de Santa Teresa esteve inserido em um conflito de proporções extremas com as freiras de Santa Mônica. Para elas, seu comportamento tirânico teria sido o motor desse longo processo de divergências que durou, aproximadamente, 15 anos, indo de 1723 até 1738 e tendo como ápice o ano de 1632. Para entender melhor o que motivou ambas as partes a se digladiarem por meios de cartas, pastorais e ações, se faz necessário compreender quem foi e que ideias defendia esse crúzio.

Nascido no Porto, em 22 de novembro de 1682, D. Inácio tinha origem numa família nobre. Seus pais foram Domingos Fernandes de Souza – descendente da família de Freixo de Nemão – e Maria Madalena Jácome de Torres – neta de António Lopes Torrão, capitão de mar e guerra. Seus estudos foram iniciados no Colégio de São Lourenço, dos jesuítas. Contudo, sob influência de um tio, transferiu-se para o Mosteiro de São Salvador de Grijó, dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, onde deu sequência aos seus estudos (MACHADO, 1747, p. 549). Todos os trabalhos sobre D. Inácio, inclusive os mais recentes, destacam sua proeminência nos estudos e rigorismo nos costumes. Estudou teologia na Universidade de Coimbra, tendo se doutorado, em 1711. No Mosteiro de Santa Cruz, ainda em Coimbra, ministrou aulas de Filosofia, Teologia e Moral, onde seu espírito de liderança pode ser exercitado. Levando em consideração que tanto o Mosteiro de Santa Cruz como o Colégio da Graça de Coimbra foram palco do surgimento e efervescência do movimento da jacobea, não é de se estranhar que D. Inácio não fosse atraído por este grupo formado por homens que se destacaram pelo espírito de reforma da Igreja e pela revalorização das determinações do

Concílio de Trento. Ainda mais se for somado que a Universidade de Coimbra foi o local em que se formou a maioria dos componentes do movimento.

A jacobea foi um movimento religioso português que durou quase todo o século XVIII. Fundada no Colégio da Graça de Coimbra por Fr. Francisco da Anunciação – que estudou e foi professor na Universidade de Coimbra –, a origem de seu nome tem várias versões, mas a essência está relacionada à “escada de Jacob” (CASTRO, 2001. p. 5; TRINDADE, 2011. p. 23-25). Esse conceito, embora frequentemente usado desde a Idade Média por teólogos e místicos, retornou com força na jacobea para expressar a busca dos seus seguidores pela perfeição e pela perfeita união com Deus, que só poderia ser alcançada com um rigoroso afastamento do mundo secular, regado de intensas atividades ascéticas. A prática da oração mental, o exame de consciência e a confissão frequente eram os principais meios de se alcançar a salvação. Muitas figuras ilustres pertenceram a esse grupo, principalmente alguns religiosos de ordens, como os agostinianos, os franciscanos, os beneditinos, os dominicanos, os carmelitas, os cistercienses e os tomaristas (TRINDADE, 2011. p. 26-27).

De acordo com José Pedro Paiva, a escolha de um bispo era feita a partir de seis requisitos: as ligações de parentesco que possuía; os serviços prestados ao rei; o mérito pessoal de acordo com o que se esperava de um prelado; as redes clientelares a que pertencia; um perfil consoante com a conjuntura política do momento; e, por fim, compatibilidade com a diocese que iria governar (PAIVA, 2006, p. 230).

Em relação ao parentesco e aos serviços prestados ao rei, como já foi mencionado, D. Fr. Inácio era da nobreza portuguesa e seu avô materno tinha sido capitão de mar e guerra. O fato de seu avô ter tido um título por seus serviços prestados já lhe abria espaço, embora fossem as qualidades seguintes mais determinantes. O mérito pessoal tinha a ver tanto com suas competências acadêmicas quanto com suas “virtudes exemplares”, aquilo esperado de um bispo determinado por Trento (IGREJA CATÓLICA, 1781, p. 157-169). Nesse sentido, D. Fr. Inácio se encaixava perfeitamente nesses dois critérios. Sua experiência como aluno exemplar e, posteriormente, como professor na Universidade de Coimbra o habilitava intelectualmente¹. Quanto às suas virtudes, o crúzio era largamente

¹ José Maria Mendes, em sua dissertação, relata o testemunho do companheiro de estudos de D. Fr. Inácio, Bernardo de Meyrelles Freyre – professor de retórica e letras humanas em Coimbra e Évora –, em que este

conhecido por ser rigoroso e disciplinado e por ter participado da reforma da sua ordem em Portugal. Ademais dessas características, o fato de fazer parte do movimento dos jacobeus e de conhecer pessoalmente Fr. Gaspar da Encarnação², fez com que seu nome, muito possivelmente, fosse ouvido várias vezes por D. João V.

Por ser adepto à jacobea, além da rede de intelectuais a que pertencia, D. Fr. Inácio de Santa Teresa também se encaixava ao perfil de bispo que o rei procurava: o “bispo político” (PAIVA, 2006, p. 147-170). Esse tipo de bispo que deveria ao mesmo tempo ser um bom pastor, preocupado com a diocese e suas ovelhas, com a formação do clero e com o combate ao pecado, também deveria desempenhar um papel de moderador do poder político, em busca do equilíbrio entre os poderes. Além disso, seria uma escolha perfeita para a Arquidiocese de Goa, no contexto em que se encontrava.

Embora Goa tenha se constituído como “cabeça” do Oriente Português – tendo características de grande capital e rivalizando com a própria Lisboa, como defende Catarina Santos (SANTOS, 1999, p. 317-326) –, desde o século XVII já vinha perdendo espaço para o Brasil. Já no século XVIII, D. João V estava mais do que ciente dos problemas sofridos no Estado da Índia. Para completar, a distância entre as duas capitais por inúmeras vezes dificultava a resolução de conflitos que surgiam entre os poderes locais. Então, selecionar antístites que pudessem ser seus aliados em terras distantes – convertendo e reformando a Igreja desses locais, como também servindo de conselheiros de governadores e vice-reis ou mesmo assumindo o cargo desses em suas ausências – teria sido a grande intenção do rei ao escolher D. Fr. Inácio.

De fato, o prelado foi para sua arquidiocese com concepções de reforma em mente, tanto pelos seus princípios jacobeus quanto pelo encaminhamento do rei e pelo que já havia se inteirado sobre as demandas e conflitos locais. A grande causa de seu

definira o agostiniano como aluno brilhante e enalteceu seu dom para a poesia. Cf: MENDES, José Maria. *Inácio de Santa Teresa: construindo a biografia de um arcebispo*. 149p. 2012. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 14.

² Segundo, Ana Alves, os dois religiosos se conheceram durante a reforma da Ordem, pedida ao rei por Fr. Inácio e seus companheiros. O responsável enviado foi justamente Fr. Gaspar, quando provavelmente ambos teriam se conhecido e iniciado uma certa convivência devido à comunhão de ideias. Cf: ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. *“O Reyno de Deos e a sua Justiça”*: *Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*. 2012. 336p. Tese (Doutorado em História da Época Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012, p. 31.

insucesso como prelado teria sido sua incapacidade de realizar a dita reforma de modo diplomático. Sua personalidade, vista como impertinente e, por vezes, tirânica, foi motivadora de mais conflitos ainda com os clérigos e com o poder civil. Todos esses embates tendo um denominador comum, como argumenta José Maria Mendes: a jurisdição. Para o autor, a interferência de algumas ordens religiosas, principalmente os jesuítas e franciscanos, na jurisdição do arcebispo e a intervenção deste na jurisdição de vice-reis que teriam causado as inúmeras disputas em seu governo até a sua saída de Goa para a diocese de Algarve, em 1741 (MENDES, 2015, vol. 1, p. 106).

Ele foi impregnado de suas ideias jacobeanas de converter almas, renovar a vida cristã e reformar as instituições religiosas. Como resumiu Ana Alves, “o arcebispo partiu para a Índia com a noção de que era necessária a reforma dos costumes e a imposição da igreja católica num mundo de adversidades, quer religiosas, quer políticas, quer económicas” (ALVES, 2012, p. 70). Para que essas intenções começassem rapidamente a serem postas em práticas, ao chegar em Goa, D. Fr. Inácio solicitou logo a feitura de um censo para se por a par de como estava naquele momento a arquidiocese. Contudo, o que surpreendeu os clérigos foi que mesmo antes de sua entrada pública, o prelado os convocou para examiná-los pessoalmente, fazendo exame de latim e moral e confessando-os. Somente depois de examinar a todos que podia, foi que ele fez sua entrada solene, no dia 11 de outubro de 1721 (ALVES, 2012, p. 47). Essa ação já demonstrava para o quê D. Fr. Inácio estava em Goa.

Seu objetivo era reformar, porém, de maneira dura. Como defende Ângela Xavier, existiram dois modos de evangelização, a via dura e a suave (XAVIER, 2008, p. 106). D. Fr. Inácio escolheu a primeira para tratar não só mouros e gentios, como também os religiosos. Seu arcebispado foi recheado de sentenças de excomunhão e de pastorais. Seu maior intuito era erradicar as práticas vistas como incorretas dos clérigos, cortando o mal pela raiz. As acusações feitas ao prelado não seriam incomuns, visto que os seus anos de arcebispado se caracterizaram pela divergência para com muitas pessoas e ordens religiosas.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Como a Companhia de Jesus foi uma das grandes opositoras ao movimento da jacobea³ e Dr. Fr. Inácio já trazia ressentimentos contra a ordem desde o Reino⁴, o arcebispo teria resolvido iniciar suas visitas pastorais justamente numa região cuja responsabilidade era dos inacianos, Salcete. Sendo assim, os jesuítas, como os primeiros a serem visitados, serviriam de exemplo para as demais ordens que possuíam paróquias. Os conflitos entre os inacianos e o prelado recaíam, essencialmente, na posse dos territórios para a missão e na nomeação dos párocos. Tanto que, após o mandato régio de 1738, os jesuítas escreveram ao rei propondo alterações que deixassem o arcebispo sem poderes para interferir em suas missões, justificando-se por acreditarem que a jurisdição das igrejas era do rei, pelo Padroado, e não do arcebispo (XAVIER, 2008, p. 121).

Da mesma forma que com os jesuítas, os franciscanos também foram alvo do arcebispo, que tinha como objetivo tirar deles as paróquias de Bardez, processo iniciado em 1728. Neste caso, D. Fr. Inácio se justificava por já ser essa uma demanda de prelados anteriores. Se as razões desses prelados estavam pautadas no reforço do poder episcopal determinado por Trento e no fato dos franciscanos serem acusados de não conhecerem as línguas nativas e, conseqüentemente, não serem capazes de evangelizarem nem administrarem as paróquias, nem muito menos confessarem os paroquianos com clareza, D. Fr. Inácio de Santa Teresa corroborava-as e ainda enfatizava a questão do sacramento da confissão – tão defendido e exaltado pelos jacobeus.

O conflito com os agostinianos também se deu na questão de jurisdição. De acordo com Ana Alves, os conflitos se iniciaram com o arcebispo proibindo que o provincial da Ordem continuasse dando autorizações para que os religiosos retornassem ao Reino. Conhecedor das constituições dos agostinianos no Oriente e de uma ordem régia que ordenava que não fosse dada essa autorização sem causa urgente, D. Fr. Inácio fez valer sua autoridade episcopal logo desde o início de seu governo, o que teria gerado

³ Além dos jesuítas, uma parte da burguesia e muitos membros dos oratorianos e mesmo dos agostinianos fizeram forte oposição à Jacobea, inclusive a Inquisição atacou o grupo ao dar prosseguimento a processos contra clérigos jacobeus acusados de sigilismo. Cf: COSTA, Elisa Maria Lopes da. A Jacobea: achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista. *Arquipélago. História*. p. 31-48, 2ª série, nº XIV-XV, 2010-2011, p. 39-40.

⁴ Conforme trata José Maria Mendes, um texto anônimo sobre as ações do arcebispo justificou que o comportamento de D. Fr. Inácio com os jesuítas tinha origem em conflitos desencadeados no Reino entres esses e os crúsios e que teria deixado um grande rancor no prelado em relação aos religiosos. Cf: MENDES, José Maria. *Op. Cit.*, vol. 1, 2015. p. 113.

manifestações vistas como violentas por parte dos agostinhos – como picotar com uma faca uma declaratória do vigário geral e acabar com o sermão de domingo (ALVES, 2012, p. 196-198). Essas ações acarretaram na expulsão de dois agostinianos, o que fez o provincial da ordem recorrer ao bispo de Malaca, D. Fr. Manuel de Santo Antônio, como seu conservador⁵.

O propósito do prelado era colocar o clero secular nas paróquias ocupadas pelas ordens. Homens diretamente escolhidos e subordinados a ele. Essa preferência de D. Fr. Inácio pelo clero nativo trazia à tona uma questão de preconceito que o clero regular tinha, a qual Charles Boxer tratou com maestria em seu livro *A Igreja militante e a expansão ibérica* (BOXER, 2007, p. 84-97). De acordo com o autor, embora a formação do clero nativo devesse ser o mais desejável, ela sofreu oposição dos próprios religiosos missionários que deveriam promovê-la. Assim como no caso dos estatutos de pureza de sangue, a interdição da ação do clero nativo nas missões era uma questão de característica ideológico-religiosa⁶. Como alerta Célia Tavares, as discussões e determinações sobre a pureza de sangue foram pautadas não só pelos reis ibéricos e por Roma, como também por várias instituições portuguesas, civis e religiosas (TAVARES, 2010, p. 89). Muitos cristãos-novos foram impedidos de entrar nas ordens religiosas pelos gerais delas – embora tenha havido casos de entrada de cristãos-novos em ordens, como a Companhia de Jesus e as Clarissas, em Beja⁷. Portanto, por serem questões equivalentes no sentido

⁵ De acordo com Bluteau, “conservatória” são letras apostólicas dadas às Ordens, enquanto conservador seria uma pessoa responsável pela conservação dos privilégios concedidos a uma comunidade. No caso das Ordens em Goa, os provinciais elegeram o bispo de Malaca como seu conservador para defenderem seus privilégios do que consideravam ser interferências inadequadas do arcebispo. Cf: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Vol. 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. p. 476-477. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/conservatorias>> Acesso em: 20 dez. 2016.

⁶ A característica ideológico-religiosa presente nos estatutos de pureza de sangue, como ressalta Célia Tavares, é analisada por Fernanda Olival. Cf: OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 4, p. 151-182, 2004. *Apud*: TAVARES, Célia Cristina da Silva. Cristãos-novos, critérios de limpeza de sangue e a assistência de Portugal da Companhia de Jesus (séculos XVI e XVII). In: ASSIS, Angelo Adriano Faria de; PEREIRA, Mabel Salgado (org.). *Religiões e religiosidades: entre a tradição e a modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 89.

⁷ Os estudos de Célia Tavares e Georgina Santos tratam desses casos. Cf: TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Op. Cit.*, 2010; SANTOS, Georgina Silva dos. Entre Jesús y Moisés: el marranismo en los conventos ibéricos durante el siglo XVII. In: MARINAS, Maria Isabel Viforcós e LÓPEZ, Rosalva Loreto. *Historias compartidas. Religiosidad y reclusión femenina en España, Portugal y América. Siglos XV-XIX*. León: Universidad de León, 2007; Isabel da Trindade: o criptojudaísmo nos conventos portugueses seiscentistas. In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império – Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

de serem aceitas pessoas neófitas ou de descendência não cristã no seio da Igreja, que as normas tanto para os cristãos-novos que conseguiam entrar nas ordens como para o clero nativo eram tão semelhantes: dispor a esses religiosos cargos inferiores. D. Fr. Inácio querer colocar o clero secular no lugar do regular no governo das paróquias ia na contra mão do costume, mas correspondia tanto à sua própria demanda de ter padres atuando nas paróquias, completamente sujeitos a ele, quanto a uma tendência que começava a vigorar no mundo católico do século XVIII.

D. Fr. Manuel de Santo Antônio foi uma figura, no mínimo, interessante nesses conflitos envolvendo as ordens e o arcebispo de Goa, visto que o que gerou a contenda entre ele e o seu superior foi a sua delegação ao cargo de conservador dos jesuítas primeiro e, conseqüentemente, depois, dos franciscanos, das mônicas e dos agostinhos, para tentar resolver os problemas desses com o arcebispo, como alerta Ana Alves (ALVES, 2012, p. 133). Os religiosos estavam tendo problemas com o arcebispo em questões sobre a retirada de seus padres das paróquias, além das dificuldades com as licenças para confessar e ordenar mais padres. Essas duas últimas causadas porque o arcebispo, imbuído da lógica da jacobea, não estaria permitindo ordenações sem ele mesmo fazer os exames dos candidatos antes e o mesmo se dava com a licença para confessar, que ele estaria retirando de alguns padres das ordens e negando a outros. Os jacobeus, como se viam como “apóstolos na divulgação do caminho da salvação” (CASTRO, 2001, p. 6), percebiam no sacramento da confissão um meio de reformar a vida dos fieis e encaminhá-los no que acreditava ser uma vida correta e de encontro com o divino. Então para tal, os padres selecionados para exercerem o sacramento da confissão deveriam ser escolhidos a dedo e era o que D. Fr. Inácio de Santa Teresa estava tentando impor de qualquer maneira em Goa.

D. Fr. Manuel de Santo Antônio havia sido nomeado como bispo de Malaca 20 anos antes da nomeação de D. Fr. Inácio ser para Goa. Contudo, o bispado de Malaca era sufragâneo da arquidiocese de Goa e, portanto, lhe era submisso (PAIVA, 2004, p. 19-20). Sendo assim, a escolha do bispo como conservador das Ordens se encaixava mais uma vez numa questão de jurisdição. As querelas entre os dois prelados duraram bastante tempo, desde praticamente o início do governo do arcebispo até a morte do bispo, em 1734.

O conflito entre o arcebispo e o bispo, que estava defendendo os considerados privilégios das ordens, terminou envolvendo o poder secular e a Inquisição. O vice-rei, D. João Saldanha da Gama, apoiava o bispo de Malaca e o inquisidor Sebastião Marques de Proença havia falhado na tentativa de fazer com que D. Fr. Inácio findasse os conflitos. Segundo Ana Alves, devido às desavenças causadas pelas Ordens no Oriente, a Câmara escreveu a D. João V pedindo que resolvesse a querela, pois tirando as missões dos dominicanos e dos teatinos, as demais estavam um caos (ALVES, 2012, p. 160). Mesmo com as Ordens se unindo na persona de D. Manuel de Santo Antônio e com o apoio do vice-rei, o arcebispo angariou o apoio da população influente de Goa, do rei e de alguns poucos religiosos, o que fez com que os conflitos se tornassem infintos e que ele continuasse em seu cargo até 1740 – seis anos depois da morte do bispo –, quando foi para a diocese de Algarve.

Esses conflitos, como já mencionado, tinham sua essência numa concepção de jurisdição que os religiosos tinham e defendiam de que o poder do arcebispo poderia ser questionado. Como Boxer alerta, embora o Concílio de Trento tenha determinado um fortalecimento da autoridade dos prelados, a própria Sé concedeu aos superiores das ordens religiosas muitos privilégios, desobrigando-os do controle e direção dos antístites a fim que pudessem conduzir de acordo com suas próprias regras a conversão dos povos e a administração das paróquias sob suas responsabilidades (BOXER, 2007, p. 85). Os conflitos gerados por essa ambiguidade nos limites de jurisdição multiplicaram-se pelas conquistas ibéricas e o exemplo de D. Fr. Inácio de Santa Teresa foi mais um deles. Tanto o papado quanto os reis nunca conseguiram resolver completamente esses impasses e inúmeras vezes adquiriam posicionamentos também ambíguos, por vezes apoiando um lado, por vezes o outro.

Esse comportamento insolente do arcebispo o transformou num alvo fácil. Durante todo o seu governo, ele foi cercado de críticas vindas de todos os lados, chegando ao ponto de temer ser envenenado (MENDES, 2012, p. 51). Dentre essas denúncias, a mais grave foi a do padre Manuel de Sá que acusou o prelado, em 8 de abril de 1725, de

preferir ideias nocivas aos fieis, sugerindo que ele pudesse ser um jansenista⁸. Como os qualificadores que examinavam as acusações eram provenientes dos oratorianos, jesuítas, franciscanos e dominicanos, alguns pareceres foram a favor e outros contra o arcebispo. Os favoráveis teriam ganhado em número, pois, como conclui Ana Alves, a Inquisição de Goa não intencionava entrar no conflito com o prelado, fosse pelo apoio régio que o último possuía, fosse por certa aproximação nos objetivos em relação à evangelização, ou até mesmo, pelo fato do arcebispo desenvolver um papel de equilibrador dos poderes religiosos (ALVES, 2012, p. 234).

Entretanto, como a denúncia era de extrema importância – ainda mais tendo em vista o grupo ao qual o arcebispo pertencia, o que muitos acreditavam ter sido influenciado pelo jansenismo – a acusação foi enviada para Lisboa e foi por lá que correu todo o processo que durou até 1732. O pe. Manuel de Sá, de acordo com José Mendes, acusava o arcebispo de jansenismo devido à sua personalidade:

Uma acusação como essa corrobora o que José Pedro Paiva afirma de que não teria havido um jansenismo estabelecido como grupo em Portugal, mas sim que as ideias dos jansenistas foram levemente assimiladas pelos jacobinos (PAIVA, 2006, p. 169-170). Portanto, foi a partir dessa denúncia que D. Fr. Inácio de Santa Teresa foi enquadrado pelos religiosos opositores como herege. Acusações das quais ele se defendeu enviando uma carta para o cardeal e inquisidor-geral D. Nuno da Cunha, em 1727. Nela defendia-se acusando os denunciadores de terem fornecido dados falsos e se fundamentou nas Escrituras para mostrar que o que havia falado não tinha nada de herético. Assim como, afirmou absolutamente não ter nenhuma identificação com as ideias de Cornélio Jansênio

⁸ ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. *Op. Cit.*, 2012. p. 232. O jansenismo foi uma doutrina religiosa considerada herética em que, em suma, a predestinação prevalecia sobre o livre-arbítrio na questão da graça. Para os jansenistas, Deus escolheria a quem quisesse para dar a graça, mas por outro lado o eleito teria que ter a vontade de ser eleito. De qualquer forma, a doutrina dividia a humanidade, num sentido escatológico, entre aqueles que alcançariam a perfeição e os que ficariam de fora. As ideias jansenistas tiveram origem nas publicações de Baio (século XVI) e de Jansênio, bispo de Ypres, na Bélgica, (século XVII), que havia dedicado anos de sua vida estudando os escritos de Santo Agostinho. Embora tenha se desenvolvido com mais força na própria Bélgica e na França (vide o caso das religiosas de Port-Royal), o jansenismo teve suas expressões em Portugal. Mesmo Silva Dias, Jacques Marcade e Pascoal Knob afirmando que não houve um jansenismo teológico português, Zília Osório de Castro afirma que algumas personagens importantes portuguesas influenciaram na história de Portugal com seus ideais jansenistas, como o padre oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo (1725-1797), que foi mentor da política de Pombal e o auxiliou com sua grande erudição. Cf: CASTRO, Zília Osório de. Jansenismo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. *Op. Cit.*, 2001. p. 7-10; ROSA, Mario. A Religiosa. In: VILARI, Rosario. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editora Presença, 1995. p. 196-199.

(1585-1638) (ALVES, 2012, p. 236-239). A troca de correspondência entre o arcebispo e o inquisidor persistiu sem que o último conseguisse fazer com que D. Fr. Inácio aceitasse seu erro.

Mesmo com a mais nova denúncia do padre João Nunes Varella Vieira da Silva que novamente levou à Mesa de Consciência acusações confirmando que o prelado teria dito frases impregnadas de ideias heréticas no dito sermão, acrescentando ainda “que as palavras herão acerca dos sufrágios da Igreja ou almas ou couza equivalente” (*CARTA, 1732* apud MENDES, 2015, vol. 2, p. 56), o antístite persistiu em dizer que eram acusações falsas. Sua persistência trouxe benefícios, posto que cinco anos mais tarde, em agosto de 1737, o papa Clemente XII declarou que o arcebispo não ia contra a ortodoxia da Igreja e o inocentou (MENDES, 2012, p. 97). Ana Alves analisa esse episódio com a Inquisição também como uma questão de jurisdição. Como os bispos tinham o poder de “vigiar e disciplinar” os comissários e deputados da Inquisição, embora os inquisidores também tivessem “privilégio de foro privativo”, D. Fr. Inácio de Santa Teresa fez uso de seu poder, o que acarretou nas denúncias já mencionadas. Ao chegar o processo em Lisboa, o inquisidor-geral teria visto nele uma oportunidade de “mostrar a hegemonia do poder inquisitorial sobre o episcopal”, o que desencadeou, posteriormente, uma convivência bastante difícil e conflituosa quando D. Fr. Inácio governou o bispado do Algarve (ALVES, 2012, p. 242-243). A ofensa que D. Nuno fez ao arcebispo e o fato de ele ter sido o primeiro prelado a ser acusado pela Inquisição portuguesa perante o papa (PAIVA, 2011, p. 397) foi algo que D. Fr. Inácio nunca pode perdoar.

Foi nesse contexto de conflitos do arcebispo com tudo e com todos que se encontraram as freiras de Santa Mônica. Levando-se em consideração que D. Fr. Inácio de Santa Teresa tinha como característica específica a união dos ideais ascéticos, místicos e apostólicos, iniciar logo um processo para vigiar e disciplinar as religiosas não seria uma total surpresa. Talvez o que ele não esperava era ter que enfrentar uma oposição tão forte e mais duradoura do que a dos demais religiosos.

Fontes

Carta do Pe. João Nunes Varela Vieira da Silva, entregue na Mesa da Consciência de Lisboa, em que denuncia um delito cometido pelo “Arcebispo da cidade de Goa”, acusando-o de haver proferido palavras eivadas de heresia. Lisboa, 28 de fevereiro de 1732. ANTT-SO-IL/028/CX 1625/16487. *Apud*: MENDES, José Maria. *Op. Cit.*, vol. 2, 2015. p. 56.

Referências bibliográficas

ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. “*O Reyno de Deos e a sua Justiça*”: *Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*. 2012. 336p. Tese (Doutorado em História da Época Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Zíla Osório de. *Jacobeia*. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Vol. 3. Rio de Mouro: Círculo de Leitores SA.; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001.

_____. *Jansenismo*. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Vol. 3. Rio de Mouro: Círculo de Leitores SA.; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001.

IGREJA CATÓLICA. Concílio de Trento, 1545-1563. *O Sacrosanto e ecumenico Concilio de Trento em Latim e Portuguez*. Tomos I e II. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1781.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*. Tomo II. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.

MENDES, José Maria. *Inácio de Santa Teresa: construindo a biografia de um arcebispo*. 149p. 2012. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

- _____. *Inácio de Santa Teresa: o percurso de um arcebispo polémico*. 2 vols. 2015. 274p. Tese (Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- PAIVA, José Pedro. *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- _____. *Os bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- ROSA, Mario. A Religiosa. In: VILARI, Rosario. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editora Presença, 1995.
- SÁ, Francisco Xavier Valeriano de. *O Padroado Português do Oriente e os Mitrados da Sé de Goa*. Lisboa: Plátano Editora, 2004.
- SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SANTOS, Georgina Silva dos. Entre Jesús y Moisés: el marranismo en los conventos ibéricos durante el siglo XVII. In: MARINAS, Maria Isabel Viforcós e LÓPEZ, Rosalva Loreto. *Historias compartidas. Religiosidad y reclusión femenina en España, Portugal y América. Siglos XV-XIX*. León: Universidad de León, 2007;
- _____. Isabel da Trindade: o criptojudaísmo nos conventos portugueses seiscentistas. In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império – Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.
- TRINDADE, Ana Cristina Machado. *O episcopado de D. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*. 2011. 443p. Tese (Doutorado em Letras, História Moderna) – Universidade da Madeira, Ilha da Madeira, 2011.
- XAVIER, Ângela Barreto. *A Invenção de Goa, poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Mesa 4

**Trajetórias Individuais e
pensamento social**

Quinta-coluna no Banco do Brasil

Diego da Silva Ramos

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista FAPERJ

Este artigo é parte integrante do primeiro capítulo da tese de doutoramento intitulada “De ‘Espião Nazista’ a Governador do Rio de Janeiro”, que busca definir a trajetória política do ex-governador do Rio de Janeiro, Raymundo Delmiriano Padilha. A pesquisa, no atual estágio, já conseguiu definir o início de sua trajetória a partir de seu envolvimento com a Ação Integralista Brasileira (AIB). Padilha foi um dos principais articuladores desse movimento, iniciando suas atividades na cidade de Petrópolis. Sempre optando pela radicalização em suas ações, o integralista esteve envolvido em pelo menos duas tentativas de golpe contra o governo Vargas, sendo que a última delas resultou na declaração de ilegalidade do movimento e perseguição aos seus principais líderes. Com o exílio do líder do movimento, Plínio Salgado, em Portugal, Raymundo Padilha assume o papel de representante daquele no Brasil e responsável por “manter o movimento vivo” e articular as principais movimentações do grupo que neste período passou a atuar na ilegalidade.

Nosso trabalho, neste momento, esteve voltado para a descrição das articulações integralistas envolvendo Raymundo Padilha no período da ilegalidade do movimento, mas que se acentuaram ainda mais no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Pautada pelos documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), a pesquisa já pôde demonstrar através da análise dos relatórios da polícia política que havia uma intensa atividade clandestina integralista durante este período, e que boa parte dela foi articulada por Padilha. Desde a criação de uma bolsa para captação de fundos para manutenção de integralistas no exílio, até mesmo a utilização da agência do Banco do Brasil na qual trabalhava, Padilha esteve envolvido em diversos casos relatados pelos agentes do regime varguista. Especificamente, para este trabalho, vamos nos focar na

intensa movimentação colaboracionista (e até mesmo antifascista) que ocorreu dentro das esferas do banco. Não foi só Padilha quem transferiu as tensões do mundo em guerra para a repartição, mas foi notável como o representante de Salgado no Brasil se utilizou das estruturas estatais para conspirar contra o país e seu esforço de guerra em favor dos Aliados, além de principalmente, agir em favor dos simpatizantes do Eixo aqui no Brasil.

Nos relatórios que analisamos, era muito comum Padilha receber elementos integralistas e resolver questões de cunho pessoal nas agências em que trabalhava. Além disso, também fica claro como a todo momento nos relatórios como Padilha utilizava-se da sua rede de contatos do banco para agilizar ações de cunho político, ou quando se aproveitava de seus contatos políticos para obter vantagens profissionais. A figura de Padilha e do banco estão intrinsecamente ligadas.

Podemos exemplificar estas articulações através de um relatório que chama a atenção para este detalhe. Datado de 17 de março de 1943, o mesmo aponta que existiu uma forte ligação entre suas atividades políticas e o banco. Enquanto trabalhou em Campinas, após ser solto da prisão¹, Padilha já começou a articular-se com integralistas daquela região. “Reassumindo seu lugar no Banco, foi localizado² em Campinas, onde organizou a aproximação de elementos integralistas locais” (APERJ, Integralismo – 17/03/1943). Além disso, de acordo com o mesmo relatório, por motivos de desentendimento com o gerente de sua agência procurou - “aproveitando-se de sua ligação partidária” com membro da diretoria - “obter a demissão do gerente, visando ser seu substituto, o que não conseguiu” (APERJ, Integralismo – 17/03/1943). Para nós, fica clara a utilização da estrutura da empresa pública para auxiliar em seus interesses próprios.

Em outro momento do documento vemos novamente a confusão entre política e trabalho que na maioria das vezes o beneficiava:

Alegando motivos diversos, pleiteou ser localizado em Taubaté, o que não conseguiu. Foi mais tarde adido ao Departamento de Contabilidade, tendo sido visto, assiduamente, com várias pessoas suspeitas em conferência no hall no 5º andar. Por ordem do Presidente do Banco foi proposto para ocupar a contadoria da Agencia de Penedo; esse processo desapareceu várias vezes, até

¹ Padilha foi preso após participar do *putsch* integralista de 1938.

² Optamos, por motivos estilísticos, manter a grafia original do documento.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

que foi despachado, e, mais tarde, tornado sem efeito. Padilha anunciara o resultado previamente (APERJ, Integralismo – 17/03/1943).

Continuando, o documento faz entender que, por conta de um telegrama enviado ao presidente Getúlio Vargas solidarizando-se com o líder nacional após a declaração de guerra ao Eixo, Padilha foi nomeado como membro do Conselho Fiscal de uma companhia controlada pelo banco. Ou seja, é nítido como o integralista articulava e se relacionava com as autoridades e poderosos dentro e fora da instituição para conseguir vantagens para si ou para seu grupo político. No mesmo relatório, o agente procurava descrever ainda que frequentemente haveria uma “preocupação em seus sequazes de evitar serem vistos em companhia de Padilha, não obstante o que, na rua encontram-se frequentemente” (APERJ, Integralismo – 17/03/1943). Tal fato já foi citado em outros relatórios, onde existem menções à saída de Padilha da agência para conversar com pessoas identificadas pelos agentes como integralistas.

Desde o ano de 1940 a polícia política já vinha monitorando as atividades dos funcionários do banco que possuíam anteriormente alguma ligação com o integralismo. Em documentos datados de julho deste ano, existiam listagens com nomes de elementos ligados ao “credo verde” e que ocupavam cargos de médio e alto escalão. Os documentos nos apontam que, além de relacionar os nomes, também era feito um acompanhamento do comportamento dos investigados, com quem se relacionavam dentro e fora das agências e inclusive suas atividades profissionais dentro da estrutura bancária. De acordo com os documentos do dossiê,

“estes funcionários obtiveram ótimas comissões após o movimento de repressão ao integralismo, por influência dos de igual credo que dispõem de prestígio dentro do Banco. São pessoas que dispõem de poder suficiente para uma larga ação dentro do Banco, ou quiçá, fora dele” (APERJ, Integralismo – 30/05/1940).

As listagens são variadas. Umhas são menos detalhadas, constando apenas os nomes dos envolvidos, mas outras nos dão pistas importantes sobre o comportamento da célula integralista criado dentro do banco. O documento acima, por exemplo, acusa os funcionários de se aproveitarem de seus contatos políticos para se beneficiarem de posições profissionais e financeiras vantajosas. Aliás, essa não é a única vez que os

integralistas são acusados de se aproveitarem de seus contatos políticos para tirarem proveitos econômicos ou profissionais. Mais adiante veremos outros exemplos, onde para nós, a própria trajetória política de Padilha é resultado desses arranjos. Este funcionário é citado em outra listagem como o primeiro de uma série que “compreende os elementos que devem sofrer vigilância mais severa” (APERJ, Integralismo – sem data). Aliás, Raymundo Padilha encabeça todas as listas de elementos integralistas infiltrados no banco. Cremos ser bastante significativa a frase assinalada, colocando o mesmo como o elemento que deve ser acompanhando mais de perto. É por conta de afirmações como essa, que defendemos a hipótese de que Padilha foi o principal articulador das atividades integralistas dentro do Banco do Brasil. E mais curioso ainda que o mesmo mecanismo utilizado por Padilha (a rede de contatos) tenha sido construída dentro da empresa estatal para utilização política. Ampliando o foco do trabalho podemos perceber que Padilha sempre contou com uma rede de contatos que acreditamos ter sido fundamental para o seu trânsito por diversas etapas da política brasileira. Utilizamos, para buscar um entendimento conceitual sobre as ligações que Padilha mantinha, o conceito de “redes” trabalhado no artigo de Gabriela de Lima Grecco intitulado “*Redes de Intelectuales de Derechas Durante El Estado Novo Brasileño*”, que pressupõe a existência de redes de contatos políticos que puderam interferir na forma como figuras proeminentes dos anos de 1930 e 1940 transitaram por vários “mundos políticos” e se utilizaram disto como ferramenta de sobrevivência política.

No entanto, mesmo sendo monitorado desde 1940, não há nenhum documento que mostre ação mais efetiva do governo ou da própria diretoria do banco para coibir as ações dos verdes. Até que surge no dossiê um recorte da denúncia feita pelo jornal “O Radical”, com o título da notícia “O Banco do Brasil está cheio!”:

“FORTALEZA, 22 – Segundo notícia chegada de Joazeiro, foi efetuada ontem, na cidade do Cabo, a prisão de Luiz Janini Nupilo, funcionário do Banco do Brasil. Nupilo, que é natural do Estado do Pará, manifestou-se pública e irritantemente adepto da política eixista, provocando a ira popular” (APERJ, Integralismo – 23/08/1943).

Algumas observações interessantes podem ser destacadas a partir dessa notícia. Desde 1940 existe um hiato na documentação, sendo que só se volta a falar do banco em

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

1942, justamente com esta notícia. Acreditamos que a fiscalização das atividades anti-eixistas só se intensificaram após serem publicizadas pelo jornal e por conta dos rumos que o conflito tomou a partir deste mesmo ano, com a declaração de guerra do Brasil às forças do Eixo. O mais importante é que, a partir desta notícia, as atividades de fiscalização voltam a se intensificar. E agora com um engajamento maior ainda.

Em meados do ano de 1942 foi criado o “Comitê Anti-Eixista do Banco do Brasil”. Definido como o “órgão que vai superintender a vigilância e o trabalho em prol do esforço de guerra no estabelecimento oficial de crédito”, o comitê foi fundado pelos próprios funcionários que se propuseram a “cooperar com a administração do Banco e com o Governo Federal na vigilância que os bons brasileiros devem exercer sobre todos aqueles que tentem, por atos ou palavras, embaraçar a ação do governo nesta hora decisiva para os destinos da nacionalidade”. Ainda de acordo com a reportagem de “O Radical” anexada no dossiê examinado, “o conselho não limitará suas atividades apenas ao serviço de vigilância”, mas colaboraria também “com as autoridades em todo o esforço de guerra”.

O comitê tinha ainda como atribuições auxiliar na divulgação do esforço de guerra Aliado e fiscalizar a atuação de funcionários que estivessem sabotando tais esforços. Além disso, os membros do comitê trabalhavam para a coleta de fundos que possibilitaram, por exemplo, a compra de aviões que foram disponibilizados à Força Aérea Brasileira (FAB). Ainda estavam a todo o momento monitorando os passos dos integralistas declarados dentro do banco, como era o caso de Padilha. Em uma carta direcionada ao presidente da instituição, o comitê reforça seu compromisso em combater as hostes integralistas e denunciar certa parcimônia da mesma em proteger e conservar “nas posições em que, por tramas, intrigas e maquiavélicas maquinações, aparentemente inocentes diante da rotina administrativa – concentram-se e ainda hoje dominam certas posições-chave dentro do Banco”. A ação do comitê era dinâmica e fiscalizadora.

Numa extensa carta datada de 26 de maio de 1943, o comitê faz uma série de denúncias com relação à atividade integralista nas agências. As denúncias partem da cerimônia de entrega dos aviões que, de acordo com o autor da carta, foi propositalmente manobrada para parecer uma solenidade integralista. O comitê argumenta que não foi convidado a participar, mesmo se tratando de um esforço do banco contra o Eixo, e que

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

também não fora realizado na “semana antifascista” e sim num dia comum, reforçando para ele o caráter antipatriótico do evento. Além disso, por várias vezes os autores reforçam a ideia de que toda essa articulação tem o consentimento da presidência do banco, que age com desinteresse mesmo tendo conhecimento dos integralistas que fazem parte do corpo profissional da instituição. Mais adiante, num item chamado “Remontando ao Passado”, o autor da carta faz questão de indicar o passado integralista de cada um dos membros do alto escalão do banco, dentre eles o chefe do gabinete do presidente, Manoel Bezerra de Oliveira Lima. De acordo com a carta, sua confecção teve o intuito de recapitular que “a estrutura do aparelhamento integralista dentro do Banco não sofreu nenhuma solução de continuidade até os nossos dias” e que “a organização fascista do Banco conta hoje, como contava anteriormente, com o sustentáculo de especial valor na pessoa do chefe do gabinete [Oliveira Lima]”.

O comitê também vaticinou (o que agentes já haviam citado em relatórios anteriores e que foram descritos inicialmente neste item da pesquisa) que: Raymundo Padilha se beneficiou de maneira significativa de seus contatos dentro do banco para articular movimentações de cunho político em seu favor e de sua ideologia. Ao final do item que busca remontar a trajetória de importantes integralistas e sua atuação profissional/política na instituição, o autor confirma a visão sobre a incrível capacidade de Padilha de se esquivar da lei e voltar sempre à cena impunemente:

Não nos esqueçamos que o Sr. Padilha já esteve ausente do Banco por longo tempo, tendo respondido a processo enquanto era sustentado pelo “socorro verde”, e de que, preso quando pretendia realizar a marcha fascista à frente de suas tropas, tudo mais tarde e resolveu plenamente a seu favor.

Ele voltou ao Banco sob a aureola de vítima: recebeu os seus vencimentos atrasados, reconhecida a sua inocência.

Depois disso, dirigiu o partido integralista substituindo Plínio Salgado; distribuiu manifestos; reorganizou a reação em Campinas, afastando-se da cidade pouco antes da visita do Presidente Vargas, pleiteando depois, insistentemente, a sua remoção para Taubaté.

Não conseguindo esse intento, ele ficou no Rio calmo e tranquilo, conseguindo anular a sua remoção para Penedo, já aprovada [pelo presidente do Banco].

O Snr. Padilha conseguiu honras e vantagens no Departamento de Financiamento, de onde se afastou quando não lhe convinha mais estar atento simultaneamente aos seus deveres partidários e aos assuntos confidenciais que tinha sob suas vistas.

Ele sabe que, vencedor ou derrotado, voltará um dia ao Banco, porque seus adeptos, presos a um juramento, hão de estar por aí para apelar a

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

humanidade, ao cavalheirismo e a munificência dos chefes que não acreditam em seus segundos intentos; e não de estar em postos de destaque porque neles se tem conservado sempre, por mais que se modifiquem as condições do País, por mais que se tornem imprescindíveis as medidas de uma cautela e prudência contra os membros do partido nazista brasileiro.

O relatório do comitê foi recebido e lido pela presidência do banco. Mais adiante, num despacho proferido por Marques dos Reis, o mesmo refuta às denúncias com demonstrações de que todos os trâmites foram respeitados para a escolha dos funcionários, seus cargos e posições. Dois dias depois, chega o resultado de tamanho empenho na identificação dos colaboradores fascistas: o fechamento do comitê por ordem de Mendonça Lima, em maio de 1943. Os argumentos foram simples e diretos:

Considerando que a atuação do Conselho Anti-Eixista de Vigilância e Trabalho dos Funcionários do Banco do Brasil, desvirtuando o programa de vigilância e trabalho que se propuzera realizar, se vem transformando em campanha de dissensões e animosidades pessoais, no seio do funcionalismo do Banco, RESOLVO dissolver o referido Conselho, devendo cessar imediatamente as suas atividades.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943.

Os argumentos, embora plausíveis, soam muito mais como uma tentativa de calar o comitê do que simplesmente evitar animosidades entre os funcionários. Qualquer instituição séria que realizasse o combate ao fascismo de maneira efetiva, e não com palavras, abriria uma sindicância para a apuração das denúncias. Principalmente por se tratar de um trabalho de uma comissão, que se baseava em histórico de funcionários como Padilha, que não escondiam seu passado integralista. Mas, as denúncias não passaram completamente despercebidas pelas autoridades.

Como já demonstramos, as autoridades vinham monitorando as movimentações realizadas pelos integralistas. Após o encerramento das atividades do comitê, embora silenciado pela presidência do banco, o chefe de polícia Alcides Etchegoyen envia um ofício diretamente para o Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho. Para o chefe de polícia, era importante notificar o ministro sobre a

atividade de tais elementos [integralistas] naquele estabelecimento bancário tem sido objeto de constante preocupação da polícia, sobretudo em face do

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

elevado número de adeptos e simpatizantes do integralismo que ali desempenham ou desempenharam cargos de influência administrativa, em particular no Gabinete do Presidente Marques dos Reis, como bem poderá verificar Vossa Excelência da anexa relação de funcionários, sobre cuja ideologia nenhuma dúvida subsiste. (APERJ – Integralismo – 03/07/1943)

Interessante notarmos que, embora tenham sido rebatidas as acusações feitas aos seus subordinados por Marques dos Reis, e tendo sido fechada a comissão, a polícia política não parece ter se convencido mediante as explicações. Ao que nos parece, Alcides Etchegoyen preferiu dar crédito não só ao relatório final da comissão, mas também a outro que já vinha circulando nos arquivos da polícia. Nesse documento datado de 24 de junho de 1943, o agente relata num certo tom de advertência que por muito tempo fora avisado aos superiores das atividades integralistas e que, mais uma vez, estaria voltando a tratar do assunto, sendo tal atividade constante. Em certo tom acusatório, o agente enaltece as atividades promovidas pelo comitê Anti-Eixista e associa o encerramento de suas atividades a uma manobra promovida pelo presidente do banco, Marques dos Reis, como uma forma de cooperar com os integralistas e calar as vozes antifascistas dentro da empresa.

De acordo com o material pesquisado no Arquivo Público e o suporte obtido em outras pesquisas, podemos concluir que Raymundo Delmiriano Padilha foi talvez o mais ativo líder integralista no período da ilegalidade do movimento. Relembrando toda a sua trajetória até este momento, damos preferência por destacar o quanto esta figura da política nacional participou ativamente de ações de cunho radical contra a ordem estabelecida. Nos chamou muito mais a atenção a capacidade que Padilha possuía de escapar das autoridades. Libertado após a prisão em 1938, acompanhado de perto pelos agentes da polícia política, tendo todos os seus passos vigiados em relatórios detalhados, sendo liberado por um chefe de polícia supostamente conhecido, após assumir entregar (sem contrapartida financeira) segredos militares ao Eixo durante a guerra, ou ainda conseguindo de volta seu cargo no Banco do Brasil, a trajetória de Raymundo Padilha pode ser um exemplo de como as estruturas governamentais republicanas brasileiras podem ser duras com seus inimigos e suaves com aqueles que lhes são simpáticos.

O trabalho de pesquisa desenvolvido até aqui nos trouxe algumas conclusões interessantes. Em primeiro lugar foi possível conhecer através dos arquivos policiais uma

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

parte do funcionamento de uma rede colaboracionista de funcionários do Banco do Brasil que, durante a Segunda Guerra Mundial, atuaram claramente contra o esforço de guerra brasileiro. Acreditamos que possa ter havido um desenrolar de ações muito maior do que aquele que foi investigado pelos agentes. Outra questão interessante foi a criação de um órgão interno para coibir ações em favor do Eixo. Um núcleo antifascista funcionou ativamente durante determinado período no banco. Além disso, nos chamou a atenção o fechamento do comitê pela presidência da empresa com um argumento que não convenceu as autoridades da época. Neste último momento procuramos mostrar que a presença de integralistas nos quadros do Banco do Brasil deixava sempre as autoridades alertas, mesmo que o integralismo já estivesse na ilegalidade desde 1939, mas para os adeptos do “credo verde”, estar na ilegalidade não significava findar suas articulações. A sanha fascista era muito forte.

Editora Alfa-Omega: memória e história editorial

Gustavo Orsolon de Souza¹

Programa de Pós-Graduação em História Social – UERJ/FFP

Neste VI Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social promovido pela UERJ/FFP, venho apresentar brevemente o meu projeto de doutorado que está sendo desenvolvido na instituição, sob a orientação da professora Márcia de Almeida Gonçalves.

Antes de esboçar o meu projeto de doutorado vale destacar parte da minha trajetória acadêmica. Isso faz sentido porque é a partir dessa trajetória que chego ao tema em questão: a editora Alfa-Omega.

A maior parte da minha formação acadêmica aconteceu na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica. Em 2009 concluí a graduação em História. Para o trabalho de conclusão de curso, tive como tema o intelectual Clóvis Moura e seu livro *Rebeliões da Senzala*, de 1959. O objetivo central foi estudar os quilombolas na visão de Moura.² A escolha pelo tema aconteceu após a leitura de um texto do livro *História de Quilombolas*³, do historiador Flávio dos Santos Gomes. Neste livro, Gomes traz a visão de vários estudiosos, dentre eles Clóvis Moura.

Devido aos limites de uma monografia não pude, na época, fazer uma análise minuciosa sobre Moura e de seu livro, embora já soubesse da existência de um arquivo no Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM, em São Paulo, onde estariam preservados seus documentos pessoais. O mestrado seria, então, a oportunidade de mergulhar nesse arquivo para entender a trajetória deste intelectual.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP.

² A monografia foi defendida em 2009. CF. SOUZA, Gustavo Orsolon de. *A Resistência Escrava: uma análise historiográfica do livro Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura*. Seropédica-RJ: UFRRJ, 2009.

³ O livro de que serviu de inspiração para a minha monografia. Cf. GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

Em 2011, dois anos depois da conclusão da graduação, ingressei no mestrado em História, também da Rural, na linha “Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual”. Assim como na graduação, fui orientado também neste pela professora Doutora Adriana Barreto de Souza. O objetivo central da pesquisa foi analisar a trajetória de Clóvis Moura até a publicação do seu primeiro livro *Rebeliões da Senzala*, de 1959.⁴ Esse livro tem uma história. Sua publicação só aconteceu aproximadamente sete anos após estar pronto. Moura, que não era um intelectual conhecido do meio acadêmico, teve dificuldades em encontrar uma editora que se interessasse a publicá-lo.

Minha história com as editoras começa neste ponto. O livro de Moura, o primeiro de sua carreira, foi publicado por uma pequena editora de esquerda paulista chamada “Edições Zumbi”. Essa editora já não está mais em atividade, e teve um tempo curto de duração, o que dificultou muito a busca por informações. Depois de muita pesquisa, encontrei um dos seus fundadores vivos, na cidade de São Paulo, o senhor Emiliano Daspett. Foi ele quem esclareceu todas as minhas dúvidas em relação à publicação do livro *Rebeliões da Senzala*.

A partir desse momento percebi que a história editorial no Brasil ainda é um campo pouco estudado. Após concluir o mestrado, em 2013, comecei a buscar leituras sobre esse tema ainda tão tímido entre os historiadores. Aos poucos fui percebendo a importância que as editoras tiveram, principalmente em determinados momentos políticos marcantes do país.

Constatei que algumas grandes editoras já haviam sido alvos de pesquisas acadêmicas como, por exemplo, a Brasiliense, a Civilização Brasileira, a Paz e Terra, a Vozes. Mas tantas outras ainda não tiveram seus especialistas, estando silenciadas pela historiografia.

Dentre essas editoras que não tiveram sua história contada, em particular, me chamou muita a atenção que é a editora paulista Alfa-Omega, que ainda está em plena atividade. Essa editora foi criada em 1973, durante o regime militar, publicando obras de esquerda. Começa, então, aqui o início do esboço do meu projeto de doutorado.

⁴ A dissertação foi defendida em 2013. Cf. SOUZA, Gustavo Orsolon de. *"Rebeliões da Senzala": diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*. Seropédica-RJ: UFRRJ, 2013.

Nesse sentido, trouxe a editora Alfa-Omega para o meu universo de análise. Fiz levantamentos acadêmicos, assim como contatos com os donos da editora em busca de maiores informações. Aos poucos o projeto foi sendo desenhado. Mas devido às circunstâncias da vida só agora estou podendo colocá-lo, de fato, em prática.

Em 2017 participei da seleção doutorado UERJ/FFP, tendo a felicidade de ser aprovado. Estou inserido na linha “Território Identidade e Representações”, com a orientação, como já mencionei anteriormente, da professora Doutora Márcia Gonçalves.

Desde fevereiro de 2018 venho trabalhando no projeto que tem como título provisório “Editora Alfa-Omega: memória, cultura e política”. O objetivo principal é analisar a trajetória dos editores Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo até a criação da editora, observando também alguns aspectos da linha editorial.

A Editora Alfa-Omega: quatro décadas de história

A editora Alfa-Omega foi criada no ano de 1973, na cidade de São Paulo, por Fernando Mangarielo e sua esposa Claudete Machado Mangarielo. Depois de passar por alguns endereços, hoje a editora localiza-se na Rua Lisboa, nº 489, no bairro de Pinheiros.

O editor Fernando Celso de Castro Mangarielo nasceu em Recife, no ano de 1947. Quando completou 18 anos de idade, veio para São Paulo. Algum tempo depois de estabelecido em terras paulistas, entrou para o curso de Filosofia da USP. Em 1968, ao mesmo tempo em que estudava Filosofia, Mangarielo começou a exercer a função de diretor da “Banca da Cultura”, uma livraria que ficava dentro do campus da USP, que funcionava também como um “ponto de encontro” dos estudantes que lá estudavam. No mesmo ano, as atividades da “Banca” foram interrompidas devido a uma invasão policial. (ARAGÃO, 2013, p. 75).

O tempo em que ficou trabalhando na “Banca da Cultura” foi fundamental para sua carreira de editor. Ali, naquele espaço, Mangarielo começou a estreitar seus laços de amizade, dialogando com intelectuais importantes, muitos deles professores da própria USP ajudando, dessa forma, a definir o perfil da futura Alfa-Omega. (MAUÉS; NERY; REIMÃO, 2015, p. 169-190). É no início da década de 70 que conhece Claudete, sua futura esposa, uma figura importantíssima na consolidação do sonho de criar a editora.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

No pequeno apartamento onde moravam na época, Fernando e Claudete criaram a Alfa-Omega. O livro de estreia foi *A Ideia Republicana no Brasil, Através dos Documentos*, do professor da USP, Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa. Não demorou muito para que a editora de firmasse no mercado de livros do país como podemos verificar em uma reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil* no ano de 1976, ou seja, no terceiro ano após a sua fundação.

“Em três anos, a editora Alfa-Omega lançou 30 livros sobre assuntos brasileiros, em todas as áreas. O editor Fernando Mangarielo, que se confessa ‘fascinado pelo autor brasileiro’, conseguiu provar que o livro de autor nacional pode vender bem: ‘Já é tempo – diz ele – de deixarmos de jogar areia nos olhos do escritor brasileiro’. E Fernando prova isso, aos 28 anos, mesmo sem ter uma grande estrutura editorial. A editora Alfa-Omega funciona na sua própria casa numa travessa da Avenida Rebouças em São Paulo e se, em 1973, editou dois livros, em 1974, já editava seis, chegando a editar 22 livros sobre o Brasil em 1975”.⁵

A partir desse fragmento alguns pontos importantes ficam bem claros. O primeiro é que em três anos de funcionamento a editora já estava consolidada, mesmo sem ter uma grande estrutura. Embora não explicitado, os autores da reportagem estão fazendo uma comparação com as grandes editoras, que já estavam em plena atividade naquele período e que já possuíam uma estrutura física e logística grande. O segundo ponto é o número de títulos com temáticas sobre Brasil publicado até então pela editora. Trinta títulos é um número significativo para uma recém-criada editora. Isso mostra que nos primeiros anos houve certa regularidade nas publicações, ajudando-os a se consolidar do mercado de livros.

A jovialidade do editor também é destacada pelo jornal. No fragmento é evidenciada a sua pouca idade, 28 anos. Um homem jovem para os padrões da época e já dono de uma empresa com tão grande importância no cenário intelectual brasileiro. Só lembrando que Fernando cria a editora aos 26 anos. Claudete, um pouco mais nova tinha, na época, 24 anos.

⁵ RANGEL, Maria Lucia; LUPPI, Carlos Alberto; FONSECA, José Ribamar; SOUZA, Hugo de Almeida. O Brasil, Enfim Reeditado. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20editora%20alfa-Omega. Acesso em: 26/07/2018.

Também fica evidente neste fragmento a preocupação de Fernando com os autores nacionais. O mesmo defende que obras produzidas pelos brasileiros também poderiam ter uma boa vendagem. Podemos ver parte do resultado desse investimento quando verificamos alguns dos títulos publicados pela Alfa-Omega nesta primeira década de funcionamento. Destaco entre eles: *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais (1976); *Quatro Cantos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados* (1973), de Álvaro de Farias; *Coronelismo, Enxada e Voto* (1976), de Victor Nunes Leal; *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós (1977); *A Sangue-Quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*, Hamilton Almeida Filho (1978); *Cuba Hoje: 20 anos de revolução*, de Jorge Escosteguy (1979); *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* (1979). Uma coleção também bastante interessante foi publicada nesses primeiros anos pela Alfa-Omega com o título de “História Imediata”. Esta coleção foi composta por cinco títulos: *A Guerrilha do Araguaia*, de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchuk (1978); *A Greve na Voz dos Trabalhadores*, da Equipe da Oboré (1979); *Araceli – corrupção e sociedade*, de Carlos Alberto Luppi; *D. Paulo Evaristo Arns – o cardeal do povo*, de Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markun (1979); *A Volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*, de Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves (1979).

Verifica-se que o leque de interesse da Alfa-Omega é bem amplo, e os autores brasileiros, como destacados pelo *Jornal do Brasil*, tiveram um espaço garantido nas publicações, sendo bem acolhidos por Fernando e Claudete.

Mas a Editora Alfa-Omega tornou-se também um alvo dos olhares apurados da censura política, visto que sua linha de publicação fazia uma crítica clara e aberta ao regime militar. Nesse sentido, a editora não só se tornou um *locus* de oposição como também contribuiu para divulgar da história política do Brasil.

Lembrando que na década de 70, o país vivia um período político difícil, de ditadura. Esse regime foi instaurado pelos militares no ano de 1964. Em 1968, com a instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5), a situação ficou ainda mais delicada. De acordo com o sociólogo Marcelo Ridenti, “o regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação, colocando um fim à agitação política e cultural do período” (RIDENTI, 2003, p.152). Nesse momento, ainda destaca Ridenti, “não seria tolerada nenhuma contestação ao governo” (RIDENTI, 2003, p. 152).

A decisão de abrir uma editora, ainda bem jovens, em plena ditadura militar, foi algo certo na vida dos dois. Mesmo com possíveis dificuldades a serem enfrentadas, os jovens editores não esmoreceram. Como afirma o pesquisador Jacó Guinsburg, “uma editora não é apenas uma opção profissional. É uma opção de vida também, porque o livro é mais ou menos como aquela coisa do cacau de Jorge Amado: pega no pé da gente”. (GUINSBURG, 1997, p.43). Concordo com o pesquisador, e acredito que esse “visgo” está presente nas trajetórias dos editores da Alfa-Omega. Suas vidas particulares e profissionais se misturaram, e ainda se misturam, em torno da editora.

Conclusões Finais

No site da editora Alfa-Omega, logo na página de abertura, o slogan - que representa a junção das duas letras gregas “Α,” (Alfa) e “Ω” (Ômega) - é acompanhado da seguinte frase: “Há 45 anos publicando o pensamento crítico brasileiro”.⁶ Sem dúvida, a editora publicou nesses seus quarenta e cinco anos títulos críticos importantes, trazendo para o conhecimento do grande público, debates políticos e sociais que marcaram época.

No início, a editora se dedicou ao público universitário, editando livros dos professores da USP, que eram utilizados pelos alunos dos cursos de graduação. E, aos poucos, a editora foi se firmando como uma “editora de oposição”, que segundo os historiadores Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Nery, seguiu uma “trajetória muito identificada com o pensamento marxista, particularmente aquele mais próximo ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)”, tendo também editado títulos vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (MAUÉS; NERY; REIMÃO, 2015, p. 169-190).

O leque de interesse foi se expandindo ao longo dos anos, sem deixar de lado a essência ideológica do início. Hoje é possível perceber um leque bem mais amplo do que em 1973. Algumas áreas são destacadas pela própria editora, como se pode observar ainda na página de abertura do site, logo abaixo da frase que acompanha o slogan. A editora

⁶ O site da editora Alfa-Ômega pode ser conferido no endereço: <https://site.alfaomega.com.br/>. Acesso em 31/07/2018.

destaca as principais áreas: “História, Sociologia, Política, Filosofia, Economia, Clássicos Marxistas, Pluralismo Jurídico, Literatura Brasileira, Literatura Estrangeira”.⁷

E é essa a história que pretendo conhecer na pesquisa de doutorado. Investigar parte dessa trajetória de quarenta e cinco anos, observando como esse “pensamento crítico brasileiro” foi apresentado e divulgado para o público leitor. E o ponto de partida para esse estudo será a trajetória de vida de Fernando e de Claudete, os idealizadores da editora.

Como já mencionaram os pesquisadores Reimão, Maués e Nery, os editores da Alfa-Omega são exemplos de perseverança. Os dois mantiveram-se firmes ao longo dessas quatro décadas:

“Fernando e Claudete são exemplos de produtores culturais de resistência e persistência, mantendo-se fiéis a uma linha editorial engajada à esquerda, mesmo que isso represente certa contenção na expansão comercial de sua editora, o que mantém o perfil da empresa como editora de oposição - agora não mais oposição à ditadura, mas sim ao pensamento e à ideologia dominante -, com sua trajetória empresarial subordinada às finalidades políticas que orientaram a sua criação e percurso.” (MAUÉS; NERY; REIMÃO, 2015, p. 169-190).

Mesmo com todas as transformações ocorridas ao longo desses anos, os pesquisadores mostram que a editora continua fundamentada em seu posicionamento político. Os historiadores utilizam duas palavras que resumem bem essa trajetória dos dois: “resistência” e “persistência”.

Para além das histórias de vida de cada um, a pesquisa contará com uma análise minuciosa das redes de sociabilidade tecidas pelos dois ao longo desses anos. Nesse sentido, pretendo fazer um mapeamento dos contatos dos editores com os autores e também com os contribuintes do processo editorial, de modo a conhecer os principais assuntos discutidos na época; investigar o posicionamento crítico do círculo intelectual em questão; e assim conhecer também parte do processo de formação da Editora Alfa-Omega.

Outro ponto importante da pesquisa será examinar o projeto editorial da casa entre as décadas de 1970 e 1980, observando as condições de produção editorial e a

⁷ Idem.

relevância de autores e suas obras em um determinado contexto histórico, visto que, a Alfa-Omega privilegiava intelectuais que tinham certo destaque no cenário político da época.

A pesquisa encontra-se ainda em seu estágio inicial. É minha primeira experiência com arquivo privado. No mestrado, como mencionei no início deste texto, a pesquisa foi feita em arquivo público, no caso o CEDEM da UNESP. O arquivo privado traz características diferentes como, por exemplo, a sua própria organização técnica. Mas vale ressaltar que tais características não comprometem em nada a pesquisa. Destaco apenas por ser um cenário novo de trabalho.

Alguns passos importantes já foram dados. Duas visitas à sede da editora em São Paulo ocorreram no primeiro semestre deste ano. A primeira foi mais informal, para conhecer os donos e o arquivo e, a segunda, já mais direcionada.

Na primeira visita conheci pessoalmente os donos. Fernando me mostrou as dependências da editora e parte do arquivo. Claudete separou algumas pastas, quatro no total, com recortes de jornais sobre a Alfa-Omega, desde o momento da abertura até a final da década de 80. Fui autorizado a fotografar o material.

A segunda visita foi mais direcionada. A partir do material fotografado e alisado, e de algumas leituras específicas, elaborei as entrevistas. As entrevistas foram realizadas na sede da própria editora, sendo gravadas com a utilização de um gravador de voz. Primeiramente foi feita a entrevista com o Fernando e, logo depois, com a Claudete, totalizando um pouco mais de duas horas de gravação.

Nesse momento comecei a fazer o trabalho de transcrição do conteúdo gravado. Além da transcrição, venho fazendo uma busca em periódicos da época que foram digitalizados pela Biblioteca Nacional. O trabalho tem sido muito proveitoso. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, editado no Rio de Janeiro, noticiou bastante a editora e os livros publicados por ela. O material é bastante interessante e, certamente será utilizado na pesquisa.

O próximo passo, além de novos levantamentos em periódicos, será analisar documentos preservados pelos editores. O arquivo, como já mencionei, fica dentro da própria editora. Ali se encontram, dentre outros, documentos referentes aos livros publicados, como correspondências com os autores e originais da obra. Outras idas a São

Paulo serão necessárias para verificar esse material. Trabalho esse que será feito ao longo desse segundo semestre.

Referências Bibliográficas

Fontes

Site da editora Alfa-Omega: <https://site.alfaomega.com.br/>

RANGEL, Maria Lucia; LUPPI, Carlos Alberto; FONSECA, José Ribamar; SOUZA, Hugo de Almeida. O Brasil, Enfim Reeditado. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20editora%20alfa-Omega. Acesso em: 26/07/2018.

Bibliografia

ARAGÃO, Eloísa. *Censura na Lei e na Marra: como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GUINSBURG, Jacó. Uma Proposta Editorial. In: MARTINS FILHO, Plínio (org.);

FERREIRA, Jerusa Pires; GUINSBURG, Jacó; BOCCHINI, Maria Otilia. *Livros, Editoras & Projetos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

MAUÉS, Flamarion; NERY, João Elias; REIMÃO, Sandra. Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro. In: *Intercom – RBCC*, vol. 38, n. 01. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. p. 169-190. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2210/1874>. Acesso em: 10/05/2018.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.4, pp. 133-166.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

SOUZA, Gustavo Orsolon de. *"Rebeliões da Senzala": diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*. Seropédica-RJ: UFRRJ, 2013.

_____. *A Resistência Escrava: uma análise historiográfica do livro Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura*. Seropédica-RJ: UFRRJ, 2009.

Tortura e medo na Baixada Fluminense: Dom Adriano Hypólito e a luta contra a repressão

Peter Sana

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

No início do século XX, a população da Baixada Fluminense em sua maioria estava na posição de simples e apáticos observadores no que diz respeito à participação política. Segundo Waldick Pereira (1977, p. VII), a população era levada por influência dos discursos dos partidos políticos desligados da realidade da comunidade, quer seja em função da própria ausência de raízes históricas desta população, ou seja, pela caracterização das cidades da Baixada, principalmente no nosso caso de estudo, Nova Iguaçu, como cidades-dormitório.

Este princípio limitava o sentimento de pertencimento a uma terra, a identidade de cidadão desta região ainda não tinha traçado os laços que viriam ser incorporados à luta.

Para tanto, existia um proveito muito ousado por parte das classes políticas no que diz respeito ao benefício próprio do discurso político para garantia de privilégios particulares. E o ciclo da laranja ajudou a avolumar este contingente de proveito no jogo político, criando uma tradição política pautada no elitismo que, com o fim deste ciclo, transformou as terras de Nova Iguaçu em grandes loteamentos amontoados sem planejamento (PEREIRA, 1977, p. VII).

Nilo Peçanha, quer seja como presidente da República ou Governador do Estado do Rio de Janeiro continuou com a proposta deste tipo de política na região, impulsionando as famílias tradicionais que se estabeleciam no poder a se efetivarem definitivamente (PEREIRA, 1977, p. VII).

A concentração de imóveis nas mãos de poucos acentuou as diferenças sociais na Baixada, e logo a situação de pobreza trazia contornos bem trágicos para as necessidades básicas de uma família de baixa renda na região.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Era interessante que houvesse um grande contingente de trabalhadores para o exercício de funções mais brutas no plantio e colheita da laranja. Portanto, garantir este contingente era garantir lucros para estas famílias e condicionar o sucesso financeiro somente a uma parte da população e, conseqüentemente, grandes dividendos aos cofres públicos.

A visita do Presidente Washington Luís, em 1929, e sua comitiva cercou-se de ruidosa festividade e serviu para consolidar o prestígio de uma nova elite social de Iguaçu – “os laranjeiros” (PEREIRA, 1977, p.126).

A Associação dos Fruticultores de Iguaçu gerou uma elite consideravelmente ativa neste ciclo econômico da cidade. O presidente da instituição fazia um acompanhamento bem severo junto às autoridades políticas buscando maneiras de garantir aos cultivadores as melhores condições, quer seja no legislativo, ou mesmo no nível de incentivos fiscais que favoreciam o cultivo de cítricos na região (ibidem).

A maioria dos religiosos que se encontravam na região de Nova Iguaçu também eram de fora, ou seja, não haviam nascido em nenhuma região correspondente à Baixada Fluminense.

O padre João Müsh, um dos iniciadores do projeto eclesiástico em Nova Iguaçu era alemão e veio em missão para o Brasil em 1910. Sua trajetória na formação religiosa passou por Santa Catarina – Florianópolis, depois fora para o Rio Grande do Sul, onde ficou por dez anos no Seminário Provincial de São Leopoldo. Em 1928, o bispo de Barra de Piraí Guilherme Müller nomeou João Müsh vigário de Paracambi e Nilópolis, com posse em 11 de novembro, e em dezembro nomeado vigário da Paróquia de Santo Antônio de Jacutinga (SANA, 2009, p. 8).

Em 1930 percebemos o quanto a instituição religiosa se aproximava das elites iguaçuanas, desenvolvendo uma relação amistosa e de troca de interesses (SANA, 2009, p. 9).

No ano de 1931, com a visita do então presidente Getúlio Vargas, a presença da Igreja foi registrada diante de diversos membros da elite econômica e política da região (SANA, 2009, p. 9).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Na lista dos 62 exportadores de laranja de Nova Iguaçu do ano de 1934, os três maiores eram ítalo-iguaçuanos: Alberto Cocozza, Francisco Baroni e Pantaleão Rinaldi. Desde as orações singelas das *mammas* à alegria contagiante de Ugo Papaleo, resoureiro da festa de Santo Antônio, às doações do Comendador Baroni para a ampliação da Matriz de Santo Antônio e construção de várias igrejas, a Pequena Calábria foi fundamental na construção da Igreja de Nova Iguaçu.

Neste contexto, diante do distanciamento da Igreja em relação às classes menos abastadas, o avanço de outras religiosidades passou a integrar o quadro espiritual em Nova Iguaçu, e a ação da Igreja se voltou a montar uma base que desse sustento ao desenvolvimento da cultura católica na região. Então surgiu o Colégio Santo Antônio, criado principalmente para fazer frente ao Ginásio Leopoldo Machado, que mantinha uma linha espírita em seu corpo docente e na sua metodologia de ensino (SANA, 2009, p. 10).

O desenvolvimento de suas ações, diferentemente da mudança de postura da Igreja após os anos 60, estavam sempre voltados para caridade, e não no processo de criação de uma identidade de luta a partir do fornecimento do material intelectual ao pobre para a tomada de direção rumo às discussões que dizem respeito à sua condição social.

Em 1951, ainda percebemos a atuação de famílias pertencentes às elites econômicas e política de Nova Iguaçu no auxílio a obras de desenvolvimento físico da Igreja (SANA, 2009, p. 10).

A Diocese de Nova Iguaçu foi criada em 26 de março de 1960 pela *Bula Quandoquidem Verbis* do papa João XXIII. Com território desmembrado das Dioceses de Barra do Piraí-Volta Redonda e de Petrópolis, abrangia inicialmente os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, São João de Meriti e o distrito de Conrado (Vassouras). Com a criação da Diocese de Itaguaí (14 de março de 1980) cedeu à nova Diocese os municípios de Itaguaí e Mangaratiba. E à nova Diocese de Duque de Caxias (11 de outubro de 1980), o município de São João de Meriti.¹

Até que Dom Adriano Mandarino Hypólito assumisse a Diocese em 1966, tivemos outros dois bispos que o antecederam: Dom Walmor Battú Wichrowski (1960-1961), Dom Honorato Piazero (1961-1966). Ambos permaneceram um pequeno período

¹ Fonte: <http://www.mitrani.org.br/historia.html> visitado em 05/08/2018.

de tempo, não concretizando uma grande significância no que diz respeito à problemática de nosso estudo.

O primeiro bispo de Nova Iguaçu nasceu em Ijuí/RS, em 27 de outubro de 1920, e estudou nos seminários de Santa Maria e de São Leopoldo-RS, tendo recebido a ordenação sacerdotal em 1945 na Diocese de Santa Maria-RS. Trabalhou em serviços religiosos no Rio Grande do Sul, e em seguida foi eleito Bispo Auxiliar de Santos, em 14 de fevereiro de 1958, tendo sido ordenado bispo em Santa Maria a 25 de maio do mesmo ano. Em 15 de junho de 1958 tomou posse como bispo auxiliar e exerceu estas funções até 23 de abril de 1960.

Veio para a Diocese de Nova Iguaçu em 1960, e em 1961 foi para o Rio Grande do Sul onde, após exercer vários cargos importantes, resignou como bispo titular de Felbes para dedicar-se a atividades religiosas e assistenciais. O bispo faleceu em 2001.²

O segundo bispo de nova Iguaçu, Dom Honorato Piazero nasceu no dia 16 de novembro de 1911 em Jaraguá do Sul (SC) sendo ordenado presbítero em 30 de novembro de 1936, em Taubaté (SP). Ordenado bispo em 11 de julho de 1959, foi nomeado auxiliar do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. Em 14 de dezembro de 1961 foi nomeado bispo diocesano de Nova Iguaçu (RJ), deixando a diocese em 08 de abril de 1966, quando foi nomeado bispo coadjutor de Lages com direito a sucessão. Assume ao Diocese de Lages como seu segundo bispo Diocesano em 08 de novembro de 1973. O bispo faleceu em 1990.³

No contexto da criação da Diocese de Nova Iguaçu, em 1960, havia uma realidade em que muitas pessoas vinham de várias partes do Brasil com o objetivo de reconstruir suas vidas sob uma possível prosperidade pautada no crescimento econômico da região sudeste.

Muitas casas e barracos foram se misturando à paisagem, ainda bem verde em Nova Iguaçu, de maneira desordenada em diversos loteamentos (BRUNO, 2010, p. 10). E diante de toda esta situação, havia uma urgência em dar uma mínima estrutura para as pastorais que se desenvolviam com o passar dos anos e com as demandas crescentes.

² Fonte: https://www.diocesedesantos.com.br/clero/a_001/ visitado em 05/08/2018.

³ Fonte: <http://www.diocesedelages.org.br/bispos.htm> visitado em 05/08/2018.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Com o Concílio Vaticano II, o maior peso para colocar em prática as reformas registradas no mesmo ficou para o bispo Dom Adriano Hypólito, que chegaria em 1966 para engajar a Diocese de Nova Iguaçu num acirrado polo de resistência na luta em defesa dos Direitos Humanos.

O bispo Dom Adriano Mandarino Hypólito nasceu em janeiro de 1918, em Aracajú – Sergipe e, influenciado pelos franciscanos, completou seus estudos secundários em um colégio religioso no Paraná, onde ouviu falar pela primeira vez na Baixada Fluminense. E as notícias das quais o futuro bispo tinha esclarecimento era a *crescente violência, miséria, terra de macumba e de muita, muita corrupção política* (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 11).

Aos 23 anos, Frei Adriano professou solenemente os votos de Pobreza, Castidade e Obediência, sendo ordenado padre na Igreja de São Francisco, em Salvador, em outubro de 1942. Seguiu nos anos posteriores à Europa para aperfeiçoar seus estudos em Teologia, Antropologia, Filosofia e História, e fez seu catálogo de fotografias das cidades europeias devastadas pela Segunda Guerra Mundial (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 11).

Em novembro de 1962 foi nomeado bispo-auxiliar de Salvador, participando do Concílio Vaticano II nas sessões de 1963, 1964 e 1965, aperfeiçoando aquilo que colocaria em prática na Diocese de Nova Iguaçu (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 12).

Chegou em Nova Iguaçu em 1966, nomeado bispo pelo papa Paulo VI, e encontrou uma cidade carregada de injustiças sociais e problemas políticos e econômicos que converteriam o bispo à luta pelos direitos essenciais da população.

Em sua atuação, buscou dialogar com as autoridades na medida que percebia que a violência exercida pela ditadura ultrapassava os limites que um ser humano poderia aguentar em sua normalidade.

O bispo recebeu muitas acusações quanto à sua atuação política. Os sermões que eram ministrados por ele atingiam as massas que, juntamente com seu projeto de aproximar a Igreja dos grupos de resistência contra a repressão militar, incomodou a política de Segurança Nacional, vendo sua atuação como uma ameaça ao governo.

Diante de um cenário caótico, carregado de problemas sociais, repressão, alto índice de inflação, desemprego, desigualdades sociais e pobreza, o bispo buscou maneiras

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

de ajudar os perseguidos pela ditadura, quer seja no amparo jurídico ou mesmo cedendo espaço para discussões acerca das estratégias traçadas pelos movimentos sociais em busca de voz.

Após dez anos de atuação, em 22 de setembro de 1976, ao sair da Cúria o bispo Dom Adriano foi sequestrado por homens fortemente armados. Foi encapuzado, torturado e teve seu corpo pintado de vermelho antes de ser largado com algemas e nu numa rua escura em Jacarepaguá. Seu carro, um Fusca, foi levado para a porta da CNBB, onde explodiu, assustando muitas pessoas e servindo de ameaça para a instituição (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 12).

Conforme aumentava o clima de hostilidades, o bispo instalou, em 12 de fevereiro de 1978, durante a Missa Solene de Abertura da Campanha da Fraternidade, a Comissão de Justiça e paz, com o objetivo de defender os direitos humanos dos cidadãos que sofriam com a perseguição da ditadura (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 12).

O bispo recebia cartas e ligações anônimas, pichações nos muros da Igreja de Santo Antônio da Prata, a Catedral e a Igreja de Santa Rita com ameaças de que se ele continuasse mantendo sua atuação política, poderia sofrer ainda castigos piores (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 13).

Em 20 de dezembro de 1979, uma bomba foi detonada mesmo à luz do dia no altar do Santíssimo Sacramento. Este episódio marcou a história da Igreja no Brasil, pois nenhuma havia sofrido um atentado até então. A acusação dos criminosos era de que o bispo protegia os comunistas (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 13).

Num protesto formado por um mutirão silencioso, padres, freiras e agentes de pastoral foram explicar o acontecido enquanto todas as paróquias da Diocese de Nova Iguaçu se mantinham fechadas.

No dia 30 de dezembro de 1979 uma procissão com pelo menos 10 mil pessoas marcou o descontentamento com a repressão. Muitos opositores, inclusive membros da CNBB, OAB e AIB se juntaram prestigiando o ato de indignação com a violência e os conflitos existentes que prejudicavam o crescimento da sociedade (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 13).

Diante dos acontecimentos, diversas mídias noticiaram o sequestro e os atentados contra o bispo e a Diocese de Nova Iguaçu.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

No Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (23/09/76, p. 2932 e 2933) o Sr. Aluisio Gama faz um pronunciamento condenando o sequestro e revelando detalhes dos sequestradores: “*muito espancado por dois homens, um preto e um branco*”.

A Câmara de deputados também estava ligada nos acontecimentos. O Sr. deputado Edson Khair também se manifestou destacando “*a explosão do carro do sobrinho de Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, que também foi sequestrado e as bombas nas sedes da ABI e da OAB* (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 13).

Complementou ressaltando que “*os vexames que sofreu Dom Adriano Hypólito, tendo sido despojado de suas vestes e seviciado*”, afetavam todo o Brasil. “*Temos que hipotecar solidariedade a D. Adriano Hypólito e ao Sr. Roberto Marinho contra a ação desse grupo que se intitula ‘Aliança Anticomunista Brasileira’*”, complementa destacando também o atentado contra o presidente da rede Globo Roberto Marinho onde uma bomba explodiu próximo a janela de seu quarto (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 13).

O Sr. Deno dos Santos se pronunciou dizendo:

Quero ainda dizer a V. Exa que, enquanto ouvia, com atenção, o brilhante discurso que está sendo pronunciado, lembrava-me de um discurso proferido, no Senado Federal, pelo Senador Teotônio Vilela, quando denunciou que há, nesta República, um poder invisível. Sim. Há um poder invisível que usa o sequestro como meio de intimidação, que usa a tortura política como meio de dirigir o ímpeto oposicionista do povo brasileiro. Há um poder invisível que usa o Decreto-Lei 477, ou a suspensão de alunos, como meio também de impedir que o estudante, em sua faculdade, levante as reivindicações específicas e discuta problemas de interesse nacional. Agora, parece-me, Sr. Deputado, que esse poder invisível, não satisfeito com a soma de poderes excepcionais que tem em suas mãos, esse poder invisível passou a usar a bomba como recurso *in extremis* para a sua manutenção (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 13).

Nesta fala, diante dos deputados da Câmara, Santos fala com clareza sobre os acontecimentos que marcaram a atuação do aparato repressivo da ditadura militar. Desde o uso da força direta (o sequestro e as bombas) até uma força indireta, que se baseava no uso da autoridade para impedir estudantes de reivindicarem seus direitos.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Após o sequestro, o bispo se encontrou com os religiosos de Nova Iguaçu na ministração da Santa Missa. Neste reencontro, marcaram presença lideranças do Brasil inteiro que se sensibilizaram com a causa (O PONTUAL, 03/10/79).

Apesar de sentir o peso das agressões e das ameaças, o bispo recebeu de maneira diferente o episódio. Todo o Brasil fora mobilizado por esta causa, fortalecendo a figura de liderança do bispo e tornando-o ainda mais popular no meio dos atores sociais que participavam dos movimentos de resistência contra a ditadura.

O bispo Waldyr Calheiros também deu uma declaração falando sobre o bispo diante desta situação delicada pela qual passara:

quando Dom Adriano fala em nome dos pobres, passa a ser considerado “perigoso” porque estremece aqueles que estão lá em cima, que são os que querem que a Igreja cuide apenas do lado espiritual e esqueça que a Vida Eterna pregada no Evangelho de Cristo começa aqui. Dom Adriano recebeu um dom e não vão calar-lhe a boca. Deus quer que ele interprete o seu Evangelho para o povo (O PONTUAL, 06/10/76).

Diante da repercussão do sequestro do bispo, foram instauradas algumas tentativas de investigação para encontrarem os sequestradores do bispo. Num relato do jornal “O Fluminense”, de Niterói (24/09/76), um suspeito do sequestro havia sido preso após trocar tiros com a polícia. Era o único suspeito que haviam encontrado, mas mesmo assim não se pôde provar nada a respeito e o caso não foi levado adiante, embora o Jornal Movimento tenha denunciado um tenente-coronel da Vila Militar como responsável pelo acontecido.

No jornal “O DIA” (26/11/76) podemos perceber que houve uma forte pressão por parte da imprensa e das figuras públicas por descobrirem o paradeiro dos sequestradores. “(...)o delegado Borges fortes, da DPPS, pediu-lhe que fizesse um ‘retrato falado’ de seus sequestradores, pois – segundo o policial – havia uma forte pressão por parte da opinião pública.”

O mesmo jornal trazia uma crítica ao governo e um elogio à prática da Igreja na América Latina. Muitos militantes tinham suas bases políticas formadas a partir da ligação que tiveram com a Igreja. A orientação política designava pessoas a lutarem contra as injustiças sofridas e os excessos de violência cometidos pelos militares.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

A Igreja vem procurando analisar todos os problemas que vêm envolvendo a América Latina. Vem lutando pela liberdade de Imprensa que é a válvula da denúncia para o conhecimento da opinião pública (O DIA, 26/11/76).

O descontentamento com o episódio do sequestro dominava a opinião pública como um ato de repúdio contra os responsáveis. Os militares não assumiam a autoria do crime, pois após esse período, a censura passou a afrouxar rumo a uma abertura controlada.

A Gazeta de Notícias (28/09/76) noticia um pronunciamento do Papa em relação ao sequestro do bispo de Nova Iguaçu. Era sinal de uma repercussão que perpassava o âmbito nacional e tomava contornos mundiais.

No artigo do jornal é revelado que o *“Papa Paulo VI protestou energicamente ontem, aqui contra a violência desatada na América Latina, em especial contra os sacerdotes e, principalmente, na Argentina e no Brasil”* (GAZETA DE NOTÍCIAS 28/09/76). A imagem da ditadura recebia críticas no cenário internacional no que diz respeito à postura oficial da Igreja Católica Apostólica Romana. O propósito de intimidação do bispo acabou gerando uma nova orientação crítica contra os propósitos autoritários do governo.

O mesmo periódico citado acima, um dia seguinte após anunciar o pronunciamento do Papa Paulo VI, revelou que Dom Adriano Hypólito tinha distribuído a quase trezentas pessoas presentes em uma aparição pública um agradecimento e um documento no qual contava detalhadamente a situação de horror com a qual tinha sido submetido à força (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/09/76).

O bispo buscou pronunciar-se com firmeza e criticar severamente a imposição dos sequestradores em relação ao seu fazer político. Esta postura fortaleceu sua figura de liderança e atraiu outros grupos para a atuação na resistência contra a violação dos direitos humanos na Baixada Fluminense.

O bispo, em entrevista para O Globo (23/09/76), faz uma acusação aos possíveis responsáveis pelos sequestros e torturas na região. Para tanto, segundo o jornal, o bispo iguaçuano *“vem afirmando, desde 1974 que, em sua opinião, o Esquadrão da Morte é formado, basicamente, por policiais e por alcaguetes, desprovidos de qualquer espírito cristão e capazes de matar um operário que tenha sido preso por falta de documentos”*.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Seria a acusação de que muito provavelmente, como vimos no nosso texto, se tratava de uma estratégia do governo em perseguir e dismantelar organizações que lutavam pelos direitos humanos e protegiam os perseguidos pelo regime.

Diante da pressão e dos pronunciamentos dos simpatizantes da causa da Igreja, segundo O Globo (24/09/76),

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, disse ontem (...) que “o governo repudia com veemência os crimes praticados, inteiramente contrários à formação e a índole do povo brasileiro. Condena-os, partam de onde partirem. Estamos acompanhando as diligências de âmbito estadual, para descoberta de autoria e punição legal dos eventuais responsáveis.”.

Mas tal declaração do Ministro foi seguida de uma advertência ao jornal: “*cuidado com o que vocês vão escrever*”. Era uma oficialização do posicionamento do governo diante da mídia, porém, sem muitos esforços que realmente condigam com o interesse em achar os culpados. Para tanto, não poderia haver um esforço muito grande, pois os culpados poderiam ser militares próximos ou capangas a mando dos mesmos, o que atrapalharia os objetivos do processo de abertura controlada.

Dom Geraldo Fernandes, representando a CNBB, afirmou que havia uma relação entre os atentados na ABI, OAB e o sequestro do bispo Dom Adriano Hypólito. Para o mesmo, “*a relação entre os três é que costumamos falar, e falar claro. Somo nós que emitimos opinião*” (O GLOBO, 24/09/76).

Diante da manifestação de Dom Adriano e outros bispos a favor da diminuição da venda de arma, o Secretário de Segurança de São Paulo disse que há “*intromissão da Igreja nos assuntos de Polícia*” (O GLOBO 24/09/76). E esta fala vai ser reproduzida pelos grupos de extermínio que vão trabalhar na Baixada Fluminense e ameaçar a segurança de diversos ativistas sociais da região que eram apoiados pelo bispo.

Para causar discórdia no meio da igreja, o semanário litúrgico A Folha, de 29/05/77, edição de Pentecostes, foi falsificado e teve milhares de exemplares distribuídos nas igrejas da Baixada Fluminense.

No dia 19/06/77, segundo o coordenador do Arquivo da Cúria Diocesana, Antônio Lacerda de Meneses, por determinação do Comandante do 1º Exército, foi cancelada uma

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

conferência de Direitos Humanos para a constituição de uma Comissão Diocesana de Justiça e Paz que se realizaria no Centro de Formação da Diocese de Nova Iguaçu.

Eram sinais claros da interferência direta dos militares nas atividades da Igreja em relação à busca pela justiça e pela denúncia à maneira dos militares de lidarem com a oposição.

No dia anterior ao cerco que impediu a reunião, elementos que não estavam uniformizados e não se declaravam militares procuraram repetidas vezes o Centro de Formação sob os mais diversos pretextos para a tentativa de neutralizar e dificultar a mobilização da Igreja junto à resistência.

Estes episódios marcaram a violência e truculência dos militares na tentativa de repelir a ação do bispo junto aos movimentos de resistência contra a imposição dos militares e em busca por melhores condições de vida.

Políticos de diversas agremiações como ARENA, MDB, também o Senado e a Câmara manifestaram repulsa aos atos que marcaram o sequestro e os atentados contra a Catedral de Nova Iguaçu.

A maneira com que o bispo reagiu às ameaças foi buscando apoio em outros grupos de resistência e, com a abertura das mídias, as notícias deram mais visibilidade para a ação da Igreja, tornando uma possível morte do bispo como uma apunhalada nas costas dos próprios militares, com medo de um martírio do bispo e um fortalecimento dos movimentos a partir de uma possível revolta com a morte do mesmo.

Referências bibliográficas

Documentação

- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 1 – 1º de janeiro de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 2 – 1º de fevereiro de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 3 – 1º de março de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 4 – 1º de abril de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 5 – 1º de maio de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 6 – 1º de junho de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 7 – 1º de julho de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 8 – 1º de agosto de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 9 – 1º de setembro de 1969.
- Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 10 – 1º de outubro de 1969.

Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 11 – 1º de novembro de 1969.
Boletim Diocesano – Diocese de Nova Iguaçu – Volume 12 – 1º de dezembro de 1969.
Cartilha “Celebração das Comunidades”. Diocese de Nova Iguaçu, 19 de julho de 1988.
Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – 23/09/1976, p. 2932 e 2933.
Jornal do Brasil – 03/08/86.
Jornal “Gazeta de Notícias” – 28/09/76.
Jornal “O Dia” – 26/11/1976.
Jornal “O Fluminense” – 24/09/76, 28/09/76 e 29/09/76.
Jornal “O Globo” – 23/09/76, 24/09/76, 13/11/94.
Jornal “O Pontual” – 03/10/79 e 06/10/79.
Jornal “Tribuna da Imprensa” – 19/11/79.
Livro do Sequestro de Dom Adriano Hypólito – Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.
Revista Diocese de Nova Iguaçu. Edição de 50 anos de Missão. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, 2010.
Revista Manchete – 19/03/79.
Revista Municípios do Brasil. Edição especial sobre Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: 19 EDINAL, 1988.
Revista Veja – 03/03/77.
Semanário “A Folha” – 29/05/77.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ASSIS, João Marcos Figueiredo. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu*. Tese (doutorado) Ciências Sociais. Rio de Janeiro: PPCIS/UERJ, 2008.

_____. *Agentes religiosos e o enfrentamento ao regime civil-militar no Brasil*. Revista do ICSA Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, Ano XI, n.2, p. 44-61, ago.2014.

ASSIS, João Marcos Figueiredo. ASSIS, Maria Evonilde C.F. *Militância e Subjetividade: as influências da atuação religiosa e sócio-política de Dom Adriano Hypólito*. XII Simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 03: Religião e política: o saber religioso da política e o saber político do religioso.

AZEREDO, Luiz Martins de. *Padre João: Apóstolo de Bem em Nova Iguaçu*. Edição da Diocese de Nova Iguaçu, 1980.

- BANDEIRA, Fabiana. Memórias do “encouraçado de pedra”: marinheiros, prisão e luta política. In: THIESEN, Icléia. *Imagens da clausura na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- BETTAMIO, Rafaella. O DOI-CODI do Rio de Janeiro na memória de ex-prisioneiros políticos. IN: THIESEN, Icléia. *Imagens da clausura na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- BEZERRA, Paulo César Gomes. *A constituição de uma autoridade na narração do passado. Entre a história e a memória: a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.
- BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980. 2ª Edição.
- _____. *Eclesiogênese: A Reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel Editorial Ltda, 1989.
- BRUNEAU, Thomas C. *Church and Politics in Brasil: the Genesis of Change*. Journal of Latin-American Studies, Cambridge University Press, nº 17, novembro de 1985, p. 286-29.
- BRUNO, Padre Luigi Constanzo. Concílio Vaticano II – Inspiração para uma nova Igreja. In: *Revista Diocese de Nova Iguaçu. Edição de 50 anos de Missão*. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, 2010.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 2 – O Poder da Identidade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *O povo de Deus assume a caminhada*. Petrópolis: Vozes/IDAC, 1983.
- DUBAR, Claude. *A socialização – Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90. In: LINHARES, Célia (org). *Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOURIAUX, René, BEROLD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo, s/d.

RAMOS, LÍlian M. P. C.. A relação Igreja Católica e educação popular no Brasil entre 1960 e 1990. In: RAMOS, LÍlian M. P. C.. *Igreja, Estado e Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Papel Virtual, 2005.

SANA, Peter. *Liberdade dos homens e liberdade de Deus: D. Adriano Mandarino Hypólito e a Ordem dos Militares em Nova Iguaçu*. Monografia (Graduação em História). Faculdade de Educação e Letras, Universidade Iguaçu, Nova Iguaçu, 2009.

_____. *A dimensão educativa do pensamento e da ação do bispo D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985)*. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

SANTOS, Theotônio dos. A crise e os movimentos sociais no Brasil. In: *Revista Política e Administração*, vol. 1, nº 2, julho-setembro 1985. Rio de Janeiro, Fundação Escola de Serviço Público.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916 – 1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SERAFIM, Adriana S. *A Missa Da Unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)*. 2013. 120 f. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2013.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. *A atuação do bispo d. Waldyr Calheiros de Novaes frente à Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda*. Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, São Gonçalo, 2012.

TAVARES, Percival. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (1974-1992)*. 1993. 377 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

Os múltiplos tempos de uma vida: narrativas biográficas e estruturas temporais no Brasil oitocentista

Stefania Macena Wolff

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

Quanto tempo cabe em uma vida humana? À essa pergunta pode se seguir uma resposta aparentemente simples: em média, 75 anos. Essa é a expectativa de vida de um brasileiro médio nascido a partir do ano de 2015. O tempo da demografia, no entanto, não é o único tempo possível, ainda que consideremos recortes específicos como um país e uma geração. Em termos históricos, a vida de um único indivíduo, ainda que este possa experienciar dezenas de eventos relevantes, é apenas um átimo dentre as centenas de milhões de trajetórias individuais que já existiram; em termos de tempo geológico, a vida humana é tão breve que chega a ser matematicamente desprezível; o que dizer então do tempo da astronomia? Quando consideramos os longos tempos dos astros, toda existência humana é uma fagulha, mais improvável do que provável. Evidencia-se então uma primeira complexificação desse conceito tão cotidiano em nossa linguagem, o tempo. Mudam-se as escalas, muda o entendimento.

Esse jogo de escalas é apenas um dos exercícios possíveis em direção ao alargamento da compreensão do tempo em relação às vidas humanas. Para além deste, é profícuo pensar também em quantas camadas de tempo existem em uma única vida, em especial quando nos dedicamos a narrá-la, ou seja, quando escrevemos uma biografia. Para que aquela história aparentemente singular seja contada, quantas gerações tiveram de existir? Quantas estruturas, formadas ao longo de séculos, configuram aquela breve existência humana? Em que conjuntura essa trajetória é narrada? Talvez seja útil pluralizar nossa pergunta inicial: quantos tempos cabem em uma vida humana?

Uma forma de analisar este tipo de perguntas – para as quais, é válido destacar, não é possível encontrar respostas definitivas – é lançar mão de uma teoria do tempo. Expor “as linhas de fuga da teoria do tempo” (KOSELLECK, 2014, p. 10) é o que

pretende Reinhart Koselleck nos ensaios reunidos no livro *Estratos do Tempo – Estudos Sobre História*. Nestes textos, o historiador alemão põe à parte suas reflexões a respeito da história dos conceitos e da história social, pelas quais é mais conhecido, para discorrer sobre categorias como os tempos históricos – que se distinguem dos tempos naturais; as experiências temporais antropológicas; sincronias e diacronias; as três dimensões temporais; as implicações do termo história contemporânea (*Zeitgeschichte*); as estruturas de repetição que estão contidas em cada singularidade.

Tais reflexões são extremamente proveitosas para nossas indagações sobre o tempo e a narrativa das vidas humanas, em especial a conjunção entre singularidades e repetições e a tese a respeito das três dimensões temporais. Assim, nas páginas que se seguem será levantada a questão da singularidade e da repetição nas narrativas de trajetórias individuais. Em seguida, buscaremos aplicar as ideias de Koselleck a respeito do entrelaçamento das três dimensões temporais a um estudo de caso, evidenciando a tese de que são muitas as camadas de tempo mobilizadas para que haja a possibilidade e o interesse de contar uma única história de vida.

Estruturas de repetição e dimensões temporais serão pensadas a partir das biografias de duas mulheres que têm em comum o fato de terem suas vidas registradas em dois compilados biográficos publicados na segunda metade do século XIX no Brasil. São elas Joana Angélica – a freira mártir – e Maria Quitéria de Jesus Medeiros, ambas registradas tanto no *Ano Biográfico Brasileiro*, de Joaquim Manoel de Macedo, quanto em *Brasileiras Célebres*, livro de Joaquim Norberto de Souza e Silva.

Antes de adentrarmos na análise, no entanto, é necessária uma rápida explanação a respeito destes compilados. Publicado em 1862, *Brasileiras Célebres* é um livro escrito com a intenção de imortalizar por meio do registro os feitos de mulheres “merecedoras das páginas da história”, nas palavras do próprio autor, que recomendava sua obra para ser lida nas escolas femininas. Catalogadas em seis capítulos com títulos como “Amor e Fé” e “Religião e Vocação”, as histórias das brasileiras célebres são narradas em conjunto com a própria história do Brasil.

Com uma estrutura narrativa distinta, o *Ano Biográfico Brasileiro*, publicado em 1875, é composto por 365 biografias – uma para cada dia do ano – em três volumes. Diferente de *Brasileiras Célebres*, a obra de Macedo não possui um texto introdutório que

deixe claras as intenções do autor em imortalizar vidas. Ao invés disso, há apenas um parágrafo que diz “Escrita a convite da ilustrada comissão superior da Exposição Nacional de 1875 com o fim de aparecer na Exposição de Filadélfia, esta obra é de propriedade da mesma ilustrada comissão.” (MACEDO, 1875). É interessante notar, no entanto, que ambas as obras têm objetivos: esta representar o Brasil e os brasileiros em uma Exposição Universal, aquela educar as meninas brasileiras.

São visíveis, então, ao menos duas camadas de temporalidades em ambos os livros. Aquela que diz respeito ao passado, ao tempo em que de fato deram-se os eventos narrados e uma outra que se volta para o futuro, para o uso que se dá aquele passado. Sobre as camadas, falaremos posteriormente. Por ora, nos esforcemos para compreender as características de singularidade e repetição da narrativa biográfica em si.

Unicidade e repetibilidade

No dia 19 de fevereiro de 1822, em meio a um saque de tropas portuguesas à cidade de Salvador, fez-se a primeira mártir das lutas de independência na Bahia: a madre abadessa do Convento da Lapa, Joana Angélica. Trespasada por uma baioneta, Joana Angélica morre defendendo com o próprio corpo a entrada do convento, após ordenar às demais virgens cristãs que fugissem pelo quintal e bradar aos invasores, falando em nome de Deus, que só entrariam por cima de seu cadáver. Diante de sua inevitável morte, Joana “alçou os olhos para o céu, e expirou com um sorriso nos lábios.” (SILVA, 2004, p. 142)

Essa história é contada, em tom patriótico e romântico, por Joaquim Norberto de Souza e Silva em *Brasileiras Célebres*, obra publicada pela primeira vez em 1862. Por sua devoção, martírio e patriotismo, Joana Angélica é por ele alçada ao rol das “merecedoras das páginas da história”, palavras pelos quais o autor chama as mulheres cujas trajetórias de vida optou por narrar nas pouco mais de 150 páginas de seu livro. Ao lado de Joana se encontram nomes como Maria Quitéria, lida ainda no século XXI como heroína da independência, mas também figuras anônimas como as mulheres agrupadas coletivamente sob o título de Heroínas do Tejucupapo.

O nome de Joana Angélica, no entanto, não é destacado apenas no livro que se dedica às mulheres. Poucos anos após a publicação de *Brasileiras Célebres*, a história da

freira é novamente narrada – desta vez em um compilado de 365 biografias, escritas por Joaquim Manoel de Macedo e reunidas sob o título de *O Ano Biográfico Brasileiro*¹. A obra, publicada em 1876, apresenta narrativas biográficas de indivíduos que tivessem obtido glórias e destaque na formação da nação brasileira; pessoas cujas conquistas, valores e história de vida, segundo a ótica do autor, mereciam ser lembradas pelas gerações futuras. Cada um desses gloriosos indivíduos tinha sua vida associada a um dia do ano. A Joana Angélica, coube a data de sua morte. Diz Macedo: “E a 19 de fevereiro de 1822 Joana Angélica, freira mártir, subiu ao céu, deixando na cidade de S. Salvador da Bahia a causa da independência do Brasil unguida com o sangue de uma virgem esposa de Jesus.” (MACEDO, 1876, p. 226).

A narrativa biográfica de Joana Angélica – a freira mártir que se sacrificou pela independência do Brasil – parece absolutamente única em diversos aspectos: o heroísmo, o sacrifício, o martírio, o patriotismo. A unicidade é, de fato, uma característica marcante no gênero biográfico em geral. Voltadas para a vida de uma única pessoa, e por conseguinte para subjetividades, a biografia parece destacar o que há de único e irrepetível naquele indivíduo. No entanto, nenhuma vida humana pode ser vista como completamente descolada das estruturas que a condicionam, toda experiência singular está, segundo Reinhart Koselleck, inserida em estruturas de repetição. É o que o autor chama de um padrão antropológico, ou seja, uma forma inerente ao ser humano de se portar diante do tempo. Mas o quanto pode haver de repetição em algo que nos soa tão singular quanto a trajetória de uma vida humana?

Como afirma Koselleck, "Fenômenos de recorrência podem ser demonstrados como condição da singularidade em todos os âmbitos da vida." (KOSELLECK, 2014, p. 22), indicando que cada ação humana só pode ser vista como singular porque existem repetibilidades. Assim, embora Joana Angélica, por exemplo, derrame “*primeiro* [grifo meu] e generoso sangue pela independência do Brasil na cidade de S. Salvador, capital da heroica província da Bahia.” (MACEDO, 1876, p. 223), por exemplo, esse quase mórbido *pioneirismo* só é reconhecido porque existe um entendimento coletivo prévio do

¹ Para maior fluidez de leitura, a grafia de palavras empregadas no século XIX foi atualizada ao longo de todo este texto. Assim, *o Anno Biographico Brasileiro* será referido como *O Ano Biográfico Brasileiro*, por exemplo. Os trechos extraídos deste e de outros livros terão também sua grafia atualizada.

que é uma independência, do que é o sacrifício, do que é o martírio. Joana foi a primeira a derramar seu sangue pela chamada causa do Brasil, mas foram dezenas de milhares as pessoas que entregaram sua própria vida por uma causa ao longo da história. Assim, o martírio pode ser visto como uma *estrutura de repetição*, conceito também de Koselleck. O mesmo se pode dizer do heroísmo, embora o herói seja, por definição, lembrado como único, há uma série de características que configura ao longo dos tempos isso que se chama heroísmo. Qualquer herói só pode ser reconhecido como único se estiver inserido na estrutura de repetição que é o heroísmo.

Poderíamos seguir com uma infinidade de exemplos, que poderiam chegar até a narrativa (o gênero biográfico é uma estrutura de repetição) ou à própria linguagem, uma vez que são incontáveis as estruturas de repetição que condicionam as subjetividades. Sobre esse conceito, disse Koselleck:

Estratos do tempo que sempre se repetem estão contidos em todas as ações singulares e em todas as constelações únicas, executadas ou suportadas por seres humanos igualmente singulares e únicos. Tais estratos permitem, condicionam e limitam as possibilidades de ação humana e, ao mesmo tempo, as geram. (KOSELLECK, 2014, p. 13)

O que significa dizer que toda a ação que nos parece de alguma forma única e singular só pode existir e ser interpretada pela existência de estruturas repetitivas que a condicionam. Com esse trecho, observa-se que para Koselleck singularidade e repetição não são conceitos antônimos. Pelo contrário, ambas existem e só podem existir dada a existência da outra. Toda singularidade está contida em estruturas que se repetem ao longo do tempo, ao mesmo passo que toda estrutura de repetição permite e gera ações e eventos singulares. Observa-se também que essas estruturas são decorrentes do que o autor chama de estratos do tempo, metáfora que nos permite visualizar a coexistência de tempos históricos aparentemente diacrônicos. Pensar o tempo como estratos, como camadas sobrepostas, nos auxilia a compreender que certas estruturas perpassam as temporalidades mais curtas, como o dos eventos e das conjunturas históricas.

Ao fim, unicidade e singularidade como aqui abordadas são uma questão de tempo, de permanências temporais. Podemos, portanto, retornar à tese e à dúvida a respeito dos múltiplos tempos contidos em uma biografia, no ato de narrar uma vida.

Vidas passadas, histórias presentes

Vimos anteriormente a forma como foi narrada a história de vida de Joana Angélica em suas singularidades e estruturas de repetição. A biografia de uma segunda mulher pode nos auxiliar a pensar as múltiplas camadas de tempo. Falo de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, também conhecida como uma heroína da independência do Brasil, cuja história foi narrada nos mesmos livros em que encontramos Joana: *Brasileiras Célebres* e *O Ano Biográfico Brasileiro*.

As narrativas das duas mulheres possuem algumas repetições, embora o tom da narrativa seja ligeiramente diferente. Se Joana Angélica é uma virgem freira “a quem toda a Bahia prestava cultos de admiração e de justíssimo louvor pela sua exemplar caridade, doçura e pureza dignas de seu nome – Angélica” (MACEDO, 1876, p. 225), Maria Quitéria é uma mulher que “tanto se exaltava pelo amor da pátria, e ainda mais transportada pelo ardor de uma irmã casada e patriota” (MACEDO, 1876, p. 490) que veste-se com trajes masculinos para apresentar-se como voluntário nas lutas ocorridas na Bahia em nome da independência do Brasil. Ao narrar a vida da mesma Maria Quitéria, diz Joaquim Norberto:

Não se limitaram as senhoras baianas à simples manifestação de seus patrióticos sentimentos. Algumas dentre elas se distinguiram além do que se devia esperar de seu sexo: empunharam as armas, voaram ao campo da batalha! Tanto pode o entusiasmo inspirado pelo amor da pátria! (SILVA, 2004, p. 148)

Apesar disso, a heroína é exaltada não apenas por sua participação em batalhas, mas também porque “Pouco ou nada tem a sua aparência de varonil; suas maneiras são belas e agradáveis, pois não obstante viver entre soldados, não só não contraiu os seus hábitos grosseiros, bruscos e vulgares, como até nada se pode dizer contra a sua honra” (SILVA, 2004, p. 153).

Por essas palavras, fica claro que as proximidades na narrativa da freira e da guerreira se dão tanto pela adequação ao que se espera do sexo feminino – afinal, ambas mantêm o recato e a honra – quanto por, cada uma a sua maneira, lutarem a fim se

satisfazer os seus, nas palavras de Joaquim Norberto de Souza e Silva, "ardores patrióticos". Observam-se aqui as estruturas de repetição – repetidas e reafirmadas ao longo de tempos incontáveis – que condicionam o entendimento de feminilidade, de heroísmo e de patriotismo.

Não é surpresa que o patriotismo apareça como valor central dessas narrativas, escritas por homens de letras da elite no Brasil imperial. Nos tempos em que a nação brasileira definia ainda os seus contornos, era fundamental para os homens que se entendiam como os construtores da nação fomentar valores que promovessem a unidade da pátria.² Nesse sentido, as biografias podem ser vistas como parte integrante de uma certa memória nacional oficial em formação, se entendemos esse tipo de narrativa como um discurso legitimador de práticas e valores idealizados para figurar como um ideal de “ser brasileiro” (ou, mais especificamente em nosso caso, "ser brasileira").

Assim se torna evidente um dos *estratos temporais* contidos nessas narrativas: a perspectiva de futuro, que para nós é hoje um *futuro passado*, ou seja, uma expectativa de futuro contida no discurso daquele tempo – a segunda metade do século XIX – que é hoje um passado.

O conceito de futuro passado foi desenvolvido dentro da teoria do tempo de Reinhart Koselleck. Ao refletir sobre as origens e implicações do conceito de história contemporânea - reflexão que tem características próprias dentro da língua alemã, uma vez que o termo usado para definir o que chamamos de história contemporânea é *Zeitgeschichte*, história do tempo – Koselleck defende a temporalização das três categorias temporais – passado, presente e futuro – como ferramenta de compreensão da interrelação entre os tempos e a história. Em uma espécie de análise combinatória dos tempos, o autor afirma que "Temos três dimensões temporais; de sua temporalização resultam três combinações possíveis." (KOSELLECK, 2014, p. 232) Tal conclusão surge

² Sobre o projeto de formação nacional brasileiro, ver GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Revista Estudos Históricas* n.1. Rio de Janeiro, 1988, p.05-27.

a partir de duas reflexões a respeito da ideia do presente, por um lado, o presente pode ser pensado como o momento em que o futuro se torna passado e que portanto é sempre esquivo, não tem existência real; por outro lado

todo tempo é presente num sentido específico. Pois o futuro ainda não é, e o passado já não é mais. O futuro só existe como futuro presente; e o passado, só como passado presente. As três dimensões temporais se conjugam na presencialidade da existência humana (KOSELLECK, 2014, p. 231)

É dentro dessa lógica que podemos afirmar que as duas biografias aqui selecionadas contêm um futuro passado. Mas essa não é a única das combinações de dimensões temporais possíveis em nossa análise.

Joana Angélica e Maria Quitéria são contemporâneas, suas narrativas transcorrem na mesma temporalidade histórica, mas elas não são as únicas mulheres retratadas em *Brasileiras Célebres* ou no *Ano Biográfico Brasileiro*. Nos compilados biográficos há também histórias como as de Catarina Paraguaçu – indígena tupinambá, heroína do século XVI – de Maria Ursula de Abreu e Lancastro – mulher guerreira que viveu o início do século XVIII – e de Rita Joana de Sousa – poetisa de fins do século XVII. Apesar disso, todas essas histórias foram igualmente contadas em livros de 1862 e 1876, o que significa dizer que ainda que suas vidas tenham sido diacrônicas, a narrativa foi sincrônica.

Nos termos de uma teoria do tempo, mais importante do que afirmar que algumas histórias se remetem ao Brasil colonial e outras ao Brasil imperial – como seria comum na divisão historiográfica tradicional da história brasileira – é compreender que ao lermos as biografias hoje encontramos ali um *passado passado*, histórias que já eram passado quando Norberto e Macedo as contaram e que portanto poderiam servir a um certo uso do passado que, no caso em questão, se refere à formação nacional por meio de narrativas historiográficas ou daquelas narrativas que, ainda que não fossem propriamente históricas, se referissem a tempos passados, como a biografia.

Quando historiadores-biógrafos como Joaquim Manoel de Macedo e Joaquim Norberto de Souza e Silva agrupam em um mesmo contexto narrativo as histórias de Joana Angélica e Maria Quitéria, assim como fazem com as histórias de vida de centenas de outras pessoas que não eram contemporâneas entre si, o que fazem é presentificar narrativas de passado. Ou seja, independente do indivíduo biografado ter vivido nos

séculos XVI ou XIX, suas biografias têm o estilo narrativo, os valores, as referências de tempo e espaço e as expectativas de futuro características do momento em que o texto foi escrito. Ao narrar histórias em conjunto, os narradores criam uma contemporaneidade artificial, contida no texto, mas não nos momentos narrados. Contemporaneidade esta que tem um objetivo: o de projetar valores, comportamentos e identidades para um futuro; o futuro do Brasil e dos brasileiros e brasileiras.

Assim, torna-se claro que em uma única narrativa estão presentes as três categorias temporais – passado, presente e futuro – e, mais ainda, estão presentes diversas relações e combinações entre elas. Há o tempo da escrita, o tempo dos personagens, o tempo futuro que aquela escrita pretende influenciar; há leituras de temporalidades; há presentes passados e futuros presentes. Quando retomamos a leitura desta narrativa décadas ou séculos após sua escrita acrescentamos, por sua vez, mais uma série de camadas e conjunções temporais ao texto.

“Precisamos usar metáforas ao falar sobre o tempo, pois só podemos representá-lo por meio do movimento em unidades espaciais.” (KOSELLECK, 2014, p. 9), afirma Koselleck ainda na introdução de *Estratos do tempo*. Concordemos ou não com a afirmação, é inegável que a imagem de estratos confere uma importante visualidade para a coexistência de tempos históricos em eventos únicos ou em curtos recortes temporais. A afirmação nos permite enxergar para além da superfície. Como em uma montanha, existem múltiplas camadas subterrâneas para que alguém possa se posicionar no topo. Existem muitos tempos “subterrâneos” em cada pequeno recorte de tempo que escolhamos observar.

Conclusão

Quantos tempos cabem em uma vida humana? Foi essa a questão que de certa forma norteou esse ensaio. Como esperado, essas páginas não deram conta de oferecer à pergunta uma resposta definitiva. Pudemos, no entanto, observar que a história de uma vida é mais do que uma narrativa de passado, é fazer intenso diálogo entre categorias temporais.

Assim, é importante que o historiador que se debruça sobre narrativas biográficas esteja consciente de que em um tempo que parece um pequeno recorte estão contidas múltiplas temporalidades. Uma história que à primeira vista parece uma estrada linear se mostra na verdade como uma montanha de camadas estruturais: os estratos do tempo.

São muitas as camadas de tempo mobilizadas para que haja a possibilidade e o interesse de contar uma única história de vida. Essa é uma tese, um instrumento de análise e também um caminho que abre possibilidades, pois os diálogos temporais são incontáveis, assim como são incontáveis as formas de narrar uma história.

Bibliografia

CÉZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: Biografia e Escrita da História no Brasil do Século XIX”. In: *Métis, História & Cultura*. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul. Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2003, pp 73-94.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro” In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, pp. 425-466.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo. Estudos sobre História [Historik]*. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro, PUC-Rio; Contraponto, 2014

SARLO, Beatriz. “Tempo Passado” In: *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2007.

Fontes

MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 1*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

_____. *O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 2*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

_____. *O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 3*. Rio de Janeiro: Tipografia e

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Brasileiras Célebres*. Brasília: Senado Federal, 2004.

Mesa 5

**História e Manifestações
Culturais**

Reflexões sobre a atuação de um cantor negro na radiofonia (1920-1950)

Caroline Moreira Vieira Dantas

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

A circulação social das músicas populares foi ampliada com a consolidação da radiofonia no Rio de Janeiro no final da década de 1920 e, mais intensamente, ao longo da década seguinte. A irradiação das canções foi favorecida pela existência de um mercado de diversões que, desde o início do século XX, incluía venda de discos e apresentações em teatros musicados. Além de exhibições musicais no carnaval e em outras festas de rua.

Desde o início do século XX, as gravadoras de discos se relacionavam com as musicalidades populares, possibilitando o aumento da circulação social deste produto cultural e tornando conhecidos muitos artistas. (VIEIRA, 2010, p.35-49). O desenvolvimento do rádio contribuiu para o processo de ampliação do raio de alcance das músicas populares. Assim, os dois campos, fonografia e radiofonia, se configuraram como mecanismos de difusão social das canções e, também como possibilidades de atuação profissional para alguns músicos.

Especificamente, no ambiente radiofônico, constatamos que havia poucos artistas negros atuando, o que levanta uma série de problematizações para a análise da sua composição racial, já que parcela significativa dos músicos populares era composta por negros e mestiços.¹

Aproveitando as frentes de atuação abertas para músicos populares, Patricio Teixeira, exímio cantor e violinista, começou a gravar discos, cantar e tocar em estações de rádios a partir de meados da década de 1920. Criando uma demanda por artistas vinculados à música, o campo radiofônico passou a cooptar instrumentistas, arranjadores,

¹ Refiro-me, principalmente, à emissora PRA-9 Rádio Mayrink Veiga, em que esteve vinculado o cantor Patricio Teixeira do final da década de 1920 a meados de 1950. O foco da pesquisa em andamento é a trajetória profissional deste artista. A PRA-9 foi a principal estação do Rio de Janeiro até o início da década de 1940, quando foi suplantada pela Rádio Nacional.

orquestradores e cantores do gênero popular. Contudo, não identificamos nas colunas radiofônicas dos periódicos analisados a presença significativa de cantores negros, paralelamente à carreira de Patricio.

A ausência de cantores negros no início da radiofonia era ainda mais espantosa, se levarmos em conta que grande parte dos músicos apontados pela bibliografia como pioneiros do samba, eram negros e mestiços.² Identificamos que o cantor, violinista e compositor Patrício Teixeira atuou desde os primeiros anos na radiofonia no Rio de Janeiro e, por esta razão, começamos a investigar sua trajetória profissional nas estações de rádio.

Além de divulgar canções populares, esse meio de comunicação se constituía num espaço em que se construíam relações sociais. Nesse sentido, era um importante espaço para se observar a existência de tensões raciais e representações identitárias negras. Afinal, tratava-se de um espaço fenotipicamente marcado por artistas brancos na sua maioria. Deste modo, torna-se relevante a análise da trajetória do músico negro Patricio Teixeira.

Figura 1: Patricio Teixeira no estúdio da Rádio Mayrink Veiga



Fonte: Revista *A Noite Ilustrada*, 16/09/1931, p. 13. Autor não identificado.

² Só para citar alguns: João da Baiana, Donga, Pixinguinha, Caninha, Sinhô, Heitor dos Prazeres.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Sendo o único músico negro na foto acima, Patricio Teixeira pode ser facilmente identificado. Nas fotos dos estúdios publicadas na imprensa que focalizavam os artistas por trás dos microfones, Patricio é sempre visto ao redor de outros cantores e cantoras brancas. Portanto, este registro fotográfico não é um caso isolado que mostra Patricio como único cantor negro dentro dos estúdios, o que indica uma regularidade étnico-racial nesses ambientes.

A legenda da foto acima, registra que ela era uma recordação dos “‘azes’ da canção e do samba” em “uma noitada memorável no estúdio da Rádio Sociedade Mayrink Veiga,” no ano de 1931. Nesse período, Patricio estava no auge do seu sucesso. Ao descrever quem eram os artistas e suas posições na foto, o cantor negro foi identificado da seguinte forma: “À chinesa, no chão, (...) “Patricio Teixeira, a alma branca do samba”.³

Ao longo de toda sua carreira profissional na radiofonia, o músico recebeu recorrentemente esse tipo de descrição cromática em relação à sua alma e, também à sua voz. Na legenda, ele foi o único dos artistas representados a necessitar de uma credencial para compor esta foto, sendo caracterizado como “a alma branca do samba”. Após analisar o corpo documental da nossa pesquisa, constituído fundamentalmente por periódicos, consideramos que a caracterização como “alma branca” funcionaria como uma justificativa para que o cantor negro estivesse presente no meio radiofônico, cuja composição social seria majoritariamente branca. A foto fora realizada dentro do estúdio da Mayrink Veiga, local em que Patricio atuou como cantor do final da década de 1920 a meados da década de 1950 e, durante boa parte desse período teve contrato de exclusividade com a emissora.

Cerca de vinte anos depois, Patricio recebeu a mesma definição pela imprensa: “uma alma branca no embrulho negro do seu corpo”.⁴ Diversos sujeitos negros que se destacaram na sociedade, foram constantemente designados como possuidores de uma “alma branca” como se estivessem no lugar errado, em espaços tradicionalmente apropriados por brancos, e por isso, precisariam de uma explicação para ocupar

³ Legenda do original: “vendo-se, da esquerda para a direita, e de pé: Ratinho, Calazans, Barretto, Castro Barbosa, Maximino Serzedello e Jorge Fernandes. Sentados, na mesma ordem: Tito Soza, Agenor Carneiro, Sonia Barretto e Lely Morel. À chinesa, no chão, e ainda na mesma ordem: Patricio Teixeira, a alma branca do samba, Iedda Rosa e Lamartine Babo. Ao piano, Mario Cabral.” Revista *A Noite Ilustrada*, 16/09/1931, p.13.

⁴ Autor não identificado. *O Cruzeiro*, 20/08/1955, p.86.

determinado lugar social. A designação “alma branca” assumiria uma espécie de permissão tácita para indivíduos negros que desempenhavam uma função tradicionalmente ocupada por brancos. *O preto que tinha alma branca* chegou a ser título de uma peça do teatro de revista em 1928, representando um homem negro possuidor de uma boa alma, portanto, um “negro bom”, em contraposição às imagens de malandro e pernóstico, constantemente associado ao homem negro. (ALMEIDA, 2016, p.41). Se ser “negro de alma branca” significaria ser um “bom negro”, essa designação, preconceituosamente atribuída a Patricio Teixeira, funcionaria como um passaporte para frequentar espaços socialmente brancos.

Patricio Teixeira conquistou espaço e se manteve no ambiente radiofônico por um período extenso. Conquistou simpatia, elogios, fama, sucesso, reconhecimento social e financeiro, mas conviveu ao longo de toda sua trajetória artística com referências raciais preconceituosas. Apesar das musicalidades populares estarem ligada aos indivíduos negros da cidade do Rio de Janeiro, nas emissoras de rádio havia poucos artistas negros, em particular, cantores. Em geral, ocupavam mais funções de instrumentistas e arranjador, no caso de Pixinguinha.

Os jornais e revistas, em suas colunas radiofônicas, publicavam notas e pequenos comentários sobre os artistas, muitas vezes atravessados de ironias e metáforas. Por meio desses registros, foi possível perceber quais as imagens construídas sobre o músico Patricio Teixeira que conviveu, contraditoriamente, com reportagens depreciativas e pejorativas acerca da sua cor de pele e com enaltecimentos às suas habilidades musicais no canto e no violão. Certamente, Patricio teria acesso a essas matérias publicadas, já que foram veiculados por periódicos de ampla circulação na cidade do Rio de Janeiro. Assim, ao mesmo tempo, que obtinha sucesso e fama, sendo alvo de reportagens exclusivas e entrevistas elogiosas; era exposto a preconceitos raciais na imprensa, o que é um indicativo das situações a que deveria ter sido exposto na vida cotidiana.

Nascido no final do século XIX, em 1892, segundo sua certidão de nascimento⁵, Patricio Teixeira declarou que nasceu na região da Praça Onze, que não conheceu seus pais biológicos e que foi criado por uma família nos arredores do bairro do Estácio,

⁵ Em entrevistas, Patricio informou ter nascido em 1893. De acordo com sua certidão de nascimento que localizei no assentamento da freguesia de Santana, ele nasceu em 1892.

vivendo “sempre naquela zona ali”. Suas primeiras manifestações musicais se deram ainda quando era um menino, tocando violão e cantando. Participou de grupos carnavalescos e de serenatas com amigos no bairro de Vila Isabel e na região da Praça Onze.⁶

Figura 2- Patricio Teixeira



Fonte: Revista *O Malho*, seção *Broadcasting*, edição nº124, 17/10/1935, p.6.

Foi cantor, compositor, violinista e professor de violão. Ao longo da sua vida, atuou no carnaval, no teatro musicado, em recitais e chegou a publicar um método de violão. (TEIXEIRA, 193?)⁷. Porém, o seu destaque profissional aconteceu na fonografia e, principalmente, no rádio, onde ganhou fama e sucesso. Gravou músicas por diferentes empresas fonográficas e atuou em estações de rádio entre as décadas de 1920 e 1950. Faleceu em 1972 no Rio de Janeiro aos 80 anos de idade.

Patricio, como outros músicos pobres e alguns deles negros, aproveitaram as oportunidades abertas de se inserir profissionalmente nos ramos da fonografia e da

⁶ Depoimento de Patrício Teixeira, Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som, 01/12/1966.

⁷ Não há informações do ano de publicação do livro, mas é da década de 1930. Possui 32 páginas.

radiofonia para mostrar suas habilidades artísticas, mesmo diante das incertezas desse campo ainda em construção. Para um indivíduo negro com um passado de pobreza e falta de vínculo familiar, as perspectivas sociais eram limitadas. Patricio aproveitou a conjuntura favorável e adentrou nas brechas abertas no meio artístico.

Sua entrada para o rádio se deu em razão de outra atividade que exercia pelo menos desde os anos 1920: ensinar violão, o que possibilitava sua movimentação por vários espaços da cidade, incluindo casas das elites cariocas. Recebeu o convite do dono da Rádio Clube do Brasil para cantar e tocar violão, pois era professor de sua esposa.⁸ Sua atuação na Rádio Clube logo repercutiu no jornal *Correio da Manhã* que se referiu ao músico como o “popular Patricio”, cujo repertório “irradiado semanalmente” tinha “alcançado um sucesso inexcelsável”.⁹

Uma crônica de Lamartine Babo, intitulada “Patricio Teixeira”, assim o definia:

“Preto na cor... e branco nas ações”,
Já é uma velha frase corriqueira... (...)
Foi quadro negro na outra encarnação,
Mas é vermelho ainda o coração
Deste “patricio etíope e camarada!”¹⁰

A profissão de professor de violão, que jamais abandonara, facilitava sua circulação pela cidade, aproximando-o de elementos sociais mais abastados, pois eram estes que possuíam recursos para pagar suas aulas. Essa proximidade, que lhe garantia importantes contatos sociais para a ascensão da sua carreira de cantor, gerou comentários maliciosos de que possuía “alma branca” ou como disse Lamartine Babo, ele seria “Preto na cor... e branco nas ações”. Pouco se aborda sobre a sua relevância para a popularização do violão e das musicalidades populares, incluindo o samba, numa dimensão nacional e até internacional, por meio das ondas radiofônicas. Seus deslocamentos pela cidade abriram caminhos para os sons do violão nas camadas sociais mais favorecidas economicamente. Sua contribuição foi notada da seguinte forma em 1951 pela imprensa: Patricio Teixeira pegou um violão e invadiu com ele os salões elegantes do Rio”.¹¹

⁸ Depoimento de Patrício Teixeira, Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som, 01/12/1966.

⁹ *Correio da Manhã*, 26/09/1926, p.11.

¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 10/07/1936, p.8.

¹¹ *Última Hora*, 07/12/1951, p.8.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Diante das circunstâncias sociais colocadas, publicamente, Patricio não reagiu às referências racializadas associadas à sua imagem na imprensa. Ele não possuía uma gama variada de opções disponível para escolha do rumo que sua vida tomaria. Certamente, seu silêncio fora imposto pelas razões estruturais do racismo. Silenciou assim como muitos outros músicos negros também silenciaram.

É preciso falar mais sobre racismo no ambiente artístico e musical, em especial. A ludicidade do ambiente artístico e o constrangimento com uma temática tão espinhosa, fez com que muitos músicos preferissem o silêncio. Afinal, o Brasil seria, na concepção de muitas pessoas, o país da harmonia racial ou o “paraíso racial”. A engrenagem que move o “racismo à brasileira” não permite perceber seu caráter “informal, plástico, dissimulado, enfim, não declarado.” (DOMINGUES, 2006, p.161-181). Assim,

a ideia de que o Brasil era um país livre de barreiras que impediam o progresso social de negros a posições de riqueza e prestígio, remontava-se à época colonial, espraiando-se no período do Império e amplamente aceito nas primeiras décadas da República. A elite branca brasileira tinha sido educada desde o período colonial a ver os negros como inferiores. Tinha também aprendido a abrir exceções para alguns indivíduos negros ou mulatos. Assim, embora afirmando a superioridade dos brancos sobre os negros nas primeiras décadas do século XX, a elite aceitava “pessoas de cor” em seu meio. E tinha o desejo de eliminar o “problema” do negro no futuro, por intermédio da mestiçagem. Fomentando a miscigenação, a população tornar-se-ia cada vez mais branca. (DOMINGUES, 2006, p.161-181).

Episódios de racismo no campo artístico e musical já foram narrados algumas vezes, sendo extremamente relevante, torná-los públicos. Todavia, é preciso ir além e enfrentar esse debate sobre latentes conflitos e tensões raciais que atingiram grandes ídolos. A trajetória do cantor e violinista Patricio Teixeira demonstra a contradição entre uma sociedade que valoriza as habilidades artísticas de músicos negros e os trata de forma preconceituosa e depreciativa. Muitos músicos tiveram que lidar com situações de discriminação racial ao longo de suas carreiras, recebendo apelidos pejorativos e racializados. Brancura, Blecaute, Príncipe Pretinho, Chocolate, Gasolina, Noite Ilustrada, Pato Preto e Mulatinho são apenas alguns deles.¹² A cor da pele determinando seus nomes

¹² Brancura era o apelido de Silvio Fernandes (RJ- circa 1908/RJ-1935). Blecaute era Otávio Luiz de Oliveira (SP-1919/ RJ-1983). Príncipe Pretinho era José Luís da Costa (?/ RJ-1946). Chocolate era Dorival Silva (SP-1923/ RJ-1989). Antônio Monte de Souza foi apelidado de Gasolina pelo locutor César de Alencar na Rádio Nacional (RS- 1939/?). Noite Ilustrada era Mário de Souza Marques Filho (MG-1928/SP-

artísticos. Patricio, negro retinto, além do pomposo apelido de “O seresteiro incorrigível”, também foi chamado de a “voz branca do rádio”, a “voz branca de brasileiro” e o “negro de alma branca”.¹³

A “Questão racial” no campo artístico-musical, quase nunca mencionada de forma explícita e direta, deu título a uma matéria de 1936 da *Gazeta de Notícias*:

Não há muito tempo, um dos nossos mais queridos e populares artistas de “broadcasting” não teve o seu nome incluído no “cast” de uma importante emissora, devido a ser de cor preta. Esse fato que provocou os mais amargos comentários nas rodas radiofônicas é dos mais revoltantes, dos mais injustificáveis, principalmente em se tratando de uma emissora nacional, de uma emissora brasileira, desse país que não pode e não deve se preocupar com questões raciais.¹⁴

Sistematizando a problemática racial no campo artístico, o autor foca na radiofonia. Não foi mencionado o nome do cantor, mas poderia perfeitamente ser Patricio Teixeira. A Rádio Nacional, líder de audiência na década de 1940, foi fundada, justamente em 1936, levando para o seu “cast” muitos locutores, cantores e rádio atores de sucesso. Patricio não foi convidado, permanecendo na Rádio Mayrink Veiga.

Empregando um tom de indignação, o autor talvez ainda não tivesse se dado conta de quanto a mencionada questão racial era estrutural, tensionando as relações sociais também no campo artístico-profissional.

Era praticamente um tabu falar sobre preconceito racial para muitos músicos negros, em especial, os que alcançaram algum sucesso.¹⁵ Em uma entrevista de Pixinguinha concedida ao professor João Baptista Borges Pereira, nos anos 60, o músico respondeu com contradição a respeito do “problema de ser negro” e “frequentar ambientes grã-finos”:

2003). Pato Preto era Alípio de Miranda da Silva (MG-1928/?). Antônio Moreira da Silva (RJ- 1902/2000) era conhecido como Mulatinho no início da sua carreira.

¹³ Sobre uma breve discussão em torno da “voz branca”, cf. DANTAS, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502840178_ARQUIVO_Anpuh2017-artigoCompleto-prontoenviado.pdf>.

¹⁴ *Gazeta de Notícias*, 09/09/1936, p.8.

¹⁵ Do círculo social de Patricio, Pixinguinha, João da Baiana e Donga, não abordaram a temática nas entrevistas concedidas ao Museu da Imagem e do Som/RJ, já na década de 1960. Também não foram questionados a esse respeito.

Nunca senti o preconceito. Eram todos meus amigos e recebi muitos convites, mas o negro não era aceito com facilidade. Havia muita resistência. *Eu nunca fui barrado por causa da cor porque nunca abusei. Sabia onde recebiam e onde não recebiam pretos. Onde recebiam eu ia, onde não recebiam, não ia.* Nós sabíamos desses locais proibidos porque um contava para o outro. O Guinle muitas vezes me convidada para ir a um ou outro lugar. Eu sabia que o convite era por delicadeza e sabia que ele esperava que eu não aceitasse. E assim, por delicadeza, também não aceitava. *Quando era convidado para tocar nesses lugares, tocava e saía. Não abusava do convite.* [grifo nosso]. (BORGES PEREIRA, 1997, p.77-87).

Reconhecia que havia restrições espaciais à circulação dos sujeitos negros, mesmo sendo ele um cantor de prestígio social. Indica também que muitas vezes o convite não era para o indivíduo, mas para o músico. Seguramente, Patricio experimentou as mesmas sensações de rejeição social, preconceitos e limitações de circulação espacial por conta da sua cor de pele.

Nesta mesma entrevista, o professor Borges Pereira fez a seguinte anotação: “Não sei se o tema preconceito não o preocupa ou se ele prefere evitá-lo. A verdade é que muda rapidamente de assunto, e volta a falar sobre festas e músicas”. Indubitavelmente, não era um assunto fácil de ser abordado por esses músicos que lidavam com a fama e o prestígio social, ao mesmo tempo, que com o racismo à brasileira. (NOGUEIRA, 2007, p.287-308; DOMINGUES, 2006, p.161-181). Por isso, muitas vezes, optou-se pelo silêncio, não mencionando publicamente essas situações, evitando, inclusive os estigmas sociais, muito comum em sociedades pós-abolição. (RIOS; MATTOS, 2004, p.170-198).

Do ponto de vista do músico, o cantor parecia compreender os limites sociais demarcados para artistas negros, indicando que o seu lugar na sociedade estaria condicionado a hierarquias raciais, portanto, passível de preconceito e discriminação. Há indícios de que ele se reconhecia socialmente como negro e reconhecia a existência de restrições sociais estabelecidas por parâmetros raciais. Essas constatações são evidenciadas na reportagem da revista *O Malho* em 1933: “Patricio Teixeira, o querido cantor, anda furioso com todos os que votam ‘em branco’ no concurso para Príncipe do ‘broadcasting’ instituído pela ‘A Hora!’”¹⁶ A afirmação gera ambiguidades, mas seguramente a conotação racial está presente. Era comum os periódicos organizarem

¹⁶ *O Malho*, 28/12/1933, p.8. Os grifos são do texto original.

pleitos para eleger os melhores do rádio. Patricio participou de vários desses concursos, e, de fato, não ocupou as primeiras colocações.

Considerações finais

À luz da trajetória de Patricio Teixeira, enfoquei algumas situações de preconceito racial a que este foi submetido ao longo de sua longa e estável carreira de cantor de rádio. Acredito que o enfoque não pode se limitar a curiosidades biográficas, mas debater as representações do artista e como ele se relacionava com as questões do seu tempo. Em se tratando de músicos negros, a questão racial, em especial, com o advento da radiofonia, não pode se restringir a meros apontamentos dentro da narrativa sobre sua história de vida. Os próprios nomes artísticos e apelidos revelam que a questão racial nem sempre era velada. Muitas vezes, denominados de tal forma para torná-los risível. Portanto, um tema debatido no campo das ideias, mas que precisa ser demonstrado como processo histórico, o que já vem sendo realizado por alguns pesquisadores, aos quais me proponho a somar reflexões.

O campo artístico-cultural representou uma possibilidade de inserção profissional para músicos pobres e negros desde o início do século XX, com a fonografia e, posteriormente, com a radiofonia no Rio de Janeiro. Apesar de poucos, alguns artistas conquistaram prestígio e fama nacional e internacional. Contudo, esse processo não excluiu hierarquizações e tensões raciais, mesmo diante do sucesso artístico, o que demonstra a natureza do “racismo à brasileira” que provoca silêncio e causa tanto sofrimento.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.11, n.20, jan.-jun. 2010, p. 92-113.

- _____. *Da senzala ao palco. Canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Ed. Unicamp, Epub, 2017.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A presença negra no teatro de revista dos anos 1920*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio. Radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
- BAHIA, Joana (et al). *Pensamento social no Brasil por Giralda Seyferth: notas de aula*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. *Cor, Profissão e Mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. 2a ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. Pixinguinha. *Rev. Inst. Est. Br.*, 42, São Paulo, 1997, p.77-87
- DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*, vol.13, n.26, Niterói, 2009, p. 56-79.
- _____. Monteiro Lopes (1867-1910), um "líder da raça negra" na capital da república. *Afro-Ásia*, n. 41, Bahia, 2010, pp. 167-209.
- DOMINGUES, Petrônio. *A visita de um afro-americano ao Paraíso Racial*. *Revista de História*, n. 155, 2006, p. 161-181.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001.
- GOMES, Tiago de Melo. *Um espelho no palco: Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- HERTZMAN, Marc. *Making samba. A new history of race and music in Brazil*. Durham and London: Duke University Press, 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n.13, jul-dez. 2006, p. 135-150.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Soc.*, vol.19, n.1, 2007, p.287-308.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Topoi*, vol.5, n.8, Rio de Janeiro, 2004, p.170-198.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço Decente*. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

TEIXEIRA, Patricio. *Método único*. Posições dos acordes. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Vitale, [193?].

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VIEIRA, Caroline Moreira. *Ninguém escapa do feitiço: música popular carioca, afro-religiosidades e o mundo da fonografia (1902-1927)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2010.

_____. *Patricio Teixeira: a experiência de um músico negro na fonografia e no rádio (1920 a 1950)*. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/4/1502840178_ARQUIVO_Anpuh2017-artigoCompleto-rontoeenviado.pdf>.

Documentação:

Depoimento de Patrício Teixeira, Coleção “Depoimentos para a Posteridade”, Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som (MIS), 01/12/1966.

Periódicos: *A Noite Ilustrada; Correio da Manhã; Gazeta de Notícias; O Cruzeiro; O Malho; Última Hora*.

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro como núcleo da música popular brasileira

Letícia Freixo Pereira

**Programa de Pós-Graduação em História Social – UERJ/FFP
Bolsista CAPES**

O Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro foi criado em 1965 pelo governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda. O governador pretendia criar um museu que resgatasse a alma do carioca, um museu regional que definisse a identidade do carioca: seus gostos, costumes, valores. Ao longo do tempo o perfil do carioca foi sendo construído e atualizado. E o Rio de Janeiro era uma referência para todo o país, uma espécie de “vitrine do Brasil” (MESQUITA, 2009, p. 15-35.). Lacerda ao criar o MIS possuía pretensões políticas claras: primeiramente o museu seria parte da sua campanha política para presidente da República em 1966 e o projeto do MIS esteve associado ao fato do Rio de Janeiro perder o posto de Capital Federal para Brasília, dessa forma, Lacerda queria firmar o Rio como Capital Cultural do país.

Esse perfil do MIS como um museu tipicamente carioca, proposto por Lacerda, foi se alterando com o tempo. Lacerda sai do posto de governador do Estado e perde as eleições à presidência de 1966. Com isso, o perfil do museu se modificou consideravelmente. Na gestão do diretor Ricardo Cravo Albin¹ o MIS passou a ser um museu da música popular brasileira. As ameaças de fechamento do museu fizeram com que o MIS se fortalecesse ainda mais como um museu da MPB. O presidente do banco do Estado da Guanabara pretendia transformar o MIS em um espaço de lazer para os funcionários do banco. E, como resposta a essa ameaça Ricardo Cravo Albin agiu de

¹ Diretor executivo do MIS, Historiador, Jornalista, musicólogo. Tem como sua grande obra o Dicionário Cravo Albin da Musica Popular Brasileira. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/ricardo-cravo-albin>. Acesso em: 24/07/2017.

forma rápida e certa, criando em 1966: O Conselho de Música Popular Brasileira (MPB) e o Programa Depoimentos para a Posteridade.

O Conselho de MPB foi o primeiro dos sete conselhos criados pelo MIS. Os participantes do Conselho de MPB não recebiam verbas para ocuparem seus cargos, mas recebiam um grande prestígio e reconhecimento social, logo, as vagas para ser um de seus membros eram disputadíssimas. Era este conselho que selecionava quem iria prestar depoimentos no programa Depoimentos para Posteridade. Este programa ganhou tanto destaque na mídia carioca e nacional que fez com que as ameaças de fechamento do museu fossem superadas (AGUIAR, 2012, p. 143-153). Os intelectuais ligados ao MIS também fizeram uma enorme campanha a favor do museu. Os Depoimentos para Posteridade foi muito inovador para o período, o MIS passou assim a produzir seu próprio acervo, este projeto do museu, que funciona até os dias atuais, armazena em áudios e vídeos entrevistas de personalidades consagradas no universo cultural.

Neste sentido, o museu passou a selecionar, quais personalidades teriam o privilégio de deixar registradas suas memórias no acervo do museu. “No caso da música popular, o MIS funciona como instituição de consagração artística, conferindo valor a determinados repertórios, personagens e momentos de sua história” (MOREIRA; TROTTA, 2016, p.9). Desta forma, o MIS realiza um trabalho, conforme pontua Michel Pollack, de “enquadramento de memória”, ao definir as maneiras de se narrar o passado, para assim construir um presente de acordo com os objetivos do museu, preocupado também com os interesses futuros da instituição (POLLACK, 1989, p. 3-15). As três temporalidades da memória (passado, presente, futuro) estão presentes em todos os discursos dos intelectuais do museu, inclusive no livro *As Vozes Desassombradas do Museu* (FERNANDES, 1970, p. 7-98).

O livro *As Vozes Desassombradas do Museu*, foi publicado em 1970 e foi mais uma produção do MIS para arrecadação de verbas, neste material o MIS também mostrava as suas características enquanto instituição. Nesta obra possui um prefácio escrito por Ricardo Cravo Albin e a transcrição das entrevistas que Donga, Pixinguinha e João da Baiana deram ao programa Depoimentos para Posteridade entre 1966 e 1969. Vale destacar que, como já foi dito, havia uma seleção feita pelos membros do museu sobre quem prestaria depoimentos ao MIS, para terem suas falas consagradas/legitimadas.

E, dentro deste livro foi feita a seleção da seleção, ou seja, dentre aqueles muitos que foram escolhidos para deixarem seus depoimentos, apenas três sambistas do início da República tiveram suas falas transcritas e publicadas em um livro, com um prefácio todo escrito e voltado para suas legitimações. As três temporalidades estão mobilizadas neste prefácio, há a relação do “espaço de experiência” com o “horizonte de expectativa”, e, o tempo presente é a chave para essa apreensão entre passado e futuro (KOSELLECK, 1993, p. 20-366). Desta forma, Ricardo Cravo Albin, pontua que estes intérpretes são legítimos porque são herdeiros de africanos, desde crianças frequentavam as casas das tias baianas, e desde o início da República (desde o passado) produziam um ritmo tipicamente brasileiro, por isso no presente merecem ser reconhecidos pelo museu e pelo mundo, e ao registrar suas memórias querem preservar seus nomes e suas músicas para as futuras gerações.

Depois destas considerações pertinentes, quero delimitar que irei abordar as discussões sobre a “cultura popular” e a música popular brasileira que estavam em alta nas décadas de 1960 e 1970. Assim, procuro analisar o papel do MIS neste debate, seus posicionamentos, intenções, objetivos. Para tratar desta discussão irei refletir principalmente sobre o prefácio do livro *As Vozes Desassombradas do Museu*, que é a minha principal fonte e foi o ponto de partida de toda esta pesquisa. Abordarei também como forma de analisar os discursos dos intelectuais do MIS documentos referentes ao Conselho de MPB e ao programa Depoimentos para a Posteridade. Para entender os debates calorosos dos anos 60 e 70 trabalharei com diferentes discursos que estavam sendo construídos na época sobre “cultura popular” e música popular brasileira, vale destacar o papel do CPC da UNE nesta conjuntura. Algumas palavras marcaram o vocabulário sobre estas problematizações, eram muitas vezes usadas por grupos que pensavam de formas diferentes, mas se apropriavam delas para resignificá-las e usá-las para fazerem valer seus interesses (CHARTIER, 1991, p. 2-20). Alguns exemplos destas palavras são: tradição, autenticidade, legitimidade, entre outras. Outra característica do período foi o fato dos intelectuais estarem refletindo a cerca de uma identidade brasileira, onde as temáticas de “cultura popular” e MPB norteavam estes debates nacionalistas.

Para refletir acerca dos Depoimentos para Posteridade foi levado em conta a situação em que eles foram produzidos, os objetivos do museu. Lembrando que, os

depoimentos foi uma estratégia para o MIS não fechar suas portas, logo, os depoentes deveriam ser vistos por todos como “legítimos”, não poderiam ser quaisquer sambistas, deveriam trazer as vozes daqueles consagradas. Por isso, João da Baiana foi o primeiro a prestar seu depoimento ao museu e não por acaso selecionaram Donga, Pixinguinha e João da Baiana para terem suas memórias publicadas. O Donga só gravou seu depoimento em 1969, outros sambistas, artistas, deporaram antes dele, porém a sua entrevista foi publicada, e a de muitos outros não. Este dado parece estar relacionado ao fato do Donga ser considerado o autor do primeiro samba gravado (Pelo Telefone), do mesmo ter sido membro do conjunto 8 Batutas (que fez fama pelo mundo) juntamente com o Pixinguinha, já o João da Baiana foi considerado pelo museu o sambistas mais idoso, da “velha guarda”, ainda vivo, por isso o privilégio que o museu teria em publicar suas memórias de vida, além do cantor ter participado de inúmeros grupos de Samba nas primeiras décadas do século XX.

O autor Joel Candau relaciona em sua obra memória e patrimônio, segundo ele, o patrimônio seria uma espécie de aparelho ideológico da memória (CANDAU, 2013, p.146-152). Todo patrimônio é marcado por uma seleção de determinados aspectos do passado e a memória é um objeto de luta, de disputas. O autor estabelece alguns critérios para seleção de um objeto patrimonial, a partir destes critérios que serão analisados, compreendi que as entrevistas dadas por Donga, Pixinguinha e João da Baiana devem ser tratadas também como um patrimônio, assim como o próprio museu enquanto instituição. Os critérios propostos pelo autor de: preocupação com as gerações futuras, autenticidade, antiguidade correspondem com as falas de Ricardo Cravo Albin sobre os três sambistas. Em seu prefácio, ele pontua que deve preservar esses intérpretes para as gerações futuras, e o museu pretende desta forma, torná-los imortais e eternos, ainda mais se tratando de sambistas com idade avançada, é preciso com urgência resgatar suas memórias. Esses cantores também precisam ser preservados, segundo o diretor do período, por serem da “velha guarda” (critério da antiguidade), por serem “autênticos” representantes da música popular brasileira, que fazem suas canções desde as décadas de 20 e 30.

No prefácio do livro *As Vozes Desassombradas do Museu* escrito pelo então diretor do MIS Ricardo Cravo Albin, há pontuações bem demarcadas. Cravo Albin considera Donga, Pixinguinha e João da Baiana como os “autênticos representantes da

música popular”, esta classificação é repetida muitas vezes ao longo do seu prefácio. Também repete inúmeras vezes a necessidade de se estudar a vida destes artistas, pois são dignos representantes da “cultura popular” brasileira, segundo o diretor: “ O que o Museu da Imagem e do Som pretende com a publicação dos depoimentos para a posteridade que os três proporcionavam para o acervo da cidade é continuar a pugnar para a ampliação do estudo da nossa cultura popular [...]” (FERNANDES, 1970, p.9). É muito comum também o diretor repetir a origem destes sambistas, como forma de legitimação, em vários momentos ele justifica a decisão do MIS em ter escolhido estes três sambistas para terem suas memórias publicadas:

Eles que são pioneiros na formação, solidificação e desenvolvimento do nosso ritmo. Netos de africanos, foram criados nas casas das tias baianas do princípio do século, que dominavam o ambiente musical da Praça Onze, da Rua da Alfândega, da rua Senador Pompeu, e outros locais onde se fixaram os negros vindos da Bahia. Estiveram e conheceram de perto o embrião da nossa música, influenciando-se e influenciando através das músicas que criaram e dos conjuntos que organizaram. Disseminaram o ritmo, adaptaram outros, inventaram harmonias, executaram e cantaram o que é nosso por esse Brasil à fora. (FERNANDES, 1970, p.9).

Ricardo Cravo Albin deixa bem claro que embora com a idade avançada dos sambistas selecionados, todos três permanecem lúcidos. O livro em questão é dedicado aos jovens, o diretor faz uma crítica aos mais novos por não valorizarem as coisas que são produzidas pelos brasileiros, como a música, o cinema nacional, segundo o diretor buscam no estrangeiro suas referências culturais. Cravo Albin chega a falar de um certo preconceito que ainda existia sobre o Samba. Vale destacar que suas falas são marcadas por um nacionalismo, uma busca em valorizar o produto nacional. Inúmeras vezes estes sentimentos afloram no autor:

O que não se pode esconder, contudo, é um certo subdesenvolvimento no pré-conceito de certas camadas que se recusam em aceitar o samba, preferindo as músicas estrangeiras, como se isso fosse prova de evolução e conhecimento. Fenômeno idêntico acontece com o cinema brasileiro, [...] recebido com reservas por muitos que ainda não conseguiram se libertar de certo complexo de inferioridade, isto é, falta de confiança em sua própria capacidade, incerteza quanto ao poder realizar algo de valor, individual ou socialmente. A música popular autêntica e o cinema atual do Brasil lutam para sobrepujar essas barreiras, se empenhando em passar de copistas de segundo plano a criadores artísticos de primeira grandeza. [...] Infelizmente aos jovens ainda não foram

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

despertados para a realidade do nosso potencial de arte popular. Aos educadores caberia esta tarefa. Desta forma, os jovens teriam oportunidades de estudar e conhecer as obras de Pixinguinha, Donga e João da Baiana (FERNANDES, 1970, p. 8-9).

Novamente o diretor Ricardo Cravo Albin dedica o livro aos jovens, o MIS seria fundamental- um educador em potencial- para passar estes valores nacionalistas aos mais novos:

Aos jovens, principalmente, é dedicado este livro, [...], a fim de que eles aprendam a amar, preservar e divulgar as nossas coisas, através do respeito aos grandes artistas populares, que, no âmbito da música, encontra em Pixinguinha, Donga e João da Baiana os seus mais dignos representantes (FERNANDES, 1970, p.10).

No regimento interno do Conselho de MPB também fica claro esta intenção do MIS em divulgar a música popular brasileira (não há dúvidas, analisando este documento, que o MIS se tornou um museu da música popular), fica evidente este caráter educador do museu, de transmitir seus valores através de livros, festivais, prêmios, cursos sobre esta temática. O que é preciso frisar é que música popular brasileira para Ricardo Cravo Albin não era toda e qualquer música produzida no Brasil pelos brasileiros, havia uma classificação sobre o que seria a verdadeira música popular, e sobre quem representaria a nossa “cultura popular”. Não por acaso, o jornalista e crítico musical José Ramos Tinhorão² esteve presente desde a primeira reunião deste conselho, e foi um dos seus membros. Destaco o papel de Tinhorão, pois ele foi uma figura importante sobre este debate da música popular da época, o jornalista possuía uma visão purista sobre o Samba e buscava nos primeiros anos da República seus verdadeiros e autênticos representantes. Mais adiante irei me aprofundar a respeito destas discussões que envolvem os posicionamentos de Tinhorão. Mas o que é preciso destacar agora é que o diretor do museu é adepto desta linha de pensamento que busca as raízes da música popular no samba da “velha guarda”. Para se ter uma ideia um dos itens deste regimento é preservar a autenticidade da música popular brasileira. Desde a Primeira Reunião do Conselho de MPB Tinhorão sugeriu que filmasse os passos dos velhos sambistas para que pudessem

²Jornalista. Crítico e pesquisador da história da música popular brasileira. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/ricardo-cravo-albin>. Acesso em: 27/07/2017.

ser transmitidos para as gerações futuras, sugerindo, inclusive, os nomes de Donga, João da Baiana.

Estas discussões que estão presentes nos documentos produzidos pelo MIS, no prefácio de Ricardo Cravo Albin fazem parte de uma conjuntura do período. O MIS é fruto do seu tempo, e estava envolvido nos debates travados naquele momento. O Museu de Imagem e do Som não é uma instituição a frente do seu tempo, os conceitos utilizados pelo museu, as problematizações sobre “cultura popular”, música popular, identidade brasileira estavam circulando entre os diversos meios sociais. Os intelectuais dos anos de 1960, 1970 estavam envolvidos nestas questões polêmicas, quentes, que geravam divergências, e envolviam folcloristas, instituições, estudantes, partidos políticos, entre outros. E é um pouco desta atmosfera calorosa que vou trabalhar daqui para frente.

As discussões sobre a identidade brasileira sempre existiram e ainda existem no país (ORTIZ, 1986, p.7). Nos anos 60 os intelectuais vão buscar uma identidade que se contraponha aos valores estrangeiros, uma cultura tipicamente nacional. Porém, não há unanimidade sobre a definição do que seria nacional. “[...] A identidade nacional está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro.” (ORTIZ, 1986, p.8) O autor Renato Ortiz também trabalha com os problemas que evocam da questão da autenticidade. Como já foi pontuado neste trabalho, diferentes grupos para fazerem valer suas posições classificam seus discursos como autênticos, para mostrarem a veracidade de suas falas. A década de 60 foi marcada por essas disputas sobre a autenticidade, e, o que o autor nos mostra é que: “não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais, em diferentes momentos históricos” (ORTIZ, 1986, p.8) A própria Ditadura Militar com seu projeto nacionalista, vai propor uma política cultural que busque uma identidade autenticamente brasileira. Em entrevista à jornalista Jalusa Barcellos o cientista social Luís Werneck Vianna fala do momento nacionalista brasileiro dos anos 60: “Nacionalismo era uma moeda corrente na esquerda, nos círculos progressistas, na intelectualidade, na própria burguesia”. (BARCELLOS, 1994, p.322).

Tânia da Costa Garcia nos mostra que o Brasil vivia em um período de fortes mudanças, de progresso, as músicas estrangeiras invadiam as rádios brasileiras e faziam grande sucesso entre os jovens (GARCIA, 2010, p. 7-22). Os folcloristas como estratégia

de preservar uma identidade brasileira vão selecionar um determinado repertório para ser monumentalizado, desta forma, irão resgatar os sambistas dos anos 30 como forma de conservar a “tradição” nacional. E, o Museu da Imagem e do Som com Ricardo Cravo Albin agiu exatamente desta forma, buscaram nos anos 30 os autênticos representantes da música popular, elaborando assim, uma narrativa para consolidar e legitimar esta tradição que foi inventada (HOBSBAWN, 2002, p.7-20). Neste sentido, a autora nos pontua que:

Museificar o popular, obstruir sua perenidade foi a estratégia adotada a fim de evitar fusões e hibridismos que pudessem comprometer sua autenticidade. O morto preservado seria fixado em suportes e exposto em museus e arquivos, para que as gerações vindouras pudessem conhecer a nossa verdadeira cultura. (GARCIA, 2010, p.9)

Os anos 60 também foram marcados pelo debate em torno da MPB, como afirma Marcos Napolitano: “A sigla MPB se tornou sinônimo que vai além do que um gênero musical determinado, transformando-se numa verdadeira instituição, fonte de legitimação na hierarquia sociocultural brasileira.” (NAPOLITANO, 2001, p.9). A noção de linha evolutiva da MPB proposta por Caetano Veloso ganhou bastante força em meados dos anos 60, a sua proposta seria a de atualizar a música popular, sem negar o Samba urbano dos anos 30, ou seja, sem negar a tradição. Caetano queria passar uma mensagem nacionalista e engajada através da música, mas ao mesmo tempo precisava aumentar o público consumidor da MPB. Os posicionamentos de Caetano Veloso geraram grandes divergências, havia contradições nos discursos até mesmo daqueles adeptos da ideia de linha evolutiva. Muitas pessoas se perguntavam como deveriam fixar a MPB no mercado consumidor (já que o produto estrangeiro crescia cada vez mais) sem perder a sua identidade nacional. Surgiu um intenso debate neste sentido, e novamente, cito o papel do polêmico jornalista Tinhorão. O jornalista possuía uma visão folclorista e criticava a entrada da MPB como um gênero de mercado, para ele a MPB variava da Bossa Nova (BN) e desta forma herdava seus problemas. O Samba havia se modificado com a BN, e assim, se distanciou de suas verdadeiras origens: o Samba dos anos 30. Devido a esta atmosfera, é fácil entender porque Caetano Veloso e Tinhorão viviam se alfinetando na imprensa da época.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

É evidente que não havia uma única definição sobre o que deveria ser a música popular brasileira. No livro em que os depoimentos de Donga, Pixinguinha, João da Baiana foram publicados Ricardo Cravo Albin se posiciona frente a estes debates. Para ele, a música popular brasileira autêntica seria o Samba dos anos 30 e mais, este Samba específico e seus representantes seriam a “cultura popular” brasileira. Tinhorão membro do Conselho de MPB do museu pensava exatamente desta maneira, porém por trás de uma instituição como o MIS há diversos intelectuais, há diferentes sujeitos, que pensam de formas complexas, que possuem diferentes discursos. O Conselho de MPB possuiu muitos membros como: Vinícius de Moraes, Sérgio Cabral, Lúcio Rangel, Sérgio Porto, Guerra Peixe, Tinhorão. Isto não significa que eles pensam de forma idêntica, muito pelo contrário, até porque este debate é muito complexo. O que Ricardo Cravo Albin precisava de fato era ter nomes de peso em seu Conselho, para legitimar o museu, em um momento que era preciso lutar para sua sobrevivência. É preciso ter em mente que os debates sobre identidade brasileira, música popular, “cultura popular”, estavam interligados, estas discussões influenciavam e sofriam influências de diferentes discursos.

É preciso pontuar que, este debate a respeito da música popular (que atravessou todo o século XX) já existia desde a década de 30. Era muito comum associarem o Samba ao morro, e este mito se tornou um símbolo da nossa identidade musical. Francisco Vagalume (VAGALUME, 1933, p. 25-315) e Orestes Barbosa (BARBOSA, 1933, p. 10-248), já nos anos 30, problematizavam sobre as origens do Samba. Esta discussão, cheia de elementos nacionalistas, atravessou décadas e nos anos 60 e 70 vai haver o interesse de revalorizar este Samba do morro, como uma antítese à Bossa Nova e ao Tropicalismo. A BN dividia opiniões, para muitos ela seria um entreguismo musical e cultural, já para outros, principalmente para os mais jovens, ela seria a perfeita união entre tradição e modernidade (NAPOLITANO, 2006, p. 135-150). Exatamente por este motivo que Ricardo Cravo Albin dedica seu prefácio aos mais jovens, ele se insere neste debate e não abre mão de fazer duras críticas.

As discussões sobre a “cultura popular” brasileira também geraram debates calorosos nos anos de 1960 e 1970. Não posso trabalhar esta temática sem pontuar o papel do CPC da UNE nesta conjuntura. O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes funcionou de 1962 a 1964 e seus membros eram intelectuais de uma esquerda

mais radical muitos deles ligados ao Partido Comunista. O CPC deve ser analisado junto ao período de efervescência política e ideologia nacionalista que o Brasil vivia. Ele rompeu com a relação entre folclore e cultura popular, ou seja, a cultura popular não teria um caráter conservador, mas sim uma postura transformadora, reformista. A cultura popular seria produzida por intelectuais, e estes estudiosos que levariam a cultura às massas, não fariam nunca a arte pela arte, mas sim, uma arte com conotações políticas, uma arte consciente. O CPC irá distinguir três tipos de objetos artísticos populares: A arte do povo, a arte popular e a arte revolucionária do CPC. Para eles a primeira seria desprovida de qualidades artísticas. A segunda embora com uma técnica superior e mais apurada também não seria legítima, não teria atingido o nível desejado. Já a terceira seria a arte legítima, pois possuía finalidades políticas, ela não estava preocupada com lazer (ORTIZ, 1986, p. 60-82.). Ao contrário do pensamento do CPC, o MIS valoriza Donga, Pixinguinha e João da Baiana exatamente pelo fato de produzirem uma arte espontânea, muitas de suas produções surgiram em conjunto nas rodas de Samba. O que se deve perceber é que por trás da classificação do que é popular e do que não é sempre há uma intenção. Como aponta Marta Abreu o conceito “cultura popular” é marcado por juízos de valor e disputas teóricas, políticas:

Cultura popular é um dos conceitos mais controvertidos que conheço. Existe, sem dúvida, desde o final do século XVIII; foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas (ABREU, 2003, p.18).

O que o CPC da Une tem em comum com o MIS, com o projeto cultural da Ditadura Militar, com o pensamento dos intelectuais da década de 60 e 70 é o fato de ambos lutarem contra a presença da cultura estrangeira no Brasil. Os intelectuais do CPC possuíam um discurso muito nacionalista, anti-imperialista. Por este motivo, as concepções folcloristas e do CPC que pareciam intensamente opostas vão acabar se aproximando pela questão nacional. Ao buscar esta identidade nacional o CPC passa a valorizar a música folclórica, dando a ela o selo da autenticidade nacional. Devida a esta conjuntura, o CPC promoveu no teatro municipal um evento que unia sambistas da “velha guarda”, com membros da BN. O CPC vai criar estratégias para conservar a música

nacional e o Samba seria o ritmo que representaria nossa identidade. Isto não significa que consideravam o Samba a “cultura popular” brasileira, já que para eles esta seria produzida por especialistas, mas era preciso conservar o ritmo, pois ele era tipicamente brasileiro. Renato Ortiz nos mostra que a “identidade nacional” e a “cultura popular” vão se ligar aos movimentos políticos e intelectuais dos anos 60 e 70 (ORTIZ, 1986, p.7-8).

As colocações feitas pelos intelectuais do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro a respeito da “cultura popular”, da identidade brasileira, da música popular não devem ser pensadas de forma isolada, mas sim dentro da conjuntura em que o país vivia nos anos de 1960 e 1970. Por isto procurei resgatar os debates calorosos do período, para pontuar que o MIS estava inserido nestas discussões, se posicionando, influenciando sujeitos e seus intelectuais sendo influenciados.

Ricardo Cravo Albin, assim como muitos outros intelectuais, ajudaram a fixar o Samba dos anos 30 à identidade brasileira. Esta tradição é algo necessário para a coesão nacional, ela precisa buscar raízes no passado para se consolidar no presente (HOBSBAWN, 2002, p. 7-20). Esta invenção da tradição fez do Samba carioca o representante “autêntico” da música popular brasileira e o MIS foi uma instituição que contribuiu para esta consagração, legitimando certos repertórios, representantes. Ricardo Cravo Albin fez um verdadeiro processo de monumentalização dos intérpretes dos anos 30. O diretor tinha a intenção de tornar Donga, Pixinguinha, João da Baiana imortais através de seus depoimentos, este fato exemplifica o caráter seletivo da memória e a sua ligação com as necessidades e lutas do presente (CATROGA, 2001, p. 20-21).

Fontes

FERNANDES, Antonio Barroso (org.) As vozes desassombradas do museu. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Portaria n° 1 de 1 de Agosto de 1967. Estabelece o Regimento Interno do Conselho de MPB. Arquivo: sede administrativa do Museu da Imagem e do Som na Lapa.

Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Primeira Reunião do Conselho de MPB. 4 de Março de 1966. Arquivo: sede administrativa do Museu da Imagem e do Som na Lapa.

Bibliografia

ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AGUIAR. Tânia Mara. *Museu da Imagem e do Som: O desafio do processo de musealização dos acervos audiovisuais no Brasil*. Tese (Doutorado em Museologia)-Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias: Lisboa, 2012.

BARBOSA, Orestes. *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos, seus cantores*. Rio de Janeiro: Livraria Educadora, 1933.

BARCELLOS. Jalusa. *CPC da UNE: Uma História de Paixão e Consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger: O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, p. 2-20, jan-abri 1991.

GARCIA, Tânia da Costa. *A folclorização do popular: uma operação de resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50*. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 7-22, jan.-jun 2010.

HOBBSAWM. Eric. Introdução: a invenção da tradição. In: HOBBSAWM, Eric; RAGER, Terence. *A Invenção da Tradição*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

KOSELLECK. Reinhart. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

MESQUISTA. Cláudia. *Um museu para Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

MOREIRA, Gabrielle da Costa; TROTTA, Felipe da Costa. *A música na narrativa da cultura carioca do Novo Mis*. Encontro Anual da Compôs. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2016.

NAPOLITANO. Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 135-150, jul.-dez 2006.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

VAGALUME, Francisco Guimarães. *Na Roda do Samba*. Rio de Janeiro: São Benedito Carmo, 1933.

Martins Penna e o papel do teatro de costumes no século XIX no Brasil

Nádia Marcella Siqueira Silva

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES

JOSÉ ANTÔNIO - Nem quero ouvir! Não diga isto a ninguém, que se desacredita. A música italiana, meu amigo, é o melhor presente que Deus nos fez, é o alimento das almas sensíveis.

MARCELO - Pois o meu alimento é feijão com toucinho, fubá de milho e lombo de porco.

JOSÉ ANTÔNIO - Que blasfêmia! (À parte:) É o que faz a ignorância!

(PENNA, *O Dileitante*, 1844).

Apesar de muito criticadas na época, as chamadas farsas de Martins Penna continham elementos que traziam identificação nas situações, nos costumes e nos diálogos com o que de fato fosse do cotidiano do brasileiro, não apenas na Corte (onde vivia o comediógrafo). Um dos seus méritos, que pode ter chamado a atenção da elite artística, era o fato do comediógrafo conseguir através de suas farsas de costume, fazer o público se reconhecer em suas histórias, e mais, fazer setores da sociedade de diferentes origens, serem representados nos principais palcos da Corte. Dessa forma, a cultura dita nacional poderia ter um novo alcance. Daí o título de “pai do teatro popular” dado a Martins Penna posteriormente a sua morte, mesmo o teatro anteriormente sendo de um público mais excludente do que no momento em que Penna começava a ter seu trabalho artístico reconhecido.

Em abril de 1831, Martins Penna, aos quatorze anos, vivia a abdicação do Imperador Dom Pedro I e uma sucessão de crises políticas. Suas primeiras peças foram feitas no momento em que insurreições de diversas partes e camadas sociais aconteciam: um período de importantes mudanças no país (MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p.9). Sua trajetória e percepções sobre esses processos acabaram refletidos posteriormente em suas obras quando decidiu se dedicar às artes (GUIMARÃES, 1988, p.6). Ao longo de sua

formação, a visão dele sobre o país se transformou, o que é possível verificar em suas produções teatrais e em seu estilo de escrita crítico e irônico.

O comediógrafo sofria influências iluministas e do movimento romântico – em voga no âmbito literário da época, no sentido de não se ater ao estilo clássico e por usar uma linguagem mais cotidiana, próxima ao público. A partir das influências francesas sofridas no Brasil no século XIX e com a criação do IHGB em 1838, o Estado visava direcionar o projeto de escrita da história nacional brasileira a fim de construir uma identidade para a recente nação (GUIMARÃES, 1988, p.6). Isso em um país marcado por diversidades que não se identificavam como um todo único. Nesse sentido, o teatro, influenciado pelo romantismo, também investia na construção de uma cultura supostamente brasileira. Seu auge aconteceu com a chegada de Dom Pedro II ao poder a partir de 1840. Esse gênero literário tinha como intenção “reger tempos futuros”, criar mitos, “nação e heróis” (BOSI, 1994, p.95) e, assim, “fazer reacender e destacar as raízes de uma pátria e/ou ressaltar elementos que poderiam compor a cultura da aspirante nação”. Seu estilo se encaixa nos parâmetros românticos. Esse estilo de teatro, que ganha bastante espaço nos anos de 1830, se evidencia pela tentativa de representar o real, mas sem preocupação de fato com pudores, com a verossimilhança ou com um tempo cronológico adequado para a sucessão de fatos de sua narração. O que importa no teatro romântico é a mensagem passada sem se preocupar com detalhes reais e que sejam totalmente coerentes (PRADO, 1993, p.223), mas com a representação da realidade pensada e compreendida pelo artista.

Para analisarmos essas peças teatrais considerando-as como representação do contexto social vivido por Martins Penna, é importante pensar o que leva o comediógrafo a seguir a tendência romântica, utilizando-nos de ideias desenvolvidas por Roger Chartier. Para ele, “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros” (CHARTIER, 1988, p.17). Com isso, Chartier aponta a conjuntura para a construção das realidades sociais, cujo processo passa pelas delimitações e divisões do mundo social e suas respectivas percepções. As representações são fabricadas a partir dos interesses dos grupos. Portanto, as peças de Penna carregavam sua subjetividade construída na origem familiar (de comerciantes e funcionários públicos), que pode ser considerada o ponto de partida para o ambiente que veio a fazer parte no futuro e o ajudou a desenvolver suas

ideias de caráter moderado que, por exemplo, questionavam a escravidão¹ (MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p.14) mas sem dar voz direta aos escravos como personagens, como já ressaltado anteriormente.

A partir da invenção da imprensa, as produções artísticas e intelectuais, como as próprias peças de teatro, por exemplo, passam a sucumbir aos interesses daqueles editores que detinham o capital para a produção impressa, de modo que suas obras tivessem o máximo de alcance de público possível. Roger Chartier (CHARTIER, 2002, p.76-77) fala das reclamações de artistas dos séculos XV e XVI sobre as alterações que seus textos sofriam em prol de terem seus trabalhos produzidos de forma impressa, mas de acordo com o interesse de quem os produzia. Um fenômeno parecido ocorreu com o mecenato renascentista e, conforme a sociedade ocidental europeia desenvolvia o sistema capitalista e a classe burguesa crescia, sua dominação sobre a produção intelectual se estendia. Durante os séculos XV e XVI eram os editores que investiam nas publicações. Posteriormente, não precisavam ser mais eles. Com a chegada do século XVIII, ocorre a queda do prestígio da nobreza (devido a Revolução Francesa), o que leva esse grupo social a se misturar à intelectualidade burguesa (BOURDIEU, 2007, p.99-182), se adequando agora ao pensamento cultural burguês. Segundo Pierre Bourdieu, os artistas não mais dependiam de um único “patrão”, mas podiam ter vários “patrocínios”. Com a aceleração da Revolução Industrial, a indústria da imprensa também se desenvolveu e se tornou a principal via para difundir os ideais românticos do século XIX.

Importante ressaltar, que em seu desenvolvimento, o romantismo não se deu da mesma forma em todos os lugares do mundo, e que existiam características específicas em determinados lugares, como o Brasil. Mas, de qualquer maneira, a imprensa, seja pelos livros ou pelos folhetins, se tornou uma importante via de difundir os ideais românticos. Estes, inclusive, tomaram proporções que viriam a transformar visões e construções de sociedades, na Europa e aqui mesmo no Brasil. Segundo Isaiah Berlin, as culturas através dos séculos tiveram correntes de pensamento que dominavam e guiavam

¹ Penna encontrava-se ligado aos liberais moderados durante a Regência e aproxima-se do Partido Conservador no início do Segundo Reinado. Quando escrevia em folhetins a partir de 1838, criticava as revoltas regenciais, como se elas fossem contra a ordem do país.

sociedades, assim como também transformaram a consciência humana. O romantismo foi uma delas. E não foi apenas um pensamento cultural, mas também filosófico:

O mundo pode ser concebido de maneira orgânica, como uma árvore, em que cada parte vive para todas as outras partes, ou de maneira mecanicista, talvez como resultado de algum modelo científico, em que as partes são externas umas às outras. (...) O que acontece em regra, é que alguma disciplina ganha a ascendência – digamos a física ou a química – e, em razão da enorme influência que exerce sobre a imaginação da sua geração é aplicada também a outras esferas. (BERLIN, 2015, p. 28)

Berlin destaca que o romantismo provocou uma transformação tão radical que considera que a partir desse movimento nada mais foi como antes. A começar pelo racionalismo do iluminismo que precede o romantismo. Um pensamento filosófico que rompe com as imposições da Igreja e do absolutismo, culminando inclusive com a morte de Luís XVI. O pensamento base construído a partir da razão iluminista já influenciara as artes, a moral, a política, a filosofia. O entusiasmo gerado por toda essa “evolução” inicia uma admiração pelo inexplicável, pelo espontâneo. O que as revoluções trazem, seja a francesa, a industrial, ou a própria revolução romântica, é um ideal de luta, de crença em algo maior. A individualidade pode ser o ponto-chave de formas diferenciadas em cada uma das revoluções. No entanto, Berlin destaca como a ideia que predomina o fim do século XVIII e ascende no início do XIX é a valorização do martírio e do sacrifício individual. Um pensamento e uma atitude “inovadora” de não trair o ideal que se acredita.

O martírio e o sacrifício já haviam sido marcas de sociedades europeias anteriores. No entanto, a tragédia era vista como erro de algo, de alguém, moral ou intelectual. A tragédia seria resultado de algo que faltou ao homem, que podia ser evitado ou não, mas ocorreu por culpa do homem. Portanto, caberia a ele o poder e a habilidade de evitar a tragédia. O que ocorre a partir do final do século XVIII, mas principalmente a partir do XIX, é que “as coisas boas” não necessariamente conseguem ser conciliáveis, e podem gerar “coisas ruins”, como foi o caso da Revolução Francesa. Nela, em nome de um ideal maior, Robespierre matou a muitos, inclusive Danton, que também lutou pelo mesmo ideal. Uma ideia hegeliana do “bem contra o bem”. De preservar o bem “original”, o bem “de verdade”. Ali teria nascido a visão de lutar até o fim pelos ideais, ir contra a

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

transformação em um ser “burguês medíocre” e se tornar um herói necessário a partir de uma tragédia, como foi o chamado período do Terror. (BERLIN, 2015, p.28-38)

O movimento romântico trouxe à tona lutas de origem de povos e culturas, a partir de suas individualidades, mas em prol de um pensamento coletivo. Como expresso por Berlin, a unidade e a multiplicidade:

É beleza e feiura. É a arte pela arte, e a arte como um instrumento de salvação social. É força e fraqueza, individualismo e coletivismo, pureza e corrupção, revolução e reação, paz e guerra, amor à vida e amor à morte. (BERLIN, 2015, p.45).

Ideias que se contradizem, mas, ao mesmo tempo, a atuação de uma inibe o malefício da outra, pois na coibição de uma ação que beneficiaria o individual, se fortalece outra que atuaria pela prosperidade do coletivo.

Com variações entre França, Inglaterra e Alemanha, os primeiros românticos criticam o pensamento do século XVIII pelo excesso de racionalismo e cientificismo, tentando mostrar justamente as individualidades de cada um, e que não era possível igualar a todos em uma dada sociedade devido as suas particularidades. Em torno de problemas mais profundos é que a ideia de coletivo necessária. Para tal, Isaiah Berlin aponta Herder como um dos que teria originado o romantismo entre o final do século XVIII e o início do XIX por propor a noção de expressionismo, pertencimento e de não conciliação de ideais.

Pela noção de expressionismo, Herder defenderia que todo ser humano tem a necessidade de se expressar, e o que ele expõe é sua natureza completa, a não ser que tenha sido podado por diversos motivos. De qualquer forma, o que está expresso na arte feita por um ser humano, é o que ele quer mostrar, de maneira consciente ou inconsciente. Se a arte expressa usa a língua original de um povo, aquele que não fala a mesma língua nunca terá a mesma sensação nem entenderá da mesma forma de quem entende a língua da arte expressa, pois cada símbolo que constrói a arte (até mesmo a linguagem) compõe a expressão real do ser humano que a fez (artista). Portanto, entender a individualidade do artista não será possível, mas sim o pertencimento de um grupo. A forma impalpável que se herda do grupo ao qual se pertence é a forma de um grupo que está próximo, na

mesma terra. É por essa via que Herder desenvolve um conceito de nação; os símbolos tradicionais são transmitidos há tanto tempo que não se sabe nem de quando exatamente, mas se sabe que ele está ali presente e traduz o pertencimento àquela terra e aquele grupo. (BERLIN, 2015, p.87-101)

Acreditamos que o romantismo brasileiro do início do século XIX, tanto na literatura quanto no teatro, carregue essa característica de pertencimento. Na literatura de maneira mais formal, e no teatro de maneira informal. Pois, na literatura utilizou-se da imagem do sertanejo, do brasileiro forte do interior. O indígena, aquele que tudo inicia, e passa pela colonização como um processo civilizatório, mas nos deu diversos símbolos a serem utilizados, comidas e palavras, por exemplo. Enquanto isso no teatro, temos as comédias de costumes, nas quais Penna retratava em forma de crônicas, as peculiaridades do brasileiro, das zonas rurais até as zonas urbanas, e com uma linguagem informal, na qual ele conseguia utilizar o jeito cotidiano de falar, proporcionando identificação e pertencimento.

No entanto, da mesma forma que o romantismo na Europa necessitou ser controlado, assim também ocorrera no Brasil. Afinal, caso se aproximasse demais das camadas populares, haveria o risco de se tornar revolucionário e se desviar do que de fato era importante para a elite política. Isso porque o romantismo nasce de um pensamento contestador: o iluminismo. Não por acaso, segundo Michel Löwy (1990, p.14) Rousseau é considerado por alguns literatos como um dos pais do romantismo do século XIX. Portanto, o romantismo se tornou um movimento cultural extremamente útil para alguns setores da sociedade no sentido de resgatar as origens e o passado, fazendo acender a chama do amor pelo local. Em contrapartida, também tinha a capacidade de conduzir pelo caminho dos ideais do bem maior de um povo, inclusive para contestar a autoridades, fossem elas eclesiásticas ou políticas.

Arnold Hauser afirma que o século oitocentista teria dependido artisticamente do romantismo, o qual carregava a transição histórica do iluminismo e diversas questões do século XVIII a serem desenvolvidas. A religião, por exemplo, sofreu críticas, bem como o Antigo Regime, após a Revolução Francesa, e os vestígios que se reverberavam no movimento romântico exprimiam temor pelo presente e remontavam ao passado para fazer as conexões necessárias com a Antiguidade Clássica, forjando uma noção de

continuidade cultural. Ironicamente, a natureza romântica derivava do cristianismo, de reflexões questionadoras e até mesmo individualistas (HAUSER, 1982, p.821).

O movimento romântico, como explicitado por Hauser, despertou um processo de consciência histórica, pois sua forma de pensar instigava evolucionismo e dinamismo social, no sentido de que o indivíduo, sua sociedade e cultura estão em constante luta e mudança, considerando a formação intelectual de cada um como transitória, ou seja, passível de transformações (HAUSER, 1982, p.822), não linear. O romantismo em si, seguia um ritmo de mutações que variava em cada lugar e de acordo com a expansão industrial do capitalismo e da burguesia. A Inglaterra, por exemplo, por ser pioneira na Revolução Industrial, já no século XVIII, como expresso por Alfredo Bosi, teve uma leva de autores de costumes burgueses, pois era o público que crescia desejoso de literatura mais acessível, onde podiam identificar seus próprios conflitos pessoais (BOSI, Op. cit., p.97). Isso nos permite compreender, segundo Bosi, que cultura e literatura não mais despertavam interesse apenas nas camadas mais cultas da sociedade, mas também nas semicultas, com tanta relevância quanto o cinema ou a televisão hoje.

Já na França havia maior controle e censura. Mas, assim como outros grandes centros econômicos e culturais europeus, a relação entre o artista e a sociedade na primeira metade do século XIX, na visão de Eric Hobsbawm, era inspirada pela Revolução Francesa como modelo a ser seguido de transformações positivas e pela Revolução Industrial, com destaque para os horrores por ela causados devido as mazelas com o proletariado e o aprofundamento das divisões sociais (HOBSBAWN, 2010, p.403). A burguesia como fruto das lutas duas era influenciada em suas ações. Tanto da Revolução Industrial, da qual saiu fortalecida e ascendeu economicamente e socialmente; e da Revolução Francesa, se fortaleceu na derrocada da nobreza, e a fez também ascender economicamente e socialmente. Conseqüentemente ambas as lutas afetaram também os artistas, que tendiam a se interessar em representar da sua forma os temas políticos (HOBSBAWN, 2010). O romantismo, ao mesmo tempo em que tentava a fuga da realidade por não se preocupar empiricamente com o que desenvolvia, idealizava em cada nação o que esperava que ela pudesse se tornar. Fosse através da poesia, da música, do teatro ou de outras formas de expressão artística.

As barreiras políticas modificadas e a instabilidade da vida aguçada pelas violentas mudanças econômicas tiveram no romantismo uma via de manifestação da falta de crença em valores que até então eram incontestáveis (HAUSER, 1982, p.826). Hauser ressalta como os conservadores se assustaram com tamanho questionamento e relativização da dominação política e dos valores estabelecidos. A própria história seria argumento válido contra a dominação da classe conservadora, pois não havia justificativa coerente historicamente para tal – ou seja, nada que claramente desse o direito dessa dominação. Usufruíam-se do posto de poder estabelecido fundamentado no longo tempo da existência dessa relação e da estrutura político-social.

O que era para ser questionado contra os setores conservadores foi por eles apropriado e transformado em argumento para favorecê-los e reafirmar sua posição na sociedade. A perspectiva pensada e imposta a partir de então era de que o que estivesse “escrito” na história era o que valia, argumentando-se que a dominação dos valores seculares e das classes dominantes até aquele momento devia-se ao posto de antiguidade. Portanto, esses grupos teriam construído a nação (HAUSER, 1982, p.827). A apropriação da origem histórica pelos conservadores dificulta para os românticos a esperança que havia sido despertada pelas revoluções no sentido de modificação da história e das relações sociais. Os românticos alemães, por exemplo, tentavam usar a sensibilidade aflorada para expressar suas concepções de mundo. Para Hauser:

A luta íntima da alma romântica em nada se reflete tão diretamente e tão expressivamente como na entidade do “segundo eu” que está sempre presente no espírito romântico e reaparece na literatura romântica sob formas e variantes inúmeras. (...) é o impulso irresistível para a introspeção, a tendência, que assume o nível de mania, para a auto-observação (...). A ideia do “segundo eu” é, claramente, apenas uma tentativa de fuga e traduz a incapacidade dos românticos de se resignarem à sua situação histórica e social próprias. O romântico mergulha impetuosamente no seu duplo – como, aliás, em tudo o que é obscuro e ambíguo, caótico e beatífico, demoníaco e dionisíaco – e busca nisso apenas um refúgio contra a realidade que é incapaz de dominar por meios racionais. Nesta fuga da realidade descobre (...) a fonte dos seus sonhos de realização dos seus anseios e das soluções irracionais dos seus problemas. (HAUSER, 1982, p.834)

É nessa ambiguidade romântica que Martins Penna e outros artistas estão inseridos. O Brasil em que cresceu despertara nele, como em outros homens de letras

brasileiros, a defesa de uma ideia de nação ou de pátria. O que Penna expressa em suas obras são suas insatisfações em relação ao país. No entanto, como apontado por Hauser, uma “situação histórica” é interação entre “fatores materiais e intelectuais, econômicos e ideológicos” (HAUSER, 1982, p.826). Assim, por mais que o comediógrafo criticasse problemas que compunham o processo histórico e social brasileiro, ele mesmo fazia parte e se beneficiava da estrutura que o constituía. Ele escrevia suas peças de cunho romântico que inspiravam símbolos nacionais e valores morais desejados pelo Império e pelos projetos políticos das elites da época. Sem deixar de ter autonomia, ele investia na difusão de sua obra, inserindo-se em algumas redes de sociabilidade através da participação em folhetins, e no Conservatório Dramático Brasileiro – que se ofereceu ao estado Imperial para se responsabilizar pela censura teatral a partir de 1843 – do qual participavam vários membros do IHGB, editores e redatores de periódicos, ministros do Império, dentre outras figuras políticas importantes.

Mas, afinal, o que Penna e os outros membros tinham a oferecer para o Conservatório Dramático? No caso de Martins Penna, acreditamos que sua desenvoltura como artista que, como vimos, era podada por eles, mas ainda podia sim ser útil. O cunhado de Martins Penna, era alto funcionário na Alfândega (MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p.11), e entrou no Conservatório Dramático posteriormente a ele. No entanto, a posição de Joaquim Francisco Vianna na Câmara dos Deputados foi importante para negociações mais próximas ao governo.

O Cônego Januário da Cunha Barbosa, de formação eclesiástica, era um dos fundadores do Conservatório, um dos vários membros do IHGB que compunham seu quadro de sócios. Como vários outros associados ao IHGB, ele também fazia parte da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Estes aspectos inseriam Martins Penna em um meio no qual estavam os dirigentes que eram parte direta do projeto político cultural do ideal de nação que se estruturava no momento. A legitimidade exercida pelo campo de poder do IHGB e a do Conservatório Dramático se cruzavam. Podemos pensar, portanto, em um fortalecimento de estruturas estruturantes que se potencializavam a partir dos bens simbólicos produzidos no teatro e no IHGB, mas também por outros meios, associações, e vias de desenvolvimento de cultura e conhecimento que contribuíssem para a formação da identidade nacional civilizada que era idealizada pela elite, principalmente

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

a classe política. Como poderemos verificar, indivíduos participantes do quadro de sociabilidade recortado nessa análise, em sua maioria ou foram em algum momento membros importantes dentro do quadro político imperial da primeira metade do século XIX, ou tinham alguma função pública também relevante (BLAKE, 1883).

Assim como os romancistas e escritores, Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manoel de Macedo tinham também sua arte como contribuição, mas ainda assim escreviam em jornais que visavam debater a construção cultural e a arte genuinamente brasileiras em moldes civilizados, como a *Minerva Brasiliense* e a *Revista Nitheroy*. A proximidade com indivíduos que escreviam na *Minerva* era um importante meio de divulgação do trabalho do Conservatório Dramático e a seriedade do periódico contribuía como uma propaganda positiva e legítima do poder da instituição. Por isso, o presidente da *Minerva* foi aceito com facilidade na associação:

Leu mais o Sr. 1º Secretário uma carta do Redator da *Minerva Brasiliense*. O Senhor Santhiago Nunes Ribeiro, ofereceu-os as páginas deste periódico para a publicação dos trabalhos do Conservatório, e a resposta seguinte do Sr. Presidente a qual foi aprovada. “Illmo Sr – Port, que até agora se não tenha podido reunir o Conselho do Conservatório Dramático Brasileiro para deliberar sobre o objeto da carta que V. S^a me dirigiu com a data de 22 de Novembro, contudo desejoso de anuir quanto antes á sua requisição, cumpre-me participar-lhe para o fazer presente aos seus dignos companheiros colaboradores da *Minerva Brasiliense*, que nesta data tenho ordenado ao Sr. 1º Secretário do Conservatório, haja de transmitir a V. S^a as censuras que se poderem publicar na forma do regimento, e bem assim o expediente diário da censura, para que de um e outro trabalho haja V. S^a de fazer o uso que tenha por mais acertado.

Agradeço a V. S^a, as expressões com que se serve tratar-me, e posso assegurar-lhe que assim na capacidade de presidente do Conservatório, como na minha em particular, V. S^a e seus ilustres colegas me acharão sempre pronto para as coadjuvas na empresa cometida á sua reconhecida literatura”. (...) Rua do Passeio, 9 de Dezembro de 1844 – Illmo Sr. Santhiago Nunes Ribeiro – Diogo Soares da Silva Bivár – Leu-se uma carta do Sr. Conselheiro José de Araújo Ribeiro, declarando que aceitava a nomeação de Membro do Conservatório, e outra no mesmo sentido do Sr. Joaquim Manoel de Macêdo².

A oferta de Santhiago Nunes é uma barganha importante para ele, a fim de se

² *Livro de Atas do Conservatório Dramático Brasileiro*. 1845. p. 29. [localizado na sessão de manuscritos, 49,7,5 – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil].

manter nessa rede de sociabilidade e fortalecê-la, de maneira que pudesse lhe garantir oportunidades pessoais ou o crescimento da *Minerva Brasiliense*. Santhiago Nunes também fazia parte do IHGB, como Manoel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manoel de Macedo. Portanto, esta era mais uma instância de consagração de poder entre eles. Citando Schücking, Bourdieu ressalta como a vida na arte, assim como na política, “é uma luta para conseguir adesões” (SHUCKING, p.197 apud BOURDIEU, 2007, p.119). No caso do Conservatório, seus vínculos políticos eram muito fortes. Em seu quadro de membros, analisado no *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (BLAKE, 1883), é possível observar que 60% dos membros verificados ou tiveram algum (até mais de um) cargo político, ou exerceram um relevante cargo público. Santhiago Nunes, segundo as fontes utilizadas, não chegou a alcançar um cargo público ou político, mas veio a se tornar 2º secretário no IHGB, o que lhe proporcionou a oportunidade de contribuir para a escrita da cultura nacional ao escrever em livros como *A nacionalidade da literatura brasileira* (1844). Escreveu também poemas que se enquadravam no movimento romântico e na busca por se forjar simbolismos nacionais, como *A inauguração do quinto Império e Parnaso* (ambos em 1844) (BLAKE, 1883, v.7, p.194-195). Contribuiu também para a *Revista do IHGB* com cânticos em homenagem à Imperatriz e recebeu como retorno uma colaboração para a *Minerva Brasiliense* de um dos sócios-honorários do IHGB: Araújo Porto-Alegre.

Antes da fundação do próprio IHGB, Porto-Alegre tinha tido contato com outro Instituto similar na França, enquanto estudava em Paris, ao acompanhar seu mestre, Debret, para aperfeiçoar seus conhecimentos de belas artes. Inspirado pela cultura e arte francesas, bem como pelas ideias do Instituto Histórico da França, desenvolveu, junto a Gonçalves de Magalhães, a *Revista Nitheroy*, que teve a curta duração de duas edições cuja temática era similar a futura *Minerva* de Santhiago Nunes. Assim como ele, Porto-Alegre também escreveu obras literárias de caráter romântico no tocante a valorização dos elementos nacionais, como por exemplo, o poema *Corcovado* (1847) (BLAKE, Op.cit., v.6, p.26-30). Escreveu também os *Estudos sobre o Brazil Meridional* (1865) e contribuiu para inúmeras revistas de ciências e letras. Em relação ao Conservatório Dramático Brasileiro, também atuou como censor. Após estes papéis, Manoel de Araújo Porto-Alegre exerceu a importante função de representar o Brasil como Cônsul na

Prússia, na qual permaneceu até o seu falecimento no ano de 1879, em Portugal, lugar de nascimento de seu outro companheiro de Conservatório e de IHGB: Diogo Bivár.

Para José Murilo de Carvalho, o presidente e fundador do Conservatório Dramático Brasileiro, Diogo Bivár, se enquadraria no perfil de uma espécie de ilha de letrados (CARVALHO, 2011, p.65) da elite brasileira oitocentista, da qual não só ele, mas outros membros do Conservatório também faziam parte. O que ocorre é que, assim como Bivár, outros membros do Conservatório e do próprio IHGB tiveram a benesse de pertencer a famílias de boas condições financeiras que possibilitaram o ensino superior na Universidade de Coimbra: no caso de Bivár, a Faculdade de Direito. O argumento de José Murilo de Carvalho é de que essa elite política que dominava o Conservatório e o IHGB divergia, no entanto, convergia no tocante a desejar a dominação ideológica para manter seus privilégios políticos, econômicos e sociais. José Murilo de Carvalho reforçou essa ideia ao refletir da seguinte forma:

Ocorre que nas circunstâncias da época, de baixa participação social, os conflitos entre esses setores emergiam com frequência. Mineradores chocavam-se com fazendeiros, produtores para o mercado externo com produtores para o mercado interno, latifundiários de uma região contra seus semelhantes de outra. A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política (CARVALHO, 2011).

Trabalhamos justamente sob essa ótica da tentativa de um projeto hegemônico no que diz respeito a ideia de nação pensada por essa elite que, mesmo que tivesse seus conflitos econômicos e sociais internos, buscava certa “homogeneidade ideológica”, ou seja, tinha-se o objetivo de um “bem maior” e comum para essa elite política: desenvolvimento de uma nação civilizada, porém excludente.

Referências bibliográficas

BERLIN, Isaiah. *As raízes do romantismo*. São Paulo: Três estrelas, 2015.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v. Disponível também em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681> . Acesso em junho e julho de 2018.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2007.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

_____. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LÖWY, Michel. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PRADO, Décio de Almeida. *Teatro de Anchieta a Alencar*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

Fontes

Livro de Atas do Conservatório Dramático Brasileiro. 1843-1848. [localizado na sessão de manuscritos, 49, 7, 5 – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil].

PENNA, *O Diletante*. Disponível em:> http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/martin_pena2.pdf Acesso em 26 de Julho de 2017.

A representação dos negros no folheto de cordel e nos censos demográficos brasileiros: uma análise da variável cor ou raça entre 1940 e 2010

Rejane Rosa do Amaral Monteiro

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

Esse estudo busca refletir sobre a maneira como os negros são retratados pela literatura de cordel, em especial, nas análises do folheto *A linha do tempo dos negros no Brasil*, do poeta Ivamberto Albuquerque de Oliveira. Esse folheto narra acontecimentos como a chegada dos negros no Brasil, o período da escravidão, os movimentos de resistência, a liderança de Zumbi - o herói do Quilombo dos Palmares, a cultura africana e suas contribuições deixadas em nosso país.

Com o objetivo de se traçar um retrato da população, levando em conta as preocupações e dilemas que marcaram o pensamento social de uma época, será feita uma análise da variável cor ou raça presente nos censos demográficos decenais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre 1940 e 2010.

Apesar de ter se passado cento e trinta anos da Abolição da escravatura no Brasil, as grandes dificuldades enfrentadas pelos negros em nossa sociedade não foram removidas pelo decreto da Princesa Imperial Regente. No que se refere essa questão, “O decreto nº 3.353, de 13 de maio de 1988, pode ser considerado um marco na história da raça negra, mas ficou longe de integrá-la em todos os níveis da sociedade brasileira, situação ainda hoje de distante realização.” (SANTOS; VIANNA, 1989, p. 9)

Percebe-se que, em nosso país, a desigualdade entre brancos e negros persiste em todos os cantos. A população negra brasileira tem menor escolaridade, apresenta taxas de analfabetismo duas vezes superior ao registrado entre o restante dos habitantes, tem os menores salários, é a mais afetada pelo desemprego, tem menor acesso ao sistema de saúde e é a que morre mais cedo. De acordo com o Atlas da Violência de 2017, elaborado

pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, sendo a taxa de homicídio entre adolescentes pretos e pardos quase quatro vezes maior do que entre os brancos. A população negra, de acordo com o levantamento, corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios, com risco 23,5% maior de ser assassinada em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.¹

Verificamos que a Lei Áurea extingue a escravidão no Brasil, mas a histórica marginalização do negro chega aos dias de hoje com mudanças poucas e insuficientes para integrá-lo na vida social do país.

Os cento e trinta anos da Abolição da escravatura são também os cento e trinta anos de uma nova História do Brasil em que a emergência de uma massa trabalhadora, principalmente nas cidades, inaugura um lento processo de acomodações sociais. Essa história está representada em várias formas de criação, principalmente naquelas que revelam os sentimentos populares mais autênticos, como é o caso da Literatura de Cordel.

Representar os acontecimentos no cordel é narrar por meio das palavras, eventos individuais ou coletivos que serão compartilhados por uma coletividade em diferentes temporalidades. O cordel pode narrar uma experiência vivida a partir de lembranças e, então, reportar-se à memória coletiva, narrativas que muitas vezes guardam e mostram um acontecimento traumático ou impactante para que não seja esquecido.

Considerada um importante instrumento de comunicação nos meios populares, principalmente na região nordeste, a literatura de cordel contempla a necessidade que todo ser humano tem de conhecer suas origens, sua história e os costumes da sociedade onde vive.

Através dos folhetos de cordel, os saberes e a cultura são difundidos com mais facilidade. Isso acontece porque os cordéis, em geral, apresentam uma linguagem de fácil

¹Atlas da violência 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 21 de agosto de 2018.

entendimento. Além disso, o ritmo das frases e a semelhança das partes finais ou iniciais cumprem seu propósito de facilitar a memorização.

Na literatura de cordel, frequentemente, os versos relatam acontecimentos, fatos políticos, artísticos, lendários, folclóricos ou pitorescos da vida como ela realmente é. Trata-se de uma forma de produção literária muito expressiva e persuasiva, cuja abrangência alcança todas as classes sociais.

Podemos considerar que a discursividade que circula nos cordéis produz um determinado efeito de sentido nos interlocutores, diferente do produzido por um texto jornalístico, por exemplo. Por meio da via poética, percebemos uma outra maneira de mostrar e discutir assuntos do nosso cotidiano com o intuito de levar os ouvintes a refletirem sobre temas como a violência urbana, o uso de drogas, a migração nordestina, questões de cidadania, preservação da natureza, acontecimentos na política, dentre outros.

Nesse sentido, os cordéis seriam documentos depositários de informação acerca de determinadas épocas. Portanto, são objetos potenciais de memória, onde essa possa se ancorar. Segundo Le Goff (2003), a memória como propriedade de conservar determinadas informações “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). Porém, como

fenômeno individual e psicológico (cf. *soma/psique*), a memória liga-se também à vida social (cf. *sociedade*). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. *oral/escrito*) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (*passado/presente*) produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (LE GOFF, 2003, p. 419, grifo do autor)

Origens da literatura de cordel

A literatura de cordel é uma designação dada aos folhetos de cordel pelos intelectuais brasileiros por volta de 1960/70, adotando a denominação utilizada em Portugal para a poesia similar ao cordel. Mas essa literatura, anteriormente produzida, era conhecida como livrinhos de feira ou livretos, ou a mais popular pelos cordelistas, como

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

folhetos. Cordel também vem da palavra “cordão”, pois os folhetos ficavam pendurados em cordões ou barbantes para serem vendidos nas feiras. Alguns estudiosos acreditam que a literatura de cordel chegou ao Brasil na primeira metade do século XVI. Ela foi muito difundida no Nordeste, local onde foi iniciada a colonização e, de lá, se disseminou para as outras regiões brasileiras. O primeiro folheto impresso localizado é de Leandro Gomes de Barros – considerado o maior nome dessa literatura e data de 1893.

Desde a origem, quando circulou em manuscritos ou em poemas preservados na memória de cantadores e contadores de histórias, até o momento em que se iniciou a produção em larga escala por iniciativa do poeta paraibano Leandro Gomes de Barros, paraibano de Pombal que migrou para cidades dos arredores de Recife, até fixar-se definitivamente na capital pernambucana, o Cordel conheceu cumes e abismos, passou por transformações e se adaptou aos novos tempos. (HAURÉLIO, 2016, p. 8).

Contudo, o apogeu da literatura de cordel se deu somente nas décadas de 1930 e 1940, período em que a produção e distribuição dos folhetos tornaram-se mais intensas. Nesse momento, centenas de títulos foram publicados e um público cada vez maior foi prestigiando a literatura de cordel em formato impresso.

Nesse período tradicional, o cordel era consumido, principalmente, pela população do interior do Nordeste e cumpria papel de informação e lazer coletivo, de socialização: os folhetos eram lidos e ouvidos em voz alta. Quanto a sua importância como divulgador de notícias, o cordel foi considerado, durante muito tempo, o *Jornal do Sertão*. Era por meio dele que as notícias chegavam ao interior do Nordeste.

Apesar de alguns estudiosos relacionarem os folhetos nordestinos com os cordéis portugueses, esse gênero de poesia não foi criado em Portugal. Há indícios de várias formas de literatura, em vários locais do mundo, dos tempos da Grécia Antiga, passando pela Idade Média até chegar à contemporaneidade. Existem elementos africanos, indígenas, de alguns países europeus como França e Espanha, e de alguns países americanos de língua espanhola em nossos folhetos. Além disso, variantes do gênero épico (como os romances de cavalaria, de costumes), as histórias bíblicas, as fábulas, os fatos cotidianos (que inspiram os folhetos noticiosos ou circunstanciais) e outras formas de narrativa enriquecem os temas dos folhetos brasileiros. De acordo com Mark Curran,

Em sua totalidade a poesia de cordel é uma das literaturas populares de mais sucesso e vitalidade no mundo. Contém um *corpus* significativa da poesia narrativa tradicional vinda de Portugal (e Espanha), documenta como nenhum outro fenômeno as crenças, gostos e preocupações de muitos brasileiros, diverte ao mesmo povo, e, finalmente, informa e interpreta os grandes acontecimentos da vida local, nacional e até internacional (CURRAN, 1991, p. 570).

A literatura de cordel tem uma imensa capacidade de síntese. Em poucas estrofes, o cordelista direciona o leitor a fazer uma profunda reflexão sobre um tema em epígrafe. Apresenta-se como uma leitura atrativa. O folheto é pequeno e, quando o leitor pensa que está no começo, ele está no fim.

Folheto *A linha do tempo dos negros no Brasil*

No folheto de cordel, a capa tem uma função importante: antecipar a história a ser contada. Em *A linha do tempo dos negros no Brasil*, a imagem inicial mostra uma mão ainda com sinais de aprisionamento, trazendo uma corrente quebrada segurando uma outra mão que impõe um chicote. Nesse folheto, o cordelista faz um apanhado dos fatos que aconteceram desde a chegada dos negros em nosso país até os dias atuais. É clara a visão do poeta de que a raça negra sofreu muito com a escravidão e ainda sofre com as desigualdades sociais presenciadas em nossa sociedade. O poema é escrito em sextilhas, dividido em versos de seis sílabas poéticas. Na primeira estrofe, Ivamberto Albuquerque de Oliveira inicia o folheto:

Com a viola do tempo / Vou dedilhando acordado / Afinando as ideias/
Pontilhando o passado / Dos negros no Brasil / Sua história e seu legado.
O meu canto segue a rota / De Pedro Álvares Cabral / Que descobriu
Pindorama/
Esta terra colossal / Os negros entram em cena / No Brasil colonial
(OLIVEIRA, 2009, p. 1)

A poesia permite que os dizeres que circulam nos cordéis sejam significados de uma maneira lúdica. O lúdico, no entanto, não é sinônimo de humor. Temas como a violência urbana, a migração nordestina, o uso de drogas são assuntos tratados com um tom que muitas vezes chega próximo ao dramático. Porém, a estrutura poética do cordel permite que os dizeres que circulam nesses folhetos sejam interpretados de uma forma

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

lúdica, devido ao deslizamento produzido pela poesia. As cinquenta estrofes que se seguem, ainda discorrem sobre a trajetória da raça negra em nosso país.

Da África importaram/Pra um destino tirano/A força de trabalho/
Atravessou o oceano. /Aqui desembarcavam /Num estado desumano.
Sono, sede e cansaço/ Pouca alimentação/ Higiene, não existia/
Palpitava o coração. / E o navio embalado/ Nas noites de escuridão.
Os negros para os brancos/Eram os pés e as mãos/ Estes faziam de tudo /
/ No regime da escravidão. / Sua versatilidade/ Aumentava a produção.
(OLIVEIRA, 2009, p. 2 e 3)

O cordelista Ivamberto de Oliveira, relata o período sombrio que foi a escravidão. Os escravos africanos eram trazidos em navios negreiros em condições precárias, muitos nem conseguiam sobreviver à viagem. Quando chegavam ao Brasil, eram vendidos como se fossem mercadorias, sendo exibidos por seus comerciantes para que os clientes comprassem os que eram do seu agrado. A saúde era um ponto muito importante para a compra, pois o valor dos negros saudáveis aumentava em relação aos velhos e fracos, além de que os compradores evitavam comprar escravos da mesma família ou da mesma tribo, para que não existisse nenhuma rebelião. Nos engenhos o trabalho braçal era pesado, de sol a sol, sem tempo para descanso. Quando não estavam trabalhando estavam presos nas senzalas, galpões em condições precárias, sem nenhum conforto e acorrentados para não fugirem, sendo tratados de maneira desumana.

A coroa começou, /Explorando o pau Brasil/Depois açúcar de cana/
E a cachaça no barril, /Café, ouro e diamantes. /A força negra produziu.
Destruíram os guerreiros/ Mas suas ideias não, /O combate é necessário/
Neste mundo de opressão/Zumbi hoje é história, /Consciência e razão.
O processo de inclusão/ É um drama no Brasil /Pra muitos é difícil/
Para os negros um funil. /É preciso muita garra/Pra suportar o buril.
Se o Brasil é de todos / Só não vejo a divisão, / O acúmulo de riquezas/
Dificulta a inclusão/ E espalha a pobreza /Pelos lares da nação.
(OLIVEIRA, 2009, p. 5 - 12)

A constatação da diversidade humana, sua multiplicidade de origens e o processo de construção da identidade de indivíduos e grupos, tem se constituído como um dos grandes dilemas do período conhecido como modernidade. As grandes navegações documentadas desde o início da época moderna, nos Séculos XV-XVI, propiciaram o

encontro entre povos e nações muito diferenciadas, dando lugar à necessidade de pensar o outro na sua alteridade – na sua qualidade de diferente – com toda sua complexidade étnica, cultural, social, política e econômica. Esses encontros derivaram em relações de poder e dominação em relação aos povos submetidos nos processos de conquista, propiciando o desenvolvimento de discursos e doutrinas que lhes proporcionavam os fundamentos ideológico-políticos, marcadamente eurocêntricos.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] A expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. [...] Os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. (QUIJANO, 2000, p.118).

No Brasil, com relação aos dados estatísticos, desde o século XVII eram realizados levantamentos populacionais parciais, como o Censo Colonial em 1808, ano da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, a fim de obter informações sobre a população colonial para intervir de forma mais eficiente no seu ordenamento, e orientar os esforços de recrutamento militar.

Durante o período imperial, sobretudo, entre os anos de 1830 a 1872, a prática de recensear os habitantes do Brasil e das províncias quase foi abandonada. A execução dos arrolamentos populacionais propostos enfrentava percalços na ausência de pessoas qualificadas, e na escassez de recursos técnicos e financeiros para levar adiante a complexa tarefa no imenso território nacional, em que os meios de transporte e comunicação eram precários e ineficientes.

Nos censos realizados durante o Brasil Imperial (1822-1889) e no primeiro período Republicano (1889-1930), é possível observar alterações que ocorreram nas categorias classificatórias “cor ou raça” utilizadas na construção social da população. Em 1872, considerado o primeiro levantamento censitário oficial brasileiro, as preocupações apontam para a diferenciação dada pela condição civil e pela separação entre homens e escravos. Nos censos de 1890 e 1900, a investigação se preocupou com as marcas da

escravidão e com a aculturação dos imigrantes. No censo de 1920, houve a supressão da categoria cor, procedimento que vem ao encontro dos empenhos republicanos em apagar a mancha da escravidão.

Até a década de 1920, a execução dos censos esteve sob a responsabilidade das Diretorias Gerais de Estatística. A DGE manteve-se ativa até o final da década de 20, sendo dissolvida após a Revolução de 30. Em 26 de janeiro de 1938, surge oficialmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujo primeiro censo realizado sob sua responsabilidade foi o de 1940.

Censos demográficos decenais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: estudo da variável cor ou raça entre 1940 e 2010.

A realização decenal dos censos demográficos no Brasil é estabelecida por lei e seus resultados representam a primordial fonte de informação sobre diversos aspectos relevantes da população, de suas condições de vida e distribuição no território nacional e são fundamentais para conhecer o comportamento e a evolução desses aspectos em extensos períodos. A periodicidade da pesquisa é decenal, excetuando-se os anos de 1910 e 1930, em que o levantamento foi suspenso, e 1990, quando a operação foi adiada para 1991.

Até o momento, o IBGE realizou oito censos desde sua criação – 1940 a 2010. O próximo está previsto para 2020. Sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões, Regiões Metropolitanas, Municípios, Distritos, Subdistritos e Setores Censitários.

Para Nelson Senra (2008, p. 19), o IBGE foi criado como uma obra de arte, nos mais diversos detalhes de precisão e delicadeza, tendo o objetivo de criar um novo tempo, tornando-se o responsável em fazer o país acelerar seu crescimento, tendo como bases científicas as medidas quantitativas. Pode-se argumentar então que, por meio de critérios de divulgação, organização e categorização de suas pesquisas, essa instituição faz parte do circuito que alimenta determinadas memórias da população brasileira, memórias por meio de números que retratam as mudanças populacionais ocorridas em nosso país.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Com o propósito de demonstrar o processo de constituição e variação da variável *cor ou raça* investigada nos censos demográficos realizados, após análise das perguntas presentes em seus questionários, observa-se que nos censos anteriores a 1940 não se utilizou a terminologia *cor*, apesar da expressão constar em diversos documentos (análises e comentários) inclusive os elaborados por organizadores censitários. Ou seja, nos anos de 1872 e 1890, o termo empregado foi *raça*, e, nos anos de 1900 e 1920, houve a supressão da variável. Nos anos, 1940, 1950, 1960, 1980 e 1981, a terminologia empregada foi *cor*. Nos anos 2000 e 2010 utilizou-se “*cor ou raça*”. Em 1979 a variável *cor* foi excluída, já que as autoridades da época consideravam inoportuna esta investigação numa democracia racial.

Os censos demográficos possibilitam conhecer a distribuição da população brasileira, conforme a localização do domicílio, entre rural e urbana e, no caso da urbana, entre urbana e suburbana, e, também, retratar detalhadamente a distribuição da população neste novo panorama de ocupação do interior do Brasil, com a criação de novos espaços urbanos além do litoral e das capitais brasileiras.

Tabela 1 - Quantidade de indivíduos segundo a cor/raça, ao longo dos diferentes censos demográficos – Brasil – 1872-2010

Ano	Total	Cor/raça					Sem declaração
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
1872	9.930.478	3.787.289	1.954.452	3.801.782	-	386.955	-
1890	14.334.215	6.302.198	2.097.426	4.638.795	-	1.295.796	-
1900	17.438.434	-	-	-	-	-	-
1920	30.635.605	-	-	-	-	-	-
1940	41.236.315	26.171.778	6.035.869	8.744.365	242.320	-	41.983
1950	51.944.397	32.027.661	5.692.657	13.786.742	329.082	-	108.255
1960	70.191.370	42.838.639	6.116.848	20.706.431	482.848	-	46.604
1970	93.139.070	-	-	-	-	-	-
1980	119.011.052	64.540.467	7.046.906	46.233.531	672.251	-	517.897
1991	146.815.791	75.704.924	7.335.139	62.316.060	630.659	294.131	534.878
2000	169.799.170	90.647.461	10.402.450	66.016.783	866.972	701.462	1.164.042
2010	190.755.799	91.051.646	14.517.961	82.277.333	2.084.288	817.963	6.608

Fonte: PETRUCCELLI, 2012; IBGE, 2010

Tabela 2 - Distribuição percentual dos indivíduos segundo a cor/raça, ao longo dos diferentes censos demográficos – Brasil – 1872-2010

Ano	Total	Cor/raça					Sem declaração
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
1872	100,0%	38,1%	19,7%	38,3%	-	3,9%	-
1890	100,0%	44,0%	14,6%	32,4%	-	9,0%	-
1900	100,0%	-	-	-	-	-	-
1920	100,0%	-	-	-	-	-	-
1940	100,0%	63,5%	14,6%	21,2%	0,6%	-	0,1%
1950	100,0%	61,7%	11,0%	26,5%	0,6%	-	0,2%
1960	100,0%	61,0%	8,7%	29,5%	0,7%	-	0,1%
1970	100,0%	-	-	-	-	-	-
1980	100,0%	54,2%	5,9%	38,8%	0,6%	-	0,4%
1991	100,0%	51,6%	5,0%	42,4%	0,4%	0,2%	0,4%
2000	100,0%	53,4%	6,1%	38,9%	0,5%	0,4%	0,7%
2010	100,0%	47,7%	7,6%	43,1%	1,1%	0,4%	0,0%

Fonte: PETRUCCELLI, 2012; IBGE, 2010

Branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Essas são as cinco categorias de pertencimento racial com a qual estamos acostumados a nos identificar em censos, questionários e formulários. São essas cinco palavras que tentam resumir as identidades étnico-raciais de cerca de 200 milhões de brasileiros, variáveis investigadas por meio das terminologias cor ou raça.

Aqui cabe mencionar o processo de constituição e variação da variável *cor ou raça* investigada nessas realizadas, após análise das perguntas presentes em seus

questionários. Nos censos anteriores a 1940 não se utilizou a terminologia cor, apesar da expressão constar em diversos documentos (análises e comentários) inclusive os elaborados por organizadores censitários. Ou seja, nos anos de 1872 e 1890, o termo empregado foi *raça*, e, nos anos de 1900 e 1920, houve a supressão da variável. Nos anos, 1940, 1950, 1960, 1980 e 1981, a terminologia empregada foi *cor*. Nos anos 2000 e 2010 utilizou-se “*cor ou raça*”. Em 1979 a variável *cor* foi excluída, já que as autoridades da época consideravam inoportuna esta investigação numa democracia racial.

Além disso, ao se observar a tabela acima cuja variável cor ou raça traça um perfil detalhado da população brasileira – um retrato histórico da nossa constituição populacional, nota-se que Censo de 1940 mostrou o Brasil um tanto quanto diferente do que se via anteriormente. Os brancos passaram de 44% da população em 1890 para mais de 63% em 1940. Já os indígenas ficaram invisíveis dentro da categoria *pardos*. E, para piorar, demorou meio século para eles retornarem aos nossos censos.

Em 1970, em plena ditadura militar, a classificação racial foi retirada dos questionários.

Em 1991, enfim, o censo demográfico consolidou-se no modelo adotado até hoje: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Finalmente houve menção aos indígenas enquanto tais. Esse sistema de classificação foi reproduzido para as edições de 2000 e de 2010 dos censos demográficos. No último, aliás, verifica-se que, pela primeira vez desde o século XX, a população branca deixou de compor a maioria do povo brasileiro. Hoje, conforme o gráfico acima, temos 47,7% que se autodeclaram da cor branca, 43,1% parda e 7,6% preta, além de 1,1% amarela e 0,4% indígena. Com as técnicas de pesquisa atuais, reduziu-se o percentual de “não declarados” a praticamente zero.

A falta de políticas públicas adequadas, a pobreza e a exclusão social e digital contribuem para que o Brasil seja um local onde os índices de desigualdades sejam extremamente altos.

Conclusão

O diálogo entre a literatura de cordel e os censos demográficos evidencia um olhar, entre os vários possíveis, acerca da exclusão e do preconceito que a raça negra ainda sofre em nosso país.

O cordel narra para o povo o que ocorre no dia-a-dia. Sua intensa força de persuasão o tornou um grande veículo disseminador de ideias. Ao abordar o tema escravidão, o cordelista evoca memórias. De uma forma lúdica, aproxima a poesia das pessoas, fazendo com que a difícil realidade seja rememorada de uma maneira diferente, ainda dura, mas que leva os leitores e ouvintes a refletirem de uma forma mais instigante.

A construção do conhecimento, por meio do trabalho com o cordel, seja no espaço da Cordelteca Gonçalves Ferreira da Silva, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, ou em escolas, por meio de atividades externas desenvolvidas a partir do acervo da Cordelteca, permite uma aprendizagem significativa, pelo fato de essa literatura se apresentar no contexto sociocultural como rica fonte de pesquisa, despertando nas pessoas, quando bem trabalhada, um interesse maior pela aquisição de saberes.

Destaca-se, aqui, a importância do trabalho com os folhetos na escola para dinamizar o ensino de História, assim como quebrar a exclusividade do uso de livros ou manuais em detrimento de outros materiais que possam auxiliar o desenvolvimento do aprendizado.

Os crescentes movimentos sociais, notadamente os negros, aumentam a cada dia a certeza de que a constituição de uma sociedade justa depende da conquista da cidadania plena por parte de todos os seus membros.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

ATLAS da violência 2017: IPEA e FBSP. 2017. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 421p.

BANDEIRA, Naum. A saúde pública na ditadura militar (cordel). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=3nxMlgFip2k>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

CURRAN, Mark J. “A Literatura de Cordel: Antes e Agora”. In: *Hispania*, Vol. 74, no. 3,

- Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature and Culture, p. 570-576, 1991.
- DELLAMORE, Carolina. *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. Brasília: MinC/IBRAM, 2011.
- GALVÃO, A.M.O. *Cordel: leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- HAURÉLIO, Marco. *Breve história da Literatura de cordel*. 2.ed. São Paulo: Claridade, 2016.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.
- MIGUEL, Nadya Maria Deps. *O perfil do brasileiro construído pelo IBGE: uma memória discursiva dos sentidos demográficos de 1940 a 2010*. Tese (Doutorado em Memória Social) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Ivamberto Albuquerque de. *A linha do tempo dos negros no Brasil*. Rio de Janeiro: ABLIC, 2009.
- PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Orgs.). *Características étnico-raciais da população: Classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: 18 de jul. 2018.
- PINTO, Maria Isaura Rodrigues. O cordel do Brasil e o cordel de Portugal: possíveis diálogos. *SOLETRAS*, São Gonçalo: UERJ, Ano 9, n. 18, p. 117-132, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/7034>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 25 jul. 2018.
- SANTOS, Olga de Jesus; VIANNA, Marilena. *O negro na literatura de cordel*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.
- SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras: estatísticas organizadas: 1822-2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 3. v.

Mesa 6

Poder e Sociedade na Primeira República

Carlos de Laet e o jornal *O Brazil*: reflexões sobre memórias

Helena Ramalho Crispiniano

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

Com a proclamação da república, embora tardia em relação aos demais países do continente, alguns grupos políticos se viram contrariados. Por mais que o novo regime rapidamente tenha ganhado uma série de adeptos, combatê-la tornava-se uma necessidade para alguns indivíduos ligados a antiga monarquista, que esperavam pela restauração (JANOTTI, 1986, p.15-62).

Logo de imediato à proclamação, apareceram os grupos de monarquistas renitentes, formados por antigos políticos de expressão, funcionários ligados à burocracia, portadores de títulos nobiliárquicos, jornalistas da imprensa partidária, católicos radicais e descontentes por razões diversas. Esses grupos foram entendidos como uma ameaça ao regime republicano e, por isso, conseqüentemente, uma série de medidas foi tomada contra os chamados “subversivos da república” (JANOTTI, 1986, p.15-62).

É nesse contexto que encontramos Carlos de Laet. Monarquista convicto e católico fervoroso, Laet atuava como professor e jornalista, tendo ocupado cargo político, porém por pouco tempo, pois logo em seguida a sua pose. como forma de resistência Laet, juntamente com seus correligionários davam voz ao jornal combativo *O Brazil*.

O Brazil foi um periódico de vida relativamente curta, que teve seu fim decretado pelos abusos que infringiam a liberdade de expressão e a censura cada vez mais acirrada do governo republicano.

Entretanto, esse pequeno trabalho, se orienta primeiramente em tecer uma breve discussão teórico-metodológica a respeito dos impactos sofridos pelo mundo ocidental a partir do desenvolvimento da imprensa no âmbito do abandono das narrativas tradicionais. Outra temática de igual importância são os debates existentes na comunidade acadêmica em torno do conceito memória coletiva, como ele é formado e a quais conclusões chegam os estudiosos do assunto.

Imprensa e Memória

Com o decorrer dos tempos as sociedades se modificam, alteram suas relações pessoais, seus códigos linguísticos e também suas maneiras de transmitir, guardar e rememorar informações ditas importantes. No tempo presente, a sociedade contemporânea é detentora das mais diversas formas de reter e armazenar dados, desde numerosos arquivos físicos até plataformas digitais com possibilidade de armazenagem de muitos *terabytes*, como diz Assmann “uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos” (ASSMANN, 2011, p.18). Mas o que pensar de uma sociedade ágrafa? “Desde o início da escrita, no Egito antigo de dois milênios antes de Cristo, até o presente século, diversos testemunhos atestam que a escrita é a mídia preferencial para a memória em relação a todas as demais mídias”, sendo assim, como manter viva uma memória sem o artifício desse dispositivo que permite a perpetuação?

Dialogando com correntes teóricas antropológicas, Le Goff (2003, p. 369) questiona a distinção entre culturas orais e culturas escritas quando se trata das funções confiadas a memória, segundo ele, essas teorias parecem ser fundadas no fato de as relações entre estas culturas se situarem a meio caminho de duas correntes igualmente erradas pelo seu radicalismo, "uma afirmando que todos os homens têm as mesmas possibilidades e a outra estabelecendo, implícita ou explicitamente, uma distinção maior entre 'eles' e 'nós' de certo, a cultura dos homens sem escrita é diferente, mas não são absolutamente diversas”.

A característica comum que integra as sociedades sem escrita é a presença marcante da oralidade como maneira de perpetuação da memória coletiva. Para Benjamin (1985, p.198) “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que correram todos os narradores”, sendo assim, através da comunicação somada ao acúmulo de novas vivências a memória se mantém. Outra característica dessas sociedades é a existência dos especialistas da memória, eles aparecem na figura do chefe de família, do ancião, do sacerdote e são pessoas responsáveis em ser a memória da sociedade, são eles que garantem a transmissão da memória e se tornam elementos de coesão do grupo (2003, p.369).

É importante salientar que a passagem da informação nas sociedades ágrafas não é feita, como cita Le Goff (2003, p.369), “palavra por palavra”, o conteúdo central da mensagem é expresso em todas as narrativas, entretanto a maneira como é verbalizada difere entre si. A memorização dita palavra por palavra, feita de forma maquinal é própria das sociedades em que a escrita se faz presente, sendo as sociedades ágrafas possuidoras de uma memória mais profunda e fluída, podendo ser mais criativas em sua transmissão por não ter suas palavras decoradas uma a uma, desta forma a memória do grupo assemelha-se a um corpo vivo, capaz de mutação.

Entretanto é a partir do surgimento da imprensa que as diferenciações entre transmissão oral e transmissão escrita vão se moldando (LE GOFF, 2003, p.369), apresentando-se como um ponto de inflexão na história do mundo ocidental, a disseminação do aparato de imprensa promove, o que Benjamin (1985, p. 292) classificou como, “progressivo atrofiamento da faculdade de trocar nossas experiências”. A dissolução dos laços interindividuais e a perda das ligações orgânicas entre o indivíduo e o grupo vai se difundindo juntamente com a imprensa (MERQUIOR, 2013, p.82).

A imprensa traz a informação pronta e a serve para o leitor, esse, por conseguinte, a digere rapidamente e em pouco tempo consome outra. Já a narrativa tradicional não visa a transmissão do acontecimento em si, como uma simples reportagem, “antes ela faz penetrar a coisa contada na própria vida do narrador, o qual imprime à narrativa uma marca própria. O narrador-artesão acrescenta ao sentido do maravilhoso - da novidade e do mistério que fazem com que acontecimentos mereçam ser relatados - a capacidade de extrair uma lição prática de sua história, uma espécie de moral para si mesmo e seus ouvintes” (MERQUIOR, 2013, p.82).

É para esse fato que Walter Benjamin chama atenção em sua obra, já muito citada aqui, O narrador. A narração e a poesia seriam para o autor a forma mais artesanal de comunicação (MERQUIOR, 2013, p.82), com o crescimento da imprensa essa forma narrativa vai sendo substituída pelas notícias efêmeras, vazias de experiência e com caráter meramente informativo. É através dela que a difusão do romance se torna possível. Benjamin aponta para o romance como o primeiro indício da evolução que culmina na morte da narrativa. Segundo ele, o romance tem sua natureza fundamentalmente distinta

da tradição oral, não procedendo dela e não a alimentando em nada, desta maneira o romance torna-se o símbolo do homem solitário e moderno.

Nesse sentido, Merquior (2013, p.83) compara o romance ao jornal, o “fundamento principal da imprensa de grande tiragem é tornar inútil toda transmissão oral de notícias”. O abandono da tradição oral é um indicativo para a mudança das relações humanas com sua própria historicidade, visto que, aos poucos os traços culturais das sociedades que antes prezavam pela narrativa tradicional vão sofrendo mutação em consequência desse afastamento.

Outro aspecto, fundamental que acompanha esse período de reorganização das sociedades com o tempo histórico, foi a alteração da relação entre o homem e o tempo. O tempo dito longo, “em que não era necessário um esforço grande do homem para conhecer o seu passado (SÁNCHEZ, 2009, p. 267)”, pois esse se repetia em uma espécie de um movimento cíclico, começou a ser superado.

“Revoluções científicas, políticas e tecnológicas imprimiram um novo ritmo para a História. O novo paradigma histórico foi consolidado durante o século XIX. Progresso e a mudança se tornaram a bandeira do século e em uma experiência histórica compartilhada. Os camponeses migraram para as cidades, as invenções tecnológicas proliferaram, as revoluções políticas aconteceram e a mídia espalhou uma nova concepção de tempo e espaço (SÁNCHEZ, 2009, p. 267).”

Segundo Sanchez (2009, p. 267), alguns historiadores sugerem que foi justamente a incerteza do futuro que fez culminar a eclosão dos interesses pela memória social. Em 1925, o sociólogo francês Maurice Halbwachs publicou uma obra chamada *Los cuadros sociales de la memoria*. Depois de décadas de esquecimento a obra do autor foi redescoberta e passou a figurar um espaço central durante os anos de 1980, década essa, em que a temática da memória ganhou súbita importância e esteve fortemente presente entre os debates acadêmicos).

Os estudiosos da memória discordavam entre si a respeito das definições teórico/metodológicas do conceito de memória coletiva. As diferenciações situavam-se no aspecto da memória coletiva estar condicionada ao contexto social, as definições linguísticas e as ferramentas culturais que uma determinada sociedade compartilha.

A exemplo disso, Halbwachs defendia que a memória humana não retém o passado, mas o reconstrói a partir do presente graças aos vestígios e a comunicação social, portanto, a memória do sujeito depende dos recursos memoriais que em um determinado momento prevalece na sociedade. A principal crítica dos estudiosos a respeito do conceito é que para existir memória é preciso existir também um sujeito que recorda, não sendo a sociedade como tal, um sujeito com capacidades cognitivas ou com pensamento próprio.

Por sua vez, a exemplo disso, Koselleck sinaliza que não é possível falar de memória coletiva e sim de condição coletiva de memória. O ponto em comum a que chegam os autores é que boa parte do conteúdo da memória individual é moldado socialmente através da comunicação. Citando Lebow, Sanchez diz que é através desse intercâmbio comunicativo entre pessoas que os discursos dominantes na sociedade são disseminados e exercem o papel de destaque entre as relações de discurso (de memória) e poder político (SÁNCHEZ, 2009, p. 273).

Ainda segundo Sanchez, os meios de comunicação também têm um papel relevante para o imaginário histórico dos cidadãos. Em muitas ocasiões, a configuração da cultura histórica se produz debaixo de guarda chuvas institucionais. Essas instituições garantem a elaboração, difusão e conversão de determinados discursos de memória.

Assim como as memórias, o passado também é moldável. A modificação da memória institucional a falsificação, revisão, correção ou destruição permitem construir passados alternativos, frequentemente, um passado mais útil e conveniente (CANDAU, 2014, p.166).

Existem múltiplos discursos concorrentes em uma sociedade. A memória é manipulada através do discurso e o discurso é usado para manipular a memória. Através da manipulação da memória coletiva é possível formar ou remodelar novas identidades. O discurso que consegue se sobrepôr aos demais, seja através do uso da violência física, simbólica ou do uso de aparatos midiáticos, torna-se o discurso oficial. Uma vez que o discurso se estabelece como oficial, o grupo responsável por ele, tenta minar a existência de outros discursos concorrentes.

No capítulo seguinte veremos as investidas de um intelectual monarquista contra o governo republicano que através de um golpe destronou o imperador brasileiro e instituiu um novo sistema político.

Carlos de Laet e o jornal *O Brazil*

Dois dias após a entrada em vigor do decreto que findava a monarquia, o último imperador do Brasil, D Pedro II, deixava, em fuga para a Europa, a mais nova república da América do Sul, acompanhado de sua família (JANOTTI, 1986, p.15). A partir de então, um novo sistema político entrava em cena, tendo como chefe de um governo provisório o marechal Deodoro da Fonseca. Esse novo regime, “imposto às pressas” sem qualquer experiência administrativa pela maior parte dos seus governantes, tinha pela frente grandes desafios a enfrentar. Sua consolidação dependeria das ações tomadas pelos protagonistas do dia 15 de novembro e dos demais republicanos civis brasileiros (CASTRO, 2000, p.76).

Proclamada a República, ela continuava a ser uma meta a realizar. Sua história torna-se, assim, a história de uma aculturação, no sentido de que um novo conteúdo simbólico pretendia suprir o vazio deixado pelo veto ao passado monárquico, viabilizando a imposição de uma nova ordem (SIQUEIRA, 1995, p.2). Para consolidação do novo regime, Deodoro enfrentaria questões de atribuição de legitimidade, pois, até então, os militares não haviam figurado um papel central na história do país (OLIVEIRA, 1989, p. 172-189). O marechal esbarraria, também, na dificuldade de adotar um projeto de república, pois além do combate ideológico e da disputa de poder com os monarquistas, os republicanos e militares também não se configuravam como um grupo homogêneo (CASTRO, 2000, p.76).

José Murilo de Carvalho (1990) retrata o embate ideológico existente entre os republicanos em torno da invenção do novo regime. Nesse sentido, um mito de origem se construía e buscava-se encontrar o aspecto legitimador da república.

A mudança de regime abre espaço para disputa pela memória nacional entre republicanos e monarquistas. O governo provisório, ainda temeroso por uma reação da oposição, tentava, com urgência, livrar-se de tudo que representava o atraso, aplicando o modelo “civilizador” na sociedade (GOMES, 2013), fazendo com que os símbolos e ideologias republicanas fossem assimilados pela população. Diante desse contexto, é importante frisar que nada disso se passava sem o registro da imprensa.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Segundo Siqueira, a imprensa, com seu caráter educativo, configura-se como instrumento indispensável para a consolidação e divulgação da propaganda ideológica republicana, contribuindo para a reelaboração do imaginário social. Entretanto, para além disso, ela também se faz sujeito desse processo histórico (MELLO, 2009, p.17), na medida em que é usada como aparelho midiático que recebe os discursos do grupo que se consolidava e também, mesmo que mais timidamente, abrigava as palavras do grupo que se mantinha fiel a monarquia decaída.

Entretanto, a tentativa de intimidar os contrários a república nascente veio legitimada através do decreto nº 85-A de 23 de dezembro de 1889, que dizia:

Art. 1º Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os superiores ou forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas tendentes a indispô-los contra a República; que usarem da embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados: serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição (BRASIL, 1889).

O documento trazia a assinatura de ministros republicanos, entre eles, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, sendo esses, jornalistas de profissão. Qualquer sugestão de censura à imprensa repercutia com estranheza, vinda de um grupo afinado com a inaugurada República laica, que se pretendia liberal. Em contraste com a relativa liberdade de imprensa, vivida no período da monarquia, a nova forma de governo, logo em princípio, foi demonstrando seu caráter repressor (ELEUTÉRIO, 2008, p.85). O combate aos adversários de oposição foi definido como parte dos esforços de consolidação do novo regime, confirmado através da radicalização de seus atos autoritários. Deodoro, parecia temer, assim, uma reação monarquista.

Segundo Janotti (1986, p.22), o redator de *A Tribuna Liberal*¹, jornal monarquista de propriedade de Visconde de Ouro Preto², entrevistou-se com Quintino de Bocaiúva,

¹Folha dirigida por Carlos de Laet a partir de 19 de novembro de 1889, após a partida de Visconde de Ouro Preto, proprietário do jornal, para o exílio (JANOTTI, 1986, p.20).

² Visconde de Ouro Preto foi magistrado e político, ocupou durante o Império os cargos de ministro da Marinha em 1865, ministro da Fazenda em 1879 e 1889, e ainda em 1889 foi o último presidente do Conselho de Ministros do imperador Pedro II. CARLOS CELSO DE OURO PRETO. *Dicionário*

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

então ministro das relações exteriores, tentando esclarecer se a extensão do decreto atingia os jornalistas. Por sua vez, o ministro respondeu que “toda e qualquer publicação pela imprensa estava visada pelo legislador e que, assim, limitava a liberdade da imprensa.

Em consequência, três meses após a publicação do decreto, acima mencionado, divulga-se outro que esclarecia e reforçava o primeiro.

Sujeita ao regime do decreto n. 85 A de 23 de dezembro de 1889 todos aqueles que derem origem a falsas notícias e boatos alarmantes dentro ou fora do país ou concorrerem pela imprensa, por telegrama ou por qualquer modo para pô-los em circulação (Decreto nº 295, BRASIL, 29 de março de 1890).

A tentativa de controle da imprensa foi sentida já nas primeiras horas de vida do decreto. O clima de insegurança se espalhava e a violência contra a imprensa se fixou com furor. Numerosos atentados como supressão, empastelamento de tipografias e advertências aos redatores das folhas foram verificados sob o argumento de cumprimento do decreto (JANOTTI, 1986, p.22).

Segundo Siqueira, os personagens que atuavam na imprensa no período se faziam presentes também, na vida política do país. Em razão disso, as intervenções políticas de peso eram decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas do governo. Logo, o governo tentava calar a voz desses intelectuais e militantes que se pronunciavam, combativamente, na imprensa.

O cenário era de muita instabilidade nas ruas. O controle da palavra impressa não se limitou ao texto da lei. A repressão investiu contra formadores de opinião e órgãos da imprensa, com rebatimento na prisão de jornalistas, supressão de jornais e destruição de tipografias (ELEUTÉRIO, 2008. p.85).

Diante desse cenário de instabilidade nasce o periódico *O Brazil*, jornal diário de pequena circulação, lançado no dia 27 de março de 1890, no Rio de Janeiro. Abertamente crítico à república e mantendo-se atento aos primeiros passos “desengonçados” do governo provisório, a folha denunciava os erros e excessos do novo regime. O jornal, de cunho católico, dedicava-se a alertar os fiéis sobre os perigos do tempo vigente. Sempre

Histórico-Biográfico Brasileiro-Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ouro-preto-carlos-celso-de>>. Acesso em 09/07/2017.

apontando para os republicanos como inimigos da religião, *O Brazil* desafiava a truculência dos decretos repressores de Deodoro através de suas matérias.

A frente desse do periódico estava Carlos de Laet, para além de jornalista, Laet dedicou-se à carreira docente, tendo sido professor no Colégio Pedro II, embora sofrendo retaliações, por defender a monarquia dentro da instituição. Manteve-se fiel a defesa do regime decaído durante toda sua existência. Suas convicções políticas formaram-se ao acompanhar de perto o reinado de Pedro II, que apontava como modelar (LAET, 1984, p.6). Laet evocava sempre a figura do imperador deposto como a de um grande chefe de Estado. Era um defensor das tradições católicas e políticas, em seu entendimento, o passado era uma força para a “conquista do futuro” (LAET, 1984, p.9).

Fiel fervoroso à Igreja Católica, Laet saía em defesa da causa religiosa, colocando-se no centro do embate estabelecido entre o Estado e a Igreja. Sugeria, por exemplo, que o casamento civil seria responsável pela perturbação das consciências e uma brecha para a poligamia. Considerava, também, que as medidas adotadas pelo Estado a esse respeito haviam sido influenciadas pelos ateus, e que trariam sérias consequências para as famílias brasileiras. Laet, acreditava que as medidas adotadas, relativas à laicização, deveriam ser enfrentadas pela fé popular. Em razão disso, orientava que os católicos se unissem e combatessem as ideias que tentavam “envenenar o caráter nacional” (*O Brazil*, 8 de maio de 1890).

Mesmo promovendo o forte combate de ideias contra o governo republicano, o grupo de monarquistas não teve suas expectativas alcançadas. Carlos de Laet e os funcionários da companhia *O Brazil*, sucumbiram às pressões dos atos de censura. Em 18 de dezembro de 1891, fecharam-se as portas da folha combativa, quando um grupo de manifestantes republicanos exigiu o hasteamento da bandeira do regime no prédio de sua tipografia. Os monarquistas decidiram não prosseguir com o jornal, enquanto não houvesse condições para suas atividades (*O Brazil*, 17 de dezembro de 1891, p.1).

Segundo Denis Jogas (2011, p.38), mesmo com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, os opositores não tiveram suas vidas facilitadas. Pelo contrário, com o início da revolta da Armada, movimento que buscava maior participação da marinha na vida política do país, os monarquistas foram acusados de associação com o motim rebelde e sofreram grande perseguição.

Foi nesse contexto que Carlos de Laet se retirou do Rio de Janeiro e exilou-se em Minas Gerais, em 1893. Vencido, mas não convencido, Laet se afastou da imprensa militante, reservando-se a escrita de artigos isolados, apesar de receber diversos convites para voltar a essa atividade (CHEDIK, 1942, p.28).

Conclusão

Na sombra de cair no esquecimento mediante um novo governo instaurado, Carlos de Laet através de seu discurso inflamado contra a república buscava por meio do apelo popular, convocar os cidadãos a enfrentar os comandos do novo sistema político. Mesmo evocando as massas populares, que não responderam como de esperado ao seu clamor, Laet manteve-se por toda sua vida na posição combativa ao republicanismo.

A monarquia foi o sistema político que vigorou na vida política do Brasil por mais tempo. Apesar de fortemente enraizada, quando o sistema monárquico já não correspondia mais aos interesses de uma determinada classe social, ela decaiu. A imprensa esteve a serviço da instauração republicana (ELEUTÉRIO, 2008, p.83), por intermédio dela, a linguagem e os ideais republicanos foram sendo disseminados.

O jornal *O Brazil*, assim como os opositores da república, produziu as chamadas memórias não oficiais, que não interessavam ao governo vigente e, por isso, eram combatidas. A censura a imprensa de oposição pode ser entendida como um indicativo de que mesmo proclamada a república, as práticas discursivas de oposição provocavam temores no governo republicano.

Segundo Candau (2014, p.167), a “revolução manifesta uma exigência identitária que diz respeito à representação autorizada da nação: ela redefine o passado e confere aos objetos o direito de se perpetuar ou não em função da lição que podem dar à posteridade”. De certo, muitas características do governo decaído ainda se fizeram presente na identidade brasileira, porém com o passar do tempo, e as vezes até mesmo de forma mais

impositiva, os resquícios do governo decaído, foram sendo eliminado do cotidiano político e social.

Fontes

O Brazil, 17 de dezembro de 1891.

BRASIL. Decreto nº 85 A, de 23 de dezembro de 1889.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>

BRASIL. Decreto nº 295, de 29 de março de 1890.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-295-29-marco-1890-541739-publicacaooriginal-47734-pe.html>

Bibliografia

ASSMANN, Aleida. Introdução. In: _____. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CANDAU, Joeu. Manipular, dominar, diferenciar. In: *Memória e identidade*. Tradução Maria Lúcia Ferreira. São Paulo: Ed Contexto, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. A imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. pp.83-101.

GOMES, Adriana. O processo de secularização do Brasil no limiar da República e a criminalização do espiritismo. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.10, p.83-93, jan-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/01/10-1-7.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os exilados do poder. In: _____. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp.15-62.

JOGAS JUNIOR, Denis Guedes. *Por que devemos ser monarquistas? A crítica monarquista a República (1889 – 1900)*. 2011. 58f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2011.

LAET, Carlos. Discursos e Conferências. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____ *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. pp.17.

MERQUIOR, José Guilherme. *A estética de Levi Strauss*. Tradução Juvenal Hahne Jr. São Paulo. Ed: É Realizações, 2013.

SÁNCHEZ COSTA, F. (2009). "La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva". *Pasado y memoria: Revista de História Contemporánea*, n. 8, pp. 267-286.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995.

O professor Ernesto da Cunha de Araújo Viana e a Arquitetura como escrita da História na época da Belle Époque carioca

Lorhan Lascolla de Souza

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

O engenheiro brasileiro Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1852-1920), atuante no meio intelectual de seu tempo, imbricou-se no universo das letras, publicando uma grande quantidade de artigos na imprensa carioca. Por meio desses textos, Araújo Viana demonstrou um elevado grau de erudição ao tratar de questões relativas à história da arte e arquitetura brasileiras, o que passou a notabilizá-lo na imprensa do período. Assim, o presente trabalho se debruça sobre a produção intelectual do engenheiro, com intuito de trazer a lume visão do engenheiro diante das reformas urbanas que objetivavam a modernização do país. Destacam-se, sobretudo, os escritos publicados pelo engenheiro no jornal *A Notícia e Renascença*, nas primeiras décadas do século passado.

Trajetória

Antes de colaborar com os referidos impressos, Araújo Viana já havia tomado à empreitada de dirigir a *Revista dos Constructores* (1886-1895). Patrocinada por D. Pedro II, a publicação mesclava textos de notícias do país e do estrangeiro, e trabalhos acerca de inovações tecnológicas e melhoramentos urbanos projetados ou executados no Brasil e no exterior, muitas vezes ilustrados com gravuras que reproduziam obras tidas como inovadoras na concepção de seus projetos, visando, enfim, “um público formado principalmente por engenheiros, mas, também, por mestre de obras e pelos ‘capitalistas que se atiram à construção de prédios’” (CORRÊA, 2012, p. 97). A afinidade com o campo da arquitetura, relativamente comum em um momento de definição de

competências, pode ser observada na revista, que reunia conhecimentos de arquitetura, engenharia, higiene e prática das construções.

Contudo, a proximidade do engenheiro formado pela Escola Politécnica com o campo da arquitetura, até então sob a alçada da Escola Nacional de Belas Artes (como passou a ser chamada a Academia Imperial de Belas Artes, após a reforma republicana de 1890), adquiriu contornos mais nítidos com os textos veiculados especialmente nos jornais *A Notícia* e *Renascença*. Os textos do engenheiro coincidem também com o seu ingresso na Escola Nacional de Belas Artes, onde ocupou a cátedra de História e Teoria da Arquitetura, em substituição ao professor Carlo Parlagreco, a partir de 1897. Viana ocupou a cadeira até 1920, ano de seu falecimento.

Engenheiro, arquiteto e professor

Viana ingressou na Escola Nacional de Belas Artes em um contexto de disputas internas. A transição da Academia Imperial para Escola Nacional não se restringiu apenas a uma simples alteração na denominação da instituição, mas implicou também debates em torno de reformas internas de seu ensino, sobretudo quanto à permanência do curso de Arquitetura em seu currículo, que, cada vez mais, adquiria foros de ciência, deslocando-se das Belas Artes. Conforme assinalado por Claudia Ricci (2004, p. 82), o que estava em jogo era constituição de um estilo arquitetônico que privilegiasse a subjetividade do arquiteto, sua liberdade em escolher, dentre as formas do passado, aquela tida como sendo capaz de equacionar os problemas de seu tempo. Em outras palavras, significava encontrar soluções atuais, como técnicas e estéticas, para resolver os problemas então contemporâneos. Isso contrariava a veneração exclusiva do cânone clássico, até então preconizada pela agremiação.

O programa sugerido por Araújo Viana representou também uma “inovação” para a cátedra de História e Teoria da Arquitetura. De acordo com o programa do curso, Araújo Viana pretendia definir a arquitetura simultaneamente como ciência, arte de invenção e arte plástica. O curso partiria das origens das práticas construtivas; isto é, das formas de construção pré-históricas. Chama atenção, particularmente, o estudo sobre a arquitetura no Brasil desde os tempos coloniais, o estudo espacial da edificação particular

na cidade do Rio de Janeiro e o que considerava o ideal da habitação nos climas tropicais. Os temas em questão demonstram uma antiga preocupação do professor com a valorização das raízes arquitetônicas brasileiras.

Segundo Helena Uzeda (2006, p. 34), “Araújo Viana requalificava, assim, a arquitetura utilizada no período da colônia, direcionando a atenção dos estudantes para uma nova possibilidade estética, localizada fora dos arquétipos acadêmicos” e, embora não fosse o único responsável pela elaboração dos concursos da cátedra de Composição de Arquitetura, “o entusiasmo do professor pela história da arquitetura brasileira teve um peso considerável na formação dos arquitetos” da Escola de Belas Artes (UZEDA, 2006, p. 128).

O perfil de Araújo Viana pode ser definido, assim, segundo as palavras de Denise Gonçalves (2007, p. 103):

Engenheiro, arquiteto, jornalista e historiador – é a este perfil humanista que se deve não só a modernização da disciplina, mas também o esboço de uma historiografia da arquitetura brasileira que, se não prima pela imparcialidade científica, já se configura dentro de objetivos precisos.

Esse “perfil humanista” de que fala Denise Gonçalves decorre da apropriação de ideias então correntes. Em alguns de seus escritos, Viana apontou o nome de indivíduos que, de alguma forma, moldaram sua cosmovisão. Em um deles, o engenheiro afirmou que seu “guia e inspirador” nas questões de “filosofia da arquitetura” era L. A. Boileau (VIANA, 1984, p. 178). Boileau foi um arquiteto francês, discípulo de Eugène Viollet-le-Duc, responsável pela formação de uma geração de arquitetos que, inspirados em suas ideias, renovaram o ensino da arquitetura na França. Em seu *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*, Viollet-le-Duc definia assim a construção:

A construção é uma ciência; é também uma arte, ou seja, é necessário ao construtor o saber, a experiência e um sentimento natural. Nasce-se construtor; a ciência que se adquire não pode mais que desenvolver as sementes depositadas no cérebro dos homens destinados a dar um emprego útil, uma forma durável à matéria bruta. Assim ocorre com os povos como com os indivíduos: alguns são construtores desde o berço, outros não se tornarão jamais; o progresso da civilização acrescenta pouco a essa faculdade natural (VIOLLET-LE-DUC, 1858, p. 1).

No referido verbete, Viollet-le-Duc diz que “construir, para o arquiteto, é empregar os materiais em razão de suas qualidades e de sua natureza própria, com a ideia preconcebida de satisfazer a uma necessidade pelos meios mais simples e mais sólidos” (p. 1), de conferir à construção a aparência da duração, proporções convenientes submetidas a certas regras impostas pelos sentidos, raciocínio e instinto humanos. Com isso, “os métodos do construtor devem então variar em razão da natureza dos materiais, dos meios dos quais ele dispõe, das necessidades às quais ele deve satisfazer e da civilização em meio à qual ele nasceu” (p. 1-2).

Segundo Aldo Rossi, para Viollet-le-Duc a resposta da arquitetura quanto ciência era necessariamente unívoca: diante de um problema, haveria uma só solução. Os problemas com os quais a arquitetura se defrontava mudariam continuamente, alterando suas conclusões. Desta forma, os princípios da arquitetura e as construções que modificam a realidade constituiriam a estrutura da criação humana. Assim, “Viollet-le-Duc descobre que, na arquitetura, a casa é o que melhor caracteriza os costumes, os usos, os gostos de uma população; tanto sua estrutura quanto suas características distributivas só se modificam em tempos muito longos” (ROSSI, 2001, p. 154).

Estilo colonial: um estilo genuinamente brasileiro

Conforme assinalado por Pierre Bourdieu, *estilo* é maneira particular de representar a percepção, pensamento “e de captação próprio de uma época, de uma classe, de uma fração de classe ou de um grupamento artístico” (BOURDIEU, 2007, p. 283). Quanto aos modos de produção e percepção artísticos, Bourdieu constata ainda que a aptidão para analisar e decifrar as características propriamente estilísticas de uma obra decorre do conhecimento prático adquirido pelo convívio entre elas ou por intermédio de uma aprendizagem de sistemas de classificação, que permitem situar cada elemento das representações artísticas em uma classe definida. Desta forma, a apreensão dos traços estilísticos que definem a *originalidade* é indissociável da apreensão das *redundâncias* estilísticas; ou seja, “dos tratamentos típicos da matéria pictórica que definem um estilo” (p. 283-284). Ainda de acordo com Bourdieu (p. 285):

Cada época organiza o conjunto das representações artísticas segundo um sistema de classificação dominante que lhe é peculiar, aproximando obras que outros períodos aproximavam, de modo que os indivíduos têm dificuldades em pensar outras diferenças além daquelas que o sistema de classificação disponível lhes permite pensar.

Giulio Carlo Argan, por sua vez, afirma que “em cada objeto artístico se reconhece facilmente um sedimento de noções que o artista tem em comum com a sociedade de que faz parte, sendo como a linguagem histórica e falada de que se serve o poeta” (ARGAN, 2005, p. 29). Assim, a arquitetura – suas técnicas e estilos –, é, por excelência, a linguagem do arquiteto, a forma como ele escreve e registra a sociedade de seu tempo. É, pois, o vocabulário com o qual expressa questões intrínsecas de uma determinada época: é um registro da história.

Em texto publicado por Araújo Viana publicado no jornal *A Notícia*, em dezembro de 1900. No artigo, intitulado *Estilos*, o professor se propôs a definir o que entendia por “estilo”. A definição formulada pelo professor se coadunava com as de Bourdieu e Argan. Viana afirmava que o vocábulo “estilo”, passando da literatura para o domínio das artes, servia para caracterizar, de um modo geral, os contornos construtivos particulares, os ornamentos típicos exigidos pela construção, que os povos imprimiam às obras, segundo os tempos, os climas e raças, “segundo também o seu grau de cultura, capacidades físicas e morais” (VIANA, 1984, p. 192).

Reconhecendo se tratar de um assunto delicado e mesmo difícil, Viana salienta que ao construir uma casa em um determinado estilo, isto é, “um pastiche correto e impecável” quanto às linhas e detalhes, seu autor deveria conhecer a marcha da humanidade através dos tempos históricos e das características da arte de uma época, seus traços essenciais, transformações e os reaparecimentos razoáveis de caracteres de outras artes. Em seguida, o professor buscava explicar seu argumento trazendo à luz uma casa que então havia sido edificada na cidade, e que fora classificada como sendo de estilo puro gótico. Contestando aquela classificação, Viana escrevia:

Por quê? Por que as janelas e as portas da fachada são ogivais e tem esta alguns ornatos imitados do gótico? Não há nenhum ornato ali que exprima uma necessidade, e corresponda ao sistema construtivo. Na frente não se observa um ponto que pela

construção mereça o edifício a classificação de gótico, quanto mais puro gótico (VIANA, 1984, p. 193).

Para Viana os elementos ornamentais deveriam estar subordinados às necessidades construtivas. Em outras palavras, seguindo o exemplo fornecido da casa de estilo “puro gótico”, a ogiva, que, segundo ele, não era uma característica fundamental da arte gótica, uma vez que já existia desde a Antiguidade, não era um simples ornato decorativo, mas, sim, uma resultante necessária à construção que evoluiu no período medieval da história.

Nesse sentido, as construções coloniais brasileiras, por sua vez, eram representativas da história do país; isto é, produtos da colonização portuguesa. No curso que viria a ministrar no Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro em 1915, intitulado *Das artes plásticas no Brasil em geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular*, Viana selecionava o que entendia ser constituidor de uma “arquitetura e arte nacionais”, excluindo deliberadamente o artesanato e construções indígenas e as edificações erigidas no nordeste brasileiro em decorrência da experiência da colonização holandesa na região. Nessa seleção, portanto, só eram compreendidas as obras criadas desde o descobrimento pelos portugueses e aquelas derivadas da colonização lusitana.

Arquitetura como escrita da história

Entendendo a arquitetura não apenas como arte, mas também como ciência, para Araújo Viana ela era manifestação simultânea de duas faculdades humanas: o sentimento e o raciocínio. Com isso, o professor dizia ser difícil a classificação deste tipo de arte (a imitada), pois, para tal, seria indispensável distinguir nas construções o que emanava da emoção estética da parte decorativa e o que resultava do racionalismo científico da parte construtiva.

A lógica que norteava essa classificação, “no sentido do progresso”, baseava-se segundo o sistema construtivo que decorria da natureza dos materiais empregados e de sua combinação, ao passo que o estilo decorativo utilizado simbolizava “uma época, um povo, um país”. Seguindo o raciocínio definido por Araújo Viana, a arquitetura moderna

apoiava-se na ciência “que progride” e não poderia mais recorrer unicamente à estereotomia da pedra, devendo, portanto, invocar “a resolução dos grandes problemas de arejamento higiênico e da iluminação de vastíssimas naves” (VIANA, 1984, p. 179).

Cláudia Thurler Ricci corrobora o entendimento do arquiteto-engenheiro para aquela época, ao assinalar que:

Fácil é compreender a função de relato histórico da qual um texto pode estar imbuído, afinal, às letras sempre foi reservado o papel de organizar e dar forma à experiência humana. Entretanto, a associação entre Arquitetura e narrativa histórica não se apresenta como uma constante. Tal relação encontra seu lugar em um momento específico da história da Arquitetura - século XIX e inícios do XX -, que tomou para si a preocupação de organizar as formas tal qual um relato, permitindo que a história de uma nação fosse lida nas edificações. (RICCI, 2005, passim).

Segundo Angela Alonso (2009), os grupos intelectuais da geração de 1870 frisavam a obsolescência da herança colonial e a necessidade de reformas para colocar o país na marcha da civilização ocidental. Na contramão de tais ideias, Araújo Viana valorizava as construções coloniais, pois entendia que elas eram um registro, um documento da história nacional. Por isso, combatia a ideia de destruição de construções e monumentos que remontavam essa história, ao tempo em que combatia, especialmente, desvios que afastassem os estilos arquitetônicos de sua “real” função.

O passado colonial em risco na era das demolições

As reformas de embelezamento, que visavam remodelar a capital, estavam alinhadas com o projeto político em curso naquele momento, que tinha por objetivo integrar o país aos fluxos internacionais de comércio e finanças. Em outras palavras, o objetivo das reformas era “trazer credibilidade, investimentos e mão-de-obra para o Brasil, ampliando assim sua participação no mundo do moderno capitalismo internacional” (PEREIRA, 1992, p. 145).

Orientado pelo objetivo normalizador de uma razão ordenadora, o olhar dos engenheiros traduzia-se em um discurso recheado por um “conjunto de polaridades”. Conforme assinalou Berenice Cavalcante (1985, p. 97), as formulações dos engenheiros

sobre a cidade davam-se sob o par “beleza e saneamento”, revelam a construção de uma interpretação do espaço social urbano referida a pares de oposição tais como *saúde/doença*, *beleza/feiura*, *limpo/sujo*, *virtude/ócio*, etc. As discussões em torno da higiene demonstravam, assim, como a preocupação em “limpar e embelezar” a sociedade conferia a ela novos valores, que deveriam ser preservados e reproduzidos, sendo considerados, por conseguinte, como condição de sua própria reprodução.

Como apontado por Jaime Larry Benchimol (1992, p. 240), os governos federal e municipal rasgaram várias artérias destinadas a estabelecer comunicações entre diferentes pontos da cidade: entre a zona portuária e o centro; entre as zonas portuária, ferroviária e industrial; entre o centro os florescentes bairros da zona sul, mas também da zona norte e subúrbios, e, especialmente, asseguraram comunicações no âmbito da própria área central da cidade. Benchimol identifica que, para os projetos reformados, o cerne do problema, isto é, o “lugar crítico” era a área central, especialmente a Cidade Velha, que conservava muitos de seus traços “coloniais” (BENCHIMOL, 1992, p. 240).

O alargamento e a abertura de ruas e avenidas previstas pelo projeto urbanístico, tal como apontado por Sonia Gomes Pereira (1992, p. 157), demandavam grande número de demolições nessa parte central. Segundo dados levantados pela autora, “chegaram a um total de 1681 prédios derrubados, deixando quase 20 mil pessoas desabrigadas” (PEREIRA, 1992, p. 157). As demolições, executadas em ritmo acelerado, tornaram-se um dos principais assuntos na imprensa e mesmo na literatura da época.

Os escritos publicados por Araújo Viana na imprensa carioca daquele período não se referem às demolições de habitações populares. Pode-se sugerir, por conseguinte, que o professor-engenheiro compartilhava dos mesmos ideais modernizadores que norteavam as reformas, divergindo, talvez, dos meios necessários para que os projetos de melhoramentos fossem levados a cabo. Ainda assim, as habitações populares, nesse momento, não constituem seus objetos de estudo.

Embora afirmasse que a importação de estilos estrangeiros se acentuara “intensamente na presidência de Rodrigues Alves e prefeitura de Pereira Passos, nos concursos de projetos de arquitetura, na abertura da Avenida Rio Branco, e nos novos arruamentos dados na municipalidade” (VIANA, 1916, p. 132), Araújo Viana não criticava abertamente os projetos de reformas levados a cabo por Francisco Pereira

Passos. Naquela época, Passos, então prefeito da capital, se notabilizou pelo *bota-abaixo*, expressão utilizada pela população carioca para se referir às referidas demolições decorrentes das reformas.

Ao contrário do que se poderia imaginar, diante de seu apego ao passado, Viana elogiava os feitos do prefeito. Lamentava, no entanto, a demolição de construções que entendida serem símbolos da “arquitetura original” da cidade. Reconhecia, assim, a necessidade das demolições que visavam sanear, embelezar, enfim, modernizar o Rio de Janeiro. De acordo com Carlos Kessel (2008, p. 73), “a contradição que a nós poderia parecer insolúvel deve ser compreendida no seu contexto, em que a intelectualidade do Rio de Janeiro alinhava-se quase que sem dissensão ao projeto de saneamento e embelezamento de Pereira Passos”.

A afirmação de Kessel quanto a essa suposta contradição, entretanto, é um tanto problemática. A valorização das construções antigas, identificadas como registros da história, não anulava a simpatia de Araújo Viana para com as reformas modernizadoras. Ademais, o apego à história, naquele momento, implicava também a adesão a uma nova perspectiva que apontava para um caminho linear para o futuro, tendo como norte as ideias de progresso e civilização correntes. Nosso entendimento sobre a questão fundamenta-se na proposição destacada por Giovanni Levi para o estudo de trajetórias e biografias segundo a qual, apesar de os historiadores considerarem “pacífico que todo sistema normativo sofre transformações ao longo do tempo, mas que num dado momento ele se torna totalmente coerente, transparente e estável” (LEVI, 2006, p. 179), seria preciso indagar mais sobre amplitude da liberdade de escolha dos indivíduos, relacionando-a permanentemente com o contexto do qual ele faz parte. Assim, o historiador italiano aponta que “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação” (LEVI, 2006, p. 179), não devendo cobrar-se dos indivíduos que se encaixem nesse tipo de dicotomia ou, no caso específico de Araújo Viana, na escolha entre a primazia da valorização do antigo ou do histórico face ao progresso representado pelas reformas.

Considerações finais

Pode-se pensar na preocupação de Araújo Viana com a preservação das construções coloniais como o registro das marcas do passado a partir dos conceitos *documento* e *monumento*. Sobre eles, Jacques Le Goff afirma se tratarem de materiais da memória, frutos de uma seleção quer realizada pelas forças que agem no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos indivíduos que se ocupam com a ciência do passado e do tempo presente (LE GOFF, 1990, p. 535). Nesta chave, ainda de acordo com o historiador francês:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (LE GOFF, 1990, p. 547).

Seguindo a perspectiva de Le Goff, observa-se na atuação de Araújo Viana uma intenção de legar à posteridade um testemunho do passado. Passado que, para ele, deveria ser preservado. Passado que constituiria um documento da “originalidade” arquitetônica do Rio de Janeiro.

Em artigo publicado em A Notícia em 1903, com o título Cartelas, Viana pretendia responder uma questão levantada por um leitor de suas colunas, que havia encaminhado ao jornal um pedido de implicações a respeito daquele tipo de ornato, por ter o engenheiro feito referências às cartelas do chafariz lapidário no Largo do Paço. No texto, o professor escrevia que apesar dos “imprudentes trabalhos, realizados em antigas obras da cidade do Rio de Janeiro, com menosprezo das origens históricas, conservam interessantíssimas cartelas em lugares evidentes de alguns edifícios públicos” (VIANA, 1985, p. 224). A crítica era contrabalançada por uma ressalva. Viana seguia dizendo que, quando acusava de “imprudentes” os trabalhos efetuados em algumas construções do velho Rio de Janeiro, ficava “cismando de que alguém por aí possa me tomar por emperrado amigo ou conservador incondicional de velharias ou belchiores de pedra e cal” (p. 224). Todavia, entendia o professor, muitas construções deveriam ser respeitadas; longe de

desaparecerem, deveriam ser conservadas e restauradas, sem a menor incompatibilidade com os progressos e melhoramentos urbanos então empreendidos. Ocorre que nos edifícios e objetos antigos se levantava a história da cidade. Essas construções constituíram, por assim dizer, marcos legados para advertência e para ensino, sendo, portanto, “piedosa obrigação honrar e venerar esses documentos históricos” (p. 225). Neste sentido, Araújo Viana se dizia pugnar pela História e pela tradição.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAVALCANTE, Berenice. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene no Rio de Janeiro, final do século XIX. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 1, set/dez 1985.

CORRÊA, Maria Letícia. Engenharia, ordem e disciplina sobre a cidade: Vieira Souto e os projetos de “casas para operários” no Rio de Janeiro na década de 1880. In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

GONÇALVES, Denise. A historiografia da arquitetura no Brasil - estudo de caso: Ernesto da Cunha de Araújo Viana. In: Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 27. *Anais*. Salvador: CBHA, 2007, p. 98-108. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2007/Anais_2007.pdf> Acesso em: 11 jun. 2018.

KESSEL, Carlos. *Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 1983, p. 167-182.

PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

RICCI, Claudia Thurler. *Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro (Rio de Janeiro 1903-1922)*. 2004. Tese (doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Sob a inspiração de Clío: O Historicismo na obra de Morales de los Rios. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Não paginado. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_mlr_ctr.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes: 1890-1930*. 2006. Tese (doutorado em História e Crítica da Arte), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VIANA, A arquitetura de salão em 1900. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 177-182 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1900].

_____. Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. LXXVIII, parte II, v. 132, 1916, p. 505-579.

_____. Cartelas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 347, abr./jun. 1985, p. 224-226 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em out. de 1903].

_____. Estilos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 344, jul./set. 1984, p. 192-195 [artigo publicado originalmente no jornal *A Notícia* em dez. de 1900].

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. Construction. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène. *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Paris: B. Bance,

1858. Disponível em: <<https://archive.org/stream/dictionnairerais04byuviol#page/n11/mode/2up>> Acesso em: 15 jun. 2018.

Criminalidade e Prisão no Boletim Policial: discursos em torno da ideia de delinquência na Primeira República

Rodrigo Maia Monteiro

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

Nos dias atuais, quando se discute o aumento da criminalidade e o sistema de justiça criminal no Rio de Janeiro, questiona-se cada vez mais a eficácia da prisão na administração dos conflitos sociais e na ressocialização do preso. Por outro lado, a prisão tem ocupado um lugar central na gestão do crime pelo Estado, conservando o mesmo perfil de criminosos que a um século atrás, levando amplas parcelas da juventude pobre, negra e periférica à reclusão como pena e exclusão da sociedade como efeito da pena. Nos perguntamos nesse artigo como a figura do criminoso carioca e a prisão enquanto gestão dessa criminalidade estavam dispostos no início da república no Distrito Federal, no momento em que a ordem burguesa substituiu o regime monárquico e apresentou um novo discurso sobre a pena, se apropriando de vez do direito de punir e instituindo a prisão celular como modelo padrão da mesma. De modo geral, esse contexto é marcado por transformações políticas, identificados com a reorganização do espaço público e a incorporação de valores técnico-científicos na administração dos conflitos urbanos. Soma-se a isso a crise do escravismo e o afluxo de ex-escravos e imigrantes para os centros urbanos da capital federal, gerando uma massa de desempregados que se formava na urbe carioca, estimulando em contrapartida o aperfeiçoamento de estratégias de controle social, incluindo a força policial e o encarceramento, além da produção de discursos sobre o crime e a delinquência em impressos institucionalizados, criando perfis de criminosos cariocas. Diante desse quadro, tomando como fonte para esse artigo o impresso de instrução policial chamado de *Boletim Policial*, no período de sua existência, entre 1907 e 1918, nos perguntamos o que se pode dizer da criminalidade carioca nesse período e, ainda, qual o papel do cárcere na gestão desses conflitos?

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

O Código Penal de 1890 é uma das chaves para entendermos a preocupação das elites e das instituições de controle social em estabelecer mecanismos de administração da ordem e promover estratégias cuja necessidade se apresentava nas transformações recentes da sociedade brasileira. Em julho de 1912, Miguel Buarque Pinto Guimarães escreve um artigo no *Boletim Policial* intitulado *Os Irresponsáveis ante o Código Penal* onde aponta que a atual legislação penal presente no código, unido aos esforços médico-legais, consegue resolver sérios conflitos envolvendo "delinquentes perigosos ao convívio social" (GUIMARÃES, 1912, p.245). Mas os projetos de nação emergentes nesse período exigiam das instituições de controle social, como a polícia e a prisão, além de um viés modernizante, um caráter mais disciplinar e normativo, deixando pra trás o efeito repressivo, próprio das sociedades pré-capitalistas, como demonstrou Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, promovendo a individualização da pena "em conformidade com as características singulares em cada criminoso" (FOUCAULT, 1987. p.119), respaldada nas escolas positivistas do direito penal.

Nomeado chefe de polícia da Capital Federal em 15 de novembro de 1906, Alfredo Pinto Vieira de Melo afirma no relatório publicado em maio de 1907 no *Boletim Policial* que a polícia do Rio de Janeiro deveria deixar seu caráter repressivo e violento que sempre sustentou e adotar um novo modo de intervenção nos conflitos da cidade, além de ter que aprender a ser "invariavelmente moralizadora" (MELLO, 1907, p.1). Assim, uma das exigências do chefe de polícia era reorganizar a força policial para que se transformasse em uma polícia moralizada e científica, com novas técnicas de identificação dos criminosos. Outra exigência do mesmo seria a organização definitiva da assistência, baseado na criação de um sistema carcerário que contemplasse as casas de correção, onde o trabalho do preso seria uma forma de ressocializá-lo, "regenerando os criminosos, abrigando os delinquentes" (MELLO, 1907, p. 4), prevenindo a delinquência com trabalhos obrigatórios nas casas de trabalho. O chefe de polícia coloca a seguinte questão: "como combater com eficácia a vadiagem, se o Estado não oferece um campo vasto de trabalho regenerador ao vagabundo reincidente?" (MELLO, 1907, p. 4). E finaliza com o lamento:

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

"Tivessemos já fundado uma Colonia penal para ter execução o art. 50 do Codigo Penal; melhoradas as condições da Colonia Correccional de Dois Rios; ampliado o Asylo de Mendicidade e estabelecido em diversos pontos da cidade as casas de trabalho modeladas pelas Work-houses da Inglaterra, certamente teríamos conseguido reduzir a estatística criminal e a avultada despeza com a manutenção das prisões." (MELLO, 1907, p.4).

No Código Penal de 1890, o regime penitenciário com a prisão celular foi adaptado ao sistema penal, como segue:

"Tendo por base a prisao cellular com isolamento durante o primeiro periodo da pena, nunca excedente a dous annos, e com trabalho em commum, segregação nocturna durante o dia, nos periodos successivos, combinando assim os methodos da Philadelphia e Auburn, conforme está mais geralmente adoptado, e admitindo os melhoramentos do methodo irlandez, consistentes na prisao intermediaria e no livramento condicional"(SALLES, 1891, p. 1).

A pena de banimento foi admitida, mas só em casos de “tentativa violenta contra a constituição política da republica” (SALLES, 1891, p.1), além da pena de reclusão em fortaleza para alguns crimes políticos. A pena com trabalho foi designada para os ociosos incorrigíveis pelos meios comuns, sendo enviados para penitenciárias agrícolas ou presídios militares, e a pena disciplinar foi direcionada aos menores de 21 anos, em estabelecimentos industriais. A lei n. 76 de 16 de agosto de 1892, lançou ao projeto de reorganização do serviço policial na República uma proposta mais sólida. No decreto de n. 1.034-A de 1892, a lei n. 76 é regulada em sua execução, exigindo como empregados da polícia médicos, inspetores de veículos, oficiais do porto, escrivães e etc. Com esse decreto, tanto a força policial aumentou como novos personagens passaram a entrar em cena, fortalecendo os laços de solidariedade contra a criminalidade carioca.

Contudo, quanto mais complexa se tornava a sociedade carioca, mais sofisticados eram as estratégias, os "discursos da ordem" e a "organização das instituições de controle social" (NEDER, 2012. p.27). Para Foucault, no interior de todo processo de luta de classes encontram-se estratégias (FOUCAULT, 2006. p.250) de administração de conflitos que se tornam pouco a pouco maneiras de governar do Estado. Segundo o autor, a partir do século XVI vê-se desenvolver uma série de estratégias de gestão da população, dos bens, da riqueza, dos comportamentos individuais, uma forma de vigilância e controle que se apresentarão como arte de governar a partir de um Estado administrativo, de justiça

(FOUCAULT, 2015. p.413). Essa nova razão de Estado, de liderança e manejo, ou seja, essa governamentalidade (FOUCAULT, 2006. p.281), proporcionou, segundo o autor, que no final do século XIX a maioria dos grandes Estados possuíssem pensamentos estratégicos de gestão de pessoas já bastante desenvolvidos. Contudo, no Brasil, Margareth Rago aponta que houve também estratégias de resistência à economia capitalista e à arte de governar do Estado, ou seja, "as inúmeras formas de luta desencadeadas dentro e fora dos muros da fábrica, durante as duas décadas iniciais do século XX, atestam a recusa operária a se submeter às exigências da exploração capitalista (...)" (RAGO, 2014. p.33). Com isso, queremos demonstrar que não só o Estado mobilizava um arsenal de conhecimentos e técnicas coercitivas, mas a população também se colocava ao lado de diferentes estratégias de resistências efetivadas no cotidiano, dentro e fora da produção capitalista.

Para entendermos o contexto social do Rio de Janeiro de uma perspectiva mais ampliada, que inclua os conflitos e preocupações da cidade, precisamos entender também a “renovação material” (LOBO, 1978. p.449) apontada por Eulália Lobo, que acontecia em seu espaço urbano. Para Nicolau Sevcenko, a primeira expressão dessa renovação, que ele chama de “regeneração” (SEVCENKO, 1983. p.30), pode ser vista em 1904 “com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da lei da vacina obrigatória” (SEVCENKO, 1983. p.30). Esses atos seriam no seu entendimento “o marco inicial da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro” (SEVCENKO, 1983. p.30). Benchimol aponta a renovação urbana ocorrida no início do século XX como uma verdadeira “operação militar pelo Estado” (BENCHIMOL, 1992. pp. 318-319) onde uma complexa relação de forças foi estabelecida pelo governo de Pereira Passos para manter a dominação de classe. Nesse sentido, Pereira Passos é representado como um Hausmann tropical por Benchimol, como uma alusão ao prefeito de Paris que anos antes promovera transformações urbanas em sua cidade. Sidney Chalhoub estuda o surgimento da ideologia da higiene em meados do século XIX e aponta o “perigo social representado pelos pobres” (CHALHOUB, 1996. p.33). Como o principal motivador das reformas urbanas. Sevcenko destaca a importância das ações modernizadoras e o aspecto higienista da capital no período, contribuindo para pensar a reorganização do espaço público e a “necessidade de uma classificação da população carioca” (SEVCENKO, 1983, p.30).

Traço este marcante que representa o fôlego inicial dos serviços de identificação no início da República, impulsionando o desenvolvimento do Gabinete de Identificação no Rio de Janeiro e a criação do *Boletim Policial* para instrução da força policial e dos funcionários das instituições de controle social.

A noção de punição parece frágil, devido à sua generalização e abstração, mas pensar a maneira como os conflitos urbanos eram administrados nas primeiras décadas da República no Rio de Janeiro nos permite entender os efeitos do crime e da criminalidade em uma dimensão histórica precisa. A punição comumente é associada a um conjunto de regras que servem pra regular o fluxo da criminalidade. Contudo, ela não é estática e muito menos uma simples consequência do delito, assumindo características próprias de acordo com o território e a cultura onde está inserida. Partimos da abordagem de George Rusche e Otto Kirschheimer identificando que a punição precisa ser pensada primeiro como um “fenômeno independente” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004. p.94), e, por fim, a partir de suas “verdadeiras relações”, porque a pena em si não existe para esses autores, mas sim sistemas de punição em manifestações específicas de acordo com o meio onde ela é aplicada. Essas relações que envolvem os sistemas punitivos, na opinião dos autores, se referem às relações de produção e de trabalho, o que vai determinar o uso de certas punições e intensidade das mesmas. Assim, “a escravidão como forma de punição é impossível sem uma economia escravista” (RUSCHE; KIRCHHEIMER. 2004. p.94), bem como a prisão com trabalho forçado só faz sentido em uma economia capitalista.

Michel Foucault, inspirado pela obra de Rusche e Kirschheimer, acrescenta que a “a arte de punir deve, portanto repousar sobre toda uma tecnologia da representação” (FOUCAULT, 2006, p.94). Com isso, Foucault quer dizer que as práticas punitivas precisam de um aparato ideológico bem fabricado, poderes laterais e ligações estáveis entre a ideia de crime e o seu efeito não arbitrário da punição. Segundo o autor, “não há um exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele” (FOUCAULT, 2006. p.22). A partir dessa problemática, Foucault identifica que houve no decorrer dos séculos XVII e XVIII técnicas disciplinares que se tornaram fórmulas de dominação e adestramento e modificaram profundamente a maneira de administrar os conflitos e punir os

delinquentes. Grosso modo, até o século XIX, segundo o autor, “grandes formas de táticas punitivas” (FOUCAULT, 2015, p.7) são experimentadas pelas sociedades ocidentais, como: a exclusão, o ressarcimento, a marcação no corpo que se torna alvo de suplício e, por fim, o encarceramento. Contudo, ao longo do tempo, a punição se torna “a parte mais velada do processo penal” (FOUCAULT, 2006, p.15), ou seja, a ostentação dos suplícios e o espetáculo da punição física é cada vez mais escamoteado. A sociedade disciplinar foi uma exigência do capital que precisava de corpos dóceis.

Até aqui, podemos observar a maneira como as estratégias de controle social estão representadas na lei, como no código penal de 1890, mas também em instituições de vigilância, controle do mar, do espaço urbano, se relacionando com outros conhecimentos como a medicina legal, a psicologia, a antropologia criminal, e juntos se uniam contra um inimigo social em comum: na maior parte das vezes esse inimigo identificado como perigoso era aquele que vinha das classes pobres. O que as direcionam, as instituições de controle e poder, para um mesmo fim, o controle social, são as estratégias. Revistas como o *Boletim Policial* agiam como um conjunto de discursos que produziam a delinquência, legitimavam a intervenção dos serviços de identificação e de novos métodos para vigiar e controlar a sociedade carioca. Ao mesmo tempo em que o *Boletim* isola a figura do delinquente e a criminaliza, a torna também familiar, dotando-a de uma identidade diferenciada, mas inteligente, naturalizada nos espaços urbanos. A partir dessa familiarização e identidade trava uma batalha contra esse inimigo sem face do direito penal, alimentando no *Boletim Policial* uma identidade que transita entre a *expertise* e a desqualificação moral do delinquente, satisfazendo a necessidade de resposta contra o delito a partir de uma figura projetada do delinquente. Mas quem era esse delinquente no cenário carioca? No final do século XIX, os legisladores brasileiros identificavam as classes pobres como aquelas mais propensas ao crime, e as identificava com as classes mais perigosas:

"As classes pobres e viciosas (...) sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfatores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de - classes perigosas - ; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade." (Anais da Câmara dos Deputados, 1888, p. 73).

Pequenos agricultores, vadios, capoeiras, anarquistas, imigrantes, jogadores, alcoólatras, prostitutas, entre outros, compunham, na virada do século XIX para o XX, o conjunto complexo de homens e mulheres pobres, os quais representavam o motivo da maior parte da preocupação da força policial e da elite carioca. Segundo Gizlene Neder, em 1912, dos 109 detidos na Casa de Detenção, 92 tinham uma referência familiar e moradia, e 92 tinham uma ocupação (NEDER, 2012. p.297). Desses, a maior parte era por problemas como algazarra e distúrbio. Sendo assim, precisamos evitar a generalização do conceito de pobre que é associado aos presos, como se todos os presos viessem de classes populares na linha da pobreza extrema, de modo que muitas vezes a melhor forma seria denominar esses presos de trabalhadores somente. Podemos acrescentar à análise da criminalidade carioca, as reflexões dos autores que escreviam para o *Boletim Policial*, como Elysio de Carvalho.

Em artigo publicado no *Boletim Policial* em maio de 1913, intitulado “A Phisionomia da criminalidade carioca”, Elysio de Carvalho diz que cada época e cada forma social tem a sua criminalidade própria. A criminalidade existe em qualquer sociedade, segundo Elysio, sendo que nos países civilizados a criminalidade é requintada e substitui as formas violentas e primitivas pelas “formas modernamente intellectuaes” (CARVALHO, 1913, p.109). Nas sociedades atrasadas em contrapartida reinaria a violência e aumentam-se os crimes de sangue. Dessa forma, a criminalidade carioca, para ele, também tinha a sua fisionomia, assim como a parisiense e a londrina tinham as suas próprias. A primeira característica apontada por Elysio é a de que a criminalidade carioca possuía um “character muscular, violento, primitivo” (CARVALHO, 1913, p. 109).

Assim, Elysio de Carvalho apresenta as estatísticas produzidas pelo Gabinete de Identificação, baseado em dados que abrange o período que vai de 1907 a 1912. De um total de 14.848 crimes, a maior parte, 9.544 foram contra a pessoa, chamados de crimes de sangue. Desses, 466 foram homicídios, 615 tentativas de homicídios, 14 infanticídios, 6.231 lesões corporais leves e 551 graves, 3 lesões injuriosas e 1.298 por imprudência. O que mais espanta, na visão do autor, é que os crimes contra a propriedade que somam 2.153 estão muito atrás daqueles contra a vida, o que quer dizer que “mata-se mais do que

se rouba” (CARVALHO, 1913, p.109). Elysio atribui o alto índice de crimes de sangue principalmente ao que considera a péssima qualidade da imigração. Para sustentar sua tese, o autor aponta que nos últimos seis anos, de um total de 1.559 delinquentes “egressos das prisoes e reincidentes”, 7.990 são brasileiros, 4.332 são portugueses, 643 italianos, 628 espanhóis e 510 outros estrangeiros. “Quer dizer que, para 7.990 delinquentes brasileiros temos 6.113 estrangeiros, o que confirma a nossa observação” (CARVALHO, 1913, p. 109), diz Elysio.

No relatório publicado no *Boletim Policial* em 1907 pelo então chefe de polícia da Capital Federal, Alfredo Pinto, o mesmo destaca a vadiagem e os jogos de azar como contravenções que naquele momento perturbavam “o comercio honesto” (MELLO, 1907, p. 2) do Rio de Janeiro. O chefe de polícia aponta que o progresso material, o aumento da população desempregada nos espaços urbanos e o cosmopolitismo predominante da cidade exigiam em contrapartida um aprimoramento da polícia e uma vigilância constante dos desocupados.

Diante do quadro conflituoso apresentado no início do século XX, da reorganização e do fortalecimento das instituições de controle social e do perfil da criminalidade carioca apontada aqui, dois outros procedimentos se destacam inicialmente como estratégicas de exercício do poder do Estado nesse período: a reorganização do espaço e a classificação da população carioca. Contudo, acreditamos que esses dois domínios, ou seja, controle do espaço e classificação dos criminosos cariocas, só se tornaram possíveis a partir da ação repressiva e vigilante da instituição policial e de políticas punitivas, como arte racional de governar que se fortaleceu no Brasil no final do século XIX. Assim, talvez um dos principais sistemas de estratégia e controle das ilegalidades no Rio de Janeiro tenha sido: o dispositivo geminado da polícia-prisão (FOUCAULT, 1987. p.248). Para Foucault, "sozinhas elas realizam em todo o campo das ilegalidades a diferenciação, o isolamento e a utilização de uma delinquência. Nas ilegalidades, o sistema Polícia-prisão corresponde a uma delinquência manejável." (FOUCAULT, 1987. p. 248)

A instituição policial conviveu até o fim da escravidão com um sistema punitivo que também se alicerçava no espaço familiar, ou seja, esteve relacionada até o final do século XIX ao ambiente particular, seja de um grupo restrito ou de uma família. O poder

público se relacionava equilibradamente na maior parte do tempo com esse tipo de punição restrita ao patriarca de um grupo social e a legitimava. Nilo Batista trabalha com o conceito de “poder punitivo doméstico” (BATISTA, 2007, p. 34) para se referir a essas relações de poder entre o público e o privado que haviam nas políticas punitivas do Brasil. Entender as políticas punitivas a partir de estratégias de controle social é uma chave que coloca em evidência as instituições de controle e ordem, deixando claro as suas posições a cerca da repressão e da punição.

Diferentes estratégias foram utilizadas no exercício do poder de Estado, desde o começo da República no Brasil. Contudo, a nova razão de Estado, preocupada na vigilância do comportamento, do espaço, muito mais do que na repressão, se apoiou facilmente em um conjunto de discursos sobre o perfil do delinquente carioca, identificado com as classes pobres, de trabalhadores, naturalizando-os ao policial, que ao prendê-lo transforma-o perante a lei em delinquente eterno, estigmatizado, e portanto marcado na sociedade, tendo que conviver com o farol do direito penal sob sua cabeça. Nesse sentido, a polícia enquanto vigilância e a prisão como pena e instrumento de controle do fluxo da criminalidade, atuaram unidas enquanto os conflitos eram administrados na cidade, se desenvolvendo juntas, cada uma à sua maneira, mas a partir de estratégias coordenadas pelas instituições de controle social, se tornavam agentes sociais trabalhando contra a criminalidade carioca.

Documentos:

Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol. 3, p. 73.

BRASIL. Ministério da Justiça. Ministro Manoel Ferraz de Campos Salles. Exposição apresentada ao chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Publicado em 1891. ver em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1897/000002.html>.

CARVALHO, Elysio. “A Escola de Polícia do Districto Policial”. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, abril, maio e junho de 1912. pp. 15-18. p. 16.

CARVALHO, Elysio. “Phisionomia da criminalidade carioca”. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, maio de 1913.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/1903, Página 937 (Publicação Original).
Legislação Informatizada - Decreto nº 4.762, de 5 de fevereiro de 1903 - Publicação Original. Ver em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4762-5-fevereiro-1903-516906-publicacaooriginal-1-pe.html>

GUIMARÃES, Miguel B. P. Os irresponsáveis ante o código penal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, jun./1912, p. 245.

MELLO, Alfredo P. V. Introdução ao relatório apresentado pelo Dr. Chefe de Polícia ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores. *Boletim Policial*. Maio de 1907. pp. 1-7. p. 2.

“O policiamento na guarda civil”. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, agosto de 1907. p. 35.

TERRA, Sylvio. "Regulamento e organização policial do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: Brabner e Mello/Guarany, 1940. pp. 226-227.

Bibliografia:

AZEVEDO, André Nunes. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Mauad: Rio de Janeiro; 1ª edição, 2017.

BATISTA, Nilo. “Pena pública e escravismo”. In: NEDER, Gizlene (org.). *História & Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. pp. 27-64.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Hausmann tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CARVALHO, Lia Aquino de. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares, Rio de Janeiro 1886 – 1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault - Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHAZKEL, Amy. *Uma perigosíssima lição: A casa de detenção do Rio de Janeiro na primeira república*. In: MAIA, Clarisse Nunes(org). *História das prisões no Brasil*, volume 2, Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Irmec, 1978.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil - Criminalidade, Justiça e Constituição do Mercado de Trabalho (1890-1927)*. Niterói: Eduff, 2012.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

“Um comício em Bangu”: as lutas por cidadania no subúrbio do Rio de Janeiro da Velha República (1917-1918)

Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

Introdução: A Companhia Progresso Industrial do Brazil e a zona rural do Rio de Janeiro

Anunciava a *Revista de Engenharia* que a iniciativa do Sr. Dr. Henrique De Morgan Snell, “através de sua firma social *De Morgan Snell & Co.*, de Londres, propoz contractar a construção dos edificios e mais dependência de uma fábrica” em uma das quatro fazendas compradas por ele na freguesia de Campo Grande (“Fazenda do Retiro, Fazendo do Bangu, Sítio do Agostinho, Sítio dos Amaraes”). A escolhida foi a Fazenda de Bangu para receber o prédio retangular de 18.649,59m². A revista nos dá ideia de uma aquisição inteligente por parte do Dr. Snell, já que “depois de diversas pesquisas infructíferas” ele informou que na dita freguesia “havia terrenos com cachoeiras que podiam fornecer a quantidade d’água precisa para todos os trabalhos da fábrica”¹. Gracilda Silva (1985) observa que, apesar de a Companhia ter se instalado numa região rural, ela não foi destruída; ao contrário, as duas realidades, rural e fabril, continuaram paralelamente (SILVA; 1985, pp.25-33).

Márcio Piñon de Oliveira (2006) revela as diversas atividades e iniciativas da própria Companhia ao se aproveitar do meio rural em que estava inserida em consequência da distância geográfica da então cidade: no período entre 1890 e 1907, a empresa foi responsável por prover as reformas de infraestrutura local e pelo incentivo de retomada de atividades como o cultivo de cana de açúcar, o êxodo rural para as terras da fábrica, visando à produção de alimentos para abastecimento e a criação de um mercado

¹ *Revista de Engenharia*, ed. 229, 14 de março de 1890, p. 12. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

permanente junto à fábrica para venda de produtos agrícolas por parte de residentes locais e de outras áreas (OLIVEIRA; 2006).

Segundo Leonardo Soares dos Santos (2011), investimentos por parte da prefeitura de Pereira Passos, por exemplo, buscavam margem em um plano que ao mesmo tempo tentava suprir os gastos da municipalidade com o funcionalismo público e obras constantes, estreitando a relação entre poder público e iniciativa privada naquele período. Esta presença orquestrada do poder público, tentando elevar a região rural ao status urbano, pretende reafirmar constantemente a necessidade de impor taxas e tributos, no intuito permanente de conseguir receitas (SANTOS; 2011, pp. 117-118).

O geógrafo William Ribeiro da Silva (2017) afirma, sobre o processo de industrialização:

“Por envolver uma miríade de outras atividades (...) encontra espaço fundamental no urbano e este, dialeticamente, passa a ser produzido por novas lógicas. Assim, tem-se uma complexa composição da divisão social e territorial do trabalho que coloca a atividade industrial diretamente vinculada aos espaços urbanos. Sabe-se que a indústria não foi formada na cidade, mas pelas questões mencionadas progressivamente alterou sua localização às cidades, pois nesta forma espacial encontraria as melhores condições para suas atividades (SILVA; 2017, p. 10).

Distantes do ápice urbanístico e da efervescência social do Rio de Janeiro, Paulo Henrique Araújo Barata (2012) nos auxilia no que diz respeito à introdução ao debate. Barata afirma que

o crescimento periférico, e a percepção desse espaço como área de carência e desprovido, é resultado direto das políticas públicas que privilegiam em infraestrutura áreas sob o controle do grande capital em detrimento daquelas usadas pela força de trabalho. A implantação de infraestrutura via ente estatal associada a sua falta de controle sobre o crescimento urbano permitiu aos especuladores imobiliários engendrar uma organização espacial a sua maneira (BARATA; 2012, pp. 60-61).

Com a informação disposta através do apontamento de Silva e Barata, as interações humanas dentro deste território devem ser passíveis de consideração quanto à elevação desta percepção sobre a localidade, que nos parece ter sido movimentada por iniciativa da própria população em detrimento de iniciativas do poder público.

Isso acaba ilustrando o que Rogério Haesbaert (2007) afirma sobre o conceito de território:

“Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político' (HAESBAERT; 2007, pp. 20-21).

Partindo da análise de Haesbaert, podemos apontar ao longo desta pesquisa os diversos conflitos dentro de um espaço que acabam se tornando “privilégios” de usufruído de um território em vias de disputa entre poderes, seja emanados pelas demandas da fábrica, seja pelos movimentos de seus operários.

1917: “A Bangu também aderiu”

Os primeiros cinco anos de funcionamento da Fábrica de Tecidos Bangu (1892-1897) viram acontecer mobilizações do corpo operário recém-instalado na localidade para dar funcionamento às atividades da empresa. Como observa Gustavo Santos da Silva (2017), esses primeiros conflitos não foram marcados por uma consciência de classe aos moldes marxistas, mas por reivindicações pontuais e de apelos locais, como, por exemplo, conflitos por questões de nacionalidade e aluguéis das moradias operárias (SILVA; 2017, pp. 46-79).

Diferente das grandes greves que se deram na segunda década do século XX nas principais cidades do Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo -, os primeiros momentos descritos da nascente industrialização do então Distrito Federal não chegam a mobilizar em conjunto os operários das demais localidades onde se instalaram fábricas justamente por seu perfil territorial.

Mesmo sendo o trato para com o social caso de polícia na Primeira República, a coesão reivindicatória formada por diferentes parcelas da população local e regional pode nos revelar, além das transformações de denominação territorial da localidade diante deste quadro repressivo, um início da participação do bairro nas redes de relações sociais

e políticas tanto com os outros corpos de operários das demais fábricas instaladas no Distrito Federal, como com a municipalidade e sua administração.

O diário *A Razão* de 27 de julho de 1917 trazia em uma coluna intitulada “*A acção dos paredistas durante a manhã de hontem*” informações sobre os acontecimentos do proletário nos subúrbios da capital. Segundo o próprio jornal, além do funcionamento de serviços em localidades como Santa Cruz e Mangueira mediante a proteção policial, a onda grevista que se abatia sobre o Rio de Janeiro tinha “vários manifestos ao povo e aos proletários”. O diário descreveria a situação em Bangu da seguinte forma:

“A manhã nos subúrbios
Como na *cidade*, nada aconteceu nos *subúrbios*. Em Bangu, onde se prophetizava graves acontecimentos nada houve. A fábrica não abriu e appareceu guardada por soldados do Exército.”² (grifo meu).

Apesar de em julho de 1917 as greves já estarem deflagradas no Rio de Janeiro e em São Paulo, a adesão dos operários da Fábrica Bangu foi pequena, durando apenas uma semana - de 26 de julho à 1º de agosto. Boatos se espalharam a respeito da chegada de trabalhadores de Bangu à Central do Brasil no dia 26 para adesão ao movimento dos operários da cidade. O local de encontro costumeiro destes movimentos era a estátua de Benedicto Ottoni, que já estava guardada por policiais. Mas os operários vindos da zona rural da cidade não chegaram³.

O deslocamento dos grevistas se fez necessário até a zona rural. Entretanto, as tentativas de angariar adesão dos trabalhadores de Bangu aconteceram alguns dias antes, nos dias 24 e 25⁴, o que teve êxito apenas no dia 26, quando um funcionário da fábrica falou por parte do corpo de trabalhadores que, a partir daquele momento, estava declarado à greve naquele local⁵.

Segundo Michel de Certeau (1998), o “caminhante” faz o espaço tanto *ser* como *aparecer*, deslocando e inventando outras ordens espaciais “pois as idas e vindas, as variações ou improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais” (CERTEAU; 1998, pp. 176-178). O ato de caminhar, portanto, está

2 *A Razão*. 27 de julho de 1917, p. 6.

3 *O Paiz*. 27 de julho de 1917, p. 3.

4 *Gazeta de Notícias*. 25 de julho de 1917, p. 4.

5 *Gazeta de Notícias*. 26 de julho de 1917, p. 4.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

para o processo urbano assim como a enunciação está para a língua, atualizando e organizando os sentidos em um conjunto de possibilidades e proibições que expressam as permissões de onde se pode transitar, seja por convenções sociais ou delimitações físicas:

Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem como efeito uma tríplice função “enunciativa”: é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma *realização* espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica *relações* entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre locutores). (grifos no original)

Esta transformação de Bangu em um ponto de articulação de múltiplas reivindicações pode ter se dado pela espontaneidade e necessidade dessa “caminhada” até a localidade em prol da união de classe pelas causas levantadas pelos grevistas de 1917.

Michelle Perrot (2006) nos descreve “a alta dos salários e as reivindicações dos operários urbanos, ‘turbulentos e preguiçosos’” como fator primordial para “que se saia das cidades caras demais e implantem-se manufaturas das produções mais correntes no campo” no cenário industrial francês do início do século XIX (PERROT; 2006, p. 21). Tal exemplo, além de auxiliar no entendimento da lógica geográfica para instalação da fábrica naquela localidade, também nos ilumina quanto ao seu posterior incentivo aos empreendimentos comerciais, imobiliários e agropecuários, por questões de distanciamento do centro urbano da municipalidade.

Cabe ressaltar as observações de Milton Santos (1996) a respeito do uso das técnicas – no caso, a linha férrea – em relação aos usos do espaço:

“Sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é valor. E o valor relativo só é identificado no interior de um sistema da realidade, e de um sistema de referências elaboradas para entendê-la, isto é, para arrancar os fatos isolados da sua solidão e seu número.” (SANTOS; 1996, pp. 45-46)

Trazendo a importância da técnica em relação às distensões não só do meio espacial, mas temporal, Santos possibilita a percepção do domínio do espaço-tempo pelos

operários através da linha férrea que os operários de Bangu têm contato com os avanços reivindicatórios.

Neste quadro de análise da importância da ligação entre a zona urbana e a zona rural da cidade do Rio de Janeiro proporcionada pela ferrovia, passamos para um segundo momento, o do ano de 1918, quando algumas reivindicações das zonas rurais encontrarão em Bangu palco para apresentação de seu “*ultimatum*” aos desmandos do poder público.

1918: “O cynismo das leis municipais”

Como foi explicitado e grifado anteriormente na reportagem do diário *A Razão* do dia 27 de julho de 1917, a delimitação espacial em relação ao que fica denominado como “cidade” e “subúrbios” foi utilizada para noticiar o que estava acontecendo a respeito da movimentação de operários participantes da greve nas indústrias têxteis. Tais percepções podem ser confrontadas com o que o mesmo jornal evidencia em uma edição de abril de 1918:

“O grande comício de Bangu – os tecelões progridem
Realizou-se hontem, às 3 horas da tarde, no marco 6, em Bangu, que é, por assim dizer, *uma pequena cidade proletária*, o comício organizado pela U. de O. em Fábricas de Tecidos. (...) Deante daquela multidão de proletários, da imponência daquele bloco de tecelões, sentimos, com viva alegria, a impressão de que o proletariado *já é uma força e em breve terá realizado as suas nobres e justas reivindicações*. (...) Tratou, então, dos motivos que originaram aquelle comício, apresentando a proposta seguinte: “Proponho que fique a directoria da União autorizada a entender-se com os proprietários da fábrica Bangu, afim de que estes concedam aos seus operários a adicional de 10% que já gosam *os tecelões do Rio*, em virtude do acordo feito”⁶. (grifos meus)

Esta elevação de Bangu de uma localidade dos subúrbios na distante zona rural para uma “pequena cidade proletária” em contraposição ao Rio de Janeiro é a chave que precisamos para perceber que uma mobilização coesa da classe operária local em diálogo constante com os quadros operários das demais fábricas do Distrito Federal.

6 *A Razão*. 1 de abril de 1918, p.6.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

As atitudes provenientes da organização operária nos movimentos grevistas do ano de 1917 podem ter modificado não só a percepção midiática sobre Bangu, mas também da população da própria zona rural. Como mostra mais uma vez o diário *A Razão* em matéria intitulada “*O cynismo das leis municipaes*”, o inconformismo gerado em pequenos proprietários e inquilinos a respeito de tributações, que passariam a equiparar moradores das áreas rurais aos do centro da cidade, podem estar relacionadas ao estopim deflagrado pela luta operária.

O comício organizado para acontecer em Bangu no dia 22 de setembro de 1918 tinha como intuito dar um “*ultimatum*” com termos de anulação às imposições do então prefeito Amaro Cavalcanti em tentar “concertar [sic] as finanças da Prefeitura, de modo a dar lugar aos esbanjamentos com a sua filharada escandalosa e horripilante” ao considerar como situados na zona urbana, “para efeito de impostos”, os prédios construídos em toda zona suburbana do Distrito Federal. Tal decisão se agravou com o aumento de aluguéis ou a “ruína dos infelizes proprietários”, que “não podendo satisfazer à imensa finta tributária, passaram a ser citados judicialmente pelos algozes da Prefeitura”.

No dia seguinte a esta matéria⁷, o mesmo diário estampa o que foi o comício, que começou às duas e meia da tarde de uma segunda-feira no local marcado. A leitura de um documento por parte de Alberto Moreira nos dá um parâmetro do que os moradores das áreas suburbanas enfrentavam para exigirem tais revogações:

“Os abaixo assignados, moradores do logar denominado Bangu, localidade em que a Municipalidade não gastou até hoje um só real em melhoramentos públicos, onde até as próprias escolas eram até bem pouco custeadas pela Empresa Industrial do Brasil, onde o calçamento do trecho da Estrada Real de Santa Cruz, única macadamizada, foi feita em parte às expensas dos proprietários e moradores da localidade, que graciosamente offereceram a pedra britada precisa à sua macadamização, vem solicitar a aprovação do projecto nº 91 dese anno, que revoga o art. 242 do orçamento vigente, que estende a todo o Districto Federal a lei de construcções, promulgada pelo prefeito Passos, o grande, para as freguezias já dotadas de todos os melhoramentos municipaes e federaes”.

⁷ *A Razão*. 23 de setembro de 1918, p. 2.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

O retorno ao local na quarta-feira, dia 25 de setembro, nos mostra que as reivindicações não foram ouvidas⁸. Mais uma vez o dr. Alberto Moreira toma voz e demonstra que as exigências tributárias são absurdas, não podendo “admitir que logares afastados, onde a Prefeitura não semeia melhoramentos, sejam exigidos sacrifícios impossíveis de satisfazer”. Moreira deixa claro que, apesar da precariedade da conservação das propriedades na cidade, onde “os próprios federaes e municipaes em toda parte acompanham a totalidade” demonstra sua indignação pela necessidade do “cumprimento de uma lei absurda por todos os princípios e incoerente em suas modalidades”.

Pontuando a fala descrita pela imprensa que cobria os “*meetings*” em Bangu, podemos observar que a luta pelo direito à cidade esteve presente a todo o momento na lucidez e conhecimento dos direitos básicos do morador das zonas suburbanas da cidade. Ademais, nota-se a negação de uma taxa absurda por parte de proprietários em relação ao que se precisa pagar à municipalidade em forma de tributos, o que, desde Pereira Passos, estava vedado. Por parte dos inquilinos destes proprietários, podemos analisar sua revolta recorrendo mais uma vez à Michelle Perrot, quando observamos que as reivindicações por parte de operários franceses no século XIX por muito tempo se referia ao aluguel, não à moradia:

“Esse cuidado com a apresentação implica toda uma relação com o espaço público (...) Como os operários enfretam uma auto-imagem onde a sujeira e o desalinho marcam sua inferioridade, a dignidade operária passa pelo “bom aspecto”, a *bela figura* italiana. Uma roupa conveniente permite que se misturem sem vergonha à festa urbana” (PERROT; 2006, pp. 102-104).

É possível cogitarmos que a indignação de inquilinos e proprietários estivesse não na taxa dos imóveis e seu consequente aumento de aluguéis em si, mas no fato de minimizar a possibilidade de gastos relativos a outros objetos e outros desejos, já que o pagamento de aluguel, nesta conjuntura, se mostra uma marca da classe trabalhadora.

Além da necessidade do embelezamento da cidade através do peso das taxas urbanas sobre as áreas rurais, o descaso em relação à infraestrutura cria a luta justa encabeçada por pequenos proprietários e inquilinos, tendo adesão de operários e até

⁸ *A Razão*. 26 de setembro de 2018, p. 2.

mesmo políticos da região. Característico do que se aponta como uma cidade pós-colonial, nas palavras de Joel Kotkin (2012) os rumos das cidades da Ásia, América Latina e África não mais eram definidos por imperadores, sultões ou potentados locais, mas por banqueiros europeus e oficiais do governo. Tal expansão das cidades pós-coloniais ocorreu sem um correspondente aumento de riqueza ou poder, sendo para as pessoas de origem rural os centros urbanos locais que oferecem o mínimo de serviço público básico, o que não ocorria nos subúrbios do Rio de Janeiro, principalmente pela sua distribuição e divisão geográficas (KOTKIN; 2012, pp. 176-181).

Milton Santos (2015) nos ajuda a entender as tramas dessa mobilização local através de seus conceitos de verticalidades e horizontalidades: as “verticalidades” são os espaços de fluxos onde um sistema de redes exige fluidez e velocidade, regulado por um macroator – no caso, a lógica das imposições de tributos para, segundo os manifestantes, consertar as receitas da Prefeitura -, que busca adaptação do comportamento local aos interesses globais – sendo estes responsáveis por subjugar o controle do Estado -, e as “horizontalidades” as relações dadas dentro de um espaço banal, o espaço das vivências, onde as ações do Estado são limitadas e moldadas à realidade geográfica, criando-se uma solidariedade orgânica integrada formada pela existência comum dos agentes sobre o território. Com isso, quanto maior as verticalidades, mais profundas são as horizontalidades (SANTOS; 2015, pp. 105-109).

A narrativa jornalística que transforma Bangu em uma pequena cidade proletária em oposição à própria cidade do Rio de Janeiro está fundada na lógica de constante diálogo entre os territórios que fazem parte do espaço através da organização da classe operária no ano anterior. Como exemplo do já citado trecho em que Michelle Perrot caracteriza a cidade e suas agitações, que faziam os industriais construir suas empresas nas áreas rurais, a coesão operária em diálogo com a complexidade dos acontecimentos históricos no território compreendido pela Fábrica de Tecidos Bangu faz com que este local tenha possivelmente se tornado ponto de importante inflexão entre as classes proletárias suburbanas na luta por seu direito à cidade nos anos que se sucederam às greves industriais que assolaram as principais capitais do sudeste brasileiro.

Considerações finais

A formação de um símbolo territorial de luta e formação de identidade a partir da consciência gerada por proletários através da luta de direitos trabalhistas e resistências às imposições arbitrárias do poder público nos apresenta a importância de Bangu como ponto de encontro de reivindicações das classes mais pobres de um Rio de Janeiro em vias de urbanização.

No âmbito dessa criação do símbolo territorial, talvez não fosse possível esses rituais e estruturação do espaço como representativo para as causas populares se não houvesse a necessidade de se dirigir até Bangu para cooptar, por exemplo, os trabalhadores de sua fábrica para a causa da greve de 1917. Essa estrutura gerada através de afinidades acaba, portanto, por transformar o território em uma representação espacial na luta por direitos sociais e políticos pode ter sua raiz no que José Magnani chama de “pedaço”.

Para Magnani (1984), o “pedaço” é constituído por elementos de ordem espacial que designa o espaço intermediário entre o privado e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais individualizadas impostas pela sociedade. Isso corresponde a uma rede de relações sociais delimitado por pontos de referência, como o telefone público, a padaria, alguns bares, as casas de comércio, o terreiro, o templo etc (MAGNANI; 1984, pp. 137-139). No caso de Bangu temos a estação, a própria fábrica e o campo de futebol, que serviu para o “*meeting*” dos proprietários.

Entretanto, não basta morar perto ou frequentar com certa assiduidade esses lugares: “para ser do ‘pedaço’ é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência”, já que

quando se compara a periferia com bairros ocupados por outras classes sociais pode-se avaliar a importância do “pedaço” para as camadas de rendas mais baixas. Diferentemente daquelas classes – onde na maioria das vezes os vínculos que ampliam a sociabilidade restrita da família nuclear não são os de vizinhança, mas os que se estabelecem a partir de *relações profissionais* – uma população sujeita a oscilações do mercado de trabalho e a condições precárias

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

de existência é mais dependente da rede formada por laços de vizinhança, parentesco e origem. (grifos meus) (Ibdem).

Diante das fontes apresentadas, em diálogo com a informação coletada a partir das palavras de José Magnani, os pontos de referência e os símbolos como, por exemplo, a utilização da ferrovia para “*meetings*” operários, e rituais, ao utilizar as cercanias da Fábrica de Tecidos Bangu para tais iniciativas, apresenta esse panorama de relação entre espaço e movimentos sociais na formação de um território representativo.

A disputa dos múltiplos atores por seu direito à cidade encontrou nestas brechas de permissividade e distanciamento da então cidade a possibilidade de se impor, já que à Bangu ficou o legado das lutas operárias em paralelo à importância da Fábrica de Tecidos na região suburbana mediante ao desenvolvimento de um costume local e seu consequente aprofundamento através das relações que se dão no cotidiano dos descasos impostos pelos poderes públicos.

Fontes

Periódicos

A Razão

O Paiz

Gazeta de Notícias

Revista de Engenharia

Bibliografia

BARATA, Paulo Henrique Araújo. *O Estado Capitalista e a Produção Desigual do Espaço no Bairro de Campo Grande – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PPGG – UERJ, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade. In. *Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF*. Niterói: Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 9, nº 17, 2007.

- KOTKIN, Joel. *A cidade – Uma História Global*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- MAGNANI, J. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Quando a Fábrica Cria o Bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. vol. X, nº 218. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4º ed., 2006.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. A Cidade está Chegando: Expansão Urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890 – 1940). In: *Revista Crítica Histórica*, ano II, nº 3, Julho, 2011.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.
- SILVA, Gracilda A. de A. *Bangu: A Fábrica e o Bairro*. Um estudo histórico (1889-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1985.
- SILVA, Gustavo Santos da. *Os Proletários da Bola: The Bangu Athletic Club e as lutas de classes no futebol da Primeira República*. Rio de Janeiro: Drible de Letra, 2017.
- SILVA, William Ribeira da. Cidade e Indústria: interações espaciais no Médio Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: *Revista Espaço Aberto*, vol. 7, nº 2. PPG

Mesa 7
História e Narrativas

A construção do imaginário a respeito da cidade do Rio de Janeiro no século XIX e o uso da literatura como fonte

Jéssica Ramalho Crispiniano

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

Introdução

Pode-se dizer que não é nova a atração que certas cidades exercem sobre os homens, isso ocorre em todos os tempos. Segundo Mattos, (1995 p. 6). Nos dias atuais o Rio de Janeiro, assim como outras cidades, desperta a curiosidade das pessoas.

“O Rio de Janeiro, afigurava-se-lhe um Paris de Alexandre Dumas ou de Paulo de Kock, um Paris cheio de canções de amor, um Paris de estudantes e costureiras, no qual podia ele à vontade correr as suas aventuras, sem fazer escândalo como no diabo da província” (AZEVEDO 2006, p. 16). Ao analisar esse trecho de um dos textos clássicos da literatura brasileira, a obra *Casa de Pensão* de Aluísio de Azevedo (1884), nota-se através do imaginário atribuído ao personagem Amâncio, a atração que a cidade do Rio de Janeiro instigava já na segunda metade do século XIX.

Com efeito, o presente artigo busca fomentar uma breve reflexão no que se refere a essa atratividade, e baseia-se na hipótese de que a construção do imaginário a respeito do Rio de Janeiro no século XIX está diretamente ligada aos processos históricos que caracterizam sua identidade.

De acordo com Pesavento (2006), que pontua algumas razões para utilização da literatura como fonte, a literatura possibilita o acesso ao imaginário, ao intangível, e pode ser um suporte que orienta o historiador para outras fontes que ele não enxergaria por si só, servindo como um guia para novos traços e pistas. Além disso, ela também explica que os escritores de ficção contextualizam seus personagens e acontecimentos, para garantir o aval do público.

Seguindo esse liame, busca-se através desse artigo compreender os processos que permeiam a construção do imaginário da cidade, além de refletir criticamente sobre a

constituição das representações sociais do Rio de Janeiro através da promoção de um diálogo entre a perspectiva de autores da historiografia da cidade do Rio de Janeiro e o olhar dos autores da literatura clássica brasileira.

História e uso de fontes literárias

A utilização de fontes literárias para a produção de conhecimento histórico acadêmico pode parecer um tanto questionável, devido ao caráter dito ficcional das narrativas literárias. Como uma narrativa que conta uma história fictícia pode ter credibilidade para apontar acontecimentos do passado? Primeiramente é preciso pensar na diferença entre a literatura e a História. O que as diferencia? Seria a História a verdade? E a literatura apenas uma ficção?

Para enfrentar esta aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não real, ciência ou arte. (PESAVENTO, 2006).

Para verticalizar alguma reflexão nesse liame, é interessante pensar na tarefa do historiador em abordar o passado. O ato de contar uma história, ou histórias do passado requer atitudes no tempo presente, portanto uma história do passado não pode constituir-se somente de passado. Segundo Sarlo (2007, p. 9). “O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.” O tempo presente influencia toda ação de contar a história, ou seja, de construir o passado, e essa construção é conduzida pelo presente. (SVEVO apud ASSMANN 2011, p. 18).

A irrupção do passado no presente é incompreensível, ela só passa a ser compreendida depois de organizada por procedimentos de narrativa, para dessa forma evidenciar uma continuidade significativa que possibilite a interpretação do tempo.” (SARLO, 2007, p. 12).

Com efeito, é importante que o historiador tenha a consciência de que o passado pode ser visto sob diferentes ângulos. Seria muito complicado defender uma única construção do passado, nessa esteira talvez fosse mais razoável falar de várias

possibilidades de passado. Assim como demonstra Ricoeur (2010, p. 368) ao destacar a necessidade de buscar novas possibilidades de passado.

É preciso, por outro lado, resistir ao encolhimento do espaço da experiência. Para tanto, é preciso lutar contra a tendência de só considerar o passado sob o ângulo do acabado, do imutável, do findo. É preciso reabrir o passado, reavivar nele potencialidades irrealizadas, impedidas massacradas até.

Outrossim, é possível compreender que os ângulos sob os quais o passado é observado resultam em variadas reconstituições.

Pode-se observar que o historiador não possui essa capacidade de resgatar o passado tal como ele foi. De acordo com Pesavento (2006). “O historiador atinge, pois, a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto.”

Como demonstrado por Candau (2014, p.169) nessa análise, é possível notar que o historiador faz escolhas, e dessa forma constrói possibilidades de passado. Essas construções são realizadas no tempo presente, portanto há uma historicidade que não pode ser ignorada.

Os métodos utilizados, as fontes, os assuntos priorizados, a escala, o estilo de escrita, todas essas variáveis são combinadas no momento da produção historiográfica, portanto, o passado a partir do momento que é contado, vai ser sempre diferente. Uma vez eliminada a concepção de História como verdade absoluta, entende-se que a história também tem um caráter ficcional. Não obstante é possível promover uma aproximação entre a literatura e a História. Segundo Ricoeur, (1995 apud GAGNEBIN 2006, p. 43) o historiador que é consciente do caráter literário de seu trabalho se evita o risco de apagar as fronteiras entre discurso científico, ou ainda como ele questiona, verdade ou mentira?

Tanto a história como a literatura podem ser vistas como exercícios imaginários de reconstrução. Não só a história possui um caráter literário como a literatura pode fazer usos da história:

También acudimos a la Historia en búsqueda de distracción y entretenimiento. La Historia tiene una dimensión lúdica. En las estanterías de las librerías se

multiplican las novelas históricas y en las carteleras triunfan las películas de temática histórica. En ocasiones, las películas y las novelas simplemente se ambientan en el pasado. Otras veces, cuentan historias cercanas a la realidad histórica. En efecto, no pocas veces la realidad supera a la ficción en interés y dramatismo. La Historia nos permite trascender las limitaciones del presente, muchas veces anodino o difícil, y vivir otras vidas y otras situaciones. Al igual que la Literatura. (SÁNCHEZ, 2009, p. 269).

Para Pesavento (2006) tanto História como literatura correspondem a produção de narrativas explicativas que buscam uma apreensão da realidade, desde sempre os homens expressam não só o que foi visto, mas também o não visto. De acordo com Chartier (2001, p. 207). A literatura não se propõe apenas a reconstrução do passado, ela tende também a erigir uma relação com o próprio leitor e sua identidade. Trata-se de não somente transmitir um conhecimento, mas uma experiência. A experiência do passado não pode ser vivida no presente, visto que ela pertence a realidade do tempo que já passou, porém a ficção pode proporcionar uma experiência remodelada através da irrealidade do leitor.

Ao refletir a respeito dos possíveis usos da literatura na produção da história é importante compreender que essas fontes possuem um caráter diferenciado, elas não possuem o comprometimento com o fato de algo ter acontecido um em algum momento. Desta maneira se necessitamos informações como datas, personagens, ou acontecimentos a literatura não será a melhor opção, no entanto ela possa direcionar o historiador para novos caminhos. Uma fonte literária pode nos mostrar um personagem que não existiu de fato, mas que aponta para possíveis perfis retratando suas sensibilidades. (PESAVENTO, 2006).

O Imaginário a respeito da cidade do Rio de Janeiro no século XIX

Entendendo o uso de fontes literárias como uma contribuição significativa para o presente artigo, foi escolhida uma obra da literatura clássica brasileira, *Casa de Pensão* de Aluísio de Azevedo (1884). A história se passa na segunda metade do século XIX e a obra é uma das representações do Naturalismo, que será mencionado mais a diante neste trabalho.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

De acordo com Santos, (1978 apud ABREU, 2013, p. 17) a importância do Rio de Janeiro para as demais cidades brasileiras é notável. A cidade foi durante muito tempo um modelo urbano para as demais, e é até hoje a cidade que dita a moda metropolitana brasileira.

Apesar de este trabalho ter como recorte temporal a segunda metade do século XIX, é importante compreender alguns acontecimentos do começo do século, como a vinda da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Esse fato tornou-a diferente das demais colônias portuguesas, foi após esse acontecimento que o Rio de Janeiro passou a exercer forte atração sobre os visitantes de outras partes da colônia. (MATTOS, 1995, p.8).

Com efeito, das mudanças ocorridas em 1808, a de maior importância sintetiza-se na abertura dos portos. Era o fim do monopólio comercial, e também o fim de restrições que os portugueses impunham aos colonos e colonizados. Não havia mais proibições à existência de imprensa ou censura a livros, além de acabar com as medidas que dificultavam a vinda de estrangeiros para o Brasil e o controle sobre ideias contrárias ao governo e a igreja católica. Nesse ano 1855, dos navios que atracaram 90 eram estrangeiros. Através do porto chegavam a cidade outras artistas, cientistas, e viajantes, que utilizando pinturas, livros e outras formas de representação disseminavam imagens da terra e de seus habitantes. Crescera o número de estabelecimentos estrangeiros, com novidades difíceis de serem encontradas em tempos passados, como os livros, que passaram a despertar interesse e curiosidade. (MATTOS, 1995, p.13).

Dessa forma, o Rio de Janeiro é observado não só por seus habitantes, mas também por olhos distantes que recebem estímulos vindos do Rio de Janeiro e que começam a ser atingidos pelo que Pesavento chama de efeito mágico das palavras e da imagem. Na perspectiva da autora, através desse efeito a representação, como parte constituinte da realidade pode guiar o mundo. (PESAVENTO, 1999).

Todavia, nesse contexto acontecia uma troca de influências bilateral entre o Rio de Janeiro e o mundo. Um dos pontos fundamentais para a definição da identidade política e cultural da cidade do Rio de Janeiro é o cosmopolitismo que, a partir desse momento, estava definitivamente e legalmente ligado a dinâmica do mundo atlântico e em especial a Europa.

De acordo com Azevedo (2002, p. 45) uma das maiores referências simbólicas do Rio de Janeiro em âmbito nacional é a sua capitalidade. Segundo Azevedo (2002, p. 45) entende-se por capitalidade:

[...] fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura à novas ideias por parte de uma cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo as suas congêneres e uma melhor capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recepciona. Este conjunto simbólico que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem sua influência.

Ainda de acordo com o autor o Rio de Janeiro possuía capitalidade desde os tempos coloniais, o que contribui para o desenvolvimento também da centralidade quando a corte portuguesa em 1808 desembarcou no Rio de Janeiro. Para Azevedo (2002, p. 52) a centralidade é “[...] a propriedade de uma cidade de ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país. Esta qualidade dispensa ainda que não exclua a condição de capital”.

Segundo Sarmiento (2001, p.7) experiência da corte para a cidade distinguiria não somente mudanças legais, mas uma gama de elementos simbólicos correlacionados com a construção ideal do espaço central de um império. O Rio de Janeiro era a capital do reino, ministros e conselheiros planejavam fundar um império que demonstrasse poder, estabelecendo uma nova identidade. Segundo Pesavento (1999, p. 152) “A identidade como se sabe, é uma construção simbólica, que estabelece uma comunidade de sentido e um ponto de referência do mundo”.

A fim de tornar a cidade do Rio de Janeiro mais próxima do que a corte considerava o ideal de capital europeia, providenciou-se a vinda da missão artística francesa com escultores, pintores, arquitetos e gravadores que lecionavam na academia real criada pelo príncipe. (MATTOS, 1995, p. 21).

É possível observar que o governo português recebe a missão artística colocando-os em um patamar que Sarmiento chama de heróis civilizadores, pois poderiam magicamente elevar a cidade ao status de corte dentro dos padrões europeus. Nota-se nessa atitude a imposição de representação por parte daqueles que detém o poder,

vinculando o Rio de Janeiro com um universo eminentemente europeu. (SARMENTO, 2001 p. 7). Segundo Chartier (1990, p. 17): “As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupo que as forjam.”

Outro ponto considerado como relevante para a construção da identidade do Rio de Janeiro é o que Sarmento denomina como “clivagem interna”, característica político social que tem raízes no processo de construção da corte. Em pouco tempo O Rio de Janeiro passou de colônia a metrópole, onde o poder é rigidamente delimitado e simbolizado dentro do espaço urbano. Estabeleceu-se a dita clivagem entre os dois lados da cidade: a cidade do poder, “corte”, e a cidade do viver cotidiano das “ruas”. A clivagem materializada através de festas, brasões, paradas e edifícios, um arsenal simbólico que marcaria e identificaria o poder central e absoluto, a vida das ruas era excluída da vida da corte. (SARMENTO, 2001 p. 7-33).

Alguns buscavam formas alternativas de inserção, acentuando-se dentro desse contexto as relações políticas baseadas no clientelismo, por meio dos quais o indivíduo almejava meios de se integrar na vida da corte. Esse fato tornou a cidade ainda mais atrativa, funcionários, comerciantes e colonos queriam ser “amigos” do rei (busca de proteção e prestígio social), os colonos da capitania do Rio de Janeiro e áreas vizinhas passaram a visitar a cidade e chegaram até a fixar residência. (MATTOS, 1995).

Muitos fatos ocorreram depois disso e continuaram influenciando a construção da imagem do Rio de Janeiro. Como a volta do rei D. João VI para Portugal (1821) e a independência do Brasil (1822). Nesse contexto, o Rio de Janeiro tornou-se a cidade-modelo da nação a ser construída, um verdadeiro polo urbanizador da futura nacionalidade brasileira. (SARMENTO, 2001 p. 7-33).

Romantismo teve como cenário histórico, os anos após a independência. Em busca pela autonomia cultural, o período esteve intimamente ligado à literatura, visto que para existência de uma ideia de nação era necessário que houvesse literatura e historiografia nacionais. (RICUPERO, 2004).

Não havia só esforços para tornar a cidade parecida com as capitais europeias, o que ocorria também era a preocupação com o nacionalismo. Porém, pode-se dizer que interferir no processo de construção da identidade de uma cidade não é uma tarefa fácil.

De acordo com Chartier, “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 1990, p. 17). Diante disso, pode-se observar que apesar dos esforços em criar uma identidade nacional, os costumes europeus continuam exercendo forte influência na cidade e continua a ser visto como ideal.

Após esse advento, apesar da lenta inserção do livro na sociedade brasileira, pode-se afirmar que o seu papel já estava assegurado nos processos de representação simbólica da cidade. Não apenas a literatura brasileira, mas também a literatura internacional ressignificava o que seria a imagem do Rio de Janeiro no imaginário das pessoas, era comum a comparação do Rio de Janeiro com as cidades europeias nutrindo esse imaginário com romances franceses que descrevem a Paris moderna.

Seu espírito, excessivamente romântico, como o de todo maranhense nessas condições, pedia uma grande cidade, velha cheia de ruas tenebrosas, cheias de mistérios, de hotéis de casas de jogo, de lugares suspeitos e de mulheres caprichosas; fidalgas encantadoras e libertinas, capazes de tudo por um momento de gozo. E Amâncio sentia necessidade de dar começo aquela existência que encontrara nas páginas de mil romances. Todo ele reclamava amores perigosos, segredos de alcova e loucuras de paixão. (AZEVEDO, 2006 p. 16-17).

Segundo Coutinho o Realismo surgiu em rebeldia ao idealismo romântico, logrou impor a pintura verdadeira da vida dos homens e mulheres comuns. (COUTINHO, 1975).

Na segunda metade do século XIX, entra em acessão o Naturalismo que para alguns autores como Coutinho trata-se do realismo fortalecido por uma teoria peculiar de cunho científico, uma visão materialista do homem, da vida e da sociedade. Segundo Coutinho (1975, p. 188) “A arte deve se conformar a natureza utilizando-se dos métodos científicos de observação e experimentação no tratamento dos fatos e personagens.” Não nos demoramos em gêneros literários, posto que iremos nos debruçar especificamente em uma tendência, o Naturalismo, representado por Aluísio de Azevedo.

A medicina social que segundo Rezende (2000) era o engajamento dos administradores públicos e intelectuais na luta pela transformação da paisagem urbana e social foi mais um fator que marcou o século XIX, várias medidas de ordenamento urbano

e da vida social dos habitantes da cidade foram adotadas buscando atingir o que segundo eles seria a civilização e o progresso.

Na obra *Casa de Pensão* de Aluísio de Azevedo (2006 p. 179), é possível encontrar representações desse contexto histórico: “Mudaram-se no dia seguinte. Amâncio ia muito incomodado, amanhecera pior, quase que não podia mexer com as pernas; todos lhe profetizavam, entretanto, rápidas melhoras em Santa Teresa”.

Rezende explica que a população acreditava que mudar para as partes mais altas da cidade evitaria doenças, no verão por causa das epidemias, os indivíduos das classes mais altas mudavam-se para Petrópolis, ou para Tijuca, já as pessoas da classe média recorriam temporariamente ao bairro de Santa Tereza.

Para Coutinho (1975) os estilos literários de maior presença na segunda metade do século XIX devem-se a influência francesa a penetração das ideias “modernas” no Brasil, os ideais do século, o período histórico era marcado pela revolução e pelo iluminismo.

Para entender o processo de construção do imaginário a respeito da cidade do Rio de Janeiro é preciso mencionar a historicidade desse processo, a formação da cidade do Rio de Janeiro como espaço físico e também como território social, sensível as apropriações simbólicas e representações sociais que permeiam a caracterização de sua identidade, assim como as lutas por representação e a busca pelo pertencimento e pela ascensão social. Essas representações de que constituem o imaginário podem vir a confundir-se com a realidade, ou até mesmo passar a integrá-la. Os clássicos da literatura brasileira, aliados a historiografia do Rio de Janeiro podem ser uma fonte interessante no sentido de proporcionar uma visão diferenciada desses processos.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP, 2013.
- ASSMANN, Aleida. Introdução. In:_____. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ed. Escala Educacional, 2006.

- AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, André Nunes. (org.). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ NAPE/ DEPEXT/ SR-3/ UERJ, 2002. P-45-63.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Verdade e Memória do Passado*. In: Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo: Ed. H34, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Rio de Janeiro, capital do reino*. São Paulo: Ed. Atual, 1995
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- _____, *História & literatura: uma velha-nova história* », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janeiro 2006. Acesso em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560#quotation>> Acesso em 12 agosto de 2018.
- REZENDE, Borges Valdeci. *Imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia: Ed. Aspectus, 2000.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berline. São Paulo: ED. WMF. Martins Fontes. 2010.
- RICUPERO, Bernardo. A Independência Literária. In: _____. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.
- SÁNCHEZ, Costa, F. (2009). "La cultura histórica: una aproximación diferente a la memoria colectiva". *Pasado y memoria: Revista de Historia Contemporánea*, n. 8.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e Guinada subjetiva*. Belo Horizonte. UFMG. 2007.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

SARMENTO, Carlos Eduardo. O Coração do Brasil. A Cidade do Rio de Janeiro e a Configuração de seu Panorama Sociopolítico. In: _____. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

A identidade latino-americana no estudo de História

Marcelo Macêdo de Almeida

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

A crise da modernidade, vivenciada a partir dos anos 1970, trazia consigo debates acerca das preocupações sobre o futuro das ciências sociais e suas grandes formulações acerca do mundo. A partir da descrença de que uma grande teoria seria capaz de explicar todas as movimentações humanas, começam a surgir novas ferramentas de trabalho para as ciências sociais e novos termos que tentam dar conta da lacuna deixada pelas proposições generalizantes, aparecendo assim conceitos como a pós-modernidade, a hipermodernidade e tantas outras modernidades possíveis (LEVI, 1992; CUNHA, 2014).

Certamente a História não iria ficar de fora dessas novas discussões e foi iniciada ali uma busca por reformulações e criação de conceitos e métodos de estudo que pudessem dar conta das questões que estavam sendo colocadas naquele fim de século XX. O que Marcelo Cunha chamou de “incômodo ‘pós-moderno’ da historiografia ocidental” se desdobrou, segundo ele, em uma vasta lista de metodologias e tendências de estudo que propunham, em sua maioria, debates transdisciplinares com outras áreas das ciências humanas. (CUNHA, 2014, p.17)

Os pesquisadores que vivenciaram este período tiveram que enfrentar o problema de que os paradigmas que até aquele momento davam conta da realidade humana e suas movimentações estavam “desmoronando” a sua frente. Giovanni Levi aponta que não se tratava de reconstruir o conhecimento adquirido até então, como que criando uma nova teoria, mas era necessária uma revisão das metodologias de pesquisa que redefinisse a noção dos conceitos utilizados até então. Contudo, para resolver o impasse, muitas novas propostas começaram a ser colocadas e algumas dessas correntes sofreram resistência ao tentar relativizar demais, na ótica de outros, as verdades acerca da pesquisa histórica.

Dentro deste debate outros lugares de fala aparecem dentro das pesquisas das Ciências Humanas e papel da América Latina passa a ser uma questão nesse mundo cada vez mais descentralizado. Ao longo do texto serão apresentados os principais debates que tentam dar conta da falência na crença de um pensamento hegemônico em uma esfera global e, em seguida, será apresentada a proposta a esta questão na perspectiva dos pesquisadores latino-americanos com o seu intuito de demonstrar a necessidade do entendimento da realidade ontológica dos cidadãos do continente e sua relevância nos estudos históricos. Principalmente a Filosofia da Libertação e suas contribuições para o entendimento do sujeito habitante da América Latina (BALLESTRIN, 2013).

Tentando resolver a crise

Com o problema da crise colocado sobre a mesa, muitas foram as tentativas de solução para o impasse criado a partir da descrença nas grandes formulações. Diversos historiadores, de diversos países, começaram a elaborar possíveis soluções de pesquisas que pudessem ser uma espécie de resposta às preocupações levantadas pela pós-modernidade e suas implicações ideológicas e metodológicas. Marcelo Cunha afirma que esse período representou uma ruptura com os grandes ideais e foi desta forma chamada de pós-modernidade, pois representava um “mal-estar” epistemológico frente aos grandes modelos explicativos que davam conta dos problemas até então colocadas em todas as áreas das Ciências Sociais. (CUNHA, 2014)

Em *Relações de força e limites da ética historiográfica*, ele expõe os principais momentos de um caloroso debate entre o italiano Carlo Ginzburg e o norte-americano Hayden White e seus pontos de vista completamente distintos em relação à busca por uma verdade histórica. As formulações de White buscavam encontrar uma resposta à crise da modernidade, mas sua perspectiva de trabalho foi duramente criticada por Ginzburg. (CUNHA, 2014)

O intelectual italiano tenta rechaçar o que considera “tendências céticas da historiografia”, que buscavam rever as fronteiras entre as narrativas ficcionais e as narrativas históricas. Apesar de Ginzburg reconhecer que as duas narrativas são, de fato, uma construção textual, na História como uma disciplina científica existe a necessidade

da busca da “representação da realidade” através do que chama de provas que servem de fundamentação para a retórica historiográfica, as fundamentando, pois “a retórica é o núcleo da retórica” (CUNHA, 2014, p.25).

No lado oposto do debate, o posicionamento do norte-americano Hayden White, para quem a visão de Ginzburg da História pode ser considerada conservadora, gerou polêmica por dar certa ênfase no papel interpretativo na reconstrução do passado que seria quase imaginativo. Para ela as narrativas históricas desenvolvidas até então não seriam capazes de dar conta de verdade histórica devido ao distanciamento dos fatos descritos, que não seriam mais acessíveis à percepção do pesquisador. Contrariamente ao pensamento de Ginzburg, que valoriza a questão da prova como fundamentação da verdade, Hayden procurava uma nova definição da compreensão histórica onde a necessidade de uma prova específica que sustentasse o discurso histórico.

Cunha encerra seu artigo sem revolver o impasse, sem um vitorioso, mas coloca cada um com suas preocupações, relevâncias e tendências de estudo em uma variedade de construções do passado bem típica da pós-modernidade. Se por um lado essas questões colocadas por ambos não encerram o debate, pelo outro criam “o insumo de uma longa contenda presente na historiografia norte-americana”. Entretanto esta disputa se estende muito além dos Estados Unidos, uma vez que o próprio Marcelo Cunha, como brasileiro, verificou a necessidade de escrever sobre o assunto para uma revista de uma universidade capixaba (CUNHA, 2014, p.30).

A insatisfação com as grandes formulações teóricas fez com que historiadores buscassem novas ferramentas que pudessem dar conta das questões levantadas pela chamada crise das ciências sociais e que não se esgotam no debate entre os dois autores apontados por Cunha. Em *Sobre a Micro-História*, Giovanni Levi aponta que a análise histórica em pequena escala tem como objeto de estudo os recortes de espaços menores para fugir das compreensões inadequadas das grandes formulações, sendo desta forma uma possível resposta a tal crise. Ainda há uma ressignificação dos conceitos, principalmente do marxismo, pois muitos dos historiadores que optaram por trabalhar com a micro-história eram influenciados pelas proposições de Karl Marx, mas que adaptavam à nova forma de estudo (LEVI, 1992).

Ao problematizar as possibilidades de alcance das análises em pequena escala, Levi coloca que trabalhar com pequenas comunidades não invalida as grandes proposições, mas esse exercício pode ser utilizado para revelar como aquele território específico, seja um bairro, uma região ou uma vila camponesa, se relaciona com o que está a sua volta e como as ações daquelas pessoas interferem no todo. Contudo a alteração da escala, de macro para micro, altera profundamente a percepção do pesquisador sobre o tema, revelando significados que quando observados seguindo as orientações das grandes formulações jamais poderiam ser percebidos pelo historiador (LEVI, 1992).

A micro-história busca corrigir as grandes formulações não apenas com a diminuição dos espaços, mas procurava ainda “refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos” (LEVI, 1992, p.136). Não se tratando de um embate tão caloroso como o que ocorreu entre Ginzburg e White, Levi coloca o problema da narrativa como não apenas retórico, “pois o significado do trabalho histórico não pode ser reduzido à retórica, mas especificamente um problema de comunicação com o leitor, que nunca é uma tabula rasa, e por isso sempre coloca um problema de recepção” (LEVI 1992, p.152).

A narrativa para Levi tem duas características. A primeira é corrigir as distorções acerca do verdadeiro funcionamento da sociedade causadas pelas grandes generalizações. A segunda é colocar os procedimentos utilizados na da pesquisa na narrativa histórica, explicitando as limitações encontradas e o que é construção interpretativa. Esta forma de narrativa rompe com a historiografia tradicional e com “a forma autoritária de discurso adotada pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva”. De certa forma isso resolve o impasse entre retórica e prova apresentado por Cunha, pois Levi defende que o ponto de vista do autor fique explícito em cada parte de seu relato, deixando o leitor “envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico” (LEVI, 1992, p.153).

Além destas características, o autor faz questão de demarcar a diferença entre o que é a redução da escala e a história local, uma aproximação equivocada e feita com alguma frequência, “Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento

analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado”. (LEVI, 1992, p137).

Dentro deste debate sobre aproximações e distanciamentos metodológicos podemos verificar as diferenças das análises micro e macro a partir do que descreve Maurizio Gribaudi. Ele atenta que, antes de ser uma mudança de escala, a diferença da análise da micro-história está em sua abordagem individualizada que constrói, através das fontes, as suas formulações enquanto as pesquisas de perspectiva macro trabalham com modelos já pré-estabelecidos (GRIBAUDI, 1998).

Em *Escala, pertinência, configuração*, o autor critica a generalização contida no trabalho de Adeline Daumard sobre a burguesia parisiense, em que ele atenta para o fato que ao se trabalhar com uma cidade – Paris no caso da autora – fica impossível construir formulações gerais que deem conta de todo o desenvolvimento histórico ocorrido sem se ater aos detalhes individualizados. Para fazer isso, Gribaudi retoma a ideia de Levi para demonstrar como o advento do Estado Moderno pode ser entendido de diversas formas distintas quando olhado pelo viés da microanálise e suas múltiplas possibilidades de abordagem. Isso se dá por conta de que a “continuidade dos processos históricos atua no presente de cada contexto” o que acaba por exigir do pesquisador “um modelo de casualidade das evoluções menos rígido e menos hierarquizado” (GRIBAUDI, 1998, p.131).

Essas ideias de Levi apresentadas por Gribaudi podem ser utilizadas para estudar outros contextos que não o surgimento do Estado Moderno. Deste modo, podemos analisar outros objetos de pesquisa a partir do entendimento de seus diversos contextos históricos, onde cada território perceberia as mudanças de uma forma diferente. A partir disso podemos pensar, dentro do contexto da crise da modernidade, que cada lugar no mundo pode ter um entendimento diferente do que foi, ou ainda é, a Modernidade e suas implicações para a construção da realidade social.

A proposta latino-americana

Luciana Ballestrin faz uma cronologia dos estudos pós-modernos e os chamados estudos subalternos, também chamados pós-coloniais, principalmente a partir dos estudos

oriundos da América Latina. Porém, ela afirma que este pensamento já podia ser encontrado antes mesmo de ser entendido como um movimento. Apesar de diferentes perspectivas de estudo e interpretação, todas as correntes pós-coloniais guardam em comum algumas premissas e ferramentas de pesquisa, como adotar o termo colonialismo como causa das mais diversas formas de opressão (BALLESTRIN, 2013).

O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), a qual a autora pertence, usa uma chave de interpretação desenvolvida por Anibal Quijano que é a “Colonialidade do Poder”. O conceito entende que “as relações de Colonialidade das esferas políticas e econômicas não findaram com a destruição do colonialismo” (Ibidem, 2013, p.99). Ou seja, os países periféricos continuam seguindo uma lógica da divisão social do trabalho que reproduz uma tripla dimensão: saber, poder e do ser. Os pesquisadores do M/C se identificam como pertencentes ao “Giro Decolonial”, não propriamente com os pós-modernos. O termo foi forjado por Nelson Maldonado Torres para designar uma série de estudos que apresentem um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, á lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece então como um terceiro elemento da modernidade/Colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.105).

O pensamento Decolonial difere dos argumentos pós-coloniais ao buscar apresentar, não uma negação ao pensamento ocidental, mas um contraponto em relação ao pensamento hegemônico global, pois:

O papel e a importância da teoria repousam não somente na sua capacidade explicativa, mas também no seu potencial normativo. Se toda teoria serve para algo ou para alguém, é razoável partir do princípio de que ela reproduz relações de colonialidade do próprio poder. Historicamente, a teoria e a filosofia política foram predominantemente pensadas no Norte e para o Norte. Por um lado, ela serviu como pilar fundamental para a arquitetura da exploração, dominação e colonização dos povos não situados no Ocidente exemplar. Por outro, o Ocidente foi capaz de reagir desde dentro, improvisando teorias outras, críticas e contra-hegemônicas²⁸. Essa marginalidade teórica dialoga com as versões periféricas e subalternas produzidas fora do Norte. Dessa perspectiva, decolonizar a teoria, em especial a teoria política, é um dos passos para decolonização do próprio poder. Para dar conta desta nova interpretação as pesquisas usam o conceito de Transmodernidade (Ibidem, 2013, p109).

A ideia de Transmodernidade que o grupo defende é retirada do pensamento filosófico de Enrique Dussel, ao qual Ballestrin aponta como um dos autores basilares do

Giro Decolonial. Para o pensador argentino, a ideia de uma Modernidade surge a partir da chegada dos europeus no continente americano, em 1492, e que esta não passaria de um mito, uma espécie de alegoria imaginária em serviço do colonialismo imperialista europeu que pensa o mundo a partir de si próprio e usando as relações internacionais como uma forma de manter sobre o seu jugo político e ideológico as nações antes colonizadas, seja na América, África ao Ásia (BALLESTRIN, 2013, p.105).

Para Dussel, a noção de modernidade é uma possibilidade que serve apenas para o continente para qual foi pensada, a Europa, mas que não se verificaria nos demais. Com isso, ela aponta que é preciso superar a ideia de modernidade como projeto de construção mundial e fazer a libertação da Alteridade negada através da Transmodernidade, retirando os entraves ideológicos os povos latino-americanos (assim como todo o Terceiro Mundo), no que se refere à política e à economia (DUSSEL, 1977).

O filósofo argentino é o fundador e mais importantes expoente da Filosofia da Libertação, que tem como principal argumento propor que a sociedade latino-americana não deve ser interpretada através das mesmas bases com as quais são entendidos os povos europeus ocidentais, pois os povos da América não são ocidentais e não podem ser modernos. Apesar de influenciada diretamente pelo pensamento ocidental, a América não é apenas ocidental (DUSSEL, 1977).

Influenciado pelo pensamento hegeliano, Dussel faz uma construção dialética da Modernidade, na qual a tese do mundo seria a cultura greco-romana e sua antítese a cultura cristã que, depois de diversos ajustes, moldaria o pensamento Moderno como sendo a grande síntese do mundo ocidental. Apesar de fundamental para entender a sociedade europeia, a construção social latino-americana não poderia ser compreendida por esse prisma, uma vez que sua tese não é greco-romana, mas sim indígena, e sua antítese já é a própria modernidade europeia nascente juntamente com a cultura africana que foi trazida pelos povos escravizados. Inspirado no mexicano Leopoldo Zea, Dussel afirma que essa modernidade europeia ao se deparar com os povos ameríndios e ao escravizar os povos africanos os classificaram como “atrasada”, “selvagem” e “bestial”, justamente por não terem em si os preceitos da vida moderna europeia. (MATOS, 2011).

Implicações na formação da Identidade

Essa mudança de interpretação que faz a distinção entre os tecidos sociais europeus e latino-americanos implicam diretamente na formação das identidades desses cidadãos. Dussel, nesse sentido vai propor uma nova ontologia do ser, uma nova racionalidade para este indivíduo latino-americano, que vê, sente e interpreta o mundo de acordo com o seu passado particular colonial distinto e traz em suas memórias referências – mesmo que não as identifique – que são diferentes das que constituem o indivíduo europeu. A ontologia latino-americana influencia diretamente na formação da identidade do cidadão do continente, que se precisa se entender enquanto diferente de um cidadão europeu (VELHO, 2003).

Esta diferenciação pode ser mais bem entendida através do que afirma Gilberto Velho quando trata da formação da identidade, pois ele afirma que a construção desta se dá, essencialmente, através da *diferença*. Para ele existe uma multiplicidade de referências que são capazes de alterar a autoidentificação do sujeito e, por mais que ideologia individualizante – como a é a Modernidade para Dussel – possam marcar o advento do indivíduo, ela jamais irá conseguir dominar por completo este processo. Ou seja, por mais que a Modernidade seja colocada como ideia hegemônica, ela jamais será capaz de apagar as especificidades de um cidadão não europeu e suas particularidades (VELHO, 2003).

Velho faz uma distinção entre os termos *individuação e individualização*. O primeiro trata-se de uma inserção do indivíduo na sociedade, já o segundo seria fruto de ideologias individualizantes, ou seja, não é uma ocorrência natural ao ser humano, mas sim consequência de um sistema de ideias. Em seguida ela utiliza a noção de *projeto*, retirado de Alfred Schutz, para montar uma perspectiva de futuro do indivíduo (projeto), em que a *memória* é o que garante a ele uma retrospectiva do passado que sustenta o seu presente e o possibilita de enxergar um futuro a seguir. A construção da *identidade* do sujeito se dá justamente na relação entre memória, que lhe garante compreender o presente, e o projeto onde se encontra a sua perspectiva de futuro (VELHO, 2003).

Este panorama pode nos dar uma chave de raciocínio para pensar o sujeito latino-americano e a construção de sua identidade. Se entendermos a modernidade como uma alegoria ideológica, como afirma em Dussel, pode-se concluir diretamente que a identidade de *cidadão moderno* também é. A identidade de um *cidadão moderno* serviria como base de interpretação apenas nos locais para onde ela não foi pensada, onde há uma sociedade moderna: a Europa. Se o sujeito latino-americano não partilha da mesma memória, não tem o mesmo passado, ele irá automaticamente perceber um presente outro e, desta forma, pode-se concluir que irá construir um projeto de futuro distinto. Se a memória do cidadão e da sociedade da América Latina é outra que a europeia, seu projeto de futuro será outro.

Conclusão

A partir das exposições acima podemos elaborar alguns pressupostos para conceituar e problematizar os estudos de acontecimentos históricos na América Latina. Se uma sociedade é constituída de um conjunto de sujeitos que pensam a partir de suas lembranças de um passado em comum dos habitantes de um lugar em particular, pode-se concluir que o *projeto* de futuro do continente está no próprio continente, não em conceitos trazidos de fora e tentado os encaixar, sem levar em conta as diferenças ontológicas apontadas por Dussel em sua obra filosófica, como possibilidade de interpretação.

Não se trata, obviamente, de tentar invalidar ou considerar nula qualquer teoria apenas pelo fato de que foi pensada no “velho mundo”. Entretanto a partir dessa discussão é possível questionar até que ponto certos conceitos que foram desenvolvidos dentro dos estudos de História a partir de pensadores não latino-americanos são válidos para os estudos deste continente sem levar essa transposição territorial e conseqüentemente identitária em conta na análise. Não apenas quando se refere à filosofia europeia e sua ontologia, mas também a construção de um modelo econômico, de um modelo político, uma identificação religiosa, pois a racionalidade iluminista não existe *ipsis litteris* na América a partir da concepção forjada na Europa, pois as bases que fundamentam os povos latino-americanos são outras.

É preciso ter em conta estes questionamentos trazidos pelo Giro Decolonial e pela Filosofia da Libertação para estudar a América Latina. Mesmo que possamos problematiza-los, como faz Silvia Cusicanqui, ao dizer que o que a decolonialidade faz é trocar um purismo ideológico por outro. Mas esta é uma questão para os filósofos debaterem. No que toca a historiografia, é possível encontrar diversos textos de autores marxistas sobre a Teologia da Libertação (TdL) que não levam em conta o pensamento latino-americano. Apesar de movimentos de marxistas terem aderido à TdL e católicos simpatizantes da Libertação terem aderido ao marxismo – como o caso de Frei Berto para citar um nome famoso desse quadro – a vertente cristã católica carrega, entre outras particularidades, uma crítica a uma teologia pensada a partir de Roma afirmando que esta não é capaz de dar conta das especificidades religiosas dos povos latino-americanos por não conhecer suas bases culturais que estão na formação do cidadão do continente. Esta é uma crítica típica da Filosofia da Libertação e dos pensadores decoloniais.

Aqui, não importa se o pesquisador acredita ou não nas premissas apontadas por Dussel e outros pensadores da decolonialidade as desenvolveram, mas é preciso levar em conta que aqueles personagens históricos que são os atores do estudo, de certa forma, acreditavam. Mesmo que o objeto de estudo não seja algo tão diretamente ligado ao pensamento latino-americano, é preciso considerar a proposição da distinção entre as identidades latino-americana e europeia frente às possibilidades de modernidade existentes e de sua versão característica da América, sendo preciso relativizar certa “dureza” de alguns conceitos acadêmicos quando são forjados para outras realidades.

No limite, podemos entender que a sociedade latino-americana só alcançará o seu auge quando entender que este auge não é o *projeto* moderno europeu, mas o seu próprio projeto. Para exemplificar esta possibilidade basta verificar o exemplo dos povos Maias que, para além de sua arquitetura e organização social complexa, forjaram um método matemático muito diferente dos conceitos matemáticos europeus, mas que ainda assim que foi capaz de obter conhecimentos astronômicos avançados para sua época. Este é um dos exemplos que nos permite verificar que há outras possibilidades de desenvolvimento humano e tecnológico que não seja seguir a cartilha globalizante.

Referências bibliográficas

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e Giro Decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BENIGNO, Francesco. *Qué es la historia hoy? Reflexiones sobre la transformación de una disciplina*. Publicación i Edicions de la Universidad de Barcelona, 2013 p 37-54.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira. *História Local e Micro-História: encontros e desencontros*. IN: II jornada de Estudos Genealógicos; IV Seminário de História e Geografia e Encontro dos IHGs. Pelotas, abril de 2012.
- CUNHA, Marcelo DR. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. In: *Sinais – Revista Eletrônica - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias*, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação*. Edições Loyola: São Paulo, 1977.
- _____. *Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulus, 1995.
- GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas*. FGV: Rio de Janeiro, 1998.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose: a antropologia das sociedades complexas*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

O trono: a institucionalização do poder a partir da cadeira imperial, seu conteúdo simbólico e sua representação no território e no imaginário social

Millena Lemos Precioso

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

De maneira geral, a nobreza luso-brasileira se utilizava de festas, eventos e de um calendário ao mesmo tempo cívico e religioso que “permitia entrever a maneira pela qual se instaurava um tempo atualizado, convocava-se o universo social e, simultaneamente, se o hierarquizava, movimentando um campo imagético investido de usos políticos” (CARVALHO, 1999, p.214). Esse campo podia ser manipulado de acordo com os interesses e demandas das classes governantes, que se utilizariam de todos esses artifícios para incutir sua soberania ante a sociedade, que por seu turno, exaltava a dinastia de Bragança como forma de reafirmar a presença de um governante de linhagem nobre mesmo com a partida de D. João VI para Portugal.

Segundo Maria Eurydice de Barros Ribeiro, em seu livro “Os símbolos do poder”, o Brasil independente ainda não se figurava como uma nação, já que o sentimento e a noção de pátria eram ainda muito vagos e a ligação com o então rei de Portugal, ainda muito forte, uma vez que os brasileiros se opunham às Cortes portuguesas, mas não à sua família real. Foi com esse sentimento de manutenção de um governante nobre e de afastamento da possibilidade de República, que se implementou no Brasil a Monarquia Constituinte. E a ideia de fazer de D. Pedro mais que um rei, mas um imperador, foi arquitetada pela maçonaria, um dos principais centros de debates políticos da época. Buscava-se fundar a legitimidade da nação. Uma vez que esta ainda não existia e o Estado a estava produzindo.

O primeiro passo para que se pudesse ratificar esse poder foi a elaboração de uma Constituição que o tornasse legítimo. Nesse sentido, a Constituição de 1824, com a criação do quarto poder, o Poder moderador, ao lado dos outros três poderes (Legislativo,

Executivo e Judiciário), cria o respaldo legal para a presença de um governo baseado na monarquia.

O próximo passo para a legitimação do Império brasileiro seria levar esse reconhecimento à população, ou seja, levar a sociedade brasileira a se identificar com o imperador e percebê-lo como seu governante. É nesse sentido que vemos um contínuo recorrer a cerimônias, festas, simbologias e insígnias. Intentava-se atrelar política e sentimentalmente o imperador e seus súditos. Afonso Carlos Marques dos Santos em sua “A invenção do Brasil” explana que nossa questão civilizatória ultrapassa os limites do mimetismo e de uma reprodução cultural preexistente, “requer um trabalho de identificação e leitura de significações imaginárias que, embora criadas num quadro de contradições e ambiguidades, são, por sua vez, também instituidoras da sociedade que as produz” (SANTOS, 2007, p.49-50). Assim, alegorias, símbolos e tudo mais que pudesse ser utilizado no sentido de ocultar uma realidade tão heterogênea para conseguir compor um corpo político e social sólido e uno, seriam utilizadas recorrente e permanentemente.

Georges Balandier em seu “O poder em cena” explica que as transposições que se fazem por meio dos encenadores e da ideia que buscam criar perante a sociedade, formam e tornam pública a realidade em questão, mas que fora previamente criada. Essa realidade, antes de sê-la, fora uma criação, um “dispositivo destinado a produzir efeitos” (BALANDIER, 1980). E é a partir da aceitação dessa criação que se constrói a realidade, ou seja, a realidade é consequência do que Balandier chama de “ótica social”. O corpo político manuseia a realidade se utilizando do imaginário para estabelecer a hierarquia, garantir privilégios, adesão e receber o poder que é dito que lhe cabe. Ou seja, os personagens, em associação com todo o aparato simbólico e iconográfico, tornam-se capazes de encenar “não o que são, mas o que devem ser em função do que o Estado, e, portanto, o partido espera deles” (BALANDIER, 1980).

Balandier afirma que:

“Dois centros governam esta configuração política: um oculto (no interior dos muros), onde se assenta o poder, outro visível (à frente dos muros) constituído pelas tribunas onde se posta a hierarquia suprema por ocasião das manifestações oficiais. É incontestável que todo o poder se mostra neste teatro. O espetáculo visual é suficiente, não sendo necessárias as palavras.”

A partir da afirmativa acima, podemos apreender que a união de todos os fatores visuais que podem ser apreciados e enraizados no imaginário social, colaboram imensamente no processo de construção do governo imperial, mais especificamente, da figura do imperador, que passa a ser considerado o indivíduo capaz de possibilitar que na dualidade ordem / desordem, a primeira saia vencedora. Entende-se que aspectos visuais têm grande relevância nessa construção, assim como o que permeia o campo do imaginário, da mentalidade da sociedade, sendo passado à população por meio de introjeções de rituais, símbolos e imagens que, subconscientemente, corroboram o trabalho do visual.

É nessa instância que o estudo do trono, relacionado à criação de uma mentalidade e uma memória coletiva, se faz relevante no sentido de se construir algo no imaginário para que, então, se torne efetivo, tomando para si um ar normativo capaz de gerar o reconhecimento e, sobretudo, a identificação como semelhante.

Para compreender os processos constitutivos de uma memória forjada a partir do ano de 1808 na sociedade brasileira, é necessário que se faça uma reflexão teórico-metodológica sobre como se dá a formação de toda uma mentalidade coletiva, desde sua seleção e construção, até sua gerência e manipulação em busca do caráter normativo.

Triagem e construção da memória

Nas palavras de Fernando Catroga, nos capítulos iniciais da obra “Memória, História e Historiografia”, apreendemos que:

“a formação do eu de cada indivíduo será, assim, inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como *projecto*”.

Do trecho citado anteriormente, assimilamos que a formação da personalidade de um indivíduo tem uma relação íntima com o ambiente social em que o mesmo se encontra inserido. Porém, ao mesmo tempo em que possibilita a consonância entre os pares, essa apropriação ou a reinterpretação da herança também pode causar rejeição em sociedades mais individualizadas. Esses aspectos nos possibilitam identificar o prisma seletivo da

memória, que por sua vez, de acordo com Catroga, é “retenção afectiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo” (CATROGA, 2001, p.20).

Esse aspecto seletivo da memória se utiliza de três elementos para perpetuar-se: expectativas, que projetam no futuro a possibilidade de terminada ocorrência vir a se concretizar ou não; objetivação, que deposita nos supostos objetos (imagens, monumentos etc.) a relevância que se pretende que tenham de fato, mesmo antes de serem reconhecidamente relevantes; e ritos, que são capazes de reproduzir e propagar determinada memória. Assim, combinados, esses pontos lançam mão de suportes materiais, sociais e simbólicos para promoverem sua sustentação e manutenção ao longo do tempo.

É dentro dessa concepção que podemos trazer à luz do conhecimento os meandros utilizados em prol da manutenção de ideias de obediência e aceitação dentro de sociedade, levando à uma identificação com determinada ideia coletiva instituída que pode, dentre outros, promover o controle do indivíduo e, como Catroga diz, “comemorar é sair da autarquia do sujeito” (CATROGA, 2001, p.25), o que o autor considera como algo patológico. A memória torna-se uma ferramenta de controle forjada à base da identificação dos indivíduos como partes constituintes de um corpo, o que produzirá a “filiação identitária” (CATROGA, 2001, p.26), a elaboração de uma normatividade e sua interiorização. A respeito dessa questão, Sanchez Costa enfatiza: “El Estado es, actualmente, uno de los principales tejedores de conciencia histórica” (COSTA, 2009, p.279).

Nesse processo de construção de uma similaridade, dá-se a seleção do passado e nessa triagem, há aspectos que são esquecidos, outros silenciados e alguns até excluídos. Ou seja, ao se edificar essa afinidade entre os pares, “a memória é cerzida de acordo com critérios unificantes e de transmissão análogos ao sistema de *filiação* (e de linhagem)” (CATROGA, 2001, p.27). Por esse motivo, o autor expõe o vínculo bastante íntimo entre memória, identificação, filiação e distinção.

Essa temática também é trabalhada por Gilberto Velho em “Projeto e Metamorfose”. O autor explica que no processo que ele chama de psicologização, que seria a formação do indivíduo com seu psiquismo individual, a memória é de suma importância, mas a escolha dessas memórias não é “natural”, e muitas vezes essa seleção

colabora com a prática de “subordinação do indivíduo a unidades englobantes e hierarquizantes” (VELHO, 2003, p.100).

A partir do momento em que essas memórias são devidamente triadas e alinhavadas, compõe-se a base normativa a que se pretende construir o que Velho chama de psiquismo individual. Este último, ao ligar-se às diversas individualidades dentro de um conjunto social, forma a memória coletiva, que interage permanentemente com o indivíduo. De posse dessa memória coletiva, que podemos chamar de normativa, faz-se necessário evitar sua supressão. Assim, rumo ao não esquecimento e à revivificação da memória selecionada, torna-se possível identificar que a finalidade última dessa triagem é a de se estabelecer uma concordância e dar continuidade àquele sentimento de pertença por meio da transferência e propagação de todo um emaranhado de saberes produtores de uma identidade que se torna herança real. Essa memória introjetada em nosso subconsciente e colocada em prática com a ajuda de todo um aparato de gerência, que muitas vezes é alheio à nós, confunde-se com as nossas memórias verdadeiras.

Nesse sentido, Sacks faz uso dos termos memórias genuínas ou implantadas, o que torna essa explicação bastante didática. Ele esclarece que o cérebro não é capaz de garantir a veracidade de um acontecimento armazenado em nossa memória, uma vez que não temos posse da verdade histórica. Assim, “nossa única verdade é a verdade narrativa, as histórias que contamos uns aos outros e a nós mesmos – histórias que recategorizamos e refinamos continuamente” (SACKS, 2017, p.91- 92). Posteriormente o autor conclui que “a memória surge não só da experiência, mas também da interação de muitas mentes” (SACKS, 2017, p.92), entendimento que se casa muito bem com a argumentação de Catroga acerca da manutenção de tal ou qual memória e sua propagação (ou silenciamento) no sentido de se construir uma memória coletiva que busca o controle e manipulação de ideias e indivíduos.

Assim, o conceito de representações coletivas de Roger Chartier, em “A História Cultural: entre práticas e representações é de imensa contribuição”, é bastante agregadora pois reflete a forma que o trono representava e reafirmava o poder centralizado nos governantes, levando toda uma sociedade em claro momento de construção a perceber-se representada por aquele que ora ocupava o trono, promovendo a sua legitimação e defesa.

Considerando argumentos de Catroga em conversação com Pierre Bourdieu, em seu “Poder Simbólico” (em que o autor defende que existe um poder que não está no campo do visível, mas que é possível de ser operado pelos indivíduos que estão dotados de poder e influência social), identificamos essa capacidade de influenciar e manipular a memória histórica.

Contudo, como Catroga bem explica utilizando-se de elucidações de Maurice Halbwachs, memória histórica diferencia-se de memória coletiva, uma vez que a primeira tem a intenção de ser ensinável e a segunda, a de ser praticável, por meio de sua relevância de cunho normativo. Mas ambas têm um elo com a “re-presentificação”, termo amplamente utilizado em “Memória, História e Historiografia”, que tem o intuito de localizar no tempo algo que não existe mais, mas que existiu num tempo pretérito. Assim, nesse litígio entre o esquecimento e o tempo, tudo que for possível agregar à uma memória a qual busca-se negar a morte, será de relevante valia. A própria historiografia, inclusive, ao narrar fatos passados, localiza-os no tempo, expressando o êxito de uns sobre outros então esquecidos / mortos e, de fato, ela compartilha continuamente os eventos obsoletos por meio de indivíduos do tempo presente.

Rememoração, esquecimento e a busca por novos rumos historiográficos

É possível que compreendamos que a historiografia, ou seja, o processo de escrita da história e produção de conhecimento a partir do acesso remoto a eventos ocorridos no passado, também promove a produção e legitimação de “memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (...)” (CATROGA, 2001, p.50), prática notadamente colocada em ação ao se celebrar e enaltecer indivíduos e momentos sustentados como heroicos pela história. Catroga se utiliza de uma frase que ilustra bem essa argumentação: “Logo, algo ou alguém que havia sido grande supunha-se estar eternamente presente” (CATROGA, 2001, p.55), assim, seu esquecimento é postergado ou até mesmo impedido, já que este foi agente de grandes feitos e viabilizou o ingresso a experiências tidas como relevantes, a ponto de a historiografia registrá-la e lutar arduamente para impedir que sejam engolidas pela sucessão de ocorrências e indivíduos que o tempo assoma.

Nesse montante de atores e acontecimentos acumulados, as seleções historiográficas promovem valorização e memorização, por um lado, e o abandono e esquecimento, por outro. E o que determinará se tal ou qual irá “viver” ou “morrer”, é a necessidade de confecção de uma memória que deve ser tomada como identitária e normativa, demanda estabelecida pelo sistema educativo para extinguir memórias anteriores. Destarte, Catroga advoga no sentido de que o historiador deve agir como “pastor e lobo dos seus fantasmas e do “ser ausente” que ele pretende fazer reviver” (CATROGA, 2001, p.65), questionando a memória transmitida e a natureza de sua narrativa. E no que diz respeito à função do historiador, Jeanne Marie Gagnebin contribui imensamente com sua obra “Lembrar, escrever, esquecer”.

Gagnebin defende que o historiador deve articular o que se conhece do passado, já que este não pode ser descrito como foi exatamente. Ela dialoga com Walter Benjamin em sua obra “Sobre o conceito da história”, de 1940, e desacredita de uma história tida como verdadeira e dominante, defendendo a construção de uma história intimamente articulada ao tempo presente. Nesse sentido, a autora reporta-se à responsabilidade ética do historiador e também da história, que deve ser reconstituída a partir de rastros, peça muito frágil que pode, a qualquer momento, ser engolido e passar a fazer parte de um passado desaparecido. Assim, o historiador luta num campo de batalha ambíguo: põe-se contra o esquecimento sem, contudo, definir uma verdade dogmática. Ele deve buscar, enfim, a memorização.

Seguindo esse pensamento acerca da função do historiador, chegamos à árdua função do historiador atual. Que não é aquela que produz registros sobre notáveis homens e seus grandes feitos, mas aquela que investiga os que foram esquecidos ou deixados de lado, que Gagnebin chama de “a história dos sem-nome”. Assim, a narrativa dos “grandes” cede lugar à dos “excluídos”, o que a história oficial optou por não abordar e memorar. Constrói-se, assim, uma nova tendência narrativa.

Adequada à essa história que narra o que antes não era narrado e busca expor o que a história oficial não trata, a pesquisa “O TRONO - A institucionalização do poder a partir da cadeira imperial” busca não somente a análise iconográfica desses exemplares que hoje são objetos musealizados. Na verdade, o trono e todo seu aparato arquitetural e imagético compõem apenas a janela aberta para uma discussão transcendental, que

consiste em compreender as formas que o discernimento social se forma, como essa concepção normativa se constitui, se reforça e se dissemina em todo o território nacional a ponto de tornar o trono um centro de poder que extravasa comando e influência. Ao fim, trazer à luz do conhecimento as algemas invisíveis que, modeladas ao longo de séculos de história, atam cidadãos, promovendo sua obediência e submissão. Acerca disso, Bourdieu argumenta que um poder simbólico reside exatamente na relação existente entre aquele que detém o poder e aquele que se subordina a ele. A partir da implantação desse poder, cria-se uma realidade que não é o resultado de um caminho de construção social natural, mas de uma imposição arbitrária. Na passagem do implícito para o explícito, se concretiza o que antes habitava somente o campo das ideias e, posteriormente, se manifesta pública e concretamente. Dessa forma, oficializa-se um poder, tornando-o legítimo.

Considerações finais

Fernando Sánchez Costa em seu “La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva” nos explica que ao buscarmos no passado um refúgio seguro, aquele que desapareceria progressivamente, reaparece como forma de memória e, de fato, essa busca pelo pretérito tem um caráter fundamentalmente identitário. Contudo, os usos que se estabeleceram das memórias efetivaram-se no sentido de salvaguardar os interesses de determinados grupos na sociedade brasileira recém-formada. E isso se dava por meio da constituição de uma identidade tida como normativa, a partir da seleção de memórias estabelecidas anteriormente. Nas palavras de Sánchez:

Halbwachs sugería que no existe una memoria individual per se. Para Halbwachs, las memorias personales están decisivamente condicionadas por el contexto social y lingüístico en que emergen. La memoria humana no retiene el pasado, sino que lo reconstruye desde el presente gracias a sus vestígios y a la comunicación social. La memoria del sujeto depende, por tanto, de lo que otros le cuentan sobre el pasado, de los discursos y recursos memorísticos que en un determinado momento prevalecen en la sociedad.

A identidade coletiva se forma e é transmitida a partir da maneira como aquela sociedade se liga ao seu passado e faz uso dele com práticas sociais arraigado de interesses

e disputas que objetivam o monitoramento do todo social. Sánchez prossegue manifestando que os dirigentes sociais “(...) difunden una conciencia identitária particular, que se decantará posteriormente en unas actitudes políticas concretas. Una visión compartida de la Historia cohesiona decisivamente al grupo” (COSTA, 2009, p.279). Assim, a coletividade se forma a partir de uma triagem e é também por meio de seleções que ela se constitui e se perpetua na sociedade. E o acesso a esse passado se dá por meio de vestígios que perduraram ao longo do tempo e conseguiram chegar até nós. É a partir disso que, de acordo com Sacks, se forma a consciência coletiva e se faz cultura, meio pelo qual uma sociedade se relaciona com seu passado.

Referências bibliográficas

- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica: Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. In: *Revista de Historia Contemporánea*, Valência, pp. 267-286, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- SACKS, Oliver. *O Rio da Consciência*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2017.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VELHO, Gilberto. *Memória, identidade e projeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

A construção do SAARA e suas memórias

Vanessa Kellner Francis Santos¹

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Uma breve apresentação sobre a imigração dos sírios e libaneses para a cidade do Rio de Janeiro

Os primeiros grupos de imigrantes sírios e libaneses chegaram ao Brasil por volta de 1870. Porém, as estatísticas são incertas, já que esses povos foram registrados de várias formas: turcos, turcos – árabes sírios ou libaneses (TRUZZI, 1992, 40). Esta imigração teve um caráter urbano, tendo sua primeira geração dedicada ao comércio, já que buscavam um lucro imediato para retornar a sua terra de origem, instalando-se principalmente nos ramos têxteis e nos chamados armarinhos.

Os motivos que trouxeram este grupo até o Brasil foram diversos. Dentre eles podemos destacar a precária situação econômica daquelas regiões, o domínio do Império Otomano e a Primeira Guerra Mundial. Os imigrantes eram, em sua maioria, cristãos e vieram de uma sociedade predominantemente islâmica. Sendo assim, conflitos eram constantes entre os drusos e cristãos no Líbano e entre mulçumanos e cristãos, no restante do território conhecido como Grande Síria. (TRUZZI, 1992, 13) Até meados do século XX, a imigração oriunda do Oriente Médio foi predominantemente cristã, sendo a maior parte dos libaneses maronitas e os sírios ortodoxos.

Ao chegarem ao porto do Rio de Janeiro, os imigrantes sírios e libaneses passaram a ser identificados de forma generalizada como “turcos”, identidade imposta pelos brasileiros a qualquer imigrante árabe.² Com isso, a Rua da Alfandega passou a ser chamada de “Pequena Turquia” (CORDE, 2015, 85) por muitos cariocas. Esse espaço era

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/ UERJ-FFP) sob orientação da professora Joana Bahia.

² O passaporte dos imigrantes sírios e libaneses no final do século XIX e início do XX, era carimbado pelo Império Turco- Otomano. Com isso, o “turco” passou a ser utilizado de forma generalizada e pejorativa pela sociedade brasileira, ao referirem-se a qualquer imigrante oriundo do Oriente Médio. HAJJAR, Claude Fahd. *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo. Ícone. 1980.

caracterizado pelos sobrados antigos e servia como moradia e comércio para os imigrantes. Eram centrados no comércio de armarinho e de gêneros alimentícios, além das atividades ligadas ao atacado de tecidos – importador e exportador – como cordoarias, caixotarias e depósitos.

Percebemos que, até a década de 1920, os imigrantes árabes estabeleceram-se no centro da cidade. Como aponta Meihy, isso ajuda a confirmar que a primeira leva desse grupo, foi ligada à área do comércio. Além disso, segundo o autor:

Nesse momento inicial da imigração, sabe-se que 70% dos indivíduos da comunidade de imigrantes eram homens, em sua maioria solteiros. Essa informação alimenta ainda mais a convicção de que a iniciativa primeira dos árabes na cidade do Rio de Janeiro, era de enriquecimento, já que o acúmulo de capital antecede a formação da família nuclear árabe. (MEIHY, 2014, 24)

Entre 1920 e 1940, ocorreu um aumento significativo no estabelecimento de famílias, gerando um impacto na distribuição geográfica desse grupo. A distribuição de sírios e libaneses por toda a cidade, tem como destaque a famosa Rua da Alfândega, conhecida a partir da década de 1960 como SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfandega). A sociedade foi fundada devido a união de comerciantes da área que eram contra a execução do projeto urbanístico de construção da Avenida Diagonal, que passaria sobre grandes trechos das ruas da Alfândega, Senhor dos Passos e Buenos Aires durante esse período. Chamada de “Pequena Turquia” pelos cariocas por muito tempo, a região tornou-se referência comercial e econômica de diversas etnias, principalmente a dos sírios e libaneses.

É encontrada até hoje nesse espaço, uma grande diversidade cultural. Os imigrantes que, começaram a estabelecer-se no local na virada do século XIX para o XX, foram enraizando-se e criando modos peculiares de identificação com o lugar, tornando-se uma força hegemônica naquele espaço. (RIBEIRO, 2007, 271) Como aponta Seyferth:

Os imigrantes, em geral, mantêm alguma ligação com a cultura e sociedade de origem, por maiores que sejam as pressões no sentido da assimilação. Guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de “absorção”, “assimilação” e “aculturação” não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes do imigrante, por mais que estejam integrados a nova sociedade. (SEYFERTH, 1990, 7).

Mesmo convivendo com o restante dos habitantes daquela cidade, os sírios e libaneses desenvolveram formas próprias de organização, trabalho e vida. O contato com brasileiros só intensificou o desejo de criar um espaço de permanência cultural, fortalecendo a identidade desse grupo. Portanto, a região da atual SAARA além de um símbolo econômico, tornou-se a representação da cultura árabe no Rio de Janeiro.

A SAARA e suas memórias

Ao analisarmos narrativas, temos que ter em mente que anamnese de um informador dependera de conjunturas contemporâneas. Os interesses individuais têm influência no ato da recordação, não sendo possível que um informador narre, de forma plena, um acontecimento pois, para isso ocorrer seria necessário apagar sua vivência do passado e do momento presente, sendo isso nitidamente impossível. (CANDAU, 2005, 162)

As narrativas sobre as levas imigratórias de sírio e libaneses impregnam a história da SAARA. Ao analisarmos algumas entrevistas do acervo CIEC/ECO/UFRJ e outras realizadas pela a autora Marine Lila Corde (CORDE, 2015) com imigrantes e filhos dos mesmos nessa região, percebemos que as mesmas são marcadas pelas trajetórias de parentes que fugiram da repressão e/ou da miséria, buscando na cidade do Rio de Janeiro um novo recomeço. Ao chegarem no Cais de Pharoux, a maioria dos sírios e libaneses direcionaram-se para Rua da Alfândega, onde vivia a maior parte dos seus patrícios e onde muitos esperavam por eles. Tatiana, comerciante da SAARA e descendente de sírios e libaneses relata que:

Eles moravam nos sobrados, e às vezes morava mais do que uma família, e todos aqueles que vinham, eles eram acolhidos. Eles traziam um mínimo de dinheiro e aqui, na rua da Alfândega – que é onde eles se firmaram – era tudo barato, era um pântano, era zona de prostitutas, de marginais, era bem desvalorizado. Mas eles vieram porque era perto do porto, não é, aí já se estabeleciam aqui. E já tinha umas famílias que acolhiam. Logo eles iam ser mascates. E é interessante que eles começavam por pegar um pouco de mercadoria e saiam vendendo de portas em portas. (Tatiana) (CORDE, 2015, 83)

Ao fundar a SAARA, seus membros que eram predominantemente árabes, se apresentavam como o emblema da história que marcou o local (apesar de não ser constituído apenas por imigrantes árabes). Segundo esses entrevistados, graças a um forte movimento solidário e uma mente empreendedora, conseguiram fixar –se no local, crescendo economicamente e socialmente, apesar de todas as dificuldades encontradas.

Diversas narrativas, ora similares, ora contraditórias, trazem memórias de família e experiências vividas ou fantasiadas, foram mobilizadas pelos comerciantes para criar vínculos entre eles, os comerciantes, o lugar de trabalho e seus antepassados. (CORDE, 2015, 89) Alguns comerciantes, relatam não ter boas lembranças da juventude passada na região da SAARA, devido a dureza das condições de vida, como Isaac Meyer Nigri:³

Foi difícil. Cada um dava um pouquinho, mas a dificuldade era grande. Por que você vendia a prazo e também perdia, não recebia. E tinha que descontar os títulos no banco, pagava os juros. Aí eles não pagavam, você tinha que ir lá correndo paga; então, apanhou o dinheiro dele e tal... E isso era uma tortura né? A mas foi. Foi o. Vamos dizer, o “osso” (ri). Foi uma luta grande, e minha mocidade eu perdi toda trabalhando, porque não... eu estudava a noite, não tinha tempo para nada⁴.

Contraopondo o senhor Nigri, o comerciante libanês George Ghazi declarou que, ao chegar ao Rio de Janeiro, obteve condições para comprar uma loja, vendendo um produto que não tinha concorrência, o bémber, facilitando assim, sua adaptação e estabilidade financeira.

Eu não cheguei a trabalhar como mascate... eu não trabalhei nisso. Não tive este... é conforme comecei, muitos fizeram isso e eu peguei outro caminho que deu certo.” (..) “Eu vivia muita bem aqui no Brasil, entendeu? Depois, trouxe meus irmãos para trabalhar aqui comigo. Gostamos muito daqui. Nos adaptamos muito bem. Para você ter uma ideia, eu nunca mais voltei pra lá

⁴ Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Arq_Cultura& PagFis=21815& Pesq> Acesso em 28/07/2017.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Os relatos sobre a infância também são encontrados com muita força nestes depoimentos fornecidos pelos filhos dos primeiros imigrantes. José Kamache comerciante e morador da Rua da Alfândega desde a década de 1940, relatou que:⁵

(...) Eu nasci aqui, morei aqui 16 anos. Eu morei 16 anos num sobrado, eu não sabia o que era quintal. Mas eu jogava bola na rua, eu brincava no Campo de Santana. A garotada, Campo de Santana, dia de semana, dez horas da noite. Não tinha perigo nenhum. A gente ia jogar bola no gramado do Campo de Santana. A gente ia mergulhar naqueles lagos do Campo de Santana. No tempo de verão, a gente ficava até meia-noite andando de bicicleta no Campo de Santana, andando nessas ruas. Na época de São João, fazia-se fogueiras aqui na rua da Alfândega. Assava-se cana na fogueira, batata-doce, esse negócio todo. Tinha aquelas brincadeiras que hoje não existe mais. Existia um clube aqui chamado Senhor dos Passos Futebol Clube, um clube de futebol que, na época de São João, que era o aniversário do clube, eles fechavam uma quadra na rua Senhor dos Passos e sábado e domingo era aquela brincadeira direto. Era corrida-do-saco, corrida-do-ovo e pula não sei quê e brincadeira disso, brincadeira daquilo. Então, eu peguei isso tudo. Então, pra mim tem muito mais importância isso aqui do que pra outros que tem isso aqui como um meio de vida só. Eu não. Eu tenho como, como os primeiros anos da minha vida. (ri) Os primeiros e todos!⁶

Diferente dessa narrativa nostálgica e alegre, Isaac Nigri, que também morou na Rua da Alfândega durante a sua infância no mesmo período que Kamache, relembrou episódios de preconceito e medo por ser filhos de judeus libaneses.

Eu passei a minha infância e sofri um pouquinho. O judeu sempre foi tachado de miserável, de querer ser superior aos outros. E então a inveja, ou não sei se dizer exatamente o porque disso tudo...sempre o judeu foi perseguido. A verdade é essa. Eu sou um dos que sofreu na minha juventude. Meu pai, em um sábado de tarde, era Sábado de Aleluia, meu pai me chama...porque. Na época não tinha geladeira. Então tudo comprava na hora, e meu pai mandou comprar um queijo daqueles de cuia. Eu me recordo, são 50 anos passados. Eu com nove anos sai daqui pela Rua da Alfândega comprar na Rua da Constituição, que era uma loja de queijo. Quando eu fui pela Tomé de Souza pra passar pela Rua Buenos Aires, tinha uma turma lá malhando o Judas. Quando eu cheguei perto, vi que eles iam me atacar e sai correndo. Mas, como...cheguei na porta da ..., de casa. Como é que vou chegar pro meu pai e dizer pra ele que não trouxe o queijo? Eu não podia; era um desrespeito, era uma falta de falta de tudo. Coisa que se hoje, meu filho fizer, não vai acontecer nada. Mas a educação era outra, ne? e a gente tem que respeitar. Que que eu fiz? Fui no sentido contrário. Fui pela praça da República para alcançar a Constituição. Quando eu chego na mesma esquina, eles me pegaram, eu corri pelo Campo de Santana, e não tenho vergonha de dizer que me urinei de medo.

⁵ Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Arq_Cultura&PagFis=21815&Pesq> Acesso em 28/07/2017.

⁶ Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Arq_Cultura&PagFis=21815&Pesq> Acesso em 28/07/2017.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

E isso tá gravado na minha memória. Que eles queriam me pegar para me bater e tudo como o Judas, né? Eu sou judeu, então... enfim.⁷

Outro exemplo que está longe da narrativa agradável vinculada ao lazer na infância, está presente no depoimento do filho de sírios e libanês Nicolau Chucri Salomão. Ao perguntarem sobre sua infância na região, o mesmo declara que:

Quando eu tinha 6 anos minha mãe me botou no colégio São Vicente de Paula, colégio interno. Era um colégio de freiras francesas. Tinha algumas brasileiras, mas elas eram rígidas. De manhã nos tínhamos que levantar, ia turma por turma, tirava a camisola, o pijama, que eles obrigavam a usar, ia um por um no banheiro pra botar um calção, e nós subíamos sem camisa, um calção, pro banheiro pra tomar banho, abriam aquele chuveiro forte e as irmãs, nós gostávamos de calor, sabe como é criança, então a irmã batia palma, quem não obedecesse ficava preso lá. E quem urinasse no colchão, elas botavam em cima da cabeça da criança, para ficar lá de castigo.⁸

O senhor Chucri relatou ainda que só frequentava a Rua da Alfândega nos fins de semana, e mesmo assim, ficava na loja, ajudando seu pai. Em nenhuma parte da entrevista, evocou memórias com brincadeiras e diversão no Campo de Santana ou pelas redondezas, como no caso do senhor Kamache.⁹

A fala destes antigos comerciantes retrata uma lembrança extremamente forte e detalhada de alguns episódios da infância. Segundo Candau, a chamada “Lei da regressão” de Ribot (CANDAU,2005,163) que atinge pessoas mais idosas, tende a desfazer as memórias mais recentes e recordar as mais antigas com mais detalhes. Um indivíduo que sofre uma experiência negativa tende a ter uma amnésia ou, tem um efeito contrário consolidando a lembrança, como no caso de Isaac Nigri e Nicolau Chucri. Além disso, a fala de Isaac se contrapõe a outros depoimentos que exaltam o respeito e união de judeus, árabes e brasileiros na região desde o início das primeiras levadas migratórias, como cita o comerciante Gabriel:

Uma coisa muito bonita – que eu acho –, como eles estavam cansados da guerra, da perseguição religiosa, aqui as raças se dão muito bem. Tinha

⁷ Disponível em : http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Arq_Cultura&PagFis=21815&Pesq> Acesso em 28/07/2017.

⁸ Disponível em : http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Arq_Cultura&PagFis=21815&Pesq> Acesso em 28/07/2017.

⁹ Disponível em : http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Arq_Cultura&PagFis=21815&Pesq> Acesso em 28/07/2017.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

muçulmano, cristão, judeu, nunca tiveram nada de... É um respeito muito grande. Eles estavam cansados, queriam ensinar pro mundo como podia se viver bem. E até hoje! (CORDE, 2015,91)

Estas narrativas mostram que, a mesma comunidade que ressalta a solidariedade, traz relatos de tensões em certos momentos.

Embora o resgate das memórias da infância apareçam nas narrativas dos que de fato viveram na região, ao analisarmos esses depoimentos, percebemos que, esses episódios de “comunhão” entre os moradores da SAARA são evocados, como aponta Corde, por comerciantes mais jovens que não viveram essa época, mas que reproduzem as narrativas dos parentes que foram moradores da região. Isso pode ser explicado, como aponta Candau, a partir da:

Formulação de uma memória genealógica e, mais genericamente, de uma memória familiar, procede sempre da produção de uma identidade individual, social e cultural. Obedecendo ao princípio de localidade (importância do enraizamento nos lugares) é produzida pela seleção de elementos particulares ao longo das gerações, com o fim de ordenar e dar sentido a linhagem e trajetória de que o ego dos seus filhos constitui ao termo provisório. São geralmente reajustes a de melhor justificar a situação do presente. A identidade familiar é tecida de histórias que reinventam, retomadas em cada geração, lembranças de férias passadas, um avô generoso, etc. Tudo isso constitui o cimento familiar. (CANDAU, 2005, 175)

Porém, segundo o relato da filha de um dos comerciantes chamada Fernanda, a conciliação entre a tradição familiar e a inovação é essencial, não podendo tornar-se um conflito, porém, não se trata de uma tarefa fácil, como a mesma aponta:

De repente tinham pensado que talvez eu não tivesse muita habilidade para poder conduzir o negócio. Mas depois mudaram de ideia, acharam que sabia muito bem conduzir! É porque às vezes você tem que entrar para poder... tipo assim, modernizar. Porque eu penso assim: o mundo está evoluindo, a tecnologia evoluiu também, então a forma de gerenciar ou de administrar também evoluiu, a filosofia... [...]. E eles não tinham essa facilidade, já que estavam dentro de um esquema muito antigo, de saber lidar com essa transição, porque eles ficaram muito inseridos, mergulhados naquela forma de trabalhar antiga, sem ter condições, ou ter facilidades de adquirir novos conhecimentos para modernizar. Então o que eu fiz foi, vamos assim dizer, colocar as coisas no “estatuto atual”, atualizar as formas de conduzir as tarefas aqui, né. Então eis aí, foi legal porque tentei captar um pouco dos interesses de um povo mais jovem, e eu vejo que hoje em dia o povo mais jovem dá muito valor às questões como os lugares mais tradicionais, a história... Porque a gente já faz parte da história daqui também. (CORDE, 2015, 1001)

A tradição, como aponta Candau, é a conservação dos costumes ligados à repetição de rituais que tem como base a memória, estando vinculada a um passado atualizado no presente, incorporando sempre uma parte do imaginário. Os migrantes, “Conjugam habilmente as incorporações e as rejeições da novidade com as ideologias da conservação, da herança, ou, mais ainda, na constante interpretação dos usos ancestrais” (CANDAU, 2005, 181). Nesse sentido, a tradição tem um caráter legitimador, sem ela, não seria mais do que “uma forma vazia de todo conteúdo partilhado pelo grupo” (CANDAU, 181, 2005).

Inferimos que, a diferença que separa as memórias lembradas por alguns comerciantes falando das dificuldades de infância e das lembranças felizes dos outros, reflete um jogo memorial, desenvolvido por meio dessas relações sociais, nas quais a transmissão e a divisão de um passado, apresentado como sendo comum a diversos indivíduos, permite criar e enfatizar os vínculos que unem esses indivíduos. A memória do sujeito depende do que os outros contam sobre o passado, seus discursos e recursos “memorísticos” que prevalece na sociedade (COSTA, 2009, 270). Notamos que, com o intuito de oferecer uma imagem positiva do grupo que se forma a partir de tais laços memoriais, alguns traços do passado são selecionados e reinterpretados de forma a ressaltar uma história fundadora da comunidade que fornece bases sólidas e alegres sobre as quais os seus membros constroem seus ideais de “viver juntos”, como mostra a fala de André membro da SAARA, brasileiro casado com uma descendente de libaneses:

Olha, pra mim, eu sinto orgulho de estar junto com esse povo, gente muito boa. Várias etnias trabalham aqui, todo mundo se respeitando, trabalhando unicamente pelo dia a dia, pelo pão de cada dia. Todo mundo segue a linha de direção que a SAARA determina, não há problema nenhum, é chinês, é árabe, é judeu, é argentino, português, espanhol, tudo. Então a gente tá sempre aí, seguindo a nossa trilha, todos entendem que é o dia-a-dia de cada um, não tem política, não tem nada. (CORDE, 2015, 91)

Costa indica que, a imagem que uma comunidade tem de si mesma, de sua identidade presente e de seu projeto futuro, necessita em certa medida das formas que seu passado é representado, tendo nesse processo, a participação de vários indivíduos que negociam as mais variadas narrativas em torno desse passado. (COSTA, 2009, 275).

Sendo assim, a partir desse jogo memorial, os imigrantes com suas múltiplas e diversas narrativas, construíram e conseguiram manter um espaço étnico, tradicional e extremamente rico (culturalmente e economicamente) no centro da cidade do Rio de Janeiro: a SAARA.

Depoimentos consultados:

George Ghazi. Entrevista realizada por Paula Ribeiro. Projeto Memória do Saara. CIEC/ECO/UFRJ, 1995

Isaac Meyer Nigri. Entrevista realizada por Paula Ribeiro. Projeto Memória do Saara. CIEC/ECO/UFRJ, 1995.

Jorge Kamache. Entrevista realizada por Paula Ribeiro. Projeto Memória do Saara. CIEC/ECO/UFRJ, 1995

Nicolau Chucri Salomão. Entrevista realizada por Paula Ribeiro. Projeto Memória do Saara. CIEC/ECO/UFRJ, 1995

Referências bibliográficas:

CANDAU, Joel. *Antropologia de la memória*. Armand Collin. Paris, 2005.

CORDE, Marine. L. “A pacificação dos oximoros. Patrimônio Nacional da Imigração , Direito de voto dos Estrangeiros e ordem Nacional no Brasil e na França. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agosto/2015

COSTA, Fernando Sánchez. La Cultura histórica. Uma aproximación diferente a la memória colectiva. Passado y memória. In: *Revista de História Contemporânea*. nº 2009. Pág. 267-286.

MEIHY, M.S.B “Arábia Brasilienses”: os estudos árabes e islâmicos no Brasil In: *Hamsa .Journal of Judaic and islamic studies* .Vol.1 . pág. 18 – 28 ,2014

PINTO, Gabriel H. da Rocha. Comunidade de descendentes árabes no Rio de Janeiro tem identidade múltipla. In: *Icarabe. Imigração*. Entrevista concedida a Ana Maria Barbour, 13/12/2010.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

PINTO, Gabriel H. D Rocha. Ritual, etnicidade e identidade religiosa. In: *Revista USP*. São Paulo, n° 67, pág. 228 -225, novembro/2005.

RIBEIRO, Paula. *'Saara': uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960 – 1990)* 2000. 229 f. Dissertação (Mestre em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo 2000.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília. Ed da UNB,1990.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras. Belo Horizonte.UFMG.2007

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo, Sumaré – série imigrantes, 1992*. Annabella Blyth e Paula Ribeiro. Projeto Memória do Saara. CIEC/ECO/UFRJ,1993.

Mesa 8
Memória e Escrita da História

O Instituto do Ceará e a escrita da história da abolição na formação da identidade regional cearense

Camila de Sousa Freire

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista FAPERJ**

Objetivamos neste trabalho entender como o movimento abolicionista cearense, que culminou na libertação de todos os escravos da província do Ceará em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, foi utilizado posteriormente pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará na formação da identidade regional. Uma identidade baseada principalmente em elementos como o pioneirismo no movimento abolicionista e um suposto caráter especial do povo cearense, fortalecido pelas lutas do meio a partir das secas. Para tanto, utilizamos como fonte a *Revista do Instituto do Ceará* e o jornal *Libertador*, Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, principal sociedade abolicionista do Ceará. Utilizamos ainda como fonte o livro *A Abolição no Ceará*, de Raimundo Girão, editado pela primeira vez em 1956, por entendermos que constitui o coroamento do trabalho empreendido pelo Instituto do Ceará, ainda mais por ser Raimundo Girão um de seus membros. Buscamos perceber na *Revista do Instituto* como o movimento abolicionista foi transmitido para a posteridade, buscando a formação da identidade regional. Buscamos entender ainda o contexto de formação dos institutos históricos, sua finalidade e suas adaptações ao longo do tempo, principalmente na passagem da monarquia para a república e nas primeiras décadas republicanas.

Em 1887, ainda no final do Império, e, portanto, inserido neste contexto de transição de regime, é fundado o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. O Instituto é criado como instituição congênere ao IHGB, de caráter científico e cultural, com o objetivo de tornar conhecidas a História e a Geografia da província, bem como seus aspectos antropológicos, que contribuíram para a formação da identidade regional e, também, para a identidade nacional. Seus fundadores foram homens abastados

da capital cearense, entre eles políticos, médicos e jornalistas (SILVA, 2016, p.111). Este seguiu as mesmas características do IHGB, de valorização do documento como indicador da verdade histórica, que legitimaria a nacionalidade. Era também uma história que possuía relações com o poder, com o Estado-nação estando no centro da narrativa histórica, além das relações do próprio Instituto com os chefes de Estado. Segundo Falcon, essa História foi:

Pioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao *poder*, essa história pretendeu ser também *memória*. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos. (FALCON, 1997, p. 103, grifos no original).

Abordagens que permaneceram mesmo após a mudança de regime, com o fim da monarquia e início da república. O Instituto do Ceará foi fundado em um contexto onde, visto de forma mais ampla, no Brasil no século XIX, agremiações como esta eram caracterizadas por suas práticas intelectuais e políticas, ou seja, imbuídas de um caráter científico, também se interessavam e interferiam politicamente em seu meio social através de suas produções. Gleudson Passos Cardoso (2000) aborda em seu trabalho os movimentos intelectuais que ocorreram no Ceará entre 1873 e 1904, focalizando principalmente nas organizações e movimentos literários. Ele nos mostra o contexto de efervescência intelectual pelo qual passava o Ceará naquele momento, principalmente em Fortaleza. Lá eram pensados modelos de Estado e nação no período de fim da monarquia e das décadas iniciais do regime republicano, no qual o Instituto do Ceará estava incluído. Ele cita, por exemplo, o Clube Literário (1886), que teria sido porta-voz do discurso abolicionista de 1881 a 1884, nos campos da literatura e da ciência (CARDOSO, 2000, p. 10).

Acreditamos que o Instituto do Ceará esteja inserido neste contexto a partir de 1887, não como porta voz do discurso abolicionista, mas como instituição que legitimaria a identidade regional cearense a partir do uso da memória daquele acontecimento na escrita da História da província. Gleudson Cardoso defende que houve nesses espaços letrados a construção de um “ideário ilustrado cearense para o Estado e Nação brasileiros

diante da transição política” (CARDOSO, 2000, p. 10). Ideário fundamentado em três bases: a chegada das “Luzes” e as ideias eurocêntricas que norteavam o progresso rumo à civilização, que conquistavam espaço entre os intelectuais cearenses naquele período; as secas, que foram interpretadas como uma fase evolutiva, dentro dos conceitos evolucionistas também em voga entre os intelectuais; e a libertação dos escravos em 1884, tida pelos intelectuais da Mocidade Cearense¹ como uma conquista institucional perante o restante do país. Assim, cria-se a imagem do cearense forte, que supera todas as adversidades do meio e que apesar das dificuldades ainda se preocupou com seus semelhantes, no caso os cativos, possuindo por isso uma personalidade especial (CARDOSO, 2000, p. 12). Imagem esta que foi fortalecida pelo Instituto do Ceará, como se pode constatar em seus artigos que tratam da abolição, onde se afirma que logo depois da seca de 1877 a 1879, após muito sofrimento, o cearense teria se engajado na luta pela libertação dos escravos, mostrando sua abnegação e coragem.

Com o objetivo de tornar conhecida a história da província e a produção destes intelectuais, foi criada a *Revista do Instituto do Ceará* em 1887, mesmo ano da fundação do Instituto. Esta se encontra digitalizada no site do Instituto, onde estão disponibilizadas publicações desde o primeiro ano até 2015², além de conter 8 tomos especiais. A *Revista* conta com trabalhos, preferencialmente, de seus sócios efetivos, que contribuem com artigos de temas históricos, geográficos e antropológicos. É editada em Fortaleza e publicada anualmente, sem interrupções, desde sua fundação. Para a presente pesquisa, foram analisados artigos referentes à libertação dos escravos no Ceará publicados entre 1887 e a década de 1950. Cada número da revista contém de 9 a 21 artigos, além de discursos, conferências, atas, notas e transcrições, palestras, homenagens póstumas, críticas bibliográficas e outros documentos. O número de páginas de cada artigo varia de 3 a 14.

Em seus primeiros anos de publicação, a *Revista do Instituto do Ceará* se chamava “*Revista Trimensal do Instituto do Ceará*”, passando ao nome atual em 1933. Os assuntos abordados nas publicações referem-se à História, Geografia e Antropologia do Ceará,

¹ Movimento letrado ocorrido no Ceará na década de 1870 e que deu origem a agremiações, clubes e sociedades literárias.

² Disponível em <http://www.institutodoceara.org.br/revista.php>. Acesso em abril de 2018.

desde o período colonial aos dias atuais. Porém, são abordados assuntos referentes à história do Ceará em um contexto mais amplo, na relação com outras províncias, como, por exemplo, artigos sobre a participação do Ceará na Revolução Pernambucana e na Confederação do Equador. Passa por diversas editoras desde sua fundação, entre elas a Tipografia Econômica, a Tipografia Minerva, a Imprensa Universitária do Ceará, entre outras; sendo impressa atualmente pelo próprio Instituto. O valor da assinatura também variou, de 4\$000 no início, para 6\$000 em 1896, 10\$000 em 1924; custando R\$30,00 atualmente. A Revista esteve sob a direção do Barão de Studart até 1938, passando então para Thomás Pompeu Sobrinho. Encontra-se atualmente sob a presidência de Ednilo Gomes de Soárez. A revista é remetida, desde sua fundação, para instituições brasileiras e de diversos países, como França, Alemanha, Portugal, Espanha, Estados Unidos, Argentina, Peru, Chile, México, entre outros. No Brasil, era enviada para institutos de diversas províncias, como Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Recife, Sergipe, Espírito Santo, Curitiba, Rio de Janeiro, entre outros. No Rio de Janeiro, a revista era enviada para instituições como o IHGB, o Museu Nacional, o Arquivo Público Nacional, a Biblioteca Nacional, entre outros. Dessa forma, podemos perceber os contatos mantidos pelo Instituto do Ceará com os demais institutos do Império, em relações de trocas intelectuais constantes.

Nesse sentido, vemos a criação dos institutos regionais como uma tentativa de aumentar a contribuição regional para a história do país. No entanto, essas contribuições seriam remetidas ao IHGB, que se encarregaria de construir a narrativa da nação, ou seja, o centro. Assim, essa relação se caracteriza por um movimento de “aproximação e afastamento entre a História regional e a nacional” (SILVA, 2016, p. 107), de trocas constantes, em uma via de mão dupla, já que estes intelectuais dos institutos regionais viam nesta aproximação uma oportunidade de afirmação diante do país. De um lado, o Ceará contaria sua história para o restante do país; de outro, o IHGB buscava a unidade e a participação da província na história nacional, obtendo ainda documentos e publicações para seu acervo. Assim, acreditamos que a relação entre os dois Institutos se caracteriza pela reciprocidade, onde o Instituto do Ceará tentava demonstrar, a partir de documentos, que houve muitos episódios e personagens importantes para a história do Brasil no Ceará, como a abolição dos escravos em 1884, por exemplo. Analisamos essas relações também

a partir da perspectiva entre centro e periferia que entendemos como fluidas e de trocas recíprocas.

Analizamos a relação entre centro e periferia a partir de Carlo Ginzburg (1989) e sua análise acerca da história da arte italiana. Segundo ele, a relação entre o centro e a periferia não é tão pacífica quanto pode parecer, ou de difusão, mas é caracterizada por conflitos. Esse conflito é “detectável” mesmo em casos onde “a periferia parece limitar-se a seguir humildemente as indicações do centro” (GINZBURG, 1989, p.7). Isso acontece nas relações de dominação, quando o centro caracteriza a periferia como local de atraso. Os centros políticos e econômicos em determinado contexto histórico buscam, dessa forma, ditar as normas políticas e culturais. No entanto, essa relação é fluida, e de trocas constantes, de forma recíproca. Segundo Ana Paula Barcelos (2016, p. 103), a centralização política no Rio de Janeiro após a independência acentuou as incertezas na relação entre as regiões, iniciadas já no período colonial. Com o desenvolvimento da atividade cafeeira no século XIX, e com esta se tornando o pilar da economia nacional, o Sudeste passou a ser o centro econômico, político e cultural do país, atraindo trabalhadores, artistas, viajantes estrangeiros, entre outros. Durante a seca (1877-1879), muitos cearenses migraram para o Sudeste em busca de melhores condições. Dessa forma, naquele contexto, o Ceará era visto como periferia e o Rio de Janeiro, então Corte do Império, como centro. No que diz respeito à produção historiográfica, podemos dizer que houve a mesma centralização. Ana Paula Barcelos apresenta uma crítica feita pelo Barão de Studart em um artigo da *Revista do Instituto do Ceará* justamente a essa centralização. Ele diz que a história do Brasil era escrita da Bahia para baixo e que os demais Estados do Norte não possuíam “nem história e nem mesmo crônica” (SILVA, 2016, p. 102). Os intelectuais do Instituto buscaram, então, romper com o estigma do atraso a partir do pioneirismo na abolição.

Dessa forma, esses intelectuais fundamentaram o discurso, através da *Revista do Instituto do Ceará*, de que o Ceará seria um exemplo para o restante do país, por ser uma terra de trabalho livre, pioneira na libertação dos escravos, a primeira província a abolir a escravidão já em 1884, possuindo um povo forte, resistente às intempéries do meio e abnegado por natureza. Em artigo da revista intitulado “O Instituto e sua Revista”, em

1925, Antonio Theodorico da Costa destaca a importância da *Revista* e da história do Ceará:

Folheando a utilissima Revista, pagina por pagina, vê-se á luz de toda a evidencia, que ella é farta de documentos preciosos, bem *mostrando o nosso passado e fallando dos principaes acontecimentos de que está repleta a nossa historia desde as mais longinquas datas.*

(...) A nossa historia é bella.

Nella ha feitos grandiosos que nos elevam e nos honram.

(...) *Nesta Revista tudo se encontra mais ou menos para se poder formar a nossa historia.* (COSTA, 1925, p. 74)

Podemos ver, então, que o objetivo do Instituto era escrever a história cearense, uma história “bela”, motivo de orgulho por seus “feitos grandiosos”. Este trabalho seria feito a partir da coleta de documentos, que abordassem todos os temas referentes à história da província, desde o período colonial até os dias atuais, para que essa história se tornasse conhecida, podendo assim alcançar a civilização. Essa história deveria ser conhecida não apenas no Ceará, mas também pelo país e pelas demais nações ditas civilizadas. Os intelectuais do Instituto buscaram, então, romper com o estigma do atraso, já tão reiterado com o discurso da seca, a partir do pioneirismo na abolição, demonstrando, a despeito das dificuldades do meio, o quanto aquele acontecimento foi importante:

Não ha livro algum, destes “que levam ás escolas os exemplos de nosso civismo”, que deixe de registrar, exalçando, o faustoso acontecimento, incontestavelmente a pagina mais bella e mais aurifulgente da historia do Ceará, redimido em espaço de tempo relativamente curto, por força de tenaz e veracíssima propaganda da “Libertadora Cearense”, todo o captiveiro existente na província (...). (SOUSA, 1925, p. 385)

Fica claro nos artigos a busca pelo reconhecimento de seus supostos feitos e pelo olhar das outras províncias e de outros países. Desejo este presente desde o momento em que o movimento abolicionista se desenrolava, e que adentra o período republicano, na tentativa de participação na escrita da história nacional. Tzvetan Todorov (2014) nos esclarece sobre a busca por reconhecimento através do olhar do outro, aspectos muito presentes nos discursos dos abolicionistas cearenses e dos membros do Instituto. Para ele, o reconhecimento é uma condição inerente à própria existência do ser humano, confirmando-a a partir do outro. Sendo assim, toda coexistência em sociedade é uma

constante busca por reconhecimento. No artigo “A Epopéa do Ceará”, de 1934, o autor Júlio Abreu parabeniza os cearenses pelo aniversário de meio século da libertação dos escravos:

Exultai, formosa terra de Iracema, na data que comemora meio século em que chegou a um termo brilhante a verdadeira epopéa do Ceará - a libertação dos escravos, cujos ecos, reboando em todo o Brasil, notadamente em Pernambuco e no Rio de Janeiro, estimularam o entusiasmo abolicionista e, transpondo o oceano, repercutiram em Paris, e motivaram justos e honrosos conceitos desse grande genio que foi Victor Hugo, e fizeram anteceder a abolição total do País! (...)demonstrando que o Ceará bem merecia a denominação de *Terra da Luz*, que lhe fôra dada por José do Patrocínio por ocasião da libertação do primeiro município brasileiro – o Acarape (...). (ABREU, 1934, p. 135, grifo no original)

Assim, buscam a confirmação de seus feitos pelo olhar de outros países e de personalidades icônicas, como Victor Hugo, que chegou a enviar um bilhete parabenizando os cearenses pela libertação dos escravos quando esteve com Patrocínio, e este que chamou o Ceará de “Terra da luz”, expressão adotada desde então para se referir ao Ceará. Ainda segundo Todorov, a realização por algo bem feito pode oferecer glórias e riquezas, com o objetivo de provar que se é capaz. Percebemos esse desejo de provar sua capacidade na atitude desses abolicionistas, e também em seu discurso, mobilizando as ideias já citadas; que serão reafirmadas posteriormente pelo Instituto do Ceará. Naquele momento, os abolicionistas cearenses já buscavam legitimar o movimento como pioneiro e como algo que ficaria marcado para a posteridade, como se pode ver no seguinte trecho, retirado do *Libertador*, no qual procurava-se destacar a importância daquele evento para a história do país:

(...) Fadado para as conquistas da liberdade e da luz, o Ceará collocando-se na vanguarda do movimento emancipador, tem dado ao paiz e ao mundo, os exemplos mais edificantes de patriotismo e abnegação, provando ao mesmo tempo, que é simplesmente loucura resistir á idéa (LIBERTADOR, 1883, p. 2).

Em seu último número como órgão da Sociedade Cearense Libertadora, quando esta é dissolvida em agosto de 1884, vemos no *Libertador* o desejo daqueles homens de que seus feitos fossem destacados pela história:

Os membros d'esta associação, considerando que o seu fim estava preenchido com a libertação total da provincia, resolveram dissolver a mesma sociedade.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Ao historiador imparcial compete o juízo verdadeiro dos esforços e merecimento d'essa associação, que contou os seus dias por luctas renhidas e fecundas (LIBERTADOR, 1884, p. 2).

Podemos perceber uma formação identitária inicialmente no próprio movimento abolicionista, adotando a ideia do Ceará como “Terra da Luz”, no sentido de que iluminaria as outras províncias a partir do seu exemplo. Conforme destacamos, nesta identidade, forjada naquele momento, e na memória que esses abolicionistas queriam deixar para a posteridade está a ideia de que o Ceará, apesar de ser uma província pobre e castigada pelas secas, já estaria, pela suposta abnegação de seu povo, “fadado”, ou seja, predisposto a esta conquista, bem como às glórias e honras advindas da mesma. O cearense já teria essa “índole” bondosa e libertária, além de ser forte, pela superação das adversidades do meio. Por isso teria se preocupado com o sofrimento dos escravos, como vemos no artigo “Uma data cearense”, escrito por Alba Valdez em 1984:

O povo cearense não podia supportar o innominavel trafico que rebaixava parte de seus semelhantes ao nível de alimarias. Envergonhava-o o espetaculo degradante da escravidão (...).

Melindravam-lhe a consciência as scenas crueis que desfaziam os doces laços de uma familia infeliz, a fuga de desditosos que se internavam nas brenhas, preferindo a convivência dos brutos à de homens insensíveis à sua dor.

E o mesmo dinheiro, producto do braço escravo, queimava-lhe as mãos válidas e honradas, afigurando-se-lhe criminosa extorção.

Pois elle sabia trabalhar, combater pela vida. Sua enfribatura mais de uma ocasião fôra posta à prova: em momento histórico, para defender os brios da Pátria, nos banhados mortiferos do Paraguay; todos os dias, nas florestas virgens da Amazonia, onde os perigos enxameiam no próprio ar.

Nascido sob o céu mais ingrato do Brasil, o cearense nunca foi um predilecto da fortuna. No berço, embalou-o o éco plangente de passadas catastrophes e como as demais creanças nem sempre ouviu os contos de fadas, alegres e encantadores, narrados à luz do luar.

A actividade que o caracteriza tem albaroadado contra frequentes caprichos da natureza. D’ahi talvez, sua índole afoita e generosa.

Familiarizado desde cedo com a adversidade, sciente de quanto um minuto de amargura entoxica uma existencia inteira, desolava-o a excrescencia abjecta do captiveiro.

Tornava-se mister um movimento que acabasse com aquella vergonha social. A empresa não era facil e para ella se arregimentavam as mais bellas intelligencias e as mais decididas energias.

Travou-se, porfim, a peleja. (VALDEZ, 1984, pp. 243-244)

Assim, vemos como esse discurso do caráter do cearense fortalecido pela seca é evidenciado pelo Instituto do Ceará, que enquanto uma instituição científica reconhecida

pela sociedade possuía autoridade para legitimá-lo. Pierre Bourdieu (1989) nos esclarece sobre como algumas instituições possuíam os meios para legitimar determinados discursos, inseridas na luta pela identidade regional. Segundo ele, nessas lutas são desejados os meios de divisão pelos quais se formam e se reconhecem os grupos. Nas lutas regionais, os grupos são estigmatizados e essas divisões territoriais e sociais são arbitrarias, impostas por aqueles que possuem autoridade, que consiste em se afirmar uma verdade, que gera reconhecimento. Assim, aqueles que possuem autoridade determinam essas características à região ao afirmar “com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 114). Assim, é justamente essa autoridade que propicia a enunciação de discursos legítimos que os grupos regionais buscam subverter para poder caracterizar sua própria identidade.

Ele fala ainda sobre o discurso regionalista, que diz ser performativo, ou seja, tem em vista “impor como legítima uma nova definição de fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada” (BOURDIEU, 1989, p. 116), em oposição a uma definição dominante já existente. A eficácia do discurso performativo consiste na autoridade de quem o enuncia. Consiste também em o discurso estar fundamentado na objetividade do grupo, ou seja, no reconhecimento e na crença que lhe conferem os membros do grupo, bem como nas características econômicas e culturais que têm em comum. Aqui é importante destacar também a abordagem do autor sobre o papel do discurso científico para legitimar determinadas classificações. Pensamos ser interessante observar o Instituto do Ceará com este olhar, como um lugar de autoridade para emitir discursos científicos, já que estes são importantes para atrair o reconhecimento para a região e sua história. Segundo Bourdieu, “qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e por este meio à existência” (BOURDIEU, 1989, p. 120, grifo no original). Para o autor, o regionalismo (como também o nacionalismo) é um caso particular das lutas simbólicas e o que está em jogo é a conservação ou transformação das “relações de força simbólicas e

das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 124).

Assim, a luta regional teria como objetivo a “reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 125). Para tanto, eles se utilizam até mesmo dos estigmas que lhes são impostos em seus discursos por reconhecimento. O estigma confere as determinantes simbólicas e seus “fundamentos econômicos e sociais” que se tornam os “princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização” (BOURDIEU, 1989, p. 125). É o que também vemos acontecer no caso do Ceará, que utiliza o estigma de província pobre, castigada pelas secas, para obter reconhecimento, pois apesar dessas características adversas do meio, consegue um feito considerado glorioso como o de ser a primeira província do Brasil a libertar todos os escravos.

Dessa forma, vemos como o Instituto do Ceará empreendeu um trabalho de fortalecimento da identidade regional cearense, a partir da libertação dos escravos daquela província em 1884, acrescida de outros aspectos que teriam contribuído para o pioneirismo deste acontecimento. Este teria contribuído para que os intelectuais cearenses pudessem destacar a importância de sua história, que poderia contribuir para a história nacional, ao mesmo tempo em que legitimavam sua identidade regional.

Fontes:

Revista do Instituto do Ceará:

ABREU, Julio. “A Epopeia do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Meton Gadelha e Cia., 1934, pp. 135-148.

COSTA, Antonio Theodorico. “O Instituto e sua Revista”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXIX, 1925, pp. 69-75.

SOUSA, Eusébio. “Instituto do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, Tomo XXXIX, 1925, pp. 178-202.

VALDEZ, Alba. “Uma data cearense”. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, pp. 243-244.

Periódico:

Jornal *Libertador*, Fortaleza, 1881 - 1884. Disponível em:

<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/libertador/229865>

Acessado a partir de outubro de 2014.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 107-132.

CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)*. 2000. 264f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

FALCON, Francisco. “História e poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 97-138.

GINZBURG, Carlo. História da arte italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs) *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pp. 5-93.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. “‘Nem História nem mesmo Chronica’: escrita da história, identidade e integração nacional no intercâmbio entre o IHGB e o Instituto do Ceará (1889-1931)”. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177(471): 101-124, abr./jun. 2016.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de Antropologia Geral*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Associação de Amigos do Instituto Histórico: um diálogo pela história da cidade de Duque de Caxias (1973-2001)

Eliana Santos da Silva Laurentino

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista FAPERJ**

Primeiras considerações

O atual Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto (IHDC) foi fundado em 1971, em um período em que o município de Duque de Caxias era considerado área de segurança nacional. O IHDC está localizado no subsolo da Câmara Municipal da cidade, com direta participação e apoio do legislativo, em especial, com produções escritas e material audiovisual. Os membros que circulam no espaço participaram do processo de divulgação e valorização da história local desenvolvida na cidade ao longo dos anos e são membros da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (Asamih), criado em 2001. Essa associação é composta por intelectuais importantes da região, que atuaram e atuam em outros institutos e instituições na Baixada Fluminense¹. Revelando que o IHDC permitiu um encontro geracional dos intelectuais envolvidos na construção de memórias sobre o território.

Nesse sentido, apresentar o processo de fundação e consolidação do Instituto é um passo para o mapeamento do perfil desses intelectuais e de seus usos do passado na Baixada Fluminense. A análise de algumas matérias dos primeiros anos de edições

¹ A Baixada Fluminense pode ser definida como o conjunto de municípios localizados na região metropolitana da atual Cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a classificação da FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), a Baixada Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri. (SANTOS, 2014). As abordagens da definição geográfica não excluem os significados da apropriação dos homens no espaço, ou seja, “(...) enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’” (HAESBAERT, 2017, p.21), logo, o espaço é socialmente produzido.

Revista Caxias Magazine² permitiu perceber como alguns desses agentes tiveram um canal de divulgação dos textos sobre a história da região em uma revista voltada ao público amplo. Isso permitiu identificar lançamentos de alguns livros, que estavam intimamente relacionados aos interesses do período.

O Instituto como espaço aglutinador

Alguns institutos municipais foram fundados na década de 1970, como: o Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei- MG (1970); Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes - MG (1977); Instituto Histórico de Jaboatão – PE (1973). E outros ainda mais recente, como o Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros – MG (2006)³. O Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto também foi criado na década de 1970. Está localizado no primeiro distrito da cidade de Duque de Caxias e ocupa o subsolo do prédio da Câmara Municipal. Atravessando diferentes mandatos governamentais, a instituição precisou se reinventar ao longo do tempo e elaborar estratégias de sobrevivência dentro de um espaço do poder público, criando uma espécie de “agremiação” em 1992 e uma outra, com título de Associação de Amigos do Instituto Histórico (Assamih), em 2001. Acreditamos que a investigação sobre a relação entre o instituto, os intelectuais e a escrita da história da cidade, permitirá identificar as dimensões de poder da produção de conhecimento para a construção identitária do território, bem como, ajude a entender o significado da permanência e da criação de novos institutos para a escrita da história

A primeira agremiação do IHDC é década de 1990 e era formada pela diretora do instituto, Gladis Braga Figueira, Barboza Leite, Stélio Lacerda, Rogério Torres, Armando Valente, Guilherme Peres e Ana Lúcia Castro. Essa associação é apresentada na documentação como uma “reestruturação da entidade”, que passou a substituir o Antigo Conselho do Instituto, transformando seus integrantes: “Abelard Brayner, Ademar

² Edições de 1984-1889.

³ Para ter acesso aso links dos institutos municipais congêneres ao IHGB ver: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/instituicoes-congeneres.html> Acesso (06/09/2018).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Constant, Dalva Lazaroni de Moraes, Sylvio Goulart, Laís Costa Velho, e outros”, em “Beneméritos da Amlhduc”⁴ em 1992.

Já a Associação dos Amigos do Instituto Histórico – “ASAMIH - foi criada em 2001 com o objetivo de a sociedade civil participar, acompanhar e apoiar as atividades do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias”⁵. No ano de 2009 ela participou do Projeto “Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro.”, tornando-se Ponto de Cultura estadual, com isso passou a receber verba para a realização de várias atividades culturais e para compra de equipamentos, que foram disponibilizados para uso do Instituto Histórico.⁶

A formação da Asamih em 2001 teve uma participação mais ampla do que a noticiada em 1992 com sete membros. A “nova” agremiação tem um estatuto aprovado em 06 de julho de 2005, e seria “ilimitado o número de associados”⁷. Contudo, as pessoas vinculadas ao instituto até o ano de 2001 foram consideradas fundadoras, totalizando 119 fundadores. E nesse grupo permaneceu da primeira geração: Guilherme Peres⁸, Rogério Torres⁹, Stélio Lacerda¹⁰.

Guilherme Peres em 2016 constava como Presidente da Asamih¹¹ e Rogério Torres estava no Conselho Editorial da Revista Pilares da História, juntamente com outros membros que também compõem o quadro de fundadores: Alexandre dos Santos Marques,

⁴ Luís Alves de Lima é o patrono da cidade e reaparece em outras exposições do IHDC.

⁵ Documento sob o título “PONTO DE CULTURA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO PROJETO “TECENDO AS AÇÕES NO PRESENTE. CONSTRUINDO A CIDADANIA DO FUTURO”. Relatório - Histórico ASAMIH 2016”. P.1

⁶ Relatório de atividades do IH de 2009 a 2015. p. 1

⁷ Estatuto da Asamih 2001.

⁸ Guilherme Peres foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisas e Análise Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), criado em 1997. Esteve presente na primeira organização de pesquisadores do IHDC em 1992, a Amlhduc, e está entre os fundadores da atual Associação de Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias, a Asamih.

⁹ Rogério Torres foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisas e Análise Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), criado em 1997. Está entre os fundadores da atual Associação de Amigos.

¹⁰ Stélio Lacerda é professor aposentado da rede municipal de ensino, formou-se em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota, SUAM. Entre a década de sessenta e a de noventa, foi Oficial de Gabinete do prefeito Moacir Rodrigues do Carmo (1967-70); chefe do Departamento de Educação e Cultura do prefeito interventor Coronel Renato Moreira da Fonseca (1975-79). Foi o primeiro secretário municipal de Cultura da Baixada Fluminense, ocupando o cargo nos governos de José Carlos Lacerda (1992); de Moacir Rodrigues do Carmo (1993-96) e de José Camilo Zito dos Santos (1997-98). O. Publicou em 2002 a obra “Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Fragmentos de memória e Registros diversos” e é membro da Asamih (SANTOS, 2005).

¹¹ Revista Pilares da História Ano 15- edição especial, maio de 2016. Folha de rosto.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Antônio Augusto Braz, André Santos da Rocha, José Cláudio Souza Alves, Nielson Rosa Bezerra, Marlúcia Santos de Souza, Rogério Torres da Cunha e Tânia Maria da Silva Amaro.

A “nova” Asamih ajuda a entender como esses agentes estão vinculados, direta ou indiretamente, ao IHDC e dessa forma são parte de sua história. Esses autores ao longo dos anos contribuíram para existência desse espaço e ofereceram materiais que serviram como base para outros estudos e pesquisas, sendo utilizados como fontes e/ou referências bibliográficas por muitos pesquisadores. Produzindo, agindo e participando de políticas de memórias vinculadas ao instituto.

Assim, no IHDC, além dos intelectuais que participaram dos primeiros institutos, das academias de letras e da arcádia, muitos outros passam a compor o espaço, como os professores/pesquisadores das universidades locais (UNIGRANRIO¹², FEUDUC¹³ E UERJ¹⁴). Contudo, os trabalhos realizados por membros desse último grupo fizeram questão de demarcar as diferenças entre as escritas oriundas dos intelectuais dos primeiros institutos e as produções realizadas a partir dos espaços acadêmicos.

Os membros dos espaços universitários, apesar de reconhecer a importância do primeiro grupo quanto a preservação de fontes e uma preocupação com a construção do passado local, realizavam críticas a construção de uma imagem idealizada da região, em especial, com foco no século XIX. Essas considerações sobre as primeiras obras limitaram a compreensão sobre a dimensão e os significados da escrita para cada período. Percebe-se com isso que as pesquisas realizadas pela “nova” geração estavam mais preocupadas em fortalecer um certo tipo de escrita da história, associada ao espaço acadêmico.

Recuperar as produções realizadas nos primeiros anos da fundação do IHDC é um caminho para identificar como elas também são parte dos projetos desses agentes para cidade de Duque de Caxias, não apenas registros amadores e apaixonados sobre o passado. A presença dos dois grupos de pesquisadores no IHDC sinaliza para um certo

¹² A atual Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO - é antiga Associação Fluminense de Educação – AFE, criada na década de 1970.

¹³ A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, FEUDUC, foi fundada em 1968.

¹⁴ FEBF Faculdade de Educação da Baixada Fluminense foi incorporada a UERJ na década de 1980. Entre os anos de 1993 e 1998 funcionava nas salas de aula de IEGRS (Instituto de Educação Governador Roberto Silveira). Desde 1998 está no CIEP-90 na Vila São Luís – DC.

reconhecimento de legitimação do espaço para a perpetuação de uma cultura história, pautada na produção historiográfica.

Nesse sentido, pouco se sabe sobre os usos do passado, através da historiografia, pelos primeiros membros envolvidos no IHDC. O acesso aos periódicos locais permitiu identificar alguns nomes e determinadas articulações entre os intelectuais que gravitavam no espaço, bem como a consolidação de projetos políticos na região através do uso sobre a história da cidade.

Entre os periódicos locais, a Revista “Caxias Magazine” parece ter sido um espaço privilegiado para divulgação da história local. Desde 1985 nomes ligados ao IH escrevem para a revista ou são indicados em matérias com conteúdo históricos, especialmente, Barboza Leite e Rogério Torres, e na atualidade Guilherme Peres. Barboza Leite com artigos sobre arte e cultura e Peres e Torres com textos históricos.

Carlos Bezerra, editor da “Caxias Magazine” afirma, no editorial em 1984, que por mais de 15 anos esteve à frente da Revista *Cidades e Municípios (CM)*, com foco no “municipalismo”, mas que em Duque de Caxias, diante de “uma profunda análise do seu crescimento sócio-econômico, na capacidade de suas forças produtoras”¹⁵ estaria, naquele momento, se dedicando exclusivamente a *Caxias Magazine (CM)*. Ele afirmava que estava disposto a realizar uma “Revista da nova cidade”.

Na década de inauguração da revista as reportagens focaram na possibilidade de Duque de Caxias deixar de ser uma área de segurança nacional. O direito de escolha do prefeito gerou muita mobilidade entre os possíveis candidatos, e nas primeiras edições foram publicadas as entrevistas realizadas com eles. Em 1985, a revista apresentou as propostas políticas do prefeito da época, Hydekel¹⁶, sob o título “Hydekel: o último prefeito nomeado?” E questionado sobre o interesse de se candidatar, ele responde: “Bem, acho que temos duas etapas: A primeira vitória nossa é tirar o Município da área de Segurança Nacional. Estou lutando por isso por muitos anos”¹⁷.

¹⁵ Revista Caxias Magazine, Ano I No 1, agosto de 1984- Editorial.

¹⁶ Hydekel foi nomeado em 1982 como prefeito interventor até o ano de 1985. Em 1986 concorreu a uma vaga no senado e ficou como suplente de Afonso Arinos. Em 1988 foi eleito prefeito em Duque de Caxias, mas 1990, após a morte de Afonso Arinos, renunciou à prefeitura para ocupar a vaga no senado. (SANTOS, 2014).

¹⁷ Revista Caxias Magazine Ano I n. 6 fevereiro 1985, p. 20.

Nas páginas seguintes as pautas desejadas pelos candidatos para a cidade foram se configurando e o periódico foi instrumentalizado para solidificá-las. Assim, antes mesmo da consolidação do direito ao voto, as escritas sobre determinadas demandas eram apresentadas. Um exemplo desse processo é a própria criação da Secretária Municipal de Cultura da cidade, que só seria materializada na década de 1990. Entretanto, os textos sobre o significado do espaço, os eventos e as articulações de determinados agentes parecem ter sido fundamentais.

Alexandre Marques (2005), estudou o papel dos militantes da cultura na cidade de Duque de Caxias, e defende que entre os anos de 1980 e 1990 o desenvolvimento da cidade estaria associado ao desenvolvimento cultural, e que nesse sentido o progresso só poderia ocorrer por meio da iniciativa pública. As matérias na revista permitem entender como essa concepção de avanço foi se construindo através das escritas e como o IH tinha uma representatividade.

Isso pode ser visto na reportagem sob o título: “SECRETÁRIA DE CULTURA: uma necessidade premente de Duque de Caxias”. Trata-se uma entrevista realizada com o diretor do IHDC do período, Nélio Menezes, que foi “ex-administrador do Teatro Procópio Ferreira, da Câmara Municipal, ator e diretor”¹⁸. Ele apresentou as divergências entre alguns órgãos na cidade e os limites para a atuação de artistas, relatando que: “nunca recebemos nenhuma subvenção do governo, a Secretaria de Educação não nos auxilia em nada, e a Secretária de Assuntos Especiais segue pelo mesmo caminho”¹⁹. Menezes, ainda, acrescentou que: “esperamos que o atual prefeito de Duque de Caxias simpatize com a ideia, e nos dê o apoio necessário, ao contrário do que vinha ocorrendo na antiga administração”²⁰. O texto de duas páginas mostrou as ações de artistas na cidade, as dificuldades de implantar políticas culturais e, ainda, as divergências partidárias. E fez questão de estabelecer um link com as ações no âmbito nacional. Dessa forma, a temática da cultura no cenário político da época foi apropriada para Duque de Caxias e se inseriu nas disputas eleitorais para prefeito, como pode ser visto abaixo:

(...) diversas pessoas ligadas os meios políticos, artísticos e culturais de Duque de Caxias estão começando a se mobilizar no intuito de, a exemplo de

¹⁸ Revista Caxias Magazine Ano I no 8 abril 1985, p. 38.

¹⁹ Revista Caxias Magazine Ano I no 8 abril 1985, p. 38

²⁰ Revista Caxias Magazine Ano I no 8 abril 1985, p. 38.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Tancredo Neves, desmembrar a atual secretária de Educação e Cultura do Município, transformando em um órgão independente.²¹

Na edição de maio de 1985 uma matéria sobre Barboza Leite contava sua trajetória profissional e destacava sua chegada ao município:

Barboza Leite conheceu Duque de Caxias ainda em 1947, maravilhando-se com aquele sertão vizinho do maior centro cultural do país, para onde traria em 1952 sua família que deixara no Ceará. Solano Trindade, seu amigo no IBGE, foi o principal responsável por sua vida definitiva para o município.²²

Além de apresentar os vínculos intelectuais de Barboza Leite no IBGE e com Rogério Torres no I Encontro de Arte/ Som na Câmara da Municipal, o texto retoma o tema abordado na entrevista com Menezes sobre os esforços no campo da cultura na cidade. Dizia que ele “tentou criar, com a prefeitura, um Centro de Arte e Cultura, cujo projeto chegou a elaborar, sem sucesso (...)”²³.

As reclamações de falta de investimento do poder público em atividades culturais eram recorrentes, somadas as críticas de divulgação e uso limitado do próprio IHDC. Na edição de agosto do mesmo ano, uma reportagem sobre o instituto relata o material contido no acervo, como: “documentos, fotográficas, e objetos que contam a história do município desde a sua fundação (...)”²⁴. Foi abordado o quadro de abandono e esquecimento do espaço, dizendo: “Hoje está quase esquecido, porque muitos duquecaxienses não sabem de sua existência” (CM, agosto de 1985, p. 6).

Entende-se que na construção da *nova cidade* a história da região deveria ficar em evidência, e os passados acionados diziam muito sobre a perspectiva dessa *uma nova cidade*. Dessa forma, o local de preservação desse passado, o IH, precisava ser mais valorizado e muitos textos com conteúdo históricos foram ocupando espaço na revista, como por exemplo, a matéria: “Luiz Alves, o guerreiro gentil”, contendo quatro páginas de dados sobre a trajetória militar e a relação de seu passado com o município, como: “Nascido a 25 de agosto de 1803 na Fazenda Taquaracu (hoje Taquara), na região da Vila

²¹ Revista Caxias Magazine Ano 1 no 8 abril 1985, p. 38 e 39.

²² Revista Caxias Magazine Ano 1 no 9 maio 1985, p. 38.

²³ Revista Caxias Magazine Ano 1 no 9 maio 1985, p. 39.

²⁴ Revista Caxias Magazine Ano 1 no 12 agosto 1985, p. 6.

do Porto de Estrela, Luiz Alves de Lima (...), teve ao longo de sua vida uma trajetória de heroísmo, habilidade política e diplomática”.²⁵.

As práticas de seleção, valorização, compartilhamento de determinados eventos do passado são parte das relações de poder que objetivam promover uma cultura histórica local e regional. De acordo com Sanchez Costa (2009), a chave da “cultura histórica” permite entender como valores e práticas são maneiras de significar algo com diferentes formas e meios, diante de mecanismos que implicam nos “usos do passado”. Assim, em Duque de Caxias, muitos foram os mecanismos de apropriação do passado, desde textos históricos, exposições e incentivo de produção de livros sobre região.

Ainda, na edição de agosto de 1985 foi divulgado o lançamento de um livro de Barboza Leite “As estórias de Antonho das sete vidas”. A visibilidade do poeta, com registro de sua produção foi evidenciada na matéria, com as seguintes informações: “Barboza Leite, um cearense há muitos anos radicado em Duque de Caxias, tem 18 livros publicados (poemas, contos, ensaios e literatura de cordel)”²⁶.

Os textos de Barboza pautaram as questões culturais e teve papel significativo para a criação da Secretaria de Cultura, dizendo que era “Inadiável a criação da secretaria de cultura no município”, acrescentando:

No município de Duque de Caxias, pelo contingente humano, de quase um milhão de habitantes, o volume de arrecadação tributária, e necessidades sociais inarredáveis, afigura-se muito ajustamente necessário o desdobramento da Secretária de Cultura e Educação. Na verdade, o exemplo já vem de cima. Com a criação de um ministério para cada área.²⁷

A Secretaria foi criada na década de 1990, e logo ficou sobre a responsabilidade de Stélio Lacerda, que reativou um espaço de artes plásticas, com o nome de Barboza Leite. Além disso, passou a publicar o boletim informativo, como apoio do IHDC, e realizar passeios culturais aos monumentos históricos da Baixada Fluminense, sob a orientação de Rogério Torres, Armando Valente e Guilherme Peres. (MARQUES, 2005, p. 132).

²⁵ Revista Caxias Magazine Ano I no 12 agosto 1985, p. 9.

²⁶ Revista Caxias Magazine Ano I no 12 agosto 1985, p. 22.

²⁷ Revista Caxias Magazine. Ano II, no 14 outubro de 1985.

Marquês (2005), conclui que a partir de 1990 em Duque de Caxias passa a ocorrer um investimento nas atividades relacionadas a “memória”, e que o IHDC contribui com projetos e exposições com esse foco. Para o autor, alguns projetos como “os pioneiros”, “memória da educação caxiense” e a “escola de outros tempos”, que contou com o apoio da Secretária Municipal de Cultura, através de Rogério Torres, Guilherme Peres e Armando Valente tinham objetivo de recuperar o passado da região e seus fundadores. E esses projetos estavam de acordo com Lei Orgânica do Município, que previa o ensino da história da cidade nas turmas do primário na rede municipal, o que não estava ocorrendo de forma efetiva. Ainda, de acordo com Marquês: “Na falta de profissionais que abordassem a história da cidade e servissem de suporte para os professores se abriu um novo espaço para aqueles que, desde o final dos anos 50, apresentavam-se como os guardiões da história local” (MARQUÊS, 2005, p. 135).

E através das edições da Revista Caxias Magazine, de meados da década de 1980, percebe-se que as apropriações do passado pelos intelectuais, que ocuparam a Secretária Municipal de Cultura na década de 1990, teve nas escritas sobre a história da região uma forte base. As produções permitiram criar lugares de memória e ressignificar experiências do passado criando patrimônios.

A História passa ocupar um espaço significativo da revista, e sem identificação de quem escreve as matérias, os textos passam a ocupar duas a três páginas da revista, como as seguintes matérias: “Os 43 anos de Duque de Caxias”²⁸, e “O porto de Estrela: a morte de nossa história”²⁹. Na edição de fevereiro de 1987, o texto: O Retrato de uma época” divulgava o livro: “Sonegação, Fome e Saque” de Rogério Torres e Newton Menezes³⁰. Nessa reportagem tem o relato sobre os saques que ocorreram em Duque de Caxias em 1962 contendo uma síntese sobre os acontecimentos no período, com algumas opiniões dos autores.

Além do espaço para contar uma determinada história da região, passa a ser mais frequente a divulgação do lançamento de algumas publicações. E nesse sentido, a escrita

²⁸ Revista Caxias Magazine Ano II no 16 dezembro 1985, p 14-15.

²⁹ Revista Caxias Magazine Ano IV no 37 setembro de 1987, p. 36-39.

³⁰ Menezes foi funcionário da REDUC, participou da militância sindical dos petroleiros e teria escapado da prisão após o golpe milita, devido sua uma viagem a Moscou um pouco antes. Ele retornou meses depois, e foi excluído do quadro de funcionários, somente sendo incorporado à empresa após a anistia. (SANTOS, 2014).

da história não se restringiu a Duque de Caxias, mas também se preocupou com outros municípios da Baixada Fluminense. Em novembro de 1988 é divulgado o livro: “Memórias Históricas de São João de Meriti”, de Arlindo de Medeiros.

As produções passam a compor os eventos, como forma de legitimação dos debates sobre os marcos e as referências históricas da região. No evento “Os intelectuais debateram a criação do município”, ocorrido em outubro de 1989, professores, pesquisadores, jornalistas discutiam na plenária da Câmara Municipal a “real” data de criação do município. Contrários a uma iniciativa do executivo em vincular a data de fundação ao dia 5 de setembro, os intelectuais insistiram na referência à 31 de dezembro de 1943, e sem registro das divergências dos marcos, eles apenas afirmaram que a atitude do executivo era uma “forma de tentar apagar a história do município”³¹. O evento tinha aproximadamente 500 pessoas e foi elaborado um documento denominado “A carta do dia 10”, afirmando os marcos desejados. Também “durante o evento foi distribuído aos presentes, livros históricos como Sonegação, Fome e Saque, dos professores Rogério Torres e Newton Menezes e Duque de Caxias, Foto Poética, de autoria de Barboza Leite e Rogério Torres”³².

Percebe-se que esses intelectuais foram ocupando lugares de ação na cidade e que tiveram a escrita da história como instrumento de ação. Alguns estavam ligados ao IHDC, e outros, que também passaram a disputar a memória da região, se vincularam ao espaço. Através dos registros sobre os membros das “agremiações” do IH é possível perceber como esses agentes, mesmo ocupando lugares de prestígio intelectual e de poder em outras instituições, se mantêm vinculados ao IH da cidade, e que isso foi crescente nas décadas de 1990 e 2000.

Nesse sentido, pensar o ofício dos envolvidos com a produção de conhecimento na Baixada Fluminense vai além de uma perspectiva que limita rotulá-los de memorialistas. Mas, entender que suas produções são operações historiográficas e são parte de políticas de memória, que variaram de acordo com o tempo. Identificar esses agentes permite entender com o IHDC se tornou um espaço aglutinador de diferentes

³¹ Revista Caxias Magazine Ano VI no 82 outubro de 1989, p. 17.

³² Revista Caxias Magazine Ano VI no 82 outubro de 1989, p. 17.

intelectuais. Sua localização em um espaço do poder público oferece uma possibilidade de análise das dinâmicas desses membros na própria configuração do território.

Considerações Finais

A relevância dos Institutos e da escrita da história para os agentes da região não é algo transitório e foi atravessado por um encontro geracional, através do Instituto Histórico de Duque de Caxias. Em diferentes cidades na Baixada Fluminense os agentes se organizaram e se reorganizaram com esforços de produção, publicação e divulgação de suas pesquisas, bem como com atividades educativas, comemorações, exposições, atribuindo uma função social para seus escritos.

Através de algumas matérias da Revista Caxias Magazine foi possível perceber como os textos sobre a história da cidade e da Baixada Fluminense e as publicações de livros estavam sendo divulgadas a um público mais amplo. Isso diante de um contexto específico para a construção de uma *nova cidade*, que na década de 1980 estava preocupada com a Secretaria Municipal de Cultura. E diante de uma perspectiva de escala é possível entender que o IHDC, em especial, a partir da década de 1980, tem realizado medidas visando à manutenção de sua existência, atuando e sofrendo influências no que se refere a produção de conhecimento sobre a história regional.

Desse modo, o Instituto de Duque de Caxias, que permanece em funcionamento dentro da Câmara Municipal da Cidade, criou estratégias, seja através da primeira agremiação em 1990, ou mesmo da Asamih em 2001. Tudo isso possibilitou sua manutenção e evidencia a relevância desse espaço para a produção que permite identificar os usos políticos do passado.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Maria Lucia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, Imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)*. Nova Iguaçu, 2015. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- AGUIAR, Sandra M. de. *Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” uma História, um nome*. Duque de Caxias: Monografia pela FEUDUC, 2003.
- AMARO, Tania. Instituto Histórico: 40 anos de História. In: *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, Edição especial, outubro de 2013. p 7-13.
- BRAZ, Antônio Augusto. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2010.
- CANDAU, Joel. Memórias e Amnésias coletivas. In: CAUDAU, Joel. *Antropologia da Memória*. Instituto Piaget, 2005. p.83-122.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA, Fernando Sánchez. La Cultura Histórica. Uma aproximación diferente a la memória colectiva. Passado y Memória. In: *Revista de História Contemporânea*, 8, 2009, p267-286.
- ENNE, Ana Lucia Silva. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, Representações Sociais e Identidades. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS/MN/UFRJ, 2002.
- GOUBERT, Pierre. História Local. In: *Revista Arrabaldes - Por Uma História Democrática*. Rio de Janeiro, n.1, maio/ago, 1988.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. Revista In: *GEOgrafia*. Ano IX, n. 17, 2007. p. 19-45.
- _____. *Global Regional*. Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. São Paulo: Bertrand, 2014.
- MARQUÊS, Alexandre dos. *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*. Vassouras, 2005. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Severino Sombra.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquaria. In: _____ *Raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- SILVA, Vinicius Marcelo. Uma História para a História da Baixada Fluminense: Reflexões acerca da Produção Historiográfica e das Instituições de Preservação

Documental, da Memória e Patrimonial. In: *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, Ano 11, edição especial. Maio de 2012. p. 62-70.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade – História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

REVEL, Jacques. A microanálise e a construção do social. In: ____ (Org). *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

Fontes utilizadas

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano I n. 1, agosto, 1984.

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano I, n. 6, fevereiro 1985.

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano I, n. 8, abril 1985.

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano 1, n. 9, maio. 1985.

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano II, n. 14, outubro de 1985.

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano II, n. 16, dezembro 1985.

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano IV, n. 37, setembro de 1987.

Revista Caxias Magazine, Duque de Caxias, Ano VI, n. 82, outubro de 1989.

Relatório - Histórico ASAMIH 2016.

Relatório de atividades do Instituto Histórico de 2009 a 2015.

Estatuto da Asamih 2001.

Revista Pilares da História, Duque de Caxias, Ano 15, edição especial, maio de 2016.

O papel da arqueologia na esquecida história indígena de Araruama

Marlon Barcelos Ferreira

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Desde a década de 70 a cidade de Araruama tem sido palco de algumas escavações eventuais e a partir da década de 90 de alguns projetos mais amplos de arqueologia ligados ao Museu Nacional (MN-UFRJ). Todas essas pesquisas arqueológicas identificaram até o momento elementos da cultura material do grupo étnico Tupinambá. Essa população que foi o último contingente populacional nativo a chegar à região estava presente no momento da chegada dos portugueses ao litoral fluminense e sofreram diretamente o impacto do contato e da dominação portuguesa nessa região.

Como resultado do aporte português no século XVI, teve-se início a um amplo processo de ocupação e conquista da região e que resultou na formação em 1615 do município de Cabo Frio. Assim tivemos início de forma sistemática a um longo processo de reconhecimento e ocupação das terras em torno da Lagoa de Araruama pelos portugueses e na qual as populações Tupis nativas foram subjugadas. Como desdobramento desse processo, em 1629 fora doado através de uma Carta de Sesmaria, ao português Manuel da Silva Riscado as terras em torno da Lagoa de Araruama e compreendidas dentro do atual perímetro da cidade de Araruama para exploração de madeira com a criação de uma serraria e com a criação de uma Fazenda denominada de Parati para a exploração agrícola (VASCONCELLOS, 1998).

Desta maneira ressaltamos que ao longo do tempo diversos autores escreveram diferentes narrativas sobre a história da região. Sobre esses autores, entendemos que suas produções podem ser enquadrados dentro de determinadas formas de se escrever a história, sendo eles vinculados a determinadas escolas e ou modelos historiográficas. Verificamos que esses escritos podem ser divididos em quatro grupos ou momentos: os primeiros escritos das décadas de 30 a 70, os trabalhos arqueológicos das décadas de 60 a 90, a década de 90, marcado pelo surgimento do principal livro de história da cidade, escrito pelo memorialista Dr. Sylvio Lamas de Vasconcelos e por fim, os trabalhos de

cunho acadêmico, que tiveram início a partir do ano 2000 com as primeiras dissertações e teses realizados sobre a história da cidade.

Os livros publicados sobre a história de Araruama foram realizados em sua maior parte por memorialistas e, portanto dentro de um modelo de história antiquária, que em um primeiro momento, parece interessada em fundar uma história e memória oficial da cidade e que, ao lidar com o surgimento do município, marca como acontecimentos fundadores os empreendimentos portugueses dos séculos XVI e XVII e com a ocupação promovida por Miguel Riscado no século XVII. Quanto à presença e a ocupação indígena, nesses livros sugere-se serem fatos de um passado muito longínquo, numa pré-história, não contendo uma ligação direta com a cidade ou elementos identitários que a população que habita o município atualmente possa reconhecer nos indígenas tupinambás.

A partir das décadas de 70 e 90 tivemos o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na região e como consequência a produção de outros tipos de narrativas sobre o passado da cidade. Desta forma, este breve trabalho tem como objetivo entender como a expansão das pesquisas arqueológicas nos últimos anos na Região dos Lagos, em especial Araruama, tem contribuído para que surjam novos olhares sobre a história da região e suas relações com o passado indígena. Para tanto, teremos como foco de análise e pesquisa a cidade de Araruama, onde veremos o papel da arqueologia e sua relação com o passado Tupinambá.

As Pesquisas Arqueológicas em Araruama

Em vários pontos da cidade de Araruama, são encontrados inúmeros sítios arqueológicos referentes a um grupo bem específico, o grupo Tupinambá. São os mais antigos sítios arqueológicos encontrados na cidade e que foram resultados de uma ocupação humana antigüíssima na região. Diante deste antigo e numeroso quadro de ocupação humana, na primeira metade do século XX, diante da expansão populacional e abertura de novas estradas, foram sendo encontrados vestígios e artefatos ligados a essas populações nativas. No entanto, as pesquisas arqueológicas sistemáticas e dentro dos parâmetros da ciência arqueológica moderna, só começaram a ganhar força a partir da década de 50 e 60. Nas décadas de 60 e 70, com a ciência arqueológica brasileira mais

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

estruturada academicamente e em um processo de crescimento em todo o Brasil, começaram alguns projetos e escavações em toda a Região dos Lagos. Apesar da expansão das pesquisas na região, como salienta a professora Lina Maria Kneip:

O município de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, apesar da riqueza arqueológica em sítios cerâmicos (figura 1), ficou algum tempo à margem das pesquisas arqueológicas e interdisciplinares desenvolvidas por instituições científicas oficiais e particulares. (1983, p 46)

Assim mesmo diante da expansão das pesquisas em todo o Estado do Rio de Janeiro, a cidade de Araruama ficou de fora de qualquer projeto arqueológico na década de 60. Nem mesmo o PRONAPA realizou prospecções e ou escavações no território de Araruama, como atesta a Lina Maria Kneip “O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), que pesquisou quase uma centena de sítios arqueológicos cerâmicos no Estado do Rio de Janeiro, não realizou escavações em Araruama.” (1983, p. 46).

Por outro lado, mesmo Araruama não sendo contemplado por projetos e escavações desenvolvidos ao longo da década de 60, a partir daquele momento se verificou na Região dos Lagos o início de uma série de prospecções, escavações e salvamentos de sítios arqueológicos localizados ao longo de todo o Complexo Lagunar de Araruama e Saquarema. Em relação à Araruama, aconteciam apenas alguns salvamentos pontuais e nos quais destacamos a pesquisa realizada em 1961, pelo americano David A. Baerreis em parceria pelo arqueólogo do Museu Nacional, Luís de Castro Faria em dois sítios arqueológicos de “provável filiação Tupinambá” (Beltrão, 1978, p. 9), entretanto os resultados desta escavação nunca foram conclusivos e publicados.

No caso de Araruama, as décadas de 70 e 80 foram de crescimento urbano com a construção de casas e a abertura de estradas por todo o município. Neste momento foram surgindo notícias e onde “relatos sobre achados arqueológicos da região eram dos mais diversos: vasos e tigelas ricamente pintados, as vezes enfileirados, foram encontrados por moradores nos trabalhos de remoção de terra para plantio, construções e aberturas de estradas” (KNEIP, 1983, p 46). Diante desses relatos, em 1976 uma equipe do Museu Nacional fora enviada a cidade para realizar uma visita técnica e na qual a Professora

Lina Kneip comprovou que: “a visita mostrou a necessidade urgente de desenvolver um projeto de pesquisa sistemática em Araruama” (KNEIP, 1983 p.46).

Nesse intento, em 1977 foi organizada uma equipe do Museu Nacional em colaboração com o Museu Paulista (ligado a Universidade de São Paulo), e entre julho e novembro de 1977, aconteceram as escavações no sítio arqueológico denominado de Três Vendas, localizado em um bairro com o mesmo nome. O sítio está registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológico¹ com o nome oficial de Sítio Arqueológico de Venda Grande e com o número de registro RJ 00021. A equipe que participou dessa escavação pioneira em Araruama era composta de nomes importantes da arqueologia nacional, como Luciana Pallestrini e a própria Lina Maria Kneip.

A pesquisa no sítio de Três Vendas revelou um vasto conjunto de vestígios e artefatos diversos e foram utilizadas nas análises laboratoriais que foram realizadas posteriormente pela equipe do Museu Nacional. Nesta pesquisa foram coletados e analisados mais de 1.300 fragmentos de cerâmicas, 663 peças líticas e outros vestígios como restos de fogueira (KNEIP, 1983 p.46). As peças cerâmicas analisadas revelaram duas urnas do tipo escovado e duas tigelas pintadas e pertencentes à tradição Tupi-Guarani e NeoBrasileira².

Depois desta escavação as pesquisas e os projetos não tiveram continuidade nos anos seguintes em Araruama. Por outro lado, a importância desta escavação reside não apenas no seu pioneirismo, mais principalmente o fato de que a análise do material encontrado revelou que essa ocupação foi de um grupo cultura específica, os Tupinambás. Desta escavação inicial até a década de 90, as escavações que aconteceram no município eram apenas salvamentos pontuais, como os que ocorreram no Distrito de Morro Grande, na Escola Honorino Coutinho.

Por sua vez, o panorama da arqueologia nacional se ampliou na década de 80 e 90. Na década de 80, a ciência arqueológica teve uma contribuição significativa para sua expansão no Brasil. A partir desse período, temos a promulgação de uma nova legislação ambiental brasileira, que instituiu a obrigatoriedade dos Estudos de Impacto Ambiental e

¹Site com todos os sítios arqueológicos pesquisados e registrados no Brasil. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8627. Acesso em 14 de maio de 2018.

² NeoBrasileira são artefatos que evidenciam trocas culturais resultados de contato e com características indígenas e europeias.

Arqueológico (EIA-RIMA)³. Esta lei obrigava as grandes obras a realizarem uma sondagem para averiguar os danos arqueológicos. A partir daí tivemos principalmente o crescimento da denominada arqueologia de contrato, profissionais que realizam trabalhos arqueológicos de resgate e preservação para que as empresas e o governo consigam obter as diversas licenças para realizar seus empreendimentos.

Neste cenário as pesquisas sistemáticas na Região dos Lagos ganharam espaço e em 1993 tivemos a criação do Programa “Soberanos das Costa”, do Museu Nacional (MN-UFRJ) com a coordenação da Professora e Arqueóloga Madu Gaspar. Um projeto voltada para a pesquisa e estudo dos sítios arqueológicos sambaquis⁴ em toda a Região dos Lagos, mas que diante do aparecimento de inúmeros sítios cerâmicos e da ameaça de destruição diante da expansão urbana, o projeto acabou abraçando os sítios arqueológicos cerâmicos na cidade de Araruama, com o projeto “Estudo da Colonização e Desenvolvimento das Sociedades Ceramistas do Litoral Centro-norte do Estado do Rio de Janeiro” (MAGESTE, 2017) e com a coordenação da arqueóloga Angela Buarque ligada ao Museu Nacional (UFRJ).

Assim, as pesquisas em Araruama foram ganhando corpo ao longo da década de 90 com escavações e salvamentos ao longo de todo o território municipal de Araruama. Em relação às pesquisas de Ângela Buarque, o pesquisador Leandro Elias Canaan Mageste relata que:

[...] a pesquisadora percebeu a recorrência entre a distribuição dos sítios arqueológicos e a localização de aldeias Tupinambá apresentada pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas. Essas similaridades mostravam-se mais evidentes perante a morfologia cerâmica e os acabamentos plásticos de superfície e pintura, que também se apresentaram congruentes com ilustrações presentes na documentação iconográfica. (2017 p.121-122)

Desta forma, a Professora Ângela Buarque em suas pesquisas reafirmou a teoria de que os vestígios de cultura material encontrados em Araruama são pertencentes ao grupo Tupinambá, tendo assim uma continuidade cultural entre os vestígios do período pré-contato e do período pós-contato (histórico). Algo que já vinha se desenhando desde

³ Lei Federal Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8902>> Acesso em: 10 de junho de 2018.

⁴ Os sítios arqueológicos denominados de sambaquis têm como uma das principais características o costume de se acumular de forma intencional as conchas dos moluscos coletados e empilhá-las juntamente com restos de comida, ossos de animais, ferramentas entre outros objetos formando grandes montes.

as pesquisas da década de 60, com a escavação de dois sítios pelos pesquisadores, David A. Baerreis e Luís de Castro Faria, e que com bases em suas escavações e pesquisas realizadas em inúmeros sítios trabalhados em Araruama, a professora Angela Buarque defendeu em sua tese de doutoramento:

A contestação levou a elaboração de uma hipótese aprofundada em sua pesquisa de doutoramento: a de que as sociedades que habitaram no passado o Complexo Lagunas de Araruama pertenceram a uma unidade sociocultural, composta pelos ancestrais dos Tupinambás, em especial o período pré-contato, e Tupinambá propriamente dito, no período histórico. (MAGESTE, 2017 p.122)

Dentre os inúmeros sítios arqueológicos pesquisados, um em especial mereceu atenção do grupo de pesquisa e trabalho da Professora Ângela Buarque, que foi o de Morro Grande. Este localizado dentro de uma escola, a Honorino Coutinho, que resultou na datação mais antiga para a ocupação tupinambá encontrada em Araruama e na Região Sudeste, com datação aproximada de 2600 AP (BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C, 2003).

Até o presente momento foram identificados 135 sítios, classificados da seguinte maneira: 86 são associados a grupos sambaquieiros; 09 a tradição Una e 40 a tradição Tupiguarani na Região dos Lagos, sendo 20 sítios arqueológicos Tupinambás em Araruama (MAGESTE, 2016 p.90). Estes trabalhos têm ajudado a mostrar como se deu o processo de ocupação humana da Região dos Lagos e assim ajudando a revelar um passado que se iniciou muito antes da conquista e ocupação portuguesa.

Compreendemos que todos estes avanços com relação aos vestígios materiais provenientes de grupos nativos e assim relacionados a temática indígena, se inserem também dentro de um contexto muito maior de demandas históricas e questões civis, sociais e políticas de amplitude nacional. Pois as “[...] as políticas públicas, foram moldadas e definidas por condições locais e internacionais” (MORAES, 2009, p.55), ou seja, neste sentido, temos que salientar algumas questões nacionais que de alguma maneira influenciaram ou guiaram as ações locais.

Sendo assim, entendemos que é necessário desnaturaliza-se a falsa percepção de que as memórias e as histórias de uma sociedade emergem de um trabalho objetivo, afinal,

essas histórias e memórias da sociedade são resultados de negociações e conflitos e emergem ou submergem de acordo com os interesses de grupos e pessoas. Dentro deste contexto, Fernando Sanchez Costa (2009) identifica o Estado como o principal configurador ou agente que participa da construção de uma determinada interpretação do passado, mas não apenas o único, pois podemos perceber que acabam atuando também a arqueólogos, escolas, museus, professores, jornais, novelas e outros.

Em relação ao município de Araruama, identificamos esses “configuradores de la cultura histórica” (COSTA, 2009, p.278), que seriam os arqueólogos ligados principalmente ao Museu Nacional (MN-UFRJ), que efetivaram as escavações em Araruama. Em um primeiro momento, capitaneada pela Professora Lina Maria Kneip e depois continuado por outros pesquisadores e na década de 90, pela arqueóloga Ângela Buarque e a equipe interdisciplinar do Museu Nacional. Em uma perspectiva local, esses arqueólogos (configuradores) através de inúmeras foram selecionando, preservando e destacando o que é patrimônio arqueológico local. Em um processo na qual segundo o pesquisador José Newton Coelho Meneses, se “[...] exige uma prévia operação de escolhas e de leituras da história para a definição do que, por que e como conservar” (2018, p. 31). Desta maneira, esses arqueólogos foram realizando uma escrita da história de Araruama, pois como salienta o Professor Manuel Salgado “Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”. (2012, p.98).

Uma história de Araruama marcada pela presença dos indígenas Tupinambás, como um elemento valorativo e que entrava em conflito com as narrativas tradicionais que praticamente tornaram invisíveis esses personagens. Entendendo assim, que em uma sociedade não existe uma única narrativa sobre o passado, pelo contrário, “Los discursos dominantes hallan siempre contrapuntos em narrativas disonantes y subterráneas [...]”. (COSTA, 2009, p.279). Assim, esses arqueólogos no processo de escavação, resgate, limpeza e classificação dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados, fora elaborando novas narrativas sobre a história local. Um passado no qual Araruama era habitado por seres humanos que se alimentavam, praticavam a agricultura, caçavam, construía moradias e enterravam seus mortos. Desta maneira, entendemos que esse passado indígena Tupinambá, até então esquecido pela historiografia local e fora do discurso

oficial, emergiu pela ação dos arqueólogos que se portaram como “configuradores de la cultura histórica” (COSTA, 2009, p.278).

Uma das ações desses arqueólogos foi justamente agir no sentido de fazer com que a Prefeitura Municipal reconheça a importância desses artefatos e vestígios. Em um relatório endereçado ao Senhor Secretário de Cultura do Município, na época o Senhor Ricardo Adriano da Silva, a arqueóloga Ângela Buarque denunciava as ameaças aos sítios arqueológicos de Araruama e o papel que a Prefeitura deveria executar no sentido de preservar esses materiais:

Recomendados enfaticamente que as autoridades municipais, além de no momento, sustem qualquer retomada na extração mineral na área, consigam meios materiais e humanos para a recuperação do patrimônio arqueológico ainda não destruído⁵.

Assim, os arqueólogos não apenas elaboram uma narrativa sobre o passado, mas entendemos neste relatório, a ação dos mesmos no sentido de com que esses materiais indígenas recuperados pelas escavações arqueológicas (urnas, cerâmicas, restos de fogueiras, etc.), tivessem sua importância reconhecida pelas autoridades locais e conseqüentemente e fossem protegidos e preservados. Desta maneira, em uma escala local, identificamos um processo de formação de um patrimônio material local através da ação desses agentes e suas ações junto à comunidade e o poder público local.

No mesmo relatório, a arqueóloga Ângela Buarque salienta que: “Com a destruição dos sítios arqueológicos, apaga-se também a memória regional, base da identidade cultural da coletividade.”⁶. Assim, entendemos suas ações no sentido de que esse patrimônio arqueológico, materializados nos inúmeros vestígios matérias recuperados pelos arqueólogos, fosse visto não apenas pela sua importância científica, mas como um elemento simbólico e identitário para a população que habita o município atualmente. Pois entendemos que ao realizar o seu trabalho, o arqueólogo assume a responsabilidade de produzir conhecimento sobre os vestígios materiais ou artefatos

⁵ BUARQUE, Ângela. Relatório sobre a Destruição do Patrimônio Arqueológico de Araruama, 2001. Acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

⁶ BUARQUE, Ângela. Relatório sobre a Destruição do Patrimônio Arqueológico de Araruama, 2001. Acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

escavados e que a partir daí assumem um papel importante na formação identitária e memorial dos grupos ou indivíduos envolvidos, pois como salienta Pedro Paulo Funari “a criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas das vezes com a arqueologia” (2003, p.101).

Uma das fontes de formação da identidade é justamente uma determinada leitura do passado, cuja uma das bases é a memória, evocado muita das vezes, através do patrimônio arqueológico. Esse passado segundo Fernando Sanchez (2009), necessita se materializar em um lugar ou algo (palavra, imagem, objeto, etc.), pois assim permite que grupos ou indivíduos consigam rememorar e ao mesmo tempo em que essa leitura do passado também consegue ser conservado, comunicado e compartilhado entre os membros da sociedade e para as gerações futuras. Assim, através do patrimônio arqueológico a sociedade tem a oportunidade de conhecer o seu passado e assim realizar e afirmar sua identidade. Como salienta o pensador Michael Pollak:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p.204)

Nesse processo de interação entre a memória individual e coletiva, o autor Pollack (1989) enfatiza no processo de formação da memória social um fenômeno que é a sua seletividade. Onde ocorrem processos de dominação e submissão através do uso de diferentes versões, visões e memórias, apontando que muitas das vezes pode ocorrer uma ruptura entre uma memória oficial e dominante e o que ele denominou de memórias subterrâneas, que são as memórias marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento.

Porém, uma memória hegemônica não quer dizer o extermínio de outros discursos sobre o passado como salienta Pollak (1989). Aas memórias que não são parte integrante do discurso dito oficial, não desaparecem, passam a serem transmitidas em grupos menores como famílias, associações ou no caso aqui relatado, entre arqueólogos e defensores dos povos nativos, na qual essas memórias subterrâneas, em um movimento

mais amplo, nas últimas décadas, foram ganhando espaço em função de mudanças sociais e políticas pelos quais essas memórias conseguiram romper e invadir o espaço público.

Da mesma forma que a memória social tem chamado a questão por parte dos historiadores nos últimos tempos, outro tema atraído os especialistas. Estes tem dedicado certa atenção aos museus, suas exposições e o patrimônio arqueológico. Afinal, entendemos que dentro desta perspectiva de História Pública, pensar as exposições museológicas e o próprio patrimônio arqueológico deve ser também entendido como uma forma de narrativa sobre o passado, e também de certa forma um tipo de escrita da história, como salienta o professor Manuel Salgado:

Pretendo, portanto, sugerir que uma reflexão em torno do patrimônio pode ser compreendida, e acredito mesmo que deva ser feita, em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício a que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam. (2012, p. 98)

No caso pesquisado, apesar de questões de amplitude nacional serem pertinentes, nosso foco será pensar as questões locais e explicitar as políticas públicas locais e entende-las como narrativas voltadas para a incorporação do passado indígena a história e a memória da cidade de Araruama. Desta maneira, entendemos que esse passado indígena Tupinambá, até então esquecido pela historiografia local e fora do discurso oficial, emergiu pela ação dos arqueólogos que se portaram como “configuradores de la cultura histórica” (COSTA, 2009, p.278), através da formação de um patrimônio arqueológico local no qual evidenciou-se aspectos ignorados pela população local sobre a vida dos Tupinambás.

Entendendo a formação e o uso desse patrimônio como outra forma de narrativa sobre o passado da cidade. Narrativa esta que destoa em grande parte dos livros de história da cidade e na qual os indígenas são praticamente invisíveis. E como salienta o Professor Manuel Salgado:

Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”. Se esta afirmação parece ser hoje de certa forma evidente, nem sempre as questões relacionadas ao tema do patrimônio no Brasil foram compreendidas como integrantes do rol de problemáticas de natureza historiográfica. (2012, p.98)

Por fim salientamos que pensar questões ligadas a esses usos do passado, patrimônio, memória e a própria divulgação dessas diferentes leituras do passado são questões pertinentes nos dias de hoje, diante do papel da história na vida das pessoas e seu usos no sentido de conectar o cidadão enquanto indivíduo ao passado de sua cidade e região e a valorização desse passado e também presente indígena local.

Referências bibliográficas:

BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1978.

BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO. C.; SILVA, E.C. Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 13, p. 39-55, 2003.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: edUFRJ, 2009

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria coletiva. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n.8, p. 267-286, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*, Brasília, n. 34, p. 91-112, 2012.

KNEIP, Lina Maria. A Aldeia pré-histórica de Três Vendas, uma tentativa de reconstituição. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 46-52, dez. 1983.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. Ceramistas Tupi guarani no Sudeste do Brasil: Os Contextos da Zona Mineira e de Araruama no Rio de Janeiro. *Revista Tarairu*, Campina Grande, V. 1, n.11, p. 84-101, 2016.

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. Cronologia e variabilidade: os ceramistas tupi-guarani da Zona da Mata mineira e o complexo lagunar de Araruama. 2017. Tese (Doutoramento em Arqueologia) – MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENESES, José Newton Coelho. As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p.327-331, 2016.

MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2001.

MORAES, Nilson Alves. Políticas Públicas, Políticas Culturais e Museus no Brasil. *Revista Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan.-jun. de 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989

_____. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre História Pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p.23-35, 2016.

TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: ODYSSEUS, 2004.

VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. *Apontamentos sobre Araruama*. Araruama: Albes Pereira Editores, 1998.

As possíveis contribuições da micro-história para a pesquisa sobre a atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo no contexto da luta pelo direito à memória

Tiago Braga da Silva

Programa de Pós-Graduação em História Social – UERJ/FFP

Introdução

A discussão sobre a memória coletiva no âmbito da historiografia é recente, Bustillo (1998, p. 203) afirma, quando do pronunciamento de A. Dupront no Congresso Internacional de Ciências Históricas de Estocolmo, em 1960: “[...] *la memoria colectiva es la materia misma de la historia [...]*”, o tema “memória coletiva” permanecia quase que desconhecido para a historiografia. No entanto, era um assunto já abordado por sociólogos, etnólogos, filósofos e psicólogos.

A introdução da discussão sobre memória no campo da Sociologia, se dá, especialmente, pelas publicações das obras *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, publicado em 1920, e pela obra póstuma *La Mémoire Collective* publicada em 1950, de autoria de Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 2003, p. 23). A contribuição sobre o conceito de “memória” apresentada pelo autor não passou despercebido por March Bloch. Todavia, este último não compreendeu que estava diante de um novo objeto da História, ignorando o conceito de memória na Escola dos Annales durante muito tempo. O tema só ganhou destaque no âmbito da historiografia a partir das publicações de textos dos autores Le Goff e Pierre Nora, entre os anos de 1977 e 1978 (BUSTILLO, 1998, p. 204).

Desde então, a “memória” se tornou um objeto de reflexão bastante profícuo para as análises historiográficas. Possibilitando diversas temáticas de pesquisa:

[...] Indagações sobre a matéria própria da memória social, seus modos de produção e transmissão, as questões da lembrança e do esquecimento, a natureza dos testemunhos, a memória como campo de disputas e o papel da memória nas disputas sociais informam os estudos de diferentes temáticas e articulam-se à reflexão de campos diversos, tais como os da História Social e

Cultural, da nova História Política, da História Pública e da chamada História do Presente (CRUZ, 2016, p. 28).

Na década de 1980, assistiu-se, entre historiadores europeus e norte-americanos, uma explosão de análises sobre a memória (BUSTILLO, 1998, p. 205). Esse interesse está presente ainda nos dias atuais, não limitado apenas ao campo da história, uma vez que compõe as questões de pesquisas de diferentes áreas do conhecimento como: arquivologia, ciência da informação, psicologia, medicina entre outras.

A memória concebida como um elemento que garante aos indivíduos e grupos se enxergarem enquanto agentes transformadores da realidade social em determinado tempo e espaço e como elemento de constituição de identidades. Encontra-se, atualmente, sobretudo no mundo ocidental, a partir do século XX, num campo de disputas e conflitos, onde diferentes grupos sociais e étnicos lutam pelo direito à memória.

Pierre Nora (2009, p. 6) chama esse momento de luta pelo direito à memória de a Emergência da Memória, que se apresenta de diferentes formas, dependendo de cada caso individual:

- uma crítica das versões oficiais da História;
- a recuperação dos traços de um passado que foi obliterado ou confiscado;
- o culto às “raízes”, ondas comemorativas de sentimento;
- conflitos envolvendo lugares ou monumentos simbólicos;
- uma proliferação de museus;
- aumento da sensibilidade relativa à restrição de acesso ou à exploração de arquivos;
- uma renovação do apego àquilo que em inglês é chamado de *heritage* e em francês *patrimoine* e
- a regulamentação judicial do passado.

Esse movimento coloca a memória sob o prisma do Direito, onde suas raízes embrionárias estão na constituição dos direitos humanos¹. No Brasil, o direito à memória e à verdade ainda é um direito pendente de concretização (SILVA FILHO 2009, p. 26).

¹ Podemos considerar que a construção dos direitos humanos se dá sob fortes tensões e em diferentes momentos históricos. Bobbio apresenta três diferentes fases na história das declarações de direitos: a primeira está relacionada como teoria filosófica; a segunda é caracterizada pela passagem da teoria à prática, do direito somente pensado para o direito realizado; e sua última fase, a terceira que se inicia com a aprovação da declaração dos Direitos do Homem de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, “[...] na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado [...]” (BOBBIO, 1992, p. 29-30).

No bojo das discussões sobre o direito à memória e à verdade, inserem-se os debates sobre as instituições democráticas que desempenham um papel importante no processo de memorização, quais sejam: museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, memoriais. Que a partir de suas práticas possibilitam a mobilização do passado através da promoção do acesso aos itens de valor cultural e histórico, colaborando para a construção de diferentes narrativas.

Essas instituições devem contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade, não só do período da ditadura, ou de traumas coletivos, mas, numa perspectiva ampliada desse direito, que abrange outros períodos históricos e outras temáticas acerca da história do Brasil. Além disso, devem contemplar os grupos sociais e étnicos que, de alguma maneira, foram silenciados e esquecidos na construção da história oficial. Cabe aqui ressaltar os índios, as mulheres, os negros, os LGBT's, os ciganos, entre outros.

Nessa direção, vale destacar o papel proeminente dos arquivos nos Estados democráticos, que têm como princípio a transparência administrativa. Além disso, o arquivo é um espaço que conserva itens relacionados ao passado e que podem ser usados na operação historiográfica. Essa dicotomia entre seu potencial de uso no contexto administrativo e seu uso para a escrita da história situa a própria razão de ser do arquivo. A distância que reside entre a administração e a história nos arquivos, no que concerne aos seus documentos, é apenas uma questão de tempo (BELLOTTO, 1991, p. 5).

No Brasil, há centenas de arquivos públicos, de diferentes esferas do poder: federal, estadual e municipal e que através de suas práticas atendem à sociedade e ao Estado em suas diferentes demandas. Considerando isso, o presente texto busca refletir sobre as possíveis contribuições da abordagem da micro-história na pesquisa² cujo objetivo é analisar a atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) no contexto de luta pelo direito à memória entre os anos de 1988 a 2018.

² Pesquisa de doutorado vinculada à linha de pesquisa Historiografia e Ensino de História.

Memória, arquivo e história

Passaremos a algumas informações de ordem técnica de interesse para este trabalho. Os documentos de arquivo cujo uso se dá em virtude dos seus aspectos administrativo, legal e contábil são considerados documentos de valores primários e são armazenados nos arquivos chamados de corrente (fase corrente) e intermediário (fase intermediária). Já aqueles documentos que, findado o seu uso primário e considerados de valores secundários (valores informativo e probatório), comumente chamados de valor histórico, são armazenados no arquivo permanente (fase permanente).

O arquivo permanente é uma entre as duas possibilidades de destinação final dos documentos, a outra possibilidade é a sua eliminação, caso não seja considerado como item de valor cultural e de pesquisa. Rousseau e Couture (1998, p. 126) estimam que apenas 5% a 10% de todos os documentos produzidos ou recebidos por uma instituição serão considerados de valor secundário. Ou seja, serão recolhidos para conservação nos arquivos permanentes.

Os documentos recolhidos ao Arquivo Permanente assumem um novo papel. Paulo Knauss (2009, p. 10) considera que:

Nessa passagem é que os usos dos documentos são redefinidos, e nesse momento eles deixam de transportar ações do presente, para transportar ações do passado. Há uma mudança de inserção temporal em torno da transmutação de sentido dos documentos. Nesse caso, os usos do passado fazem a diferença, pois os documentos passam a ganhar outra razão de ser e se instalam nos arquivos. No início de sua vida, o documento é registro do presente, na terceira fase de sua vida ele passa a ser registro do passado e se afirma como patrimônio cultural.

Essa transmutação de sentido dos documentos torna os acervos documentais, depositados nos arquivos públicos permanentes, elementos importantes para a historiografia, constituem-se em fontes de pesquisa. E o processo de aquisição desses acervos documentais constitui uma operação subjetiva, que pode, em alguns casos, ter como característica a intenção de lembrar-se de algo, e ao mesmo tempo esquecer-se de outra.

Bustillo (1998, p. 206) chama a atenção para o silêncio e o esquecimento, pois esses estão presentes em qualquer análise sobre a memória e aparecem em algumas das fases do fenômeno estudado, dificilmente detectáveis, representam o outro lado da memória e estão indissociavelmente ligados à sua ação. O esquecimento não pode ser definido pela falta, ao contrário, os esquecimentos são vazios cheios de alguma coisa. E nesse vazio operam as intenções de conduzir as sociedades à construção de uma narrativa única e unilateral (CANDAU, 2013, p. 117).

No caso dos arquivos permanentes, a constituição dos acervos é resultado do processo de aquisição³, fruto de escolhas operadas por diferentes atores e agentes, e que ocorre de diferentes maneiras. Vale destacar: resultado do processo de avaliação de documentos públicos, onde ocorre o recolhimento dos documentos do arquivo corrente ou intermediário para o arquivo permanente; declaração pelo Poder Público como de interesse público e social quando se trata de documentos privados; doação de acervos.

No Brasil, “[...] a lógica de constituição desses acervos [...] resulta, em geral, menos de uma política de recolhimento por parte dos arquivos públicos do que de ações isoladas, associadas a determinadas situações, como a extinção de órgãos públicos, falta de espaço físico em determinadas repartições etc. [...]” (JARDIM, 1995, p. 7).

Não há possibilidade de se conservar todos os documentos produzidos pelas sociedades. Schellenberg (2006, p. 179) considera ser essencial uma redução na quantidade de documentos, tanto para o governo quanto para o pesquisador. Uma vez que seria impossível, até mesmo para as nações mais ricas, prover recursos necessários à manutenção de todos os documentos produzidos por suas múltiplas atividades. Além disso, uma grande quantidade de documentos desorienta os especialistas. Os documentos devem ser reduzidos em quantidade que sejam úteis à pesquisa.

O documento recolhido à instituição arquivística torna-se a materialização da memória, que a partir de sua mobilização pela operação historiográfica, possibilita o uso do passado para a construção das histórias locais, nacionais e global. E ainda, contribui

³ Conforme definição do dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005, p. 85), aquisição é o “[...] 1 ingresso de documentos em arquivo seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, colhimento, reintegração ou transferência. 2 ingresso de documentos em arquivo corrente através do protocolo.”

para a constituição de identidades, no âmbito individual e coletivo. Assim, o arquivo, conforme considera Pierre Nora (1993, p. 13) é um lugar de memória.

E nessa direção, há de se considerar como imprescindível em sua atuação, a produção de instrumentos capazes de auxiliar as buscas por informação, pela diversidade de usuários, nos acervos por ele custodiados. Assim, torna-se necessário o processo de descrição de documentos, que conforme apresenta o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, pode ser definido como sendo um “[...] Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Os instrumentos de pesquisa⁴ são obras de referência cujo objetivo é auxiliar a busca por informações nos acervos arquivísticos, e podem ser de diferentes formatos e abrangência: Guia, inventário, catálogo, catálogo seletivo, índice.

Bellotto (1991, p. 103) considera que a descrição de documentos, através dos instrumentos de pesquisas, assume um lugar de proeminência por configurar-se como sendo um elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução, constituindo-se na tarefa primordial dos arquivistas que atuam nos arquivos permanentes.

Isso posto, os arquivos só podem oferecer aos seus usuários aquilo que dispõe, logo, o processo de aquisição representa uma operação bastante significativa e tem total relação com a atuação dos arquivos como lugar de memória. E por tabela, os instrumentos de pesquisa, resultado do processo de descrição, representam a possibilidade de consulta aos documentos pertencentes ao acervo da instituição. Nessa direção, numa linguagem matemática, podemos considerar a seguinte equação: Aquisição de acervos (Entrada de documentos) + Descrição de documentos (Saída de Informação) = Resposta à demanda de informação.

O processo de aquisição de acervo e o processo de descrição de documentos são basilares na atuação dos arquivos públicos, uma vez que o primeiro representa a entrada de documentos e o outro, a possibilidade de acesso à informação. A composição desses

⁴ As definições terminológicas dos instrumentos de pesquisa na arquivística brasileira modificaram-se com o tempo, embora o espírito geral da descrição tenha permanecido o mesmo. O primeiro impulso no sentido do estabelecimento terminológico dessas atividades foi dado pela publicação do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, em 1990, reformulado em 1996 sob o título de Dicionário de Terminologia Arquivística (LOPES, 2002, p. 34).

dois processos representa a capacidade ou as possibilidades de respostas às demandas de informação apresentadas aos arquivos públicos. E pode ser uma chave elucidativa na análise da atuação das instituições arquivísticas no contexto das lutas pelo direito à memória.

Jardim considera que os arquivos são lugares periferizados no Estado e quase invisíveis socialmente, e que, talvez, sejam agentes do esquecimento. No contexto brasileiro

[...] o Estado parece prescindir da memória - ao menos daquela que se expressa nos registros materiais da sua ação ao longo do tempo - como instância legitimadora. Até porque talvez tenha constituído estratégias de legitimação pelo esquecimento, das quais os arquivos públicos seriam umas das expressões mais evidentes. Como tal, os arquivos públicos encontram-se também deslegitimados no aparelho do Estado e na sociedade em geral. (JARDIM, 1995, p. 10)

O autor ainda completa, afirmando que essas considerações “[...] requerem a observação desses processos como objeto da historiografia, o que infelizmente ainda é quase inexistente no caso do Brasil [...]” (JARDIM, 1995, p. 10).

As possíveis contribuições da micro-história

No Brasil, desde a primeira Constituição, no período imperial, assinada por Dom Pedro Primeiro, em 25 de março de 1824, já era mencionado o Arquivo Público⁵. Mas a criação do Arquivo Nacional se dá apenas no ano de 1838⁶, pelo então imperador interino Dom Pedro II. A criação do Arquivo Nacional configura um marco da institucionalização dos arquivos no Brasil,

[...] tal como ocorreu em países europeus e latino-americanos no século XIX, o Arquivo Nacional foi criado num momento de afirmação da nacionalidade e de construção do Estado moderno. Este processo é após a Revolução Francesa quando surge, com o estabelecimento do Arquivo Nacional de França, em 1791, o sentido público dos arquivos [...]. (JARDIM, 1986, p. 39-40)

⁵ Constituição de 1824, Art. 70. “[...] Assignada a lei pelo imperador, referendada pelo Secretário e Estado competente, e sellada com o sello do Império, se guardará o original no Archivo Público, e se remetterão os Exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais logares, aonde convenha fazer-se publica [...]” (BRASIL, 1824, p. 16).

⁶ Regulamento número 2, de 2 de janeiro de 1838.

O Período imperial Brasileiro, dada a sua característica de centralização, não estimulou a criação de arquivos públicos nas províncias. Tendo apenas o surgimento de dois arquivos, além do Arquivo Nacional: no Amazonas em 1852 e no Paraná em 1855. Os arquivos estaduais surgem no período republicano, influenciados pelo ideário descentralizador e federalista que garantia maior autonomia às diferentes unidades da federação (JARDIM, 1986, p. 40).

Desde então, os Estados e também os municípios se equiparam com seus arquivos, que serviram e ainda servem como um importante instrumento de apoio à gestão da coisa pública, além de se configurar como um espaço de memória.

Mas, de que maneira esses arquivos atuaram ao longo de suas trajetórias na promoção do uso do passado? Como operaram as escolhas para a constituição de seus acervos e para a produção de instrumentos de pesquisa? O quanto de arbitrário tem nessas escolhas? Como e quais políticas públicas influenciaram sua atuação? Quais atores e agentes atuaram nesse campo? Qual a contribuição dessas instituições para a produção de conhecimento no campo da historiografia? E que papel essas instituições exercem no contexto atual de luta pelo direito à memória?

Muitas são as questões acerca da atuação dos arquivos públicos. Instituições que estão presentes em todas as esferas governamentais: federal, estadual e municipal. Somando centenas de instituições arquivísticas espalhadas pelo Brasil. Nesse sentido, quando se pensa em buscar respostas para as perguntas supracitadas, duas questões se apresentam: a quantidade de arquivos públicos existentes no Brasil e o tempo que o proponente do projeto tem para realizar a pesquisa de doutorado, o que nos levou a analisar essas questões a partir de uma escala micro.

A abordagem microanalítica surge como uma espécie de sintoma de uma insatisfação diante do desgaste de paradigmas científicos que influenciavam grandes painéis de pesquisa em ciências sociais a partir do século XIX e que privilegiava os enfoques do tipo macroanalíticos (REVEL, 1998, p. 11).

A abordagem micro-histórica ganhou, nos últimos anos, um lugar importante no debate epistemológico, entre os historiadores. Vale destacar que, por muito tempo, esse debate permaneceu concentrado no interior de um número relativamente restrito de

grupos, de instituições e de programas de pesquisa. E que a interpretação e a problemática da opção micro-história não foram concebidas de forma uniforme em toda a parte. Exemplo disso foi à diferença entre o debate numa versão americana e a francesa. A primeira “[...] baseia-se no ‘paradigma indiciário’ proposto por Carlos Ginzburg e definiu-se em grande medida com um comentário da obra deste. A segunda entende a micro-história como uma interrogação sobre a história social e a construção de seus objetos [...]” (REVEL, 1998, p. 15).

O projeto da micro-história nasceu no decorrer dos anos 1970, a partir de questões e de proposições de historiadores Italianos que tinham empreendimentos comuns: A revista, *Quaderni Storici*; a partir de 1980, uma coleção dirigida por C. Ginzburg e G. Levi na Editora Einaudi, cujo título era *Microstorie*. E nos últimos anos, o enfoque micro-histórico conheceu um sucesso especial (REVEL, 1998, p. 16; 20).

Há uma profunda diferença na abordagem sob uma perspectiva da micro-história, tanto acerca de suas intenções, assim como em seus procedimentos. A mudança na escala de observação não está pautada apenas em aumentar ou diminuir o tamanho do objeto no visor, vai muito além, significa modificar a sua forma e a sua trama. (REVEL, 1998, p. 15)

Nessa direção, e tendo como pano de fundo as questões que envolvem os arquivos públicos, já citadas anteriormente, numa escala de observação macro, dificilmente conseguiríamos de maneira mais verticalizada, analisar os atores e os agentes que agem no campo dos arquivos. Ficaríamos, caso optássemos por uma abordagem macro, numa perspectiva das políticas e sem possibilidades, ou de forma bem limitada, entender as práticas e suas possíveis relações com os agentes e atores.

Posicionar o olhar sobre uma realidade menor e de forma mais próxima é estratégico e pode ser revelador. Essa escolha não necessariamente é limitadora, visto que, “[...] a abordagem da micro-história se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis [...]” (REVEL, 1998, p. 15).

Considerando as contribuições da abordagem da micro-história, optou-se no projeto de tese analisar a atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) no

contexto de luta pelo direito à memória, a partir da problematização dos processos de aquisição de acervos e de descrição de documentos.

Isso posto, apresentamos as seguintes questões: Como as funções de aquisição de acervos e de descrição de documentos foram desenvolvidas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) entre os anos de 1988 a 2018, e de que maneira contribuíram para a promoção do uso do passado no contexto da luta pelo direito à memória no Estado do Espírito Santo?

Entendemos que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), mesmo diante do movimento de luta pelo direito à memória e de todos os avanços em relação ao acesso à informação no Brasil a partir de 1988, ainda possui em suas práticas acerca das funções de aquisição de acervos e de descrição de documentos a marca do esquecimento e silenciamento. Resultado da ausência de políticas públicas arquivísticas⁷, no âmbito nacional e estadual, que contemplem as funções de aquisição e de descrição de documentos com vias a ampliar as possibilidades de acesso aos arquivos a todos os cidadãos.

Dessa forma, pretende-se a partir do recorte aqui proposto, numa escala de observação micro, contribuir para a compreensão do papel dos arquivos públicos brasileiros na luta pelo direito à memória.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

⁷ “[...] endente-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e provada. Políticas públicas arquivísticas podem ser setoriais (em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa, etc.) e podem apresentar uma configuração nacional, regional ou local [...]” (JARDIM, 2006, p. 10).

- BRASIL, Constituição brasileira de 25 de março de 1824. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1824.
- BRASIL. Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo 1, parte 2, p. 58-64, 1860.
- BUSTILLO, Josefina Cuesta. Memoria e historia: un estado de la cuestión. In: *Ayer*, n. 32, p. 203-246. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/41324823?read-now=1&refreqid=excelsior%3A151d553d4cbd0a8fcc1b4d1fb6e91412&seq=1#page_sc_an_tab_contents>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.
- CRUZ, Heloisa de Faria. Direito à memória e patrimônio documental. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, vol. 54, p. 23-59, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. SP: Centauro, 2003.
- JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, 1995.
- JARDIM, J. M. Instituições arquivísticas: estrutura e organização. A situação dos arquivos estaduais. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 39-42, 1986.
- JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. In: *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivo e universidade. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 40, p. 9-16, 1º sem. 2009.
- LOPES, André Porto Ancona. *Como descrever documento e arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. (Como fazer, 6).
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: A problemática dos lugares. In: *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, dezembro de 1993. p. 7-28.
- NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. In: *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, n. 4, p. 6-10, 2009.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: PADRÓS, Enrique Serra; et al. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. v. 4. Porto Alegre: Porto Alegre, 2009. p. 26-57.

Mesa 9

História e Imprensa

Cartas na mesa: expressão e voz dos homossexuais por meio do jornal *Lampião da Esquina*

Marília Miranda Alves Carvalho¹

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

O presente artigo pretende, através da leitura e análise das cartas do periódico mensal *Lampião da Esquina*, observar as formas e maneiras de expressão dos homossexuais sobre as questões relacionadas, sobretudo, a sua sexualidade por meio das cartas. O local de expressão, voz e também para sugestões, críticas e desabafos dos leitores para com o jornal.

O jornal foi de extrema importância na luta do movimento do público gay como veículo de discussão a respeito da sexualidade no Brasil no período do fim da ditadura civil-militar. Significou ainda, o meio pelo qual a população, até então excluída socialmente, começou a ganhar vez e voz entre os homossexuais e para o público leitor em geral.

O golpe de 1964 inaugurou um período de forte repressão e perseguição política no país. Os cinco governantes militares que se alternaram no poder possuíam linhas de pensamentos um pouco divergentes, mas isso não impediu que comandassem o país. O primeiro governante militar foi Castelo Branco, responsável pelas primeiras cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos. Por meio de Atos Institucionais, o governo militar reorganizou o país a sua maneira. O segundo militar a assumir o poder, Artur da Costa e Silva, foi o responsável pelo decreto do AI-5, que, entre outras medidas, suspendeu o direito ao *habeas corpus*, fechou o Congresso Nacional, entre outras medidas repressivas. Quando, em 1969, Médici assumiu o poder, intensificou a censura aos meios de comunicação. Já em 1974, quando o castelista Ernesto Geisel saiu vitorioso nas

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com pesquisa sob a orientação do professor Rafael Vaz da Motta Brandão.

eleições indiretas, foi o marco para uma reabertura política “lenta, gradual e segura” e também os homossexuais foram se organizando. O último general a comandar o governo foi João Baptista Figueiredo, promovendo o movimento de reorganização política para o país.

O período da ditadura civil-militar no Brasil (1964 – 1985) foi marcado por muitas diversidades, em todos os sentidos. Na política, no comando do país, na população e também em suas homossexualidades. Para os diversos integrantes do governo militar, era necessário que o homossexual fosse tratado, corrigido ou eliminado. De acordo com James Green e Renan Quinalha,

"Esses preconceitos, evidentemente, não surgiram com a ditadura militar. Ela apenas forneceu aos moralistas e conservadores, então no poder, os meios para agirem. O que há de peculiar durante o regime militar, sobretudo após o AI-5, é que tais preconceitos foram utilizados pelos órgãos de informações para alimentar seus dossiês por meio da combinação entre 'desvio moral' e 'subversão' e, também, tendo em vista a técnica de inculpação que majoritariamente utilizavam." (GREEN; QUINALHA, 2015:15).

O preconceito diante do homossexual sempre existiu, e ainda existe, apenas foi agravado no período ditatorial, principalmente após o decreto do AI-5, que restringia direitos e expandia preconceitos e julgamentos. A liberdade sexual que se desenvolvia em diversos países, especialmente nos Estados Unidos, era condenada no Brasil. O surgimento da imprensa alternativa foi um dos meios pelos quais o movimento homossexual, até então censurado, começou a circular, ganhando vez e voz na sociedade. O regime ditatorial teve características peculiares de acordo com cada um dos governantes autoritários que se alternaram no poder, e isso não é diferente em relação ao tratamento dado aos homossexuais. De acordo com James Green e Renan Quinalha, "(...) o regime de exceção passou por cinco momentos distintos nos seus longos 21 anos de existência." (GREEN; QUINALHA, 2015:19). Esses cinco momentos se caracterizaram por seus comandantes e suas intenções em relação ao futuro do Brasil e da população.

No Brasil, no contexto da forte repressão política e da censura imposta pela ditadura civil-militar, surgiu, nas décadas de 1960 e 1970, a chamada “imprensa alternativa”. Sua outra nomenclatura, a de "imprensa nanica", foi principalmente com

relação ao formato dos jornais, que eram pequenos e que possuíam como objetivo a denúncia de violação aos direitos humanos e a crítica às ações políticas e econômicas dos militares. Além disso, também havia uma imprensa que, entre outros assuntos polêmicos, abordava o tema que era feito para os homossexuais e lido por eles e, que representou um acontecimento marcante e relativamente recente no Brasil. Possuir periódicos em circulação que, mesmo diante de problemas como a repressão da ditadura civil-militar e o preconceito da população foi um grande desafio. A "imprensa alternativa" mostrou-se insubordinada à imprensa tradicional, seja pelo conteúdo, seja pelo público ao qual era destinado, e ainda possuía a irreverência em relação às regras tradicionais e ao mercado editorial. Produzida como meio de expressar a oposição ao sistema vigente e à indústria cultural, a "imprensa alternativa" caracterizou-se por ser mais regional, ou até mesmo local, ter sua produção de forma manual, e por ter, em geral, publicações cujas edições eram poucas.

A homossexualidade era vinculada ao delito de perversão pelo jornalismo brasileiro no período ditatorial. Mas essa repressão não calou, pelo contrário, incentivou esses grupos, classificados de minoritários, a ocupar cada vez mais as metrópoles. Surgiram, dessa forma, inúmeros periódicos que circularam no Rio de Janeiro como, por exemplo, as publicações *Gente Gay*, *Subúrbio à Noite*, *Eros*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, entre outros títulos. Todos, em comum, tiveram uma curta duração, entre eles, aquele que é considerado o primeiro jornal homossexual do Brasil, chamado *O Snob*, editado por Agildo Guimarães.

O Snob circulou, no Rio de Janeiro, de julho de 1963 até junho de 1969 e foi a primeira publicação abertamente homossexual que circulou no país. O jornal se diferenciava dos demais por assumir a fala homossexual, por meio de expressões, códigos e modos de falar direcionados aos grupos homossexuais. Um dos principais motivos do jornal não ter uma maior divulgação foi a falta de patrocinadores e de apoio dos canais de distribuição. Uma vez que o jornal era de cunho homossexual, foi considerado por muitos como "impróprio" e voltado para pessoas "pervertidas". A sociedade do período, em sua maioria, não aceitava a questão da homossexualidade e um jornal direcionado para esse público era visto com maus olhos. Isso se devia também pelo fato de *O Snob* possuir uma linguagem própria, com ironia, palavras ou expressões com duplo

sentido, um modo particular na utilização das palavras, usada principalmente pelo público ao qual era direcionado. A publicação do periódico foi de grande importância não só para o público ao qual era destinado, o gay, mas também para que outros periódicos similares fossem criados. Foi justamente a partir do pioneirismo de *O Snob* que surgiu a publicação mais expressiva destinada para esse público e que teve divulgação nacional: o jornal *Lampião da Esquina*.

O *Lampião da Esquina* atendeu às necessidades surgidas em fins da década de 1970 de enfatizar a questão sobre a homossexualidade, dando espaço para esse público, que, em sua maioria, era relegado à invisibilidade. Seu destaque deu-se também pelo fato de ser o primeiro periódico homossexual de circulação nacional. Seu desenvolvimento se deu em fins de 1977, quando alguns intelectuais, artistas e jornalistas do eixo Rio de Janeiro - São Paulo reuniram-se com o propósito de discutir uma literatura gay latino-americana, organizada por Winston Leyland, fundador da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, Califórnia (EUA).¹ Inspirados por esse jornal voltado para o público homossexual, o pintor Darcy Penteado e seus amigos tiveram a ideia de um Coletivo para a criação de um periódico mensal voltado para esse público. O conteúdo abordava diversos assuntos e foi elaborado sob o ponto de vista dos próprios homossexuais, que eram os seus editores. A iniciativa de criar o jornal partiu de onze homens, respeitados intelectualmente e que se aventuraram a lançar um jornal voltado para um público que era marginalizado pela sociedade. Além disso, o conteúdo do jornal era considerado "secundário", sem relevância devido a sua abordagem temática, como a sexualidade, a discriminação racial, o machismo, entre outros. A linguagem era mais comum, popular e voltada para o público ao qual o jornal era dedicado, os homossexuais. Finalmente, em abril de 1978, era lançada a primeira edição do periódico, que teve a distribuição restrita, diferentemente das edições seguintes, que foram comercializadas abertamente nas bancas de jornal.

O *Lampião da Esquina* teve como fundadores e colaboradores Adão Costa, Aginaldo Silva, Antônio Chysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Frye. Sua última edição saiu no ano de 1981. O *Lampião da Esquina* foi considerado como revolucionário, pois, um periódico mensal produzido e

direcionado para uma população que sofria preconceitos e discriminações representou um marco para a abertura de novos caminhos e possibilidades para os homossexuais. Com um tom irreverente e bem-humorado, o jornal publicou matérias, entrevistas com famosos, lançamentos de livros e filmes, além de uma seção de cartas. Essa seção era intitulada "Cartas na Mesa", na qual havia uma comunicação direta entre o público leitor do jornal e os seus editores. Essas cartas eram um meio pelo qual os leitores do *Lampião da Esquina* expressavam suas opiniões, davam sugestões e esclareciam dúvidas.

O jornal se caracterizou, sem dúvida, pela defesa da diversidade sexual e de gênero durante fins do período ditatorial. As cartas dos leitores funcionavam como um meio de comunicação e expressão de uma minoria que passou ter no impresso um espaço importante de "representação". Assim, a percepção do processo de construção dos homossexuais e da polêmica em relação ao gênero, através dos discursos produzidos nas cartas é o foco de análise. A seção "*Cartas na mesa*" dos leitores, homossexuais ou não, dialoga com o jornal, e explicita a construção dos sujeitos e suas identidades, o perfil do leitor, seus desejos, dúvidas e críticas.

As "*Cartas na mesa*" foram de grande importância para a imprensa gay na ditadura, visto que, ela simbolizou a opinião e a reação do público em geral e, principalmente, dos homossexuais em relação ao jornal e às próprias cartas, uma vez que, na maioria delas os editores dialogaram com o público. A particularidade no caso do jornal homossexual *Lampião da Esquina* e a sua seção de "*Cartas na mesa*", é especialmente porque os leitores expressavam suas opiniões, esclareciam suas dúvidas e levantavam outras questões relacionadas ao universo gay. O jornal explica como funcionará a seção na edição número 0 argumentando que,

"A ideia do Conselho Editorial de LAMPIÃO é fazer de sua seção de Cartas na Mesa uma espécie de tribuna através da qual seus leitores possam se expressar à vontade, inclusive fazendo críticas ao próprio jornal. É possível chegar ainda mais longe: esta seção será ampliada de acordo com a correspondência recebida, e poderá ir até a publicação de artigos, fotos, etc. enviados pelos leitores que se enquadrarem na linha de ideias que norteou a criação do jornal. Da primeira leva de cartas recebidas selecionamos as que melhor representam essa orientação." *Lampião*, 1978, ano 1.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

É possível notar, através dos argumentos de abertura da seção, que a proposta do jornal é algo bem aberto ao público e que poderá sofrer alterações de acordo com a demanda e o conteúdo das cartas recebidas. Sendo assim, mostra-se, num primeiro momento, a partir da edição de número 0, um periódico aberto a sugestões, críticas e debates nas próximas edições. O leitor do periódico se via em um local privilegiado para expor sua opinião, seus conflitos e indagações, uma vez que o público leitor e os editores do jornal se encontravam em um contexto muito parecido, o da homossexualidade. Há casos e casos expostos através das cartas e por esse motivo, os editores do jornal se mostram abertos a sugestões, críticas e comentários para melhor atender ao seu público leitor. Isso é percebido através da circulação do jornal *Lampião da Esquina* e da variedade de cartas cujos conteúdos são divulgados por esse periódico. Talvez, por esse motivo, a sessão de carta tenha tido tanta repercussão em um jornal de cunho nacional, aberto à diversidade de gênero e, que atendia prioritariamente ao público homossexual, até então visto como minoria.

As cartas são, no contexto de reorganização política no Brasil, um sistema de pensamento e ordenação em que a população homossexual se manifestou. Por isso mesmo, as “*Cartas na Mesa*”, do jornal *Lampião da Esquina*, são o destaque a ser evidenciado, lido, analisado e repensado em todos os sentidos. As cartas foram a forma pela qual os homossexuais conseguiram se expressar, por meio de críticas, sugestões, idéias e debates. O jornal e as cartas tem uma relação muito forte, de amor e ódio, uma vez que, de acordo com o próprio jornal, nem sempre as cartas que são expostas agradam a todos os leitores, e as mesmas são “datadas e por isso delimitam lugares e momentos particulares na história dos sujeitos e da cultura” (CAMARGO, 2011, p.19). Sim, as cartas são ao mesmo tempo particulares, pois podem ser escritas para uma só pessoa, estarem nas páginas do primeiro jornal homossexual do Brasil, sendo assim, passam a ter uma repercussão bem maior. Em certos casos é interessante que se tenha essa intencionalidade para que outras pessoas leiam e divulguem as intenções do autor. As cartas são então o motivo pelo qual estamos aqui, estudando e lendo as mesmas, a intencionalidade de cada autor é descrita por meio delas, assim,

“Nos motivos, nas necessidades e nos interesses dos correspondentes, enquanto correspondente, assim como nos assuntos que trazem, e

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

especialmente nos procedimentos a que recorrem, a escrita vai ocupando seu espaço como prática social que se concretiza no próprio objeto – as cartas – e que se constrói no jogo das intenções sociais” (CAMARGO, 2011, p. 18).

A necessidade maior e o interesse dos escritores das cartas era o de se expressar, de evidenciar para o público leitor seus interesses, dúvidas e anseios. As cartas representaram, então, o meio pelo qual os leitores conseguiram se expressar, divulgando, por meio da escrita pessoal, uma leitura que poderia ser para um público inimaginável. Por esse motivo, as cartas representam, até os dias atuais, uma ótima forma de comunicação e entendimento dos leitores para com o jornal e do jornal para com os leitores.

As cartas representam como, por meio desse trabalho, os leitores se expressaram. Seguem abaixo, algumas cartas do jornal homossexual *Lampião da Esquina*, com o intuito de exemplificar e detalhar o que continham nas cartas.

CARTA 1 - "ANÔNIMO SE REVELA"

Ano 1 – nº 1 – 25 de maio a 25 de junho de 1978, p. 15

Três sugestões:

1 – Deixar de ser tão guei. O jornal pode focar outros assuntos, política, saúde, atualidade, comportamento, moda, espetáculos, não se restringindo a assuntos exclusivos gueis. Assim vocês estão indo de encontro aos objetivos do jornal. Estão se isolando e não se integrando.

2 - Participação feminina. Praticamente só homens (?) escrevem. Há muitas mulheres entendidas (nos dois sentidos) que podem dar uma perfeita colaboração. Há escritoras que são gueis, há mulher guei em todo o canto. Em minha cidade, por exemplo, há mais mulheres gueis do que homens gueis.

3 – Aumentar a frescura. Tá sério demais. Quase não tem piadas, frescurinhas. Está uma literatura pesada e triste. Que tal uma seção de Receitas do Prazer, inventando modos de como fazer melhor "a coisa"?

4 - Não me identifico porque não sou guei. Sou casado e bem casado, pais de duas meninas. Na minha juventude primeira transei muito, mais por dificuldades financeiras, embora me desse prazer. Depois casei, deixei tudo que era de bicha. Tenho ainda

vários gueis amigos, que são respeitados e estimados por mim e minha mulher, que é evoluída e inteligente.

Anônimo

R. -- Publicamos a carta de Anônimo porque ela contém observações muito pertinentes.

1 -- LAMPIÃO não vai se restringir a assuntos gueis, como se notará já nesse número. 2

-- As mulheres, também já neste número, estão perfeitamente integradas ao nosso projeto. 3 -- Reconhecemos que nosso número zero ficou mais sério do que pretendíamos.

Essa é uma coisa a ser corrigida. Quanto ao prazer, cada um que trate de inventar o seu.

4 -- A carta de Anônimo termina com um comentário um tanto aleatório, no qual ele diz que a natureza o favoreceu bastante, quanto a um determinado detalhe anatômico. Ele não deve se impressionar com isso; fizemos uma rápida pesquisa no nosso conselho Editorial e descobrimos que vários dos seus membros mereceram o mesmo favorecimento...

A resposta do periódico a carta do "Anônimo" revela especialmente o que foi descrito no lançamento do jornal a respeito da sessão de "Cartas na mesa", o leitor deve expressar sua vontade, inclusive com críticas ao próprio jornal. O emissor da carta, sugere alguns caminhos para o jornal. O primeiro deles é "deixar de ser tão guei", complementando seu conselho, ele sugere outros conteúdos para o *Lampião*. Com essas características, é possível notar que o padrão e a construção social do indivíduo, não existe o gay, o que o torna fora dos padrões. Em relação a esse tema, Pierre Bourdieu argumenta que,

(...) a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças." (BOURDIEU, 1998, p.23)

Essa definição social e também sexual faz parte de uma construção cultural que estabelece padrões sociais a serem seguidos e, quando o mesmo não acontece, o indivíduo sofre discriminação e preconceito, na maioria das vezes. A argumentação do "autor anônimo" da carta esclarece que o jornal não pode se restringir exclusivamente a assuntos

gays. A sugestão dele é que um jornal produzido e dedicado aos homossexuais se desvie desse foco. No entanto, a resposta do jornal ao leitor é muito pertinente, uma vez que, é explicado que desde a edição em que a carta foi publicada, existem outros assuntos. Outra observação/sugestão que o leitor anônimo faz se refere a participação feminina, sejam elas homossexuais ou não. Mas a resposta dos editores se mostra a altura da observação, pois é respondido que existe a participação feminina na produção do *Lampião*.

CARTA 2 - "UM PEDIDO DE EMPREGO"

Ano 1 – nº 1 – 25 de maio a 25 de junho de 1978, p. 15.

Ôi, Lampião tudo bem? Estou aqui para você para perguntar se - você me arrumaria um emprego para - trabalhar em boate, fazer “chou”. Eu não sei fazer nada, mas me ensinando eu faço. Eu me chamo J.C.R , tenho 23 - anos, cor morena, 1,74m de altura. Ai vai urna foto minha, mas não publique no jornal a resposta, porque eu não sei onde comprar. Eu sei seu endereço por que conheci um rapaz de São Paulo e ele me falou de você. Espero resposta, meu endereço é (...)

J.C.R. Sorocaba, SP

R. A sua foto, J C.R. enganou muita gente. Nós não temos condições de arranjar um emprego para você numa boate, mas podemos publicar o seu pedido. Quem sabe aparece algum empresário aí em Sorocaba e contrate.

Nota-se, por meio da carta, ou do pedido de “socorro” do autor, que a situação na qual ele está inserido não é das melhores. A população homossexual sempre foi alvo de muitas críticas, principalmente no contexto da ditadura civil-militar, onde os mesmos eram excluídos e eliminados socialmente. No relato descrito na carta, o autor pede um emprego, uma indicação e se propõe a aprender uma nova profissão se necessário. O senhor J.C.R. se mostra, por meio da carta, apto a fazer, aprender e apreender o que seja favorável a atual conjuntura na qual ele se encontra. Esse tipo de expressão só demonstra que o homossexual, nesse período, não tinha muito direito de escolha, ele, como muitos outros, queria sair do gueto, viver em sociedade, e o mesmo se expôs no *Lampião da*

Esquina pedindo um emprego. E quantos outros não gostariam de fazer o mesmo e não o fazem? A construção social do sujeito o impede de sair da “zona de conforto”, de fugir de uma sociedade socialmente construída, com os ditos padrões sociais que não podem ser diferentes do resto do “mundo”. A atitude do leitor, que provavelmente é a de muitos outros, se distingue dos padrões socialmente constituídos e constrói um novo padrão social, que, na maioria das vezes, não é admitido como correto e, principalmente, é discriminado socialmente.

CARTA 3 - "ESPERANDO O NÚMERO ZERO"

Ano 1 – nº 0 – 25 de abril a 25 de maio de 1978, p. 16

Escrevo no GENTE GAY sob o pseudônimo de GATO PRETO (mais por apelido que por tentar me esconder) e sinto como a "classe" é volúvel inclusive em apoiar boas intenções. (...) Podem contar comigo, sinceramente, torço para o sucesso do jornal LAMPIÃO, mas aguardo o número zero para tomar uma decisão. Posso garantir que existem outras pessoas interessadas em ver o LAMPIÃO mesmo não sendo homossexuais, negros ou tendo problemas com vestibular. São amigos de trabalho que gostam de ler e comentar todos os assuntos que abordam principalmente a liberdade do indivíduo.

H.C.F. Rio de Janeiro.

A carta do leitor acima representa apenas um trecho do que foi descrito, mas mesmo assim é de suma relevância para o jornal. A ideia central do autor do texto é garantir que o *Lampião da Esquina* tenha sua importância enquanto o primeiro jornal homossexual de circulação nacional, e isso, no fim do regime militar não é algo fácil. É preciso ter em mente que muitas pessoas gostariam de se assumir e de se engajar pela causa homossexual e não tem a coragem que os editores do *Lampião* tiveram. A homossexualidade do país estava “escondida” e, com o jornal, abriu novas portas, mas isso não quer dizer que não houve resistência, principalmente por parte dos editores, que enfrentaram até processos contra o jornal. A identidade homossexual é algo a ser

considerado e destacado, especialmente em um período em que tudo que fugia aos padrões sociais/sexuais eram discriminados e excluídos socialmente.

CARTA 4 - "UM ABRAÇO DO "GENTE GAY"

Ano 1 – nº 1 – 25 de maio a 25 de junho de 1978, p. 15

Recebi, com satisfação, o número zero de LAMPIÃO. Realmente é motivo de alegria saber que existe um veículo de informação /cultura/ divertimento dos homossexuais no feitio e gabarito desse mensário. Sabem, estou muito contente, satisfeito mesmo, em saber que vocês conseguiram fazer do LAMPIÃO o meu sonho. Sempre pensei em fazer algo assim desde o tempo em que comecei, há muitos anos atrás, um jornalzinho desprezioso chamado SNOB. Atualmente faço o GENTE GAY, que estou lutando para melhorar e melhor dizendo, continuar, o que é mais difícil. Mas mesmo que tudo pare do minha parte, espero que vocês, tontos, possam dar todo mês o LAMPIÃO, para que, com orgulho, possamos contar com um porta-voz dos nossos sentimentos, ideais e mais ainda, essa porta aberta para se sair do gueto, como diz o Editorial. Com um abraço fraternal, despeço-me com a certeza de, no momento, ser uma das pessoas mais contentes da vida, por saber da existência do LAMPIÃO.

Agildo B. Guimarães. Rio.

R. - Você para nós, Agildo, é gente finíssima. Entre outras coisas porque sabemos que se você não começasse com o SNOB, nunca chegaríamos a LAMPIÃO. E não o queremos apenas como leitor. Vamos pedi-lo emprestado ao GENTE GAY de vez em quando.

Agildo Guimarães representa, sem dúvida, a diferença e ao mesmo tempo a união entre os diferentes. Diferentes no sentido de situações divergentes, anos e contextos não tão adequados. No entanto, ao invés de problematizar o lançamento do jornal, Agildo Guimarães, que também já fazia parte do contexto homossexual dentro do periódico *Snob*,

que o mesmo lançou, e também do *Gente Gay*, o autor parabeniza e elogia o *Lampião da Esquina*, fazendo com que os organizadores do mesmo fiquem muito felizes.

As atitudes de Agildo, como a de muitos outros que lançaram jornais homossexuais foi uma insubordinação ao sistema vigente até então. É preciso lembrar que o contexto em que viviam os chamados “desviados da história” era de muita luta, em todos os sentidos. Uma luta pela vida, pela sobrevivência, por isso mesmo o *Lampião da Esquina* representou, para muitos, uma libertação, uma forma de expressão e de reconhecimento.

Observa-se, através da análise das primeiras cartas escritas pelos leitores do periódico *Lampião da Esquina*, que a população e, especialmente os homossexuais, se mostra muito contente e satisfeita com o mesmo. O conteúdo, o modo como está circulando e sendo divulgado; tudo isso agrada ao público. Também, nas cartas, existe o conteúdo sugestivo, com observações e dicas para um jornal cada vez mais atento e circulante entre o seu público.

Através da leitura e análise das quatro cartas aqui exploradas, vale destacar o início da publicação do periódico mensal, cujo foco é dar voz ao público homossexual, dessa forma, fica evidente a importância desse veículo de comunicação para a vida desse grupo marginalizado pela sociedade nesse período. O *Lampião da Esquina* divulgou os anseios dos homossexuais e, através da publicação das cartas, essa comunicação foi possível, uma vez que os leitores se expressavam através desse mecanismo com o jornal. Esse meio de comunicação representou um marco na vida do público leitor, pois através das cartas, dúvidas, sugestões e problemas foram esclarecidos, ou pelo menos expostos para os demais leitores do periódico, criando assim uma espécie de “família” com a qual podiam contar qual podiam contar em seus momentos difíceis.

Documentação

Lampião da Esquina - Ano 1 – nº 1 – 25 de junho a 25 de julho de 1978.

Lampião da Esquina - Ano 1 – nº 1 – 25 de junho a 25 de julho de 1978.

Lampião da Esquina - Ano 1 – nº 0 – 25 de maio a 25 de junho 1978.

Lampião da Esquina - Ano 1 – nº 1 – 25 de junho a 25 de julho de 1978.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CAMARGO, Maria Rosa R. Marins. *Cartas e escrita – Práticas culturais, linguagem e tessitura da amizade*. Editora UNESP. 2011.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GREEN, James. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. In: GREEN, James e QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. São Paulo: Vozes, 2013.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: *Sociologias*, nº 21, 2009, pp.150-182.
- PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Zahar. Rio de Janeiro, 2014.
- RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James e QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.
- SIMÕES JÚNIOR, Almerindo Cardoso. *E havia um lampião na esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais*. Dissertação (Mestrado em História Social), UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2006.
- SOIHET, Rachel. *Violência Simbólica - Saberes Masculinos e Representações Femininas*. In: *Revista de Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, 1997.
- STEARNS, Peter. *História das Relações de Gênero*. São Paulo: Contexto, 2012.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Record, 2007.

Imprensa como Arma Política: O *Raio de Júpiter* e a Liberdade de Imprensa nos Escritos de Abreu e Lima

Monique Santana de Oliveira Sousa

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

General Abreu e Lima

O General Abreu e Lima foi um indivíduo de destaque na formação dos Estados Nacionais da América Latina, com forte atuação política, combatente nas guerras por independência na América Hispânica junto com Simon Bolívar e crítico na imprensa periódica venezuelana, fluminense e pernambucana.

Nascido em 1794 em Pernambuco Abreu e Lima era de família nobre, estudou humanidades, formou-se em Artilharia na Real Academia Militar do Rio de Janeiro, esteve em missão em Angola e ao retornar para Pernambuco foi preso por assuada no mesmo período em que ocorria a Revolução de 1817 da qual seu pai, conhecido como “Padre Roma” participou sendo preso por divulgar as ideias de liberdade e logo em seguida condenado a morte, e Abreu e Lima foi obrigado a assistir seu fuzilamento, momento este que registra em diversos conflitos políticos acerca de Pernambuco, da Revolução, do Patriotismo, entre outros temas que abordou.

Ao lado de Simon Bolívar e de outros indivíduos que se dedicaram a independência da América Hispânica, Abreu e Lima lutou nas guerras contra os espanhóis dando a ele hoje o prestígio de ser reconhecido na Venezuela como um dos Libertadores e lá, para além de colaborar para a fundação da República da Grã Colômbia, foi também, redator do jornal *Correo Del Orinoco*, criado por Bolívar para fomentar as ideias de república e independência.

Após a morte de Bolívar retornou ao Brasil tornando-se escritor de jornais próprios, publicados no Rio de Janeiro como A Torre de Babel, a Arca de Noé e o Raio de Júpiter, os dois primeiros centrava-se na figura de D. Pedro I como personagem ideal para a ordem nacional e não mais a República como forma de governo, visto suas experiências na Venezuela, mas sim a Monarquia Constitucional tendo em vista a

dimensão territorial do Brasil procurando dessa forma evitar uma fragmentação da nação e/ou tirania e ainda a república não se fundamentava como um bom governo para o Brasil pois, de acordo com as suas perspectivas, já que a escravidão tinha raízes ainda bem fincadas não se poderia aspirar completamente a liberdade política, logo a república não era um sistema cabível a esta sociedade. No Recife teve participação no jornal *Diário Novo*, criado por seu irmão, e a criação do jornal *A Barca de São Pedro*, ambos jornais que impulsionaram a Revolução Praieira de 1848, nesse momento suas perspectivas políticas já se alteravam do cenário fluminense, com um ímpeto mais revolucionário enfatizava a necessidade de um “desportuguesamento” da nação brasileira e criação de um imaginário nacional que alterasse não só a economia dominada ainda pelos portugueses, mas também as questões culturais, históricas e políticas.

O General Abreu e Lima, apesar da atuação nas guerras e de seus escritos históricos e políticos ainda permanece pouco conhecido no Brasil. Ele foi um indivíduo polêmico, em que em toda a sua trajetória dedicava-se a debater os conceitos em formação, era um ser que estava passando pelas conjunturas políticas e escrevendo sobre elas, suas diferentes perspectivas acerca da nação, as suas mudanças e permanências do discurso e suas dicotomias, como a república e a monarquia, se davam em diferentes contextos e experiências mediante as transformações dos espaços públicos.

Imprensa como Arma Política

[...] antes que la voz de la razón, la palabra escrita es un arma que todos usan: los gobernantes y los gobernados, las elites y el pueblo, los habitantes de las ciudades y los del campo. Guerra de información y guerra de valores, guerra de propagandas y propagandas de guerra, todo el espacio americano está recorrido por una infinidad de papeles públicos y privados que van amentelos contrincantes intentan controlar. (GUERRA, 2002, p. 383)

A imprensa periódica brasileira do século XIX configurava-se como um território de disputas e embates políticos pela legitimidade da construção/formação do Brasil enquanto nação. Intelectuais, atores políticos e partidos encontraram no papel um meio de circular as suas opiniões e a elaborar os seus projetos de “Brasil”, de “nação” e de como se deveria conduzir a sociedade, logo, a imprensa não é uma ferramenta imparcial com conteúdos neutros, pelo contrário, na imprensa há jogos de interesse,

manipulações, conflitos, disputas, o jornal é um campo de relações de poder conflitantes pelo domínio da opinião pública, pelo domínio da construção ou ressignificação dos conceitos políticos.

Foi a imprensa um dos veículos protagonistas na construção da nação, período de transformações políticas, sociais e formação de identidade, faziam do jornal o porta-voz das desavenças políticas que formavam o cenário no pós-independência, com a elaboração de jornais os quais tinham finalidades unicamente políticas:

[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissões já existentes, na qual a imprensa se inseriu. Ou seja, a imprensa periódica pretendia também marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais e que dizia respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas relações políticas e sociais. (MOREL, 2009, p. 163)

Apesar de, por um longo tempo, a pesquisa histórica a partir dos jornais terem sido colocadas à margem devido à subjetividade do jornal, o trabalho com a imprensa periódica é uma rica fonte de pesquisa que permite o historiador analisar o pensamento e atuação do sujeito em diferentes conjunturas e compará-las com outros tipos de fontes a fim de compreender ao máximo de suas articulações políticas.

A questão da negação da imprensa na historiografia é quebrada quando o documento histórico começa a não ser mais visto como o verdadeiro, como o ideal de verdade em que se ampliam os horizontes do trabalho historiográfico, passando a utilizar novas fontes, tais como a literatura ou a história oral, e também, a história passa a dialogar com outros campos de atuação, como a antropologia, a psicanálise, entre outros.

A pesquisa histórica, antes dessa mudança deveria seguir a linha do documento-verdade, fidedigno e objetivo, portanto, a imprensa era negligenciada, pois não seguia esse padrão; A pesquisa com a imprensa situa-se no campo da subjetividade, em que o historiador tem que analisar o jornal nas suas entrelinhas, no “não dito”, compreender as forças explícitas e implícitas que atuam nos jornais ou que são mobilizadas e/ou silenciadas por eles, de igual modo o historiador deve não apenas compreender o jornal em sua estrutura e as construções de seus textos, mas também os diferentes sujeitos que

estão em disputa pelo poder da palavra, a elaboração dos conceitos e performances de si e do discurso:

[...] A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. (CAPELATO, 1988, p. 21)

A imprensa está para além de mero veículo que concede informações dos fatos ocorridos ou registro de ações, ela possui uma multiplicidade de códigos, sinais e linguagens que atravessam os papéis, a política, a economia e a vida social. Ela não é “falsificadora do real” e sim arma simbólica das disputas e atuações políticas fazendo uso da retórica, da persuasão e da opinião pública que interferem de forma direta e indireta nas bases da nação, nas decisões políticas e na vida social.

Liberdade de Imprensa

[...] o crescente número de periódicos no mundo luso-brasileiro, a partir de 1820, indica que hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos. Propiciados pela liberdade de imprensa, desde o movimento constitucionalista de 1821, esses escritos refletiam uma preocupação coletiva em relação ao político, pois seus artigos passavam a ser discutidos na esfera pública dos cafés, das academias e das livrarias, abandonando-se muito lentamente as formas típicas de comunicação do Antigo Regime, tais como bandos, impressos ou manuscritos nas ruas, proclamações em alta voz, entre outros. Esses escritos passavam a fazer parte integrante desses espaços de sociabilidade, como demonstravam as diversas cartas das quais os redatores semanalmente publicavam uma seleção. (NEVES, 2003, p.36)

Em 1820 era decretado em Portugal a lei de Liberdade de Imprensa, no Brasil isso só ocorreria em 1821, porém a circulação dos jornais fora de Portugal acabava por atingir o Brasil, a censura prévia no Brasil ocorreu em março de 1821, contudo já em 1820 é possível notar uma mudança significativa na imprensa: aumentava-se o tamanho do jornal, maior liberdade de expressão, maior número de jornais com viés político, maior número de páginas, a liberdade de imprensa traduzia-se para um amplo campo de debate político, com novos horizontes de se compreender e articular a nação, uns defendendo os princípios do antigo regime, outros, o alvorecer da modernidade.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

A própria questão de liberdade de imprensa era debatida e aclamada nos jornais, a exemplo o primeiro julgamento com jurados no Brasil, o caso do jornalista João Soares Lisboa que escreveu críticas sobre D. Pedro I no jornal *Correio do Rio de Janeiro*, gerou um intenso debate na imprensa periódica e sua absolvição foi comemorada por outros jornalistas que viam no seu julgamento uma repressão da fala, nas palavras de Isabel Lustosa:

A absolvição de alguém pobre e de pouco prestígio junto às elites, como João Soares Lisboa, parecia indicar que a lei seria mesmo igual para todos com a adoção do sistema constitucional. Esse espírito vai refletir em uma série de outras manifestações envolvendo disputas relativas aos direitos inerentes à cidadania. (LUTOSA,2010, p.5)

A Liberdade de Imprensa, apesar de instituída no Brasil em 1821 ainda tem questões mal resolvidas que estão presentes nos dias atuais, configurando-se como um projeto inacabado, que ainda intimida o presente seja pela censura, ou por uma “liberdade de imprensa” irreal, cheia de amarras ou perseguida.

Nas Regências, período de grande embate político e inquietações, a imprensa é utilizada como ferramenta de combate, com inúmeras propostas políticas que vinham se intensificando desde independência com os debates acerca da nação, da liberdade, dos diferentes sistemas de governo que mobilizou diferentes indivíduos e grupos sociais em prol do pensamento político-social.

Neste contexto, o General Abreu e Lima, que já tinha uma experiência com a imprensa desde a Venezuela com o *Correo Del Orinoco*, defendendo a integração da América do Sul, a revolução da América Hispânica e a República como forma de governo, e, que já havia dirigido dois jornais no Rio de Janeiro, *A Torre de Babel* e *a Arca de Noé*, ambos com características políticas onde seu fundamento era a defesa da Monarquia Constitucional no Brasil e a crítica acirrada aos partidos políticos – exaltados, moderados e caramurus, desse modo Abreu e Lima fundava em 1836 um novo jornal, intitulado *O Raio de Júpiter!*

O Raio de Júpiter era redigido em Niterói e apesar das críticas de outros jornais, entre eles *a Aurora Fluminense*, Abreu e Lima mantinha-se como uma figura anônima no Raio, publicando o jornal duas vezes por semana.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Diz o Fluminense, que o redator do Raio de Júpiter é o mesmo que redigiu a Arca de Noé; mente o Fluminense despejadamente com todos os dentes que tem na boca. Ainda hoje ignoramos a pessoa, que escreveu aquele periódico, do qual lemos apenas alguns números. Assim são todas as ascensões do periódico Mutuco-Malagrida. (ABREU E LIMA, 1836, p.4)¹

Como todos os jornais redigidos por Abreu e Lima, o Raio de Júpiter tinha objetivo político, nesse sentido o jornal era um dos periódicos de oposição as Regências, Abreu e Lima questionava a maneira que conduziam a sociedade brasileira, entre as suas principais argumentações estavam à questão da liberdade de imprensa, a Monarquia Constitucional como pilar, defendia também que D. Januária assumisse o governo até que seu irmão pudesse ocupar o cargo que lhe era devido e em contraposição rechaçava o governo ser conduzido pelo Regente Feijó em longas argumentações no artigo intitulado “O Eleito da Nação”, que era na verdade uma ironia a política que elegeu o Regente Feijó, segundo Abreu e Lima, a eleição não tinha legitimidade porque não era uma eleição direta e sim indireta e em uma eleição indireta não há soberania do povo, logo o Regente Feijó não era um eleito da nação e sim de alguns:

Quem ouvir apregoar em cada esquina e em cada praça o ELEITO DA NAÇÃO crerá que a Nação Brasileira teve parte na eleição do Sr. Feijó para Regente do Império, e nós dissemos, que o povo teve tanta parte na dita eleição, como na de Luiz Felipe para o rei dos franceses. As nossas provas se fundaram nos princípios gerais do Direito Constitucional, e na opinião de todos os publicitas a respeito do poder eleitoral: nisto não há invectiva senão dilucidação de uma questão de direito, na qual esperamos não tenham intervenção o az de espada e os dois de paus do baralho Fluminense. (ABREU E LIMA, 1836, p.1)²

Argumentava também que o sistema das regências causava uma instabilidade política e que se assim permanecesse ocasionaria mais conflitos, tirania, revoluções até que se chegasse a uma república, portanto, aqui, novamente ele apresentava a Monarquia Constitucional como solução para o país, porém como D. Pedro I já havia falecido, D

¹ ABREU E LIMA, José Inácio de. “Desmetido Formal”. *Raio de Júpiter*. Rio de Janeiro, ed.8, 3 de março de 1836, p. 4.

² ABREU E LIMA, José Inácio de. “O Eleito da Nação”. *Raio de Júpiter*. Niterói, ed. 5, 22 de fevereiro de 1836, p.1.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Pedro II ainda não possuía a idade apropriada, sugeria então que D. Januária assumisse o trono:

[...] Regente do Império a Princesa D. Januária será está à opinião geral do Povo Brasileiro? Serão estes os votos da maioria? Sim, as províncias A proclamam em seus patrióticos transportes, e esperam da Representação Nacional a satisfação dos seus votos, e o complemento das suas esperanças. [...] (ABREU E LIMA, 1836, p.2)³

O Raio de Júpiter, para além das críticas a Feijó e defesa de D. Januária abordava acerca da liberdade de imprensa, em sua epígrafe afirmava: “A Imprensa periódica digam o que quiserem, raras vezes pode assustar um bom governo”⁴, explicando a escolha da epígrafe Abreu e Lima dizia que um bom governo não precisaria temer a imprensa, porém aquele que não fazia um bom governo, tal como ele apontava para Feijó, esse sim deveria temê-la, enfatizava também que após a ocupação de Feijó no cargo como Regente a única garantia de liberdade que os restavam era a liberdade de imprensa.

O Raio de Júpiter teve vinte e cinco números de edição, já nas edições iniciais o jornal foi acusado de abusar da liberdade de imprensa e a partir de então foi reprimido devido as suas críticas ao Regente Feijó e a incitação de D. Januária ao governo.

Na penúltima edição do jornal Abreu e Lima fazia uma denúncia narrando que a sua tipografia havia sido invadida pelos Soldados do corpo permanente de Niterói a mando do juiz e levaram consigo vários trabalhos:

No ato de ir para o prelo o presente número foi cercado esta tipografia por Soldados do corpo de Permanentes de Niterói; e em nome do juiz de direito dessa mesma cidade foram arrancados de dentro de casa todos os compositores, empregados na impressão de vários projetos da Assembleia Provincial, do Mensageiro, e do Raio de Júpiter; e foi com muita dificuldade que podemos salvar a composição deste número, e a de alguns projetos, já reclamamos pela mesma assembleia.(ABREU E LIMA,1836, p.3)⁵

³ ABREU E LIMA, José Inácio de. “A Sereníssima princesa Imperial Regente, do Império”. *Raio de Júpiter*. Niterói. ed. 12, 17 de março de 1836, p. 2.

⁴ A citação é na verdade uma fala de Evaristo da Veiga no Jornal *Aurora Fluminense*, ed. 1105, a qual Abreu e Lima reproduziu em todos os jornais do *Raio de Júpiter*. Ver: VEIGA, Evaristo. “Interior”. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, ed. 1105, vol.8, 12 de outubro de 1835, p.2.

⁵ ABREU E LIMA, José Inácio de. “Escândalo Inaudito”. *Raio de Júpiter*. Niterói, ed. 24, 28 de abril de 1836, p. 3.

O processo contra o *Raio de Júpiter* acabou por ser absolvido, contudo Abreu e Lima não deu continuidade a esse jornal, encerrou com 25 números apenas e em boa parte das edições sempre colocava á público o andamento das acusações, também na tentativa de se defender e de enaltecer a liberdade de imprensa.

Após o encerramento do jornal no seu vigésimo quinto número, Abreu e Lima circula uma carta⁶ à sociedade fluminense uma alocução dirigida aos juízes acerca da liberdade de imprensa e do processo contra o Raio de Júpiter, a carta foi publicada também pelo jornal *O Sete d’Abril*⁷ que apesar das divergências e críticas aos escritos do jornal *O Raio* comemorava que não havia sido condenado que a absolvição do Raio de Júpiter era uma esperança ao progresso da Liberdade de Imprensa.

Na carta Abreu e Lima explica o processo e diz que estavam sendo acusados de serem livres algo que era garantido pela Constituição e que a palavra nada mais é do que a arma da verdade:

Não é a consciência do crime que nos obriga à implorar a vossa clemência, si fôramos culpados, calaríamos diante da vossa retidão tão conhecida. Não somos criminosos, e com esta convicção não pedimos, mas sim esperamos, que o aresto imparcial das vossas consciências não empanará o brilho da justiça da nossa causa. [...]

Estamos acusados por abuso de liberdade de exprimir o pensamento por meio da Imprensa: é, pois, a Imprensa o objeto transcendente desta acusação: o poder é o nosso crime. Sim estamos acusados porque usamos de uma garantia da nossa Constituição (S4. Art. 179): tal é a sorte dos homens livres, que se atrevem a debelar o poder com as armas da verdade. (ABREU E LIMA, 1836)

Após o Raio de Júpiter Abreu e Lima só escreveu em outro jornal como redator em 1848 no *Diário Novo* e depois no seu jornal *A Barca de São Pedro*, contudo, a questão da Liberdade de Imprensa, as críticas políticas, as críticas aos atores políticos continuariam presentes nos discursos de Abreu e Lima e de outros jornalistas, na verdade, como já foi mencionado, a Liberdade de Imprensa não é um assunto encerrado, temos a imprensa como arma política, conflitante, com diversos grupos em atuação, com

⁶ ABREU E LIMA. “Alocução dirigida aos senhores juízes de fato da cidade de Niterói pelos redatores do Raio de Júpiter por ocasião do juízo intentado contra vários números deste periódico.” Niterói, 1836.

⁷ “Processo do Raio de Júpiter”. *O Sete d’Abril*. Rio de Janeiro, Ed. 338, 16 de abril de 1836, p.4.

diferentes interesses, opiniões, visões de mundo, conceitos sendo inventados e reinventados, disputas políticas, e vemos até hoje a questão da liberdade ser ponderada.

Documentação:

Periódicos

Academia Nacional de La História Caracas (Venezuela)

Correo Del Orinoco 1818- 1821. Paris: Desclée de Brouwer,1939.

Instituto Abreu e Lima – Acervo Digital

A Torre de Babel. Rio de Janeiro, 1833.

A Arca de Noé. Rio de Janeiro, 1833.

A Barca de São Pedro. Recife, 1848.

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

O Diário Novo. Recife, 1842-48.

O Sete d’Abril. Rio de Janeiro, 1836.

Biblioteca Nacional – Obras Raras

O Raio de Júpiter. Niterói, 1836.

Referências bibliográficas:

BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e Construção Nacional na Imprensa Fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.) *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro:DPGA: Faperj, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GUERRA, François Xavier. “Voces del Pueblo: redes de comunicación y Orígenes de la opinión pública em el mundo hispánico (1808- 1814)”. *Revista de Indias*, Madrid, 2002, v.62, n. 225.

KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos e história social*. In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Puc- Rio, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

LUSTOSA, Isabel. “O debate sobre os direitos do cidadão na imprensa da independência.”. IN: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

MOREL, Marco. “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: Metamorfoses da imprensa periódica no Brasil”. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. (org.) *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 153-184.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: A Cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.

Vozes Femininas: reflexões sobre a participação da mulher na imprensa e na esfera pública na década de 1930.

Vívian Marcello Ferreira Caetano

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

No início do século XX, as transformações que afetaram a sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro, com o crescimento urbano, o aumento da população e de suas camadas médias, melhoria no nível de instrução, entre outras modificações, refletiram-se na modernização da imprensa. Surgiu então a grande imprensa, com maiores tiragens, sustentadas pela publicidade. Intensificou-se o hábito de leitura de jornais e revistas. As revistas ilustradas foram crescendo e se fortalecendo no cenário de modernização do período. Defendemos a ideia de que, o moderno e o tradicional caminhavam juntos, e que os valores patriarcais oriundos ainda do período colonial se mantiveram presentes na construção da modernidade durante o período da República, principalmente no que se refere aos direitos da família e da mulher, ao mesmo tempo em que as mulheres ocupavam cada vez mais os espaços públicos e atuavam profissionalmente. O projeto modernizador e civilizador da classe dominante desejava o progresso material e social, ou seja, mudar a cidade e a pessoas, introduzindo mudanças e assegurando, ao mesmo tempo, a manutenção da ordem patriarcal, capitalista e católica. Portanto, as mudanças ocorridas geravam nas mulheres uma expectativa do futuro e do novo que as impulsionavam a lutar e conquistar direitos, mas que ao mesmo tempo coexistiam com tradicionalismo imposto pela sociedade que limitavam as mesmas em alguns espaços e pensamentos.

Neste artigo daremos destaque para a revista *O Malho*, pois durante o levantamento das colunas femininas feitas, foi possível encontrar no ano de 1932, duas vozes femininas que nos chamaram atenção. Para compreendermos o papel de *O Malho* neste debate, antes é preciso saber um pouco mais sobre ele, em que contexto foi criado e qual sua função na sociedade carioca. Este foi fundado pelo jornalista Luís Bartolomeu de Souza e Silva e Crispim do Amaral caricaturista francês e a sede ficava no Rio de

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Janeiro. O periódico circulou de 20 de setembro de 1902 a janeiro de 1954. Até o ano de 1939 ele era semanal e custava 200 réis e tinha 30 páginas, mas a partir de 1940 ocorreram mudanças editoriais e na diretoria, e com a entrada de Antônio Azeredo de Souza e Silva e Oswaldo de Souza e Silva, a revista se tornou mensal custando 3 cruzeiros em todo o Brasil, e tinha entre 40 e 50 páginas. A revista apresentava um caráter crítico e satírico, repleto de caricaturas políticas produzidas por Raul, K.Lixto e J. Carlos¹. Segundo Mônica Pimenta Velloso, *O Malho* “misturava crônicas, músicas, caricaturas, teatro, charadas, reclames, fotografia, modas e esportes” (VELLOSO, 2010, p. 88), mas o grande alvo eram os assuntos políticos com irreverência. *O Malho* surge com uma proposta de revista ilustrada crítica e humorística, voltada para o público alvo masculino, já que assuntos políticos não eram assuntos considerados do “universo feminino”. Além disto, eles expunham uma visão de sociedade a ser aceita pela classe dominante que consumia o seu produto. Segundo Susan K Besse, a classe dominante era composta por “inprofissionais liberais, burocratas, pequenos empresários, comerciantes e empregados de escritório” (BESSE, 1999, p. 15) juntamente com os grandes proprietários de terras. Portanto, o objetivo da revista e deste grupo de intelectuais eram de ampliar seu público leitor. *O Malho* era uma revista escrita por homens, logo a modernidade carioca tinha gênero e era masculino. Assim, nos interessa analisar a representação do feminino e as possíveis conquistas de espaço nela feitas por mulheres que fugiam do padrão estabelecido do mesmo, ou não, mas que, de alguma forma alterou as relações de gênero e poder determinadas no período.

Ao fazer este levantamento e analisar as colunas, encontramos em 1932, uma revista feminina num enunciado de um concurso que elegeria a “Maior poetisa brasileira” (com participações e votações de intelectuais homens). Na lista feita pela revista de 250 poetisas. Todas concorrendo a um prêmio que seria entregue pela revista *O Malho* e por Iveta Ribeiro, diretora da revista *Brasil Feminino*, esta que queremos analisar:

(...) Comunico que será promovido uma grande festa de glorificação á grande poetisa brasileira Gilka Machado, unicamente como elemento feminino intelectual, social e artístico”. “Essa magna homenagem á Gilka deverá ter um

¹Raul (pseudônimo de Raul Pederneiras), K.Lixto (pseudônimo de Calixto Pereira) e J. Carlos (pseudônimo de José Carlos de Brito e Cunha) nacionalizaram a arte da caricatura no Brasil, além de serem verdadeiramente as maiores referências do desenho satírico no limiar do século XX.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

caracter grandioso digno de sua personalidade, e será absolutamente independente do resultado do concurso dessa revista, muito embora tenhamos determinado aguardar-lhe o resultado final, para marcar-se a data da nossa festa, visto haver possibilidades de ser ella a eleita da mentalidade masculina tão sabiamente selecionada pelo “O Malho”.²

No trecho, destacamos a fala da revista *O Malho* sobre a possibilidade de Gilka Machado (Rio de Janeiro, 1893-1980) ganhar o concurso, antes do mesmo terminar, isso acontece devido a colocação da mesma em primeiro lugar em várias edições da revista e ao final da votação ela se manteve nessa posição com sua obra “Cristais Partidos”. Antes de entendermos sobre a revista de Iveta Ribeiro (nosso primeiro achado), precisamos dar destaque a Gilka Machado, que segundo Angélica Soares foi a primeira poetisa brasileira a publicar versos eróticos, abrindo espaços contra o paradigma masculino dominante, através da criação literária (SOARES, 1999, p. 93). Ao longo dos anos diferentes mecanismos de dominação masculina foram construídos, e um deles, foi juntamente com a religiosidade cristã, a união da sexualidade feminina à procriação e reservando para a mulher uma função exclusivamente materna, retendo-a no espaço privado. Essa realidade foi escrita por Gilka Machado em seu primeiro livro:

Ser mulher, vir à luz trazendo a alma talhada para os gozos da vida: a liberdade e o amor; tentar da glória a etérea e altívola escalada, na eterna aspiração de um sonho superior... Ser mulher, desejar outra alma pura e alada para poder, com ela, o infinito transpor; sentir a vida triste, insípida, isolada, buscar um companheiro e encontrar um senhor... Ser mulher, calcular todo o infinito curto para a larga expansão do desejado surto, no ascenso espiritual aos perfeitos ideais... Ser mulher, e oh! Atroz, tantálica tristeza! Ficar na vida qual uma águia inerte, presa nos pesados grilhões dos preceitos sociais!
(MACHADO, 1992, p. 56)

Neste texto é possível perceber um paradoxo entre o desejo de liberdade da mulher e a prisão que lhe oferece a sociedade machista; entre a busca de um complemento no “companheiro” e o encontro do incompleto, na figura de “um Senhor” (dono ou proprietário), ligado ao amor romântico que destacamos anteriormente (principalmente na mensagem do “infinito”), os seus versos trazem uma crítica social fruto da ambiguidade de seu tempo. Essa obra teve seus primeiros versos dedicados ao parnasiano

² “Qual a maior das poetisas brasileiras?”. *O Malho*. Anno XXXII, n.1.571, 28 de Janeiro de 1933.

Olavo Bilac, que teria se oferecido para prefaciar o livro, mas a autora não aceitou, pois "queria adentrar na carreira literária sozinha, sem ajuda de homem nenhum" (OLIVEIRA, 1999, p. 252). Por ser mulher e escrever textos com cunho sensual, sexual, e criticar ações machistas como no trecho anterior, Gilka enfrentou duras críticas e pré-julgamentos sobre as suas obras e principalmente sobre sua pessoa. Os críticos não consideravam o conteúdo de suas obras um resultado de sua imaginação/criação ou crítica válida, mas sim da vida promíscua que levava. As mulheres precisavam se policiar naquilo que escreviam, como já eram acostumadas na forma de se comportar na sociedade, para manter uma imagem de "mulher de família", caso contrário, seriam vistas de forma repulsiva e tratadas de forma opressiva. Porém, mesmo enfrentando diversas críticas, Gilka Machado venceu o concurso da "Maior poetisa brasileira" e recebeu como reconhecimento, além da grande festa promovida por Iveta Ribeiro. Para enriquecer ainda mais o debate, encontramos a informação que Gilka Machado era negra, e que tentava esconder a sua cor a fim de conseguir espaço nas revistas. Com o título de maior poetisa do Brasil, a revista anunciava a vencedora do concurso com essa foto, e nela Gilka aparece branca. Na obra de Jamyle Hassan Rkain é enfatizado que "ela se entregou ao branqueamento estético, através de maquiagens, mostrando como a autora tentou se encaixar aos padrões para que não fosse mais humilhada. Consolidam-se, assim, situações de sexismo e racismo encaradas pela poeta" (RKAIN, 2016, p. 13).

Para Rkain o branqueamento foi uma pressão cultural exercida por uma hegemonia branca, para que o negro negasse a si mesmo, no corpo e na mente, como uma espécie de situação para se integrar na "nova" ordem social. Gilka tentava esconder sua cor (sua identidade) para conseguir publicar seus versos. Quando não mais conseguia esconder, os críticos do período começaram a desqualificar suas poesias eróticas devido não só ao seu gênero como destacamos acima, mas também a sua raça. Afinal, como já enfatizado anteriormente, estamos analisando uma sociedade pós abolicionista com princípios morais baseados nos valores cristãos, conservadores, patriarcais e racistas. Podemos destacar como exemplo, Humberto de Campos³, que em sua obra "*Diário Secreto*" a acusa de ser a responsável por fazer com que as garotas da sociedade carioca

³ Jornalista, crítico, contista e memorialista (1886-1934), nasceu em Miritiba, no Maranhão.

se perdessem com “seus versos cheios de sensualidade animal” (CAMPOS, 1954, p. 63), isto porque vários de seus textos é destacado a vontade/desejo feminino, isso vai de encontro à moral socialmente instituída onde o homem é sempre o sujeito do desejo, enquanto a mulher é vista como imoral ao expressar o que deseja. Outra conotação racista foi feita num comentário feito por Afrânio Peixoto⁴ a Humberto de Campos, neste mesmo livro, no qual ele se mostra indignado ao perceber que Gilka não era a mulher branca e elegante (pertencente a classe dominante) que aparecia nas fotografias em revistas:

Conta-me Afrânio Peixoto:

Você não imagina a tristeza que eu senti outro dia. Eu havia recebido de Gilka Machado pedido de um enxerto de obra minha, ou um trecho inédito, para uma antologia que ela estava organizando. E davam-me o endereço. Como era aqui perto da Câmara, na Rua da Misericórdia, e eu tivesse a carta no bolso, resolvi entregar pessoalmente, isto é, a um criado, a pessoa que me aparecesse. Subi uma escadinha suja e escura e dei, no segundo andar, com uma porta fechando um corredor escuro. Bati e apareceu-me uma mulatinha escura, de chinelos, num vestido caseiro. Perguntei se era ali que morava D. Gilka Machado.

- Sim, senhor; sou eu mesma - respondeu-me a mulatinha. O doutor faça o favor de entrar...

Afrânio continua:

- Não entrei. Entreguei a carta, desculpando-me e sai... Mas "seu" Humberto, que tristeza! Eu não conhecia a Gilka, senão de retrato: moça branca, vistosa... E fiquei penalizado de vê-la naquela alfurja, onde tudo respirava pobreza e quase miséria. (CAMPOS, 1954, p. 50)

Neste trecho podemos observar uma descrição de pena e frustração pela qual Afrânio relata ao encontrar Gilka, deixando evidente o seu racismo ao chama-la de “mulatinha”, devido a cor da sua pele não branca e com relação a sua condição social ou origem familiar em “tudo respirava pobreza e quase miséria”, que nos revela as várias barreiras que ela teve que enfrentar, além da discriminação de gênero e raça, também havia a de classe. Angela Davis em sua obra em que analisa as mulheres negras na sociedade norte americana pós abolição da escravatura, destaca a continuidade e manutenção da hipersexualização delas e da colocação das mesmas no mercado de trabalho, constantemente como domésticas. Davis deixa claro que esta relação entre mulher negra sensual, pobre e doméstica é reafirmada nos países que sofreram com a escravidão, logo, esta visão esteve presente também no Brasil: (...) A definição tautológica

⁴ Escritor, médico legista e professor, romancista, ensaísta e literário (1876-1947), nasceu na cidade de Lençóis, na Bahia.

de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista” (DAVIS, 2016, p. 101 e 102).

Portanto, Gilka estava ocupando um lugar de fala que não seguia a determinação racista, patriarcal e conservadora da sociedade brasileira. Ela fugia do estereótipo de mulher da classe dominante, branca e moralista cristã que os conservadores queriam manter durante o século XX. E é justamente ela que vence o concurso de *O Malho* que representa o feminino na literatura brasileira, uma representante importante para o processo de mudança na condição feminina na sociedade carioca, que demonstra também a ambiguidade de seu tempo, pois conquistou espaço em uma revista misógina e conservadora. Voltando para o aparecimento da revista feminina *Brasil Feminino* de Iveta Ribeiro, na revista *O Malho*, ela pertencia a classe dominante de uma família de intelectuais e estadistas (os Pereira e Sousa, que incluíam o antigo presidente da república Washington Luís Pereira e Sousa) e era casada com o teatrólogo português José Ribeiro dos Santos. Sendo que ela mesma também compunha peças teatrais ou atuava nas produções do companheiro. Assim como a importante luta e conquista de espaço da poetisa Gilka Machado, esta revista foi igualmente relevante, pois o que havíamos encontrado e estávamos analisando até então, eram somente colunas/seções dentro das três revistas de maiores circulações.

A revista *Brasil Feminino* surgiu em 1932 e foi até 1937 no Rio de Janeiro, custava 200 réis no Brasil, e para fora do país 320 réis e tinha entre 40 a 60 páginas e em seu logo tipo enunciava que era uma revista “Da mulher, para a mulher e pela mulher”. Os exemplares que conseguimos ter contato vão apenas de 1932 a 1934. Inspirada em sua coirmã *Portugal Feminino*, era mensal e seus principais objetivos eram difundir as mulheres na literatura nacional, no espaço público e político com valores tradicionais integralistas (este último teria sido iniciado em 1937). A AIB⁵ foi oficialmente criada no dia 7 de outubro de 1932, impulsionada por um forte sentimento nacionalista, com o lema: “Deus, Pátria e família” era considerada como sendo de extrema-direita e fascista (CHOR e CYTRYNOWICZ, 2003, p. 45). Como não tivemos acesso a fonte no ano de 1937,

⁵ A Ação Integralista Brasileira foi criada por Plínio Salgado em São Paulo por meio do Manifesto de Outubro no Teatro Municipal; tal documento ficou conhecido como “Manifesto de Outubro”.

vamos analisar este período com auxílio de bibliografias que conseguiram ter acesso a ela anteriormente. É importante enfatizar que em suas primeiras edições (1932-1934) é possível notar a importância que a diretora dava ao lugar de fala da mulher, a revista foi toda feita por mulheres e não há participação de homens. Suas seções, contos, concursos e colunas são voltadas inteiramente ao seu público alvo feminino, em que todas estas foram escritas por mulheres. Nelas notamos que a questão dos trabalhos fora de casa, tinham referências específicas, com profissões voltadas para o cuidado, como por exemplo: o magistério, a enfermagem ou a odontologia. Não havia uma coluna específica que tratasse de informar suas leitoras das questões relativas ao mercado de trabalho. Percebemos que nos primeiros anos analisados a revista já tinha um discurso conservador, moralista cristão, mas ainda não apresentava ideias integralistas em suas publicações, que segundo Leandro Pereira Gonçalves e Renata Duarte Simões, ocorre quando há uma crise financeira da revista e para solucioná-la Iveta Ribeiro “(...) declara uma posição assumidamente integralista pela revista. Há relatos no *Monitor Integralista*⁶ de uma suposta ajuda financeira para a revista no mesmo ano” (GONÇALVES, 2011, p. 215). Portanto, possivelmente sua dívida teria sido quitada por Plínio Salgado em troca de um novo direcionamento ideológico da publicação feminina.

Antes de virar militante do integralismo, Iveta Ribeiro escrevia sobre a importância do feminismo no Brasil. Isso porque após a proclamação da República, muitas mulheres passaram a reivindicar principalmente o direito de voto, as manifestações se tornaram muito maiores a partir dos anos de 1920 e 1930 com a entrada de Getúlio Vargas e o fim da República Oligárquica. Um nome importante desta luta era, a paulista Bertha Lutz⁷ que criou a Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino em 1922, que por várias vezes foi notícia na revista *Brasil Feminino*. Ela fazia parte do chamado feminismo “bem-comportado”, que segundo Célia Regina Jardim Pinto, esta foi a primeira vertente da primeira onda do feminismo no Brasil, tendo como foco a luta feminina pelos direitos políticos, através da participação eleitoral como

⁶ Revista oficial da AIB.

⁷ Líder feminista e bióloga, pioneira das lutas feministas no Brasil, nasceu em São Paulo. Completou sua educação na Europa onde tomou contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. Em 1918, em Paris, licenciou-se em ciências na Universidade Sorbonne, voltando em seguida para o Brasil, onde ingressou através do concurso público, como bióloga no Museu Nacional.

candidatas e eleitoras, em nada alterando as relações de gênero e sem mexer com a posição de poder do homem. “A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs” (PINTO, 2003, p. 15).

Não podemos perder de vista, que as mulheres envolvidas no projeto eram privilegiadas por sua etnia e camada social. Elas eram brancas, de classe média, alfabetizadas e muitas delas com acesso ao ensino superior. Esse era o perfil do movimento de mulheres no período, motivo pelo qual, seu discurso usava largamente padrões sexistas estabelecidos, equilibrando uma condição política desejável. Em 1932, ocorre a vitória política que foi o sufrágio feminino e é neste contexto de conquista de algo novo para a mulher, que surge o *Brasil Feminino*. Ao analisarmos o posicionamento de Iveta Ribeiro neste trecho na coluna de abertura de sua revista, podemos encaixá-la na primeira vertente do feminismo:

No lar ou na sociedade; na officina ou no escriptorio; nas academias ou nos cenáculos, emfim, por toda a parte onde hoje incontestavelmente, se impõem a vossa vontade e a vossa cultura fazei da nossa revista um pavilhão de espirito, de graça e de superioridade, não como órgão agressivo de um feminismo combativo e intransigente, creador de ridiculos justificados e de antipathias derrotistas, mas como luminosa e amiga demonstração de Igualdade, de Liberdade e de Fraternidade!⁸

Ela acreditava que as mulheres deveriam entrar em acordo com a sociedade, não em conflito, sendo a “companheira”, e não “inimiga” do homem, contribuindo com ele para uma sociedade melhor. Segundo Susan K. Besse, era utilizado pela imprensa justificativas científicas e morais para a reclusão feminina e ainda estratégias para colocá-las como superior ao reafirmar essas justificativas: “A estratégia utilizada era afirmar que as mulheres desfrutavam de uma posição de superioridade, que vinha de sua pureza moral e era preciso que fosse mantida isolada da corrupção da política e da ganância e ambição do mundo do trabalho” (BESSE, 1999, p. 215). Todas as afirmativas para a reclusão da mulher eram válidas em um momento de ampliação da participação feminina na vida pública. Portanto, levantamos duas hipóteses: Iveta Ribeiro por já ter uma visão

⁸ “De início”. *Brasil Feminino*. Anno I, n. 1, fevereiro de 1932.

de mulher conservadora e moralista cristã, teria aderido mais facilmente ao integralismo quando foi preciso? Ou, aderiu a essa ideologia para continuar na posição de lugar de fala feminina que já havia alcançado no período? A revista *Brasil Feminino* nos primeiros anos que tivemos acesso, colaborou para mostrar o padrão de mulher que defendia, o direito da educação e do voto feminino, mas, não da independência financeira e sexual, assim, era determinado qual espaço público poderia ser preenchido pelas mulheres, logicamente aqueles que não tirariam o espaço de poder dos homens, ao mesmo tempo tinha uma maior liberdade ao falar sobre o feminismo e as conquistas das mulheres. Quando ela afirma sua posição no Integralismo o direcionamento para o feminino muda, ainda era utilizado estratégias para continuar enfatizando a importância feminina no espaço público, mas tinha que tirar o direcionamento a favor do feminismo, mesmo sendo ele “bem-comportado”. Isto porque, segundo Susan K. Besse o antifeminismo militante de Plínio Salgado era explícito: “Salgado afirmou que, uma vez que a solução do problema da mulher não fora descoberto pela ciência, era necessário regressar ao ponto de partida: a moral religiosa. Insistia que a moralidade católica era o único caminho para elevação, libertação e glória das mulheres” (BESSE, 1999, p. 218).

Para ele o feminismo representava não a libertação, mas a violação da verdadeira natureza das mulheres, seria a sua degradação e escravização, assim foram reafirmados ainda mais a manutenção dos papéis domésticos tradicionais femininos, e manutenção da separação entre as esferas masculina e feminina, evitando a competição com os homens. O Integralismo possibilitava às suas militantes sair do espaço privado e atuar no espaço público mesmo que limitado. Ou seja, os conteúdos que foram modificados são relacionados a condição feminina moldada na militância da AIB, e totalmente contra o feminismo. Antes de se afiliar a AIB, Iveta Ribeiro dava voz a várias outras mulheres da literatura feminina brasileira na revista, escreveram figuras expressivas também do feminismo desse período, como Patrícia Galvão, Adalzira Bittencourt, Henriqueta Lisboa, Bertha Luz, Rachel Prado, entre outras... Portanto, a partir da análise sobre Gilka Machado e Iveta Ribeiro percebemos que mesmo com as ideologias e projetos machistas, conservadores e cristãos (como no caso das revistas *Brasil Feminino* e *O Malho*), que determinavam um padrão do feminino ao longo do período republicano, criando várias maneiras/estratégias para controlar e manter as mulheres em condições restritas, estas

conseguiram aproveitar o momento para entrarem no espaço público, pois viam nesses novos caminhos, as possibilidades de se tornarem visíveis e adquirirem uma maior autonomia na sociedade, mesmo que seus objetivos fossem contrários a posição feminina determinada na República de esposa/mãe/dona de casa, como o caso de Gilka Machado ou a favor que reiteravam essas determinações como no caso de Iveta Ribeiro, o importante é que essas mulheres conseguiram provocar rupturas: “Os movimentos femininas são locais privilegiados de desvendamento das relações de poder que perpassam as relações de gênero, movimentos sociais não necessariamente feministas podem também cumprir esse papel.” (MACEDO, 2001, p. 36).

Ou seja, a posição dessas mulheres na rede de poderes do período, que era predominantemente masculina, já evidenciava uma condição feminina transformadora, garantindo a visibilidade pública. Afinal, mesmo com muitas continuidades, ocorreram importantes rupturas com o passado. Nesse sentido, este novo tempo que se construía tinha uma maior velocidade no transporte, na industrialização, comunicação e na estruturação de uma nova forma de governo. Essas mudanças possibilitaram diferentes grupos a buscarem alcançar seus interesses, inclusive às mulheres (com a busca de liberdade, direito de voto, divórcio, educação superior, entre outros) que anteriormente não viam expectativas de mudança. Porém, as continuidades eram consideradas importantes para a manutenção da hierarquia, do poder e da ordem que contribuiriam para se chegar ao progresso. O que se construiu no Brasil foi em grande parte uma modernidade a partir das tradições, visando manter principalmente as hierarquias sociais. A sociedade brasileira era constituída de encontros e desencontros entre “liberalismo e conservadorismo, tradição e modernidade, religião e o pensamento laico, entre outros” (PEREIRA; BARCELOS 2013, p. 295). Estes encontros “serviram (e ainda servem) de desafio para os que objetivam compreendê-la” (PEREIRA; BARCELOS 2013, p. 295). A modernização precisava encontrar limites, principalmente no que tange à divisão de papéis sexistas e à religião. Com isto, seriam mantidas as tradições enraizadas na ordem patriarcal e cristã. Porém, como vimos mesmo com toda dificuldade de definir o que era ser “feminista”, houve forte crítica ao patriarcalismo de modo que o incômodo com algumas figuras importantes neste processo transparece nesse artigo. Partindo desta ideia, torna-se relevante pensar se existem mais mulheres que escreveram no *O Malho* e que

como se posicionavam. Qual comportamento elas consideravam ideal para a mulher na modernidade? Elas reforçam os papéis sociais de gênero como fez Iveta Ribeiro? Ou mostram as mulheres como sujeitos históricos com direito de fala, como Gilka Machado? Como elas percebiam o feminismo? Nesse sentido, entendemos os escritos femininos como uma forma de resistência e luta, mesmo sendo estes lugares de fala concedidos por homens. Estas são algumas das reflexões que visamos desenvolver ao longo da pesquisa.

Referências bibliográficas:

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1919-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CAMPOS, Humberto de. *Diário Secreto*, Vol.II, 1954.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011.

KOSELLECK, Reinhart, KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tania Regina de. *Imprensa feminina: Mulher em revista*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945- 1964. Lydia da Cunha uma militante*. Tese do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001

MACHADO, Gilka. *Poesias completas*. “Cristais partidos: ser mulher” Rio de Janeiro: Léo Christiano Editoria, Ltda., 1992.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília

de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Coleção - O Brasil Republicano. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org), *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. *Cronistas do Rio: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922)*. 2012. 286f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

OLIVEIRA, Ana Paula Costa. *Poesia erótica e construção identitária: a obra de Gilka Machado*. Anuário de Literatura, Florianópolis, 1999.

PAIXÃO, Sylvia. *A fala-a-menos*. Rio de Janeiro: Numen, 1991.

PEREIRA, Aline P.; BARCELOS, Ana Paula. Tensões, Escolhas e Expectativas: Ideias Políticas e Contexto Histórico e Social a partir de Trajetórias Individuais. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: Vol. 5, número 2, maio-agosto, 2013.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

RAMOS, Alessandra da Silva. Por um feminismo bem-comportado: educação, maternidade e trabalho nas páginas da revista Brasil feminino (1932-1934). In: *XVI Encontro Estadual de História da ANPUH- SC. História e Movimentos Sociais*. Junho de 2016.

Rkain, Jamyle Hassan. Como a crítica literária influenciou na marginalização da figura de Gilka Machado. In: *XII Jornada de Iniciação Científica e VI Mostra de Iniciação Tecnológica. Universidade Presbiteriana Mackenzie*. Rio de Janeiro, 2016.

SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuações da mulher militante integralista. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

SOARES, Angélica. *A Paixão Emancipatória: vozes femininas de liberação do erotismo na poesia brasileira*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

VELLOSO, Monica Pimenta. Distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Mesa 10

**Ensino de História e
Historiografia II**

Currículo Escolar: entre teorias e práticas – reflexões preliminares

Carla Cristina da Silva Lavinás¹

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

O presente texto tem como objetivo propor reflexões acerca do fazer histórico do professor de Ensino de História, bem como de sua *prática discursiva*² e porque não dizer, prática discursiva pedagógica, pois, como nos aponta a professora Helenice Rocha, “(...), *os elementos do passado se fazem presentes na sala de aula por meio do olhar interessado do professor sobre os produtores culturais que tratam do passado, direta ou indiretamente, e que estão disponíveis no mundo social à sua volta* (ROCHA, 2014, 33-52).

Para continuar o desenvolvimento de tais reflexões e, se possível dar oportunidade a novas reflexões, trazemos as prerrogativas de Michel de Certeau (CERTEAU, 2010, 9-13 e 65-106) e Peter Burke (BURKE, 1992, 7-37 e 327-348) a respeito da Escrita da História. Certeau nos diz que essa escrita está relacionada ao seu lugar de produção, pois *toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural* (CERTEAU, 2010, 66). Assim, conforme o autor, o historiador/ pesquisador/professor de Ensino de História, analisam o acontecimento de acordo com suas escolhas e escrevem, ou seja, narram sobre o mesmo acontecimento a partir de suas percepções de mundo, pois são o que são e, parte do que são, estará presente em suas produções historiográficas. Numa frase, de acordo com José Assunção de Barros, Michel de Certeau considera que a *história é um discurso que emerge de uma prática e de um lugar institucional e social*. (REIS, 2003, 170).

¹ Mestranda de Historiografia e Ensino de História: Linha de Pesquisa que integra o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História Social da Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (PPGHS/FFP/UERJ/São Gonçalo); sendo orientada pelo professor Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

² Prática discursiva tal como nos aponta Francisco Falcon: “*o historiador deve estar atento à história como escrita e como prática discursiva.*” p.74, In: FALCON, F. e MALERBA, J. (orgs.) *Representações: contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000, p.41-79.

Em tempo, ainda podemos salientar a percepção de Certeau em relação às várias formas de discursos: o literário, o lógico e o histórico (historiador). O mesmo autor enfatiza que o *discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro* (verificável e atestado cientificamente), *mas sob a forma de narração* (CERTEAU, 100-101). Assim, como nos aponta Certeau, uma das maneiras de validar o saber produzido na forma de operação historiográfica seria através da citação conferindo, também, credibilidade a esse saber.

Nestas prerrogativas, Peter Burke, sobretudo no capítulo denominado *Renascimento da Narrativa*, diz que seu objetivo vincula dois debates sobre a narrativa histórica³: o primeiro gira em torno de que os pesquisadores/pensadores que afirmam que *os historiadores deveriam considerar as estruturas mais seriamente que os acontecimentos*; já o segundo gira em torno daqueles *que continuam a acreditar que a função do historiador é contar uma história* (BURKE, 1992, 330).

Neste íterim, percebemos que o autor nos indica que o tema principal do capítulo em questão (*Renascimento da Narrativa*) seria *um novo tipo de narrativa que, por sua vez, poderia melhor que as antigas, fazer frente às demandas dos historiadores estruturais, ao mesmo tempo em que apresenta um sentido melhor do fluxo do tempo do que em geral o fazem em suas análises* (BURKE, 1992, 338). Então, Burke defende uma forma de *regeneração da narrativa* e não *como o mero renascimento da narrativa*, como nos aponta Lawrence Stone (STONE, 1991, *passim*), pois para Peter Burke a narrativa nunca esteve morta e, assim, não precisa renascer. Para além dessa argumentação, Burke ainda desafia os historiadores/ pesquisadores/ professores de Ensino de História a tentarem recriar formas de narrativas, em suas operações historiográficas (BURKE, 1992, 348), de modo que essas narrativas se situem na intersecção, no centro, entre a Narrativa e a Estrutura.

Após essas discussões, sobretudo, em relação à Escrita da História como operação historiográfica e também como elemento fundamental da/para a narrativa histórica no exercício da profissão do pesquisador/ professor de Ensino de História,

³ Conforme Jacques Revel, em breves palavras – sem reduzir a sua complexidade e relevância-, narrativa histórica seria uma espécie de alternativa para se opor ao realismo e cientificismo da história social francesa do século XX. (REVEL, Jacques (Org.). *Microanálise e construção do social*. In: *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. RJ: FGV, 1998, *passim*).

trazemos as considerações de Carlo Ginzburg (GINZBURG, 2009, 143-179) quando desafia os mesmos pesquisadores, no exercício de seu ofício, serem capazes de fazer história considerando o rigor científico sem perder, contudo, as virtudes de uma escrita clara e cativante. Como um texto escrito é, geralmente, o produto final de qualquer produção histórica, então, tal texto escrito, como produto final, se refere à narrativa histórica; nessa direção, a seguir, iremos continuar nossas reflexões aprofundando um pouco mais sobre a narrativa histórica/o discurso histórico avançando para o discurso pedagógico.

A respeito de a narrativa poder ser considerada como narrativa histórica, Carmen Teresa Gabriel (ANHORN, 2012, 187-210) nos diz que a reelaboração didática do conhecimento histórico não pressupõe, em nenhum momento, descaracterizá-lo ou “abrir mão” de sua cientificidade. Ao estabelecer um canal de comunicação com o conceito de “transposição didática”, de Yves Chevallard, a autora insiste que é possível pensar os sentidos de cientificidade que perpassam o campo da História e como eles podem ser didatizados, tendo em vista que refletir sobre a cientificidade na História hoje é lançar mão de duas categorias fundamentais para o conhecimento histórico: temporalidade e narrativa.

Completando essa ideia, ainda no texto de Carmem Teresa Gabriel, a autora cita as assertivas de Paul Ricoeur, sobretudo no que se refere *a possibilidade de pensar a narrativa como uma estrutura temporal* que, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao *conhecimento histórico*. Assim, para Ricoeur *o tempo torna-se tempo humano na medida em que ele é articulado na forma narrativa; em contrapartida, a narrativa é significativa na medida em que delineia os traços da experiência temporal* (RICOEUR, 2010, 352-408).

Desta forma, o historiador mesmo “criando” os acontecimentos, está sempre se baseando nas fontes para construir seu trabalho, com o cuidado de limitar a sua narrativa às possibilidades que o documento lhe oferece. Esse rigor científico concede a narrativa a categoria de narrativa histórica e, como nos aponta Certeau, permite que o discurso tenha um conteúdo verificável e cientificamente atestado empiricamente, na forma de narrativa. Logo, podemos inferir que, a narrativa histórica, tratada por Revel e, podemos dizer aprofundada por Ricoeur – na lógica de discurso histórico-, está instituindo certa

inteligibilidade à realidade sem, no entanto, representar essa realidade. Numa frase: *o discurso histórico seria uma narrativa organizada sobre algo (verdadeiro ou falso), submetido a procedimentos interpretativos, valorizando e destacando o sujeito pelo qual a análise é promovida* (BENVENISTE apud GONÇALVES, 2018)⁴.

Diante do exposto, ainda sobre discurso histórico, o professor Manoel Luiz Salgado Guimarães salienta que o pesquisador/ professor de história deve, entre outras coisas, estar atento a inter-relacionar a Escrita da História e o Ensino de História de modo a construir um conhecimento histórico pedagógico, principalmente na sua prática em sala de aula, pois

pensar o ensino de história implica necessariamente, segundo meu juízo articular escrita e ensino como parte da produção do conhecimento histórico e se as demandas contemporâneas pelo ensino da história fundam-se a partir de outros contextos, importa, contudo, considerar a tradição retórica (...) e sua reatualização, de importância central para constituir um sentido 'pedagógico' para a história (GUIMARÃES, 2009, 37-41).

De acordo com Jacques Revel, *a narrativa é uma escolha* (REVEL, 2010, 231), assim, nosso discurso, na forma de narrativa, se volta para o discurso pedagógico (BERNSTEIN, 1996, *passim*) que emerge, outrora, com o sociólogo britânico Basil Bernstein e, recentemente, trabalhado por outros autores, tais como os brasileiros Ana Maria F. da Costa Monteiro, Fernando de Araújo Penna, Carmem Teresa Gabriel, Helenice Rocha, etc.

Nestes pensamentos, podemos nos perguntar: o que seria esse discurso pedagógico? Para Bernstein esse discurso está diretamente centrado no *que é* transmitido como conhecimento educacional e implica na correlação de dois discursos: *discurso instrucional e discurso regulador*. O primeiro refere-se aos *conhecimentos mais específicos (o que e o como transmiti-los)*; já o segundo, possui um caráter *ideológico*, podendo representar o discurso dominante (*discurso moral e de transmissão de valores, identidades*) e *determinante na ordem interna do discurso da instrução e também na ordem social* (BERNSTEIN apud MAINARDES e STREMEL, 2010, 31-54).

⁴ GONÇALVES, M. *Sobre o Giro Linguístico*. Aula ministrada no dia 11 de abril de 2018, na Faculdade de Formação de Professores/ UERJ, São Gonçalo. Também podemos citar, entre outros autores: BENVENISTE, E. *Da subjetividade na linguagem*. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, 284-293.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Na chave dessa discussão a respeito de discurso pedagógico, principalmente no que se refere aos discursos instrucional e regulador, podemos entender que o currículo pode, dependendo da análise, estabelecer relações com ambos os discursos. Uma vez considerando o currículo como *construção social e política cultural* (THIESEN e OLIVEIRA, 2015, 24-25), possivelmente fosse melhor, compreendê-lo como forma de *conhecimento especializado no intuito* de desenvolvermos (como professores e estudiosos dos currículos) currículos mais adequados às realidades escolares visando *ampliar as oportunidades de aprendizado* (YOUNG, 2014, 197). Portanto, talvez poderíamos confinar o uso da palavra “currículo” às atividades planejadas ou que resultem de alguma intencionalidade por parte dos professores e planejadores, tratando esses outros tipos de aprendizagem como resultados ocultos ou subprodutos do currículo, e não como parte do próprio currículo.

Deste modo, de acordo com Antônio Moreira e Vera Candau (MOREIRA e CANDAU, 2007, 18), no âmbito escolar, podemos citar três tipos de currículo: currículo real; currículo oculto; currículo prescrito. Assim,

a) *Currículo Real* é o que realmente acontece no ambiente de sala de aula, no exercício do dia-a-dia da maneira como os profissionais da educação enfrentam as dificuldades materiais dentro da sala de aula. Podemos dizer que, é a partir dos elementos do currículo real que o professor vai criar um perfil para cada aluno, levando sua experiência e, com base no [mesmo] currículo, que o professor faz acontecer e alcança seus objetivos dentro de sala de aula; b) Já o *Currículo Oculto*: São atitudes e valores transmitidos pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Sendo que fazem parte do currículo oculto, relações e hierarquia, rituais, praticas regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola (A maneira que a escola incentiva à criança a chamar os professores (as). A maneira como arrumar as carteiras na sala de aula, etc.); c) E *Currículo Prescrito*: é aquele que define seus próprios conteúdos, que obedecem as determinações que procedem do fato de ser um objeto regulado por estancias políticas e administrativas Podemos citar que currículo prescrito é um currículo igual para todos, elaborado para que o professor simplesmente pegue pronto, execute como foi elaborado [grifo nosso] (MOREIRA e CANDAU, 2007, 18).

Após apontar os três tipos de currículo, iremos continuar nossas reflexões acerca do currículo. Para Tomaz Tadeu da Silva, o currículo pode ser interpretado como discurso que, *ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos (...)*, desta maneira, o currículo, por ser socialmente construído – tal como

mencionado anteriormente, e é constituído de múltiplas narrativas que podem ser explícitas ou implícitas, pois também *corporificam noções particulares de conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, ou seja, sobre os diferentes grupos sociais* (SILVA, 1995, 195).

Nesta configuração, podemos nos debruçar sobre a questão de currículo como campo de disputas. Então, currículo como campo de disputa é um assunto debatido há tempos, tendo emergência dessa discussão no âmbito internacional por volta dos anos de 1970 e, no Brasil, aproximadamente por volta dos anos de 1980. Esse campo revelou-se como uma das bases para a análise das relações de poder que envolvem os currículos.

Desta forma, podemos destacar as argumentações de Miguel Arroyo, ao mencionar que o *currículo não é somente um território de disputas teóricas voltadas para o interior das instituições educacionais*, ele também o é para além dessas instituições, especialmente, no que se referem aos *saberes do trabalho docente* que disputam uma posição nos currículos, assim como em relação aos professores e alunos que reivindicam *seus direitos de terem vez* nos currículos não apenas como *ensinantes e aprendizes* dos conhecimentos dos currículos, mas exigem ser reconhecidos como *sujeitos de experiências sociais e de saberes* que requerem ter vez no *território dos currículos*. (ARROYO, 2011, *passim*).

A partir dessa breve reflexão em torno dos pensamentos de Miguel Arroyo, pretendemos nos direcionar para a ideia de currículo como experiência tal como nos indica M. Grillo,

mesmo quem nunca trabalhou em gabinetes, em programações, mas na sala de aula tão somente, tem uma profunda experiência com currículo (ainda que inconsciente), pois é o professor na prática da docência, quem o operacionaliza. O currículo se concretiza no cotidiano da sala de aula e ainda quem nunca foi professor, e é aluno, tem uma grande experiência de currículo, pois o vivencia em sua plenitude (GRILLO, 1998, 11).

Ainda na chave da reflexão sobre experiência, trazemos também as proposições de E. P. Thompson e Hannah Arendt numa tentativa de pensar tal conceito na perspectiva do ambiente escolar. Thompson aponta que a educação deve enfatizar a experiência para com o outro, a partir do outro, de maneira que não se “abra mão” da experiência do outro para refletir seus conceitos; partindo para a ideia de que a experiência está intimamente

interligada com a alteridade. Em sua concepção, a educação é, portanto, perpassada pela *experiência*, pois é impossível analisar a vida por parcelas, pois ela é complexa e dinâmica (GRILLO, 1998, 11).

Concordando e completando Thompson, Hannah Arendt menciona que o problema da educação no mundo moderno está no fato de sua natureza não poder “abrir mão” da autoridade e da tradição em um mundo onde sua estruturação não passa pela autoridade e tampouco é coeso pela tradição,

(...) esse modelo infantil de autoridade está fundado numa superioridade puramente temporal o que, portanto, o torna autocontraditório se aplicado a relações que, por natureza, não são temporais, como é o caso das relações entre governantes e governados. Assim, a natureza desta questão – quer dizer, tanto da presente crise de autoridade como do nosso pensamento político tradicional – implica que a perda de autoridade que se desencadeou na esfera política não alastre para a esfera privada (ARENDDT, 2000, 245).

A autora ainda diz que, a escola tem um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem das crianças que chegam até ela, essencialmente no que tange em auxiliá-las em perceber o mundo como ele é, e não simplesmente ensiná-las a viver no mundo, pois ele, o mundo, sempre será mais velho que elas: compreender o presente pelo passado, não simplesmente devotar a aprendizagem a eventos passados descontextualizando-a do tempo presente, para tanto, a experiência - tanto individual quanto coletiva -, deverá ser a base para esse processo:

Evitemos os mal-entendidos: penso que o conservadorismo, tomado enquanto conservação, faz parte da essência mesma da atividade educativa cuja tarefa é sempre acarinhar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o antigo, o antigo contra o novo (ARENDDT, 2000, 246).

Neste ensejo, como profissionais da área pedagógica e da pesquisa em História, devemos estar cientes que, *para o educador, este aspecto é especialmente difícil uma vez que é a ele que compete estabelecer a mediação entre o antigo e o novo, razão pela qual a sua profissão exige de si um extraordinário respeito pelo passado* (ARENDDT, 2000, 248).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Posto isto, podemos voltar nossa atenção para a questão relacionada à Teoria do Currículo (como parte integrante da Base Nacional Comum Curricular – BNCC brasileira, principalmente a primeira e segunda versões) e a Experiência (como prática pedagógica do professor de História) fazendo um esforço, mesmo que preliminar, de abordar tais temas verticalizando com alguns conceitos abordados neste trabalho sob a chave de análise do Currículo como Discurso de História Ensinada.

A BNCC constitui uma pauta fundamental para o Ensino de História, por propor a noção de isonomia, ao padronizar os conteúdos necessários para cada ano da educação, mas, ao mesmo tempo, significa um mecanismo para uma “educação bancária”, observada e criticada por Paulo Freire (FREIRE, 1974, *passim*). Esse projeto de precarização da educação analisado por Paulo Freire, na qual o capital financeiro e o interesse de grupos hegemônicos encontram mais uma forma de expressão, é extremamente preocupante, pois coloca em jogo a possibilidade de pensar criticamente os segmentos sociais negligenciados pelo “fazer histórico”.

Cotejar as informações das versões da Base, em especial as da primeira e segunda propostas da BNCC – por estarem totalmente finalizadas -, se faz necessário devido à modificação do seu conteúdo de uma versão para outra, após as críticas computadas durante a consulta pública, que classificou a primeira versão como “brasilocêntrica”, por dar mais ênfase em questões da História da África e das Américas, do que para a Europeia, contudo, o faremos num momento oportuno.

Após essas breves colocações sobre a Base Nacional Comum Curricular, principalmente em relação à primeira e segunda versões, trazemos as palavras do professor Manoel Salgado, pois compreendemos que os professores devem pensar, *portanto, a relação entre ensino e história e as demandas que estão na base de um projeto que veio a se tornar comum para as sociedades modernas: a necessidade de ensinar história e torná-la parte obrigatória de um currículo* (GUIMARÃES, 2009, 36-37).

Sob as prerrogativas apresentadas até aqui, vale apresentar as análises que os autores, sobretudo, Ana Maria Monteiro e Fernando Penna - entre outros -, realizam sobre os saberes docentes mobilizados no processo de ensino, e em particular, sobre a

contribuição do conceito de *conteúdo pedagogizado*⁵ de Shulman, para se pensar esse processo e, poder refletir, preliminarmente, sobre questões que envolvem o currículo. Dessa forma, tal categoria engloba os seguintes processos: *compreensão, transformação, instrução, avaliação e reflexão* (SHULMAN apud MONTEIRO e PENNA, 2011, 191-211).

Nesta perspectiva, sem a pretensão de sinalizarmos para qualquer conclusão sobre os pontos elencados neste texto, procuraremos, ao final deste, somente pontuar algumas questões que entendemos como relevantes, para o momento, no contexto do estudo sobre a Teoria do Currículo e sua integralidade no âmbito das versões da BNCC, a prática pedagógica como um campo de múltiplas experiências e as distâncias existentes entre esse campo e o campo da teoria histórica.

Ana Monteiro e o Fernando Penna abordam os argumentos do autor Schulman em relação ao conceito de *conteúdo pedagogizado*, fazendo menção aos cuidados que o professor deve ter na hora de elaborar sua aula, tendo em vista que tal docente deve buscar diversas interações com outras práticas de saberes docentes para tornar o Ensino de História atrativo. Nessa direção, Helenice Rocha descreve que os saberes docentes estão atualmente se interligando com as novas formas de tecnologia, além de estarem imbricadas na Escrita da História tal como é enfatizado pelo professor/pesquisador Manoel Salgado.

Contudo, todos esses argumentos passam pelas narrativas históricas e teorias históricas, uma vez que, o Ensino de História questiona os métodos/técnicas que advém da academia e a própria academia questiona que os saberes docentes estão se perdendo no tempo, pois na realidade atual, infelizmente, é comum que aqueles que teorizam sobre educação, especialmente sobre a educação básica, em sua maioria, não sejam os mesmos que vivenciam as práticas no ambiente escolar, o que aumenta a distância entre a teoria e a prática.

Nesse caminho reflexivo, sabemos que o currículo é um campo de disputas e, como elemento integrador da Base Nacional Comum Curricular (brasileira) – do currículo

⁵ Numa frase, *conteúdo pedagogizado* implica uma visão do conhecimento para além do domínio específico da disciplina, ampliando o foco para a dimensão do mesmo no que diz respeito ao ensino no ambiente escolar. (SHULMAN apud MONTEIRO, Ana Maria F. da Costa e PENNA, Fernando de Araújo. *Ensino de História: saberes em lugar de fronteira*. Educ. Real., Porto Alegre, v.36, n.1, p.191-211, jan./abr., 2011).

oficial, podemos questionar, no contexto de acesso formal de todos ao mesmo ensino, a relação que os distintos grupos sociais estabelecem com a escola e com o conhecimento que é por ela oferecido. Como estudiosos e praticantes do *conteúdo pedagogizado* precisamos buscar meios que possibilitem a concessão de uma igualdade de oportunidades de acesso ao sistema, sem a pretensão de ser suficiente, para o sucesso na obtenção do privilégio cultural que a escola pretende fornecer a todos os sujeitos sem distinção.

Referências bibliográficas

Documentação

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. 1ª Versão Revista. Abril 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio> - Acessado em: 25 de julho de 2018.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. 2ª Versão Revista. Abril 2016. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio> - Acessado em: 02 de julho de 2018.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Proposta Preliminar. Ministério da Educação. 3ª Versão Revista. dez 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77960-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017df&Itemid=30192 - Acessado em: 02 de julho de 2018.

Bibliografia

ANHORN, Carmem Teresa Gabriel. *Teoria da História e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur*. IN: Revista Brasileira de História, SP, vol. 32, nº 64. 2012, p.187-210.

ARENDRT, Hannah. *A Crise na Educação*. In: *Entre passado e o futuro*. SP: Perspectiva, 2000, p.245.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Vozes: Petrópolis, 1996.

- _____. Apud MAINARDES, Jefferson e STREMEL, Silvana. “*A Teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as Pesquisas sobre Políticas Educacionais e Curriculares*”. Revista Teias v. 11, n. 22, p. 31-54, maio/agosto 2010.
- BURKE, P. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. SP: Ed. UNESP, 1992, p. 7-37/327-348.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 5ª Edição, RJ: Forense-Universitária, 2010, p.9-13/65-106.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. RJ: Paz e Terra 1974.
- FALCON, Francisco e MALERBA, J. (orgs.) *Representações: contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p.41-79.
- GONÇALVES, Márcia. *Sobre o Giro Linguístico*. Aula ministrada no dia 11 de abril de 2018, na Faculdade de Formação de Professores/ UERJ, São Gonçalo. Também podemos citar, entre outros autores: BENVENISTE, Emile. *Da subjetividade na linguagem*. In: *Problemas de Linguística Geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, 284-293.
- GRILLO, M. et al. *Construção social do currículo*. In: *Ensino, revisão crítica*. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1998, p.11.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos*. In: ROCHA, Helenice et al (orgs.) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. RJ: FGV, 2009, p.37-41.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. Trad.: Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 143-179.
- MAINARDES, J. e STREMEL, S. *A Teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as Pesquisas sobre Políticas Educacionais e Curriculares*. Revista Teias v. 11, n. 22, p. 31-54, maio/agosto 2010.
- MONTEIRO, Ana Maria F. da Costa e PENNA, Fernando de Araújo. *Ensino de História: saberes em lugar de fronteira*. Educ. Real, Porto Alegre, v.36, n.1, p.191-211, jan/abr., 2011.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p.18. (Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf> - Acesso em 19 julho de 2018).

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade temporalidade e verdade*. RJ: Ed. FGV, 2003. p.170.

REVEL, Jacques (Org.). *Microanálise e construção do social*. In: *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. RJ: FGV, 1998.

REVEL, Jacques. *Recursos narrativos e conhecimento histórico*. In: *História e Historiografia. Exercícios críticos*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2010, p.231.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. SP: WMF Martins Fontes, 2010. p.352-408.

ROCHA, Helenice. *A presença do passado na aula de História*. In: Rocha, Helenice; Magalhães, Marcelo; Ribeiro, Jaime; Ciambarella, Alessandra (Org.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. RJ: Ed. FGV, 2014, v.1, p.33-52.

SILVA, T. T. *Currículo e identidade social: territórios contestados*. In: Tomaz Tadeu da Silva. (Org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 1995, v. 1, p. 195.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

THIESEN, Juarez da Silva e OLIVEIRA, Marcos Antônio de. *O lugar do currículo na/da educação do campo no Brasil: aproximações e teorias curriculares*. *Revista Educação Pública*, v.21, n.45, p. 24-25, jan/abr. 2012.

THOMPSON, E. P. *Os Românticos*. In: *A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.14.

YOUNG, Michel. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa* v.44 n.151 p.197 jan./mar. 2014.

Ensinando cidadania numa escola despolitizada: as concepções pedagógicas do Movimento Escola sem Partido e suas implicações para o ensino de História

Diogo da Costa Salles

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES**

Introdução

O Movimento Escola Sem Partido (MESP) é, atualmente, o grupo conservador de maior influência nos debates educacionais. Seja através do conjunto de projetos de lei inspirados direta ou indiretamente nas propostas do movimento,¹ seja na mobilização da opinião pública pelas redes sociais, o MESP conseguiu, desde sua criação em 2004, construir uma sólida base de promoção das suas concepções pedagógicas. A principal característica das perspectivas do movimento para o ensino é o combate à dita “doutrinação ideológica” praticada por professores que usariam do seu espaço e posição dentro de sala de aula para manipular estudantes a seguirem um viés ideológico específico, tirando das famílias a prerrogativa e exclusividade de educar as crianças e os jovens.

É improvável que, dentro dos quadros intelectuais do MESP, haja alguém que receba tantas considerações pela sua importância junto ao movimento quanto o historiador e professor Nelson Lehmann da Silva. Isso pode ser facilmente constatado já nos primeiros artigos publicados pelo *site* do Escola Sem Partido e que tratavam diretamente da temática da “doutrinação ideológica”. É nesse momento em que o MESP está dando seus primeiros passos que Lehmann aparece numa posição de destaque, tendo produzido ou republicado na página <escolasempartido.org> um conjunto de textos que

¹ É possível ter uma noção do nível de estranhamento desse discurso pela quantidade de projetos de lei ligados direta ou indiretamente ao MESP e aqueles que visam censurar os debates de gênero em sala de aula. Até janeiro de 2018, foram encontradas 158 proposições que se encaixam em algumas dessas categorias. Esse levantamento pode ser encontrado no blog <<https://pesquisandoesp.wordpress.com/>>, página por Fernanda Moura (2016) para a sua dissertação de mestrado “*ESCOLA SEM PARTIDO*”: *Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História*. Atualmente ele é mantido atualizado pela autora da dissertação, por Renata Aquino Silva (PPGHS-FFP/UERJ) e por mim.

servirão como base para aquilo que o movimento tomaria como principal referência das suas pautas políticas: o combate à doutrinação ideológica.²

É levando em conta o destaque que a figura de Lehmann assume no cânone do MESP que proponho reservar às próximas páginas uma análise da produção textual desse autor para o movimento. Como boa parte das reflexões de Lehmann partem da sua posição como professor – mais especificamente, professor de História – as exposições a seguir se darão através dos campos da educação e do ensino de História.

Reivindicando a neutralidade contra a “doutrinação”.

Muitas das primeiras apropriações que o MESP fará das reflexões de Lehmann são anteriores ao próprio movimento. Esses textos em questão foram publicados no MESP no ano da criação do movimento sob os títulos “A posição do MEC”, “Ensinar X Doutrinar – vícios da educação escolar para a cidadania” e “Como se faz a doutrinação”. Antes de chegarem ao MESP, tais textos já apareciam veiculados a sites como o do Instituto Liberal de Brasília – organização em torno da qual figuras como o próprio Lehmann, Miguel Nagib e Bráulio Porto de Mattos, criadores do MESP, começaram a se conhecer antes mesmo da fundação do Escola Sem Partido (PENNA; SALLES, 2017) – e à página de um jornal universitário on-line da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro chamado “O Indivíduo”. A publicação se auto intitula como “uma fonte de informações e opiniões que não costumam ter vez na imprensa brasileira, dominada por esquerdismo, coletivismo, estatismo e relativismo”. Os três artigos de Lehmann republicados no MESP datam originalmente desse site entre maio e junho de 2002, dois anos antes da fundação do MESP.

Nesses textos, Lehmann parece mais preocupado em identificar seu objeto da “doutrinação” como um verdadeiro problema que assola a educação brasileira. Apesar da falta de referências e citações, o autor indica ter realizado um trabalho empírico que

² Acessando esses links hoje, é possível ver que o próprio MESP não disfarça e importância que Lehmann desempenhou durante sua gênese. Muitos dos textos assinados pelo autor ganharam uma dedicatória na forma de preâmbulo, com os seguintes dizeres acompanhando uma pequena foto de Lehmann: “O artigo abaixo foi escrito pelo saudoso **Prof. Nelson Lehmann da Silva**, pioneiro na luta contra a doutrinação ideológica nas escolas, grande incentivador do **EscolasemPartido.org**” (grifo do original).

apontaria para a existência desse mal. Em “A posição do MEC”, ele aponta a permissividade do Ministério da Educação a respeito de um “monopólio ideológico”, acusando que “[n]ão se observa em nosso ensino o confronto de teorias. Doutrina-se uma ‘verdade’, cada vez mais distante do mundo real”. Como comprovação dessa tendência, Lehmann mobiliza exemplos tirados de conteúdos de História para apresentar o seguinte esquema:

ALGUNS EXEMPLOS TÍPICOS DE DIRECIONAMENTO IDEOLÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA HOJE.

- A Igreja na Idade Média: acentua-se seu poder e riqueza sem apontar óbvia ação civilizadora.
- Revolução Francesa: apresentada como conquista definitiva minimizando perda de valores e excessos.
- Estados Unidos: enfoque crítico sem devida apreciação de feitos positivos, em todas as áreas.
- Capitalismo: quase sinônimo de perversão ética
- Colonialismo: exclusivamente sob prisma da exploração, sem considerar prós (quando o próprio Marx o faz)
- Cuba: exemplo positivo, sem ressalvas.
- Derrocada do Comunismo: mera descrição, sem maiores aprofundamentos.

Em “Como se faz a doutrinação”, a mesma lista é reproduzida e ainda persiste a carência de fontes. Entretanto, há um maior desenvolvimento da tese de Lehmann a respeito da “doutrinação ideológica”. Segundo ele, nos conteúdos listados haveria “certamente verdades aí contidas. Não se trata de negar aspectos negativos em episódios e instituições”. Porém,

(...) são descrições e explicações PARCIAIS. Sonegam o quadro inteiro. Não mostram o outro lado. Não formulam os prós e os contras. Decretam juízos de valor, sem dar aos acusados direito de defesa. Praticam meramente um explícito ou implícito denunciamento. Não apresentam problemas como problemas, o que seria a verdadeira educação.

Esse viés, tido por Lehmann como marxista, representaria a própria evidência da prática da “doutrinação ideológica”, algo totalmente oposto à concepção do autor sobre o papel da escola na promoção de certo tipo de ensino. Para Lehmann, ensinar deve seguir critérios a partir dos quais “[o] educando será exposto a opções e alternativas diversas de ver o mundo e nele atuar. Não haverá monopólio de informações, de imprensa, de partidos, de opiniões, de textos escolares”. É “dever da escola” ensinar certos valores universais que permitam aos indivíduos conviver em sociedade.

Essas considerações terão profunda influência na organização teórica e ideológica do “Escola Sem Partido”. Lehmann deixa explícita a defesa de um modelo de pautado na neutralidade do espaço escolar e nos saberes lá mobilizados. Mais significativo ainda, em “Ensinar x Doutrinar” o autor aprofunda as explicações sobre o modelo de ensino escolar que defende em contraposição ao ensino doutrinário e ideológico que a “esquerda” teria injetado no sistema escolar:

Nossa proposta é de que uma formação democrática, pluralista, tolerante e respeitosa frente a outras opiniões é possível e é dever da escola. Não só será o jovem exposto a diferentes argumentos e representantes de diferentes ideologias, como passará por um treinamento prático de participação em grêmios e associações na própria escola. Aprenderá a respeitar adversários, a competir e a perder, a argumentar e a ouvir, a dialogar, a eleger e ser eleito.

Lehmann reivindica uma concepção pedagógica que valorize pressupostos como democracia, pluralismo, cidadania e liberdade. Para ele,

[a]prender tais conceitos, desprovidos de cargas negativas ou positivas, levará o jovem a um pensamento mais objetivo e realista, desarmado, capaz de convivência em sociedade. Em etapa posterior, é claro, haverão de introduzir-se conceitos éticos, onde se avaliam e julgam instituições e pessoas. Mas nunca e desde o princípio ater-se exclusivamente ao conflitivo, caindo no fácil esquema maniqueísta de apontar bodes-expiatórios e excitar ânimos denunciastas. É possível uma educação política não tendenciosa, ou não doutrinária.

Contestando as possibilidades de uma educação neutra

Tais propostas tornam necessárias colocar em questão qual é a perspectiva de política que Lehmann e, conseqüentemente, o MESP entendem como adequada para ser promovida pelas escolas. Autores como o filósofo da educação Gert Biesta apresentam contribuições críticas importantes para propostas como as dos trechos acima. O cerne das discussões de Biesta está no questionamento das noções sobre educação escolar que pensam aquilo que é aprendido e ensinado na escola exclusivamente como uma forma de definir competências e mensurar desempenhos.

Ao mesmo tempo em que divide os caminhos e funções que a educação pode ter em três domínios – qualificação (“aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e

disposições”); socialização (“os meios através dos quais (...) nos tornamos parte de tradições estabelecidas e maneiras de fazer e ser”); e “subjativação” (*subjectification*), que vem da ideia de sujeito, subjetividade (BIESTA, 2016, p. 4) – Biesta aponta que muitos projetos educacionais que se sustentam na plataforma de defesa de uma boa educação não consideram o conjunto dessas dimensões, priorizando uma em detrimento da outra. Um exemplo bem objetivo disso são as concepções tecnicistas de ensino, que pensam a escola como um mero instrumento para a formação voltada ao mercado de trabalho. Nesse modelo de escola, o objetivo é promover a habilitação de indivíduos nos saberes mínimos necessários para sua formação enquanto mão de obra. O foco é exclusivo na função da qualificação enquanto se cria a falsa impressão de que as demais dimensões podem ser ignoradas (BIESTA, 2012).

Já para Lehmann, a integração entre educação e política não se dá a partir de todas as dimensões da educação como as apontadas por Biesta, mas de uma função específica: a da socialização. Lehmann não ignora o papel da educação na promoção de valores, mais especificamente valores políticos como liberdade e democracia. No entanto, e este é o problema central, ele não considera essas categorias a partir da sua dimensão política, mas puramente do seu aspecto moral. Assim, ele consegue se manter coerente com a proposta do MESP de estabelecer uma separação entre os conteúdos que devem ser ensinados na escola e a educação moral que cabe exclusivamente à família. Desde que a escola reproduza esses valores morais sem contestá-los, ela também pode assumir a função de promovê-los.

Isso fica claro ao se retornar para a sua lista de exemplos de práticas de “doutrinação ideológica” no ensino de História. Por que o autor considera que uma abordagem exclusivamente crítica sobre temas como capitalismo, Estados Unidos, colonialismo e a Igreja durante a Idade Média teriam um viés ideológico inaceitável? Por que a exigência de que essas abordagens sejam plurais e isentas? Porque, para Lehmann, a discussão não são os aspectos teóricos ou metodológicos das aulas de História e sim a dimensão moral que o trabalho com certos tópicos evoca. Qualquer questionamento presente no trabalho dessas temáticas precisa necessariamente estar acompanhado pela reprodução do senso comum que as mantem como hegemônicas. Por exemplo, se são apresentados argumentos que criticam o capitalismo, também é preciso dar argumentos

que façam apologia a ele. No entanto, até que ponto uma reflexão crítica é possível sem a autonomia necessária para que ela se sustente por si mesmo? Há aí a perpetuação de uma lógica de poder onde a contestação deve sempre vir acompanhada da exaltação. A neutralidade e isenção que Lehmann e o MESP propõe não promove o choque e transformação de ideias, mas a simples anulação do processo reflexivo. Comprometer professores e estudantes a um pluralismo compulsório serve somente em favor da manutenção do sistema de forças que faz certas ideias já estabelecidas como normas predominarem sobre outras relegadas ao lugar de críticas permissíveis. Do ponto de vista de Lehmann, o capitalismo, os Estados Unidos, o colonialismo e a Igreja medieval, vistos como exemplos de modelos civilizatórios para a construção do mundo ocidental, converte-os em princípios morais que devem ser, senão explicitamente defendidos, ao menos indiretamente garantidos.

É esse tipo de perspectiva sobre noções como a de formação cidadão que Biesta critica. Para ele, a dimensão da socialização predomina nessas concepções pedagógicas que relacionam educação e política porque elas atuam “principalmente nos termos da reprodução de uma ordem sócio-política já existente e da adaptação de indivíduos dentro dessa ordem” (BIESTA, 2011, p. 86).

Biesta chamaria a concepção pedagógica defendida por Lehmann e pelo MESP como o de uma educação “forte, segura e previsível”, desprovida de riscos. Uma perspectiva que, invariavelmente, está fadada a anular a própria educação. Essas abordagens tendem a ignorar a variedade de matizes que o processo de ensino-aprendizagem comporta, pois muitas delas escapam do controle institucional ou mercadológico que certas lógicas defendem. Assim, Biesta afirma que a educação sempre envolve riscos. Esse risco não é tido como algo negativo ou ruim, mas como algo belo, porque “educação não se trata de encher um balde, mas de acender uma fogueira” (BIESTA, 2016, p. 1). Por isso, a educação é fraca. Fraca no sentido em que ela não deve ser convertida numa “máquina perfeitamente operacional” - ainda que isso seja possível por um alto preço - porque isso viraria a educação contra ela mesma (BIESTA, 2016, p. x); porque isso anularia toda a chance de risco. Parte dessa ideia de “belo risco” está no fato de que estudantes não são “objetos a serem moldados e disciplinados, mas sujeitos de ação e responsabilidade” (BIESTA, 2016, p. 1). A educação deve ter uma “orientação

em direção à liberdade e independência daqueles que estão sendo educados” (BIESTA, 2016, p. 2). É esse aspecto que engloba a dimensão da subjetivação, por exemplo.

A estratégia de Lehmann e do MESP vem sendo criar uma concepção pedagógica que não somente se diferencia de perspectivas que valorizam a função da subjetivação, mas que antagonizam totalmente com elas. Nesse momento, levar a discussão para o âmbito do ensino de História é central pois a maneira como Lehmann constrói essas articulações desde os primeiros momentos de vida do “Escola Sem Partido” é através de uma proposta de didática da História.

Um ponto que gostaria de ressaltar é como Lehmann converte uma proposta de narrativa histórica como uma didática da História adequada para ser trabalhada nas escolas por ser neutra, objetiva e isenta. Como ele afirma em “A doutrinação ideológica nas escolas”, o objetivo seria constituir uma consciência nacional estável e harmônica: “A disciplina da História transmitirá sentimentos patrióticos, sem etnocentrismos ou xenofobias.”

Uso o termo narrativas no sentido atribuído por Gabriel e Monteiro (2014), ou seja, como “sinônimo de discurso, que expressam subjetividades produzidas e produções de subjetividades” (p. 25). O conceito de narrativa histórica representa, assim, um “elemento constitutivo do discurso historiográfico, mediador entre a História (vívda) e a produção de um saber para a construção de sentido no mundo” (p. 34). Essa definição coloca em questão justamente a proposta de ensino de História defendida por Lehmann. A harmonia que ele almeja não é possível tendo em vista que ensinar e aprender História é um processo promovido por sujeitos inseridos, cada um à sua maneira, numa certa temporalidade e constantemente tendo que lidar com as consequências disso.

Isso não significa que se deva desconsiderar a dimensão de socialização que o ensino de História tem potencial para cumprir, especialmente no que diz respeito à narrativa histórica enquanto conhecimento científico. Esse tipo de conhecimento deve ser mobilizado com rigor e de acordo com certos critérios epistemológicos, inclusive o da objetividade. Porém, o registro da objetividade irá necessariamente operar “marcado pela incompletude, compensad[o] pela mediação da subjetividade”, pois “[o] historiador não pode se permitir apenas contar uma história, ele se vê na obrigação de autenticar sua narrativa” (GABRIEL, 2012, p. 193).

Tomando a proposta de Lehmann em conta, é de se questionar se “pátria” é um significante que engloba da forma idealizada que ele define grupos sociais minoritários e vulneráveis. Se esse discurso histórico e escolar é marcado por subjetividades tão complexas, então como a promessa de uma educação neutra pode ser cumprida?

Esse é o ponto. Ela não pode. Porém, é justamente silenciando a respeito dessa impossibilidade que Lehmann e o próprio MESP evitam encarar a contradição.

Autoras como Gabriel (2015) indicam potenciais caminhos para evidenciar tais paradoxos. Em especial quando se considera as possibilidades abertas pela noção de ensino de História como lugar de fronteira entre os campos da educação e da História (PENNA; MONTEIRO, 2011). Subsiste aqui uma brecha interessante para se redefinir qual é o papel do conhecimento histórico dentro do espaço da escola.

Para Lehmann, fica claro que o papel desses conhecimentos é a formação para cidadania, mas uma cidadania ideal, que não se manifesta em conjunto com a vida escolar e sim exteriormente a ela. Ainda em “A doutrinação ideológica nas escolas”, e apesar de muita reciclagem das ideias já apresentadas nos seus primeiros artigos, há algumas novidades importantes, como uma definição mais completa para o que Lehmann entende por “educação para a cidadania”:

O que uma honesta formação para a cidadania deveria propor, deveria ser muito mais positivo. Valorizar a responsabilidade individual, estimular o espírito empreendedor, a inventividade, a inovação, o assumir riscos, ter objetivos autônomos, providenciar o próprio futuro. Saber confiar em si mesmo para assim construir uma sociedade de confiança.

Lehmann trata a relação entre educação e os valores morais que defende como uma associação forte e unívoca. Rompê-la representaria uma sentença de morte para a sociedade que comporta tais valores. Como ele estabelece em “Educar x Ensinar”, a prioridade dada à discussão sobre educação se dá porque, para ele, o ensino é tido como principal fonte para o desenvolvimento dos princípios que fundam a civilização: “A distinção / oposição ... [entre ensinar e doutrinar] corresponde à distinção entre Ciência e Ideologia, ou entre Democracia e Totalitarismo”. Enquanto a doutrinação agiria pelo campo da ideologia, das ideias falsas, com o objetivo de manipular e subverter, privando

os indivíduos da sua liberdade e cidadania, a verdadeira educação serviria para consolidar uma sociedade baseada nesses valores naturais.

Ao naturalizá-la como o único modelo de moralidade possível, Lehmann trata a educação escolar para a cidadania como uma ferramenta para formar e instruir indivíduos dentro desse arcabouço moral. O que ele defende de fato é uma formação democrática e cidadã que se dê em somente em termos técnicos, ou seja, que transmita aos indivíduos os conteúdos mínimos necessários para que eles possam ingressar na vida em sociedade, deixando ao encargo de seus méritos e recursos as ações que seguirão a partir daí. Cruzar essa fronteira do conhecimento técnico é traduzido como parcialidade, oportunismo e maniqueísmo, logo, significa incorrer em “doutrinação ideológica”.

Conclusão

No que diz respeito ao campo do ensino de História, as propostas de Gabriel fornecem um contraponto crítico a Lehmann. Na perspectiva da autora, o conhecimento produzido e os saberes mobilizados em salas de aula de História não assumem um simples caráter intermediário, funcionando como etapas até que a autonomia política dos estudantes possa ser exercida fora da escola. Gabriel se guia pela premissa de que as narrativas mobilizadas a partir da didática da História já contam com essa autonomia tanto política quanto epistemológica. Associando os conceitos de cultura escolar e cultura histórica e integrando-os no sistema discursivo da cultura histórica escolar, a autora considera que, se por um lado a cultura histórica coloca a questão das formas de se interpretar o tempo como “um possível fechamento provisório do que seria história e conhecimento histórico” e a cultura escolar “se apresenta potente para pensar e definir as coisas de escola” (GABRIEL, 2015, pp. 91-92); por outro, a cultura histórica escolar permite observar que a escola e o conhecimento histórico nela ensinado tem um lugar dentro das relações culturais que orientam e informam os indivíduos. Os saberes produzidos e compartilhados por professores e estudantes nas salas de aula de História tem critérios que lhes dão forma e definem seus conteúdos.

Considerar que o ensino de História é marcado por relações e dinâmicas inseridas na lógica de cultura histórica escolar implica que a educação não pode seguir os termos

do discurso da neutralidade. No nível da cultura histórica, é preciso entender o ensino de História como uma das formas com que a consciência histórica se materializa (SACHEZ-COSTA, 2013). Assim, o ensino de História também tem um papel na consolidação da consciência histórica, que aborda os valores morais e o raciocínio moral, ou seja, as formas como indivíduos interagem entre si e com o mundo ao seu redor (RUSEN, 2013). Pensar que o monopólio sobre a disseminação desses valores cabe somente à família, à igreja ou ao mercado é desconsiderar que a dimensão política da própria vida em sociedade.

No nível da cultura escolar, o que se observa é que a escola não pode se colocar como simples reprodutora das normas e prerrogativas sociais já estabelecidas, pois ela é um espaço de socialização e fomenta relações de convívio dos mais variados tipos. Os espaços e os tempos escolares constituem discursos que permitem “a interiorização de comportamentos e de representações sociais” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 20). Tais relações podem ser questionadas ou simplesmente reproduzidas. Criticar a noção de educação neutra significa apontar que esse discurso não representa uma alternativa ideal que conduz à verdadeira isenção do Estado no que diz respeito às relações de poder que permeiam o convívio social. Seja pelo matiz da classe, raça, gênero, sexualidade ou religião, essas relações são marcadas por opressões e violências que, sendo construídos em tramas históricas, precisam ser contestados em termos históricos.

Documentação:

ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação. [S.l.], 2014-2017. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/>>. Acesso em: 18/04/2017.

INSTITUTO LIBERAL. Brasília, 2002-2008. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20080704080338/http://www.bsb.netium.com.br/inst.liberal/>>. Acesso em: 18/04/2017.

O INDIVÍDUO. “O que é O Indivíduo”. [S.l.], 2001. Disponível em <<https://web-beta.archive.org/web/20041016142039/http://www.oindividuo.com:80/oquee.htm>>.

Acesso em 15/04/2017

SILVA, Nelson Lehmann da. “A doutrinação continua”. Escola sem Partido. Disponível em

<<https://web.archive.org/web/20091001094942/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,246,sid,1,ch>>. Acesso em 13/04/2017.

_____. “A doutrinação ideológica nas escolas”. Escola sem Partido. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20040929043602/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,26,sid,1,ch>>. Acesso em 13/04/2017

_____. “A posição do MEC – doutrinação nas escolas”. Escola sem Partido. Disponível em <<https://web-beta.archive.org/web/20041018205951/http://oindividuo.com:80/convidado/lehmann3.htm>>. Acesso em 13/04/2017.

_____. “Como se faz a doutrinação”. Escola sem partido. Disponível em <<https://web-beta.archive.org/web/20041018204929/http://oindividuo.com:80/convidado/lehmann1.htm>>. Acesso em 13/04/2017.

_____. “Ensinar X Doutrinar – vícios da educação escolar para a cidadania”. Escola sem Partido. Disponível em <<https://web-beta.archive.org/web/20041018205246/http://oindividuo.com:80/convidado/lehmann2.htm>>. Acesso em 13/04/2017.

_____. “Escola sem partido?” Escola sem Partido. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20050122201133/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,58,sid,1,ch>>. Acesso em 13/04/2017.

Referências bibliográficas:

BIESTA, Gert. Boa educação na era da mensuração. *Cadernos de Pesquisa*, v.42 n.147 p.808-825 set./dez. 2012

_____. *Learning democracy in school in society – education, lifelong learning and the politics of citizenship*. Berlim: Springer Science+Business Media, 2011.

_____. *The beautiful risk of education*. New York: Routledge, 2016.

FARIA FILHO, Luciano de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n° 14

GABRIEL, Carmen Teresa. Cultura histórica nas tramas da didatização da cultura escolar. In: ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015

_____. Teoria da História, Didática da História e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur. *Revista Brasileira de História*, vol. 32, no 64, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In.: MONTEIRO, Ana Maria et al. *Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: MauadX: Faperj, 2014.

_____; PENNA, Fernando. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. *Educ. Real*. Porto Alegre, v.36, n.1, jan/abr, 2011.

MOURA, Fernanda Pereira de. “*Escola Sem Partido*”: relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

PENNA, Fernando; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, Altemar da Costa; LEAL, Tito Barros (orgs). *Arquivos, documentos e ensino de História – desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2017.

RUSEN, Jorn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org). *Jorn Rusen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, pp. 51-77

SANCHEZ-COSTA, Fernando. La fragua de la identidad: memoria, consciencia historica y cultura historica. In: PALOS, Joan-Lluís e SÁNCHEZ-COSTA, Fernando (Org). *A vueltas con el pasado*. Historia, memoria y vida. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2013, pp. 185-211

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. O pensamento conservador e suas relações com as práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. *Revista Teias*, v. 17, n. 47, out.-dez., 2016.

Memórias familiares em/sobre tempos sombrios: a ditadura militar à luz das experiências pedagógicas no ensino da história

Leandro Rosetti de Almeida

**Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista FAPERJ**

A narrativa sempre foi parte do discurso histórico, pelo menos até a metade do século XX, tendo se configurado em modalidade ideal de discurso nos dois séculos que antecederam essa virada de perspectiva. Em que consistia a narrativa, afinal? Lawrence Stone explica que:

A narrativa aqui designa a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub---tramas. A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica, e seu enfoque central diz respeito ao homem, e não às circunstâncias (STONE, 1991).

Se Tucídides tinha como tema de sua narrativa a Guerra do Peloponeso, ou se a de Troia era a tema da de Homero, a partir da chamada “história nova”, a narrativa adquiriu um sentido negativo para a história. Depreciada, coube servir ao campo da literatura, rejeitada pela ciência histórica, que a esta altura estava mais empenhada em afirmar-se diante das demais ciências – sociais, exatas, jurídicas, biológicas – buscando um padrão de investigação do processo histórico que investisse nos problemas sociais e na complexidade da economia do que, propriamente, numa história encerrada em personagens individuais ou enredos limitados no tempo e no espaço. A preocupação com os recursos estilísticos e estéticos, característicos da escrita narrativa, eram vistos como aparatos de menor valor diante das disputas pelo saber científico. Por outro lado, a narrativa pressupõe um certo alinhamento cronológico contra o qual uma maioria de historiadores estava bastante disposta a lutar contra, posto que este alinhamento refletia o modo positivista de lidar com o tempo e os fatos, oriundo da Escola Metódica, o que se cria haver superado.

Além disso, naquela época, os historiadores se encontravam sob a forte influência tanto da ideologia marxista, quanto da metodologia das ciências sociais. Por decorrência, estavam interessados em sociedades, e não em indivíduos, e confiavam que se poderia chegar a uma "a história científica" que, com o tempo, criaria leis generalizadas para explicar a transformação histórica (STONE, 1991).

O historiador Lawrence Stone salienta que todo o referencial no campo científico característico das aspirações da modernidade – de Ranke ao modelo marxista, do estruturalismo à história quantitativa – produziu inúmeras e valiosas contribuições para a historiografia. Porém, nenhum deles logrou êxito em solucionar em definitivo os dilemas e os problemas enfrentados pela história. Segundo Stone, “supunham que finalmente se apresentariam soluções inflexíveis para questões até o momento tão desconcertantes, como as causas das ‘grandes revoluções’”, considerando os desenvolvimentos intelectuais, culturais e religiosos como meros arranhões na estrutura social. A alta expectativa de que a história tivesse os seus próprios meios, seus próprios métodos, seus próprios esquemas, confrontou-se, com frequência, com a frustração decorrente dos limites dados por abordagens que se amparavam em sistemas lógicos e ordenados demais.

Entretanto, a crise identitária dos estudos historiográficos foi acompanhada de uma aproximação da ciência histórica com outras disciplinas, em especial a antropologia e a linguística. Este encontro foi fundamental para que a disciplina se libertasse da busca de autoafirmação enquanto ciência a partir de métodos autóctones de investigação. Com isso, referenciais de outros campos do conhecimento possibilitaram à história a descoberta das sensibilidades, das emoções, dos comportamentos, das subjetividades. Deste encontro nasceu a possibilidade de abertura para a psicologia dos sujeitos históricos, para a história cultural, para a micro-história e para o entendimento da linguagem enquanto chave do conhecimento histórico, mas, mais que isto, enquanto chave da própria condição humana. Ou, como sustenta Émile Benveniste, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p.286). O que entra no jogo da história – e que também estava em transformação nas demais ciências sociais, é preciso dizer – é uma reformulação da forma de olhar para si e para o mundo, uma reestruturação da dialética entre o “eu” e o “nós”,

ou entre o indivíduo e a sociedade. Não há como negar que o estreitamento com a antropologia esteve intimamente ligado a esta maneira de entender o mundo e a si mesmo, sujeito e objeto, pesquisador e fonte, presente e passado. Se “eu” existo porque me comunico com “tu” ou com “nós”, então a comunicação não é acessório, senão a condição mesma para que “eu” exista, para que “eles” existam.

O despertar pelo interesse e o reconhecimento da linguagem como categoria essencial da condição humana e, portanto, inerente ao processo de investigação histórica ficou conhecido como giro linguístico. O termo compreende, em sentido estrito, as teorias segundo as quais os problemas filosóficos podem ser resolvidos ou elucidados através de uma melhor compreensão da linguagem que os anuncia. Em sentido lato, o termo se refere ao fato de que o nosso conhecimento de mundo não é factual, mas linguístico em seu caráter.

Os historiadores que incorporaram os debates sobre o giro linguístico à escrita da história argumentavam que a linguagem não era somente uma modalidade de comunicação, mas a própria possibilidade de conhecimento histórico. (...) Isso significa (...) que os fatos sociais de uma sociedade devem ser decifrados por referência ao seu código linguístico, um código composto de uma estrutura de significados, cuja relação entre eles é arbitrária (...). (AVELAR; GONÇALVES, 2016, p.63-64)

Os efeitos da incorporação dos debates sobre o giro linguístico propiciaram aos historiadores a percepção da natureza contingente, histórica e condicionada de seus relatos, assim como anunciaram a dimensão ficcional da narrativa histórica. Não se trata – como se fez supor quando das primeiras críticas aos estudos de Hayden White – de transformar a história em ficção. Trata-se de reconhecer que existe uma propriedade ficcional na narrativa histórica – posto que é narrativa – e, ao mesmo tempo, compreender que a dimensão narrativa da história é inseparável da aprendizagem da disciplina em si e de sua cientificidade.

A cientificidade da história atrelada ao papel da narrativa e, portanto, da linguagem, tem sido objeto de estudo de Jörn Rüsen, em diálogo com a vasta produção de Paul Ricoeur no campo da narratividade. Em *Razão Histórica* (RÜSEN, 2010), o historiador alemão sustenta que o retorno da narrativa à história só foi possível na medida em que ela obteve o reconhecimento de uma função dentro do pensamento histórico. Assim, tornou-se fundamental que ela fosse legitimada cientificamente enquanto uma operação

mental de constituição de sentido (RÜSEN, 2010, p.154). A legitimação da narrativa histórica enquanto categoria de sentido obedeceria quatro critérios: a *percepção* da contingência e da diferença no tempo; a *interpretação* daquilo que foi percebido através do processo de articulação narrativa; a *orientação* da vida prática, resultante dos modelos de interpretação produzidos na etapa anterior; e a *motivação* do agir dos sujeitos que protagonizam uma determinada experiência narrativa. (RÜSEN, 2010, p.155-156).

Os estudos de Jörn Rüsen apontam para a importância da atribuição de sentido à história por parte dos sujeitos que a interpretam por meio da articulação narrativa. A ideia de sentido, que indubitavelmente está atrelada à vida prática desses sujeitos, é chave para a lida dos estudos históricos com a questão das sensibilidades, das emoções, dos afetos e, portanto, das subjetividades. Na trilha aberta pelos debates sobre o giro linguístico, Beatriz Sarlo desenvolve o conceito de “guinada subjetiva”, “utilizando-o como chave problematizadora do nosso gosto atual pela ‘reivindicação de uma dimensão subjetiva’ e pela ‘revalorização da primeira pessoa como ponte de vista’, com o foco na ‘identidade dos sujeitos’ em lugar das ‘estruturas’, manifestas na expansão da história oral e do testemunho” (AVELAR; GONÇALVES, 2016, p.70). Reconhecendo a importância e a legitimidade dos testemunhos, a autora considera igualmente importante a ponderação em relação aos excessos de subjetividade, alertando para o risco de facilmente se associar a verdade de alguém tão somente por sua memória pessoal.

Ou seja, se a memória é aliada da história, esta aliança não é feita senão com as rivalidades inerentes à posição que ocupam enquanto irmãs uma da outra. Beatriz Sarlo, nas palavras de Alexandre Avelar e Marcia Gonçalves, atentando para a concorrência entre história e memória, alerta para o “perigo de um subjetivismo de marcas individualistas, que pouco se debruça sobre a complexidade histórica das experiências traumáticas de muitos, e para o esquecimento teórico de que toda subjetividade (...) é histórica e relacional”.

A concorrência entre memória e história marca no tempo presente o debate sobre a autoridade sobre o passado. Se a história entende que seu papel está atrelado a uma dimensão pública relativa a uma audiência que a mobiliza para construir narrativas sobre o tempo, tanto quanto mobiliza a memória, há de se considerar que é seu papel se dedicar à investigação sobre como este público tem (sido) afetado (pelas) águas temporais que banham o tempo presente. O ensino de história é uma das muitas frentes de investigação que a história,

atualmente, tem mobilizado, diante do desafio de equilibrar-se com a memória na tarefa de dar conta da infinitude do tempo.

A sala de aula nos mares da história

Se é verdade que a historiografia – no sentido mais acadêmico dos círculos de pesquisa em história – experimentou, ao longo do século XX, reviravoltas epistemológicas, e teve como efeito desse turbilhão de experiências a redescoberta da narrativa, o ensino de história – porque não hierárquico nem inferior a esses saberes históricos academicamente estabelecidos – não ficou alheio nem imune às transformações que afetaram, naquele século, a percepção do tempo e o olhar do passado. Partido deste pressuposto, é possível considerar que a redescoberta da narrativa seja, nas salas de aula e nas aulas de história, um recurso potente para lidar com o tempo e promover sentido ao passado, partindo das questões travadas no presente. Nesse ínterim, o que propõe é justamente pensar o lugar da memória no tempo presente através do ensino da disciplina.

Da sala de aula brota um mar de angústias e dilemas, mas não apenas dali; de todos os espaços públicos, em especial as redes sociais, onde circulam diversas vozes sobre o passado, pululam as angústias que estimularam que o título deste artigo versasse sobre tempos sombrios, e não apenas sobre tempos líquidos. É certo que existe uma certa congruência entre a sombra e a liquidez do tempo presente. Se, por um lado, as primeiras décadas do século XXI promovem, na historiografia, a potencialidade das narrativas, essas mesmas décadas descobrem, nas aulas de história, o ressurgimento de discursos apologéticos e saudosistas em relação ao passado que se julgada sepultado até pouco tempo atrás. Esses discursos provocam inquietações para os historiadores desejosos de investigar esse diálogo constante entre passado e presente. Dentre os discursos que emergem nos mares do tempo presente, os que descortinam a ditadura civil-militar através do olhar de veneração e admiração tem ocupado o topo da lista das inquietações.

*A vida prática*¹, nos termos de Jörn Rüsen, tem levado historiadores a observar,

¹ Em outra tradução, provavelmente mais adequada, *práxis da vida*.

com certo cuidado, a dinâmica política, as aventuras e os aventureiros que por ela emergem, os discursos salvacionistas e messiânicos, os fundamentalismos religiosos e o apoio que os sustentam, a ascensão de discursos ultraconservadores e os aplausos que recebem, em especial, da juventude. Discursos, de qualquer modo, que reivindicam o estatuto de verdade. O caldeirão do tempo presente, na “modernidade diferente” de Lawrence Stone, lida com o passado de uma forma que soa, a princípio, como desconexa e descontínua. A admiração pela ditadura militar não encontra correspondência nas minhas expectativas em relação aos jovens que aprendem história. Que história aprendem? Que passado aprendem? Um passado que parece não mais valer soa obsoleto diante das demandas do presente por ordem, autoridade, censura, condenação, penalidade e violência.

O passado não é mais apresentado como uma cadeia de eventos ou um aglomerado de ruínas, mas como um universo de mundos possíveis agitados por várias tempestades, mundos que não são organizados hierarquicamente ou orientados de maneira unidirecional para explicar nossos próprios mundos dotados de reservas. de sentido que eles esperam que questões inovadoras sejam exploradas. (BENIGNO, 2013, tradução)²

Então, se o tempo de hoje é esse em que o passado parece não mais valer, e tudo o que importa tão somente é experimentar – até a última gota (se gota houver) – o presente, qual a necessidade da memória? A pergunta já traz consigo a resposta. A memória é o refúgio do tempo (de) hoje. Ela é a âncora no mar das coisas que se liquefazem, das coisas que somem, que desaparecem, como salienta Pierre Nora. “Fala-se tanto em memória porque ela não existe mais”, diz o autor, que completa: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7). A aceleração do tempo aumentou a distância entre a história e a memória. A história, aqui, entendida como a operação racional que as pessoas fazem quando da leitura do passado; a história como rastro. A memória, compreendida no campo do conhecimento intocado, social, sem passado, a interseção entre o tempo dos ancestrais e o tempo dos heróis. O ritmo acelerado da mudança tira o chão, a segurança, porque tudo o que se conhece pode mudar. Assim, a busca pela memória é a tentativa de estabelecer um porto seguro onde as identidades e

² Em tradução livre.

os sujeitos que as constroem possam se fundamentar. O passado, através da memória, torna-se necessário na medida em que ele se apresenta como rocha. É verdade, uma rocha meio pedra, meio lava, aquecida pelos vulcões do tempo presente, que se molda e se reconstrói a cada erupção mnemônica. Mas rocha.

Porém, a memória – uma vez distanciada da história – não deve ser entendida como oposta a esta, ou mesmo sua inimiga. Recorrer à memória dá sentido ao tempo, através das narrativas que a mobilizam. E a busca de sentido para a experiência temporal, através da narrativa, orienta os sujeitos e os motivam a agir, conforme já demonstrara Jörn Rüsen quando descrevera a constituição de sentido da narrativa histórica. Menos como rival e mais como parceira, a memória não deve ser negligenciada pelos historiadores. Ao contrário, nas narrativas que se querem enquanto verdade, e que mobilizam a memória, podem conter as lacunas, as trevas e o vazio de sentido dos quais nos advertiria Agamben (2009).

Da teoria à prática: um projeto de ensino de história em/sobre tempos sombrios

É diante da possibilidade de articular história e memória – e da riqueza que estes dois domínios sobre o tempo podem propiciar – que a imersão no ensino de história para se pensar as angústias do tempo presente ganha significado e importância. A capacidade de se recordar – e, não raro, de se esquecer – mobilizando as experiências (ou as silenciando) e trazendo-as à luz do presente (ou as escondendo) através da narrativa.

Surgiu, dessa forma, um projeto de estudo que pretende mapear esses múltiplos caminhos de lembrar e de esquecer. Em um primeiro momento, a pesquisa se dedicaria a orientar estudantes para que produzam entrevistas com seus familiares sobre o período da ditadura militar na Baixada Fluminense. A ideia da pesquisa é remanescente das inquietações e da própria pesquisa que culminou na dissertação de mestrado *Museu da Lembrança: história ensinada, narrativa e memória* (2016). A pesquisa original foi pensada a partir de entrevistas realizadas ao longo do ano de 2015 com familiares de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública na Baixada Fluminense. O estudo foi estendido para além da dissertação e, em 2017, passou a registrar novas entrevistas em suportes de áudio e vídeo. Nesta nova fase, novos depoimentos foram colhidos pelos

estudantes e doze deles foram aproveitados para este estudo atual.

São essas as primeiras entrevistas que serão mobilizadas no projeto. Elas têm revelado que esses sujeitos – familiares de estudantes secundaristas da Baixada Fluminense – são mais complexos do que binarismos simplificadores, e suas histórias de vida não podem simplesmente ser enquadradas como parte dos setores que apoiaram o regime militar, ou como parte dos setores que combateram o regime. É comum que paralelos de continuidade sejam construídos hoje, com o recurso da memória, mobilizada convenientemente – embora não necessariamente de modo consciente – para dar sentido ao tempo presente. Esses paralelos são limitados, porque admitem que passado e presente se unem por pensamentos lineares e, como tal, homogêneos. Quer dizer, se o sujeito hoje apoia uma intervenção militar, é porque no passado ou ele era militar, ou seus pais eram militares, ou teve em sua história familiar algum episódio positivo em relação ao militarismo. Ou então, se seu olhar é contrário ao regime, é porque é remanescente dos grupos de resistência à ditadura, ou teve algum familiar preso, torturado, exilado ou morto, ou foi muito aplicado nas aulas de história. Ambas as situações são ilusórias. São projeções de realidade, e não realidade. Na Baixada Fluminense do tempo presente, é possível se deparar com sujeitos absolutamente contrários ao regime militar defendendo posições socialmente conservadoras, ou sujeitos tão simpáticos às lutas de minorias sociais quanto ao retorno dos militares. Esses paradoxos sociais precisam ser entendidos na dimensão da posição subjetiva que ocupam na vida desses sujeitos.

Estudo de caso: as memórias de dona Vera

Uma coisa é a realidade, outra é a projeção de realidade. A realidade que se apresenta na Baixada Fluminense muitas vezes traz uma verdade mais sinuosa e menos coerente do que as verdades que a historiografia acadêmica e/ou escolar vem construindo sobre a ditadura militar no Brasil. Com personagens reais, as verdades se apresentam mais complexas e, não raro, contraditórias, controversas, paradoxais. E é emblemático que um dos nomes que para representa essa verdade repleta de entremeios seja a verdade de Vera Lúcia Louzada, a dona Vera. Seu nome é mais que uma provocação. Dona Vera foi uma das entrevistadas mais discutidas em sala de aula no ano de 2017.

Professora, inicia seu depoimento anunciando as dificuldades pelas quais passou na vida, marcando seu lugar de fala a partir da infância pobre e pertencente a uma classe trabalhadora. Para ela, que quase não teve contato com os militares em sua infância – senão pelo padrinho e pelo irmão, que eram militares – eles representavam o poder e a arrogância. A entrevista de Dona Vera dialoga em muitos pontos com as entrevistas anteriormente realizadas e registradas por escrito de modo limitado. A menção à carteira de trabalho como elemento crucial da juventude dos anos 1960 e 70 deve ser considerada como estruturante da narrativa histórica produzida por dona Vera e por muitos moradores da Baixada Fluminense que compartilham a abordagem policial como uma memória histórica dos anos de chumbo. O “quebra-quebra” de 1962, presente na entrevista de dona Vera, também deve ser lido como elemento estruturante da narrativa sobre a ditadura militar. Ele também aparece nas entrevistas anteriores. Embora ocorrido em 1962, ele surge pra dar sentido aos períodos de fome e de carestia trazidos à lembrança pelos entrevistados. Rompendo com a lógica da cronologia, o “quebra-quebra” se insere em um novo tempo – o tempo da lembrança – ajudando a compor o cenário que emoldura a narrativa sobre a ditadura militar, no plano da memória.

As experiências traumáticas de sua história pessoal ajudaram a entrevistada a tecer um olhar de desconfiança em relação à política, no geral, e sobre a ditadura propriamente dita, forjando sua identidade. Declaradamente contra o regime, ela não esconde seu repúdio aos atos de tortura que caracterizaram aqueles anos:

(...) eu soube, nunca assisti. Havia muita tortura, sim. As pessoas eram presas, principalmente essas quem era contra a ditadura, eram muitos soldados na rua que saíam batendo no povo. E quando prendiam, levavam pra determinados lugares. Segundo eu soube, eles molhavam as pessoas, deixavam as pessoas nuas, molhavam elas todas com água, sabe? E aplicavam choque elétrico, esticavam assim na... tipo uma cama, ali iam puxando os braços como se fosse esquartejar pra eles falarem alguma coisa que era do interesse deles. Eu nunca assisti, graças a Deus, mas já ouvi muito falar sobre isso. (transcrição)

“Eu soube, nunca assisti”. A frase representa no plano metafórico a dimensão pública da história, principalmente a história da ditadura militar. No caso da Baixada Fluminense, que não vigora nos livros didáticos como palco dos grandes confrontos com as forças do regime, a história da ditadura militar foi aprendida por diversos meios, dentre eles a própria experiência dos familiares e vizinhos que sofreram com atos de violência e

arbitrariedade, mas que – por sua posição periférica e anônima – não chegaram a se tornar ícones historiográficos da resistência contra o regime.

Com uma larga experiência enquanto mulher pobre de classe trabalhadora, dona Vera carrega a expectativa de ser uma referência na luta por igualdade e justiça. Por tudo o que testemunhou, é de se esperar que a bandeira da liberdade seja, por ela, reverenciada. Contudo, sua trajetória não é incompatível com a defesa de pautas conservadoras, e nisso o tempo presente age como um trator sobre a expectativa que se nutre sobre ela. E é especialmente por isso que a memória – mais precisamente a lembrança – não deve ser lida a partir da perspectiva da linearidade, e sim a partir das possibilidades de descontinuidade. A entrevistada defende:

(...) na época da minha infância, adolescência, havia muita censura. Por um lado, hoje, eu acho que seria ótimo que isso voltasse, sim. Porque muitas coisas não são censuradas e estão aí, os jovens de hoje fazendo coisas que não são certas, inclusive com esse negócio aí de trans, de lésbica... não tenho nada contra, mas isso aí era uma coisa escondida, que era feita entre eles lá caladinho. Hoje, não. Hoje no próprio colégio tem professores que estão instruindo os alunos minha época havia muita censura. Por outro lado eu acharia ótimo que voltasse a censura sim, e está aí os jovens de hoje aí fazendo coisas que não são certas, inclusive com esse negócio aí de trans, de lésbica... não tenho nada contra, mas isso aí era uma coisa escondida, que era feita entre eles lá caladinho. Hoje não, hoje no próprio colégio tem professores que estão instruindo os alunos a escolher o que que eles vão ser, se eles vão ser homem ou se vão ser mulher. Ora, Deus já fez homem e mulher, então cada um nasceu do jeito que Deus mandou. Nessa parte eu sou contra sim, então eu acho que tem que ter censura. (transcrição)

Dona Vera é um mar. Um mar cujas águas se formam de rios caudalosos cheios de sentido. Um dos afluentes dos rios que deságuam em dona Vera é o tempo presente, com todas as suas demandas conservadoras, com as pautas de criminalização do magistério. Águas que, em certo sentido, agem como uma espécie de maré inversa em reação a correntes progressistas que inundaram a juventude, especialmente a partir da virada do milênio, com uma certa esperança e expectativa de mundo ancoradas nas possibilidades de liberdade e igualdades sonhadas pelas utopias desde os anos 1970. Águas que encontram facilmente dona Vera, que é professora, mais do que encontrariam se ela fosse, quem sabe, arquiteta ou empregada doméstica. A dinâmica da profissão docente é cara à nossa entrevistada, e movimentos como o *Escola sem Partido*

encontraram terreno fértil para germinar, embora dona Vera não seja, propriamente, uma conservadora típica a aplaudir o regime militar e seu intervencionismo. As águas da religiosidade também formam o mar de Vera. É ela, a religiosidade, a baliza do que é permitido quanto às expectativas do gênero e da sexualidade para nossa entrevistada. Por isso, a juventude que dona Vera valoriza é a juventude resguardada de qualquer possibilidade de desvio em relação à ortodoxia divina, tanto para homens quanto para mulheres. “Não tenho nada contra”, mas a favor menos ainda. O tempo presente traz ameaças, e algumas dessas ameaças atingem a memória de dona Vera sobre a ditadura civil-militar, precisamente em relação à falta da liberdade, que passa a ser defendida mais do que a própria liberdade. Não há linearidade que dê conta das trajetórias de vida das pessoas, assim como não há linearidade que dê conta do mar de dona Vera. Seu testemunho é um pequeno extrato do desafio que se apresenta para os historiadores e as historiadoras que, partindo da tempestade discursiva do tempo presente, se lançam a (continuar a) buscar sentido no passado e na própria história, tendo a narrativa como ferramenta e, ao mesmo tempo, matéria-prima. Um desafio que, no teatro historiográfico, assume a sala de aula como o palco, e o ensino de história como o enredo principal. Em tempos sombrios, o espetáculo encenado faz as vezes da tragédia. Mas, nas palavras do poeta e compositor equilibrista, se “o *show* de todo artista tem que continuar”, o espetáculo histórico do tempo presente, embora trágico, seguirá sendo investigado por aqueles e aquelas que, não sucumbindo, ainda apostam nas utopias investidos de expectativa e esperança.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó/SC: Argos, 2009.

NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

AVELAR, A.; GONÇALVES, M. “Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI. In: MEDEIROS, B. F. et. al. (orgs.) *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. 2016. pp.57-78

BENIGNO, Francesco. “Qué es la historia hoy? Reflexiones de una transformación de una disciplina”. In: PALOS, Joan-Lluís, SÁNCHEZ-COSTA, Fernando (org). *A vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Publicacions y Edicions, 2013, pp.37-54.

BENVENISTE, Émile. “Da subjetividade na linguagem”. In: *Problemas da Linguística Geral I*. 5a ed. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 284-293.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CONAN, É., ROUSSO, H., *Vichy, un passé qui ne passe pas*, Paris, Fayard, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo, (10), dez. 1993.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2010.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

Por que ensinar história é um ato político?

Renata da Conceição Aquino da Silva

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Bolsista CAPES

“I think hard times are coming, when we will be wanting the voices of writers who can see alternatives to how we live now and can see through our fear-stricken society and its obsessive technologies to other ways of being, and even imagine some real grounds for hope. We will need writers who can remember freedom. Poets, visionaries — the realists of a larger reality.”
(Ursula K. Le Guin)

Autonomização do político e agência histórica

Chantal Mouffe (2015 [2005]) é uma teórica política contemporânea engajada na produção de uma teoria democrática que intitula “agonística”. Ela defende que os antagonismos entre diferentes grupos sociais são propriamente constitutivos daquilo que entendemos como “social” – ou seja, a sociedade se institui por meio desses antagonismos. Essa ideia pode soar contraintuitiva para a concepção hegemônica liberal do social, fundada na crença de que a reunião de todos os pontos de vista existentes resultaria numa visão harmônica e não conflitante de quaisquer questões controversas, Mouffe argumenta que tal entendimento e suas formas correlatas de entender a democracia e a política – fundadas na busca do consenso ou algo parecido – acabam em ações políticas incapazes de lidar adequadamente – isto é, de maneira democrática – com os conflitos, abrindo espaço para que eles sejam levados ao campo da moral. A autora busca comprovar sua afirmação ao longo da obra citada analisando uma série de casos onde conflitos não enfrentados na política institucional terminaram por serem disputados no âmbito da moral; no Brasil atual, assombrado pelos movimentos familistas e pelo movimento Escola Sem Partido, presumo que o argumento é facilmente compreensível.

Segundo ela, se desde o início entendêssemos a política como marcada pelo conflito seríamos mais capazes de transformar esses antagonismos em “agonismos”, isto é, disputas que podem ser feitas dentro dos marcos democráticos plurais.

A primazia do antagonismo para Mouffe vem da aposta que a autora faz no pensamento pós-fundacional sobre essas questões, qual seja: uma diferenciação entre “a política” e “o político”. Usando suas palavras:

Se quiséssemos expressar essa distinção de maneira filosófica, poderíamos dizer, recorrendo ao repertório heideggeriano, que a política se refere ao nível “ôntico”, enquanto “o político” tem a ver com o nível “ontológico”. Isso significa que o ôntico tem a ver com as diferentes práticas da política convencional, enquanto o ontológico refere-se precisamente à forma em que a sociedade é fundada. (MOUFFE, 2015, pp. 7-8)

O movimento teórico que entende “o político” de maneira autônoma, como parte de um nível “ontológico”, é algo radical na história do pensamento político, não obstante que seus primeiros passos tenham ocorrido há muito tempo (MARCHART, 2007). Ernesto Laclau explicita bem a radicalidade desse sentido de político usado aqui na seguinte afirmação:

Isso significa que todas as lutas são, por definição, políticas. Falar de uma “luta política” é, em sentido estrito, uma tautologia. Tal fato ocorre simplesmente por que o político deixou de ser uma categoria específica. Assim, não há espaço para a distinção, como no socialismo clássico, entre a luta econômica e a luta política. As lutas econômicas são tão políticas como aquelas que ocorrem no nível do Estado concebido em seu sentido limitado. O motivo disto é claro... o político é, em certo sentido, a anatomia do mundo social, pois é o momento da instituição do social. (LACLAU, 2013 [2005], p. 228)

Esse movimento é o que Oliver Marchart (2007) chamou de uma *autonomização do político*, por meio da criação da *diferença política* – a divisão entre política e o político. Esse conceito de político como algo primordial se desenvolveu em meio ao questionamento progressivo dos significados absolutos dos fundamentos, aqueles termos que clamavam unificar o social: universalismo, o homem, liberdade, etc.

Essa ideia é desenvolvida por Marchart quando o autor mobiliza o Reinhart Koselleck (1972) da história dos conceitos. No período de 1750 a 1840 quatro processos foram condições de possibilidade para as reconceitualizações que ocorreram: primeiro, uma democratização dos conceitos, na medida em que o seu campo de aplicação é

ampliado pela esfera pública nascente e pelo crescente número de leitores; segundo, uma temporalização das categorias, que destaca o caráter processual das mudanças e abre espaço para pensar em outras formas sociais possíveis; terceiro, acontece uma ideologizabilidade (traduzindo “ideologizability”, que é a tradução que o texto consultado de Marchart dá a “Ideologisierbarkeit” [2007, p. 53]), isto é, os conceitos vão se prestando cada vez mais ao seu uso ideológico nas lutas. E, por fim, uma politização dos conceitos, que “leva a uma importância crescente dos conceitos polêmicos e opostos... pelos quais crescentes setores da população são mobilizados” (Idem; tradução nossa). Após enumerar as ideias de Koselleck, Marchart conclui:

Todos esses fenômenos - tomados juntos assim como independentemente - indicam um único grande processo histórico de politização, e na última instância a contingência que se encontra na base de todos os conceitos. Não somente que o significado dos conceitos é redefinido (uma coisa que, obviamente, acontece ao longo da história), mas o fundamento supostamente estável da própria conceitualidade se desfaz. Conceitos agora são redefinidos na prática como conceitos de movimento (*Bewegungsbegriffe*). (MARCHART, 2007, p. 54) (tradução nossa)¹

O autor entende esse processo como uma progressiva tomada de consciência da sociedade de que ela não pode ser fundada inquestionavelmente sobre nenhum princípio. Estamos aqui no debate sobre fundacionismo, antifundacionismo e pós-fundacionismo. Não obstante o costume de colocar no mesmo grupo todas e todos os autores que tenham uma postura de negação ou maior problematização das análises sociais que afirmam que há um princípio definitivo que explica a sociedade, há diferenças. Os autores aqui utilizados se identificam com o pensamento pós-fundacional, qual seja, aquele que nega a existência de um fundamento final, fazendo dessa impossibilidade a questão política principal do pensar, entendendo-a como uma ampliação dos horizontes da agência humana. Esse ponto é fundamental: diferente das críticas que dizem haver um movimento “pós-moderno” que despolutiza a reflexão intelectual, o que ao menos o pós-

¹ No original: “All of these phenomena – taken together as well as independently – indicate a single large historical process of politicization, and in the final instance point at the contingency that lies at the ground of all concepts. Not only that the meaning of concepts is redefined (something which, of course, occurs throughout history), but the supposedly stable ground of conceptuality itself crumbles. Concepts are now redefined in praxe as *Bewegungsbegriffe*”.

fundacionismo faz é dar primazia ao político de forma a politizar definitivamente qualquer análise das dinâmicas sociais (LOPES, 2013). Deixando isso mais claro: a aceitação de que não há um fundamento definitivo, e o que há são ordenamentos contingentes, é o que evidencia a distinção que há entre o campo ôntico (as políticas concretas, institucionais) e o campo ontológico (impossibilidade de um fechamento definitivo, de um consenso) – e essa “diferença política” é o que nos move a entender como acontece no mundo estabilização e fixação de certos sentidos e a formação de determinadas hegemonias. Esse quadro pós-fundacional é que revitaliza e renova o pensamento político para um mundo tão consciente de seus limites.

Dentro do enquadramento de Marchart estamos falando do momento em que as próprias práticas de significação se transformam. Nesse sentido, o trabalho de Laclau e Mouffe (2015 [1985]) é um exemplar do ápice desse processo: os autores pensam o político por meio do conceito de discurso, – o entendimento de que há uma gramática básica que constitui qualquer experiência possível, porque a linguagem depois de Wittgenstein se refere a toda prática de significação e não somente a falada ou escrita, além da oposição radical a uma noção idealista de sujeito (LACLAU, 1998) – analisando a dinâmica da formação de ordens e identidades sociais por meio de uma guerra de posições disputada no âmbito das lutas hegemônicas: contendidas pela fixação de sentidos e ponderação das lógicas da equivalência e diferença, que articula as críticas ao estruturalismo à teoria política. Por exemplo, uma análise discursiva do Escola Sem Partido (ESP) dá a vê-lo como um movimento social que procura hegemonizar o sentido de “professor” como “doutrinador” e “estuprador”, através da criação de cadeias de equivalências entre esses significantes, por meio de projetos de lei, falas em audiências públicas, denunciamento virtual, dentre outras estratégias² – afinal, nenhum significante tem um sentido absoluto; o sentido de um termo é dado pelas suas articulações com outros. Na política não é diferente: ela se refere primordialmente à construção de um “nós” cuja identidade se modifica de acordo com os outros movimentos com os quais esse grupo se articula e *equivale*, assim como também se *diferencia*. Até 2011 o ESP tinha como traço definidor seu anticomunismo herdado da ditadura militar; depois do fato político criado

² Ver Penna (2018, no prelo).

pela direita cristã contra o material Escola sem Homofobia divulgado naquele ano, onde se fez parecer que havia ali uma erotização da infância e inculcação de desejos sexuais “anormais”, o ESP percebe o potencial dessa militância e se articula aos movimentos de caráter moral e religioso mais explícitos. Sua aproximação a esses grupos o colocou em uma cadeia de equivalências que fez dele parte da ofensiva fundamentalista contra a laicidade do Estado, criando uma identidade entre ele e todos os grupos sociais atraídos pelo neopentecostalismo militante e por figuras da Igreja Católica que usam de um evangelho com formas populares para atrair de volta alguns fiéis. No presente, a articulação com a figura de Jair Bolsonaro (PSL), que se construiu como externo ao *establishment*, torna o ESP um ponto nodal da cadeia de equivalências conservadora na política nacional. Isso significa dizer que “escola sem partido” tem se tornado um significante vazio que unifica uma cadeia de identidades políticas que de outra forma talvez não estivessem reunidas. Embora se apontem incoerências várias nessas articulações, como destaca Laclau (2013) a política tem uma dimensão afetiva que muitas vezes oblitera a dimensão racional. Um outro elemento da construção desse “nós” é que o que marca os limites dessa identidade é o “eles” (LACLAU E MOUFFE, 2015; MOUFFE, 2015) definido enquanto não menos que uma ameaça à sua existência. É essa gramática que se apresenta na construção da “ideologia de gênero” enquanto uma iniciativa destruidora da família cristã: a cadeia equivalencial conservadora usa a família cristã como um significante forte da sua identidade, portanto seus adversários políticos são construídos como conspiradores para dizimar essa organização familiar. No mais, o caráter anti-*establishment* que essa cadeia desenvolve, contribuição de Bolsonaro uma vez que se liga à ela, ajuda a criar um “povo”, mobilizado pela união de uma série de demandas não atendidas cuja frustração é canalizada para um combate ao inimigo construído e nomeado, mostra que a lógica dessa construção política é claramente populista nos termos que Laclau a concebe (2013)³.

³ Não cabe no recorte desse texto desenvolver uma análise do ESP pelo referencial da teoria política do discurso especialmente em sua teorização do populismo, mas me parece importante colocar essa ideia aqui para, primeiro, demonstrar o potencial heurístico do referencial para analisar questões caras aos nossos campos (a história e a educação); e, segundo, porque me parece fundamental que qualquer debate sobre o Escola Sem Partido leve em conta a posição desse movimento no conservadorismo brasileiro contemporâneo. É importante termos noção da dimensão dos problemas que enfrentamos. Essas reflexões devo ao Professores contra o Escola sem Partido como grupo de militância e de estudo.

Estamos falando da sofisticação da noção de linguagem ao ponto que suas ferramentas possibilitam entender como o político se manifesta em seus conteúdos ônticos. A curta análise acima é um exemplo disso. Não se trata de defender que “o real não existe”, que “tudo é discurso”; como Laclau e Mouffe (2015) explicitam, não se nega o concreto, mas se prioriza como esse concreto é significado e gera práticas políticas. Uma teoria política do discurso cuja categorias centrais são a “articulação” e a “hegemonia” só é possível porque admite-se que não há um fundamento, e parte-se a estudar como os fundamentos contingentes (BUTLER, 1998) se tornam hegemônicos em cada momento histórico.

Para exemplificar esse pensamento, vale citar novamente Laclau, desta vez falando sobre o “universalismo”, que já foi e continua sendo um fundamento para a sociedade e a teoria democrática:

A reformulação histórica do universalismo tem, em minha opinião, duas principais vantagens políticas sobre a versão metafísica, e estas, longe de enfraquecê-la, ajudam a reforçá-la e radicalizá-la. A primeira detém um efeito libertador: os seres humanos passam a se ver cada vez mais como os autores de seu mundo. A historicidade do ser torna-se cada vez mais visível. Se os homens pensarem que Deus ou a natureza fez o mundo tal como é, tenderão a considerar seu destino inevitável. No entanto, se o ser do mundo em que eles habitam for apenas resultado de um discurso e vocabulários contingentes que o constituem, tolerarão seu destino com menos paciência e terão maior chance de se tornar “fortes poetas políticos”. A segunda vantagem é que a percepção do caráter contingente dos valores universalistas nos fará mais conscientes dos perigos que os ameaçam e de sua possível extinção. Se acontecer de acreditarmos naqueles valores, a consciência de sua historicidade não nos fará mais indiferentes a eles; pelo contrário, nos fará cidadãos mais responsáveis, mais preparados para o engajamento em sua defesa. (LACLAU, 2011 [1996], pp. 180-181)

Concordo com Laclau e entendo que nesse trecho o autor consegue demonstrar a potência do pensamento político pós-fundacional para o pensamento histórico. A inexistência dos fundamentos reforça a consciência da contingência, um combustível forte para as lutas democráticas e para entendermos como se mobiliza um sentimento de agência histórica disponível. Sob a perspectiva da temporalidade, estamos frente a um pensamento político que incorpora em sua construção uma perspectiva aberta de futuro e que nega qualquer possibilidade de um “fim da história”. Penso que a mobilização da teoria política pós-fundacional por parte daquelas/es que pesquisam o ensino de história pode nos dar uma chave de leitura potente para entender o ofício ensino de história e suas

implicações na política e na constituição do social. O problema da democracia é o “problema da pluralidade de marcos que possibilitam a emergência de um povo”⁴ (2013, p. 44). Colocando isso nos termos do nosso objetivo com essa reflexão, o problema do ensino de história democrático é criar as condições de possibilidade para que o futuro esteja aberto a ser objetivado por demandas populares, o que significa para nós pensar uma articulação de espaço de experiências e de horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) nos “conteúdos” que incentive a criação de identidades populares e demandas democráticas.

Esfera pública como um ponto nodal para pensar o ensino de história no enquadramento democrático radical

Na seção anterior tratei como natural a relação entre um ensino de história engajado em fazer suas alunas e alunos sentirem-se agentes da história e um comprometimento democrático. Cabe agora explicar essa articulação.

Entendo que as duas coisas se conjugam na medida em que, acompanhando Laclau (2013, p. 191), penso que a ação histórica acontece por um “nós” formado a partir de uma demanda democrática. O autor não se refere a um regime democrático, porque uma demanda não precisa de um regime específico para existir, e também não se trata de um juízo de valor. Laclau fala de “democrática” no sentido descritivo de uma demanda inscrita no marco simbólico da invenção democrática conforme Claude Lefort (1991) a destaca: a Declaração dos Direitos do Homem marca o caminho sem volta da revolução igualitária, fazendo eco a Tocqueville. “Democrática” aqui significa uma demanda formulada “para o sistema por alguém que foi excluído dele – que existe uma dimensão igualitária implícita nela” e que mostra também algum tipo de “exclusão ou privação” (Idem). Toda demanda, então, que reclama por igualdade. E que tem potencial para virar

⁴ Por isso mesmo ele não entende o populismo como algo intrinsecamente negativo, dando mais uma amostra de como essa teoria trabalha com um futuro aberto a ser feito. Para o autor populismo é uma lógica política importantíssima, que na verdade se espalha para toda a política possível. Se um povo mobilizado de maneira populista seguirá um caminho democrático ou autoritário é uma questão contingente a ser decidida na luta hegemônica.

uma ação histórica, no sentido de pensar e trabalhar na transformação dessa condição de exclusão ou privação.

Nesse ponto da reflexão as discussões sobre o conceito de esfera pública são extremamente úteis para destacarmos no campo do ensino de história a complexidade envolvida nas condições políticas de um ensino de história significativo. Isso assim me parece por dois motivos: não obstante os autores e autoras que utilizo destacarem repetidamente o valor do *político*, em seus textos quando se descreve um caso histórico de uma luta ainda assim o conceito usado é o de esfera pública⁵, – que não recebeu muita atenção depois de *Hegemonia e estratégia socialista* (2015 [1985]) – o que me soa como demonstração da força do conceito; segundo, ele ajuda a localizar o que está em jogo ao se falar de um ensino de história democrático – embora não seja somente nós professores dessa disciplina sob ataque – por meio do debate acumulado na teoria política sobre ele. Vou tentar mostrar, então, o poder heurístico que há quando se faz uma afirmação relativamente simples: na medida em que esfera pública é o momento onde um “nós” se forma e age em nome de sua demanda democrática, um ensino de história democrático que conscientiza sua aluna do seu direito à igualdade e da frustração desse direito por meio de uma avaliação histórica que vem com o “conteúdo” ensinado, pode-se dizer que esse ensino de história cria aí uma esfera pública.

Carole Pateman (1993) mostra como o indivíduo da teoria liberal clássica, maior exemplo de uma noção essencialista de sujeito pronto e terminado em si mesmo, tem sua liberdade somente como pressuposto e o que ele efetiva na prática é a abdicação desse direito por meio do contrato. A autora se debruça sobre os teóricos contratualistas clássicos e faz a eles perguntas especificamente feministas: Hobbes, Locke, Rousseau, dentre outros menos conhecidos. Ela conta que após estudar o compromisso e a participação política percebeu nos textos clássicos que “os limites da teoria do contrato”

⁵ Alguns exemplos de Laclau: “Através da presença dessa nova constelação de demandas, a esfera pública se tornaria mais democrática...” (2013, p. 264); “...o espaço que essas lutas [feministas] criam... não será menos comunitário e público do que aquele em que... as eleições são disputadas (...) Vejo o vigor de uma sociedade democrática na multiplicação desses espaços públicos” (2011, p. 177); “A alternativa é mais complexa, mas é a única, a meu ver, compatível com uma política verdadeiramente democrática. Aceita inteiramente a natureza plural e fragmentada das sociedades contemporâneas, mas... tenta inscrever essa pluralidade em lógicas equivalenciais que possibilitem a construção de novas esferas públicas” (2011, p. 104), etc.

precisavam ser tensionados para perceber o legado de problemas que eles deixaram para a inclusão das mulheres na política.

A teoria contratualista enfatizava a liberdade e a igualdade dos indivíduos e se atribuía o dever de explicar o surgimento de uma instituição superior a eles, o Estado, por meio da abolição das diferenciações por status e da criação dos laços *políticos*.

Pateman vai analisar as ficções políticas da teoria contratualista para investigar aí as concepções de mundo que delimitaram o público e o privado. Ela percebe que a maneira pela qual as teorias contratualistas foram construindo o sentido de político, de sociedade civil e de liberdade incorporou à teoria contratualista uma visão patriarcal das diferenças sexuais. É daí que ela cunha o termo *contrato sexual* enquanto a metade não contada da história do nascimento do direito político. A autora defende que esses textos consolidaram uma forma moderna de patriarcalismo, – termo que ela considera importante de manter em uso, especialmente para nomear uma forma política que é marcada por uma organização do político feita para garantir o acesso sexual ao corpo das mulheres – o patriarcalismo fraternal. Como resume Luis Felipe Miguel: “Pateman lê a teoria do contrato como uma atualização da ideologia do patriarcado, adaptada a circunstâncias políticas renovadas” (2017, p. 6). Portanto, as mesmas palavras e ficções políticas que bradavam a liberdade de todos os homens continham em seu seio a submissão das mulheres. As diferenças sexuais delimitam as fronteiras entre liberdade e submissão. Nas histórias dos contratos as mulheres por vários motivos convenientemente não participam da feitura desse trato, o que evidencia como as mulheres entraram na teoria liberal clássica e aponta para o que ainda dificulta essa entrada no mundo presente.

Igualmente importante na obra de Pateman, além de mostrar a concepção patriarcal de diferenças sexuais, é o destaque que ela dá ao fato de que embora os contratualistas declarassem falar sobre a liberdade, teorizavam na verdade sobre a subordinação. É desse movimento que decorre a noção de liberdade como algo que possuímos enquanto seres humanos, e que porque *possuímos*, podemos abrir mão. O que a autora critica é essa concepção de liberdade enquanto um bem: é essa visão que cria a possibilidade da alienação da liberdade. Por isso ela critica o contrato: ela vê aí que ele serve fundamentalmente para criar o indivíduo enquanto proprietário. A propriedade na qual a autora se centraliza é aquela “que os indivíduos detêm em suas pessoas” (1993, p.

20). Desse movimento retórico decorre que o tipo de relação que o contrato cria é de dominação e subordinação:

A astúcia dos teóricos do contrato foi apresentar tanto o contrato original como os reais como exemplificadores e asseguradores da liberdade individual. Pelo contrário, na teoria do contrato, a liberdade universal é sempre uma hipótese, uma história, uma ficção política. O contrato sempre dá origem a direitos políticos sob a forma de relações de dominação e subordinação (Idem, pp. 24-5)

A autora é dura crítica daquilo que Macpherson (1962) chamou de “individualismo possessivo”, onde os direitos do indivíduo são entendidos como algo externo a ele. Segundo ela, há uma contradição direta entre um projeto de democracia real e a de direitos inalienáveis se entendidos do ponto de vista do contrato – que significa muitas vezes exatamente a abdicação de direitos.

A segunda categoria de propriedade na pessoa é “impossível” porque os poderes, capacidades, habilidades, destrezas e talentos de um indivíduo são inseparáveis de seu “proprietário”. A ficção da separabilidade, entretanto, é mantida, e a propriedade na pessoa é tratada como se fosse alienável, e, assim, pode se tornar objeto de um contrato e ser comercializada sob a denominação de “serviços”. Como destaquei em *The sexual contract*, os contratos que envolvem essa categoria – a ficção política – da propriedade na pessoa criam relacionamentos (como os que existem entre empregado e empregador, ou entre esposa e marido, por exemplo). O aspecto significativo dos contratos que constituem tais relacionamentos não é uma troca, e sim a alienação de um item particular da propriedade na pessoa; em outras palavras, o direito ao autogoverno. Quando são encarados sob a ótica da propriedade, os “direitos” podem ser alienados, mas em uma democracia o direito de autogoverno é apenas parcialmente alienável (PATEMAN, 2009, p. 181)

É aqui que o pensamento de Pateman mostra toda a sua força: ela demonstra a articulação equivalencial entre opressão das mulheres – individualismo possessivo – esfera pública como livre e universal – democracia impossibilitada. Fica claro em seu trabalho que público e privado são termos cujo sentido é definido de maneira relacional. Para o ensino de história, cabe pensar: se ele se constitui enquanto esfera pública, o que inquestionavelmente acontece na medida em que ele é um espaço de discussão política e sobre questões de gênero e por isso mesmo gera muito ataque por parte dos grupos conservadores, o que ele está mantendo fora? Do que ele está se diferenciando pra estabelecer seu sentido? Esse tipo de questão é importante para entender a sua posição no

debate público atual. As reverberações de sua prática são significativas. O conhecimento do passado histórico de grupos subalternizados como pessoas negras e mulheres tem servido enormemente para que jovens percebam relações de subordinação como de opressão (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 270) e ativem a dimensão igualitária da sua existência por meio de demandas democráticas. Parece-me que é a isso que movimentos familistas, fundamentalistas e racistas religiosos reagem.

Pensar o ensino de história como instaurador de uma esfera pública também nos leva a pensar novamente as palavras de Paulo Freire: ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. A esfera pública radicalmente democrática como queremos Pateman demonstra que não pode se fundar sobre uma concepção de indivíduo como proprietário. Laclau e Mouffe (2015) por sua vez radicalizam esse insight importante e demonstram que só se pode pensar em lutas democráticas, de fato, se os sujeitos também forem constituídos pela luta política. Um trabalhador não irá em decorrência direta da sua posição no sistema capitalista perceber-se como oprimido e lutar pelo seu direito à igualdade. Ele ou ela somente se tornará um sujeito democrático por meio da articulação a uma cadeia democrática de equivalências (unindo-se a outros trabalhadores, movimentos antirracistas, lgbt, por exemplo, etc).

Conclusões

Os campos do ensino de história e da teoria política podem se beneficiar mutuamente de uma articulação próxima entre os dois. Para nós, a apropriação desses debates do pensamento político ajuda a esclarecer e refinar várias coisas que já vínhamos discutindo e que agora podemos reenquadrar num quadro maior: a educação como um risco, a sala de aula pensada para produzir as condições de que alunas e alunos estabeleçam relações que possam trazer ao mundo o potencial de novidade que trazem em si (BIESTA, 2014), todas as ideias onde esses estudantes não são reificados e essencializados. Para a teoria política, pensar a educação é algo que se precisa voltar a fazer (HONNETH, 2012) na medida em que a teoria democrática tem que pensar também as suas condições de reprodução no tempo.

Referências bibliográficas:

- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. ‘Einleitung’, in Otto Brunner, Werner Conze and Reinhart Koselleck (eds): *Geschichtliche Grundbegriffe*, Vol. 1, Stuttgart: Klett, pp. xiii–xxvii. 1972.
- _____. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas, 2013.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma democracia radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LOPES, Alice. Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 39, 2013, 7-23.
- MACPHERSON, C. B. *The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*. Oxford, Oxford University Press, 1962.
- MARCHART, Oliver. *Post-foundational political thought: Political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. “Soberania individual e propriedade na pessoa: democratização e um conto de dois conceitos”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1: 171-218. 2009 [2002].
- BIESTA, Gert. *Beautiful risk of education*. Routledge, 2015.
- HONNETH, Axel. Educação e esfera pública democrática. Um capítulo negligenciado da filosofia política. *Civitas*. Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 544-562, set.-dez. 2013.

Mesa 11
Território, Ambiente e Conflitos
Sociais

O Trabalho das Famílias nos Seringais do Amazonas após a Segunda Guerra Mundial

Agda Lima Brito

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

É importante ressaltar que a história das mulheres, como uma temática própria da História, tem seu período de ebulição por volta de 1970, com o crescimento dos movimentos feministas, que contribuíram para o crescimento deste campo de estudos:

“Apoiada à explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular. Esse foi período chave dessa produção intelectual: as militantes dos movimentos feministas fazem a história das mulheres antes mesmo que as próprias historiadoras a façam”. (DAUPHIN, FARGE: 2000, p. 8).

Nos anos 1980 passaram a contar com um número crescente de publicações, contribuindo consideravelmente com a discussão acerca da formação da temática história das mulheres e das relações de gênero, segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro essas pesquisas que englobam esse campo histórico buscam “formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito”, ou seja, a constituição de um novo campo de estudos, intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero” (SOIHET E PEDRO, 2007, p. 282).

As autoras demonstram como o campo histórico citado acima vem se consolidando, passando por modificações e enfrentamentos, ao passo que identificam o empenho de uma gama de pesquisadoras e pesquisadores que realizaram suas contribuições na década de 1980 em diante, preocupadas em problematizar a discussão dentro das academias através de eventos, publicações em revistas, dentre outros meios

utilizados que foram, no decorrer do tempo, modificando-se e agora inserindo outros estudos de gênero, fazendo emergir essas questões, até o tempo presente¹.

Levando em consideração a extensão da região do Amazonas, a quantidade de seringais que ali se formaram e as lacunas que se encontram presentes nesse período do pós-guerra, achamos importante pesquisar sobre a história de trabalho dessas mulheres nos seringais do Amazonas. Tendo em vista que muitas ainda habitam naquelas localidades, conforme podemos constatar em pré-trabalho de campo, assim como algumas mulheres foram para cidade de Manaus, muitas se acostumaram à vida dentro das matas e não sentem mais vontade de sair daquelas localidades, em comunidades como o Japurá, por exemplo, as famílias já se organizaram e criaram sindicatos como o da pesca, a fim de garantirem assistência as famílias, já que segundo os entrevistados o governo não atende aquelas comunidades.

As famílias que foram entrevistadas demonstraram ter criado uma adaptação com os seringais da região, desenvolvendo o que Gerson Albuquerque denomina a “cultura de seringueiro” (ALBUQUERQUE, 2005), que se trata de adquirir do lugar onde vivem as formas de sobrevivência. No entanto com as interferências de outros agentes no meio onde moram, buscamos entender como essas mudanças que incluem o desmatamento vão interferir na vida dessas famílias.

Edward Palmer Thompson aborda os movimentos das camadas mais pobres entre XVIII, levando em consideração as experiências e costumes desses sujeitos, o contexto em que estão inseridos e suas dificuldades. Assim como influenciou gerações a pensar a história com outros olhos, também nos utilizamos desse aporte teórico para pensar os trabalhadores e trabalhadoras dentro dos seringais levando em consideração suas experiências e seu cotidiano. Thompson é referência sobre os estudos que envolvem discussões em torno de cultura popular e cultura dominante, para o autor muitos costumes

¹ Alguns nomes citados pelas autoras no trabalho acima citado DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, ainda contamos com trabalho da própria autora SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, dentre muito outras pesquisas.

dos trabalhadores XVIII eram reforçados através de protestos populares (THOMPSON, 1998, p. 13).

Acerca de cultura Thompson fala que ela pode ser também um processo de troca entre, por exemplo, o *dominante e subordinado, o escrito e oral* (THOMPSON, 1998, p. 17), diante de um processo de conflito torna-se um sistema. Thompson também nos chama atenção para a questão da experiência dos indivíduos, segundo o autor é através dessa categoria que podemos entender a formação desses sujeitos, suas práticas e costumes, ao cruzar essas categorias o autor aponta que:

“Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189)”.

A experiência ajuda a entender como os sujeitos romperam com condições que lhes foram obrigadas. Nesse sentido Gerson Albuquerque pautado nas reflexões de Thompson busca entender as pluralidades desses trabalhadores, afirmando que:

“Desse modo “cultura seringueira”, assim como cultura popular de uma maneira geral, vem carregada de significados que se dão historicamente na vivência de grupos sociais, sendo vista como todo um modo de vida, trabalho, luta num processo de constante mudança e transformação. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 36).”.

Observamos como a “cultura de seringueiro” se tornou uma categoria útil para esta pesquisa, tendo em vista que notamos nas fontes orais como essas famílias estavam se reinventando nesses espaços desses trabalhos, e por vezes entrando para a categoria de seringueiro ruim, pois se organizavam e através da produção de excedentes conseguiam enfrentar os seus superiores, em um processo de resistência silencioso que resultava em prejuízo para os patrões.

Outro ponto importante trata – se da história do trabalho na região do Amazonas, Euclides da Cunha já em meados do primeiro ciclo da borracha, destacava questões como o trabalho escravo que havia presenciado no Amazonas e relatou em seus escritos. Euclides da Cunha ao relatar suas impressões sobre o trabalho no Amazonas escreve a

frase “De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se (CUNHA, 2006, p. 8)”. O que ocorreu, é que esses trabalhadores vivenciariam uma condição de trabalho semiescravo.

No trabalho de Frederico Alexandre (LIMA, 2013) demonstra-se que os soldados da borracha migraram para a Amazônia, respaldados por contratos, que deveriam garantir a manutenção do trabalho que seria exercido pelos mesmos, segundo o autor, ouve toda uma propaganda por parte do governo, no entanto ao chegar aos seringais à realidade foi de abandono.

Verônica Secreto aponta que “*eram contratos para inglês ver*”(SECRETO, 2007, p. 93-96), que tinham apoio da SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de trabalhadores para a Amazônia) e da CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia), responsáveis por recrutar e direcionar esses trabalhadores para os seringais e que garantiriam que esses seringueiros teriam uma realidade de trabalho diferente daquela vivenciada no primeiro ciclo da borracha (1879 - 1912). Ao chegarem aos seringais os trabalhadores continuaram vivendo desamparados por parte do governo e segundo as regras do patrão.

Já nos anos 1950 quando acreditamos que esse controle sobre os trabalhadores teria diminuído nos deparamos através das fontes orais, que este sistema ainda se sustenta durante algum tempo, quando ainda estavam discutindo as mudanças para o Amazonas, como, por exemplo, a criação da SPVEA.

Famílias que trabalhavam nas matas

Após a crise da borracha, que ocorreu no início do século XX, a Amazônia passou por um longo período de crise econômica, até a década de 1940 onde a região passa por um período de recuperação da extração do látex e as políticas Vargasistas de ocupação dos “vazios demográficos” do território nacional (conhecida como Marcha para o Oeste), o governo voltava seus olhos para a região em busca de atender exigências dos Norte Americanos, tendo em vista que o Brasil naquele período entrou na Segunda Guerra Mundial, sendo necessário colaborar para o esforço de guerra dos Aliados.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

O trabalho de extração de látex era algo que demandava muito tempo, os cortes eram realizados no verão amazônico de maio a novembro, antes do nascer do sol, este trabalhador já levantava e partia para o corte da seringa.

Além do trabalho cansativo da retirada do látex, tinham as implicações da defumação. Temos que levar em consideração que muitos trabalhadores adoeceram com problemas pulmonares e malária, que sofriam de desnutrição devido à falta de consumo de alimentos frescos, pois mesmo morando na mata, somente tinham tempo para o corte da seringa, os preços do instrumento para caçar ou pescar eram muito altos, o que faziam com que consumissem somente produtos dos barracões (WOORTMANN, 1998, p. 12-14).

Após esse processo, teriam ainda que levar aquilo que era produzido rumo aos barracões para realizar a pesagem e adquirir bens básicos, como comida e ferramentas, aumentando sua dívida, pois o seringueiro já chegava aos seringais devendo as ferramentas para o patrão e outras mercadorias necessárias para alimentação e vestimentas.

Com a presença do trabalho feminino era possível se dedicar a agricultura e ao corte da seringa, mesmo com os padrões tentando enraizar na mente dos trabalhadores que a produção da borracha era prioridade, conforme apontado por Cristina Wolffman:

“A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, as vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta – corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos. O monopólio que o patrão manteve nessa troca com os seringueiros, reforçado pelo contrato – padrão imposto pelos órgãos governamentais na Batalha da Borracha, e a incompetência desses mesmos órgãos na fiscalização dos abusos, garantia essa troca desigual que fazia com que fosse difícil para um seringueiro liberta – se da eterna dívida com o patrão (SCHEIBE, 1999, p. 139)”.

Nesse contexto foram reinventadas novas formas de sobrevivências nas colocações, contanto com aquilo que era produzido dentro dos próprios seringais e com

aquilo que poderia ser adquirido em meio à mata Amazônica. Na relação com ambiente em que viviam essas mulheres, foram aos poucos se tornando peças fundamentais para assistência de suas famílias nos seringais.

As mulheres vindas de outras regiões ou nascidas nos seringais, dentro das colocações, desde muito cedo já tinham uma rotina de trabalho, com o tempo para cada coisa, para cada colheita, para o corte da seringa.

Por conseguinte, percebemos como os modos de trabalho ainda estão vivos na memória dessas mulheres, já que o seu cotidiano de trabalho estava em torno de sua sobrevivência nas colocações e nos barracões. Dessa forma, sua rotina girava a maior parte do tempo em torno do trabalho.

As que trabalhavam nas colocações ao mesmo tempo em que produziam para os seringalistas, experimentavam certa liberdade criando suas formas de resistência, pois segundo Gerson:

“A diferença é que no mundo em que vivem, os personagens dessas histórias ganham forma no silêncio, na solidão e nos seus modos de relacionamento com a floresta. Em sua compreensão de mundo, eles ganham concreticidade porque se articulam com os significados da preservação da existência humana, com suas tradições e valores, significados que fazem parte de seus modos de vida em constante reelaboração. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 60)”.

A divisão entre trabalho produtivo relacionado com os homens e o trabalho “reprodutivo” vinculado à mulher já está enraizado em nossa cultura. Há uma ideia de que o trabalho feminino é complementar ou menor. Por isso não se tem essa visão que o trabalho feminino é primordial, sem levar em consideração que antes esses trabalhadores não conseguiam realizar outras tarefas além da coleta da seringa e que, portanto, acabavam consumindo em maior quantidade produtos nos barracões. Só que com a presença da família, nesse segundo momento de produção da borracha, toda a família é inserida nessa dinâmica de trabalho.

Por isso se fez necessário comprovar como essas mulheres começaram a buscar outras formas de se manter fora das dependências dos barracões. Além da borracha, a coleta da castanha, a produção da farinha e a manutenção de uma roça são exemplos claros de mercadorias que eram vendidas nos regatões e também armazenadas para consumo próprio (WOORTMANN, 1998, p. 14-34).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Como relata Ana Xavier após a morte do pai, ela começa a exercer a atividade do corte da seringa nas regiões mais afastadas, depois de casada, continuará trabalhando na lida de coleta do látex e outras atividades:

“(...) por que o serviço mais pesado que tinha, era você corta seringa, brincadeira mana eu saía de madrugada, o Anibal (marido de Ana Xavier) saía duas horas da Madrugada pra estrada, dava um rodo, quando chegava oito horas do dia chegava em casa, aí almoçava, ficava um pedacinho virava pra trás, chegava em casa quatro horas, quatro e meia, com o leite, ia colher, aí defumar, guardava, botava a borrachinha lá, vamos pro lago, vamos mariscar...”

Organizavam-se de modo que envolvia toda família nos afazeres diários, trabalho esse que se fazia necessário, haja vista que o seringueiro passava muito tempo fora na realização deste e outros serviços. No relato de Consuelo Ladislau Pereira, afirma que a família de sua mãe era de agricultores dentro dos seringais, seu pai cortava seringa no Anori, ela descreve com que trabalhavam na região:

“Com feijão, arroz. Elas plantavam, eles eram agricultores, era assim cuidava daquelas pessoas, cozinhava, matava boi e tudo, porco, galinha, ela fazia para os que estavam trabalhando com eles, do nordeste também”

Essas mulheres também eram responsáveis pelo serviço de defumação. O látex, esse processo era realizado dentro dos tapiris, em sua maioria realizados por mulheres, que ficavam expostas a fumaça. Francisca Ribeiro trabalhadora do seringal, evidencia esse serviço:

“(...) ele cortava seringa e eu ficava em casa com os meninos, aí quando era de tarde que ele chegava com o leite, ajudava ele defumar, fazia borracha (risos) defumar né, no tapiri, né. Aí deixava nós defumando, eu mais o Jucelino (filho de Francisca) e ele ia atrás de matar um bicho pra nós comer, caçar.

Aí quando ele chegava nós já tinha acabado de defumar a borracha, aí no outro dia ele saía quatro horas da madrugada pra cortar, ele ia cortando e ia botando aquela tigelinha na árvore né, aí quando acabava de corta todinho, meio dia ele voltava colhendo já o leite no balde né, aí quando ele chegava, já era de tarde né. Um quatro horas ele chegava com o leite, aí ele, deixava nos defumando eu mais o Jucelino (filho) e ele ia atrás de uma comida, mata uma caça pra nós jantar....”.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Dito isso, sabemos que as mulheres ainda que sem ter seus trabalhos reconhecidos, trabalharam dentro dos seringais em diversas atividades, sendo uma delas, a mais presente em suas narrativas é justamente o trabalho na roça, na agricultura.

Com isso após a o termino da Segunda Guerra Mundial, percebemos que o governo irá tentar traçar políticas de recuperação para a região da Amazônia, que foram discutidas desde 1946, conforme aponta Carlos Eugenio Renha:

“Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União aplicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias (RENHA, 2017, p. 46).”

No entanto somente em 1953 que foi criada a lei nº1. 806 O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, tratava-se de uma série de medidas que visavam incentivar o desenvolvimento da região, dentre eles incentivar o desenvolvimento agrícola, destacamos o artigo 1 que resumi parte do plano de valorização:

“Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País”.

Acreditamos que a criação da SPVEA acarretou mudanças dentro do meio rural no Amazonas, pois um de seus pontos principais será investir na agricultura e pecuária. Importante ressaltar que entendemos os seringais como um espaço de trabalho que abrange várias atividades e não somente o lugar onde é colhida a seringa. *Nos Relatórios de Comercio do Amazonas* de 1950, por exemplo, produtos como a castanha, a farinha, juta dentre outros vão ser amplamente tratados como um recurso de incentivo da Amazônia.

Os problemas nas matas Amazônicas agora se tornaram outros, a modernização da agricultura, derrubada da madeira, os novos empreendimentos que iram afetar a vida

das comunidades. Acerca dessas transformações que pretendemos tratar nesta pesquisa, os impactos na vida dessas famílias e novos desafios que terão que enfrentar e sobre essa reorganização do trabalho familiar nos seringais, aonde o serviço feminino vai se tornando fonte principal de renda, o trabalho na extração do látex diminui consideravelmente e a agricultura, torna-se uma das principais fontes de renda e sobrevivência dessas famílias.

Ou seja, o governo volta seus olhos para o serviço que até então era realizado por mulheres, por isso mesmo, acreditamos que essas medidas iram afetar a vida dessas famílias, que o trabalho sofrera uma reorganização.

A documentação em torno das mulheres ainda é escassa, mas as fontes orais têm nos ajudado a compreender as experiências dessas trabalhadoras, e possibilitando que tenhamos referências que possam ser cruzadas com outras fontes.

Deste modo, estamos tentando entender como se deu essa nova dinâmica de trabalho dentro dos seringais, como por exemplo, conseguimos realizar entrevistas com algumas mulheres e homens, que moram no município de Manacapuru, notamos que as mulheres que trabalharam em seringais, não conseguiram se aposentar como seringueiras, passados alguns anos, já na década de 1970 através de sindicato que foi criado no município de Manacapuru, conseguiram se aposentar como agricultoras, outras se aposentaram em outras funções ou não e aposentaram ainda.

Tivemos acesso a quinze pedidos de aposentadorias junto a Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PRAM), sendo desses pedidos, oito de mulheres que contavam sua trajetória de trabalho no seringal e com depoimento de testemunhas, essas tiveram seus pedidos negados.

Constatando que no Pós-Guerra esse controle sobre essas famílias que trabalhavam nos seringais se estenderia por mais alguns anos. Estamos tentando dar conta desse período de 1946 onde existe uma preocupação do governo federal com o desenvolvimento da Amazônia e seguindo até 1966 onde a SPVEA deixa de existir devido a diversos fatores e ocorre o surgimento da SUDAM que vem atuando até o tempo presente. Estamos buscando compreender o porquê de o mesmo sistema de trabalho ter perdurado dentro das matas durante a década de 1950 e como no decorrer dos anos os trabalhadores e trabalhadoras acabaram organizando uma nova dinâmica de trabalho

dentro de regiões seringais dos Amazonas. As famílias da mata foram mantidas como trabalhadores não reconhecidos, em se tratando das mulheres a situação se torna mais grave, pois a negligência ocorre desde a década de 1940 quando elas já eram trabalhadoras atuantes na região do Amazonas e não conseguiram se aposentar como seringueiras. Por isso mesmo, é necessário que a história redima esse silêncio e torne visíveis essas famílias e essas mulheres, para isso é fundamental investigar essa nova reorganização do trabalho nos seringais do Amazonas, no Pós-Guerra, dando a devida atenção ao trabalho familiar nos seringais e suas mudanças em regiões que eram inicialmente seringais e foram se tornando áreas onde foram desenvolvidas outras atividades, demonstrando como essas famílias viveram nos seringais após a crise da borracha.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Regina Marcia. *Delírios e agruras do látex: o Amazonas de 1880 a 1920*. Dissertação de Mestrado. Ano de obtenção: 1991.
- ASSUNÇÃO, Sandra; SILVA, Josué; SILVA, Adnilson. *Lembranças do Lugar: O ser Seringueiro em Extrema RO*. Revista Igarapé, Vol. 1, No 1 (2013).
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- BRUNO, Regina. Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres. In: *Antropológicas*, ano 16, volume 23(1): 2012.
- CHEROBIM, M. Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. In: *Perspectivas*, São Paulo, 6: 102-107, 1983.
- DAUPHIN, Célia; FARGE, Arlette; PERROT, M. *A história das mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia*. NUTEG - Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero. 2º. Sem 2001, vol.2, n.1, Niterói: Ed. UFF, 2000.
- FERREIRA, Maria Liége Freitas. Mulheres no Seringal: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945). In: *VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação*. Paraíba, 2004.

- LEAL, Davi Avelino. Por uma arqueologia dos seringais. In: *Canoa do tempo* (UFAM), v. 1, p. 205-220, 2007.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. In: *Revista de Sociologia e Política*. n° 9, 1997.
- LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulher e Seringal: Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. *Os Degredados Filhos da Seca*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MCGRATH, David. Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. In: *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, n° 2 - dezembro 1999.
- MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria Lopes. Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano. In: *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 91 - 104 jan. / jul. 2015.
- NASCIMENTO, Maria das Graças. O Trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica. In: *Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*, março, n° 11, Vol. II, 1998.
- PEREIRA, Marcelo Souza. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. In: *Somanlu*, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª. Ed, 1988.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.p.p.124,136.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas- Governo do Estado do Amazonas, 1997.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia*. Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico. Belém: UFPA, 1989.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.

SOIHET, R. *História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento*. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, 1998.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. Varadouros da Liberdade: Cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre. In: *Projeto História*, São Paulo, (16) de fev. 1998.

TEXEIRA, Carlos Correia. *Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia*. Manaus, editora Valer/ Edua, 2009.

UGARTE, Maria Luiza. *Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

WOORTMANN, Ellen. *Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal*. In: NIEMAYER, Ana Maria; GODOI, Emilia Pietrafeza. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

A favela e o meio ambiente sob a ótica do Mutirão de Reflorestamento (1986–2009)

Caroline dos Santos Souza

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Esse texto é um panorama inicial de estudo sobre a emergência das novas relações entre Estrado e favelas no período democrático usando como base de análise a Constituição de 1988, que ficou conhecida como constituição cidadã, e a Constituição do Rio de Janeiro que vai tratar sobre a favela mais diretamente como vão ver no decorrer do texto. Irei tomar como base para essa ilustração o Mutirão de Reflorestamento que visa fazer uma recuperação da Mata Atlântica carioca.

O projeto mutirão tem grande relevância na relação entre Estado e favela. Através desse programa a Prefeitura do Rio de Janeiro vai formar uma relação de interação com as Associações de Moradores. Esse diálogo visa à diminuição do impacto ambiental e prevenir os deslizamentos de terra, deslocamentos de rochas, enchentes e assoreamento de rios.

Para entrarmos na discussão sobre esse programa da Prefeitura do Rio temos que ter em mente as reformas de engenharia social que a cidade passou ao longo do século XIX e XX.

Breve histórico das políticas públicas em relação às favelas

A cidade do Rio passou por várias tentativas de engenharia social que não se resumem a Pereira Passos. Todavia foi o Plano Diretor (BURGOS, 1998) do Rio de Janeiro, de 1922, que admitia a possibilidade de remoção da população no caso de se encontrarem em “unidades de conservação ambiental” ou “áreas de risco”. Este plano diretor possibilitou a engenharia social durante o período da ditadura que foi executada através das remoções das favelas e de seus moradores.

Com Carlos Lacerda e Negrão de Lima, nos anos 60, o risco da remoção que tanto assombrava os moradores das favelas começou a se tornar realidade sentida na pele, pois

esses governadores executaram o processo de desmanches das grandes favelas, as que ficavam no em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas, localizadas na zona sul área valorizada da cidade, que tinham crescido significativamente com o êxodo rural (PERLMAN, 1977) nas décadas anteriores junto com o crescimento das populações já existentes nessas comunidades¹.

A abertura política e o olhar sob a favela

O processo de abertura política pelo qual o Brasil passou na década de 70 e 80 não atingiu somente a esfera da política internacional, mas também as políticas com as favelas se tornaram mais democráticas e com parcerias entre moradores e Estado.

Segundo Rafael Gonçalves (GONÇALVES, 2013), jurista e historiador, diz que nos anos de 1970 a política urbana não visava mais erradicar as favelas, e sim urbanizá-las e legalizá-las. Nesse discurso vemos que a visão sob a favela como um lugar que deve ser exterminado na paisagem urbana e dos pontos turísticos se modifica e tal discurso também norteou as bases jurídicas da Constituição de 1988, ou como ficou conhecida com Constituição Cidadã.

Contudo, a nova Constituição não fez qualquer menção específica sobre as favelas, porém determinou que a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios seriam dali por diante simultaneamente pelas políticas de produção de moradias, de melhoria do parque imobiliário existente e do saneamento (artigo 23, IX). Já no artigo 22, X fala que as políticas públicas devem combater as causas da pobreza e os fatores de exclusão promovendo assim uma maior integração social dos setores mais desfavorecidos da sociedade.

Deste modo vemos que a Constituição Federal vai definir que se precisa ter integração social executada através de políticas públicas o que acabou deslegitimando as políticas de remoção não só na esfera da cidade do Rio de Janeiro ou do Estado, mas em um âmbito federal para todo o país.

¹ A autora usa favela e comunidade como sinônimos no texto.

E colocando na Constituição Federal que as políticas de produção de moradia são responsabilidade simultânea de todas as esferas de poder acabou determinando que os Municípios e Estados que são os primeiros atingidos pelas construções de moradias irregulares vai ter que determinar um modo de integração dessas moradias a configuração do espaço dito como formal do mercado imobiliário.

Essa integração de moradias formais com as informais vai além, pois ela promove uma melhoria da qualidade de vida em relação à organização do espaço urbano. Então tal integração pode ser vista em Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991) quando observa que o “direito a cidade” é manifestado pelo direito do cidadão que não está excluído da centralidade do espaço urbano ou que não tenha seu direito limitado dentro da cidade.

Para isso vemos que na Constituição do Rio de Janeiro o novo Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, elaborado durante a administração do prefeito Marcelo Alencar (1983-1986), já consolidava a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade. Este Plano Diretor de 1986 vai abrir a possibilidade de se pleitear o usucapião de toda a superfície da favela e o domínio do solo seria dado aos moradores de forma coletiva onde a divisão seria por igual independente do tamanho do terreno ocupado pelo morador em questão.

Portanto esse Plano Diretor de 1986 assegurou o direito à moradia e determinou que o governo e o município tivessem que promover a urbanização e a regularização fundiária. Através dessa determinação houve interdição legal de qualquer política de remoção de favela.

Rose Compans (2007) doutora em planejamento urbano, no entanto, diz que a sociedade brasileira rechaçou a continuidade da política de remoções iguais ao período da ditadura civil-militar e devido a essa pressão social houve essa mudança na lei. Em seu lugar, o tema do direito à cidade e da regularização e urbanização de favelas tornaram-se hegemônico na agenda política dos governos e das agências multilaterais. A disputa em torno do controle e da ocupação das encostas incorpora o campo da política habitacional ao da política ambiental. Aqui vemos a história ambiental associada à história urbana e a grande complexidade da natureza urbana presente dentro dos morros cariocas.

Porém Gonçalves (GONÇALVES, 2013) diz que o Plano Diretor de 1992 no artigo 44,§1 vai falar que as remoções só são possíveis se estivessem situadas: 1) em locais que representem risco para a população; 2) na vizinhança de áreas de proteção de águas de superfícies (lagoas, rios, baía ou mar); 3) perto de fontes de água potável ou de torres de alta tensão; 4) às margens de estradas (federais, regionais ou municipais); 5) em parques naturais ou áreas de proteção; 6) sob viadutos, pontes ou passarelas e nas suas proximidades, por motivo de segurança ou de instalação de infraestruturas urbanas; e finalmente, 7) em áreas insalubres.

Assim podemos ver que a remoção continua sendo um risco eminente e legal para as favelas mesmo no período democrático regido por uma Constituição Federal de 1988 que prevê que todo o cidadão tem direito à moradia.

Já o Plano Diretor de 1992 trouxe para as favelas uma nova identidade, “a de bairros populares”, além de vila urbanizadora. O artigo 147 deste plano define a favela como:

Área aproximadamente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamentos irregulares, lote de forma e tamanho irregular e construção não licenciada, em desconformidade com os padrões legais. (BURGOS, 1998)

A definição e a delimitação dos perímetros destas áreas tornam-se, assim, um elemento crucial para o destino das comunidades de favelas localizadas em encostas ou em margens de corpos hídricos, porque essa definição pode determinar a permanência ou remoção da favela, já que esta está fora dos padrões legais de construção e urbanismo.

O artigo 152 (GONÇALVES, 2013) do Plano Diretor de 1992 deu as diretrizes da política de urbanização e de regularização fundiária que são 1) a integração da favela ao bairro; 2) a preservação da tipicidade da ocupação local do solo; 3) a previsão da implantação progressiva e gradual das obras de infraestrutura visando manter a complementaridade entre essas obras e os procedimentos de regularização fundiária.

Esse artigo 152 na 3ª diretriz deu a base para os programas de infraestrutura nas comunidades. Um exemplo disso é o projeto *Favela Bairro* (1980), que promovia serviços de urbanização para os moradores das comunidades como a construção de

escolas, praças, escadarias, e principalmente, o recolhimento de lixo que foi muito solicitado pelos moradores no início do projeto.

O projeto Mutirão de Reflorestamento

A cidade do Rio de Janeiro vivenciou a experiência de executar obras públicas com a utilização de mão de obra das comunidades carentes desde o início da década de 80. O Projeto Mutirão Reflorestamento nasce do Projeto Mutirão implantado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Até 1985, as obras públicas nas áreas de favelas estavam limitadas ao esgoto sanitário, à drenagem e à construção de escadarias, porém em 1986 essa mentalidade se modifica como se pode ver no depoimento abaixo:

O mutirão nasce não apenas como forma de intervir na melhoria das áreas de favelas, mas também como um instrumento para o desenvolvimento da responsabilidade coletiva na perspectiva do respeito ao meio ambiente e sua interação com a cidade (FUJIWARA,1998).

A partir desse depoimento percebemos que através da análise historiográfica sobre o projeto deriva da intersecção de várias interações entre Estado e comunidades que usa a visão trazida na Constituição que diz que todos têm direito a moradia digna.

Contudo com a topografia particular do Rio de Janeiro e com a expansão territorial das favelas os morros ficaram com pouca proteção vegetativa como se pode ver no depoimento abaixo:

Desde sua fundação até hoje, a cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo mudanças radicais no uso do solo decorrentes de processo de urbanização acelerada. Apesar disso, ainda dispõe de importantes remanescentes de ecossistemas naturais em bom estado de conservação, constituídos por 25.500 ha de floresta, além de 7.500 ha de praias, restingas, manguezais e outras áreas úmidas, que correspondem a 26 % de seu território.” (JUNNIUS,2000)

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

O fragmento expõe as condições dos ecossistemas cariocas sob a influência da expansão urbanística da cidade. Dizendo que o processo de urbanização acelera sem a responsabilidade de manter o meio ambiente equilibrado acabou acarretando mudanças brutais no solo da Mata Atlântica.

Esse conflito entre conservação ambiental e urbanização pode se transformar em situações extremas, especialmente nas metrópoles de países mais pobres e emergentes como o Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, que com a expansão da área urbanística e as áreas verdes se tornaram mais escassas, tornando-se uma extrema importância na qualidade de vida do cidadão. Quando essas áreas assumem mais importância para a saúde pública de seus moradores, o Estado passa a fazer parques e praças pela cidade, porém estes se localizarem em áreas valorizadas.

As áreas arborizadas são fundamentais para a conservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, um dos maiores desafios do mundo contemporâneo é criar formas de convivência harmônica entre espaço natural e o construído. Nas encostas do Rio de Janeiro, durante o período de chuvas não existe convivência harmônica, ocasionando consequências dramáticas dessa desarmonia, que por muitas vezes chegam a fazer vítimas fatais.

Segundo Ana Brandão (BRANDÃO, 2000) apresenta uma compilação dos episódios pluviais causadores de enchentes e deslizamentos na década de 80 e seus impactos socioeconômicos sobre a área metropolitana do Rio de Janeiro.

Por ocupar áreas especialmente frágeis do ponto de vista ambiental, como as encostas, margens de rios e áreas úmidas, a população de baixa renda tem sido a maior vítima destes catastróficos incidentes.

A partir desses eventos calamitosos na década de 80 a administração municipal passou a se preocupar mais e intensificou suas ações no sentido de deter o crescimento desordenado da cidade. O objetivo era recompor a cobertura florestal dessas áreas, de modo a resgatar seu papel não apenas na proteção da cidade contra as chuvas, mas também na conservação da biodiversidade, na melhoria do clima, da qualidade do ar e da paisagem da cidade.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Arnold (1996) diz que as crises reorganizam o sistema e as crises ecológicas fazem com que os sistemas se reorganizem dentro da história, isso porque não se pode estudar somente o evento sem se preocupar com a história da região ou do povo que ali habita.

Dito isso percebemos que a grande chuva que aconteceu na década de 80 foi um divisor de águas dentro da política ambiental do Rio de Janeiro e também na política pública como um todo, pois a partir dessa década o Estado começou a fazer soluções efetivas junto às Associações de Moradores das comunidades para minimizar e tornar as favelas menos vulneráveis às chuvas.

Para entendermos tal mudança do ponto de vista social devemos entender o sociólogo Bauman (2007) que vai salientar, em torno das relações sociais, dizendo que tais relações devem ser líquidas porque a todo o tempo elas se modificam. A partir disso, vemos que o Poder Municipal se moldou a uma forma de entrada não coercitiva como fazia antes da abertura política, porém depois de tal evento precisou entrar de maneira cooperativa em uma área onde seu poder era limitado para conseguir levar segurança contra os desastres ambientais que a população dos morros estavam sujeitas a esses incidentes.

A rápida proliferação de favelas nas encostas, o desmatamento e consequentemente o aumento do risco de deslizamentos e enchentes, fizeram com que, a partir de novembro de 1986, o Mutirão de Reflorestamento fosse criado. Ele passou a integrar ao conjunto de intervenções para prevenir dos desastres causados pelas chuvas às populações carentes.

O projeto do Mutirão de Reflorestamento foi uma política da Prefeitura em conjunto com a Associação de Moradores local com o objetivo de buscar soluções sustentáveis nos pontos de vista social, econômico e ambiental para a comunidade, não deixando manter o foco no seu objetivo geral que era a recuperação do ecossistema da Mata Atlântica.

O programa foi implantado nas favelas cariocas com o objetivo de reflorestar os morros, diminuir o risco de acidentes ambientais com possíveis vítimas fatais. Foi o modo encontrado pela Prefeitura de impedir e controlar a expansão das comunidades (JUNNIUS, 2000).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Um das preocupações do projeto com é a biodiversidade da cidade e seu patrimônio biológico. Para isso, o mutirão adota uma política de conservação ambiental visando sua proteção contra os impactos inerentes sobre a população.

O projeto tem várias fases e uma delas é o requerimento que precisa ser feito pela Associação de Moradores da comunidade que quer a implantação do projeto. Esse documento de requerimento é analisado e depois os técnicos visitam a comunidade. Se ela estiver dentro das normas técnicas o reflorestamento se inicia.

No entanto, se a Associação de Moradores for fechada por algum motivo, o mutirão precisa sair da comunidade imediatamente; se a comunidade quiser a volta do projeto, os moradores precisam formar novamente uma Associação de Moradores, para requerer a continuidade do projeto. Nesse caso, faz-se uma nova avaliação.

O programa enfrenta, desde seu início, vários desafios. Um obstáculo muito grande do reflorestamento são os incêndios feitos por balões na época das festas de São João muito populares nas comunidades. Alguns moradores soltam os balões que acabam caindo nas áreas reflorestadas que nessa época do ano estão secas e isso ajuda os incêndios se alastrarem.

Além disso, uma tensão constante dentro da convivência entre técnicos e a comunidade resulta do tráfico de drogas que, muitas das vezes, impede a entrada dos técnicos e a avaliação do local. O tráfico algumas vezes se apodera das regiões reflorestadas.

Segundo Cláudia França², atual coordenadora do projeto, por muitas vezes aconteceram ameaças de morte aos técnicos. Nestes casos, estes são retirados do projeto e remanejados para outras favelas. Se o chefe do tráfico tiver articulação com outras comunidades este técnico passa a fazer trabalhos internos e burocráticos. Cláudia também assinala que:

Quando um novo prefeito começa o seu mandato ele quer modificar a arte e os símbolos que ajudam a identificar alguns projetos da Prefeitura. No Mutirão eles já tentaram isso, mas o nosso símbolo é o que os moradores e o tráfico identificam e isso ajuda na nossa entrada na comunidade³.

² Cláudia França, ex-coordenadora do projeto, porém, ela é técnica do programa desde o seu início e assumiu a coordenação em 2006.

³ Esta é a fala de Cláudia França que é a atual coordenadora do projeto, porém ela é técnica do programa desde o seu início e assumiu a coordenação em 2006.

Através dessa fala podemos perceber que o mutirão e a comunidade vivem um constante embate tanto direto quanto indireto. O símbolo do mutirão não é só mais um símbolo da Prefeitura, mas é um símbolo da segurança que os técnicos têm para fazer o reflorestamento nas comunidades. De fato, eles usam uma blusa de uniforme quando sobem nas favelas, para serem facilmente identificados. O carro do projeto também é todo adesivado com o símbolo do mutirão para facilitar a liberação do veículo quando necessário.



Em fevereiro de 1987, o programa foi efetivamente iniciado através do plantio da primeira muda no projeto piloto de reflorestamento do Morro São José Operário, no bairro de Jacarepaguá. Essa primeira comunidade já apresentou o primeiro desafio:

O desafio maior do mutirão nessa primeira fase foi ele ser não remunerado porque moradores só trabalhavam nos fins de semana, quando e como queriam

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

e os índices de mudas plantadas eram baixíssimas então o mutirão passou de voluntário para remunerado⁴.

Após ver esses baixos índices de mudas plantas os técnicos junto com os gerentes de projeto, decidiram que o mutirão passaria de voluntário para remunerado e esses empregados só poderiam ser moradores da comunidade onde estava trabalhando o mutirão. A partir de então, com uma maior estruturação técnica e administrativa, houve um progressivo aumento no número de comunidades atendidas.

Contudo a professora Ribeiro (2014) vai trazer para a discussão que toda questão de intenção está por trás de uma ação. Então podemos dizer que a passagem do reflorestamento voluntário para remunerado foi uma ação com intenção de aumentar as áreas abrangidas pelo projeto e assim conseguir maior visibilidade ao programa e consequentemente mais verbas da Prefeitura para se investir nele.

Depois dessa mudança, o Mutirão de Reflorestamento passou a ter duas atitudes básicas. A primeira é a restauração de ecossistemas, objetivo desde o início do projeto, e a segunda é a ampliação de trabalho em áreas faveladas. Esses objetivos foram requisitados pelas comunidades quando requisitaram o programa na Prefeitura.

Com a Rio-92, e como o Rio de Janeiro se tornando o palco da conferência, a cidade também se tornou cenário. A cidade lutava para conseguir ter uma convivência harmônica entre a área urbana e o espaço natural e a ela deu um grande impulso ao reflorestamento, já que cidade queria se tornar símbolo de ambiente urbano que mantinha sua fauna e flora, mas que ainda tinha um crescimento sustentável.

Desse modo vemos que a ela deu um horizonte de expansão ao projeto. A partir dessa colocação lembramos-nos de Koselleck (1979) quando ele fala que para fazer uma mudança precisa haver um horizonte de expectativa tal horizonte que dará a segurança necessária para executar essa mudança.

Em 1994, o Projeto Mutirão Reflorestamento foi transferido para a Coordenadoria de Recuperação Ambiental da recém-criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), onde houve um aumento expressivo na produção e no número

⁴ Depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da SMAC. Desde o início do projeto Mutirão de Reflorestamento ele fez parte da equipe do projeto.

de frentes de trabalho. Nesse período, iniciou-se a recuperação de áreas de manguezais através do mesmo sistema.

Em 1996, as áreas consideradas “artificializadas” ou profundamente modificadas pela ação humana somavam cerca de 74% da superfície total. A área urbana apresenta a maior porção, equivalendo a aproximadamente 50%. (JUNNIUS, 2000)

Deste modo, vemos que em 1996 a área urbana já era metade do território do Rio de Janeiro, quanto à influência humana se fazia em $\frac{3}{4}$ do mesmo território. Então podemos concluir que a área de Mata Atlântica carioca intacta era só 26%, e isso apenas depois de 10 anos do começo do Mutirão de Reflorestamento.

Porém, dentro do percentual de áreas artificiais não urbanizadas, se tem uma cobertura vegetal de grama que é a principal marca da destruição ambiental de uma mata. Essa cobertura vegetal ocupa cerca de 25.600 ha ou 20% do total da área da cidade do Rio de Janeiro. Grande parte dessas áreas está em encostas sendo, portanto responsáveis pelos elevados riscos de deslizamentos de blocos e de terra. Por se encontrarem em zonas com grandes restrições naturais e legais à ocupação regular, estão submetidas a um intenso processo de favelização (JUNNIUS, 2000).

Em 1997, o Tratado de Kyoto foi assinado, com o intuito das cidades que disponibilizavam de áreas potencialmente “reflorestável” fizessem reflorestamento. Em 1998, o Rio de Janeiro, conjuntamente com outras cidades, assinou um protocolo de intenções, comprometendo-se a reduzir suas emissões em 20% até 2005. Paralelamente, o Brasil tem investido em estudos que visam avaliar o potencial do reflorestamento no sequestro de CO₂.

Após a assinatura do tratado, o Rio de Janeiro assinou intensificou mais a realização de plantios florestais, a fim de compensar suas emissões ou mesmo custear parte dos seus investimentos, através do mercado internacional de créditos para absorção de carbono (JUNNIUS, 2000).

O projeto, nas áreas de encostas vai focar mais em favelas que estão localizadas na Zona Sul e na grande Tijuca. O objetivo que aqui estudamos tem como foco o crescimento do turismo na cidade do Rio de Janeiro.

Até o ano de 1994 o turismo convencional representava a atividade de mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial, movimentando cerca de US\$ 3,5 trilhões por ano e tendo apresentado uma expansão de 57 % na última década. Estima-se que em 1994 o turismo tenha gerado, a nível global, cerca de 204 milhões de empregos, o que significa que um em cada nove trabalhadores no mundo está ligado ao setor. (JUNNIUS, 2000)

Esses dados, associados ao patrimônio natural que permite a exploração do turismo ecológico, com a infraestrutura de cidade urbanizada em conjunto com atividades culturais fizeram com que o Rio de Janeiro se tornasse uma cidade com um turismo ainda mais forte e diversificado.

Após a implantação do Mutirão de Reflorestamento e do reflorestamento de comunidades como o morro Dois Irmãos e Vidigal, a Zona Sul, área turística da cidade, podemos verificar que ela passou a ter mais um atrativo turístico que são as trilhas ecológicas dentro das comunidades. Deste modo a cidade teve sua imagem ainda mais associada à natureza, criando um cenário de cidade com áreas ambientais conservadas.

Porém a natureza exposta aos turistas e ao mundo tido como natureza natural é forjada e construída pelo homem, e o Programa Mutirão ajudou nessa construção, já que ele é executado pela Prefeitura e ela quer promover cada vez mais a cidade buscando investimentos para a mesma. Logo a conservação deste patrimônio natural é promovida, já que o ecoturismo é uma importante justificativa econômica.

Todavia percebemos que o Mutirão de Reflorestamento transpõe desafios em seu cotidiano. Estes desafios estão ligados ao tráfico de entorpecentes, porque os traficantes veem o projeto mutirão como a figura do Estado dentro da comunidade.

Mas por outro lado o projeto leva segurança aos moradores das favelas e cada dia mais integra o Estado e a comunidade numa ação constante de prevenção contra as chuvas que, por muitas vezes, chegam a matar moradores de todo o Rio de Janeiro, porém os maiores índices de fatalidades são sobre a população de baixa renda que moram em comunidades.

Conclusão

Portanto vendo essa evolução nas políticas públicas vemos também que o Estado começa a desenvolver programas governamentais que necessitam da participação social e isso vai levar às comunidades a cidadania que lhe foi tirada em vários momentos de execução das reformas urbanísticas. Todavia a máquina estatal continuou com a sua autoridade, sobretudo nesse programa vemos que a carga autoritária diminuiu e o que cresceu e prevaleceu foi a comunicação e forma democrática.

Referências bibliográficas:

ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

ARNOLD, David. The problem of nature: environment, culture and European expansion. Oxford: Blackwell, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. São Paulo, Zahar, 2007.

BRANDÃO, A.M.P.M. As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano. In: ABREU, M. de A. (org). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992. p.143-200.

BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ALVITO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. In: O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. In: Estudos Urbanos e Regionais, vol.9, n. 1/ maio 2007.

DAVIDOVICH, Fany, Programa favela: bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso do RJ In: Apresentação no Congresso: VII Encontro Nacional da ANPUR na área temática Urbanização e Regionalização.

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P.46.

- JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 2.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos, Contratempo. Rio de Janeiro (1979 [2015]).
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.
- PERLMAN, Janice E. O Mito da Marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 138.
- PETERSON, Lu. Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro.
- POLLACK, Michael. “Memória e Identidade Social”. Revista Estudos Históricos, v.5, n. 10, 1992, pp.200-212.
- PORTES, Alejandro. Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado. Estudos CEBRAP (n. 22) (1978) Singer, 1972.
- SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento in Fujiwara, Luis Mario Neloson Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. Experiências Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 1998. p. 129-138.
- SANTOS, Danielle Gomes dos, Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006. Ed. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- SARLO, Beatriz. Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia da Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- VALLADARES, Lícia. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Licia do Prado Valladares. Zahar Editores, 1978.
- VAZ, L. F. Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras / FAPERJ, 2002. v. 1. P. 38.
- VIEIRA, Beatriz Moraes. Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos. In Revista Maracanã Edição: n.11, dezembro 2014, p.72.

Sites:

Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de Dezembro de 2015 às 15 horas e 17 minutos no site:

<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF>

Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 07 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

Rio natural e guia de trilhas visto dia 12 de abril de 2016 às 13 horas.

<<http://rionatural.com.br/pt-br/tours/trilha-morro-dois-irmaos/>>

VELEZ, Vitoria. Reflorestamento diminui risco de deslizamentos nos morros cariocas., visto dia 30 de agosto de 2013 às 17 horas. <<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/08/30/campanha-de-reflorestamento-renova-esperanca-nos-morros-cariocas.htm>>

Os Povos Jê dos Sertões do Leste, a Política das Guerras Justas e a Conquista dos Territórios Indígenas no Vale do Rio Mucuri na Primeira Metade do Século XIX

Tamires Santos Pereira

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

Trata-se de uma reelaboração dos recortes definidos para o projeto de tese apresentado ao PPGHS/UERJ/FFP no ano de 2017, cujo tema central é o processo de conquista e colonização do Vale do Rio Mucuri localizado entre as províncias de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Inicialmente o recorte desta proposta de pesquisa estava centrado na segunda metade do século XIX, período em que observamos um avanço considerável na ocupação da região citada bem como a efetiva conquista dos territórios indígenas, objeto de interesse do Estado e de empresas privadas que buscavam explorar os recursos naturais, garantir mobilidade entre os sertões e o mar através da navegação e da construção de estradas e também promover a “civilização” destes sertões considerados selvagens, tanto pela dificuldade colocada pelo próprio meio natural, quanto pela resistência dos povos que ali habitavam, os temidos Botocudos.¹

Na medida em que avançamos nas reflexões sobre o objeto, percebemos a necessidade de recuar neste recorte, voltando nossa atenção para o início do século. Os acontecimentos ocorridos, especialmente a partir de 1808 com a decretação da Guerra Justa aos Botocudos, após a mudança da coroa portuguesa para a colônia, tiveram grande impacto sobre as populações indígenas do Vale do Mucuri e abriram caminho para que a região fosse de fato ocupada e colonizada. Pensando a partir desse recorte inicial e com a leitura de fontes analisadas ainda parcialmente destacamos como um dos discursos predominantes desse período a civilização das matas do Mucuri e a “domesticação” dos

¹ Os Botocudos como são popularmente conhecidos, são diversos povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Sua denominação genérica – Botocudos – foi-lhes atribuída pelo uso dos botoques labiais e auriculares, vide Paraíso (1992, p.423).

índios, ao mesmo tempo em que as ações promovidas, primeiro pela coroa portuguesa e posteriormente pelo império liberava o território para as atividades agrícolas economicamente valorizadas.

Outra questão que chama atenção nas fontes, delas destacam-se os relatórios da Companhia do Mucuri, de viajantes que passaram pela região na primeira metade do século XIX e outros relatos de expedições particulares, é que estas apontam para uma dimensão classificatória das populações indígenas em relação aos outros sujeitos que também habitavam o Vale do Mucuri, permitindo observar com alguma clareza negociações e conflitos, classificações que criavam ou reforçavam diferentes imagens sobre os indígenas.

Neste sentido, propomos também neste trabalho uma reflexão acerca destes discursos, apontando para isso alguns exemplos destacados das fontes, por entender que em maior ou menor grau os discursos e imagens produzidas e reproduzidas durante o período colonial contribuíram ou pelo menos inspiraram o modo como a sociedade não índia – primeiro a coroa portuguesa, depois o Estado, Empresas privadas e outros -, agiu diante das populações que encontraram pelos caminhos das matas do Mucuri.

Tupis, Tapuias, Aimorés e Botocudos: os “selvagens” dos Sertões do Leste

Uma das primeiras obras a descrever os nativos dos sertões, conhecidos como Tapuia, foi a de Pero de Magalhães Gândavo, o seu *Tratado da terra do Brasil*, escrito no final do século XVI que constrói uma imagem terrível desses primeiros habitantes, segundo ele, seriam desumanos e cruéis, vivendo como animais, sem ordem e nem sociedade, este talvez seja o primeiro texto que faz referência aos índios do sertão de forma tão apurada nas descrições, embora carregado de estereótipos e de juízos negativos, considerando o contexto da época e a visão da não humanidade sobre tais povos.

Durante a conquista da América, Todorov (2003) chama atenção para postura de Colombo em relação aos índios como alguém que os descreve como parte da natureza. O detalhe maior que chama a atenção do viajante conquistador é a falta, falta dos signos civilizatórios do ocidente europeu. Desse modo, podemos dizer que a questão do outro foi então tratada na América pela falta e não pelas diferenças entre os grupos. De modo

semelhante na América portuguesa os povos nativos foram para esses outros, os europeus, sociedades em falta, em falta de Deus, de pudor, de cultura, em falta de lei etc. Com efeito, caberia ao “homem civilizado” suprir-lhes todas estas faltas. Os conflitos gerados entre o ser ou não ser civilizado, ter ou não ter os elementos socioculturais do colonizador, abriram uma lacuna que o imaginário preencheu.

As principais fontes de interpretação e conhecimento disponíveis sobre os povos indígenas são os relatos dos cronistas e naturalistas que realizaram expedições entre os séculos XVI e XIX². Desde os primeiros textos do século XVI os nativos dos sertões são descritos sob os etnônimos de Aimoré, Tapuias e Botocudos, termos usados genericamente para nomear uma gama de povos distintos, que são parte do tronco linguístico Macro-Jê que ainda hoje habitam o chamado “Sertões do Leste”, região entre Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

É preciso reconhecer a importância destas fontes, mas sempre com o olhar crítico que permita perceber que as descrições geográficas e culturais elaboradas por estes viajantes possuem inúmeras limitações, eles frequentemente se equivocavam na identificação das populações, e compreendiam muito pouco como os nativos se rearticulavam para fazer frente ao projeto colonial português. Tais relatos fizeram circular imagens profundamente ambíguas e negativas dos povos indígenas. Essas representações dos índios no período colonial e posteriormente no império derivavam de visões de mundo que davam um sentido humanitário e religioso ao empreendimento colonial.

A natureza física e o comportamento diferenciado, pautado pelos valores culturais diversificados de cada grupo (europeus e indígenas), ofereceram os componentes concretos que construíram as imagens sobre os povos nativos, ligados, sobretudo aos estereótipos negativos e generalizações já mencionadas. Souza (1995) destaca que no processo de criação do estereótipo, o ser bestial, de pouco saber e esquivo, reproduziu a ideia que o europeu projetou sobre o outro, que ele desconhecia: um ser inferior por ser despossuído da razão e do saber que a Europa advogava para si. O ato de estereotipar é, por definição, redutor e, como tal, sempre marca a ausência de alguma propriedade presumidamente desejável, entendemos então que a estereotipação foi uma arma de poder

² Os Sertões do Leste e os grupos indígenas que ali habitavam são descritos por viajantes como; Wied-Neuwied, Spix e Martius, Feldner, Saint-Hilaire, Moniz Barreto, Pohl, Seider.

discursivo a qual se recorre ainda hoje para exercer um poder de julgamento sobre diferentes grupos, entre eles os povos indígenas.

Conforme Leonardi (1996), não apenas na colônia, mas também em Portugal predominaram visões negativas sobre os povos indígenas e o entusiasmo pelo *bom selvagem* só encontrou uma expressão mais forte na literatura romântica do século XIX. Nos séculos anteriores predominaram juízos ultranegativos sobre os índios. A produção do estereótipo a partir da “ausência” tornou-se uma das justificativas do colonizador para imputar ao outro, o indígena, uma imagem reducionista. Onde inserir e como explicar a existência de seres humanos que desconhecem as regras sociais, as línguas e sistemas mercantis, enfim, os valores de um modelo europeu de sociedade? Como classificar e definir as atitudes e os sistemas de convivência desses novos homens e mulheres, cuja língua é incompreensível, a escrita inexistente e a vida não regulada pela fé, pelas leis e nem pelos reis?

Após os primeiros contatos entre os colonizadores e os povos nativos, os europeus começaram a estabelecer relações de trocas principalmente com os Tupi, generalização referente ao tronco linguístico do mesmo nome ao qual pertenciam vários grupos que dominavam a costa no período da ocupação portuguesa. Sobre estes grupos, as primeiras imagens produzidas são de certa forma positivas, inicialmente foram concebidos como inocentes, puros, com corpos bonitos e muito hospitaleiros. Mas ainda nas primeiras décadas de colonização estas imagens se alteraram e as relações passaram a ser determinadas a partir de duas classificações, a do índio bom e inocente e a do índio bárbaro e selvagem (PARAÍSO, 1994).

Manuela Carneiro da Cunha (1992) compartilha desta afirmação ao definir estas duas categorias que classificaram durante séculos os diferentes grupos indígenas. A primeira, a dos índios bons, domesticados e mansos, uma terminologia que não deixa dúvida sobre a ideia de animalidade dos nativos, entre eles estão os Tupi e os Guarani, segundo a autora alguns grupos já foram dados como extintos ou supostamente assimilados, figurando por excelência na autoimagem que o Brasil fez de si mesmo. É o índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas. É o caboclo nacionalista da Bahia, é o índio do romantismo na literatura e na pintura. É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto (CUNHA, 1992, p.136).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

A segunda categoria é definida como o genericamente “Botocado”. Este é o índio vivo, aquele contra quem se deve guerrear. Nas primeiras décadas do século XIX, sua reputação é de indomável ferocidade, coincidência ou não, os Botocudos são Tapuia, os inimigos temíveis dos Tupi na história do início da colônia. Os Tapuia são principalmente os povos de língua Jê e também outros povos não falantes da língua Tupi. O que os Tupi-Guarani são para a nacionalidade, os Botocudos são para a ciência³ (CUNHA, 1992, p.136).

Boris Fausto (2004), por sua vez quando cita a presença indígena no Brasil, apresentou o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, como áreas habitadas pelos temidos “Aimoré”. Dantas, Sampaio e Carvalho (1992) afirmam, porém, que Aimoré é também uma generalização, assim como Botocudos⁴, pois havia uma diversidade de grupos que habitavam o Leste indígena. Assim, Tapuios ou Tapuias, Aimorés e Botocudos, foram etnônimos generalizantes atribuídos aos povos indígenas que diferem dos povos de origem Tupi, todos estes etnônimos foram usados como sinônimo de “índios selvagens”.

A produção desses estereótipos e classificações sobre os nativos pode ser notada em diferentes momentos da ação colonial, a forma como os indígenas foram vistos, dependeu em grande parte dos interesses e do lugar que ocupariam no projeto colonizador,

[...] o índio podia ser visto como *participante* na construção da sociedade e do sistema produtivo nas áreas em que as relações de alianças predominavam; como *trabalhador*, nas regiões em que se processava a implantação de atividades produtivas voltadas para exportação, o que pressupunha relações de dominação mais eficientes no tocante à exploração do trabalho indígena; como *povoador* nas áreas de fronteira e como *pagão*, elemento constitutivo da natureza, quando vistos pela ética dos missionários (PARAÍSO, 1994, p.181).

Em síntese, aos índios bons, mansos e domesticados foi permitida uma entrada – de serviço – no curso da História e do projeto colonizador, e aos selvagens foram dadas as “guerras justas”, o extermínio de muitas populações e a escravidão. Encobertos pelos

³ Referindo-se ao interesse dos naturalistas viajantes pelos “exóticos” Botocudos, alguns viajantes levaram para Europa e Estados Unidos, crânios de índios Botocudos para estudá-los a fim de compará-los aos crânios de primatas, ver Manuela Carneiro da Cunha, História dos Índios no Brasil, 1992, p.136.

⁴ Os Botocudos como são popularmente conhecidos, são diversos povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Sua denominação genérica – Botocudos – foi-lhes atribuída pelo uso dos botoques labiais e auriculares. Para mais informações sobre quem são os Botocudos, vide Paraíso (1992, p.423).

etnômios Aimoré, Tapuia e Botocudos, ficaram esses povos conhecidos por todo período colonial, e posteriormente no império, como os bárbaros selvagens que em sua maioria opuseram-se ao projeto colonizador, resistindo praticamente íntegros em seus territórios até o início do século XIX.

Tais generalizações acerca das populações nativas do Mucuri e o uso que se fez destas classificações, nos remete aos estudos desenvolvidos por Durkheim e Mauss em texto publicado sobre as classificações das populações denominadas primitivas, não há aqui uma análise específica da estrutura dos grupos étnicos do tronco Macro-Jê, mas interessa pensar sobre como a sociedade gera tais classificações e como a partir delas cria modelos de organização de sistemas que se contrapõem aos sistemas próprios das comunidades indígenas, outro fator importante na leitura deste texto foi a tentativa de entender as diferenças apontadas pelos autores entre o que seria uma comunidade civilizada e uma comunidade primitiva. Durkheim muito embora postule a generalidade dos fatos sociais, ainda mantém resguardadas tais diferenças, apontando que para os primitivos existe uma predominância maior do elemento afetivo.

As distinções entre os que se consideravam civilizados e os que foram considerados “primitivos” podem ser observadas já nos primeiros contatos, descritos nas relações de troca entre os portugueses e os povos Tupi. Entre os interesses do projeto de pesquisa ora desenvolvido está o avanço nas análises que tomam tais categorias “índios mansos” e “índios selvagens” de uma maneira quase estática, apontando a partir das leituras das fontes que os nativos considerados selvagens não foram apenas subjugados pelo projeto colonizador, mas que agiram e reagiram diante dele, destacando ainda que as duas categorias não podem ser colocadas exclusivamente como antagônicas e sem contato, a própria natureza de perambulação indica que as inúmeras possibilidades de contato entre as diferentes etnias que habitavam os Sertões do Leste.

As Guerras Justas contra os índios dos Sertões do Leste

A política da guerra justa, adotada por Portugal na América ainda no século XVI, foi o resultado de longas discussões acerca da humanidade dos índios e da legalidade da escravidão indígena (PARAÍSO, 2009). Como apontamos anteriormente as alegações

baseavam-se na construção da imagem dos inimigos com as formas as mais dramáticas, ferozes, cruéis, bárbaras, impossíveis de serem trazidas à razão e a civilização. Poderosos, fortes, antropófagos, feios, deformados, sem respeito à humanidade, a imagem do inimigo perfeito, como objeto de destruição e apropriação. Nessa perspectiva os Botocudos foram considerados como o elo perdido entre os animais e os homens, claro que numa abordagem biologizante das espécies (DUARTE, 2002).

A primeira decretação de Guerra Justa aos nativos das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, contra os povos indígenas identificados como “Aimoré”, data de 1595, ao final do primeiro século da conquista (VALLE, 2000). Para os Tupiniquim, os índios mansos, havia o aldeamento dos jesuítas, mas aos selvagens o genocídio, o extermínio. Em 1572 cerca de quatro mil índios aldeados na capitania de Porto Seguro. A liberdade em alguma medida fora sempre garantida aos aliados e aldeados, a escravidão, por outro lado, tornou-se o destino dos índios inimigos (PERRONE-MOISÉS, 1992).

Em 1669, o governador da Bahia, Francisco da Rocha, contratou expedicionistas a semelhança das bandeiras para combater os Pataxó e os Botocudos entre os rios de Contas e a bacia do Mucuri. Este acontecimento foi interpretado pela historiografia indígena, sobretudo por Valle (2000) como uma nova Guerra Justa, uma vez que a característica dessa ação foi a violenta política de extermínio, sempre empreendida a serviço dos interesses do projeto colonizador. Infere-se que tais combates foram utilizados como estratégias para “limpar” o território da presença selvagem do índio, para que se implantassem os projetos de exploração da região dos Sertões do Leste.

Como mencionamos no início deste texto, no ano de 1808 foi decretada uma nova Guerra Justa contra os Botocudos dos Sertões do Leste, medida tomada logo após a vinda da família real para a colônia na América. Para entender e contextualizar esta ação que caracterizou a política joanina para os índios, é importante voltar ao início do século XVIII quando foram publicadas duas Cartas Régias em 1701 e 1702⁵, a primeira proibia o uso da rota sanfranciscana no abastecimento das zonas das minas pela Bahia e Pernambuco, a segunda, atrelada ao Regimento das Minas, ampliou a restrição a todas as

⁵ Cartas Régias de fevereiro de 1701 e janeiro de 1702. Disponíveis em <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/>

formas de comércio entre Minas e as capitanias do norte, inclusive proibindo a abertura de estradas e caminhos entre o litoral e a zona de mineração.

A área de restrição de circulação e de comércio criada com as Cartas Régias citadas transformou a região no que Maria Hilda Paraíso (2014) conceituou como uma “zona tampão”, uma vez que o bloqueio à expansão colonial nas matas entre os rios de Contas e Doce, contribuiu para transformar a região em um refúgio para vários grupos indígenas como os Maxakali e seus vários subgrupos, Pataxó, Anaxó, Kumanaxó, Kutatoi, Panhame, Monaxó, os Botocudos anteriormente denominados Aimoré e Gren, e os grupos Tupi do litoral (PARAÍSO, 2009, p.261). Como estratégia utilizada pela coroa para fazer cumprir as determinações das Cartas Régias mencionadas, disseminou-se uma imagem aterrorizante sobre os sertões do Leste indígena, como uma região de matas fechadas, perigosas, animais ferozes e índios selvagens.

Neste sentido, tomamos o ano de 1808 como o marco inicial para abertura da região e promoção efetiva de sua colonização. Esta região de fronteira entendida como “zona tampão” esteve mais “resguardada” durante algumas décadas, pela resistência nativa somada as ordens da coroa que impediam a construção das estradas que levavam à zona de mineração. Retardando por algum tempo o contato intenso dos povos Macro-Jê dos sertões do leste com as frentes pioneiras, inclusive os bandeirantes paulistas, devassadores das matas (VALLE, 2000, p.68). Este fato explica porque em 1815 o príncipe Maximiliano tenha encontrado Pataxós nus, falando a língua materna, enquanto os Tupiniquins já estavam com 250 anos de presença jesuítica.

Com a chegada da corte portuguesa, várias medidas político-administrativas foram tomadas em relação a colônia, que passara a condição de reino unido no mesmo ano. A visão sobre a fronteira começou a ser alterada, com a redução do volume de ouro obtido em Minas Gerais.

A partir de então, os governadores daquela capitania buscavam soluções para a crise vivida resultante da desarticulação econômica, da ameaça de revoltas e da grande quantidade de pessoas sem ocupação. No conjunto de medidas sugeridas aos governantes metropolitanos, a conquista dos Sertões do Leste surge como a grande resposta para todos os questionamentos relativos ao presente e ao futuro das Minas Gerais, da colônia ao império. (PARAÍSO, 2009, p.262)

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Em 13 de maio de 1808 foi decretada a Carta Régia⁶ que declarava a Guerra Ofensiva aos Botocudos e demais grupos indígenas que se opusessem e resistissem aos colonizadores no processo de conquista dos Sertões do Leste. De forma refinada, os sertões foram vistos como a grande solução para os problemas vivenciados pelas várias instâncias da capitania. As determinações eram para que o Governador iniciasse imediatamente a guerra ofensiva aos Botocudos que deveria ocorrer anualmente no período de seca a ser continuada até quando os tivesse “movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis” (Art.1)⁷.

A execução dessas determinações teve por base o sistema militar já instalado para o controle das zonas de mineração como os quartéis. As tropas foram distribuídas por seis Divisões Militares no rio Doce, estrategicamente localizadas e coordenadas pela junta de Conquista e Civilização do Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce, presidida pelo Governador da Capitania. Os comandantes das Divisões, que foram promovidos a Alferes do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais com soldo correspondente, detinham poderes que extrapolavam os relativos à guerra aos índios. Podiam recrutar seus próprios soldados, inclusive índios mansos, na quantidade que considerassem suficiente para garantir a defesa dos colonos e promover bandeiras de ataques aos Botocudos que permaneciam nas matas.

Os comandantes, como consequência, poderiam ser responsabilizados por ataques realizados por Botocudos às áreas que estavam sob seu comando, sendo punidos caso fossem considerados omissos ou descuidados. Também era de sua responsabilidade aprisionar e escravizar os Botocudos que fossem surpreendidos em armas, podendo o Comandante usá-los em proveito por dez anos e, até mantê-los a ferros, caso considerasse como excessivamente ferozes (Art.3)⁸. Aqueles que fizessem o maior número de prisioneiros, destruído mais aldeamentos e evitassem ataques às áreas sob seu comando, teriam aumento de soldo (Art.4).

⁶ CARTA RÉGIA enviada a Pedro Maria Xavier de Ataíde Mello, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1808.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

A decisão de fazer a guerra é coerente com a visão de que os índios, além de não contribuírem social e numericamente com a população, era um obstáculo ao crescimento demográfico e à expansão dos colonos brancos, vistos como os únicos capazes de realizar, a árdua e importante tarefa de incorporar as terras ainda virgens através de sua apropriação individualizada, sua ocupação e exploração de acordo com os padrões definidos na época como racionais.

É importante ressaltar que uma das principais características dos povos Jê era mobilidade, o trânsito por todo território, tendo como zona de perambulação toda a extensão dos Sertões. Nos relatórios sobre as possibilidades de mineração no Mucuri nas primeiras décadas do século XVIII, João da Silva Guimarães responsável pelas pesquisas destaca o conhecimento que esses povos revelaram sobre o curso do rio, um claro indicativo das andanças dos grupos Jê pelos Sertões do Leste. Complementando nossas análises, destacamos a narrativa do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied que se revelou para a historiografia indígena uma fonte considerável, Maximiliano percorreu entre 1815 e 1817 os atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, seus escritos chamam atenção principalmente pela figura de Guak, um índio Botocudo que assumiu funções de intérprete, tradutor e guia, e pelo exercício desse papel, observamos na narrativa que o território percorrido pelo príncipe era tudo menos “desconhecido” ou totalmente inexplorado, e que sua população nada tinha de “virgem” ou “intocada”. Neste relato de viagem destacamos ainda as estratégias usadas pelos nativos em seu constante contato com os portugueses, os escravos oriundos da África e mesmo entre os diversos grupos indígenas que coabitavam este território.

Os conflitos e ações bélicas contra os nativos também estavam ainda muito presentes em função da Guerra Justa decretada alguns anos antes, no exemplo retirado da narrativa de Wied-Neuwied (1989), que descreve com detalhes o ataque de um fazendeiro aos índios da região de São Mateus, rio que atualmente pertence ao estado do Espírito Santo, mas que nesse período ainda era território da ouvidoria de Porto Seguro, e no século XIX era ocupada em grande número por Pataxó, Cumanaxó e Maxakali.

Carregou um canhão de ferro, que havia na fazenda, com fragmentos de chumbo velho e ferro, adaptou um gatilho de espingarda, colocou-o na picada estreita por onde os selvagens costumavam vir em coluna, puseram um pedaço

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

de pau atravessado na trilha, ligando-o ao gatilho por meio de um cordão. Os tapuia apareceram pelo crepúsculo e pisaram o pedaço de pau, como se esperava. Quando a gente da fazenda correu ao local para ver o resultado, encontraram o canhão arrebentado e trilha de índios mortos e mutilados, alguns ainda no lugar, outros espalhados pela mata. Dizem que os gritos dos fugitivos se ouviam a grande distância (WIED-NEUWIED, 1989, p.171).

Segundo Wied-Neuwied (1989):

A fim de proteger tôda essa colônia dos ataques e crueldades dos Botocudos, estabeleceram-se em diferentes direções, oito postos no interior das florestas. Êsses postos, também são destinados a proteger as ligações comerciais com Minas Gerais, últimamente tentadas pelo rio acima. De fato, já tinham descido dessa provincia, soldados em número suficiente, bem armados e providos de um couraça defensiva, chamada gibão d'armas. Essas couraças de que todos os postos possuem algumas, constituem proteção indispensável contra as flechas que os selvagens arremessam com grande fôrça. São largas, feitas de tecidos de algodão e espêssamente acolchoadas com várias camadas de paina. Têm uma gola alta e dura que protege o pescoço e mangas curtas que cobrem a parte superior do braço, descem até os joelhos e são muito incômodas por causa do pêso, sobretudo nas épocas de calor. (WIED-NEUWIED, 1989)

O interesse em ocupar e colonizar as áreas de fronteira, fez com que a base desse raciocínio se desse com a instalação de presídios militares, além de terras, para os soldados e os colonos, incentivando-os a se mudarem para as áreas de fronteira com suas famílias. As áreas de povoamento e colonização entre Minas, Espírito Santo e Bahia, estão diretamente associadas à construção e funcionamento de quartéis, destacamentos e presídios de índios.

Cabe destacar ainda que diferente de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde em função da Guerra contra os Botocudos foram criados os quartéis de índios, em Porto Seguro, por exemplo, predominou como sistema de perseguição aos nativos “selvagens”, os “Terços de Ordenança”. Os Terços foram criados pela capitania da Bahia, em vários núcleos de povoamento colonial. Seu objetivo era combater os índios dos sertões, através dos grupos aldeados. Havia Terços em Ilhéus, Belmonte, Porto Seguro, Vila Verde, Trancoso, Prado, Alcobaça, Caravelas e São Mateus. A atuação dos Terços ainda será objeto de nossa atenção durante a pesquisa.

Considerando-se os diferentes modelos adotados pelas três capitanias, constata-se que algumas práticas adotadas para viabilizar a guerra justa foram comuns e outras são peculiares a cada realidade. No caso da Bahia, não ocorreu a criação de divisões militares

e o governo não assumiu de forma mais efetiva o comando da aplicação das determinações governamentais. O caráter particular, ainda que o responsável fosse indicado pela autoridade constituída, só passou a ser melhor controlada após os ouvidores de Ilhéus e de Porto Seguro avocarem a si a responsabilidade pelo cumprimento das determinações legais. Através de seus capitães mores, os ouvidores passaram a incentivar e coordenar as ações. Já em Minas Gerais e no Espírito Santo, a coordenação era de responsabilidade do governador e a atuação ocorria através dos comandantes das divisões militares – sete em Minas Gerais e duas no Espírito Santo – a ele subordinados.

Com a proposta de buscar um caminho de reelaboração do recorte inicial de pesquisa e, propomos, portanto, lançar outro olhar sobre o tema a partir da política das Guerras Justas e como esta política potencializou a Conquista do Vale do rio Mucuri, abrindo caminho para os empreendimentos posteriores de colonização como a Companhia criada por Teófilo Ottoni.

Na medida em que a pesquisa avança na leitura das fontes nos deparamos com novas narrativas como a do príncipe Maximiliano que tem ajudado a refletir e a pensar questões que envolvem o problema central que agora norteia o nosso projeto, como por exemplo, as relações de enfrentamentos, alianças e negociações entre indígenas e não indígenas no processo de conquista uma mudança do olhar administrativo do Estado na ocupação do território para o olhar da ação dos sujeitos que envolvem a produção deste território. Estes elementos aparecem em outras fontes como os escritos de Teófilo Ottoni já tratados em texto anterior apresentado neste seminário.

Fontes consultadas

CARTA RÉGIA enviada a Pedro Maria Xavier de Ataíde Mello, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1808.

PARECER da secção do Conselho de Estado sobre a Necessidade de Catequese e Civilização dos Índios. Rio de Janeiro, s/d (Coleção Marques de Olinda – Lata 217).

PARECER encaminhado ao Visconde de Olinda sobre a Colonização em Geral e Colonização Militar, por Francisco José de Souza Soares Andréa, Rio de Janeiro, s/d. (Coleção Marques de Olinda – Lata 206).

WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. *Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo vice-presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imperial.

Referências bibliográficas

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José Augusto L., CARVALHO, Maria do Rosário G. de. *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel - *De quelques formes primitives de classification*, in Mauss, Marcel, *Essais de Sociologie*, Paris: Éditions de Minuit, 1969, p.162-230.

DUARTE, Regina Horta (org). *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

_____. *Conquista e Civilização na Minas oitocentista*. _____ (org). *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

MATTOS, Izabel Missagia de. “*CIVILIZAÇÃO*” E “*REVOLTA*”: *Povos Botocudo e Indigenismo Missionário na Província de Minas*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2002.

MONTEIRO, John Manuel. *O Desafio da História Indígena no Brasil*. In: Silva, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs). *A Temática Indígena na Escola*:

novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p.227.

_____. *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES* – Estudos de História indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia, IFCH – Unicamp, Campinas, 2001.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana [online]. 1998, vol.4, n.1, pp. 47-77.

_____. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília, Ministério da Educação, LACED/Museu Nacional, 2006.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Botocudos e sua trajetória histórica*. In; Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

_____. *De como obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. Revista de História, São Paulo: USP, No 123-132, 1994.

_____. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese de Doutorado. PPGHS/USP, São Paulo, 1998.

_____. *A política joanina para os índios e a retomada da guerra justa*. In: Simpósio Internacional A Família Real na Bahia: 1808-2008. Salvador. Anais do Simpósio Internacional A Família Real na Bahia: 1808-2008. Salvador: IGBH e Fundação Pedro Calmon. v. 1. 2009 p. 261-276.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In; Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. (Org.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas III: South America, Parts 1 & 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SOUZA, Elizabeth Salgado de. *A História Salgada: Imagem de índio. Palavra de europeu*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas, UNB. Brasília, 1995.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VALLE, Cláudia Neto do. *Sou Brasileiro, Baiano, Pataxó*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2000.

Mesa 12

**História de Empresas e
Empresários**

Crise política de 1955 e os limites para a Legalidade e a Democracia

Daiana Maciel Areas

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Este artigo tem o objetivo de trabalhar os sentidos adquiridos pela palavra *Democracia* nos editoriais e artigos assinados publicados pelo *Correio da Manhã* no período de crise política em 1955, com o processo eleitoral pós - suicídio de Vargas. Neste processo histórico, os debates sobre projetos de desenvolvimento fora e dentro dos partidos políticos oficiais ganharam força, mas o debate sobre a construção da democracia brasileira e os sujeitos históricos aptos para a consolidação da frágil soberania política se destacaram nos editoriais do *Correio*.

A crise gerada com o suicídio de Getúlio Vargas, o processo eleitoral para sua sucessão em 1955, a posse do eleito, Juscelino Kubitschek, além do contragolpe, debelado pelo Marechal Lott em novembro de 1955. O Governo Juscelino foi vinculado ao desenvolvimento, estabilidade e democracia, mas também foi o momento de luta para construção de um sentido e limite para a democracia em curso, este momento pode ser destacado para a reflexão sobre Democracia, legalidade, golpismo e os diversos sentidos assumidos por esses termos.

O *Correio da Manhã* constitui, aqui, a instituição e o material privilegiado para nossa análise, pois está sendo pensado por meio das projeções que sustenta quanto aos sentidos e limites da democracia, enquanto aparelho privado de hegemonia que procura garantir, para si, um espaço e um papel (de poder e pertinência circunstancial e histórica) nessa construção.

Na segunda metade dos anos de 1940, após o fim do Estado Novo (1937-45) de Getúlio Vargas, o campo político brasileiro passou por uma intensa reestruturação com o surgimento de diversas legendas criadas por núcleos políticos já existentes – como o

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹ e o Partido Social Democrático (PSD)², ligados direta e indiretamente à herança institucional – e por outras que desejavam chegar ao poder, como a União Democrática Nacional (UDN)³, forjada dentro da oposição a Vargas e ao “getulismo”. A modernização da imprensa periódica no período esteve ligada diretamente a este contexto.

As atuações do governo de Vargas, durante o Estado Novo, possuíam um caráter ambivalente, apoiavam as forças que defendiam a democracia na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), simultaneamente mantinham as restrições às liberdades individuais no país, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da Polícia Política. Nesse processo, a imprensa foi componente atuante no desgaste político e institucional do regime estadonovista, ainda anteriormente à extinção do DIP, em maio de 1945, convergindo para a crise que levou à retirada de Getúlio Vargas do poder, no mês de outubro.

Com a nova Constituição, promulgada em setembro de 1946, sucedeu o restabelecimento da livre manifestação do pensamento, sem dependência da censura ou de nenhum órgão fiscalizador. Para Nelson Werneck Sodré (1999:399) o fim da ditadura de Vargas simbolizava um recomeço para a democracia tanto pelo restabelecimento da atuação dos partidos como pela liberdade dos meios de comunicação. Através do pluripartidarismo, implantado em março de 1945, e com a edição do regulamento eleitoral, havia nascido os partidos “de massa”, que para Scott Mainwaring funcionavam como agremiações que precisavam ganhar votos e atrair um amplo eleitorado, em vez de

¹ Fundado em 1945, o PTB era considerado mais “progressista” do que PSD e UDN e organizou-se, como o PSD, a partir da máquina administrativa do Estado Novo, principalmente da estrutura sindical corporativa ligada ao Ministério do Trabalho. O PTB foi o terceiro maior partido do período democrático e tinha base predominantemente urbana, apresentando crescimento expressivo a partir do final dos anos de 1950, com a ampliação da participação parlamentar. (C.f. BENEVIDES, 2001:62)

² O PSD, criado oficialmente em junho de 1945, era ligado à máquina estadonovista (as antigas interventorias), ou seja, foi fundado por políticos que desempenhavam um papel de liderança direta na administração do Estado Novo. Os diretórios estaduais do partido tinham autonomia em relação ao diretório nacional. O PSD se tornou o maior partido brasileiro no período democrático até 1964. (C.f. SOUZA, 1990:134 e SOARES, 2001:87).

³ A UDN, fundada também em 1945, caracterizou-se por abarcar um grupo heterogêneo que tinha em comum a oposição a Vargas, e tornou-se, durante os anos de 1950, a segunda maior legenda do país. Era formada pelos “desalojados” das interventorias e se caracterizou como o mais conservador (ou “antipopulista”) dentre os três grandes partidos nacionais, sendo a única das grandes legendas que não possuía vínculos com as estruturas remanescentes do Estado Novo. (SOUZA, 1990:45 e SCHMITT, 2000:16).

se limitarem aos grupos de elite, como ocorria anteriormente. (MAINWARING, 2001). Dessa forma, as novas legendas passavam a valorizar as bases eleitorais como forma de chegar ao poder.

Vale ressaltar que as legendas pró e anti-herança Vargasista foram essenciais na composição da estrutura partidária a partir de 1945. A Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945⁴, obrigava qualquer agremiação partidária a apresentar um alcance nacional. Essa lei anulou de forma concreta elementos da política brasileira que estruturavam os partidos regionalmente e que desde a Primeira República (1889-1930), sustentavam o poder das oligarquias estaduais. Para Lucília de Almeida Neves Delgado, O decreto lei estabelecia que, para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições: registro de cinco ou mais Estados da federação (correspondendo à atuação em âmbito nacional); referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores; e personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. (FERREIRA E DELGADO, 2003:45-46)

O regime democrático liberal foi preponderante, os governantes passaram a ser eleitos pelo voto e os partidos políticos puderam organizar-se como agremiações representantes de vários setores da sociedade brasileira. Segundo Antonio Gramsci os partidos políticos traduzem uma visão de mundo que se origina da experiência histórica de um determinado grupo social, compõem-se em uma estrutura que engloba todos aqueles que compartilham da mesma visão. (GRAMSCI, 2000:59). A partir de 1945 ocorreu uma distribuição e manutenção do poder eleitoral entre as três principais legendas do país.

Durante os 1950, a formação das coligações se intensificou nos processos de sucessão presidencial. Dessa forma, o embate entre as principais legendas se ampliava principalmente em torno da definição das chapas concorrendo ao poder executivo federal e do melhor projeto de desenvolvimento do país. Em 1955, a principal aliança que surgiu para disputar as eleições para o executivo federal articulou-se em torno de um projeto político que envolvia o PTB, ligado às novas camadas sociais, nascidas e atreladas no

⁴ A “Lei Agamenon” foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob a determinação presidencial de regulamentar as condições de transição do regime político.

bojo da industrialização, e o PSD, ligado às camadas conservadoras e de base agroexportadora terminou por consagrar a vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart para a presidência e a vice-presidência, respectivamente.

Porém, a escolha do governador mineiro não fora, no entanto, uma unanimidade dentro do partido e, externamente, grupos opositores à indicação de Juscelino afirmaram a ligação do candidato com a política populista, considerando-o como uma continuidade de Vargas e de sua política econômica intervencionista. O *Correio da Manhã* integrou, nesse contexto, a frente de apoio à escolha do PSD.

(...) **Partido majoritário** num decênio de eleições democráticas, a nenhum, melhor do que ao PSD, se podia reconhecer o direito líquido, certo e oportuno de indicar uma candidatura aos convencionais, organizando assim, na consulta aos seus quadros, o processo da sucessão presidencial.

Fixou-se o PSD, para este candidato na figura do governador de Minas Gerais, homem na plenitude de suas capacidades, (...)

Era um homem sério e dinâmico, projetado no espaço nacional pelo valor da sua personalidade, **seu sentimento do progresso e, ao mesmo tempo, sua fidelidade às instituições e às tradições brasileiras.**

(...) O jovem candidato, homem simples, homem de seu tempo, sem um traço sequer de iluminismo e messianismo, cobre-se naturalmente com o manto que lhe impuseram o de **defensor da democracia brasileira.**

Ele transcendeu o que haveria de personalismo na sua candidatura. Forçaram-no a transcender e a se identificar com essas puras tradições da democracia brasileira que são, desde a fundação desse jornal, o nosso aliado apoiando a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek estamos apenas em realidade apoiando nossas próprias ideias, lutando a nossa luta de meio século pela implantação de uma democracia sólida no Brasil que brote do povo e dos partidos e nunca do Palácio do Catete. (*Correio da Manhã*, 1955:6)

O editorial do *Correio da Manhã* não só defende a candidatura de Juscelino Kubitschek, como o intitula “defensor da democracia”. Nesse momento, o jornal se coloca a favor da legalidade nas eleições para presidência e faz um alerta sobre um possível golpe, articulado por opositores da política getulista, da qual JK, segundo os “conspiradores”, seria herdeiro. A qualidade destacada no candidato, pelo jornal, era o fato de que não representava, na avaliação de seus editores, qualquer tipo de “personalismo”, característica essa, sim, associada à herança varguista.

O lançamento da candidatura de JK veio seguido da aliança PTB/PSD, com a escolha do político gaúcho João Goulart, o Jango, que fora ministro do trabalho no governo democrático de Getúlio Vargas, para candidato ao cargo de vice-presidente.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Diferentemente do apoio inicial dado a Kubitschek, nesse momento o Correio da Manhã manifesta ressalva à união, para o jornal Jango era o herdeiro direto da política getulista e “representante do ideário comunista”, devido à trajetória que ligava sua imagem a políticas em benefício a classe trabalhadora.

(...) O PTB indicará o nome do Sr. João Goulart para vice-presidência na chapa do candidato do PSD. **Não aceitamos, em qualquer hipótese, essa candidatura errada, imprudente e afrontosa.** Dir-se-ia não de um aliado do Sr. Juscelino Kubitschek, a facilitar-lhe o caminho já aberto para a vitória, mas a solução de um inimigo do candidato do PSD, a armar-lhe uma cilada e uma emboscada para um desfecho de consequências imprevisíveis.

(...) É lógico e certo, dentro dessa linha, que a vice-presidência caiba ao PTB, que seja um trabalhista o companheiro de chapa do Sr. Juscelino Kubitschek. **Mas o Sr. João Goulart não representa o trabalhismo – e sim o aventureirismo, o peleguismo sindical, a peronada para a República sindicalista, a agitação do cais do porto, a pregação da luta dos operários contra os patrões, tudo aquilo enfim que marcou a sua presença na pasta do trabalho e que abriu a crise a ter o seu desfecho no dia 24 de agosto.**

(...)

(...) Politicamente, a candidatura do Sr. João Goulart colocaria de novo o Brasil nos termos de exaltação e fanatismo da crise de 24 de agosto. (...)

(...) **A candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek, pelo valor do candidato e pelas forças que a apoiam, estava vitoriosa e estará vitoriosa, caso não seja o Sr. João Goulart o seu companheiro de chapa. (...) Apoiamos o Sr. Juscelino Kubitschek, mas não poderíamos apoiar a chapa Juscelino-Jango.** (Correio da Manhã, 1955:6).

Com a confirmação da aliança PTB/PSD em março de 1955, levou o Correio da Manhã a retirar o apoio direto à candidatura de Juscelino Kubitschek. Mesmo assim, o jornal afirmava, em editorial, que o candidato pessedista seria o político com “condições pessoais para realizar no plano nacional tudo aquilo que conseguira realizar no plano regional, seja pacificando a política do Estado, seja galvanizando as forças produtoras de Minas para o enriquecimento coletivo.” (Correio da Manhã, 1955:6) Em outubro, esta aliança venceu a eleição para o executivo federal, entretanto o campo político, em crise desde agosto de 1954, poderia ameaçar o direito a posse dos eleitos, devido à provável articulação de um golpe, liderada por uma das alas do exército e por lideranças da UDN.

Posteriormente às eleições, o presidente em exercício, Café Filho, adoeceu e foi substituído, interinamente, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. No momento em que se articulava um golpe para impedir a posse dos eleitos, para tal objetivo, o jornalista e deputado udenista, Carlos Lacerda, utilizou seu jornal, Tribuna da

Imprensa, para manifestar sua indignação em relação ao resultado do pleito. Em editorial do dia 9 de novembro, referente a posse de Carlos Luz na presidência, frisava que,

A investidura do S. Carlos Luz na presidência d República não pode incorrer no mesmo equívoco cometido a 24 de agosto. É preciso que fique claro, muito claro, que o presidente da Câmara não assumiu o governo da República para preparar a posse dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. **Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse.** Os chefes militares e civis precisam afirmar esta verdade. Respeitar este imperativo da consciência nacional, manter esse princípio. Eles não tomarão posse (...). (Tribuna da Imprensa, 1955:1)

Na capital federal também tiveram outros veículos de comunicação, como *Última Hora* e *Correio da Manhã*, expressaram sua opinião sobre o pleito. Os dois jornais repudiaram a articulação de golpe, lançaram mão de uma campanha pró-legalidade e de defesa da democracia. Nesse contexto político, de embate entre forças pró e contra a legalidade das eleições, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, a favor da legalidade, entendeu que Carlos Luz era conivente com o golpe. Organizou então o chamado “Movimento Militar Constitucionalista”, composto de oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, em favor da legitimidade democrática, para assegurar a posse dos eleitos. Na madrugada do dia 11 de novembro de 1955, depôs-se o presidente, garantindo-se no cargo o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que se manteve no executivo federal até dar posse a Juscelino Kubitschek e João Goulart, em janeiro de 1956. O *CM* foi um forte defensor do contragolpe do general Lott e convocou por editoriais e artigos assinados a posição legalista das instituições.

Em 4 de setembro, o artigo do jornalista Edmundo Moniz, publicado no *Correio*, questionava as motivações do movimento golpista:

Até agora os partidos do golpe não encontram nenhum motivo que pudesse justificá-lo. O alarido que fazem se perde no vazio. Não resiste a uma análise honesta e objetiva, todavia, eles permanecem irredutíveis, não recuam nem desistem de seus propósitos. Usando de todos os meios, da mentira, da falsidade, da mistificação continuam a pregar a destruição do regime. **Todos os argumentos contra a democracia foram, nestes últimos tempos, afanosamente desencavados dos arquivos nazistas.** **O voto é considerado pelos golpistas não um caso particular, mas em sentido geral, como simples mercadoria que se acha em um leilão. (...)** Desta forma, eles procuram comprometer moral e politicamente tudo aquilo em que se baseiam as instituições democráticas. (...)

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Os golpistas, é claro, de acordo ou não com a razão, o que procuram criar é o clima emocional que interrompa, entre nós, a consolidação do sistema representativo. (Correio da Manhã, 1955:2).

A crise política do ano de 1955 destaca que não estava apenas em jogo a legalidade institucional ou a posse dos eleitos, mas que existiam projetos hegemônicos em debate e disputa tanto no campo político quanto no campo da imprensa. Sonia Regina de Mendonça destaca que as tendências ideológicas que debatiam democracia e o desenvolvimento econômico no período após 1945 convergiam em três eixos: o primeiro, ligado ao nacionalismo liberal, que considerava a viabilidade da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico brasileiro, correspondendo às aspirações da UDN; a segunda vertente colocava-se a favor de um nacionalismo “radical”, ligado à noção de substituição das importações (“industrialização restritiva”⁵) e de rejeição ao capital estrangeiro no desenvolvimento da indústria no país, ligada grupos varguistas mais tradicionais, como o PTB, e ao PCB; e o terceiro eixo de pensamento, que se estruturava em torno da ideia do nacional-desenvolvimentismo, cujo foco era necessidade do capital estrangeiro, com a ressalva de que este deveria ser submetido a controle e normas do Estado. (MENDONÇA, 1988:46).

Essas concepções ideológicas podem nos remeter para dois aspectos que estão interligados: quais são os limites e características atribuídos ao regime político e qual é a noção de democracia, de acordo com os interesses desses grupos representativos das elites políticas e econômicas do Brasil. A compreensão do cenário político e dos limites reconhecidos e pressupostos para a democracia, exposto nos projetos veiculados pelos partidos políticos e pela imprensa devem estabelecer uma relação constitutiva entre os sentidos e a concretude, entre o exposto nos editoriais e a prática política, entre o discurso e seus sentidos e a história vivenciada. Nossa reflexão destaca o material de pesquisa como aporte, que nos permite olhar o contexto de forma privilegiada. O jornalismo brasileiro nesse processo pode ser analisado em suas relações constitutivas com o regime democrático liberal.

⁵ O processo de substituição de importações, de certa forma, configura-se como uma reação aos desequilíbrios externos pelos quais o país passou ao longo das décadas de 1930 a 1970. Nesse processo o objetivo era o aumento da produção interna do Brasil e a diminuição das suas importações.

Considerações Finais

Percebemos a mobilidade dos sentidos atribuídos à legalidade e democracia nos editoriais exposto neste trabalho. Os argumentos da *Tribuna da Imprensa*, estão vinculados as visões e intenções ligadas à UDN, destacando para a questão legalidade e da subversão. Para o periódico o processo eleitoral, deve obedecer às normas pré-estabelecidas desde que, e somente em caso de que, os resultados fossem conjugados com a ordem social e política vislumbrada por esse grupo. Vinculou-se o poder exercido por Vargas e por aqueles que possivelmente estavam ligados a ele, o que gerou motivo o suficiente para que se questionasse a veracidade do regime e de seus pressupostos legais.

Os argumentos favoráveis à posse de JK e Jango, e do evento de 11 de novembro de 1955, estão ligados nas hipóteses e alegações próximas as veiculados pelos meios de comunicação contrários a posse - A quebra da legalidade. Interpretando a questão legal de outra forma, o *CM*, favorável ao contragolpe de Lott, justificou destacando a necessidade devido a iminência concreta de golpe e o desrespeito às hierarquias militares, sinal de uma provável subversão da ordem por parte de civis e militares ligados à UDN.

Ambos os veículos apelaram para a intervenção militar e os sentidos atribuídos a essa questão foram, por vez variados e destacam as posições tomadas por esses jornais no campo ideológico. Podemos destacar que nessa arena de luta por hegemonia, no qual se delinearam os argumentos das duas folhas durante a crise de 1954 e 1955, não houve contradições entre as ideias de perspectiva liberal e a defesa do uso da intervenção militar e possível quebra dos procedimentos legais estabelecidos na Constituição de 1946, pois estes recursos foram composições de um mesmo projeto.

Referências bibliográficas

Editoriais e artigos

- Desliga-se o “Correio” do Sr. Kubitschek [Editorial]. *Correio da Manhã*, 28/04/1955, p. 6.
- Não podem tomar posse [Editorial]. *Tribuna da Imprensa*, 09/11/1955. p. 1(capa).
- Guardião da Democracia [Editorial]. *Correio da Manhã*, 29/01/1955. p. 6. Grifos nossos.

Aliado ou inimigo [Editorial]. *Correio da Manhã*, 13/04/1955, p. 6. Grifos nossos.
MONIZ, Edmundo. Juarez e o golpe [Artigo]. *Correio da Manhã*, 04/09/1955. p. 2.

Livros

BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956 -1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1990.

O salto da industrialização brasileira e os caminhos diversos em paralelo da indústria bélica nacional (1960-1992)

Emanoel Silva de Azevedo

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

Nos propomos neste trabalho a analisar o processo de industrialização no Brasil, ocorrido por forças políticas do novo desenvolvimentismo a partir da década de 1960, quando investimentos governamentais impulsionaram projetos inovadores, de mentes inovadoras, onde havia necessidades por soluções mercadológicas estritamente brasileiras, e ainda mais, onde cada setor da economia teria suas próprias demandas. Buscaremos analisar um período que compreende entre 1960 a 1992 em específico, pois o nicho industrial que iremos focar, e um ramo muito específico e “delicado”, envolve política nacional, segurança nacional, projetos confidenciais, ou seja, um mercado restrito onde os consumidores são Estados ou mesmo empresas especialistas em segurança institucional.

O recorte que ora mencionamos se faz necessário, pois as empresas que iremos analisar e seus proprietários transitaram em uma rede restrita, da política governamental, onde as pessoas físicas e jurídicas eram misturadas e a relação destas com o poder era muito intrincado. Em fase desta complexidade iremos analisar caso a caso, indivíduo em relação a empresa e as autoridades institucionais, as relações, as demandas, e pairando sobre tudo isso, as políticas nacionais e as políticas de relações internacionais com as devidas implicações internacionais de governos e empresas de seu tempo (1960-1992).

O parque industrial bélico brasileiro teria se consolidado em meados da década de 1960, com empresas como a Embraer, Engesa, Avibrás, Taurus, Imbel, Bernardini, entre outras de menor porte. Uniformemente, todas atendiam a um mesmo setor da economia, tinham um mesmo referencial político de segurança, mas cada empresa teria sua particularidade em relação ao mercado e em relação ao próprio governo brasileiro, ou seja, tinham cada uma sua própria demanda política e mercadológica, que por sua vez

implicava em abordagens diferenciadas por parte do governo e do próprio mercado consumidor.

O nosso foco será na Engesa Engenheiros Especialistas S.A, uma empresa que surgiu em 1961, fundada pelo Engenheiro José Witcher Ribeiro oriundo da USP com especialização no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), que inovaria em engenharia mecânica, produzindo sistemas mecânicos para a Petrobras inicialmente, mas depois do golpe militar (1964-1985) a Engesa começa a produzir engrenagens para o Exército, reformando antigos caminhões, e em seguida novamente inovando, a empresa utiliza-se de engenharia reversa, para “aprender” com veículos blindados cedidos pelos EUA, oriundos da segunda guerra mundial. Surge na década de 1970 o Cascavel, um veículo blindado sobre rodas bem armado, ágil e com boa autonomia, e extremamente simples de operar, resultado; sucesso de vendas. A empresa teria outros “bólios” de sucesso, tendo sucesso também em produzir veículos para usos no agronegócio, e mesmo veículos comerciais, voltados para o mercado automobilístico. A empresa se agigantou, transformando-se num grupo empresarial do ramo industrial bélico, respeitada, tornando-se num forte concorrente a nível mundial em seu segmento.

A Indústria brasileira e sua história recente

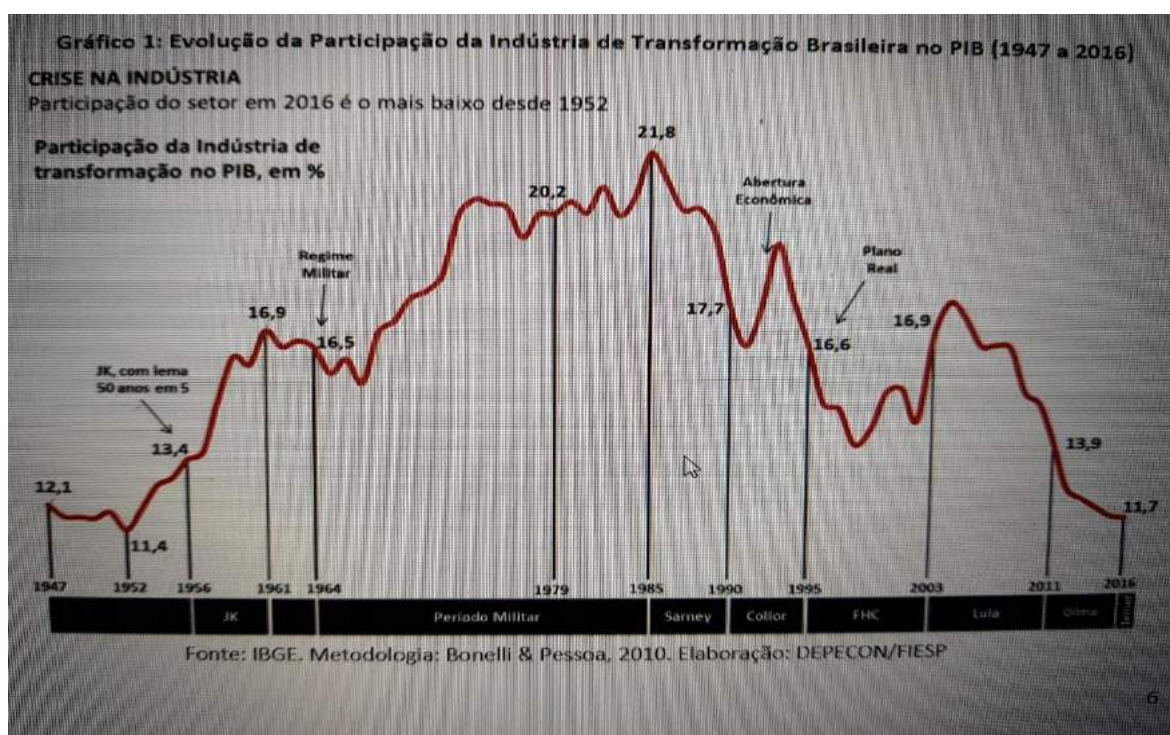
Para analisarmos a indústria bélica nacional e mais especificamente a Engesa, antes iremos dar um panorama na industrialização brasileira recente (1960-1992).

As políticas de abertura as multinacionais da década de 1960, impulsionaram a criação de um parque industrial de bens de valor agregado de alta tecnologia. A indústria automobilística que se instalou no Brasil pelas multinacionais VW, Ford, Chevrolet, e depois a Fiat, viria a criar uma indústria bem específica, a indústria de autopeças, que seria nacional e de capital misto, com investidores brasileiros e estrangeiros criando este segmento da indústria nacional. O Brasil até a década de 1950 só possuía indústrias de transformação da matéria prima; Ferro e Gusa em Aço, algodão em fios de linha e em tecidos têxteis, as indústrias mineradoras, e as indústrias de pequenos bens de consumo e alimentícios. O país vinha de uma industrialização lenta e muito pontual desde o final do século XIX, ainda no Império. As necessidades básicas por bens de consumo eram

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

supridas por importações, que advinham dos mesmos empresários nacionais que exploravam a pecuária e a agricultura, os financistas (Banqueiros) que faziam investimentos em diversas áreas da economia. Estes últimos financiavam o agronegócio, a indústria, o comércio, buscavam ganhos com as importações de bens de consumo. Para estas entidades, não importava investir em indústrias de bens de consumo, onde o investimento e alto e a concorrência externa muito acirrada.

Tais empresários Financistas, que investiam no comércio, setores de serviços e mesmo na indústria básica, na década de 1960 iriam investir na indústria tecnológica, mas sendo uma parceria com investidores e empresas internacionais para com isso diminuir os impactos do investimento e obter experiência tecnológica e mesmo investir em produtos cuja a “marca” já havia se consolidado internacionalmente. Com isso o Brasil experimenta um crescimento industrial e consequentemente do PIB (produto interno bruto) sem precedentes na história nacional.



Neste gráfico acima podemos observar a evolução da participação da indústria no PIB brasileiro. Podemos notar que veio crescendo dos 12,1 % de participação no PIB na

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

década de 40, no ano 1947. Teve um início de alta a partir da década de 60, e no ano de 1961 atingindo 16,9 % de participação, ou seja, a partir desta data que nossa pesquisa começa a analisar, tendo seu pico de crescimento da participação no PIB, a indústria brasileira em 1985. A década de 1980 presenciou o auge da indústria nacional com 21,8 % da participação de todas as riquezas produzidas no país (PIB) naquele ano. Após 1985 se observa novamente neste gráfico, um declínio industrial participativo nacional, onde em governos neoliberais (Collor, FHC), teria ocorrido um retrocesso industrial no Brasil. Com a liberação das importações e suas devidas reduções de tarifas.

Mas a partir do início dos anos 2000, vemos uma retomada do crescimento industrial participativo brasileiro, nos governos ditos de esquerda (PT), a participação da indústria brasileira no PIB começa a crescer de 13,9 % para seu auge neste governo (PT) de 18,3 %, decaindo com a crise internacional de 2008, para os valores iniciais de 13,9%, e na continuidade do governo do PT, até a interrupção do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff (PT),(2016), a participação industrial na construção do PIB, havia descido ao seu mais baixo patamar histórico, 11,7 % do produto interno bruto brasileiro.

Alongamos nossa observação da indústria nacional em particular de sua participação na construção do PIB, pois queríamos demonstrar através do gráfico e dos números o **processo de desindustrialização**, que vem ocorrendo no Brasil no presente, iremos mais a frente observar este processo também num setor mais específico da indústria nacional, a indústria bélica.

Observamos que o crescimento ocorrido no país a partir da década de 1960, e acelerado a partir da década de 1970, fora implementado pela força política do II PND nos governos militares do período ditatorial brasileiro (1964-1985). Uma política desenvolvimentista impulsionava a industrialização no país, através de empréstimos internacionais. Após a crise do petróleo (1973) o governo brasileiro inicia sua política desenvolvimentista em várias áreas da economia, com ênfase a industrialização, mas também na energia, agropecuária, extrativismo mineral, construção civil, infraestrutura; rodoviária, fluvial, marítima e de eletrificação. Onde um segundo choque do petróleo (1979), e o forte aumento da taxa dos juros, juros estes flutuantes, em que o Brasil havia se comprometido e contraíra dívidas em US Dólar, que com a majoração das taxas a dívida brasileira multiplicou-se em questão de meses. Isto colocara as políticas

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

desenvolvimentistas em cheque, não havia capital para novos investimentos, e mesmo os que já estariam em andamento, não havia a garantia de continuidade. Após a década de 1980 os investimentos via BNDS são sumariamente restringidos. E a indústria nacional que vinha se modernizando, adquirindo equipamentos e máquinas sofisticadas, ampliando seu parque, contratando mais mãos de obra especializada e não especializada, passa a inverter o processo.

No gráfico abaixo podemos observar os números quantitativos dos empregados formais das indústrias de transformação brasileiras. Veremos que houvera um auge do emprego formal em 1986 com 27,1% de todos os trabalhadores brasileiros com carteira assinada no país, pela indústria de transformação, mas que com o decorrer dos anos e da crise, estes números começam a decair, até o nível mais baixo já registrado da indústria de transformação em 2015 com 15,7% de todos os trabalhadores com carteira registrada no Brasil.



Em fase destes dados quantitativos que apresentamos, demonstramos de forma generalizada a desindustrialização brasileira em curso.

Com este breve panorama da indústria brasileira, sua ascensão e sua recente refração, concluímos esta parte de nosso trabalho, que iremos agora nos focar num setor mais crítico, o da desindustrialização da indústria bélica brasileira. As conclusões que ora foram apontadas para a desindustrialização como um processo político/econômico brasileiro, queremos salientar que além das causas apontadas existem outras, outras mais pontuais, como por exemplo; problemas de suprimento industrial. Um problema recorrente no Brasil, onde setores produtivos vivenciam esta realidade, alguns mais, outros menos, mas sem dúvida uma deficiência na cadeia produtiva nacional.

A Indústria Bélica Brasileira, Ascensão e Declínio

Assim como ressaltamos no ponto anterior, agora analisando o setor industrial bélico brasileiro, é óbvio que este setor também sofrera com a falta de investimentos e as crises econômicas, ou seja, este setor assim como todos os demais setores produtivos brasileiros passa por um processo de desindustrialização profunda. A indústria bélica nacional que vivera seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980.

De acordo com a ABIMDE – Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa – em primeiro lugar a situação do parque de material de emprego militar das Forças Armadas está caminhando para a obsolescência total, como consequência das políticas de corte de recursos e investimentos nesta área, por parte principalmente do governo federal. As expectativas levam ao descrédito total em novos projetos, comprometendo a projeção do país no âmbito internacional afastando para bem longe, as possibilidades de o Brasil ocupar uma das cadeiras no Conselho Permanente de Segurança da ONU. Ainda, segundo a mesma fonte, dos 35,1 bilhões de Reais destinados ao Ministério da Defesa, em 2005, somente 5% foi utilizado para investimento para desenvolvimento e aquisição de novos equipamentos. Por outro lado, segundo o Projeto Brasil, “a indústria bélica brasileira submergiu no final do governo Sarney, quando começou a derrocada de sua maior estrela, a Engesa, fabricante de blindados que viria a falir logo em seguida”. Os números indicativos de queda nas exportações, cerca de US\$ 1 bilhão a US\$ 2 bilhões anuais em meados da década de 80, para menos de US\$ 200 milhões anuais neste início de século XXI, com um agravante: o Brasil importa

equipamentos de outros países que poderiam ser fabricados aqui. Desse modo, a posição do Brasil que era de oitavo maior exportador mundial de produtos de defesa, mudou a partir dos anos 90, diante das grandes alterações havidas nos cenários internacional, tal como o fim da Guerra Fria, o que fez crescer significativamente a oferta de armamentos no mercado mundial. Quanto ao dilema de “importar ou reativar a indústria brasileira” a ABIMDE deixa claro que após a aprovação da Política Nacional da Indústria de Defesa, as indústrias nacionais têm capacidade e competência para atender às exigências das Forças Armadas e por outro lado, tal incentivo e procedimento poderá levar à independência tecnológica na área. Um grande obstáculo ao desenvolvimento dos produtos bélicos são os custos, principalmente os impostos, tais como ICMS, COFINS, PIS, IR e outros que comprometem os custos em cerca de 40%, enquanto as empresas estrangeiras são beneficiadas com isenção tributária.

Neste último parágrafo, reproduzimos as palavras da ABIMDE (Associação Brasileira de Material de Defesa), que é uma associação dos fabricantes nacionais de material bélico, e obvio que se resguardando as devidas ressalvas que esta narrativa (ABIMDE) produziu, tem suas verdades para o setor bélico, e suas devidas defesas particulares em relação ao mercado industrial nacional e internacional. O que nos chama a atenção nesta narrativa (parágrafo acima ABIMDE), são os números quantitativos. Na década de 1980 o setor industrial bélico brasileiro exportava mais de US\$ 1,000,000.000.00 bilhão de dólares, chegando ao recorde de US\$ 2,000,000.000.00 (dois bilhões de dólares) em 1985/1986, e no início do século XXI, nos anos de 2004/2005, as exportações de material bélico brasileiro não passaram dos US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares)¹. Os valores estimados ora relacionados, vemos que a queda quantitativa nas exportações se tornou obvias, de acordo com os números estimados, no início dos anos 2000 o Brasil estaria exportando apenas 10 % de matéria bélico que 30 anos antes. Hoje nossas exportações são apenas sombra do passado. Com base nestes indicadores quantitativos, mesmo sendo eles uma estimativa, constatamos a desindustrialização profunda no setor da indústria bélica brasileira.

¹ Fonte IBGE, ressalva a fonte, os valores estão como estimativas, onde as informações são classificadas. Outras fontes internacionais corroboram para dar forma as estimativas do IBGE.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Diante das evidências irrefutáveis, o setor bélico nacional hoje passa por uma morosidade e desmobilização do seu parque industrial, das grandes indústrias, Engesa S/A, Embraer S/A, Avibras S/A, Helibras S/A, Taurus S/A, as únicas que continuam sob o controle estritamente nacional, ou seja, as ações pertencem a brasileiros, só a Taurus S/A, com pequenas ressalvas, as outras citadas, estão nas mãos de investidores internacionais ou foram a falência como a Engesa S/A em 1993. A falta de investimentos, a grande oferta de material bélico ocorrido nos anos de 1990 e início dos anos 2000, por parte da ruptura da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

Ao observarmos o papel do inovador, o fundador da Engesa S/A, José Luiz Whitaker Ribeiro formado em Engenharia pela USP (Universidade de São Paulo) em 1958, juntamente com um grupo de colegas, também formados na mesma faculdade, criaram a Engenheiros Especialistas S/A. Mas no início era apenas uma empresa de metalurgia em mecânica produzindo engrenagens mecânicas e peças sob encomenda para a então Petrobras, que nesta época era apenas uma empresa distribuidora de derivados de petróleo, a exploração e pesquisa de petróleo pela Petrobras ainda era muito restrito. A Engesa nesta época era uma microempresa de capital fechado explorando apenas uns poucos serviços e produzindo uns poucos produtos como suprimentos industriais. Após o golpe militar (1964-1985) a Engesa com suas conexões políticas junto a oficiais do Exército Brasileiro e após ter desenvolvido um sistema de tração mecânica revolucionário, chamado Boomerang, é contratada para atualizar os caminhões de transporte de tropa do exército, com seu sistema de tração moderno. Na década de 1970 a Engesa através novamente da inovação, com investimentos públicos via BNDS e Banco do Brasil, a empresa cresce, diversifica-se e quando o exército cede um veículo blindado sobre rodas, fabricado por uma empresa dos EUA e cedido por este ao governo brasileiro, o ímpeto inovador dos fundadores virão uma oportunidade, ao receberem este veículo do exército eles o desmontam e utilizando-se da engenharia Reversa, “aprendem” a engenharia bélica utilizada naquele veículo, para mais tarde (1972) lançarem o EE-9 Cascavel e sobre a mesma plataforma o EE-11 Urutu. O primeiro um veículo sobre rodas blindado e bem armado, rápido, ágil, e de fácil operação, já o segundo um veículo sobre rodas para transporte de tropa especializada, com boa blindagem, armado para autoproteção e com capacidade anfíbia. Como Chandler pontua, a Engesa S/A a esta

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

altura, era uma grande corporação, com empresas em diferentes ramos produtivos, transforma-se numa empresa de sociedade anônima, suas ações são negociada na bolsa de São Paulo, mas ainda lhe faltara a fusão com o setor financeiro (bancos), a empresa recebera na década de 1970 muitos investimentos dos bancos citados acima, seus acionistas conselheiros que formavam o conselho administrativo do grupo era formado pelos fundadores e por indivíduos ligados ao Estado, tendo forte influência no governo tais indivíduos obtiveram muitas “vantagens” políticas e econômicas para a Empresa. Em licitações para equipar o exército com veículos blindados, veículos de transporte de tropa, veículos de transporte leve e veículos de transporte de tropa blindados, a Engesa venceu todas neste período. Mas a empresa não se limitou apenas a produção de material bélico, como já assinalamos acima, a Engesa se diversificou, produziu máquinas pesadas para o agronegócio, produziu veículos de transporte para uso comercial e chegou até a investir na produção de automóveis, produzindo um veículo utilitário para o exército e depois o transferiu para o uso comercial. O Engesa 4 era um Jeep estilizado, com capacidade para 5 passageiros e transportar até 250 kg de carga, e rebocar outros 250 kg, vinha equipado com dois tipos de motores; um a gasolina de 92 c.v. da Chevrolet, e outro diesel da VW de 80 c.v., possuía um apelo fora de estrada muito bom, mas nas estradas e na cidade ele era muito desconfortável, não possuía requintes tecnológicos mesmo os da época, apenas os equipamentos básicos. Mas chegou a emplacar mais de 80 unidades do Engesa 4 ao mês na década de 1980.

Como se pode observar a política governamental teria mudado drasticamente na década de 1990, e as empresas bélicas que tinham uma parceria com o Estado usufruindo das benéncias do Estado, perderiam este apoio e estes financiamentos, isto se verificou no início dos anos de 1990, onde a Engesa S/A, a Embraer S/A, a Avibras S/A, a Helibras S/A, todas tiveram problemas financeiros e entraram em concordata, sendo que a Embraer e a Avibras o governo possuía ações, então este promove a liquidação das dívidas, com isso houve uma diluição acionaria com o governo ficando com o controle absoluto das ditas empresas, e este após esta operação de salvamento das empresas, privatiza as duas, ficando apenas com mínimo das ações, mas ações com direito a veto. A Helibras e assumida por uma multinacional e suas dívidas são saldadas, já a Engesa o governo abandona a sua própria sorte, onde os seus principais credores eram o BNDES e o BB,

ou seja, a Engesa tinha como credor o próprio governo, que não se move para ajudar a empresa, com isso os credores acionam na justiça pedindo sua liquidação por falência. Os interesses econômicos de grupos empresárias da economia nacional que tendiam para as políticas neoliberais venceram os grupos que tendiam para as políticas desenvolvimentistas.

O que nos chama também a atenção, e o empresário fazer parte do governo e vice-versa, observamos que o fundador da Embraer foi o Coronel da Aeronáutica e engenheiro formado pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) Ozires Silva, que também presidiu a Petrobras, e em 1990 assumiu o Ministério da Infraestrutura, e em 1991 retornou a Embraer e conduziu o processo de privatização da Empresa. A Avibras foi fundada pelos recém-formados Engenheiros do ITA, Olympio Sambatti, José Carlos de Souza Reis, Aloysio Figueiredo e João Verdi de Carvalho Leite. Não é por acaso que todos estes homens fundadores da Engesa, Embraer, Avibras todos estudaram no ITA, que é um centro especializado de formação acadêmica técnica do próprio governo e com uma forte ligação as forças armadas.

Conclusão

Neste trabalho que desenvolvemos, tentamos dar conta de uma série de questões que tinham suas devidas complexidades. Abarcamos fatores críticos da desindustrialização brasileira como um todo, mas no setor da indústria bélica a desindustrialização é muito mais profunda, e as questões que ora fizera o setor encolher, teriam muitas implicações políticas e econômicas, com grandes empresas e multinacionais. Mas um fator crítico que também impactou a crise da indústria bélica brasileira, seria o parque industrial de suplementos e partes para a indústria bélica. Após a segunda revolução industrial, final do século XIX e início do século XX, as grandes Corporações que detinham todo o processo produtivo do produto final, deste a matéria prima até ao produto vendido nas prateleiras das lojas, como exemplo a *Stand Oil*, que explorava o petróleo, refinava estratificando-o em várias partes, e depois embalando cada uma das partes e por final comercializando diretamente com o consumidor final, mantendo para isso uma rede de revendedores. Quando é fundada a *General Motors* eles

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

adotam este modelo antigo, quando passam por uma crise, modificam seu modelo, adotando um sistema de produção descentralizada, onde a empresa “montaria” o produto final, as partes seriam produzidas por outras empresas que atenderiam as especificações da montadora, com isso a montadora ficou mais “enxuta” e depois mesmo sua rede de revendedores seria criada licitações para que empresários pudessem concorrer e ter uma revendedora autorizada da montadora, atendendo a especificações desta e seguindo suas normas técnicas. Isto criaria uma “Revolução” no meio empresarial, esta descentralização e redistribuição na produção do bem, seria copiado e multiplicado em todos os setores produtivos a partir de então.

Este modelo é amplamente usado, e no parque industrial brasileiro não é diferente. Mas este modelo tem seus problemas, a logística, o controle de qualidade, a demanda interna do setor, a concorrência externa e interna, a tecnologia como forma de dissuasor. Todos estes fatores combinados criam um problema para este modelo.

Na indústria bélica isto é potencializado, pois para entendemos a gravidade deste problema, veremos que os fabricantes das partes por exemplo da Embraer; o produto mais conhecido da empresa, o Super Tucano, um avião turbo hélice que a empresa projetou e produz, mas o que veremos é que a Embraer produz ou seja, os materiais as partes da aeronave que são nacionais corresponde a 55% como sistemas hidráulicos, sistemas elétricos, fuselagem, são produzidos por empresas no Brasil, agora o Motor, os sistemas *Fly-by-Wire*, os sistemas de aquisição de alvos, os sistemas de rastreamento e acompanhamento de terreno, os sistemas de armas interligados aos sistemas de aquisição de alvos, os computadores embarcados que gerenciam todos os sistemas, as telas múltiplas de controle sensíveis ao toque, sistemas de orientação e até mesmo a hélice da aeronave, são produzidos por empresas no exterior ou mesmo por multinacionais instaladas no país. Como fora com a Engesa S/A com seu EE-T1 Osório um avanço fenomenal em termos tecnológicos, estratégicos e industriais, pois o Osório era um verdadeiro *Main Batale Tanq*² que competia com os principais homônimos das principais potências mundiais pelo mercado consumidor destes veículos. A Engesa enfrentou uma verdadeira “peregrinação” atrás dos fabricantes das partes que ela a Engesa necessitava.

² *Main Batale Tanq*, se refere a um veículo sobre lagartas, super blindado com um canhão de grande cadência de fogo e de alto calibre, sendo este modelo de tanque como arma de primeira linha.

Na Europa a Engesa foi encontrar as indústrias que fabricavam as partes e sistemas que ela precisava, mas como fora uma concorrência com fabricantes Europeus e Norte Americanos, a Engesa não pode projetar e encomendar as partes e sistemas para seu produto, ao invés, ela precisou “Adaptar” as partes e sistemas ao seu projeto. Isto não ocorria com outros na concorrência na Arábia Saudita, fabricantes como a *General Electric* que produzia o *MI ABRANS*, os fabricantes das partes e sistemas do *Main Batale Tanq*, eram provenientes todos do EUA, ou seja, o *MI Abrans* era 100% produzido no EUA. Onde tais fabricantes não produzem partes e sistemas só para um produto ou mesmo para um segmento da economia. No Brasil as poucas empresas que produzem partes e sistemas para a indústria bélica e mesmo para a indústria automobilística, são restringidas em sua produção, pois seus clientes e as demandas destes e muito pontual, restringindo a produção e conseqüente ampliação deste mercado produtivo.

Hoje a indústria bélica nacional está reduzida, o gigantismo de outrora ficara na lembrança, as demandas neoliberais têm imposto um programa constante de redução do Estado. A temática mercadológica brasileira tem permanecido a mesma, produção de *commodities* para exportar, o mercado interno e secundário, a prioridade é a exportação de matérias primas básicas e semi-industrializadas. Entendemos está “fobia” com exportação de *commodities*, os maiores empresários do país, ditos os conglomerados, são produtores agrícolas, pecuaristas, mineradores, produção siderúrgica, petróleo e gás, ou seja, o poder econômico brasileiro é exercido pelos empresários produtores de *commodities*, estes ligados aos grandes bancos do país, que controlam, ou melhor, tem hegemonia como Gramsci pontua, junto ao Estado, as políticas públicas são direcionadas por estes ramos da sociedade que possui a hegemonia econômica e política no Brasil.

Referências bibliográficas:

CARDOZO, J.C.S. *Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história*. Artigo, periódico, MNEME – Revista de Humanidades, UFRGS, 11(28), Ago-Dez, 2010, Natal, 2010.

CAMPOS, F. A. *A arte da conquista: O capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*, 2009. 225 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

CHANDLER ALFRED. *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. Livro, Editora Fundação Getúlio Vargas, Tradução Luiz Alberto Monjardim – Rio de Janeiro, 1988.

CYSNE, R.P. *A economia brasileira no período militar*. Artigo, Periódico, Estado Econômico, V.23, N.2, p 185-226, São Paulo, Mai-Ago. 1993.

FIESP. CIESP. *Panorama da Indústria de Transformação brasileira*. Periódico, DEPECON Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, 14 edição, jun. 2017, São Paulo, 2017.

FISHLOW, ALBERT. *A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/1984*. Artigo, periódico, Pesquisas e Planos Econômicos, N. 16, p 507-550, dez 1986 – Rio de Janeiro, 1986.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, *Cadeia de valor e importância socioeconômica da indústria de defesa e segurança no Brasil*. Artigo, ABIMDE, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, Sumário do Relatório Final – São Paulo, 2015.

GRIBAUDI, MAURIZIO. *Escala, pertinência, configuração*. Artigo, Publ. Livro, *Jogos de Escalas a experiência da microanálise*. Jaques Revel, Tradução, Dora Rocha – Edit. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

JACINTO, J.C. *Considerações sobre a cadeia de suprimentos da indústria bélica brasileira e suas necessidades de diversificação para sobrevivência*. Artigo, XIII SIMPEP – Bauru, SP, 2006.

LÊNIN, V.I. *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Livro, Editora Navegando e Unicamp - Campinas, 2011.

LEPETIT, BERNARD. *Sobre a escala na história*. Artigo, Publ. Livro, *Jogos de Escalas a experiência da microanálise*. Jaques Revel, Tradução, Dora Rocha – Edit. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

LEVI, GIOVANNI. *Sobre a Micro História*. Artigo, Publ. Livro, *A Escrita da História, novas perspectivas*. Peter Burke(org), Tradução, Magda Lopes – Edit. UNESP, Fundação para o desenvolvimento da Unesp, São Paulo, 1992.

MENDONÇA, S. R. *Estado e poder no Brasil: Abordagens Teórico- Metodológicas*. Artigo, AMPUH – XXII Simpósio Nacional de história, João Pessoa, PB, 2003.

NÉSTOR KOHAM. *Gramsci e Marx: Hegemonia e Poder na teoria Marxista*. Artigo, Publicado em *La Izquierda debate* - Buenos Aires, 2001, Tradução Edmundo Fernando Dias.

SERRA JOSÉ. *Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra*. Artigo, periódico, *Revista da Economia Política*, vol. 2/2, N. 6, Campinas, Abr -Jun, 1982.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico, uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Livro, *Os Economistas* – Edit. Nova Cultural – São Paulo, 1997.

SILVA, J.A. LOURENÇO, A.L.C. *Desindustrialização em debate: o caso da economia brasileira*. Artigo, X Encontro de Economia Baiana, Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento, set. 2014.

SUZIGAN, WILSON. *Estado e Industrialização no Brasil*. Artigo, periódico, *Revista da Economia Política*, vol. 08, n. 4, out-dez 1988, Campinas, 1988.

Transição do padrão de acumulação de capital no Rio de Janeiro

Júlio César Oliveira de Souza
Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP
Bolsista CAPES

Introdução

O aumento exponencial da dívida externa brasileira impôs mudanças relativas à expansão do capital operada pela burguesia interna durante as décadas de 1970 e 1980. A nova conjuntura econômica imposta era de escassez de investimentos externos (Meyer, 1993, p. 143). A conjuntura de crise do capitalismo no mundo tornava a manutenção do *status quo* a pedra de angular das ações das classes dominantes. A dívida externa impunha limites ao deslocamento de capital estatal, assim como políticas de proteção de mercado. Há dois pontos de vista, complementares que problematizam essa escassez de capitais.

A primeira encerra uma análise prática, na qual o prisma explicativo se norteia na baixa proteção legal e no alto custo das transações, assim mitigando a ação de investidores. Outro fator seria a falta de transparência na gestão, inibindo a adesão de sócios minoritários. A sujeição a choques inflacionários ocasionais e contínuos, como os choques da balança de pagamentos complementam a argumentação (LAZZARINI & MUSACCHIO, 2015, p. 233).

No outro prisma interpretativo, o estruturalista, entende-se que no Brasil existe a atrofia do mercado de capitais face à própria ausência de condições históricas, institucionais e macroeconômicas. Ou seja, não houve o desenvolvimento de forças produtivas capazes de formar uma base sólida de capital local, nem a formação de bancos que dinamizassem o processo de acumulação. A indústria no Brasil emerge face ao apoio do Estado, que instrumentalizou canais de financiamento, assim engendrando o imenso endividamento estatal. Não raro, o Estado brasileiro também atuou na proteção de mercados, como o bancário e o de empreiteiras de obras públicas, deixando para empresas de capital estrangeiro investimento que demandassem patentes tecnológicas (COSTA, 2009, p.21).

Esse perfil demonstra o alto nível de dependência da produção, em escala nacional, do capital externo. Isso revela uma contradição do capitalismo no Brasil sob a ótica liberal, com um mercado de capitais raquítico, o desenvolvimento econômico passa necessariamente pelo Estado, que atua em duas vertentes, garantindo financiamento e mercado à iniciativa privada.

A economia do Rio de Janeiro tem um papel singular na análise desse contexto. Com o segundo maior parque industrial do país, embora complementar ao de São Paulo, o estado, na década de 1980, vendia uma boa parcela da sua produção para o mercado interno, e tinha em seu território um grande número de grandes empresas transnacionais e estatais.

O descompasso do crescimento de sua economia com a média nacional e a crise econômica propiciaram discussões sobre novas formas de capitalização de investimentos. Isso foi materializado com a criação da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (AD-RIO).

A criação e composição da AD-RIO

A Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro foi criada em 1987, ano da quebra da bolsa de Nova York. Copiando o modelo da INDI, agência de fomento do estado de Minas Gerais, que atraiu empresas que atuavam no Rio de Janeiro, a nova instituição tinha os objetivos de: desenvolver estudos a fim de detectar setores promissores; realizar a viabilização de projetos; auxiliar na busca por áreas para implementação de empreendimentos; e realizar a intermediação de negócios entre os organismos de fomento industrial e os investidores interessados. O orçamento inicial previsto fora de US\$ 3,2 milhões, com a participação de 50% via empresas públicas e 50% da iniciativa privada (Jornal do Comércio, nº 56, p. 12, 1987).

Light, Furnas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CERJ) e Companhia Estadual de Gás (CEG) investiram no patrimônio inicial da agência. Por meio de suas empresas, os governos federal e estadual criaram as bases para um novo padrão de acumulação de capital no estado do Rio de Janeiro. Nota-se que o endividamento público em função da iniciativa privada perdurou, mas de forma

a comprometer o próprio patrimônio público, pois essas empresas foram privatizadas na década de 1990, com exceção de Furnas.

No que tange à iniciativa privada na formação da AD-RIO, notamos que há blocos de setores da economia bem delimitados, são eles: a construção civil; bancos e seguradoras; petróleo e petroquímica; indústria de bens de consumo durável e não durável; empreendimentos e serviços; e mineração. O número de empresas privadas perfazia o total de trinta e duas.

São marcantes no empresariado ligado a esses setores a presença de grupos familiares brasileiros, empresas de capital associado e empresas transnacionais. No setor de construção civil, empresas de caráter familiar, como Mendes Júnior e Andrade Gutierrez, tinham como estratégia a expansão de suas atividades extrafronteira, além da abertura de seu capital societário, sem perder o controle acionário das ações ordinárias (ações com direito a voto) (BONELLI, 1998, p. 40). A Engevix, cuja atividade principal é a elaboração de projetos, tinha um papel complementar na agenda de desenvolvimento do Rio de Janeiro, pois sua interlocução com grandes empreiteiras resultou no planejamento e execução das obras de despoluição da Baía de Guanabara na década de 1990.

Cimento Portland, Cimento Tupi e Brasilit encerram uma cadeia de produção ligada à construção no estado do Rio de Janeiro. A região sudeste detinha 36% das reservas de calcário (matéria-prima para a produção de cimento) e concentrava o maior mercado consumidor de cimento no país. A articulação dessas empresas por meio de uma agência de desenvolvimento seria essencial para criação de uma agenda econômica para a região. Projetos de urbanização de favelas, de mobilidade urbana e de tratamento de água e esgoto, financiados pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, serviriam de impulso ao setor. Neste caso, o Estado seria central na realização de empréstimos juntos a estas instituições.

O setor financeiro, composto por bancos e seguradoras, tinha o papel de correia de transmissão de capital local e estrangeiro à economia real. Composto a AD-RIO, destacamos o Banco Boavista, que em sua carteira de investimentos fazia aplicações na indústria regional, Souza Cruz e Cia Aymoré, e no setor de serviços, Lojas Americanas.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

A construtora Mendes Júnior também fazia parte de sua carteira de investimentos (JORNAL DO COMMERCIO, 19/03/1987, p. 29).

O Banco Bozano, Simonsen três anos após a fundação de sua primeira agência detinha 600 milhões de dólares, distribuídos entre fundos de ações de curto prazo, de investimento estrangeiro e de seguridade (Jornal do Commercio, 05/02/1990, p. 15).

Dividido em quatro empresas, duas ligadas ao setor de seguros, uma ao de capitalização e outra de investimentos, o grupo Sul América no início da década de 1990 detinha um faturamento de 1 bilhão de dólares, estando entre os vinte maiores do país (O GLOBO, 23/09/1990, p.55) João Pedro Gouvêa Vieira (dono do grupo Ipiranga) era presidente do conselho de administração da empresa. Com 40 milhões de dólares em certificados de privatizações, inferimos o interesse na cadeia produtiva do petróleo no estado do Rio de Janeiro. A associação com Scandinavian Bank Group formando o banco de investimento Sul América Scandinavian S.A., em 1988 (JORNAL DO COMMERCIO, 01/10/1988, p. 5), o que denota ligações de uma empresa pertencente a um grupo familiar brasileiro com o capital transnacional.

As associações de interesses do capital demonstrados em composição acionária de empresas, investimentos na indústria transnacional, comércio e serviços, além do componente estatal, são características distintas do *modus operandi* do capitalismo na região. É em defesa da coerência estruturada (HARVEY, 2005a, p. 146) do estado que a AD-RIO atua dentro desse processo de crise do sistema capitalista.

O setor que alavancaria o PIB do Rio de Janeiro a partir da metade da década de 1990 (Silva, 2012, p. 60), Petróleo e Petroquímica, também uniu interesses do capital transnacional e de grupos familiares na composição da AD-RIO. Aqui ressaltamos a importância de empresas com eminente influência no âmbito empresarial do Rio de Janeiro. A Shell, grupo anglo-holandês, que fundou o ENERJ, Energia para o Rio de Janeiro, na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), cujo objetivo era a realização de discussões para a criação de um consenso privatista no setor de energia.

Outro grupo de destaque é o grupo Ipiranga que, embora de origem gaúcha, se sobressaiu na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) na década de 1990, quando Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente do grupo, tornou-se presidente da

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

entidade empresarial. Destacamos que a principal atividade econômica do Rio de Janeiro, a partir de meados da respectiva década, estaria ligada à cadeia produtiva do petróleo.

A construção de um polo petroquímico, era visto, por políticos e empresários fluminenses, como solução para a recessão, pois desencadearia o estímulo à produção de todo um segmento industrial e, indiretamente, reaqueceria setores como o da construção civil, que seria responsável pela implementação da infraestrutura, além de criar empregos no setor de serviços.

As Empresas transnacionais Unisys, IBM Máquinas e Serviços Ltda., Coca-Cola, Fiat, Michelin e Souza Cruz tiveram um grande peso na fundação da AD-RIO. O perfil dessas empresas se enquadrava na produção em larga escala e exportações, gerência e fluxo dinâmico das informações, imprescindíveis no processo de acumulação capitalista.

A reserva de mercado para produtos nacionais de informática é um bom exemplo para entender essa nova conjuntura. Segundo dados do CACEX, em 1986, a IBM exportou US\$ 139,3 milhões, e importou US\$ 150,3 milhões, enquanto a Unisys exportou US\$ 27,2 e importou US\$ 44,3. Os déficits produzidos pressionaram a balança comercial negativamente (JORNAL DO COMMERCIO, 03/01/1987, p. 5).

Um dos pilares da AD-RIO era o aumento das exportações das empresas locais. A pressão do capital transnacional sobre o Estado pela abertura de mercado, via Banco Mundial e FMI, em função da dívida pública, quebra a reserva de mercado de informática em 1991, assim alavancando o processo de concentração de capitais.

Em resumo, estamos afirmando que há um duplo movimento nas relações empresas, mercado e Estado, o primeiro pressupõe uma aliança entre entes privados e públicos com vistas a expansão transfronteiriça e acumulação de capital. O segundo traça a competição intercapitalista. Desse ponto, observamos que empresas com maior expertise tecnológico e capital, além da influência política de seus países de origem, são capazes de destruir capitais mais vulneráveis em curto prazo, ainda que esses grupos se organizem. A AD-RIO representa, em nível local, uma arena de conflito entre frações dominantes da região e as de alcance global.

A aliança com o capital internacional parecia mais vantajosa no entendimento do empresariado local, como o grupo Monteiro Aranha, que também patrocinava a AD-RIO. Com participações na indústria e outros empreendimentos, o grupo familiar tinha

participações na indústria petroquímica, de papel e celulose, de embalagens de vidro, teleinformática, controle das ações da empresa de telecomunicações Ericsson do Brasil, além de parcerias com o Banco Interatlântico (controlado pelo grupo português Espírito Santo) e com a UAP Seguros Brasil SA, controlada pelo grupo segurador francês, UAP-L' Union des Assurances de Paris, presente há mais de um século no Brasil (O GLOBO, 28/10/1991, p. 17).

Seguindo a lógica do capitalismo financeiro

A crise da dívida externa reduziu o investimento direto estrangeiro, ele teve queda de 1\6 entre os anos de 1982-1991 (GONÇALVES, 1999, p. 67), assim impactando a economia fluminense, devido ao grande número de transnacionais em seu território. A saída para a manutenção do status quo do empresariado com atividades na região foi a aliança com o grande capital financeiro internacional, e a pressão sobre o governo na resolução da dívida junto a organismos internacionais. Entre o início da década de 1980 e 1998 houve o crescimento patrimonial de grupos familiares (BONELLI, 1998, p. 5).

A criação da AD-RIO foi uma reação, dos empresários locais e o do grande capital transnacional, ao processo de crise do sistema capitalista por meio da formação de capital fixo (Harvey, 2013b, p. 300).

Nessa conjuntura, o estado do Rio de Janeiro seria um pólo de atração de investimentos. Entendemos como fatores favoráveis à atração de capitais o parque industrial instalado (o 2º maior do país, e com um elevado número de transnacionais); a extração de petróleo em larga escala na bacia de campos (o que gerava oportunidades na constituição de uma cadeia de produção do petróleo); empresas estatais de telecomunicações e energia, promotoras do desenvolvimento local com o fornecimento de infraestrutura para atividades da iniciativa privada; mão de obra qualificada, e excedente, formada por universidades públicas de referência nacional; mercado consumidor; e sua própria localização estratégica, a qual o coloca em contato com oceano Atlântico, facilitando o fluxo de mercadorias via portos (Sepetiba e do Rio de Janeiro), além de sua malha ferroviária em conexão com o seu interior e estados de Minas Gerais e São Paulo, representantes das maiores economias do país.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

A aliança entre Estado nacional e grande capital estabelece uma relação simbiótica, na qual a região do Rio de Janeiro se destaca como uma proposta de um modelo novo de acumulação, cuja hegemonia é do capital financeiro. O objetivo central é a atração de capitais para investimento, e acumular divisas via exportação. Nesse processo, as empresas transnacionais extraem mais valor (MARX [1867] 2003, p. 227) no local onde estão instaladas e o transferem as suas matrizes, em geral, localizadas em países centrais.

Na outra ponta, o Estado facilita as operações dessas empresas, via política, e financia expansão desse mesmo capital privado (seja transnacional ou associado) por meio de endividamento e investimento de suas empresas estatais. O pano de fundo dessa lógica operada pelo grande capital em países periféricos é desenvolver um fluxo de endividamento e acumulação capaz de manter a dependência recorrente de capital estrangeiro, mas sem perder de vista as condições que tornem o Estado capaz de realizar o pagamento da dívida ora contraída.

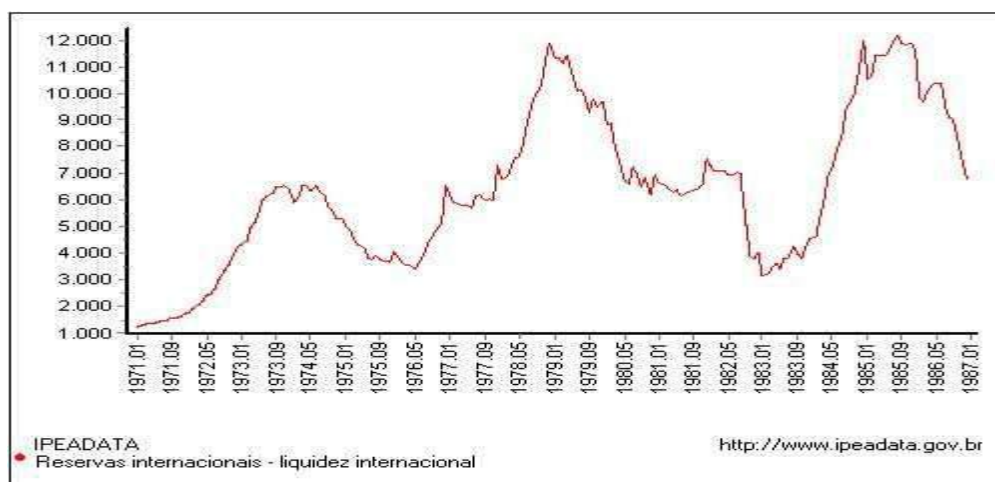
As reservas internacionais são chave para o entendimento dessa nova dinâmica do capital. Elas representam o total de moeda estrangeira, no caso brasileiro, a soma de dólares mantidos sobre o controle do Banco Central (BC). Quando há mais entradas de dólares que saídas, o BC acumula reservas. Inversamente, quando o país é deficitário, há uma saída de divisas que o BC cobre fazendo uso das reservas acumuladas.

Nesse sentido, a AD-RIO, constituída no ano da quebra da bolsa de Nova York, em 1987, pode ser vista como instrumento de aumento de receita em nível regional que impacta o âmbito macroeconômico. Inferimos que a ideia do empresariado fluminense, a promoção do estado do Rio de Janeiro como polo atrativo de investimentos, tem relação com essa nova conjuntura econômica, que exigira cada vez mais receita em virtude do alto endividamento do Estado.

O comportamento das reservas é elucidativo à despeito da transição para um modelo que retira a produção do centro das relações econômicas, pondo em seu lugar o mercado financeiro. A perda de 5 bilhões de dólares, em reservas, entre 1984 e 1986, chegando a um total de e sua cifra de US\$ 6.760 bilhões, e seu aumento exponencial, resultando na soma de US\$ 51.840 bilhões, em 1995, revelam o aumento de sua

importância. Esse é um expediente que tenta mitigar os efeitos do ritmo, cada vez mais acelerado, de circulação do capital.

Gráfico 1

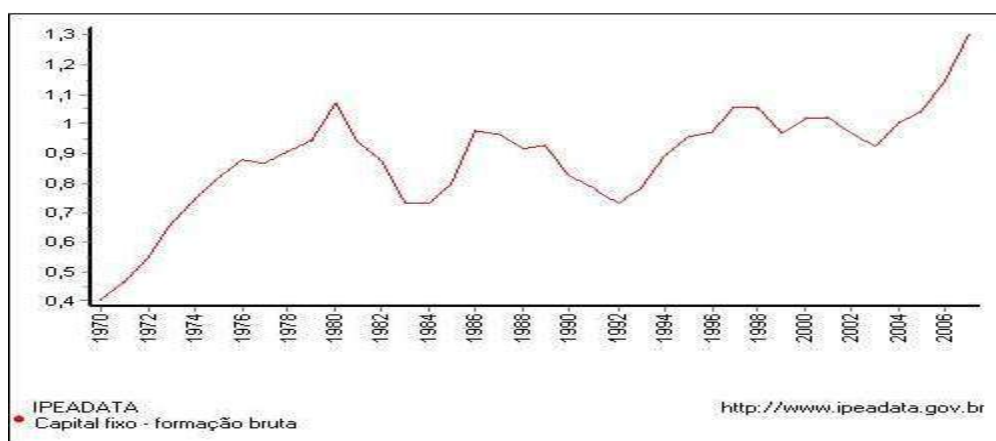


Dado a um ritmo mais lento de mudança, o capital fixo tem pouca flexibilidade dentro do processo de produção capitalista. Daí a tendência ao monopólio, ou oligopolização de setores da economia. Isso nos leva a importância da entrada de capital estrangeiro, assim como a adoção de estratégias para sua atração e formação de capital fixo.

Segundo o gráfico 2, a taxa de investimento em capital fixo teve uma leve queda entre os anos de 1986-1988, mantendo-se estável até 1989, quando há uma queda abrupta. Nesse intervalo de tempo em destaque ocorrem três momentos que chamam a atenção, a quebra da bolsa de Nova York em 1987; o fim do Plano Baker, em 1988, que previa a reestruturação da dívida externa de países da periferia, objetivo que não foi alcançado; as eleições para Presidência da República no Brasil de 1989 marcada por um forte antagonismo entre dois projetos, o democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, e o da modernização conservadora de Fernando Collor, este mais alinhado com interesses do grande capital, pois havia o apoio explícito à agenda neoliberal.

Embora os dois últimos eventos tenham ocorrido após a criação da AD-RIO, entendemos que o empresariado envolvido em suas atividades tinha a nítida dimensão da conjuntura econômica, pois os fatos ocorridos não passavam de desdobramentos de outros ocorridos ao longo da década de 1980. Desta maneira, era iminente um processo de realinhamento dos capitalistas.

Gráfico 2



Considerações finais

A pauta desenvolvimentista, ou mista (nos escalões do governo Sarney havia keynesianos e adeptos das ideias da escola de Chicago) perde força para a agenda neoliberal, ensaiada após o Plano Brady e Consenso de Washington, mas efetivamente implementada em 1990. Não estamos afirmando que houve uma mudança abrupta no empresariado. Apenas constatamos que as mudanças operadas pelo capital no campo cultural (o neoliberalismo como única saída para a crise econômica) e econômico, com a destruição de capitais menos potentes, engendraram um consenso de que a formação da riqueza, o acúmulo de capital, passa necessariamente, e tem como eixo central o mercado financeiro, cuja dominância pertence ao grande capital financeiro internacional.

Nesse “novo” paradigma econômico não há espaço para a formação de uma sociedade de consumo de massa na periferia do sistema econômico. A formação de corações tecnológicos (Dreifuss, 1996, p. 48), fusões e aquisições e obsolescência

tecnológica programada (Harvey, 2013b, p.301) deslocam o cenário da crise econômica para uma centralização salvadora (Marini, 2007, p. 254), capaz de criar condições de competitividade. Isto posto, a fala de Medeiros quando explicita que não há prioridade setorial para investimentos, infere uma política estatal do tipo keynesiana, contudo a suspensão da Câmara de Investimentos por Collor denota a opção pela formação de oligopólios e sujeição ao grande capital.

Em alguma medida havia um conflito intraclasse no Rio de Janeiro, o que explica, ainda que em nível local, o avanço e a resistência às medidas propostas no Consenso de Washington. A FIRJAN, embora fosse adepta à redução do Estado, requeria investimento público para o setor produtivo. A Câmara de Investimentos funcionava em sua sede.

Na outra ponta, apoiando a agenda do grande capital, o grupo Monteiro Aranha defendera um ajuste fiscal prioritariamente por corte de despesas do governo ao longo do ano de 1990 (O GLOBO, 30/12/1990, p. 27). Sua influência no governo Collor tinha um peso significativo, pois foi o principal financiador e articulador da campanha do presidente eleito.

Olavo Monteiro de Carvalho, presidente do grupo, indicara nomes para equipe econômica. Mario Henrique Simonsen (O GLOBO, 01/01/1990, p. 18) foi sua indicação para o Ministério da Economia. Embora não tenha aceitado o convite de Collor para a pasta, após uma longa negociação, não resta dúvida do elevado grau de penetração de uma agenda do grande capital associada à elite econômica local no novo governo. Simonsen era sócio consultor do Banco Bozzano, Simonsen (correia de transmissão do capital internacional no Brasil) e ligado ao Citibank, maior investidor estrangeiro no país (O GLOBO, 26/08/1990, p. 50). A nova conjuntura demandava o estabelecimento de um consenso hegemônico em frações e camadas da sociedade (POULANTZAS, 1978, p. 15).

Referências bibliográficas

BONELLI, Regis. As Estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90. Texto para discussão nº 569: IPEA, 1998.

- COSTA, Fernando Nogueira da. Comparando capitalismo financeiro. Texto para discussão. IE/Unicamp, nº 160, 2009.
- DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LAZZARINI, Sérgio G. e MUSACCHIO, Aldo. Reinventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- MARX, Karl. *O capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEYER, Arno. Apoio financeiro externo e estabilização econômica. In: *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 1, 1993.
- POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar. 1978
- SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012.

Financeirização da economia e mercantilização da educação superior no Brasil: o caso do Grupo Kroton Educacional (2003-2013)

Rosane de Oliveira e Silva

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

O neoliberalismo foi implantado enquanto projeto político hegemônico, configurando-se uma reação do capital na busca pela recomposição de sua taxa de lucro, que já vinha decaindo desde, pelo menos, a década de 1970. Difundindo os valores do Estado mínimo e do livre mercado (BRENNER, 2003, p. 73), os princípios neoliberais no Brasil passaram a se configurar enquanto agenda política a partir dos governos Fernando Collor (1990/1992) e, sobretudo, de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), tendo continuidade, em certo sentido, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O projeto neoliberal parece nos incitar a fazer uma opção entre o mercado e o Estado. Entretanto, o neoliberalismo revela uma questão muito mais crítica e relevante: mercado ou democracia. A democracia torna-se, então, o verdadeiro oponente, pois não é o Estado a quem as elites combatem, mas, sim, o Estado democrático, o que analisaremos mais adequadamente adiante (BORON, 1994, p.82).

Neoliberalismo e educação

Foi exatamente a partir do amplo pacto hegemônico firmado pelo governo FHC em torno dos interesses das diferentes frações do capital bancário, industrial, nacional e estrangeiro, que o processo mais agudo de mercantilização da educação avançou para o ensino superior. A partir daí, verificam-se mudanças significativas, com uma enorme elevação na demanda de vagas e uma grande multiplicação de instituições de ensino superior privadas no país. Ainda segundo a lição de Pires (PIRES, 2004, p. 263), reforçando nosso entendimento, os traços mais marcantes dos últimos tempos, na

educação superior no Brasil, têm sido este aumento extraordinário da reivindicação por vagas e sua aceitação por um grande e pouco controlado número de universidades particulares, resultando na queda de investimento e na redução de recursos humanos nas instituições públicas de ensino superior (PIRES, 2004, p. 266).

Através de nítidas falas liberalizantes, a educação passa a ser encarada como uma mera prestação de serviços, em uma lógica mercantil de otimização de resultados, sustentada pelos educadores / fornecedores. Nesse momento, no espaço educacional, observam-se indícios de privatização, buscando-se horizontes e respostas, face às bruscas mudanças, concernentes à qualidade de ensino, à formação de pessoal, às reais condições de acesso à universidade, entre outras. No planejamento educacional, há uma premência no combate ao neoliberalismo e suas nefastas consequências sociopolíticas, além da percepção da delimitação imposta pelo capitalismo contemporâneo e financeirizado aos projetos progressistas em relação às políticas públicas (PIRES, 2004, p. 268).

Na vigência do governo FHC, moldou-se uma continuação do projeto neoliberal, contando, para isso, com um grande leque de apoios entre os partidos e setores conservadores da sociedade. Uma das medidas caracterizadoras do cunho neoliberal deste governo se demonstrou na tendência a retirar os eventuais entraves à acumulação ampliada do capital, ainda que isso, em longo prazo, significasse uma maior concentração de riqueza e exclusão. Entre 1985 e 1996, o número de universidades privadas no país mais que triplicou, enfatizando a percepção do setor educacional de que instituições autônomas e maiores, com oferta bem diversificada de cursos, possuiriam vantagens na competição da disputa de mercado (SAMPAIO, 2015, s/p.).

O FIES e o PROUNI

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, em 2002, foi um marco na história do Brasil, como primeiro presidente operário e de esquerda, significando promessas de resistência ao projeto neoliberal. O FIES já havia sido criado em 2001 (PORTAL DO FIES, MEC, 2018) no governo FHC. O governo Lula, entretanto, foi o responsável por sancionar a lei e por criar também, em sua primeira gestão, o programa Universidade Para Todos (PROUNI), com o objetivo de incluir mais estudantes no ensino

superior privado, fornecendo bolsas de estudo integrais ou parciais nas instituições de ensino superior (IES) privadas, em troca de isenção de impostos e contribuições (PORTAL DO PROUNI, MEC, 2018). Além disso, cabe destacar as políticas de ensino superior à distância, comprovando que, tanto no governo do PSDB como no do PT, buscou-se o atendimento da demanda por educação superior através da expansão do setor privado, com o avanço da financeirização da educação nos governos petistas. a partir de seu controle por fundos de investimento, como é o caso do Grupo Kroton (RAMOS, 2016. s/p.).

O FIES foi um programa estabelecido em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo, criado em 1976, durante o regime militar. O FIES tem a incumbência de financiar a graduação e, mais recentemente, a pós-graduação no ensino superior, aos estudantes que não têm meios de arcar com os custos de sua formação. O programa, a partir de 2010, põe-se a funcionar sob um novo formato, onde o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o novo agente operador do programa. Só podem participar, contudo, alunos que estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas que se cadastraram no FIES e que tenham obtido avaliação positiva nos processos relativos ao MEC (IDEM, MEC, 2018). Com a séria crise financeira, o FIES sofreu o impacto da inadimplência, revelando, ainda, várias falhas na concepção do programa, o que gera dúvidas que o empreendimento não seja também uma forma de financiamento indireto para algumas instituições superiores privadas. O Grupo Kroton Educacional foi o maior beneficiado pelo programa, tendo recebido, ao todo, R\$ 50 bilhões do programa, desde 2001 até 2013; a maior parte, em isenções fiscais (AGAPITO, 2016, p. 134).

Já o PROUNI foi criado no governo Lula, em 2004, institucionalizado pela lei nº 11096, de 13/01/2005. A finalidade do PROUNI é conceder bolsas de estudo integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais, em instituições de ensino superior privadas, oferecendo o governo federal, por sua vez, isenção de tributos às instituições aderidas ao programa. Nas bolsas de estudo parciais, há a possibilidade de concessão do FIES aos alunos mais necessitados. O PROUNI já beneficiou mais de 1,9 milhão de estudantes, desde sua criação até o segundo semestre de 2016, havendo concessão de 70% de bolsas integrais. Sem um consenso claro, há os que encontram resultados positivos no

programa, relativamente à democratização do conhecimento a camadas da população mais vulneráveis à exclusão socioeconômica, apesar do ensino deficiente em diversas instituições superiores privadas (IDEM, MEC, 2018).

Em 2013, as quatro maiores universidades do Brasil (todas privadas) eram: 1) Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), com 353.432 alunos; 2) Universidade Paulista (UNIP), pertencente atualmente ao Grupo Objetivo, contando atualmente com 343.000 estudantes; 3) Universidade Estácio de Sá, com 207.450 alunos; e 4) Universidade Anhanguera – UNIDERP, do Mato Grosso do Sul, com 152.816 discentes. Torna-se necessária a observação de que a UNOPAR e a Anhanguera – UNIDERP pertencem ao Grupo Kroton Educacional, o que demonstra sua posição monopolista na área do ensino superior privado no país (PORTAL KROTON, 2017, s/p.).

Nesse contexto, surgem, cada vez mais, empresas educacionais a atuar conjuntamente, de maneira organizada, com a finalidade de aumentar seus lucros, configurando os denominados grupos econômicos.¹ (CHESNAIS, 1996, p. 64). Um grupo educacional, contudo, chama-nos intensamente a atenção: o Grupo Kroton Educacional. Em 2007, o Grupo Pitágoras incluía uma considerável rede, de cursos pré-vestibular, colégios e faculdades, decidindo, então, abrir seu capital na Bovespa. As ações ordinárias da empresa passam também a ser negociadas nos Estados Unidos, revelando o processo de internacionalização e financeirização da economia, e de seu avanço na mercantilização da educação, segundo portal corporativo do Kroton.

Fundadores do grupo Kroton Educacional

O Grupo Kroton Educacional teve sua origem em 1966, em Belo Horizonte, com a criação do Curso Pré-Vestibular Pitágoras, por Walfredo Silvino Mares Guia Neto, Marcos Mares Guia, Evando José Neiva, além de João Lucas Mazoni e Júlio Cabizuca. Em 1972, foi inaugurado o Colégio Pitágoras, de primeiro e segundo graus, já com cinco

¹ Grupo Econômico, como conjunto de empresas dependentes de uma mesma empresa surge, de uma certa maneira, na proposta neoliberal da opção entre mercado e Estado, a qual se mostra falsa, já que o dilema mais grave comporta a alternativa mercado ou democracia (BORON, 1994, p. 82).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

mil alunos, em razão dos bons resultados obtidos em seis anos de Curso Pré-Vestibular, segundo o Portal do Kroton.

O grupo se expandiu consideravelmente nos anos 1990, com a criação da Rede Pitágoras, buscando um maior aperfeiçoamento do ensino básico, além da implantação da Fundação Pitágoras, com a finalidade de fomentar projetos educacionais em instituições públicas e privadas. Em 1999, exatamente no ano em que o FIES é regulamentado pela Resolução nº 2.647, surge a primeira Faculdade Pitágoras, em parceria com a Apollo International, sediada no Estado do Arizona (EUA), a partir da venda da companhia educacional americana, vendida ao grupo brasileiro, de acordo com o sítio do Kroton.

Segundo o Portal do Kroton, em 2007, com a abertura de capital do Pitágoras na Bovespa, revela-se uma nova fase na expansão e desenvolvimento do grupo. Isso se confirma com o aporte financeiro de um dos maiores fundos de *private equity* do mundo –a Advent Internacional- no compartilhamento do controle da economia, em 2009. Com a maior aquisição no setor de educação superior do Brasil até então, o Kroton, em 2010, adquire a IUNI Educacional, instituição com programas de graduação e pós-graduação, sob as marcas UNIC, UNIME e FAMA. Em 2011, o Kroton efetua a compra da Universidade Atenas Maranhense, da Faculdade União, da FAIS, além da UNOPAR, na maior aquisição da história da educação até então, tornando-se líder no setor de educação à distância no Brasil. Em 2012, efetiva a compra da Uniron don e da Uniasselvi, fortalecendo, ainda mais, sua liderança na EAD. Em 2013, expande quarenta novos polos de graduação EAD da UNOPAR e efetiva a compra da Anhanguera, formando a maior empresa de educação do mundo. A hegemonia do Grupo Kroton sobre as outras IES é incontestável, sobretudo através dos benefícios que recebe, primordialmente, do FIES (IDEM, MEC, 2018).

Analisando a trajetória profissional de três dos principais fundadores do Curso Pré-Vestibular Pitágoras, que daria origem ao Kroton Educacional, observa-se uma estreita relação entre Educação, Estado e Poder. Esse entrelaçamento entre educação e política, ou educação e poder, nos remete às concepções de Gramsci sobre sociedade civil e a Teoria do Estado Ampliado, revelando sua articulação com a luta pela obtenção da

hegemonia e pela conquista dos espaços de poder no aparelho de Estado ou sociedade política (SEMERARO, 1999, p. 54).

Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, nascido em 1942, além de fundador do Grupo Pitágoras, foi Vice-Governador de Minas Gerais (1995/1999) e também deputado federal por Minas Gerais, entre 1999 e 2011. Eleito Vice-Governador de Minas Gerais, durante o mandato acumulou a Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral, tendo sido, ainda, Secretário de Educação de Minas Gerais, entre os anos de 1991 a 1994. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, teve a indicação de criar e estruturar o Ministério do Turismo, em 2003. Em 2006, já na segunda gestão do presidente Lula, ocupou o cargo de Ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). Acusado, em 2007, de haver participado do denominado “mensalão mineiro”, renunciou ao cargo na SRI, permanecendo como deputado federal. Com a criação do FIES, Walfrido vê-se envolvido em denúncias de favorecimento do Kroton Educacional pelo programa governamental, tendo sido o grupo o maior beneficiado pelo Fundo de Financiamento Estudantil (MARES GUIA, 2018).

Marcos Luiz dos Mares Guia (1935 – 2002) foi professor emérito de Ciências Biológicas (UFMG), além de ter sido, junto com seu irmão, Walfrido Mares Guia, um dos fundadores do Curso Pré-Vestibular Pitágoras. Foi também um dos idealizadores da FAPEMIG, instituição de pesquisa científica, criada em 1986. Antes de falecer aos 67 anos de idade, em 2002, ocupou cargos de importância, como o de membro da Academia Brasileira de Ciências (1970), presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico (CNPq) e chefe do Laboratório de Enzimologia e Físico-Química da UFMG (CENTRO DE MEMÓRIA, 2018).

Evando José Neiva, outro fundador do Pitágoras, também se destacou no meio acadêmico e empresarial. Engenheiro elétrico pela UFMG, foi sócio fundador do Curso Pitágoras, atuou como coordenador e professor do Departamento de Física, além de Diretor de Ensino e Superintendente Geral. Atualmente é Conselheiro-Presidente da Conspiração Mineira pela Educação, membro da ACMinas (Associação Comercial e Empresarial de Minas), da qual é presidente do Conselho Empresarial de Educação, Diretor Executivo de Educação da FUNDAMIG, presidente da Fundação Pitágoras e

presidente do Conselho da Kroton educacional. Atuante, nos meios empresarial e de educação, tem forte foco na privatização do ensino.

A mundialização financeira

Uma das principais referências teóricas para o desenvolvimento de nosso projeto comporta a chamada “teoria da mundialização”, desenvolvida por François Chesnais². O economista francês defende a ideia de que o capitalismo passa por um novo regime de acumulação, caracterizado pela valorização do capital portador de juros e pela hegemonia do modelo neoliberal, no qual as políticas de liberalização dos fluxos de capital, de desregulamentação dos mercados nacionais e das relações de trabalho, e de privatizações aparecem como elementos centrais na engrenagem de uma nova fase do capitalismo, marcada pela “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996, p. 32).

Os traços mais marcantes da “mundialização do capital”, na esfera macroeconômica são: 1) taxas de crescimento do PIB muito baixas, até mesmo em países como o Japão, que servira, durante muitos anos, de “locomotiva” para o resto do mundo; 2) sobrevalorização da moeda, em relação a mercadorias e serviços; 3) conjuntura econômica internacional instável; 4) elevado nível de desemprego estrutural; 5) colocação de regiões inteiras do globo à margem do sistema internacional de troca, tal quase a totalidade do continente africano e de uma parcela significativa da Ásia e da América Latina; 6) aumento dos índices de pobreza e de miséria em todo o mundo, incluindo os países desenvolvidos; 7) acirramento da concorrência internacional entre as grandes potências da tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão), geradora de grandes conflitos comerciais. Chesnais nos explica, entretanto, que “esses elementos não podem ser considerados como uma simples adição de problemas isolados. Devem ser abordados como um todo, partindo da hipótese de que poderiam constituir um sistema” (CHESNAIS, 1996, p. 20).

Assim, nossa base teórica se sustenta no debate sobre processo de financeirização da economia, particularmente nas relações entre o poder do capital financeiro

² Teoria da mundialização, de Chesnais, vem da análise da economia internacionalizada, em uma concentração e centralização do capital; o que abordaremos, mais detidamente, na continuação de nosso trabalho.

internacionalizado e os programas de privatização e desregulamentação do mercado financeiros nacionais. Segundo esse ponto de vista, o regime de acumulação predominantemente financeiro é representado por novas formas de acumulação capitalista, com uma posição hegemônica assumida pelo capital financeiro no sistema econômico internacional. Assim, temos que, em nossos dias, no capitalismo, a fração hegemônica é o capital financeiro, sobretudo os fundos de pensão e de investimento, como é o caso dos controladores do Grupo Kroton. O Grupo, a partir de sua ligação com o capital financeiro, passa a controlar a privatização e a financeirização da educação (CHESNAIS, 1998, p. 25).

O neoliberalismo, o capital monopolista e o FIES

O neoliberalismo, inserido no movimento da mundialização do capital, tal como definido por François Chesnais, tem subordinado a educação aos interesses do capital financeiro, como é o caso do Grupo Kroton (CHESNAIS, 1996, p. 20). Assim, buscaremos compreender o momento do sistema capitalista denominado neoliberalismo, cujas premissas da agenda giram em torno de princípios tais como a desregulamentação da economia, o incentivo à competição e à obtenção do lucro. Deve-se, em escala regional, fazer desmoronar o projeto hegemônico e injusto, rejeitando o tecnicismo e o falso empreendedorismo. É lastimável e inegável a enorme influência do neoliberalismo na formulação de políticas públicas de cunho social, o que redundará na entrada dessa doutrina nos ministérios, nas secretarias e IES. As lições neoliberais revelam uma lição de subordinação por parte da Educação, conjugando-a às necessidades do mercado, o que acarreta um ensino extremamente deficiente (CHESNAIS, 1996, p. 23).

A exploração capitalista se reproduz sem turbulências, porque se ampara na falsa neutralidade de um Estado que, “deixando fazer” e abstendo-se de “intervir” –mas efetivamente operando mediante múltiplos circuitos de intervenção prática-, consegue viabilizar o programa político que interessa aos capitalistas [...] e o mito do Estado “neutro” e “prescindente” adquiriu uma credibilidade e uma consistência -tanto nos centros como nas periferias- cada vez maiores (BORON, 1994, p. 91).

Algumas reformas sociais, na América Latina, auxiliaram, de forma decisiva, para a efetivação de algumas mudanças dentro da sociedade capitalista, mas o capital monopolista subsiste, varrendo a educação de qualidade, desprezando o ideal de democratização do ensino (BORON, 1994, p. 156). Com o regime de acumulação financeirizada mundial e seu caráter predominantemente rentista, ocorrem, em muitas regiões do mundo (do centro ou da periferia) ritmos de crescimento muito deficientes e ampliação das desigualdades entre os países, carreando aumento das desigualdades de renda e de condições de qualidade de vida. Intensas procuras por condições favoráveis redundarão na Educação, assim como para aqueles que dela tirarão proveito, nos países periféricos (CHESNAIS, 1996).

Em nosso estudo, se analisará o quanto o FIES promoveu a “democratização do acesso ao ensino superior”, sua influência na criação de várias Instituições de Ensino Superior privadas, o fortalecimento do Grupo Kroton, assim como a diminuição de investimento nas instituições não privadas de ensino. Ainda se discutirá como o Fundo é influenciado por um intrincado processo educativo fundamentado em interesses do mercado, lucro e exploração do capital financeiro. Deverão se analisar, à luz do Portal do MEC, as concepções neoliberais para a Educação com cunho mercantilista, o que levou, em particular, ao crescimento avassalador do Grupo Kroton, tendo seus fundadores Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, e Evando José Neiva, com seus cargos políticos e empresariais, aumentado ainda mais a ascensão do Grupo Kroton (PORTAL DO MEC, 2018).

A partir desse pensamento, se incitará a analisar as mudanças no ensino superior, ocorridas nas duas gestões do governo Lula, ocasião em que as instituições privadas muito se expandiram, com o apoio do dinheiro público. Com o agigantamento das instituições privadas à custa do dinheiro público, resta evidente que o governo insiste pesadamente em sua finalidade de desmonte das universidades públicas e privatização do ensino superior de baixa qualidade (SAMPAIO, 2015, p. 6).

Considerações finais

Ainda que se tenha uma visão pouco aprofundada das questões apresentadas, pode-se considerar -e não concluir- que o processo pelo qual a Educação passa é escamoteador e perverso, onde a mercantilização da educação superior brasileira caminha lado a lado com o movimento geral da economia capitalista.

Observa-se, via de regra, que a inserção das reformas no ensino superior no Brasil tem apoio na estreita relação do Estado com o mercado, renegando o conhecimento produzido à classe trabalhadora, mais precária e excludente. Esse mesmo detentor do capital monopolista no setor privado de ensino superior, como o Grupo Kroton, o maior do mundo desde a compra da Anhanguera, segue as lições neoliberais, distantes da equidade, assim como o processo de internacionalização da economia.

Há uma ausência de instituições privadas que sustentem condições adequadas de aprendizagem, com a infraestrutura conveniente, não compensando o religamento do setor público, forjando instituições carentes de recursos mínimos ao florescimento de uma educação minimamente acessível; robustecendo a quantidade de alunos e os bolsos de instituições como a Kroton, a maior do mundo, não por mero acaso.

Referências bibliográficas

- AGAPITO, Ana Paula Ferreira. *Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade*. Brasília: Temporalis, 2016.
- BORON, Atilio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na America Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CENTRO DE MEMÓRIA, CNPq, 2018.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____, *A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*. In: Praga. São Paulo: HUCITEC, n.3, 1998.
- EXAME. *As vantagens e desvantagens da educação à distância*. Revista Exame, 20-04-16; acessado em 01-09-18.
- KROTON. Portal Institucional, 2018.
- MARES GUIA. Blog, 2018; acessado em 01-09-18.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

PIRES, Valdemir. *Ensino superior e neoliberalismo no Brasil: um difícil combate*. In: Educação & Sociedade, vol. 15, nº 86, Campinas, 2004.

PORTAL DO FIES, MEC, 2018; disponível em sisfiesportal.mec.gov.br.

PORTAL DO PROUNI, MEC, 2018; disponível em prouniportal.mec.gov.br.

RAMOS, Maria Claudice Teles; SANTOS, Silvania N. dos; FARIAS, Sônia Rodrigues. *Educação à distância no ensino superior: as vantagens e desvantagens de um atual processo de ensino e aprendizagem*, 2016; disponível em <https://portal.fslf.edu.br/2016/12/tcc9-1>.

SAMPAIO, Helena. *Novas dinâmicas do ensino superior no Brasil: o público e o privado*. Rio de Janeiro: GEA, 2015.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Mesa 13
História Política e Diplomacia

A análise da política externa brasileira de 1945-1950 pela vertente do paradigma diplomático

Adna Gomes Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Introdução

O conceito de paradigma da política externa brasileira é um termo amplamente utilizado por boa parte dos especialistas nos estudos da política externa do país. Assim em busca de entender e explicar a PEB, estes especialistas focalizaram seus estudos na Instituição do Itamaraty, a fim de traçar conceitos e teorias para análise da PEB. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar, a luz de alguns estudiosos¹, o debate acerca da problematização do conceito “paradigma desenvolvimentista”.

Para tanto, foi utilizado como metodologia revisão de literatura, bem como a análise de conteúdo da documentação diplomática, a partir da sua coleta no Arquivo Histórico do Itamaraty que se encontra organizada por catálogos, maços temáticos e período histórico. A revisão de literatura comporta uma coletânea de artigos, nos quais discorrem sobre o assunto, dessa forma procuramos correlacioná-los a fim de saber a real utilização do conceito de paradigma para uma teoria da política externa brasileira, sobretudo o correspondente a década de 1940.

Percebermos na história das relações internacionais do país a existência de correntes de pensamento na elaboração de conceitos, muitas vezes deduzidas da política e por vezes vindas por parte dos “homens de Estado e das suas práxis” (CERVO, 2003). Dessa forma os pesquisadores procuram por meio das fontes primárias, sendo a maioria delas documentação diplomática, capturar conceitos ou ideias, doutrinas e projetos de inserção internacional, que possam dar fórmulas aos eixos de investigação e denominar a esta, “teoria das relações internacionais”.

¹ Dialogaremos com os estudiosos; Amado Cervo, Letícia Pinheiro e Maria Regina Soares de Lima, fundamentalmente, todos se dedicam a analisar a política externa brasileira.

Nessa perspectiva, primeiramente definiremos política externa, Duroselle explica que política externa é todo ato do Estado que visa o exterior, é a tomada de decisão com uma perspectiva principal de ação sobre o estrangeiro que tem por fim implicações internas, a saber: financeira, sociais e de equilíbrio político. Assim, “não existe nenhum ato de política externa que não tenha aspecto de política interna”. A política externa é um elemento que compõe os fundamentos das relações internacionais, dentre os quais pode-se destacar o “estrangeiro” como sendo a chave para se entender o sistema internacional (DUROSELLE, 2000, p. 49-58).

Ricardo Seitenfus, também dedicado aos estudos das relações internacionais e política externa, apresenta política externa dizendo que há uma distinção entre as relações internacionais, onde a primeira é a consequência da existência do próprio Estado, que o obriga a manter relações externas. Já as relações internacionais existem pela sua própria capacidade de agir externamente, porém nem todos os Estados participam dela na política internacional, conquanto todos praticam uma política externa (SEITENFUS, 2004).

Em particular, a definição de política externa aparece se referindo a um conjunto de atividades estatais no âmbito doméstico que são projetadas para além das fronteiras. Tais atividades conjugam: formulação, percepção, decisão, projeção e ação, como também ainda há outros temas que transitam da esfera interna da política para a esfera externa. Isso ocorre devido influência de “interesses de regimes internacionais e da regulamentação oriunda das instâncias estatais” (SEITENFUS, 2004, p. 22).

Ricardo Seitenfus também destaca para o papel dos governos diante do cenário internacional, no qual ele diz que,

A principal obrigação interna de todo os governos, independentes de seu perfil político-ideológico, definida de forma límpida nos textos constitucionais, é lutar para tornar perene a existência do Estado. Ao fazê-lo, ele pode vir a contrapor-se à ação de outro Estado que, na tentativa de aumentar seu poder externo, tentam influir no exterior dos Estados estrangeiros. Portanto, o princípio essencial da ação externa estatal resume-se, por um lado, no resguardo da amplitude de decisão dentro da linha de fronteira de seu território e, por outro, na tentativa de direcionar os debates sobre as questões internacionais e sobre a evolução interna dos outros Estados, seguindo uma percepção própria de interesse nacional (SEITENFUS, 2004, p. 85).

A questão do interesse nacional, de acordo com Seitenfus é o que orienta as ações do chefe de Estado, classificando-a como uma questão essencial da política externa dos Estados, logo, é questão central também para as relações internacionais. No entanto não se deve considerá-la como uma regra verdadeira, pois não existe interesse nacional por si só, mas sim um entendimento dominante por parte dos que orientam a política externa.

O interesse nacional, na verdade dependerá dos condicionantes do Chefe de Estado ou de Governo, podem ser eles, “cultura, moral, ideologia, interesses partidários ou até por sua perspectiva de mundo. Dessa forma, ele decide dentre as distintas opções, aquilo que lhe parece ser o interesse nacional” (SEITENFUS, 2004).

Já Letícia Pinheiro ao estudar as relações internacionais e especificamente a política externa brasileira, como especialista na área, buscou a investigação tanto da perspectiva das análises acadêmicas como dos processos decisórios da PEB. Assim, para a definição do termo política externa. Para a autora, a política externa é a conjugação de interesses e ideias dos representantes de um sujeito (ator) no cenário internacional, que na maioria das vezes trata-se de um Estado (que pode ser ou não), em relação a outros Estados ou atores externos. Podem ser organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais, nos quais formulam um conjunto de ações e decisões a partir de oportunidades e demandas do contexto interno ou externo. Esses representantes conjugam seus interesses sobre sua inclusão no sistema internacional, tal como se apresenta ou em direção a sua reestruturação por meio de seus recursos (PINHEIRO, 2004).

Pinheiro além de analisar a política externa brasileira sob a perspectiva da teoria das RI, buscou entender também a visão de alguns dos seus principais formuladores e analistas. Utilizando a metodologia de análise das matrizes teóricas da corrente realista, versada entre a hobbesiano e a grotiana, bem como, tentou distingui-las entre as que “explicam e as que legitimam a ação”. Dessa forma, a autora procura apontar os fundamentos teóricos que orientaram a política externa brasileira. Nesse artigo, especificamente, ela desenvolve a hipótese de que é possível explicar o conteúdo da PEB numa versão combinada entre e o realismo hobbesiano e realismo de conteúdo grotiano (PINHEIRO, 2000).

Ao longo da história da PEB, principalmente a partir do século XX, buscou-se moldá-la em alguns modelos de análises teóricas e dentre esses modelos elaborados, destaca-se o *paradigma do americanismo*, e ainda dividido por momentos hegemônicos que se classificou por *americanismo pragmático e ideológico*. Também há uma predominância da análise baseada na teoria de ação diplomática sobre a interpretação do pragmatismo americanista pragmático e ideológico, com a versão da teoria realista para a política externa brasileira (PINHEIRO, 2000).

De acordo com Pinheiro, o paradigma americanista foi classificado por estudiosos da diplomacia brasileira conforme o momento de atuação da política externa, ao alinhar-se aos Estados Unidos. O americanismo pragmático teria se definido dessa forma por se tratar da política do “aproveitamento de oportunidade da aliança”, para obter retorno em recursos matérias, visando sempre o desenvolvimento do país. Essa aliança seria interpretada como um instrumento de ação da política externa e, estaria identificado com as concepções realistas de conteúdo hobbesiano. Isso se daria em razão da figura do Barão do Rio Branco, tido como o principal representante dessa vertente, “visto que ele percebia as relações internacionais marcadas pelo princípio da anarquia donde a ênfase se dava nos recursos de poder de cada Estado” (PINHEIRO, 2000). “Já o americanismo ideológico seria marcado por um realismo um tanto ingênuo ou mesmo por fortes traços de idealismo” (PINHEIRO, 2000). Seria a partir da construção da exaltação de fatores normativo-filosófico em que, convergindo entre brasileiros e estadunidenses justificavam essa a aliança com os EUA (RICUPERO, 1995 apud PINHEIRO, 2000).

Verificamos que o período do governo Gaspar Dutra se caracterizou por esse paradigma, o Itamaraty se volta com formulações direcionadas principalmente no que se refere a política norte-americana. Procurando acompanhar e aplicar as tomadas de decisões norte-americana, exaltando a segurança coletiva, através da constituição de uma grande organização internacional, apoiando também à institucionalizações de organizações regionais², conferências e tratados como o TIAR, a Conferência Interamericana do Rio e a OEA.³ Nesses princípios pode-se perceber traços de idealismo.

² A valorização mais intensa do pan-americanismo. Ver sobre isso no TIAR, documento no CPDOC- FGV.

³ Ver o TIAR. Arquivo Oswaldo Aranha; AO-31 – CPDOC. Ver também MOURA, G. Relações Exteriores do Brasil: 1939 -1950. Funag, 2012, p. 230- 246.

Isso ocorreu com bastante intensidade durante a implantação das Nações Unidas⁴ e especialmente no eclodir da Guerra-Fria.⁵

Retomando o estudo de Leticia Pinheiro, a autora utiliza as duas correntes; hobbesiana e grotina na sua analogia para a aplicação da PEB como meio de tentar o encaixe numa certa teoria das relações internacionais. Na corrente realista hobbesiana a principal característica é a ideia do estado de natureza do homem, em que o comportamento é dotado de constante luta uns contra os outros. Desse modo, conferem a um representante legal, lhes dando legitimidade para governar, através do Estado, com poder soberano e inalienável sobre a sociedade. “Baseada numa concepção negativa e pessimista da natureza humana, segundo a qual os homens não conseguem deixar sua condição egoísta e belicosa, essa teoria defende a perpetuação do Estado como único modo de coibir a reinstalação da anarquia e do caos” (MALLMANN, 2005).

Seguindo essa ideia hobbesiana a corrente realista fundamenta a teoria descrevendo as relações internacionais como um estado de guerra “de todos contra todos”, num cenário de luta em que cada Estado se coloca contra todo os demais. Assim, para os hobbesianos, as relações internacionais consistem no conflito entre os Estados, lembrando um jogo totalmente distributivo, de soma zero: os interesses de cada Estado excluem os interesses de todos os outros (BULL, 2002).

Já para a corrente realista na vertente grotiana racionalista podemos ver Hedley Bull, em sua obra *A sociedade anarquica*, desenvolver a ideia de sociedade internacional fundamentada na premissa de Hugo Grotius, no qual a base de seu entendimento refere-se a natureza social e racional do homem. O autor se ocupou em abordar um dos elementos que ele considerava pertencer ao conjunto da política internacional – a ordem. E assim discorre pelos conceitos de ordem, verticalizando com as matrizes teóricas do pensamento realista de Thomas Hobbes e Hugo Grotius (BULL, 2002).

Tanto a corrente realista hobbesiana quanto a racionalista grotiana concebem o estado de natureza humana, contudo a interpretação hobbesiana contempla o estado de guerra e luta constante. Enquanto que a corrente realista racionalista grotiana confirma o

⁴ Ver arquivo AHI – carta-teleg. Exp. 1945-46. Maço: 79/4/9

⁵ Ver todo conjunto de documentação coletado para essa pesquisa. AHI – delbras - cartas-tel.-exp. e rec. De 1945-1950 - maços: 19/4/9 e 79/3/20. Arquivo Oswaldo Aranha- CPDOC- FGV.

estado de natureza humana, mas com sociabilidade, restrições, limites, regras e cooperação, porque enfim os Estados necessitam de uma atividade internacional baseada no intercâmbio, seja comercial, econômico e social (BULL, 2002).

Como bem já foi apontado, analistas e acadêmicos do campo das relações internacionais buscaram enquadrar e definir a política externa, tanto dentro das tradicionais teorias de vertentes realistas como tentaram transitar entre teoria de poder do Estado e acontecimento histórico-social. A dinâmica da política externa, na verdade transita entre esses dois percursos, onde o Estado é o ator fundamental desse processo, não que seja o único, mas ele é a engrenagem essencial, e que de acordo com o governo vigente saíra a definição da formulação e condução da política externa de acordo com os interesses nacionais. Dessa forma tanto pode ser interpretado na vertente grotiana de sociabilidade e cooperação entre os Estados, quanto pode ser avaliado no conjunto dos acontecimentos dos processos da ação social.

A política externa brasileira sob o olhar acadêmico e a construção dos paradigmas

No Brasil o campo de estudos das Relações Internacionais enquanto disciplina começou a se configurar a partir da década de 1970, com a tardia institucionalização das Ciências Sociais, tendo o impulso no desenvolvimento de um espaço acadêmico dedicado ao estudo da política externa brasileira. Curiosamente, os detentores da “autoridade”⁶ diplomática, os formuladores da política externa brasileira que irão administrar esse espaço enquanto “intelectuais diplomatas” (PINHEIRO e VEDOVÉLI, 2012).

Conforme observa Alexandra Silva, o campo de estudos das relações internacionais e a PEB ficou marcado pela predominância da História diplomática, e tendo como seus autores vindos da própria diplomacia, que entre suas atividades exerciam

⁶ Celso Lafer (LIMA, 1994), em seu texto “A Autoridade do Itamaraty”, postula que a memória diplomática e as características institucionais do MRE enquanto organização lhes conferem autoridade no sistema da política brasileira e visão de longo prazo. Já Zairo Cheibub (1985) foi buscar as fontes dessa autoridade e legitimidade do Itamaraty nas fases do processo histórico, estabelecendo tipologias com base em três características, marcadas por momentos de “autoridade”. A saber, a primeira fase (fonte), o período patrimonial, A segunda fase, “Momento Carismático” caracterizado pela presença do Barão do Rio Branco, e a fase burocrático-racional dos anos 1910 aos 1985, reformas administrativas, burocratização da estrutura.

a tarefa de análise, produção intelectual e preparação dos quadros burocráticos para a “implementação da política externa brasileira” (SILVA, 1998). Sendo assim, a trajetória das relações internacionais do Brasil é marcada pela presença efetiva da diplomacia enquanto instituição e agência, em que se definiu a priori a sua formação e atuação, as bases e a legitimidade pela condução da política exterior do país dentro da estrutura do Estado (LIMA, 2005).

A partir da gestão do Barão do Rio Branco a política externa brasileira tem sido analisada através daquilo que se tem denominado pelos especialistas como “paradigmas” da política externa brasileira. Maria Regina Lima apresenta a definição de “paradigmas” como sendo

[...] verdaderas teorías de accion diplomática, constituidas por un conjunto más o menos articulado de ideias base, que pueden o no estar respaldados em visiones o teorías ya existentes. São “[...] mapas cognoscitivos, que “ayudan al diplomático a dar sentido a la complejidade del mundo que lo rodea [...]” (LIMA, 1994, p. 34).

A autora em seu artigo “Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña”, além de discutir a questão da crença na continuidade e no consenso, entre as forças políticas e econômicas sobre as orientações gerais da PEB, assinala a existência de paradigmas alternativos de política na história recente do Brasil. Desse modo, ela define o conceito de “paradigma” a partir do campo de visão focado na agência diplomática, em que pese sobre ela a formulação e condução da política externa brasileira. Segundo a autora, a atuação da “corporação” diplomática enquanto uma instituição, tem o legado seu papel e o “monopólio” do processo decisório (LIMA, 1994).⁷

O argumento da autora tem como chave a análise sobre a estrutura que se constituiu o MRE e o papel diplomático na arena de formação e condução da PEB, e os modelos estabelecidos pelos agentes, enquanto partícipes da estrutura do Estado. Em sua

⁷ Os termos corporação e monopólio foram utilizados por Zairo Cheibub em sua tese de mestrado, os quais a autora Maria Regina Lima se apropriou deles para abordar sua análise acerca da formação da política externa brasileira. Assim como também utilizou como fonte de pesquisa e argumentação sobre a institucionalização do MRE, o artigo parte da tese de mestrado defendida em 1984, no IUPERJ, Rio de Janeiro.

análise há o peso dos fatores institucionais na formação da PEB, tais fatores que são favorecidos por alguns “recursos organizacionais” que são próprios do Itamaraty.

Esses recursos estão ligados a padronização da carreira, o controle sobre o recrutamento, o sistema de treinamento e avaliação profissional. Além de favorecerem na formação da identidade “organizacional” sustentado pela ideia de corporação de uma agência, com “longa permanência no tempo, que é capaz de desenvolver uma visão estratégica focalizada a longo prazo, objetivando servir a priori os “interesses nacionais”⁸ mais permanentes do que de eventuais governos (LIMA, 1994).

Outra característica também muito peculiar ao MRE é a que confere ao alto grau de “insulamento da burocracia” em relação ao seu ambiente político e social. Está ligada a falta de vínculos específicos na sociedade e na política doméstica, ou seja, a instituição não necessita de “clientelismo”, isso não quer dizer que não haja uma rede de sociabilidade entre os seus membros com a sociedade política, não é isso. A menção que se faz ao isolamento burocrático do MRE refere-se ao fato de tornar-se menos permeável as intervenções políticas enquanto governamental. (LIMA, 1994).

E por último, o recurso referente a formulação de conteúdo específico para uma “política setorial” e a capacidade demonstrada pelo MRE em obter respaldo político doméstico a esses conteúdos, garantindo, dessa forma certa permanência no tempo a esses paradigmas de política externa (LIMA, 1994).

Já Amado Cervo define de modo geral o conceito de RI e PEB através do termo “paradigma” relacionando de forma comparativa entre o uso em Ciências Humanas e Ciências Naturais. Conforme sua definição em termos de ciências humanas sociais ele expõe sua explicação como sendo “um paradigma”,

em ciências humanas sociais, equivale a uma explanação compreensiva do real. (...). Nas ciências humanas, o paradigma também desempenha a superior função de organizar a matéria

⁸ Interesses nacionais sempre estará na agenda da política externa, é uma questão permanente política externa do Estado, contudo tais interesses estarão de conformidade com a forma de governo, ou seja, quem pauta os interesses nacionais é o governo de acordo com sua linha de projeto de interesses.

objeto de observação, porém não apresenta a mesma rigidez científica [das ciências naturais] (CERVO, 2003, p. 6).

Para o autor, “paradigma” se converte em análise paradigmática, pois este conceito nas Ciências Humanas especifica-se para dar “inteligibilidade ao objeto de estudo e “iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana” (CERVO, 2003). A análise paradigmática corresponderá nas relações internacionais do Brasil antes de mais nada a um método. Esse método “pressupõe a articulação entre essas três dimensões da base empírica da observação” (CERVO, 2003, p. 7).

O autor defende que a “análise paradigmática” para relações internacionais, levanta determinadas hipóteses que se explicam em três planos. Sendo o primeiro plano condiz com a existência da ideia de nação que um povo tem de si mesmo, pelo menos por parte de seus dirigentes, e a perspectiva que eles têm de mundo e o modo como compreende essa relação entre “ideia de nação” e a visão que se projeta de mundo.

De acordo com CerVO estes pressupostos levam à observação do “conjunto de valores” “cultivados”, nada mais é que do que a “identidade cultural” em que se permite que os planos da política externa sejam de longo prazo. Assim, o “paradigma” de política externa comporta uma visão de mundo, a representação de uma determinada formulação conceitual reproduzida “dos outros povos, nações ou do mundo todo” (CERVO, 2003).

E o segundo plano está no paradigma que envolve a percepção de interesses nacionais, a interpretação que os dirigentes fazem dos seus interesses nacionais, sociais, político, de segurança, econômicos e culturais. Tais interesses nacionais modificam-se com a mudança também do paradigma (CERVO, 2003).

Por fim, o terceiro plano compreende a elaboração política, sendo assim determina tendências de médio ou longo prazo, como também explica suas rupturas. Logo, compreende o modo de relacionar o âmbito interno ao externo “e a manipulação da informação para estabelecer o cálculo estratégico e a decisão” (CERVO, 2003, p. 6-7). Ainda sobre a perspectiva do autor, ele explica que

Um paradigma inclui um modo de proceder, no caso, de fazer política exterior ou de controlar as relações internacionais. A análise paradigmática há de colher as determinações internas e os condicionamentos externos, os fins da política,

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

o peso da ideia de nação a construir e da cosmovisão. Tomado como referencial, o paradigma vigente permite avaliar o desempenho dos dirigentes e da sociedade organizada (CERVO, 2003, p. 7)

Os paradigmas acomodam as políticas externas e os modelos de inserção internacional dos países. Sobre o Brasil, veremos ao longo da sua história, que as formulações relativas as relações internacionais deram origem a quatro paradigmas. Tais paradigmas são o liberal conservador do século XIX aos anos 1930 do século XX, o Estado desenvolvimentista entre 1930 e 1989, o Estado normal e o Estado logístico, os três últimos coexistem e integram o modelo brasileiro de relações internacionais, de 1990 aos nossos dias (CERVO, 2003).

Seguindo a explicação, nos deteremos ao paradigma de Estado desenvolvimentista, que surge nos anos 1930, mudando o quadro existente até então do paradigma liberal conservador. Esse paradigma de política externa se caracterizou pela sobreposição dos interesses privados das elites agrário-exportador. Esse grupo dispunha da mão-de-obra, exportava a colheita da lavoura e importava bens de consumo, formava um “grupo socioeconômico hegemônico os quais confundia interesses nacionais com os próprios interesses”. As relações externas eram basicamente econômicas, favorecendo somente as oligarquias, se definindo como o paradigma da “diplomacia da agro exportação” (CERVO, 2003, p. 10).

Nos anos 1930-40 ocorreu em toda América Latina a mudança de paradigma e com aspectos comuns entre os diversos países do continente que possibilitaram a produção dos elementos teóricos para “o novo modelo de inserção internacional”. Esses aspectos são apontados como; a) introdução da diplomacia econômica na negociação externa; b) a promoção da indústria de modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar a desigualdades entre as nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências (CERVO, 2003).

De acordo com Cervo esse paradigma, que estava em construção,

Apresenta, pois, um perfil caracterizado por três componentes, a saber: consciência da transição, desenvolvimento como vetor da política externa,

realismo de conduta. E confere nova funcionalidade ao setor externo, inventando modelos de inserção internacional a) realizar interesses de uma sociedade complexa; b) conceber o desenvolvimento como uma expansão da indústria; c) prover de eficiência a política externa mediante autonomia decisória, cooperação, política de comércio exterior flexível e não doutrinária, subordinação da política de segurança, da guerra e da paz, aos fins econômicos e negociação simultânea com os grandes vizinhos (CERVO, 2003, p. 12).

Os anos 1930-40 apresentava aspectos internos e externos, nos quais formaram a base de sustentação para a formulação do novo paradigma desenvolvimentista. No aspecto externo, está o impacto causado pela crise econômica de 1930 que resultou na queda de importação e exportação, bem como a disputa pelo mercado entre as potências capitalistas. No aspecto interno está o movimento que a sociedade faz ao reconhecer suas transformações no percurso, e que se agita para reivindicar a modernização frente as suas necessidades. Esse processo possibilitou surgimento do paradigma desenvolvimentista da PEB em que os parâmetros do paradigma desenvolvimentista foram lançados e difundidos durante a depressão de 1930 e a Segunda Guerra (CERVO, 2003).

Cervo também definiu em conjuntos de componentes do paradigma, distinguindo-os em dois, que ele chamou de blocos, um mental e o outro de bloco duro. O bloco mental é composto pela variável ideológica e a variável política, e no bloco duro está inserido os elementos como a percepção de interesses nacionais, relações econômicas internacionais e impactos sobre a formação nacional (CERVO, 2003).

A “variável ideológica do desenvolvimentismo” encontrou um campo fértil na América Latina, sobretudo com maior ênfase no Brasil. Nos anos 1950-1980 setores da sociedade foram alcançados por essa ideologia, sobretudo intelectuais e políticos, nesse quadro quem mais se identificou com tal ideologia foram Getúlio Vargas e sucedido por Juscelino Kubistchek que fizeram desta a sua agenda política (CERVO, 2003).

Para o autor, a ideologia desenvolvimentista apesar de ter alcançado unanimidade na sociedade brasileira durante muito tempo, não alcançou o entendimento político sobre qual modelo a ser adotado. Pois encontrou divisão entre os que dirigiam o país e a parte dos intelectuais, e até a opinião pública. As duas estratégias previstas de implementação do desenvolvimento configuravam-se primeiro no desenvolvimento associado às forças externas do capitalismo de estreito vínculo político, geopolítico e econômicos com a base voltava-se para os Estados Unidos. Esse modelo foi recomendável primeiramente por

Gaspar Dutra (1946-1950), também sucedeu a Castelo Branco (1964 – 1967), Fernando Collor de Melo (1990 -1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002). O segundo modelo de implementação de desenvolvimento vinha por meio da autonomia, “essencialmente pela força da nação”, tal desenvolvimento gerador de “autonomia política e forte núcleo econômico”, este modelo foi recomendável por Getúlio Vargas, João Goulart e Ernesto Geisel (CERVO, 2003, p. 13).

No parâmetro do “bloco duro” do paradigma do desenvolvimento está o componente da percepção dos interesses nacionais, tido pelos dirigentes e intelectuais como aquele que visa às necessidades um de uma sociedade que está em processo de transformação econômica e social.

Amado Cervo pontua que os desenvolvimentistas vão pensar um conceito de sociedade complexa onde será detectado outros segmentos para além do antigo estrato social, dividido somente em dois. É a partir do governo Vargas que o Estado volta sua atenção para as necessidades de vários representantes de setores como industrialistas, empresários, agricultores, militares, operários e outros. Nessa direção, a perspectiva que se tem do desenvolvimento é de que funciona como se fosse uma máquina, com várias funções, ou seja, um instrumento operacionalizado para a solução dos muitos problemas do país, diga-se, desde os econômicos à pluralidade social. E na mente dos desenvolvimentistas a solução estava na industrialização e no crescimento econômico, isso acaba entrando para a agenda diplomática como uma missão destinada à sua responsabilidade (CERVO, 2003).

Conclusão

Diante do quadro apresentado, percebe-se que os especialistas do campo das Ciências Políticas, das Relações Internacionais e os historiadores buscam compreender a política externa brasileira do século XX por meio de análise comportamental dos dirigentes e reação da sociedade. E através dos seus estudos, tentam enquadrá-la em algum modelo teórico de relações internacionais que possam dar alguma inteligibilidade e instituir algum referencial metodológico e conceitual, para a sua formulação, condução e o processo decisório. E Cervo como método de trabalho estabeleceu componentes

teóricos depois aplicou-os no estudo de cada caso separadamente, definiu os parâmetros surgidos na pesquisa para depois identifica-los. Nesse caso, o paradigma diplomático passou a ser o modelo teórico que mais atraiu os especialistas, uns seguiram para o americanismo outros para o globalismo e Cervo e seus contemporâneos optaram pelos paradigmas analisados aqui (liberal-conservador, Estado desenvolvimentista, Estado normal e Estado logístico).

Referências bibliográficas

- BARNABÉ, G. R. Hugo Grotius e as relações internacionais: entre o direito e a guerra. In: *Cadernos de ética e filosofia política*, São Paulo, n. 15, p. 27-47, fev. 2009.
- BULL, R. *A sociedade Anarquica: um estudo da ordem na política mundial*. Tradução de Sérgio Bath. 1º. ed. Brasília: UnB, Instituto de pesquisa de relações internacionais, 2002. 361 p.
- CERVO, L. A. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, V. 46, jul./dez. 2003. p. 5-25.
- CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. In: *Dados: revista de Ciências Sociais*, RJ, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.
- DUROSELLE, J.-B. *Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília DF: Universidade de Brasília, 2000.
- LIMA, M. R. S. D. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. In: *America Latina Internacional*, Argentina, v. 1, n. 2, p. 27-46, otoño/invierno 1994. Publicada por el area de relaciones internacionales de FLACSO.
- _____. Aspiração Internacional e Política Externa. In: *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v. ano XIX, n. 82, jan./mar. 2005.
- MALLMANN, M. I. Relações políticas internacionais: como entendê-las? In: *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 233-244, jul./dez. 2005.
- PINHEIRO, L. Traídos pelo desejo: Um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, jul/dez 2000. 305-335.

_____. *Política Externa Brasileira, 1889 - 2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2004.

_____.; VEDOVÉLI, P. Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na Construção do Campo de Estudos de Política Externa. In: *Revista Política Hoje*, v. 21, n. 1, 2012.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, América Latina e os EUA desde 1930; 60 anos de uma Relação Triangular. In: RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: Ensaio sobre a História e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

SEITENFUS, R. A. S. *Relações Internacionais*. São Paulo: Manole, 2004.

SILVA, A. D. M. E. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 2, p. 139-158, jul./dez 1998.

Fontes:

Arquivo Histórico Itamaraty:

Carta-teleg. Exp. 1945-46. Maço: 79/4/9.

Coletânea de documentos - AHI – delbras - cartas-tel.-exp. e rec. De 1945-1950 - maços: 19/4/9 e 79/3/20.

CPDOC – FGV:

Arquivo Oswaldo Aranha; OA-31.

O olhar do Serviço Nacional de Informações - SNI, sobre o movimento negro no Rio de Janeiro (1968-1988)

Marize Conceição de Jesus

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

Com o início da abertura política a partir de 1974 "novos personagens entram em cena", ressurgindo no bojo das reivindicações populares, agora não só pelo viés dos sindicatos de classe, mas pela demanda das mulheres, dos homossexuais, dos trabalhadores sem-terra, dos povos originários e da comunidade negra. No que diz respeito ao retorno dos direitos civis e políticos ocorridos entre 1974 e 1985, Carvalho (2013) afirma que “a oposição aproveitou com inteligência o espaço que se abria e contribuiu decisivamente para levar a bom êxito a empreitada”.

O ressurgir do movimento negro nas décadas de 1970/80 está intimamente ligado ao lento processo de abertura política iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974/1979). Para os afro-brasileiros¹ a luta se dava desde a denúncia do racismo operante na sociedade brasileira, oculto pela falácia disseminada pelos militares, sobre uma comunidade nacional harmônica convivendo sob a égide de um modelo paradigmático de democracia racial.

A militância negra passa a organizar-se em diversas instituições para discutir formas de denúncia e combate ao racismo no Brasil. O movimento negro vai, no correr das décadas de 1970 e 1980, pontuar as desigualdades socioeconômicas e políticas da comunidade afro-brasileira em relação à população branca e como, em nome dessas diferenças, o racismo a coloca a margem da sociedade, empurrando-a para a base da pirâmide social com os piores índices de desenvolvimento humano.

¹ Trabalhamos com o conceito de afro-brasileiro utilizado por Siss (2003, p.21): quer designar os cidadãos descendentes de africanos nascidos no Brasil e remete a um movimento de identificação étnica dos nascidos na diáspora africana em outros lugares. Deve ser compreendido, ainda, no sentido que lhe dá o movimento negro.

A ideia de democracia racial como sustentação ideológica do estado autoritário

A ideia do Brasil como um país isento de racismo, de preconceito, de discriminação ou de quaisquer conflitos raciais, está presente nos discursos e estudos da intelectualidade brasileira, tendo Gilberto Freyre, em seu clássico *Casa Grande e Senzala*, sistematizado as ideias que possibilitaram o surgimento do “mito” da democracia racial, que veio a pautar os discursos dos militares, atribuindo a sociedade brasileira uma suposta harmonia de “igualdade racial”,

Isto porque, como observa Siss (1994), se tomarmos o Brasil como um país de mestiços, assim como na visão de Freyre, as questões raciais ficaram subsumidas as questões de classes. No entanto, construiu-se no Brasil uma hierarquia sociocultural que impôs aos afro-brasileiros uma subordinação quase que legal de acesso aos bens de produção, bem como de lugar na hierarquia social.

Hasenbalg (1979, 1982) diz que “o mito da democracia racial como instrumento ideológico de controle social tem como função, legitimar a estrutura vigente de desigualdades raciais e impedir que a situação real se transforme numa questão pública”. Ele entende a democracia racial como uma arma ideológica contra o negro, fazendo subentender a ausência de preconceitos e discriminação racial; forjando a existência de oportunidades econômicas iguais para negros e brancos.

O sociólogo chama a atenção para o fato de que a confiança na democracia racial criou os mandamentos que embasavam o pensamento daqueles que viam na democracia racial o diferencial positivo da sociedade brasileira. Assim, para a elite nacional, tornou-se preceito fundamental não assumir a existência de preconceito racial no Brasil e taxar, como divisor da nação, aqueles que insistissem em tal afirmativa. (HASENBALG, 1979, p.242)

Instalada a ditadura, a questão racial era entendida como “inexpressiva e secundária”, visto que os militares não viam nela nenhum perigo para seu projeto político. O racismo, arraigado nos órgãos de repressão e em sua intelectualidade, não permitia

enxergar as ações de resistência política no movimento negro naquele período por isto tentavam invisibilizá-la.

Motta (2002), ao discorrer sobre o pensamento dos militares em relação à esquerda comunista enfatizou que: “atuação política dos comunistas era execrada, pois eles incentivavam a divisão ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais. A nação na concepção organicista dos conservadores deveria ser preservada em sua integridade”.

Nesse contexto político, os militares tomaram como incontestável a ideia da democracia racial. O governo militar negava veementemente o problema racial no país, divulgando ao exterior a ideia de um país sem conflitos dessa ordem, onde a “paz das cores” formalizava a igualdade entre as raças. Assim, a crença na ideologia da democracia racial imperou em todo o Brasil, fortalecendo a política do branqueamento, encobrendo as desigualdades socioeconômicas presentes entre negros e brancos.

Fechar os olhos e negar a questão racial no Brasil é uma prática histórica tanto da direita conservadora quanto dos militares. Representantes destas classes não permitiriam que questões raciais viessem interferir na suposta unidade nacional. Para os militares estes problemas não existiam no país, e falar sobre racismo era considerada uma tentativa de criar antagonismos no seio da sociedade. Aqueles que contestavam a democracia racial eram vistos como subversivos e separatistas.

Segundo Santos (1994), durante o governo do presidente Médici (1969-1974), um dos presidentes militares mais “linha dura”, cujo período foi o de maior repressão àqueles que combatiam a ditadura, “nenhum jornal, grande ou pequeno, podia publicar nada sobre índios, esquadrão da morte, movimento negro e guerrilha – era como se, por decreto, tais problemas não existissem”. (SANTOS, 1994, p.47-48). Neste sentido, qualquer ideia que pensasse em discutir o equilíbrio das relações raciais no Brasil naquele momento, ia contra ao maior orgulho nacional que era a ideia da democracia racial.

Instalada a ditadura, a questão racial era entendida como “inexpressiva e secundária”, visto que os militares não viam nela nenhum perigo para seu projeto político. Subestimavam o potencial crítico da intelectualidade negra, por isso, naquele momento, não foi combatida abertamente.

Para os órgãos de repressão, as reações ao racismo por parte da comunidade negra, apresentavam focos pequenos que deveriam ser vigiados, no entanto, sem alarde, para

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

não incentivar discussões em torno do “problema do negro”. Num primeiro momento, aquela movimentação não chegava a ser vista como “ameaça política”, uma vez que a ideologia da democracia racial era sempre propagada. Contudo, qualquer possibilidade de reação coletiva do negro era vista como ameaça ao governo e à sociedade, porque os militares acreditavam haver “infiltração comunista” dentro daquelas organizações.

A partir de 1968, com a instituição do AI-5, a questão racial passou a configurar na Lei de Segurança Nacional como ato subversivo, e o racismo foi tratado como invenção da esquerda incentivada por órgãos internacionais. Desta forma, manifestações culturais, ações políticas de contestação ao regime e organizações dos movimentos sociais que discutissem a ordem vigente poderiam ser consideradas subversivas e seriam vigiadas pelo aparato militar.

A democracia racial enquanto aparato ideológico, esteve presente até mesmo na política externa brasileira durante o governo militar e “marcou também o pensamento diplomático brasileiro”. Os militares, não obstante a política colonialista ser aliada a Portugal, visavam um regime econômico expansionista sobre os países da África – o que fez com que o Brasil fosse um dos primeiros países a reconhecer a independência de Angola, apesar de sua proximidade com as ideias socialistas. Os diplomatas enviados pelo Itamaraty, com o intuito de amenizar as relações com esses países e “reduzir as distâncias e as desconfianças dos africanos, passaram a ressaltar o nosso exemplo de harmonia racial e o orgulho da nossa herança africana”. Os laços culturais e históricos tornaram-se peças obrigatórias dos pronunciamentos nos contatos oficiais.²

O governo brasileiro, com intenção de mostrar ao mundo que o Brasil era um exemplo de democracia racial, ratificou junto a ONU, em 1969, o documento da Convenção Internacional sobre a Eliminação do Racismo e de Todas as Formas de Discriminação Racial. Entretanto, segundo Nascimento (2002, p.208) o Itamaraty manteve absoluto sigilo em relação às restrições constantes nos termos.³

O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) organizou em 1964, na cidade do Rio de Janeiro, o Seminário Internacional sobre Cultura Africana, cuja participação da

² A esse respeito ver <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/JUVENAL-DE-CARVALHO.pdf>> e <<https://aclessa.files.wordpress.com/2008/11/045.pdf>> .

³ Para maior compreensão acerca da política externa do Brasil quanto à questão racial ver O Quilombismo, de Abdias Nascimento.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

comunidade negra foi vetada, bem como qualquer intelectual negro impedido de apresentar seus trabalhos. O Itamaraty convocara para falar sobre esse tema somente especialistas brancos, mostrando para a intelectualidade negra a face racista da ditadura. Importa destacar a atuação de Abdias Nascimento e sua liderança negra – esta já marcada pelos militares em retaliação a sua atuação e discursos de denúncia ao racismo no Brasil – o veto do governo à participação de intelectuais negros naquele seminário foi exemplo disso.

Os militares e líderes da nação afirmavam, com exaltação, em seus pronunciamentos no exterior, que o Brasil representava para as demais nações o modelo de democracia racial. Exemplo disso foi a mensagem que o presidente Geisel enviou ao secretário geral da ONU, em 1977 – lida em sessão solene em razão das comemorações pelo dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. A carta condenava todas as nações onde persistiam os problemas raciais e seu texto foi publicado no jornal O Estado de São Paulo, em matéria sob o título “Geisel: quem discrimina raça viola direitos”, publicada em 22 de março de 1977.

A partir dos anos de 1970, os militares passaram a vigiar de perto as ações do movimento negro, que se alastravam pelo país. Fazia-se necessário vigiar as ações “subversivas” desses grupos para não dar chance aos intentos do “inimigo interno” e por isso deveriam ser combatidos.

Rocha (1998, p.45), ao abordar o movimento negro de base católica, afirma que, nos anos 1970, “o regime militar, proibia e dificultava a organização dos movimentos sociais, além de perseguir os já existentes.” Em função desta perseguição, ao longo dos anos 70, várias instituições de grupos negros surgiram no cenário nacional como entidades voltadas para a cultura, uma vez que, sob a fachada do entretenimento, era possível este tipo de agrupamento. Assim, a respeito dessa ação dos militares, o autor diz que, para serem “acobertadas”, muitas organizações nasceram sob “as asas da Igreja” ou “ocultadas nas temáticas de pesquisa e cultura”. Isso porque as manifestações culturais que não atendessem as regras impostas passavam a ser consideradas subversivas e como tal eram reprimidas e vigiadas pelos órgãos de repressão.

A partir da análise dos manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), Kössling (2007) avalia que os movimentos negros eram entendidos como ‘fatores adversos’, ao

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

impedir que a ‘harmonia racial’, um dos objetivos nacionais, fossem ‘preservados’. Para a ESG, o movimento negro não foi considerado um movimento subversivo de “pressão” suficiente para uma ação repressiva mais contundente. Por isso, a repressão se deu por vias indiretas sem prisões e processos, mas por meio de vigilância constante.

A vigilância exercida pelos aparatos da repressão sobre a ação do movimento negro se dava pelo SNI por documentos de caráter confidencial⁴ e relatos de seus agentes infiltrados nos encontros e reuniões. A questão racial entremeou todo o período do governo militar, fosse no discurso que ressaltava as relações harmônicas e cordiais do povo brasileiro – o que enaltecia o mito da democracia racial; fosse por meio de suas políticas públicas – que, em sua maioria, estavam relacionadas à política habitacional, à política agrária e à política educacional.

O aparato militar com o seu serviço de informações, vigiava de perto todas as organizações do movimento negro. Nos documentos com carimbos de “sigilosos” encontram-se atas das reuniões – são relatórios detalhistas de tudo o que se passava naqueles encontros, as pessoas descritas e marcadas, as falas demarcadas com comentários dos agentes, tudo muito bem registrado. Nos documentos dos aparatos de repressão, as discussões e reivindicações contra a discriminação racial e o racismo eram tratados como o “problema do negro”, ou como “o racismo negro”. Muitas vezes eram desqualificados e pormenorizados por seus relatores, cuja presença nos encontros era percebida pela militância.

A partir desses pressupostos evidenciam-se as divergências na leitura feita pelo movimento negro e pelos militares no que diz respeito ao Brasil como uma democracia racial. Para os primeiros, tal ideologia pressupõe-se como um mito visto que de fato há uma marca de desigualdade socioeconômica entre brancos e negros no Brasil que tem como forte indicador a raça. No entanto, na visão dos militares, no Brasil repousava a “paz das cores”, onde se primava pela igualdade de acesso aos bens a todos os cidadãos brasileiros.

⁴ Para o Ministério da Justiça, os documentos da Divisão de Segurança e Informações obedecem a um critério de classificação visto que são tidos como sigilosos uma vez que considerados indispensáveis à segurança da sociedade e do Estado. Assim, os documentos com carimbo de “confidencial” indicam aqueles cujo conhecimento e divulgação podem ser prejudiciais aos interesses do país. Para maior compreensão cf. Fico 2001, p.26-27.

Em nome da ideia de democracia racial, os militares viam quaisquer discussões acerca do racismo como “problema ou racismo do negro” imputando a este qualquer dissenso em torno das relações raciais no país. Neste sentido, ao longo das décadas de 1970 e 1980, os militares e o movimento negro se “apegaram” a ideia de democracia racial, os militares para fortalecê-la e o movimento negro para denuncia-la enquanto “falácia”.

No acervo do Arquivo Nacional, encontra-se uma série de documentos com carimbo de sigiloso que mostram a ação de vigilância sobre o movimento negro. Os órgãos de repressão os viam como subversivos e, por isso, os vigiavam. Para os militares, aquela militância negra e as discussões que faziam, estavam embasadas e influenciadas pelas ideias comunistas. Parece que a crença na democracia racial e, portanto, o fato de acreditarem que no Brasil não havia problemas raciais, levava os órgãos de repressão a perceber o movimento negro como tutelado pelos comunistas, mostrando que os novos estudos sobre as relações raciais não atingiam a mentalidade dos conservadores no poder. De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional tratava-se de uma “guerra psicológica adversa” impetrada pelos comunistas.

O movimento negro e a luta de combate ao racismo dentro do estado autoritário

O movimento negro, ressignificado a partir da década de 1970, buscou quebrar com as amarras da ideologia da democracia racial, que buscava lhe impor a assimilação ao modelo social vigente. Neste sentido, a afirmação de sua negritude pelo respeito à diversidade, pontuou a diferença nas ações do movimento negro contemporâneo em relação ao movimento negro atuante no início do século XX, para o qual, a ascensão social, ardentemente procurada pelos afro-brasileiros, somente seria obtida se os indivíduos pertencentes ao grupo racial não branco fossem capazes de se tornarem “bons cidadãos”, entendendo-se estes como o grupo racial branco. (SISS, 1994, p.21).

Assim posto, o movimento negro contemporâneo luta pela construção da cidadania plena dos afro-brasileiros a partir de sua afirmação como cidadãos portadores de especificidades culturais e étnico-raciais. A partir de então as ações do movimento negro serão direcionadas tanto para a sociedade brasileira, apontando sua

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

responsabilidade diante das desigualdades entre negros e brancos, quanto para a comunidade negra, mostrando-lhe outros paradigmas e outras possibilidades para a garantia de sua identidade étnico-racial e cidadania.

O ressurgir do movimento negro na década de 1970/80, é seguido também pelo ressurgir da Imprensa Alternativa Negra que segundo Siss (1994), diferentemente do caráter assimilacionista da Imprensa Negra de início do século XX, esta trará um “caráter marcadamente contestatório e reivindicativo”, fazendo uma reinterpretação da história do negro no Brasil e denunciando o racismo estrutural na sociedade brasileira.

Além da vigilância as instituições do movimento negro e suas ações político/culturais, outra preocupação dos militares era com os periódicos da Imprensa Alternativa Negra, pois enquanto a grande imprensa estampava os pronunciamentos do governo e suas declarações exaltando para o mundo o “modelo” de democracia racial que o era Brasil, a Imprensa Alternativa e a Imprensa Negra vislumbravam outro discurso, um discurso de enfrentamento que apontava a realidade das relações raciais no Brasil.

Segundo informação do SNI o jornal Versus publicava uma coluna intitulada AFRO-LATINO-AMÉRICA, “dedicada à conscientização e mobilização do negro na luta de classes”. Era uma revista de caráter socialista que tinha como foco as lutas negras da América Latina e de outras regiões do mundo. De acordo com o documento⁵, a matéria a que se refere o relato ocupava 05 páginas do jornal. Está relacionado no documento o nome de toda a diretoria das instituições bem como seus respectivos endereços. Nele também estão relacionados os “órgãos de comunicação” que divulgavam as atividades do movimento negro: SINBA, Jornegro, Tição e Emancipador. Um documento do SNI (para fins de registro) traz informações sobre a composição editorial do jornal SINBA.

Cabe destacar que os periódicos da imprensa negra foram registrados pelos agentes do Serviço Nacional de Informações e estes, quando não só citados, são descritos e anexados aos documentos de vigilância relativos às organizações do movimento negro.

Domingues (2008) ao analisar as pesquisas feitas por diversos historiadores sobre o conteúdo dos jornais e periódicos da Imprensa Negra do início do século XX, mostra como tais análises vinham carregadas de racismo e por isso não correspondiam aos

⁵ CI/DPF – ASP/SNI –II EX = IV COMAR – 2º C /SP DEOPS E CIOP/SSP/SP = PEMESP. Doc. Arquivo Público do Rio de Janeiro 4510_80 p. 14.

anseios daqueles que produziam tais periódicos, ou da comunidade negra para quem eles eram dirigidos.

No caso dos militares, uma análise inicial de tais documentos, aponta a visão e convicção destes de que o Brasil vivia sob uma democracia racial e que por tanto, toda discussão sobre relações raciais era fruto da influência comunista sobre grupos de jovens negros com o sentido de instituir o conflito racial na sociedade brasileira.

Em pesquisa inicial⁶ nos arquivos do SNI, constatamos que pelos relatos dos agentes da ditadura, havia certa minimização da importância dos encontros organizados pelo movimento negro. Tais registros apontam também a interpretação dos órgãos de repressão sobre as relações raciais no Brasil.

Amílcar Pereira (2010) em sua pesquisa, reconstruiu a história do movimento negro contemporâneo a partir de depoimentos de militantes históricos do movimento, suas trajetórias na construção de uma consciência racial e da luta de combate ao racismo no Brasil a partir dos anos de 1970. O pesquisador a partir desses depoimentos, aponta a preocupação e cautela dos ativistas em relação a repressão, visto que discutiam a questão racial no Brasil, sendo este um assunto proibido (ou censurado) pelos militares e seus interlocutores considerados subversivos.

A análise que Santos (2005) faz sobre o embate político-teórico que o movimento negro, enquanto movimento social, travava naqueles tempos de efervescência cultural e política no Brasil e sua visão sobre a conjuntura política racial do que se passava nos EUA e na África contribui para compreensão daquele momento visto que “revelava a identidade racial reprimida pelo padrão sociorracial vigente e encontrava ressonância política e organizativa na experiência de organização da luta de negros norte-americanos nas guerras de libertação dos povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné Bissau” (SANTOS, 2005, p.30-31).

Cabe destacar a importância da criação, neste período estudado, das instituições de caráter cultural que, apesar de vigiadas e devidamente registradas pelos órgãos repressivos, não causavam maiores preocupações. Segundo eles, por não terem “caráter

⁶ Dissertação de mestrado defendida em 2015 pelo PPGEDUC/UFRRJ, sobre o tema: O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais.

político”, não trariam ameaças a “harmonia da nação”, por não caracterizarem-se naquilo que eles chamavam de movimento de “pressão”.

Com ações políticas de um lado, e ações culturais do outro, o movimento negro entre os anos de 1970 e 1980, como afirma Rocha (1998), foi capaz de aglutinar forças, ainda que por vezes de formas divergentes, em torno da construção de uma consciência negra. Para muitos, a arma contra a opressão racial e social era a cultura. Segundo Siss, havia na juventude negra um anseio por uma identidade e consciência racial, para tanto era relevante à valorização da estética e da cultura negra tomando como referência “o movimento Black- Power norte-americano em um primeiro momento e da cultura de matriz africana, posteriormente” (SISS, 1994, p.63-64)

Para além dos antagonismos criados entre política e cultura em função das estratégias de luta de combate ao racismo, às duas formas de intervenção social romperam os paradigmas do mito da democracia racial, criando mecanismos para a luta de combate ao racismo. Naquele momento de reativação do movimento negro, pode-se dizer que a identidade cultural dos afro-brasileiros se tornou “politizada” visto que como afirma Hall (2011) ela foi buscando uma reorientação do “caráter político de classe para a lógica política da diferença”, na busca pela mudança da cultura racista da sociedade brasileira.

A partir dos anos de 1970, as ações do movimento negro foram ganhando o lugar de “contestação estratégica” (HALL, 2013) tendo na valorização da cultura negra a base para a valorização e afirmação da diferença. Neste sentido, o movimento negro contemporâneo foi aos poucos ressignificando a identidade cultural dos afro-brasileiros e consequentemente o olhar da sociedade brasileira sobre as relações raciais no Brasil.

O movimento social negro reafirmou nos anos de 1970/80, como lugar determinante de sua luta o combate ao racismo como meio para a superação das desigualdades socioeconômicas. Neste sentido, a luta do movimento negro possibilitou as bases para as políticas de ações afirmativas e outras iniciativas que tomaram o debate público⁷ nas décadas que se seguiram a promulgação da Constituição de 1988, colocando nas agendas políticas de governos progressistas, ou não, a emergência em criar uma nova

⁷Para análise detalhada desse processo ver: SILVA, Luiz Alberto Oliveira e; GONÇALVES, Petronilha Beatriz. “Negro e Educação”. In: *Revista Brasileira de Educação*. [on-line]. 2000, nº 15, p.134-158. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/movimento-negro-educa%C3%A7%C3%A3o-petronilha-e-luiz-gon%C3%A7alves.pdf>>.

cultura para as relações raciais no Brasil.

Para o movimento negro, a luta por uma sociedade democrática incidia prioritariamente pelo combate ao racismo uma vez que esta estrutura a sociedade brasileira e é causador de desigualdades sociais e econômicas, portanto empecilho não só para a construção da cidadania dos negros, mas também dos brancos. A luta antirracista passava pela denúncia e combate ao racismo institucionalizado na sociedade brasileira, bem como pela valorização da história do negro no Brasil.

Considerações finais

O movimento negro a partir do final dos anos de 1960 organizou-se nacionalmente, tendo suas instituições devidamente vigiadas pelos órgãos de repressão, sempre atentos a suas finalidades e nível de atuação. Os documentos do SNI trazem a relação de “órgãos” do movimento negro e sua área de atuação relatando que “existe elevado número de entidades e associações voltadas para o problema do negro na sociedade brasileira; para a manutenção e difusão das culturas, costumes e religiões negras e afro-brasileiras; e para a defesa dos direitos dos negros.”

Esses documentos⁸ apontam que os órgãos foram criados com “finalidades culturais, tinham pequenos números de adeptos, sem estrutura, sem sede e sem estatutos”. Fatores que fizeram os militares minimizarem e desqualificarem o potencial político organizativo desses grupos, e o caráter “cultural” favorecia a mobilidade do movimento negro diante dos órgãos repressivos.

Os documentos coletados pelo SNI trazem as ações de militantes do movimento negro cuja análise poderá contribuir para maior compreensão da gênese das diversas organizações que compõe o movimento negro contemporâneo, criadas pela juventude negra, para o enfrentamento ao racismo e para a luta pela cidadania plena dos afro-brasileiros. Tais documentos mostram que os afro-brasileiros lutaram pela redemocratização do país, por cidadania e justiça social, impondo a discussão racial, sob

⁸ Documento Arquivo Nacional 13532_86.

uma ótica afirmativa na agenda política do Estado.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, José Murílio de. *Cidadania No Brasil: o longo Caminho*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as devoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 22, n.º. 2 p.15-46, jul. dez. 1997.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

- _____. *Da diáspora: identidades e medições culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, 2ª edição, 2013.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: graal, 1979.
- _____. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- KÖSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP – 1964-1983*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: 1972.
- MOORE, Carlos. *O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.
- _____. *Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). *História do negro no Brasil: o negro na sociedade Brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília: FCP, 2004.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ or editor produtor editor, 2002.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra*. Rio de Janeiro. Vozes, 1981.
- _____. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Summus, 2003.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- _____. *Encruzilhadas na luta contra o racismo no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.

ROCHA, José Geraldo da. *Teologia & negritude: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros*. Santa Maria-RS: Gráfica Editora Pallotti, 1998.

SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. In: *Política e Administração*, Vol. 2. Julho – setembro, 1985.

_____. *O que é racismo*. Editora Brasileira: São Paulo, 1994.

SEYFERTH, Giralda. As ciências sociais no Brasil e a questão racial. In: *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro, UERJ, 1989.

SISS, Ahyas. *Democracia racial, culturalismo e conflito no imaginário dos não-brancos*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ. Rio de Janeiro, 1994.

_____. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WEST, Cornell. *Questão de raça*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

As eleições de 1954 no Rio de Janeiro: campanha eleitoral e panorama político fluminense

Rafael Navarro Costa

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

As campanhas políticas e as eleições são temas ainda não muito explorados entre os historiadores. No período da democratização (1946-1964) temos pouquíssimos estudos sobre as campanhas e a maioria deles se refere às campanhas para as eleições presidenciais. Nesse contexto, o país passou a ter partidos nacionais e o número de eleitores foi ampliado, com a reformulação do código eleitoral, possibilitando que pessoas pertencentes a classes sociais que jamais haviam participado do processo eleitoral tivessem a oportunidade de votar. Assim, era a primeira vez que, para conseguirem se manter no poder, as elites que dominavam o cenário político até então deveriam conquistar o apoio daqueles que não tinham necessariamente os mesmos interesses que os seus.

A dinâmica das campanhas nas décadas de 1940 e 1950 se davam essencialmente através dos periódicos, em especial aqueles de maior circulação, do rádio, através da relação entre partidos, candidatos e eleitores, sobretudo em comícios, reuniões e divulgação através de materiais de campanha.

As eleições de 1954 marcaram um novo período e um desafio diferente para o PSD-RJ. Ocorridas em 03 de outubro daquele ano, foram as primeiras eleições após a morte de Getúlio Vargas, sogro do então Governador do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Vargas e Amaral Peixoto eram muito próximos tanto pessoal quanto politicamente e suas imagens eram quase que indissociáveis.

Como pertenciam a quadros partidários diferentes – Vargas era do PTB e Amaral Peixoto do PSD – a aliança entre os diretórios fluminenses desses partidos era um movimento quase natural. PSD e PTB caminhavam juntos no Rio de Janeiro desde o fim do Estado Novo, emplacando vitórias eleitorais tranquilas em todos os pleitos. Vargas ainda articulou mais uma vez essa aliança entre os partidos antes de sua morte,

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

convencendo o PTB-RJ, que crescia consideravelmente e já pleiteava indicar o candidato ao governo estadual, a aceitar mais uma vez compor a chapa com o candidato pessedista, assim como havia feito em 1950, quando Amaral Peixoto foi candidato a Governador e seu vice, Tarcísio Miranda, foi indicado pelo PTB.

Para as eleições de 1954, a chapa composta pelos partidos tinha como candidato ao governo estadual o pessedista Miguel Couto Filho e como vice o trabalhista Roberto Silveira. O acordo para a formação da chapa previa ainda que na eleição seguinte as posições se inverteriam, com o PTB indicando o cabeça de chapa e o PSD o candidato a vice.

A indicação de Miguel Couto Filho não foi uma decisão fácil de ser tomada. Além da difícil negociação com o PTB-RJ, dentro do próprio partido havia divergência quanto ao nome do candidato pessedista. Tanto foi assim que um ex-pessedista deixou os quadros do partido e viabilizou a candidatura pela UDN, José Carlos Pereira Pinto.

Esse, portanto, é um momento importante para o PSD-RJ, assim como fora a eleição estadual de 1950, quando Amaral Peixoto derrotou o candidato udenista Prado Kelly, que era apoiado pelo Governador Edmundo Macedo Soares e Silva. Se naquela eleição a questão colocada era se mesmo afastado da máquina política e administrativa do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto lograria êxito em se manter como principal líder político fluminense, agora as questões eram ainda mais delicadas. A primeira era se o PSD conseguiria se manter coeso e forte, apesar das disputas internas pela indicação da candidatura ao governo estadual, se a aliança com os petebistas continuaria sólida, tendo em vista o crescimento do partido no Rio de Janeiro e se sem Getúlio Vargas o PSD-RJ conseguiria manter o alcance eleitoral que desfrutou nos últimos dez anos apenas sob a liderança de Amaral Peixoto.

A primeira preocupação foi a de encontrar um candidato capaz de ser competitivo eleitoralmente e que conseguisse satisfazer às diferentes alas do partido, além de atrair o apoio petebista, que acabou sendo conquistado após intervenção de Getúlio Vargas. Realizar essas tarefas era reunir as condições básicas para manter coeso e forte o diretório fluminense do PSD. Essa preocupação ficou bastante evidente na convenção partidária realizada em 19 de junho de 1954. Podemos confirmar essa afirmação através da leitura

de dois documentos produzidos nessa ocasião: uma moção do diretório estadual e o discurso de Amaral Peixoto nesse mesmo evento.

Além de Governador, Amaral Peixoto era o Presidente da Seção Estadual do PSD-RJ e foi o responsável pela condução das negociações que indicariam o candidato pessedista à sua sucessão e também pelo estabelecimento das alianças para a eleição que se aproximava. Podemos ver nesse documento o apoio político a Amaral Peixoto e à sua administração:

“A convenção do Partido Social Democrático – Seção do Estado do Rio de Janeiro, reunida em Niterói, para escolha do candidato ao cargo de Governador, Atendendo a que na chefia do Poder Executivo fluminense, o Sr. Ernani do Amaral Peixoto vem executando, com firmeza admirável e destacada eficiência, o programa que traçara como candidato, durante a memorável campanha de 1950; (...) Atendendo a que, nas condições atuais de nossa vida política, forçoso é reconhecer-se que, nessa grandiosa tarefa administrativa, a larga visão do homem público, experimentado e patriota, se faz sentir, reafirmando os altos atributos do estadista e do chefe que o Partido Social Democrático elevou, com o decidido e consagrado apoio do povo fluminense, ao posto de Governador e atentando, finalmente, a que, por força da elevada compreensão do nosso povo, tais empreendimentos, levando a todos os recantos da terra fluminense o impulso renovador do progresso e do bem estar, constituem o melhor fundamento de nossa força partidária, do nosso vigor democrático e do nosso poder eleitoral, resolve reafirmar ao Presidente da Seção Estadual do nosso partido, o eminente Sr. Almirante Ernani do Amaral Peixoto, os sentimentos mais vivos de confiança e solidariedade dos pessedistas do Estado do Rio, renovando a sua excelência, com o seu irrestrito apoio, o testemunho do reconhecimento e da admiração de toda a comunidade partidária pela clarividência, pela serenidade e pela capacidade realizadora com que dirige os destinos do nosso glorioso Estado.”¹

O documento reproduzido aqui foi aprovado, como dissemos, como forma de moção de apoio a Amaral Peixoto, em reunião de convenção do diretório estadual do PSD-RJ, onde seria definido e ratificado o nome de Miguel Couto Filho como candidato ao governo estadual.

Embora os pessedistas tentassem disfarçar o clima de tensão que se instalou no diretório estadual com a disputa pela indicação para a candidatura à sucessão de Amaral Peixoto, as notícias veiculadas pela imprensa fluminense davam conta de que houve um desgaste político nesse processo, tanto internamente quanto na relação com o PTB fluminense, que só apoiou o nome de Miguel Couto Filho após intervenção de Vargas. Declarar o apoio do partido a alguém que tinha a “admiração de toda a comunidade

¹ Moção do Partido Social Democrático. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/6.

partidária” era um movimento necessário a ser feito para ao menos frear os comentários de cisão no PSD.

Assim, redigir e divulgar tal moção significava declarar apoio ao líder pessedista e, ao mesmo tempo, trazer à tona momentos importantes de sua trajetória, como as eleições de 1950 e o grande número de votos que recebeu no pleito anterior. Era esse capital eleitoral que contribuiria decisivamente para a manutenção do PSD-RJ no poder executivo estadual.

Nessa mesma convenção, como já indicava a moção reproduzida anteriormente, escolheu-se o candidato ao governo estadual. Amaral Peixoto, enquanto Presidente do partido e principal líder político fluminense, discursou para anunciar a chapa que disputaria o próximo pleito. Seu discurso tem trechos que ilustram bem o momento político fluminense e que vamos reproduzir aqui. O primeiro deles diz respeito ao PSD fluminense e sua trajetória até então:

“Se o Partido Social Democrático não tivesse dado, neste Estado, outras provas concretas do seu alto descortino político e da sabedoria com que soluciona os mais complexos problemas da vida fluminense, bastava o acerto com que se houve na solução da presente sucessão governamental, para que se sagra-se uma grande força que já atingiu a maturidade e a plenitude de sua formação, mostrando-se à altura de suas responsabilidades perante o passado e futuro desta terra de tão gloriosas tradições. (...) Soubemos resistir e manter essa grande força partidária, vencedora em todos os pleitos disputados desde sua fundação em nosso Estado. Deixamos que os impacientes tomassem outros rumos e, desesperançados de obter um apoio que tanto almejavam, cedo se voltaram contra nós e tentassem nos atingir, esquecidos de que até então haviam vivido ao nosso lado, de nós recebendo o apoio que lhes abriu as portas na vida pública.”²

Nesses trechos que reproduzimos percebemos a preocupação de Amaral Peixoto em externar a solidez do partido e sua trajetória vencedora nas eleições fluminenses. Como a escolha do candidato à sua sucessão havia sido um processo tenso, não poderia deixar de citar os que ele chama de “impacientes”, em uma alusão àqueles que buscavam a candidatura de um outro nome ao governo, sobretudo o grupo liderado por Pereira Pinto, então Senador pelo PSD.

² Discurso do Governador Amaral Peixoto. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Havia uma preocupação em manter a coesão do partido em torno da escolha feita por seu Presidente e uma estratégia marcante em seu discurso é o de apontar para qualidades que estavam além da possibilidade de uma vitória eleitoral, mas que estava em busca de “um governador que correspondesse as aspirações fluminenses”, que tivesse uma “linha de conduta que caracterizasse o nosso partido: a preocupação das questões governamentais, das reivindicações populares, das aspirações dos humildes”.³

A manutenção dessa coesão era tão importante para o PSD que os dois principais jornais do estado – “O Fluminense” e “O Estado” – especulavam sobre as possíveis desavenças pessedistas. Cada um explorava o tema de acordo com seus interesses, uma vez que o primeiro era um jornal udenista, dirigido por Alberto Torres, e o último havia se tornado após as eleições de 1950 um jornal pessedista, tendo como diretor Heitor Gurgel, que fazia parte do grupo amaralista desde o Estado Novo.

Durante os meses de maio e junho de 1954, foram várias as matérias que tinham como tema a união ou a cisão do PSD-RJ, dependendo de onde eram publicadas. Na edição de 29 de julho, “O Estado” faz a publicação mais enfática a esse respeito. Com a manchete “Inabalável a unidade pessedista – Não poderia ser melhor a situação do PSD” publicada na primeira página do jornal, a matéria anuncia que o diretório regional do PSD estava unido em torno de Amaral Peixoto e da candidatura de Miguel Couto Filho ao governo estadual. A matéria se desdobra em mais duas páginas do jornal com uma análise política de Amaral Peixoto sobre a situação político-partidária nacional e, em especial, fluminense. O Governador afirma que “sem temer o tribunal da opinião pública, parte o PSD fortemente coeso para as eleições de 03 de outubro”.⁴

Outra vertente explorada pelo jornal era a de noticiar que o candidato udenista, Pereira Pinto, era recém-saído do PSD e, por isso, sua candidatura não deveria ser considerada como digna de confiança dos eleitores, uma vez que não havia respeitado os anseios da população fluminense, colocando suas pretensões políticas acima do bem comum. Nesse sentido, a matéria “O PSD deu o candidato da UDN no Estado do Rio” é

³ Discurso do Governador Amaral Peixoto. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

⁴ Inabalável a unidade pessedista – Não poderia ser melhor a situação do PSD. *O Estado*, 29/07/1954, p. 1, 3 e 6, ed. 11.771.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

bem representativa. Abaixo, reproduzimos a matéria, republicada em “O Estado”, mas originalmente publicado no “Diário de Notícias”, da capital do país:

“Na confusão do panorama que o problema sucessório vem criando em várias unidades da Federação, talvez o caso mais curioso seja o do Estado do Rio de Janeiro: é que, afinal, se não houver alguma reviravolta de última hora, sempre admissível em combinações feitas à base de interesses puramente eleitorais, irão defrontar-se nas urnas a 3 de outubro, disputando a posse do Palácio do Ingá, dois candidatos de um mesmo partido.

De fato, pessedista é o sr. Miguel Couto Filho, como pessedista é o sr. Pereira Pinto. Se este último se desentendeu com o sr. Amaral Peixoto, que é o Presidente Nacional do PSD, fez questão de declarar que continuava nas hostes do seu antigo partido, do qual apenas divergia no tocante às diretrizes da política fluminense. (...)

É um aspecto interessante, pois, esse que oferece a sucessão governamental fluminense. (...) Os candidatos pertencem, de modo invariável, a uma das agremiações associadas, momentaneamente, com o objetivo da vitória no pleito. No Estado do Rio é diferente: o PSD do candidato aos dois campos adversários, que desfraldam a mesma bandeira, embora comandando soldados que se hostilizem. E assim, de qualquer forma, o triunfo será do pessedismo, vença o governo ou vença a oposição.”⁵

A imagem que se construía do candidato udenista era a de que, na verdade, ele não representava o partido pelo qual se candidatava. Além disso, há uma oposição clara do candidato à Amaral Peixoto, que governava o Estado e o controlava politicamente. Usando esses argumentos, o PSD e “O Estado” buscavam desconstruir a candidatura Pereira Pinto e fortalecer o nome de Miguel Couto Filho como candidato pessedista e, sobretudo, amaralista.

Voltando ao discurso de Amaral Peixoto na convenção estadual do PSD-RJ, percebemos nele a presença de outro tema muito caro a esta campanha eleitoral e também explorado pela imprensa fluminense: a aliança com o PTB. Sobre essa aliança, Amaral Peixoto destacou o seguinte:

“Embora dispondo de nome tão credenciado para oferecer ao voto dos fluminenses, resolvi, mais como Governador do Estado do que como Presidente da Seção Fluminense do Partido Social Democrático, submetê-lo a ampla apreciação, numa consulta às demais organizações partidárias, convencendo-as ao entendimento que nos poupasse os embates da luta eleitoral. Alguns compreenderam os nossos propósitos. O Partido Trabalhista Brasileiro, que conosco concorreu às eleições de 1950, dando-me o companheiro de chapa o eminente Sr. Tarcísio Miranda, renova agora a mesma disposição apresentando

⁵ O PSD deu o candidato da UDN no Estado do Rio. *O Estado*, 11/06/1954, p. 3, ed. 11.723.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

o nome do Sr. Roberto Silveira para o cargo de Vice-Governador. Outras agremiações, entretanto, preferiram tomar rumos diferentes, mas é interessante registrar que vieram buscar candidatos entre as nossas fileiras ou, pelo menos, até há pouco pertencentes aos nossos quadros.”⁶

Nesse trecho, além de mencionar diretamente a saída de um pessedista para concorrer por outro partido, Amaral Peixoto fala sobre a renovação da aliança com o PTB para as eleições de 1954. O PTB, como o próprio Amaral Peixoto afirma em seu discurso, esteve com o PSD em 1950 e também em 1946, quando apoiou juntamente com a UDN a candidatura de Edmundo Macedo Soares e Silva ao governo estadual.

Aliado de longa data dos pessedistas no Rio de Janeiro, o PTB crescia a olhos vistos na política estadual durante a década de 1950. Já nas eleições de 1954 os trabalhistas, liderados por Roberto Silveira, pretendiam ter um papel mais incisivo na campanha, até mesmo indicando o candidato ao executivo fluminense. Assim, pessedistas se viram ameaçados de perder seus aliados e a UDN, já se aproximando de Pereira Pinto – que por ser pessedista possuía relações mais próximas com os trabalhistas – cogitava ter o apoio do PTB para essas eleições.

Essa aliança foi outro tema muito explorado pelos jornais. Enquanto “O Fluminense” explorava diariamente em suas páginas a dificuldade dos partidos varguistas em chegar a um acordo político para as eleições estaduais (seja pela falta de consenso entre o nome indicado pelo PSD ou pela vontade trabalhista de ser o protagonista no novo acordo). A partir do mês de maio, foram muitas as matérias dando conta de que o PTB não apoiaria a candidatura Miguel Couto Filho:

“Irrrompe violenta crise no PSD – Os petebistas se opuseram ao nome que deveria ser indicado pelo Diretório Estadual como candidato oficial do governo.”⁷

“Não quero ter o destino dos suicidas – O PTB e a candidatura Miguel Couto Filho – Sensacionais revelações do deputado trabalhista Hipólito Porto a “O Fluminense” – Sem rumo o barco pessedista.”⁸

“O PTB não apoiará o Sr. Miguel Couto Filho”⁹

⁶ Discurso do Governador Amaral Peixoto. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

⁷ *O Fluminense*, 16/05/1954, ed. 21.971

⁸ *O Fluminense*, 21/05/1954, ed. 21.975

⁹ *O Fluminense*, 22/05/1954, ed. 21.976

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Havia uma expectativa de que a aliança entre os getulistas não se confirmasse e isso abriria uma oportunidade para que os udenistas se aliassem aos trabalhistas. Na prática, com o crescimento do PTB fluminense, a possível aliança entre os dois partidos poderia resultar no fim do domínio pessedista/amaralista na política fluminense.

Todavia, o mesmo jornal noticiou alguns dias depois que Getúlio Vargas seria o responsável por definir a posição do PTB nas eleições. Em 02 de junho, “O Fluminense” estampa em sua capa a seguinte manchete: “Getúlio ordena todo apoio ao candidato de Amaral Peixoto”. Com o acordo entre PSD e PTB alinhavado no Estado do Rio de Janeiro, restou a UDN confirmar a candidatura de Pereira Pinto e buscar apoio de outros partidos menores, como o PSP. Mais uma vez estava configurada a disputa PSD/PTB x UDN no Rio de Janeiro.

Já nas páginas de “O Estado”, essa tensão entre PTB e PSD nunca esteve presente. Apenas pequenas notas davam conta de que os partidos conversavam para chegar a um entendimento, sempre destacando que Getúlio Vargas e Amaral Peixoto tinham papel relevante nessas negociações. A primeira vez que esse tema ganhou destaque e foi abordado nas páginas desse periódico foi em 31 de julho, quando a capa do jornal foi a seguinte: “Falando em Bom Jardim, exalta o Sr. Amaral Peixoto a coligação PSD-PTB” e volta a aparecer em 03 de agosto, quando noticia, também em matéria de capa, o seguinte: “Recebem os candidatos do PSD-PTB grande demonstração de apoio e confiança popular”.

Superada a fase das indicações e aprovações dos nomes para concorrer ao governo estadual (Miguel Couto Filho, Pereira Pinto e Brígido Tinoco, pelo PSB), tiveram início as campanhas eleitorais. Em mais um trecho de seu discurso na convenção do PSD em junho de 1954, Amaral Peixoto deu o tom de como seria a campanha pessedista naquele ano:

“Meus correligionários:

O Partido Social Democrático, prestigiado pelo apoio leal e sincero de seus aliados, vai iniciar uma nova campanha eleitoral, vitoriosa como as outras em que se empenhou – para poupar ao Estado do Rio de Janeiro dias sombrios e talvez incertos. A determinação que desta vez nos move é, porventura, mais firme do que nunca. Porque se trata de ensinar aos que se desviaram da linha partidária, as vantagens da lealdade política e de esclarecer os que, sendo estranhos à vida pública fluminense e ao pensamento dos seus próprios

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

correligionários, sonham em fazer do Estado do Rio o pretexto literário de suas incursões.”¹⁰

A campanha eleitoral, por parte do PSD, tinha um foco bem definido: explorar a fragilidade da candidatura udenista. O fato de Pereira Pinto ter saído recentemente do PSD foi amplamente explorado na campanha de Miguel Couto Filho. O discurso da convenção pessedista deu também indícios de como seria tratado o candidato pessedista durante a campanha eleitoral:

“(…) selecionamos entre outros um cidadão que reunia as qualidades que exigimos do candidato. E não tive necessidade de proclamar o seu nome na reunião do Diretório Regional, pois já estava no consenso de todos os seus membros, poderei dizer mesmo de todos os pessedistas o acerto de nossa decisão. Miguel Couto Filho será o futuro Governador do Estado. (...) na campanha eleitoral de 1950, foi de uma lealdade impecável, resistindo às influências poderosas que tentaram modificar o rumo do Partido Social Democrático (...).”¹¹

A questão da lealdade esteve presente na fala de Amaral Peixoto e assim seria durante toda a campanha eleitoral. Esse tema foi tão explorado que “O Estado”, um jornal em que a UDN tinha pouco espaço nesse período, publicou duas notícias mostrando os impactos da candidatura Pereira Pinto na UDN. As matérias “A UDN contra um grande udenista” e “Chefiado pelo Sr. Prado Kelly complô na UDN contra o Sr. Alberto Torres”, mostram como a candidatura Pereira Pinto na UDN acabou por gerar impactos dentro daquele partido. Assim como o candidato, o partido passava a ser citado como um partido que traía um de seus principais quadros – Alberto Torres – e que já havia indicado que gostaria de ser candidato à sucessão estadual.

Em 09 de julho, “O Estado” estampa em sua manchete mais uma crítica ao candidato udenista e ao partido: “Confiança absoluta na vitória do PSD – O povo julgará em 03 de outubro”. A matéria é uma reprodução de uma palestra proferida por Amaral Peixoto no rádio para o programa “Estado do Rio em Revista”. Nela, o Governador referiu-se dessa forma à situação que a candidatura Pereira Pinto impôs àquela disputa eleitoral:

¹⁰ Discurso do Governador Amaral Peixoto. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

¹¹ Discurso do Governador Amaral Peixoto. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

“a bandeira da oposição nesta campanha formou-se de duas grandes desilusões: a de uma agremiação política que não encontrava mais seu caminho natural e de um homem que, não obtendo a aquiescência de seu partido, foi levado pela ambição descontrolada a se alistar entre seus adversários de véspera.”

Assim, a campanha eleitoral de Miguel Couto Filho teve três pontos principais em sua estratégia. O primeiro a ser explorado era a lealdade (ou a falta dela) que os candidatos e partidos tinham entre si. A segunda foi a estratégia utilizada por praticamente todos os demais políticos: sendo o candidato oficial do Governador à sua sucessão e desfrutando o chefe executivo estadual de prestígio político entre seus pares e também com os eleitores, Miguel Couto Filho passou a acompanhar Amaral Peixoto em praticamente todos os eventos oficiais e, sobretudo, em inaugurações de obras. O terceiro ponto foi a utilização da imagem de Miguel Couto Filho com alguém que, para além de sua trajetória pessoal, possuía também uma tradição familiar para honrar na política, como nos indica seu jingle eleitoral:

“Atenção eleitores do Estado do Rio, vamos cantar a grande canção da vitória de Miguel Couto Filho, o futuro governador do Estado do Rio
03 de outubro chegou e você deliberou: votar bem ou não votar
Vamos votar em Miguel Couto Filho
Vamos cantar meu amigo esse estribilho
Quem é filho de peixe também sabe nadar
Quem se chama Miguel Couto tem um nome para honrar
E Miguel Couto Filho este nome honrará
E Miguel Couto Filho este nome honrará
E Miguel Couto Filho este nome honrará”¹²

No jingle eleitoral do candidato, destacamos a referência ao seu pai, Miguel Couto, que foi um político atuante no Distrito Federal e Deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Um jingle curto, capaz de trazer informações importantes ao eleitor: em 03 de outubro você poderia votar bem ou não votar. Essa distinção seria feita entre aqueles que votassem no “futuro governador do Estado do Rio” e os que escolheriam votar em candidatos e partidos caracterizados pela falta de lealdade com os eleitores.

¹² Arquivo EAD, série PSD-r disco 012

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Agosto de 1954 ficou marcado como o mês da morte de Getúlio Vargas. Além da incerteza política, uma vez que além de Café Filho ter assumido a Presidência da República, Vargas tinha papel importante nas negociações políticas estaduais. Nos jornais do Estado do Rio de Janeiro eram recorrentes as notícias da presença de Vargas nas definições das alianças políticas e nas indicações de candidatos. Um exemplo dessa atuação foi o próprio Estado do Rio de Janeiro, como vimos anteriormente, onde a aliança entre pessedistas e trabalhistas só foi concretizada após encontros com o líder petebista. A política fluminense tinha como Governador e líder político o genro do agora ex-Presidente. Assim, pairava uma dúvida ainda maior no Rio de Janeiro: teria o PSD e Amaral Peixoto como manter o controle político fluminense com o desfecho da crise que atingiu a política nacional?

A eleição teve como resultado a vitória de Miguel Couto Filho e Roberto Silveira como governador e vice, respectivamente. O candidato pessedista teve aproximadamente 250 mil votos, contra 183 mil de Pereira Pinto e 75 mil de Brígido Tinoco. Roberto Silveira foi eleito Vice-governador com quase 270 mil votos e a chapa PSD/PTB ainda elegeu os seus dois candidatos ao Senado Federal, Tarcísio Miranda e Paulo Fernandes. A vitória pessedista em 1954 reforçou o domínio do partido na política fluminense. Além disso, comprovou que mesmo sem a presença de Getúlio Vargas ao seu lado, a liderança política de Amaral Peixoto estava consolidada no estado. A eleição também comprovou o crescimento do PTB fluminense e consolidou a liderança de Roberto Silveira no partido, tanto que o candidato trabalhista a Vice-Governador teve mais votos que o Governador eleito.

O crescimento do PTB pode ser notado também quando analisamos os resultados das eleições para a Câmara e Assembleia Legislativa. Os trabalhistas elegeram apenas um parlamentar a menos que PSD e UDN para a Câmara (6 para cada um dos partidos e 5 para os petebistas) e 10 representantes para a Assembleia Legislativa do Estado, mesmo número dos udenistas e metade dos pessedistas, que dominavam amplamente a Assembleia desde 1946.

Se as eleições de 1954 confirmaram o domínio pessedista e de Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, indicaram também que o PTB poderia incomodar em uma futura eleição. As dificuldades para a consolidação da aliança para esta eleição (feitas apenas a partir da

interferência de Getúlio Vargas e com a proposta de que na eleição seguinte os papéis seriam invertidos) e o crescimento político de Roberto Silveira foram importantes indícios de que as eleições de 1958 poderiam trazer resultados diferentes e um novo panorama para a política fluminense.

Referências bibliográficas:

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *Brechó: Estudos de História Política e Historiografia*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Revan, 1999. 3ª edição, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Juscelino Kubitschek de Oliveira e as revoltas esquecidas pela historiografia (1956-1959)

Sandro Gomes dos Santos

Programa de Pós-Graduação em História Social UERJ-FFP

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira está gravado em nossas memórias e nos livros didáticos através do lema “cinquenta anos em cinco”, tendo sido marcado pelo desenvolvimento econômico, por investimentos em infraestrutura e por incentivos na indústria automobilística, além da transferência da capital federal para o centro-oeste. Como consequência, o país ficou ainda mais dependente do capital estrangeiro, aumentando o déficit da balança comercial e desencadeando uma espiral inflacionária.

Em meio a esta conjuntura, o presente trabalho tem por objetivo discorrer brevemente as principais características e acontecimentos do governo JK, que mesmo com o apoio da maior parte do Exército, enfrentou oposição militar, sobretudo da Aeronáutica, culminando nas Revoltas de Jacareacanga e de Aragarças, perpassando questões importantes na relação existente entre estes fatos, bem como considerações a cerca da “memória” e da “narrativa”.

As revoltas esquecidas pela historiografia

[...] O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos, portanto, falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu [...] (BLOCH, Apologia da História ou O Ofício do Historiador, p.69)

É fato a existência de uma lacuna de estudos e debates em relação às revoltas militares ocorridas durante o governo de Juscelino Kubitschek, tendo a historiografia se

voltado para outros prismas e questões. Com a finalidade de contribuir para o enriquecimento deste debate, bem como para a diminuição da carência de material é que iniciamos os estudos deste período pautados na rememoração, bem como na trajetória dos atores sociais que ali estavam envolvidos, acreditando poder contribuir para o melhor entendimento de nosso passado e conseqüentemente do nosso presente.

Tal rememoração implica uma certa ascese de atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem as palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2006, p.55)

Diversos estudos também trabalharam com o período histórico pesquisado, tais como “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política”, de Maria Benevides; “O Brasil de JK” de Angela de Castro Gomes; além de “JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil”, de Celso Lafer. Estes trabalhos enaltecem os aspectos da política de desenvolvimento econômico, analisando o programa de governo e as metas estabelecidas, além da importância da aliança partidária, entre o PSD e PTB, para a garantia da estabilidade.

Outros trabalhos como “O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira; “João Goulart: Entre a Memória e a História”, da Marieta de Moraes Ferreira e “João Goulart - Uma Biografia” de Jorge Ferreira; se debruçaram sobre a luta de classes, a participação do empresariado, sobretudo do setor estrangeiro, além dos principais impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e sua atuação no exílio, além de constituir extensa e cuidadosa análise sobre o ex-presidente.

José Mario Miguez, advogado, militante político, pesquisador e escritor do livro “O Primeiro Sequestro Aéreo da História da Humanidade”, utilizou de depoimentos de autoridades da época, onde narram detalhes do sequestro, além de documentos oficiais como Portarias do Departamento de Aviação Civil, Certidões de Imóveis locais e

circulares da Prefeitura Municipal para rememorar a história do sequestro aéreo do quadrimotor da Panair do Brasil.

Miguez tinha como objetivo ao escrever o seu livro, a reivindicação da inclusão da Revolta de Aragarças como o primeiro sequestro aéreo da história humana, tal como conquistado quando da inclusão do feito no RankBrasil - Livros dos Recordes em 2007. Em seu texto não há uma preocupação quanto aos motivos que levaram nossos personagens a realizar tal feito. Tão pouco utiliza as suas fontes para a compreensão dos conflitos existentes durante o governo JK.

João Ferreira de Lima, tenente reformado da Força Aérea Brasileira e autor do livro “Jacareacanga: asas da verdade” utilizou de sua publicação como um verdadeiro diário de suas memórias sobre os acontecimentos que presenciou como sargento legalista das tropas que abafaram a sublevação destes militares, porém, dicotomicamente, enaltece a figura heroica e caridosa do major Haroldo Veloso, um dos conspiradores que ele ajudou a prender.

Vale ressaltar a importância de uma análise mais apurada e detalhada do que o habitual aos utilizarmos este tipo de fonte, uma vez que o autor “produz uma fonte calçada em sua memória individual [...] A confusão epistemológica e metodológica é inerente a este gênero de narrativa. Objeto e sujeito se entrelaçam” (ROLLEMBERG, 2016, p4). Estas narrativas são extremamente interessantes, sendo o verdadeiro fruto da experiência de vida dos mesmos, o que enriquece, quando tratada com a devida problematização necessária, o trabalho historiográfico.

Atualmente, existe uma problemática inerente à história do tempo presente e aos testemunhos oculares dos fatos estudados, mas nem sempre foi assim. Para compreender este processo de “demonização” do testemunho direto, é necessário remeter aos primórdios da instauração da disciplina no espaço universitário, onde iniciou-se uma cultura de que apenas os “iniciados” são capacitados a realizar corretamente esta função.

“É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia, portanto, nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa. O que alterou esse quadro? Por que, no século XIX, a história recente, então chamada

de contemporânea, tornou-se um objeto problemático? O ponto de partida para entender esse processo é a contestação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do passado e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa.” (FERREIRA, 2000, p.111)

Considerando o exposto, bem como a notória falta de matérias e estudos específicos que permeiem o imaginário em torno das revoltas de Jacareacanga e de Aragarças no meio acadêmico, concluímos que estes conflitos caíram no esquecimento pela historiografia. Em sua pesquisa, “o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha” (BLOCH, 2001, p.52) não apenas metodológicas, sobretudo dos fatos.

Devido a estas escolhas, fatos reconhecidamente relevantes durante a década de 1950 e do governo republicano de Juscelino Kubitschek e João Goulart foram deixadas de lado, para nossa sorte, que agora, quase sessenta anos depois, temos a oportunidade de nos debruçar em torno destes temas, que consideramos essenciais para a compreensão do passado e de nosso presente.

Estes estudos citados promoveram uma memória coletiva a cerca do governo JK, uma vez que nunca lembramos sozinhos. Maurice Halbwachs nos presenteou com a noção de “memória coletiva” e desde então inseriu o conceito explicativo de diversos fenômenos sociais que estão intrinsecamente ligadas à memória.

Deve-se a Maurice Halbwachs o fato de se ter forjado e depois imposto a noção de memória coletiva como conceito explicativo de um certo número de fenômenos sociais relacionados com a memória. Nunca nos lembramos sozinhos: pode-se resumir desta forma a tese de Halbwachs. Um indivíduo volta-se sempre para o passado, o seu ou do grupo a que pertence, socorrendo-se mais ou menos dos quadros sociais em que ele vive. A sua memória individual é pois socialmente orientada, o que não significa necessariamente ser compartilhada. (CANDAUI, 2005, p. 84)

Diante da falta de estudos tendo por objeto os movimentos golpistas de Jacareacanga e de Aragarças, criou-se uma memória coletiva onde os fatos ocorridos neste período, suas lutas, disputas e seus precedentes se tornam quase que totalmente

relegados, trazendo uma compreensão “distorcida” para esta memória e consequentemente para análise e discussão do tempo presente.

Diante dessa lacuna de estudos, ainda não temos subsídios para afirmar ou negar se esta omissão da historiografia diante destes fatos relevantes de nosso passado recente é oriunda de fruto de uma seleção historiográfica “natural” a partir das observações e limitações no ofício do pesquisador, ou se de alguma forma foi intencionalmente esquecida e vilipendiada a partir de esforços de grupos e ou setores com a finalidade específica de atender uma memória nacional específica.

Mesmo tendo consciência da necessidade e da “natureza emancipadora do esquecimento” (CANDAU, 2005, p113), nosso ofício nos instiga para investigarmos estes fatos e tentar “preencher” estes questionamentos em futuros trabalhos. Considerando que o “esquecimento é uma censura, mas ele pode ser também um trunfo permitindo à pessoa ou a um grupo construir ou restaurar uma imagem” (CANDAU, 2005, p118), criando quem sabe uma nova memória coletiva para este período.

A partir destes pensamentos e questões é que damos início aos nossos estudos, acreditando que a pesquisa dos conflitos entre as forças armadas e o governo de JK é de extrema importância do ponto de vista acadêmico, se apresentando singular frente às demais, que tratam do mesmo período, acrescentando uma nova contribuição historiográfica, ao preencher a lacuna bibliográfica a cerca deste assunto, tratando as relações de poder para o entendimento não apenas deste período histórico, mas de muitas questões do Brasil de hoje.

As revoltas, a conjuntura política e os precedentes

Com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, o Brasil passou a ser governado pelo vice-presidente João Augusto Fernandes Campos Café Filho, opositor ferrenho da política varguista, que se aliou a outras lideranças nacionais ao propor uma candidatura única da direita e do centro, para eliminar a influência do ex-presidente de uma vez por todas.

O principal alvo desta “União Nacional” era a possível candidatura do governador mineiro Juscelino Kubitschek, tendo sido montado um plano difamatório conhecido

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

como “Carta Brandi”¹, que foi considerado falso após conclusão do Inquérito Policial Militar. Manifestos e discursos propagados e/ou assinados por diversos oficiais das mais diferentes patentes, principalmente da Aeronáutica e Marinha, rejeitando a esquerda e seus candidatos, se tornaram recorrentes durante este período, além de articulações políticas a fim de impedir o processo eleitoral.

Numa destas tentativas, a oposição apresentou emenda constitucional instituindo a obrigatoriedade de se obter a maioria absoluta de votos para o cargo de presidente e, caso nenhum dos candidatos obtivesse mais de 50% dos votos, a responsabilidade da escolha do presidente seria do Congresso Nacional, mas a emenda não foi aprovada na ocasião.

Em outubro de 1955, quatro candidatos concorreram às eleições para presidente e vice-presidente dos Estados Unidos do Brasil. Com o passar dos dias, através da aliança PSD²-PTB³ e com o apoio do Partido Comunista, o resultado de vitória dos concorrentes, Juscelino Kubitschek e João Goulart foi definida, mas a oposição realizada pela UDN⁴, liderada pelo deputado Carlos Lacerda⁵, não ficou satisfeita com este resultado, tratando de tentar a impugnação deste processo de todas as formas possíveis, independentemente da legalidade e da repercussão de seus atos.

Entre os dias 3 e 5 de outubro de 1955, a aliança PSD-PTB enfrentou nas urnas não só o candidato do PSP Ademar de Barros, o representante da UDN Juarez Távora e o líder do Partido de Representação Popular (PRP), Plínio Salgado: alvo de constantes manobras para frear a consolidação da candidatura de JK e Jango e sucessivas pressões por parte das oposições – principalmente da UDN –, as eleições presidenciais só acabaram acontecendo por causa da presença das tropas do Exército nas ruas. (COHEN, 2006, p. 82)

¹ Carta Brandi foi uma manobra golpista, onde uma notícia falsa foi inserida pelos opositores da aliança PSD-PTB no jornal de Lacerda (Tribuna da Imprensa) que envolvia João Goulart num pretense contrabando de armas da Argentina para o Brasil.

² PSD – Partido Social Democrático, fundado formalmente em julho de 1945, reunia em sua maioria os interventores e todos aqueles administradores do Estado Novo.

³ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, fundado formalmente em agosto de 1945, reunia os partidos da continuidade de Getúlio, buscando os operários e as novas forças sociais emergentes.

⁴ UDN – União Democrática Nacional, fundado formalmente em abril de 1945, reunia um forte apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite.

⁵ Carlos Frederico Werneck de Lacerda, embora registrado em Vassouras (RJ), nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias. Fundou a Tribuna da Imprensa, tornou-se membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador (1945), deputado federal (1947–55), governador do estado da Guanabara (1960–65) e criador da Editora Nova Fronteira. Faleceu em 21 de maio de 1977.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Através do apoio da ala conservadora do Exército e do presidente interino Carlos Luz, após o afastamento de Café Filho por motivos de saúde, os udenistas iniciaram um movimento golpista para impedir a posse de JK, que para estes, seria um renascimento da política varguista duramente combatida desde 1951, além do retorno de Jango ao poder, com o maciço apoio de diversos sindicatos e do PCB⁶, buscando um capitalismo nacional, em oposição ao avanço dos interesses econômicos estadunidenses com intervenção estatal em diversos setores estratégicos.

No intuito de evitar a manobra política que culminaria na impugnação do processo eleitoral recém-realizado, o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, com o apoio dos generais Odílio Denys e Olympio Falconiére, dentre outros oficiais, planejou e ordenou o cerco ao Palácio do Catete, a ocupação dos quartéis de polícia e da sede da companhia telefônica.

Pressionados, a Câmara dos Deputados impediu Carlos Luz de exercer a presidência, empossando Nereu Ramos para o cargo. Este movimento ficou conhecido, dentre outros nomes, como Movimento 11 de Novembro. Quando tentou retornar ao cargo de presidente da república, Café Filho foi impedido por ter confabulado e participado na tentativa de embargo da posse dos eleitos em outubro.

Este movimento encabeçado pelo general Lott, então Ministro da Guerra, foi o que garantiu que o presidente do senado, Nereu Ramos conseguisse do Congresso o direito de governar em “estado de sítio” por trinta dias e, assim, foi possível sustentar a manutenção do status quo do governo para que os candidatos eleitos tomassem posse no dia 31 de janeiro de 1956. Após eleito, JK “ampliou o regime de liberdade e executou um programa de desenvolvimento – o Plano de Metas⁷ – à custa de substanciais concessões aos capitais estrangeiros”. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p.113)

⁶ PCB – Partido Comunista do Brasil, fundado formalmente em março de 1922, reunia um grupo de intelectuais marxistas e teve inúmeros rachas internos, passou por períodos de ilegalidade e hoje é denominado Partido Comunista Brasileiro.

⁷ Plano de Metas foi um importante programa de modernização e industrialização planejado pelo governo de Juscelino Kubitschek. Caracterizado por investimentos em diversos setores da economia e pela construção de Brasília. Baseava-se em 30 metas, divididas em diversos setores, são eles: Setores da energia (1 a 5), Setores do transporte (6 a 12), Setores da alimentação (13 a 18), Setor da indústria de base (19 a 29), Setor da educação (30).

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

O mandato de JK e Jango está enaltecido em nossas memórias principalmente pelo lema “cinquenta anos em cinco”, que consistia no investimento prioritário em áreas para o desenvolvimento econômico, infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria ao trazer automobilísticas como a Chrysler e Ford para o nosso país, além da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o centro-oeste, ajudando no desenvolvimento econômico desta região e minimizando o avanço populacional do sudeste.

A aliança entre PSD e PTB, atribuiu ao governo o apoio necessário para os seus principais projetos. O PSD era o partido que possuía a maioria de parlamentares e ministros e controlava a política financeira da época. Já ao PTB ficou a tarefa de administrar o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional do Seguro Social, além de influenciar diretamente o movimento sindical e os trabalhadores urbanos organizados.

Como reflexo deste relacionamento, o conservadorismo e reformismo radicais que eram característicos destes, respectivamente, foram abandonados. Este governo não foi marcado apenas por pontos positivos. De maneira geral, também deixou o país mais dependente do capital externo. “Entre 1955 e 1960, endividamento externo, déficit da balança comercial, espiral inflacionária e dependência do capital estrangeiro foram termos que passaram a frequentar as páginas dos jornais”. (COHEN, 2006, p. 87)

A priorização do investimento na industrialização deixou de lado a zona rural, prejudicando o trabalhador do campo e a produção agrícola. O país ganhou uma nova capital e beneficiou a região, porém a dívida externa, contraída para esta obra, aumentou significativamente. O abandono do campo por seus habitantes em busca de melhores condições de vida fez aumentar a pobreza, a miséria e a violência nas grandes capitais.

Evidentemente, essa euforia tinha suas origens. Em primeiro lugar, vinha da certeza do <<novo>>: Bossa Nova, Cinema Novo, Nova Capital. Novos caminhos para o país: a valorização do nacional. Embora com raízes por vezes longínquas, tratava-se do <<novo Brasil>>, traçado por Kubitschek na audácia desenvolvimentista dos <<50 anos em 5>>. A construção de Brasília, simbolizando os novos tempos <<que hão de vir>>, consistia na moldura futurista do país, enquanto JK inaugurava para consumo externo, no mais puro estilo populista, a imagem adequada ao presidente desse <<novo>> Brasil: (STARLING, 1986, p.20)

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Como era de se esperar, a oposição se fez presente durante todo o período, principalmente durante as crescentes dificuldades financeiras e inflacionárias, as quais fragilizaram o governo federal. No Congresso, a UDN, que era o segundo maior partido da bancada, não dava trégua ao governo. Mesmo com todos os problemas identificados e as sérias crises que o seu mandato enfrentou, o governo “Kubitschek foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1964, conseguiu manter-se até o fim do mandato presidencial por meios constitucionais”. (BENEVIDES, 1979, p.23)

Nas forças armadas, mesmo contando com o apoio da maior parte do Exército, através do ministro Lott, JK enfrentou oposição de grupos militares, sobretudo da Aeronáutica, resultando em dois movimentos importantes, conhecidos como a Revolta de Jacareacanga e a Revolta de Aragarças.

A Revolta de Jacareacanga ocorreu em fevereiro de 1956, sendo o resultado de um amplo descontentamento dentro das Forças Armadas, “os militares estavam inconformados com os rumos da política nacional e queriam a deposição de JK.” (COHEN, 2006, p. 82). Liderado pelo major-aviador Haroldo Veloso, que contando com a ajuda do capitão-aviador Lameirão, roubou uma aeronave do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e seguiu para a base militar de Jacareacanga no Pará, onde pretendiam organizar o seu quartel-general.

Em Belém, o Comandante Interino, Almir Policarpo, recebia a notícia da revolta. O Ministro da Aeronáutica deu ciência ao Comandante da então Primeira Zona Aérea para que tomasse as providências cabíveis, ou seja, apagar o foco insurgente o mais rápido possível. Juscelino, do Palácio do Catete, dirigia-se à nação indignado: “Trata-se de uma incontida explosão de ódio acumulado, pois nem tive ainda tempo de errar. Usarei de energia e severidade contra aqueles que falharam nos deveres para com a Pátria, ameaçando o regime”, afirmou para a imprensa carioca, o presidente bossa-nova. (LIMA, 1999, p. 38)

Com o passar dos dias, os revoltosos passaram a controlar as localidades de Cachimbo, Itaituba e Aragarças, além da cidade de Santarém. Os rebelados tinham o apoio da população daquelas localidades. “Veloso era capaz de repartir seu pão, se necessário fosse, para minimizar a miséria dos ribeirinhos tapajônicos.” (LIMA, 1999, p.

59) O major foi um importante membro da Fundação Brasil Central⁸ e conhecia a realidade da localidade e de seus integrantes.

Neste meio tempo, “Veloso declara [...] que ‘até aquele momento estava cumprindo o seu dever’. Estas palavras de Veloso confirmavam que o movimento era de caráter nacional”. (LIMA, 1999, p. 45) Os levantes generalizados pelo país e a insurreição não ocorreram da maneira planejada, o que trouxe consequências para os rebeldes que ali estavam cumprindo com o seu papel.

Dele faziam parte os Segundos-Tenentes Oldegard Olsen Sapucaia, morto posteriormente na Itália, Haroldo Coimbra Veloso, companheiro dos tempos da Escola Militar, que se projetou na FAB pelos levantes de Jacareacanga e Aragarças, ambos fracassados. Certa vez ele me disse, ao tempo do primeiro – Jacareacanga – que o movimento só fracassara porque os colegas que estavam implicados não cumpriram o combinado. Sua parte nesse levante foi levada a cabo com destemor e sucesso; ele tinha que ocupar Santarém por apenas 48 horas, aguardando que outras bases da FAB se revoltassem. Santarém ficou em seu poder durante 8 dias e ninguém mais se manifestou. (LIMA, 1980, p. 235)

O grupo deixou Santarém e se alojou em Jacareacanga a fim de manter a sua posição estratégica. Mesmo contando com poucos rebeldes e não tendo recebido o apoio necessário e esperado de seus pares para o sucesso almejado, a revolta demorou a ser controlada pelas tropas legalistas. Muitos militares recusavam a participar da repressão ao movimento, que somente 19 dias depois de seu início foi controlada pelo governo, com a prisão de seu principal líder, Haroldo Veloso, e a morte do cabo-mecânico José Nascimento Barbosa Filho, o Cazua.

Mesmo tendo prometido usar de “severidade contra aqueles que falharam nos deveres para com a Pátria, ameaçando o regime”, (LIMA, 1999, p. 38) o presidente Juscelino enviou uma proposta ao Congresso que beneficiou os rebelados com ampla

⁸ Na década de 1940, a população brasileira era concentrada basicamente no litoral de nosso país. Vargas planejou e estimulou um movimento para desbravar o interior do Brasil, que ficou conhecida como a Expedição Roncador-Xingu, desvendando as lendas e os mistérios desta região sul da Amazônia, tendo contato com diversas tribos indígenas, até então desconhecidas. Ao mesmo tempo, outro grupo tratava de fundar as estruturas das primeiras vilas da região. A Fundação Brasil Central absorveu as estruturas lançadas pela Expedição Roncador-Xingu, dando continuidade ao seu trabalho. A Usina Central Sul Goiana, a Usina Vila de Ipeguari e o Hospital Getúlio Vargas em Aragarças, foram alguns dos principais legados. Com a extinção da FBC, foi criada a SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

anistia, “provando a todos que estava decidido a ser o presidente da concórdia”. (COHEN, 2006, p. 83) Com seu espírito de conciliação e destreza política, utilizou “a disciplina militar, com a absorção das crises militares ao nível estritamente hierárquico, esvaziando-as de seu conteúdo político”. (BENEVIDES, 1979, p.149)

Mesmo tendo sido anistiados e o governo conseguido manter uma atmosfera de conciliação, ainda que frágil, durante estes eventos turbulentos (alianças entre partidos, inflação, transferência da capital, revoltas no seio militar, crise, déficit do Tesouro, industrialização, dentre outros) aos quais rememoramos neste momento, ainda existia uma parcela das Forças Armadas, que não estavam satisfeita com as atitudes e os posicionamentos do governo e que não pouparam esforços para eliminá-lo do poder.

Pouco tempo depois, em dezembro de 1959 um novo movimento reiterou os anseios destes militares em afastar Juscelino do poder. Conhecido como a Revolta de Aragarças, ocorrida em Goiás, teve a participação de alguns oficiais que haviam sido anistiados no evento do Pará, além de novos personagens descontentes, aparentando ter um caráter mais amplo e plural que o anterior, devido à presença de oficiais do Exército e até de civis.

A primeira confirmação desta conspiração só foi possível por volta das seis e meia da manhã daquela quinta-feira 3 de dezembro, tendo sido descoberto pela equipe do Ministro Lott, que contou ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ao mesmo tempo em que todo o Ministério foi convocado em caráter de urgência para discutir a rebelião, os periódicos vespertinos já emitiam as primeiras notícias, ainda que muitas delas fossem equivocadas.

“Telegramas de Belo Horizonte informavam que cinco oficiais da FAB, no aeroporto local, haviam fugido num ‘Beechcraft’ da firma ‘Samitra do Brasil’, depois de inutilmente tentarem se apoderar de três ‘Douglas’ da Real Aerovias’ que estava com as baterias descarregadas.” (O Cruzeiro, 19/12/1959. p. 14)

Por volta das 10 horas daquela manhã, a empresa Panair do Brasil comunicou a imprensa que o voo Rio-Belém, com 38 passageiros e 8 tripulantes estava sem comunicação. Entre estes, o presidente do Banco da Amazônia e Senador, Remy Archer; a viúva do Tenente Aviador Lott, primo do Ministro Lott, que havia falecido dias antes

VI SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

de num desastre aéreo, a Sr^a Jaíssa Lott; além de políticos, jornalistas, senhores e crianças faziam parte das vítimas deste sequestro, que é considerado o “primeiro sequestro aéreo da história da humanidade” (MIGUEZ, 2008, p.112).

Ainda dentre os sequestrados, podemos destacar a jornalista Leyla Castello, do veículo de comunicação, O Globo, além é claro do corpo da Sr^a Regina Coeli Farry, que veio a falecer em 1 de dezembro, no Hospital dos Servidores do Estado, no Distrito Federal e que estava sendo trasladado para ser enterrado em Belém, junto da família e seus entes queridos.

No Rio de Janeiro, o governo passou o restante do dia verificando se havia mais focos de subversão militar, além da registrada em Aragarças, mas felizmente para este, não foram confirmados novos casos. Os revolucionários estavam sozinhos e a resposta à Revolta, por meio das tropas legalistas se daria no dia seguinte ao início do movimento.

Quando amanheceu, conforme estampado na primeira página do Jornal do Brasil, os paraquedistas do Exército Brasileiro desceram as escadas dos aviões de transporte em Aragarças e tiveram uma grande surpresa, pois horas antes, os rebeldes já haviam levantado voo depois de conquistarem mais um avião, um “Beechraft” do Correio Aéreo Militar, que aterrissou em Belém de forma desavisada, em viagem normal, tendo os seus pilotos⁹ sido presos por não aderirem ao movimento.

Ao chegarem à Aragarças, os paraquedistas aferiram que os membros haviam deixado para trás, alguns aviões de menor tecnologia e autonomia de voo e os “refêns do Constellation”, com exceção do Senador Remy Archer, que havia sido levado sequestrado como garantia, ou possível moeda de troca numa futura negociação.

No Rio, já eram conhecidos os nomes dos militares implicados. Coronel Luis Mendes da Silva, Tenente Coronel Mendes de Moraes, Capitão Tarciso de Carvalho Nunes Ferreira, Tenente Coronel João Paulo Moreira Burnier, Tenente Coronel Médico Luiz Charles, Tenente Coronel Geraldo Labarth Lebre, Tenente Coronel Haroldo Coimbra Veloso, Major Éber Teixeira Pinto, Capitão Gersed Nerval Barbosa, Capitão Próspero Punaro Barata Netto, Capitão Washington Amud Mascarenhas, Capitão Hebert Bom de Andrade Figueira e Capitão Roberto Leosinger. Civis haviam-se ligado aos rebeldes. (O Cruzeiro, 19/12/1959. p. 18)

⁹ O Tenente Castelo Branco e o Tenente Edison Freitas Coutinho eram os pilotos do avião Beechraft, do Correio Aéreo Militar que não aderiram ao movimento e foram presos em Aragarças, sendo encaminhados para o mesmo hotel dos demais sequestrados.

No final daquela sexta-feira, 4 de dezembro de 1959, chegaram a Capital Federal, a notícia que o “Constellation” e seus passageiros pousaram no aeroporto de Ezeiza, Buenos Aires. Os rebeldes obtiveram asilo político na Argentina, tendo retornado para o Brasil após o término do governo de Juscelino, enquanto que a tripulação e o refém foram autorizados a retornarem para o Brasil de imediato.

Considerações Finais

Ao mesmo tempo em que o governo de JK e Jango apresentaram características consideradas por muitos grupos como positivas para o desenvolvimento econômico e estrutural do país, havia uma porção da sociedade que não estava contente com as consequências negativas trazidas pelos atos de sua gestão.

Este grupo em especial, representado neste estudo pelos revoltosos de Jacareacanga e de Aragarças, deixou o mero discurso oposicionista de lado e partiram para a ação de fato, tomando as medidas que acreditavam ser pertinentes, mesmo que ilegais, para a derrubada do governo. Ainda que JK não tenha tomado nenhuma atitude mais enérgica e ou autoritária contra os rebelados, a raiva e o ressentimento deste setor só fizeram aumentar durante o desenrolar do governo republicano de Juscelino, mesmo após a anistia dos crimes cometidos por estes.

A ausência de estudos e de uma memória coletiva relativa aos eventos que estamos estudando, bem como os questionamentos inseridos através dos motivos que levaram ao “esquecimento” deste tema pelos especialistas, nos impulsiona a debruçar sobre os aspectos e características do período a fim de compreender melhor não apenas os eventos em si, porém, principalmente as consequências e o desenvolvimento da trajetória destes grupos e seus integrantes já na década de 1960 e sua respectiva construção memorial, são caminhos que pretendo percorrer em futuros trabalhos.

Fontes

Jornal do Brasil. 04/12/1959. p. 1 – 5;

Jornal do Brasil. 08/12/1959. p. 1 – 5;
O Cruzeiro. 19/12/1959. p. 8 – 22;
Tribuna da Imprensa. 03/12/1959. p. 1;
Tribuna da Imprensa. 04/12/1959. p. 1 – 2;

Referências bibliográficas

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CANDAU, Joël. Memórias e amnésias coletivas. In _____. *Antropologia da Memória*. Instituto Piaget. Lisboa, 2005.
- COHEN, Marleine. *JK*. 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*. Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- GAGNEBIN, J. M. História, memória, testemunho. In. _____. *Lembrar esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- LIMA, Rui Moreira. *Senta a pua!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980.
- LIMA, João Ferreira de. *Jacareacanga: asas da verdade*. Belém, PA: Grafimorte, 1999.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª edição versão ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- MIGUEZ, José Mario Guedes. *O Primeiro sequestro aéreo da história da humanidade*. 2ª ed. Goiânia: Editora Kelps. 2008.
- ROLLEMBERG, Denise. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. In _____. *Resistência: memória da ocupação na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.
- STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª Ed. Petrópolis. Vozes. 1986.



Realização:



Apoio:

